UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

FREDERICO BARBOSA GHEDINI

Os jornalistas e o Sindicato no Estado de São Paulo: entre o distanciamento e o desejo de mudança

SÃO PAULO
2012

FREDERICO BARBOSA GHEDINI

Os jornalistas e o Sindicato no Estado de São Paulo: entre o distanciamento e o desejo de mudança

Tese apresentada à Escola de
Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo
para obtenção do título de
Doutor em Comunicação

Área de concentração:
Estudos dos meios e da produção mediática

Orientador:
Prof. Dr. José Coelho Sobrinho

São Paulo
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Ghedini, Frederico Barbosa

Os jornalistas e o Sindicato no Estado de São Paulo: entre o distanciamento e o desejo de mudança / Frederico Barbosa Ghedini – São Paulo: F. B. Ghedini, 2012.
463 p. + CD

Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Orientador: José Coelho Sobrinho

1. Sindicalismo 2. Jornalistas 3. Solidariedade 4. Movimento sindical dos jornalistas 5. Mudanças no mundo do trabalho 6. Transformações no jornalismo 7. Sindicato dos Jornalistas de São Paulo – História I. Título II. Coelho Sobrinho, José

CDD 21.ed. – 070

Nome: GHEDINI, Frederico Barbosa

Título: Os jornalistas e o Sindicato no Estado de São Paulo: entre o distanciamento e o desejo de mudança

Tese apresentada à Escola de
Comunicações e Artes da
Universidade de São Paulo
para obtenção do título de
Doutor em Comunicação

Área de concentração:
Estudos dos meios e da produção mediática

Orientador:
Prof. Dr. José Coelho Sobrinho

Aprovado em: 19 de junho de 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Dr.:_____ Instituição: _____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____ Instituição: _____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____ Instituição: _____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____ Instituição: _____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

Prof. Dr.:_____ Instituição: _____

Julgamento:_____ Assinatura:_____

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho pôde se concretizar graças à colaboração de muitas pessoas, a quem deixo expressa aqui minha gratidão.

Cito algumas dessas pessoas, em particular:

Em primeiro lugar, os amigos Antonio Graça, Amadeu Mêmolo, Cristina Sato, Alex Criado, Nelson Sato, Maria Reneude de Sá, Flávio Carrança, Ivan Mazetti, Sandra Rehder e o professor Bernardo Issler, pela generosidade, pelo apoio e por todas as contribuições;

O querido e comprometido professor orientador José Coelho Sobrinho, pelo imenso incentivo que recebi para continuar e, finalmente, para concluir essa tese;

Os professores doutores Roberto Heloani e Dennis de Oliveira, pelas importantes contribuições na banca de qualificação, que abriram novos caminhos e possibilidades;

Os entrevistados e a todos os 317 colegas jornalistas que responderam o questionário;

Ulisses Rodrigues de Paula, webdesigner que muito me ajudou na formatação da pesquisa e na resolução dos problemas para viabilizar o acesso dos que se interessaram em responder;

Os clãs dos Carreiras e dos Ghedinis, pela torcida e apoio em vários momentos, em especial, na retaguarda com nossos filhos, assim como o padrinho José Alberto Gonçalves Pereira e as madrinhas Edilene Cruz, Suzana Soares e Suelaine Carneiro;

O José Augusto de Camargo e a todos companheiros e companheiras do SJSP;

A Marisa Elpídio, por todo o apoio, carinho e presença cotidiana;

A minha mãe, Jupyra Barbosa Ghedini, por toda a garra e luta de uma mulher que inovou em sua época;

Deixo registrado o quanto sou grato à Denise Carreira, mulher e companheira, amor da minha vida. Dela veio o principal estímulo e apoio cotidiano para que eu encarasse o desafio do doutorado.

Dedico esta tese aos meus filhos, Júlia Kiamba e Raimundo Kwanza, meus amores que me fizeram um homem mais inteiro e mais sensível e grato aos mistérios da vida cotidiana. Sou um homem muito feliz e realizado por ser o pai deles. Por meio dessa tese, reafirmo junto aos meus filhos o meu compromisso com um país mais justo, solidário e democrático.

Frederico Ghedini

RESUMO

GHEDINI, Frederico Barbosa. **Os jornalistas e o Sindicato no Estado de São Paulo: entre o distanciamento e o desejo de mudança.** 2012. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes da USP, Universidade de São Paulo, 2012.

Esta tese analisa a relação entre os jornalistas e o Sindicato dos jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, tendo como base empírica pesquisa realizada junto à categoria e os mais de trinta anos de experiência do autor no movimento sindical. O trabalho investiga as raízes do distanciamento entre os profissionais e a entidade, fenômeno que vem se agravando paulatinamente desde os anos 1980. Discute se tal distanciamento constitui declínio ou crise, conceitos abordados na obra de Leôncio Martins Rodrigues (1999) para analisar a realidade atual do movimento sindical global e brasileiro, marcado pela queda das taxas de sindicalização. Declínio como o caminhar rumo ao fim e crise como recuo, mas que contém em si a esperança e a possibilidade de superação a partir da capacidade crítica e da emergência de novas e criativas perspectivas, estratégias e apostas políticas, em contextos sociais complexos, mutantes e diversos. O autor dialoga com o pensamento de Henri Lefebvre (1981; 2006) e sua análise crítica da realidade e dos conflitos sociais e políticos que a marcam. Analisa as principais mudanças na imprensa e no jornalismo, no mundo e no Brasil. Entre essas, ressalta a questão da despolitização presente tanto no conteúdo da produção jornalística como nas gerações pós-anos 1970, que passaram a integrar a nova base social da categoria, marcada pela juvenilização combinada à crescente precarização das condições de trabalho. Em termos das relações de trabalho, a flexibilização e a reorganização produtiva que tomaram conta do mundo nas últimas décadas tiveram uma impacto particular entre os jornalistas, fenômeno que o autor analisa em especial no caso exemplar do Projeto *Folha*, e os reflexos desses processos sobre os jornalistas, assim como no seu relacionamento com o Sindicato. A tese apresenta em largos traços, de forma descritiva, o que é o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e suas principais iniciativas e atividades. Com base nos dados e nos depoimentos recolhidos das respostas do questionário, esboça o perfil do jornalista profissional de São Paulo e realiza a análise de conteúdo dos depoimentos. Para esta análise foi feita uma adaptação da metodologia proposta por Laurence Bardin (2010). O desenvolvimento da tese aponta para novas questões a serem aprofundadas em futuras pesquisas acadêmicas e vem contribuir para problematizar a organização de uma categoria fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira.

Palavras-chave: sindicalismo; jornalistas; solidariedade; movimento sindical dos jornalistas; mudanças no mundo do trabalho; transformações no jornalismo; Sindicato dos Jornalistas de São Paulo - História.

ABSTRACT

GHEDINI, Frederico Barbosa. **Journalists and their union in São Paulo State: between the increasing distance and the desire for change**. 2012. Thesis (PhD) – Escola de Comunicações e Artes da USP, Universidade de São Paulo, 2012.

This thesis investigates the relationship between journalists and the Professional Union of Journalists in São Paulo State based on empirical data and research conducted by the author who has more than 30 years of experience in the union movement. This piece examines the roots of distancing between the professional and the entity, a phenomenon that has slowly worsened since the 1980's. It has been pondered over whether this distance constitutes a decline or crisis, in concepts touched on in the work of Leôncio Martins Rodrigues (1999) to analyze the current global and Brazilian reality of the union movement, marked by the fall of the union taxes. Decline as a walk towards the end and crisis as a retreat, containing in itself the hope and possibility of bypassing from a critical capacity and the emergence of new and creative perspectives, strategies and political evils, in complex social contexts, changing and diverse. The author sees through the thinking of Henri Lefebvre (1981; 2006) and his critical analysis of reality coupled with social and political conflicts. He analyses the main changes in press and journalism, in the world and in Brazil. Amid these, he underlines the question of the de-politicization present in the contents of journalistic production as well as in the generations after the 1970's which turned to integrating the new social base of the workers, marked by renovation allied to the increasing precariousness of working conditions. In terms of working relations, the flexibility and the productive reorganization that engulfed the world in the last decade had a particular impact among journalists, a phenomenon which the author particularly examines with the exemplar case of the *Folha* Project, and the consequences of these processes in relation to the journalists, as well as in their ties with the union.

The thesis presents in a wide portrait, a descriptive way of what is the Professional Union of Journalists in São Paulo State and their main initiatives and activities. Based on data and on respondents' contribution, it outlines the profile of the professional journalist in São Paulo State and analyses the contents from the questionnaires. For this analysis an adaptation of the methodology proposed by Laurence Bardin (2010) was made. The development of this thesis points out new questions to be deepened in future academic research and contributes to discussion on the organization of a fundamental category to the strengthening of Brazilian democracy.

Keywords: trade unionism; journalists; solidarity; journalists' trade union movement; changes in the labour world; Professional Union of Journalists in São Paulo State - History.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

2 AMPLIANDO HORIZONTES: ASPECTOS TEÓRICOS 19

2.1 A importância do cotidiano 19
2.2 Jornalismo: um modo de conhecimento? 25
2.3 Sindicalismo: crise, declínio ou novos caminhos 30

3 OS DESAFIOS DA PROFISSÃO DE JORNALISTA 37

3.1 Contexto internacional 37
3.2 No Brasil 58
3.3 Perfil do jornalista: jovem, precarizado e polivalente 65
3.4 O Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo 76

4 METODOLOGIA 93

4.1 Elaboração do questionário 94
4.2 Sobre a divulgação do questionário 100
4.3 Respostas dos jornalistas e canais de divulgação 102
4.4 Definição das perguntas para o perfil do jornalista 105
4.5 Formulação da questão aberta 121
4.6 Análise da questão aberta: análise de conteúdo 123
4.7 Critérios para análise da questão aberta 124
4.8 Interpretação das respostas 129

5 TEMPOS DE DESENCONTRO E PERSPECTIVAS DE NOVOS ENCONTROS 135

5.1 Despolitização, precarização e fragmentação 149
5.2 O assassinato de 'Vlado' e a reação dos jornalistas 153
5.3 A greve de 1979 e as disputas em torno do seu significado 155
5.4 O Projeto Folha 162
5.5 Novos aspectos na análise do Projeto Folha 182
5.6 Jornalista, classe média e precarização 184
5.7 Deterioração da qualidade de vida, stresse, desalento e Individualismo 192
5.8 Diferentes formas de precarização e o Sindicato: as respostas dos jornalistas 194
5.9 No interior do Estado, problemas um pouco diferentes 198
5.10 Cadê o Sindicato? 206
5.11 Ver e ouvir... 207
5.12 O que o SJSP deve fazer segundo os jornalistas 212

6 CONCLUSÕES 215

REFERÊNCIAS 219

APÊNDICES * 232

* **PARTE I –** Impressos juntamente com o corpo da tese:

APÊNDICE A - Linha do tempo (o SJSP de 1937 a 2012) 232

APÊNDICE B - Perfil do jornalista a partir das respostas ao questionário 320

APÊNDICE C - Estatísticas para o perfil do jornalista respondente 352

PARTE II – Disponível apenas na versão digital, juntamente com a íntegra da tese, em CD-ROM.

APÊNDICE D - Entrevistas
D1 - Manuel Carlos Chaparro 363
D2 - Denise Fon 389
D3 - Audálio Dantas 409
D4 - Luiz Carlos Azenha 425

APÊNDICE E - Questionário 448

APÊNDICE F - Texto da divulgação do questionário 456

APÊNDICE G - Cursos oferecidos pelo SJSP 2000 a 2011 457

APÊNDICE H – Distribuição das respostas por cidade – 51 cidades representadas 460

APÊNDICE I - Quadro de frequências das unidades de registro das respostas às perguntas abertas 461

1 Introdução

A construção desta tese representou a oportunidade de revisitar uma situação que vivi de maneira muito intensa quando, entre abril de 2000 e abril de 2006[1], fui presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (o nome é assim mesmo, com este '**no** Estado', em vez de um simples 'do Estado', como todo mundo acaba por escrever). Meus companheiros(as) e eu, ao assumirmos, tínhamos grandes expectativas: imaginávamos que conseguiríamos iniciar a reversão do processo de anemia que tomava conta da entidade há vários anos, devido à distância crescente entre a entidade e os jornalistas de São Paulo.

Enfrentamos uma realidade difícil ao longo das duas gestões. Do lado do mercado de trabalho, aprofundava-se o avanço das relações de trabalho por fora e contra a Consolidação das Leis do Trabalho como o PJ (Pessoa Jurídica, em que o empregado abre uma empresa e, ao final do mês, recebe o que seria o seu salário como se fosse pagamento de serviços prestados, contra a apresentação de nota fiscal, embora continue na prática mantendo vínculo empregatício com chefe, horário de entrada e de saída e tudo o mais), o frila fixo (o emprego sem os direitos trabalhistas e sem contrato de trabalho), o avanço dos estágios irregulares com a substituição de profissionais por estudantes, o aumento da jornada de trabalho sem qualquer remuneração correspondente, o pagamento abaixo do piso acordado entre o Sindicato dos Jornalistas e os sindicatos patronais... Enfim, um conjunto de condições degradantes para o trabalhador contra o qual o Sindicato tomou várias iniciativas, mas que, concretamente, não resultaram em alterações visíveis no avanço da precarização. Do lado do jornalista, enfrentamos o descrédito de que algo pudesse surtir algum efeito.

[1] O autor havia sido diretor do SJSP na gestão de Gabriel Romeiro, entre 1984 e 1987. Mas, mesmo fora da direção, nunca deixou de estar próximo ao SJSP ao longo de sua vida profissional.

Entre as iniciativas que tomamos está a publicação, em 2004, de uma cartilha[2] (FENAJ, 2004a), destinada a orientar o jornalista sobre seus direitos e um conjunto de ações de reação ao quadro de precarização, em conjunto com o Ministério Público do Trabalho. Novamente, com resultados pífios.

Além das dificuldades advindas de se travar uma luta como essas num terreno claramente desfavorável, sem uma articulação mais ampla com as centrais sindicais e outros sindicatos de trabalhadores vivendo situações similares, muitas vezes os próprios jornalistas se indispunham contra as iniciativas do Sindicato. Diante da existência de um enorme mercado de reserva de estudantes e de recém-formados em jornalismo, no contexto da política neoliberal dos governos Collor de Melo, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso favorecendo clara e abertamente a desregulamentação, seria preciso muito mais para que os próprios jornalistas acreditassem e se mobilizassem contra a desregulamentação.

E ainda era necessário considerar os casos dos jornalistas em que a contratação como Pessoa Jurídica interessava para pagar menos imposto de renda. No começo, lá pela segunda metade dos anos 1980, isso acontecia somente com os jornalistas de maiores salários. Mas, devido à sanha arrecadatória dos governos (e aí, não há exceções, infelizmente) sobre os salários dos que vivem do trabalho, a pejotização (um neologismo que apareceu com a disseminação da prática de contratação nessa modalidade) se alastrou e atingiu de forma ampla até mesmo os jornalistas com salários próximos do piso salarial.

---

[2] A Cartilha Contra a Precarização do Mercado de Trabalho, lançada pela Federação Nacional dos Jornalistas em Junho de 2004 e parte de uma Campanha Nacional em Defesa do Mercado de Trabalho dos Jornalistas, feita pelo Sindicato de São Paulo em colaboração com outros sindicatos de jornalistas do país, fazia um diagnóstico das várias formas de precarização do mercado de trabalho entre os jornalistas em alguns Estados e propunha iniciativas a serem tomadas pelos Sindicatos em nível local, sob a coordenação nacional da Federação. O fato é que, passados mais de sete anos, a situação se agravou. Ao mesmo tempo, a Campanha proposta não conseguiu se estruturar enquanto tal e não passou de algumas iniciativas localizadas e desconectadas uma das outras, sem continuidade e sem resultados práticos dignos de nota. No Capítulo 5 analisaremos mais a fundo esta situação.

Mas a questão da difusão das mais variadas formas de precarização das relações de trabalho entre os jornalistas foi apenas um dos problemas – o mais grave, é verdade – que enfrentamos. A estratégia de ampliar os serviços oferecidos pelo Sindicato aos jornalistas, serviços efetivos e importantes que os ajudassem a enfrentar suas dificuldades cotidianas, atraindo-os para o Sindicato e abrindo, assim, uma possibilidade de diálogo até então inexistente, sofreu um revés formidável com os erros cometidos pela gestão na implantação do Programa de Saúde do Sindicato.

Na época – e assim continua –, muitos sindicatos, entidades associativas e conselhos profissionais firmavam parcerias com operadoras e corretoras de planos de saúde. Buscavam, assim, conseguir oferecer aos associados uma condição um pouco melhor para adesão a esses planos do que quando se contrata um plano individual no mercado. No caso do SJSP, depois de muitos problemas com a Unimed, que atendia nossos associados, a diretoria presidida por Everaldo Gouveia, em sua segunda gestão (1997-2000), decidiu pela criação do Programa de Saúde do Sindicato (PSS), que teria um diferencial importante em relação às outras iniciativas existentes no mercado: seria um plano solidário, pois ao pagar a mensalidade do Sindicato os jornalistas estariam automaticamente inscritos no PSS e teriam o direito de inscrever seus parentes por valores muito abaixo do que se cobrava nos planos de saúde privados e individuais e mesmo nos planos de saúde coletivos.

É certo que o PSS ajudou muita gente, entre jornalistas e, principalmente, familiares (pais, tios, avós etc.). Mas sua implantação, na forma como foi estruturada, acabou por se revelar um erro pelo qual o SJSP pagou e ainda paga um alto preço. Não só em dinheiro e juros, mas principalmente porque aquilo que havia sido pensado como uma iniciativa importante para ajudar a aproximar o jornalista do Sindicato, acabou dificultando ainda mais essa aproximação, colocando um grande entrave na implantação da estratégia de utilizar os serviços como apoio aos jornalistas, num momento em que estes necessitam de alternativas que os ajudem e enfrentar uma realidade de salários declinantes e despesas pessoais e familiares crescentes. Devido

ao fracasso final, acabou servindo, na verdade, como mais um motivo para afastar os jornalistas.

O mesmo não aconteceu com outra iniciativa implementada em 2000, que foi a criação do Departamento de Cursos, que em 11 anos de existência ofereceu cursos de curta duração, palestras e oficinas para mais de 4,3 mil participantes, principalmente na Capital, mas também em algumas cidades do interior do Estado.

Também a criação do programa de estágio acadêmico teve alguns bons frutos, durante um tempo relativamente curto. No ambiente geral da precarização, era mesmo difícil conseguir que empresas e escolas se interessassem para, junto com o Sindicato, criar programas de estágio que observassem o princípio básico e elementar de que o estagiário é um estudante que se prepara para ingressar no mercado de trabalho, e não um 'jornalista' mais barato para substituir profissionais formados, que deveriam receber pelo menos o piso salarial.

Estas foram algumas das iniciativas, além das atividades cíclicas de negociações das convenções coletivas nas épocas de campanhas salariais e de acordos específicos com empresas. O Sindicato também acompanhou, orientou e – quando os jornalistas assim o demandaram – liderou os colegas em um sem número de lutas, desde as mais conhecidas, como a dos jornalistas da *Gazeta Mercantil*, até os jornais e TVs do interior, jornais de bairro... enfim, as jornadas de luta não foram poucas. E não se limitaram ao terreno que, numa acepção mais conservadora, seria compreendida como atribuição de uma entidade sindical. Na concepção da diretoria que liderei, o Sindicato dos Jornalistas deveria atuar – e efetivamente atuou – nas mais diversas questões. Eram temas ligados ao jornalismo e o exercício da profissão, à política, à sociedade e à cultura. Assim, incentivamos a criação da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial - Cojira, a Associação Sandra Gomide, para acompanhar o desenrolar do processo na Justiça e impedir que prosperasse a impunidade no caso do clamoroso assassinato perpetrado por Pimenta Neves, na defesa de jornalistas ameaçados devido ao exercício profissional, na defesa das liberdades e dos direitos humanos e uma série

de outras frentes de atuação como pode atestar uma consulta à Linha do Tempo tratando da história do SJSP (ver Apêndice).

Enquanto estivemos à frente da diretoria do Sindicato, fazíamos visitas constantes às redações, durante as campanhas salariais e também fora delas. Foi em algumas dessas visitas à redação de *O Estado de São Paulo* que recebemos advertências do colega Roldão Arruda sobre a necessidade de ouvir os jornalistas sobre o que se passava na relação destes com o Sindicato. Apesar de concordar com a importância da proposta, acabamos não dando prioridade ao tema e fomos tocando o dia a dia das lutas sindicais com o seu volume de problemas que nos engolfava, deixando pouco espaço para outras iniciativas, ou mesmo para pensar no futuro do Sindicato e das relações com os jornalistas.

Passadas mais duas gestões do final daquelas em que estivemos à frente do Sindicato, a questão da distância entre jornalistas e sindicato continua: o SJSP se mantém como uma instituição a que os jornalistas em todo o Estado dão muito pouca importância. Aí está o nosso problema. E, havendo um problema, seja no terreno da vida cotidiana, seja na pesquisa científica, para resolvê-lo – qualquer que seja o problema – o primeiro passo é colocá-lo em seus termos de forma precisa. Formulá-lo corretamente e por inteiro.

Agora, sem as responsabilidades e demandas do cargo de presidente, apenas como um jornalista sindicalizado e diante da oportunidade de cursar o doutoramento na ECA, abriu-se uma porta para retomarmos o aspecto central da problemática que tanto havia dificultado nossa atuação como dirigentes sindicais: afinal, quais as razões para um distanciamento assim tão persistente ao longo dos anos? O que poderia ser feito para mudar essa realidade?

Nosso primeiro objetivo, ao fazermos a pesquisa e a reflexão para a tese é buscar as respostas às perguntas acima, decorrentes do problema central desta tese: o

distanciamento entre os jornalistas de São Paulo e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Para isso, partimos das seguintes hipóteses:

1 – Num contexto em que o jornalismo passa por mudanças profundas que acarretam inúmeros problemas para os jornalistas em suas relações de trabalho, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo não tem sido visto pelos profissionais como um instrumento capaz de ajudá-los a enfrentar e melhorar as condições degradadas de trabalho que vivenciam.

2 – Ao centrar sua atuação nos jornalistas celetistas, o Sindicato atrai principalmente jornalistas mais velhos e deixa de ter como interlocutores segmentos importantes de profissionais.

3 – Os jornalistas mais jovens, menos politizados do que os mais velhos, mais individualistas, têm menos interesse no Sindicato do que os mais velhos.

4 – Os próprios sindicalizados guardam um sentimento muito forte de distanciamento com a entidade.

Mas também está entre os nossos objetivos alcançar uma compreensão maior das transformações por que passam a imprensa, o jornalismo e os próprios jornalistas. Compreender é essencial para que a ação transformadora tenha maiores chances de chegar a um bom resultado.

Me pergunto, ainda, como os jornalistas podem pretender enfrentar tais mudanças mantendo e até ampliando conquistas importantes do passado, com repercussões para a própria categoria e também para a sociedade brasileira.

Certamente temos a pretensão, também, de contribuir para que outras pessoas possam, com a leitura do trabalho, alcançar uma compreensão mais ampla do problema que desafia o entendimento de muitos. E temos ainda uma pretensão maior

que é contribuir para que alguns jornalistas acordem, se organizem e resolvam fazer do SJSP um espaço mais efetivo de luta em prol dos jornalistas e do bom jornalismo.

Não quero com isso dizer que o SJSP seja na atualidade (ou tenha sido nas duas gestões em que estive à frente da entidade) uma nulidade em relação ao que proponho no parágrafo anterior. Mas, é fato que o distanciamento entre Sindicato e jornalistas não tem favorecido uma atuação mais efetiva, nem tampouco a solução dos problemas enfrentados seja nas relações de trabalho, seja nos demais aspectos da vida profissional e social dos jornalistas.

É preciso fazer outros dois esclarecimentos nessa introdução, antes de entrarmos no texto de apresentação das fases do trabalho da tese propriamente.

O primeiro é que a tese não se confunde com uma autocrítica ou crítica tardia ao nosso trabalho, meu e dos demais diretores, à condução do Sindicato, nem a uma crítica centrada nos erros e acertos das diretorias que nos sucederam. O problema é mais antigo e merece um estudo mais amplo, como procuramos deixar claro no desenvolvimento da tese, inserido no contexto do movimento sindical brasileiro, em sua diversidade.

O segundo é que não pretendo me eximir, pessoalmente, da responsabilidade pelo que foi feito no decorrer das gestões que estive à frente da entidade. Ao longo da tese certamente aparecerão momentos em que às críticas que os jornalistas fizerem ao preencher o questionário sobre seu relacionamento com o Sindicato acrescentarei minha própria visão sobre os fatos. Em resumo, trata-se de dar livre curso aos argumentos. No essencial, se não há a crítica, não acontece o reconhecimento do que algo está ruim e precisa ser melhorado.

A tese é composta da seguinte forma. No Capítulo 2, lançamos as bases teóricas que dão sustentação ao nosso trabalho, em especial, dialogamos com o pensamento de Henri Lefebvre e sua leitura crítica e sensível da realidade e dos conflitos sociais e

políticos que a marcam, com as formulações de Adelmo Genro Filho em busca de uma teoria marxista do jornalismo, e no conhecimento amplo que tem sobre o sindicalismo o pesquisador Leôncio Martins Rodrigues.

O Capítulo 3 é voltado para a contextualização do problema. Analisamos as principais mudanças na imprensa e no jornalismo, no mundo e no Brasil, e trazemos algumas reflexões presentes no debate sobre o momento e o futuro do jornalismo. Esboçamos o perfil do jornalista profissional com suas principais características hoje no Brasil e, por fim, apresentamos em largos traços, de forma descritiva, o que é o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e suas principais iniciativas e atividades. Nessa parte, a recuperação histórica é mínima, apenas com a preocupação de ressaltar alguns aspectos da vida do Sindicato e dos jornalistas no Estado de São Paulo. São meras referências a poucos acontecimentos centrais na vida do Sindicato, uma vez que no Apêndice há a Linha do Tempo cobrindo os 75 anos da história da entidade (1937-2012).

Em seguida, descrevemos a metodologia utilizada na realização da pesquisa com os jornalistas de São Paulo (Estado) por meio de um questionário. É o Capítulo 4, em que dizemos como construímos o instrumento de pesquisa, a divulgação do questionário e a definição das categorias estabelecidas a partir da opção metodológica pela análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2010).

Com este capítulo, preparamos o terreno para o capítulo 5, que é o central da tese, em que analisamos as respostas que os jornalistas deram à pergunta aberta do questionário. Aqui, o problema da distância dos jornalistas em relação ao Sindicato é analisado do ponto de vista histórico, político, e as respostas dos jornalistas são cotejadas com os pressupostos teóricos e com as hipóteses. O final da fase da análise do conteúdo das respostas dos jornalistas nos remete diretamente para as conclusões da tese, no Capítulo 6.

Acompanha a tese vários Apêndices (de A até o I), em que se destacam a Linha do Tempo, com uma seleção dos feitos do SJSP da fundação, em 1937, a março de 2012, cobrindo os 75 anos da história da entidade, o questionário, na sua versão final, os dados do perfil do jornalistas respondente do questionário e as entrevistas em profundidade realizadas com quatro jornalistas, ainda na fase preparatória, antes da realização da pesquisa, entre outros materiais.

O desenvolvimento desta tese trouxe novas questões e explicitou a necessidade de que outras pesquisas sobre o movimento sindical dos jornalistas sejam desenvolvidas no âmbito da Universidade. Torcemos para que mais pesquisadores e pesquisadoras aceitem esse desafio, contribuindo para alargar e aprofundar a reflexão sobre a organização de uma categoria fundamental para o fortalecimento da democracia brasileira.

-- x --

2. Ampliando horizontes: aspectos teóricos

Teorias são "explicações parciais da realidade" que servem para esclarecer melhor o objeto investigado, ajudam a levantar as questões de forma mais pertinente, auxiliam na organização dos dados e iluminam a análise dos dados organizados (Minayo, 1999, p. 18). Em busca de perspectivas e conceitos que nos auxiliem na compreensão da problemática do distanciamento entre jornalistas do Estado de São Paulo e o Sindicato, vamos dialogar neste capítulo com o pensamento do filósofo marxista francês Henri Lefebvre, em especial sobre a importância do cotidiano na política; a teoria do jornalismo do pesquisador gaúcho Adelmo Genro Filho e a produção teórica sobre os rumos do sindicalismo no Brasil e no mundo.

2.1 A importância do cotidiano

Lefebvre identifica na análise do cotidiano o elemento que faltou a Marx e ao marxismo para compreender de forma mais completa o mundo da produção e o da não-produção e suas interações. Não foi o primeiro nem o único teórico a fazê-lo, é bom que se diga, embora seja a abordagem com a qual mais me identifiquei em relação a este *aggiornamento* do marxismo. Utilizando como ferramentas a dialética e sua teoria crítica, o autor mostra na trilogia que elaborou entre 1947 e 1981[3] como está inscrita no cotidiano a possibilidade de chegarmos mais perto de uma totalização de conceitos e categorias desenvolvidos anteriormente pelas Ciências Sociais e pela Filosofia. O cotidiano, analisado de forma dialética e crítica, permitiria ao sujeito

[3] Sob o título **Crítica da vida cotidiana**, Lefebvre publicou três volumes, em 1946, 1960 e 1981. Nossas citações baseiam-se na tradução para o português do original em francês do último volume, de 1981, feita por Nobuko Kawashita para a disciplina Ensino, Cotidiano Escolar, Cultura e suas Representações, da Profa. Dra. Sonia Penin, Faculdade de Educação-USP – 2º semestre de 2009.

pretender a própria superação desse cotidiano – lugar por excelência da fragmentação –, por meio da prática social.

Segundo Lefebvre, os jovens e os trabalhadores que fizeram o Maio de 1968 na França colocavam, de forma concreta, no seu movimento, a necessidade de uma outra análise sobre as questões envolvendo as lutas sociais que não se limitasse à visão ortodoxa da luta de classes baseada tão somente nas contradições que emanavam das diferenças entre as classes e dos problemas da economia ou do mundo da produção:

> Conscientemente ou não (...) os contestadores mostravam uma verdade essencial que emergia: a produção implica e envolve a reprodução – não somente aquela da força de trabalho e dos meios de produção, teses clássicas – mas daquelas relações sociais de dominação. A reprodução passa, assim, para o primeiro plano (...) [e] não podia mais aparecer como um fenômeno secundário, como um simples resultado da produção. Sua análise crítica implicava uma reformulação do conceito de totalidade. Onde e como se realizava a reprodução? Na e pela família? No e pelo Estado? Somente na empresa? Na prática social? Todas estas perguntas continham uma parcela de verdade, mas ficavam unilaterais e incompletas enquanto faltasse uma nova análise da cotidianidade (LEFEBVRE 1981, p. 18).

Para essa análise do cotidiano era preciso fugir à ortodoxia marxista, de um lado, e também cuidar para não cair no hipercriticismo às situações vividas no mundo real, caindo no idealismo. É assim que Lefebvre questiona sua própria formulação de alguns anos antes quando, no segundo volume da mesma trilogia (*Crítica da Vida Cotidiana*) formula uma "tese talvez excessiva, isto é, hipercriticista". Refere-se à seguinte passagem: "o cotidiano é programado de maneira insidiosa pelas mídias, pela publicidade, pela imprensa" (ibid., p. 19).

Qual o problema? É que

> (...) efetivamente, as satisfações não podem ser negligenciadas, as necessidades submetidas e produzidas pelo consumo de produtos objetivos são reais; elas são a realidade que possui consistência e coerência tão frequentemente celebradas que se erigem em critério de verdade (ibid., p. 19).

E, deslocar este “real”, sem situá-lo de maneira nova no cotidiano, leva ao idealismo. Assim, aquela seria uma maneira idealista de fazer a crítica à realidade da vida cotidiana.

Enfim, há uma pertinência na crítica à construção das representações que passam pela mídia e pelos interesses do capital, mas ao mesmo tempo não se pode desprezar o fato de que essas representações são mais do que simples construções intelectuais, simples discursos. Elas assumem uma concretude, como o autor procura deixar claro, ao tratar de um elemento que acabou se tornando até parte da cultura contestatória da juventude 68, que ele identifica como um “curioso mal-entendido”

> do equivocado símbolo de liberdade, novidade e independência que o uso do jeans, (...) largamente produzido e distribuído pelo mundo por parte da indústria do vestuário estadunidense, em particular para os países de proletariado super explorado (Hong Kong, Singapura [e por que não, o Brasil e tantos outros que o autor não cita]), introduzindo um certo americanismo não tanto pela ideologia, senão pelo cotidiano. O pensamento crítico tem descrito mal esta infiltração, ainda que o tenha detectado aqui e ali (ibid., p. 20).

Para se aprofundar na análise desse cotidiano, Lefebvre cria, ao longo de algumas décadas de trabalho intelectual intenso – em paralelo com a militância política e social, que nunca abandonou ao longo da vida – um conjunto de conceitos além da análise crítica do cotidiano como a representação, o vivido, o concebido, a obra. O autor é dono de uma obra extensa (MACHADO, 2008), sofisticada e com muitas implicações e ramificações em diversas áreas do conhecimento e da atividade humana. Não é nossa intenção – e também foge ao escopo da tese – ir além de uma evocação do fio condutor do seu pensamento na questão específica que estamos tratando nesta introdução à teoria.

Ao elaborar sua teoria crítica, Lefebvre o faz com base no pensamento dialético, em oposição à teoria idealista. Ora, como vimos, a crítica a uma dada realidade ou teoria não pode se perder no hipercriticismo, o que seria enveredar por uma certa alienação em relação ao objeto do qual estamos buscando nos aproximar.

Para nós, o distanciamento dos jornalistas em relação ao Sindicato, e deste em relação aos jornalistas, é um processo de mão dupla que se deu em parte devido exatamente a uma abordagem deslocada do problema da precarização das relações de trabalho entre os jornalistas por parte do Sindicato. O Sindicato tem uma atitude crítica em relação à precarização das relações de trabalho, como não poderia deixar de ser. Precarização que se manifesta no descumprimento da legislação trabalhista e de itens específicos dos acordos coletivos firmados pelo SJSP com os sindicatos patronais, como jornada de trabalho, limites e remunerações para as horas extras, entre outros, parte de um rol relativamente extenso de direitos desrespeitados. Inclui, ainda, a inexistência de contratação formal ou a adoção de contratos de trabalho que ferem a legislação.

No entanto, ser contra a precarização não poderia levar o Sindicato a negar a existência dos jornalistas precarizados, negar suas necessidades cotidianas, ou a deixar esses jornalistas sem uma devida assistência. Comparando a situação com a que Lefebvre nos traz, podemos dizer que a existência desses contratos precarizados e da situação de precarização nas relações de trabalho exige do Sindicato que compreenda o problema em sua amplitude, em sua concretude, nas mais variadas formas como se manifesta no cotidiano, mas também nas mais variadas acepções com que essas situações são vistas e vividas pelos jornalistas. À direção caberia fazer uma análise crítica da situação. Do contrário, o Sindicato passa a viver em uma outra realidade e deixa de ter a condição de dialogar com os jornalistas reais, de carne e osso, que formam sua base. Seria este o problema (ou pelo menos um dos problemas) na base da situação que identificamos de distanciamento entre os jornalistas de São Paulo e o seu Sindicato?

Ainda em relação a Lefebvre vale a pena refazer, mesmo que de forma rápida, o caminho aberto por ele em outra obra, **La presencia y la ausência** (1983). E aqui retomamos a questão apenas enunciada no segundo parágrafo do capítulo. Trata-se do processo do conhecimento, ou de como elaborar uma teoria crítica. Inicia-se com um trabalho que guarda relação com o do arqueólogo, em busca da reconstituição de

uma genealogia do conceito (a ausência). O resultado deste trabalho é o conceito propriamente dito, que é a superação do concebido com base na pesquisa sobre o vivido (o real), utilizando para isso a lógica concreta ou o método dialético. No atingimento da formulação do conceito, por meio da superação, está o momento da presença.

Vamos acompanhar a trajetória descrita acima na elaboração de um dos livros de Lefebvre. É o livro sobre a teoria das representações. Nele o pensamento teórico

> se apropria da crítica durante muito tempo descuidada das representações, porém sem abandonar a crítica das ideologias, examinando detidamente o conceito de ideologia. Desse modo, a teoria deveria libertar-se da crítica ideológica das ideologias e da crítica das representações mediante uma representação (1983, p. 110)

Depois de discutir os conceitos de representação e de ideologia, o autor pergunta se não seria necessário

> voltar a introduzir a tradição filosófica que dialetiza as relações "aparência-realidade", "verdade-ilusão", contra todos os dogmatismos? Segundo essa teoria, sucede que a aparência se realiza em um movimento que atravessa a sociedade. A "realidade" se dissimula, logo se torna translúcida e se modifica representando-se. O que vai muito além do que as teses sobre o "reflexo" ou sobre as "superestruturas", porém exige uma nova elaboração. (ibid., p. 35)

Elaboração que é necessária, mas que não foi feita até então. E continua Lefebvre, com mais perguntas:

> Como é possível que a publicidade tenha hoje em dia tanto êxito que seus resultados, assim como os da propaganda estatal, não deixam de surpreender? Que a manipulação das necessidades e das motivações alcance a eficácia que devemos reconhecer nela? Única resposta possível: a propaganda (política) e a publicidade (comercial) utilizam ou constroem representações que substituem as "coisas" e a "gente". O político não se limita a cuidar de sua "imagem de marca": a produz, a mantém, ajudado por especialistas do marketing. O "vendedor" produz não só a imagem do produto senão as "necessidades" e as "motivações". (ibid., p. 35)

Para Lefebvre, não basta o que fizeram Marx e os "marxistas" que

> acreditaram poder abolir as representações com o conceito e a crítica da ideologia (...). A crítica das representações por uma representação elude a análise do representado e fixa a atenção em um resultado, a ideologia sistematizada a partir das representações admitidas em tal

> ou qual época, inerente à linguagem, à vivência e à prática. Ao mesmo tempo, se elude uma interrogação, a que se refere ao poder da abstração. O pensamento abstrato domina a natureza e também os seres humanos organizados social e politicamente. Isso não é fundamental? (ibid., p. 35)

Como o problema foi solucionado? Primeiro, resistindo à tentação de criar uma "via rápida", uma passagem fácil por meio do discurso (é essa a interpretação que Lefebvre tem dos novos filósofos e dos sociólogos que partiram para o hipercriticismo). É preciso persistir na busca da verdade, assim como é necessário reconhecer a existência da realidade. Ao se caminhar nessa direção, três coisas devem ser observadas:

1 – Não se trata da busca à verdade absoluta e fixa dos teóricos conservadores, sejam quais forem seus matizes;

2 – Num primeiro momento, o que existe é a ausência. Neste início pode-se,

> para estudar o fenômeno em questão, deixar de lado – momentaneamente e sob um certo aspecto – as relações menos essenciais. É assim que se constitui, legitimamente, um objeto de pensamento (que deve ser considerado apenas como momentâneo, relativo, aproximativo e provisório). (LEEBVRE, 1975, p. 195)

3 - Na busca que empreendemos, avançando da ausência para a presença, não há absolutos. Não há uma única "essência" dos seres e das coisas a ser apreendida, colocada como algo eterno, fixo, determinado e permanente. A única coisa permanente é o próprio movimento da busca. Mas o fato de dizer que não há uma única essência não quer dizer que deixem de existir aspectos mais importantes que podem ser, em um determinado momento, considerados essenciais para o desenvolvimento de um problema, e outros menos importantes, que podem ser considerados acessórios e, por isso, deixados de lado naquele momento.

4 - Deve-se enfrentar a ausência que se manifesta no caminho da busca com amor (o que aparentemente é algo pouco "científico", mas tem suas raízes em Platão e, afinal, se o autor procura uma teoria que o aproxime da totalização do vivido, porque não considerar a afeição aos seus semelhantes, ao objeto de pesquisa, ao devir?), fazendo a genealogia do conceito (analisando o concebido), indo à realidade, verificando no

vivido e nas representações que saem por todos os poros do cotidiano, trabalhando dessa forma para construir os conceitos.

Inspirados pelos conceitos e considerações de Lefebvre, pretendemos analisar os depoimentos dos jornalistas em resposta à pergunta aberta do questionário no capítulo 5 desta tese.

2.2 Jornalismo: um modo de conhecimento?

Ao desvencilhar-se da vala comum da teoria da comunicação – ou teoria da informação, dependendo de nos referenciarmos na escola norte-americana ou na francesa (Melo, 1970, p. 59) – em que foi mantido durante décadas nas escolas, o jornalismo começou a ser alvo de atenções especiais por parte dos pesquisadores e professores universitários. Entre as obras que discutiram o assunto, merece destaque o livro de Adelmo Genro Filho, *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*, fruto de sua dissertação de mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1986.

Genro Filho defende basicamente a ideia de que o jornalismo é um modo de conhecimento da realidade centrado no singular e que se expande até o particular. Ele trabalha com os conceitos filosóficos de singular, particular e universal, conforme a tradição hegeliana (1989, p. 161). O universal é o terreno das formulações científicas: "Por mais específico que seja o objeto e por mais especializado que seja o saber, o conhecimento científico aspira sempre o universal", diz. Já no jornalismo,

> o singular é a matéria-prima (...), a forma pela qual se cristalizam as informações ou, pelo menos, para onde tende essa cristalização e convergem as determinações particulares e universais" (ibid., p. 160).

O autor exemplifica a conceituação através da notícia de uma greve. Ao escrever sua matéria, o jornalista vai trazer para o primeiro plano os fatos específicos e

determinados do movimento (destacando assim, sua singularidade): quando começou, quais as reivindicações, quem são os líderes, qual a reação dos empresários e do governo etc. O particular vai aparecer no contexto político em que a ação se desenvolve, a identidade ou não com outras greves. Ou seja, a particularidade aparece quando se analisa o fato situando-o de acordo com uma "classe" de eventos, segundo uma análise conjuntural que pode ser consciente ou não. Nesse sentido, a particularidade do fato – embora subordinada formalmente ao singular, pois é ele que dá vida à notícia – estará relativamente explicitada. No entanto, a universalidade desse fato político, em que pese não seja explicitada, estará necessariamente presente enquanto conteúdo. Ou seja, como pressuposto que organizou a apreensão do fenômeno e como significado mais geral da notícia, teremos uma determinada concepção sobre a sociedade, sobre a luta de classes e a história (ibid., p.163).

Na singularidade está presente, na forma de maior impacto emocional, a "verdade" crua do fato relatado. Verdade que, para se concretizar, exige o concurso da sensibilidade dos profissionais que em diferentes momentos manipulam o texto – pauteiro, repórter, editor – até chegar ao leitor. E é essa sensibilidade, é o conhecimento e a abordagem que esses profissionais têm do mundo que vão particularizar aquele fato ao apresentá-lo como parte de um todo que é o universo dos acontecimentos ocorridos até então e que aparecem de forma fotográfica naquela cápsula de tempo/espaço comprimidos que é o veículo impresso ou o noticiário de uma emissora de rádio e TV (ou em uma página noticiosa na internet, que ainda não era uma realidade no uso cotidiano das pessoas quando o autor apresentou sua dissertação).

Genro Filho vai buscar apoio na ideia do *lead*[4] para desenvolver essa concepção. Para ele, o *lead* é a "apreensão sintética da singularidade ou núcleo singular da informação"

[4] Há diferentes histórias sobre como surgiu e toda uma discussão conceitual em torno do que seja exatamente o *lead*, discussão que é central no trabalho de Adelmo Genro Filho. Essa técnica de concentrar as informações mais relevantes no início dos textos jornalísticos teria aparecido pela primeira vez no *The New York Times*, em abril de 1861 e daí se espalhado para o mundo. No Brasil e nos demais países da America Latina ela teria sido adotada a partir da segunda metade do século XX, diz

(ibid., p. 191) e normalmente está colocado no início da matéria, pois a técnica do jornalismo moderno implica um caminho expositivo do singular ao particular. A notícia diária, principal gênero do jornalismo, teria assim uma estrutura epistemológica que poderia ser representada graficamente por um triângulo equilátero, simbolizando um equilíbrio entre os três elementos definidores dessa estrutura: a singularidade do fato, a particularidade que o contextualiza e "uma certa racionalidade intrínseca que estabelece seu significado universal" (ibid.).

O *lead* seria, assim, "uma importante conquista da informação jornalística, pois representa a reprodução sintética da singularidade da experiência individual". Enquanto, na concepção apresentada por Marx, o processo de conhecimento teórico (científico) vai do abstrato ao concreto, o processo do conhecimento jornalístico assemelha-se à percepção imediata dos indivíduos, que

> vai da forma ao conteúdo, do fenômeno à essência, do singular ao geral. O *lead* funciona como princípio organizador da singularidade. A rigor ele pode, inclusive, não estar localizado no início da notícia, embora isso seja o mais comum. Sua localização no começo da notícia corresponde ao processo de percepção em sua ordem mais natural, pois toma como ponto de partida o objeto reconstituído singularmente para, a seguir, situá-lo numa determinada particularidade. (ibid., p. 196)

Esse é o ponto nodal na conceituação desenvolvida por Genro Filho. A partir daí é possível tecer considerações sobre os vários tipos de jornalismo. O sensacionalista, que singulariza os fatos ao extremo e "pressupõe e reforça as categorias do próprio senso comum, quer dizer, a predominância da ideologia burguesa" (ibid., p. 197). Assim, via o sensacionalismo, ocorreria uma "distorção do concreto através dos seus aspectos sensíveis no contexto da percepção e da apropriação subjetiva". O fundamento histórico e dialético do fenômeno, que na matéria jornalística é sugerido por meio da particularização, cede lugar à sensação, fica "diluído na superfície do sensível". O mundo passa a ser visto como algo dado, reforçando o polo da ideologia burguesa dominante que, em seu movimento permanente de *naturalizar* os acontecimentos

---

Eleazar Diaz Rangel, citado por Genro Filho (1989, p. 189). É importante registrar ainda que há explicações diversas para o mesmo fenômeno dadas por outros autores.

sociais, é questionado o tempo todo pelo jornalismo, visto como uma atividade que busca o diferente, o dissonante, o desigual, a ruptura, o inesperado. E que, ao fazer isso, abre espaço para a emoção, para a criação do jornalista, para a manifestação do seu talento, pois essa percepção das diferenças não é absolutamente a mesma em todos os indivíduos.

Ainda "a singularização extrema, em si mesma, possui um conteúdo conservador" e o discurso do reforço dos valores produzido nesse jornalismo excita "não apenas as sensações como também os preconceitos morais do público" (ibid., p. 198).

Na outra ponta, o jornalismo crítico poderia ser buscado no gênero da reportagem, onde a "singularidade atinge a particularidade sem, no entanto, superar-se ou diluir-se nela" (ibid., p. 199). A preservação do singular poderia se dar através da totalidade estética (numa reportagem de cunho mais literário, a exemplo do "novo jornalismo" norte-americano à la Truman Capote em *A Sangue Frio*), através de uma abordagem *teórico-científica* (o autor cita o exemplo de uma reportagem sobre mortalidade infantil utilizando dados estatísticos e outros métodos emprestados às ciências sociais) ou *informativa*, como nos casos das revistas semanais "que, muitas vezes, contam a "história da notícia" a que o público já assistiu pela TV e leu nos jornais diários (...) fornecendo um quadro mais complexo da *situação* na qual o fato foi gerado" (ibid., p. 198-9).

Também pode-se opor à estreiteza da notícia sensacionalista (a "radicalização da singularidade", como diz Genro Filho)

> a abertura de um ângulo de generalização maior do singular ao particular. Aqui, teremos uma abertura que será inversamente proporcional tanto ao público quanto ao ciclo de reprodução da matéria. Um jornal semanal (ou um programa jornalístico na TV de igual periodicidade) não deverá elaborar suas notícias e informações na estrutura do triângulo equilátero. O contexto da particularização que vai atribuir o próprio significado ao singular ou, noutras palavras, que vai construir o fato jornalístico, deverá ser mais amplo e rico em conexões. Um jornal mensal terá de abrir ainda mais esse ângulo de contextualização e generalização (...). (ibid., p. 193)

A busca da transmissão das informações dentro do que ele chama de "objetividade jornalística" é vista então como um avanço em relação ao jornalismo estritamente opinativo, da época em que a burguesia fazia de seus jornais diários verdadeiras tribunas na luta contra os privilégios da nobreza decadente[5]. Para o autor,

> há uma tendência histórica subjacente à "lógica jornalística" – lembremos que ela é fruto dos interesses burgueses e também de "necessidades sociais profundas" – no sentido de um conflito potencial com a mera reprodução ideológica das relações vigentes. (ibid.)

O quadro teórico construído por Genro Filho permite uma aproximação interpretativa geral do fenômeno jornalístico. Tem a vantagem, frente às análises criticadas por ele como o da Escola de Frankfurt, de reter exatamente o objeto de estudo que se pretende tratar, o jornalismo, sem diluí-lo em uma análise genérica da massificação da cultura na fase de expansão do capitalismo no final do século XIX e no decorrer de todo o século XX.

Para a nossa análise sobre o distanciamento entre jornalistas do Estado de São Paulo e o SJSP, Genro Filho vem nos lembrar das especificidades do fazer jornalismo, em especial, do compromisso e do desafio – nem sempre concretizados – de captar as singularidades e as necessidades profundas de uma sociedade. Desafio cada vez mais tensionado pela lógica da precarização e pelo impacto do processo de reestruturação produtiva na mídia brasileira. Compreender os jornalistas neste momento do país significa compreender a tensão, o conflito e a contradição profunda vividos no cotidiano pelos profissionais com relação a esse fazer jornalístico apontado por Adelmo Genro e seus desdobramentos na construção da identidade profissional de cada um e da identidade coletiva enquanto categoria.

O esforço de Genro Filho para desenvolver uma teoria específica sobre o jornalismo tem outra consequência que, embora não faça parte do nosso objeto de estudo

[5] Para uma periodização da imprensa – e, consequentemente, do jornalismo – até o surgimento das modernas indústrias de comunicação, ver Habermas, 1984, p. 213 e seguintes.

específico, merece ser citado porque tem repercussão importante sobre a forma como a profissão é concebida e sobre como os profissionais são formados.

Se o jornalismo é uma forma de conhecimento da realidade calcada no singular, com regras definidas e reconhecidas por uma categoria profissional em sua prática social, então as interpretações segundo as quais o jornalista é um ser humano dotado de um talento específico pode ser visto apenas como uma crendice do passado que pode perfeitamente ser deixada de lado e substituída por um corpus organizado em disciplinas, em seus aspectos mais conceituais ou mais voltados à prática profissional, que podem sim, perfeitamente, ser transmitidos aos futuros profissionais em cursos regulares de jornalismo. De resto, como já acontece na prática no Brasil desde 1947, com o surgimento do primeiro curso de Jornalismo, da Fundação Cásper Líbero, em São Paulo, e pelo mundo afora.

2.3 Sindicalismo: crise, declínio ou novos caminhos

Há uma relevante produção acadêmica brasileira que vem se dedicando a refletir a situação e as perspectivas do movimento sindical do país, contextualizado – sobretudo – na relação com as experiências europeia e estadunidense (RODRIGUES, 1999; LAIMER, 2003; ANTUNES, 1995; SANTANA; RAMALHO, 2003; OLIVEIRA, 2002; CARVALHO, 2009).

Para efeito do nosso trabalho, apresentaremos aqui somente algumas questões tratadas nessa ampla e diversa produção, com o objetivo de apoiar a nossa reflexão sobre a relação dos jornalistas com o SJSP e as perspectivas da entidade no contexto do movimento sindical brasileiro. Não abordaremos a história do movimento sindical brasileiro, suas especificidades no contexto mundial e sua ampla atuação no cenário político do país.

No Dicionário de Política (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004), Regini reproduz uma definição bastante genérica de Allen (1968)[6] sobre o sindicalismo, movimento criado há quase dois séculos: trata-se de uma "ação coletiva para proteger e melhorar o próprio nível de vida por parte de indivíduos que vendem a sua força de trabalho". Mas deixa logo claro as enormes dificuldades que há para ir além de uma definição com este nível de abstração e indeterminação para tratar de um fenômeno tão "complexo e contraditório":

> Ele [o sindicalismo] nasce, de fato, como reação à situação dos trabalhadores na indústria capitalista, mas constitui também uma força transformadora de toda a sociedade. Traduz-se em organizações que gradualmente se submetem às regras de uma determinada sociedade, mas é sustentado por fins que transcendem as próprias organizações e que frequentemente entram em choque com elas. Gera e alimenta o conflito dentro e fora da empresa, as canaliza à participação social e política de grandes massas, contribuindo para integrá-las na sociedade. (p. 1.150)

Há um consenso entre a maioria dos pesquisadores de que o chamado movimento sindical – ou movimentos sindicais para alguns – se caracteriza cada vez mais pela crescente heterogeneidade, nas formas de organização, na atuação, nas perspectivas estratégicas, na relação com o mundo do trabalho e com o Estado, entre outras questões, que variam também conforme o país.

Tal diversidade reflete também a crescente complexidade existente no mundo do trabalho, em especial após os processos de globalização e de reestruturação produtiva, que ganharam espaço a partir dos anos de 1970. Algumas das principais características assinaladas pelos autores que tratam do tema são: uso intenso da tecnologia, flexibilização e precarização das relações de trabalho, crescente financeirização da economia, produção mais sensível às demandas específicas e individualizadas do mercado, diminuição do poder do Estado, perda de espaço de regulação pública e crescente valorização da negociação direta entre as partes do conflito.

---

[6] ALLEN, V. An Essay on analytical methods in sutudies of trade unionism, apud REGINI, M., In **Dicionário de Política**, Bobbio; Matteucci; Pasquino.

É importante lembrar que o processo de reestruturação produtiva e de avanço das políticas neoliberais na América Latina se intensificou a partir da década de 1980. No Brasil, foi um processo concomitante à redemocratização pós-ditadura militar que teve no sindicalismo um dos seus principais atores políticos. Embora naquele momento o protagonismo principal tenha cabido aos operários, particularmente aos operários do ABC paulista, nas décadas seguintes o movimento sindical foi perdendo a hegemonia conferida ao setor industrial (centrado no proletariado e na seguridade social) e teve seu perfil diversificado, sobretudo, com o crescimento do setor de serviços.

Quais as questões que marcam o debate sobre o atual momento do movimento sindical e suas perspectivas? Diante das quedas das taxas de sindicalização e do número de greves na maioria dos países, Rodrigues (1999) defende que o movimento sindical vem enfrentando não mais uma crise – compreendida como algo que abre possibilidades de superação – mas um declínio, avaliação compartilhada também por outros autores, como lembra Carvalho (2009).

> De modo mais preciso: o que parecia na década dos 70 ser uma crise, que atingia o sindicalismo de alguns países e não o de outros, foi adquirindo na década dos 80 o caráter de um declínio, à medida que o tempo corria e o sindicalismo, num número crescente de países, não encontrava respostas satisfatórias para pôr fim à persistente redução de seus filiados e dos espaços que havia conquistado após a Segunda Grande Guerra. No caso da instituição sindical, porém, o declínio deve-se mais a razões externas do que internas, isto é, mais a mudanças no ambiente no qual o sindicalismo vive do que a processos derivados do envelhecimento do sindicalismo como organização (esclerose burocrática, acomodação à ordem industrial, por exemplo), que resultariam de seu próprio crescimento num ambiente externo relativamente estável. (RODRIGUES, 1999, p. 21)

Com prudência em relação aos limites da generalização entre diferentes contextos nacionais, Rodrigues dialoga com vários autores e aponta que apesar da tendência de queda global nos números de sindicalização, observou-se em vários países o crescimento do número de sindicalizados do setor público e da sindicalização de mulheres trabalhadoras.

O autor considera que, quando a causa da perda de poder de um sindicato é por razões político-institucionais (burocratização, incompetência das lideranças, governos hostis, legislação antissindical etc.), há possibilidades de superação do problema, ou seja, a situação deve ser compreendida como uma crise. Mas quando é resultado de mudanças na economia e no mercado de trabalho, impacto das tecnologias e transformações na estrutura social, a superação é mais difícil, e pode resultar em um quadro de declínio.

Um dos desafios mais complexos apontados pelo autor, resultante dos processos de mudanças na economia, da intensificação das novas tecnologias e da diversificação interna às categorias profissionais, é a chamada "fragmentação de interesses das classes trabalhadoras":

> Na realidade, a fragmentação não vem apenas de mutações tecnológicas, mas de um conjunto de alterações na área produtiva e no mercado de trabalho que aumentam as diferenciações no interior das classes trabalhadoras, dificultam a unificação de suas demandas e, consequentemente, diminuem sua coesão e solidariedade e fazem com que os sindicatos encontrem muita dificuldade para exercer seu papel tradicional de representação. (...) O resultado desses novos desenvolvimentos não é apenas o fim (ou o começo do fim) do velho modelo taylorista-fordista, mas também, como dificilmente deixaria de ser, da velha classe operária sobre a qual se apoiara o sindicalismo como fenômeno de massa. (Ibid., p. 177)

A fragmentação torna mais difícil e complexo o esforço dos sindicatos de estimular a solidariedade entre trabalhadores e trabalhadoras, o reconhecimento entre "pares", base da construção de uma identidade coletiva, entendida como algo a ser alimentado, vivo e dinâmico.

Quais são as alternativas para esse impasse? Rodrigues destaca três grandes tipos de alternativas que vêm sendo adotadas pelos sindicatos:

a) respostas coletivas: são as que se aproximam das atividades tradicionais dos sindicatos. Destinam-se a aumentar os níveis de sindicalização entre categorias já sindicalizadas, trazer novos segmentos, organizar grupos de trabalhadores de categorias já existentes, mas ainda fora dos sindicatos. Nessa linha, os

sindicatos têm buscando se aproximar, sobretudo, de grupos de jovens, mulheres e migrantes;

b) respostas individualistas: segundo o autor, nessa linha os sindicatos procuram aprofundar e diversificar serviços oferecidos a preços especiais, tais como cursos, empréstimos, cartões de crédito, consultoria sobre direitos e seguridade social. Cético com relação a essa linha, Rodrigues aponta o risco de alguns sindicatos deixarem de fazer pressão e negociação, para atuar somente como prestadores de serviços. Porém, não enxerga o potencial dessa linha de reconhecer e dialogar com as necessidades cotidianas dos sindicalizados e contribuir para atrair e dinamizar as relações destes com as entidades, estimulando novas possibilidades de criação de solidariedade;

c) respostas organizatórias: essa linha incide em mudanças na estrutura sindical, sobretudo por meio de fusões de sindicatos do mesmo ramo de produção. A partir do levantamento de vários autores, Rodrigues traz um balanço negativo das experiências de fusões na Europa e nos Estados Unidos, chamando a atenção para os problemas decorrentes da criação de estruturas burocráticas muito grandes e complexas politicamente e seu distanciamento das bases.

O autor identifica que não há uma única solução ideal, mas que conforme o contexto local se faz necessária a combinação de diferentes estratégias. Destaca as opiniões de pesquisadores progressistas que acreditam que a revitalização do sindicalismo passa necessariamente pela formação de um movimento sindical mais democrático, menos burocratizado e mais dinâmico.

> Os mais à “esquerda” sugerem que os sindicatos sejam mais duros na resistência às pressões das empresas e as lideranças sindicais mais empenhadas em levar o sindicato para novos segmentos das classes trabalhadoras, além da clientela habitual do sindicato. Nesse tipo de ampliação é enfatizada a necessidade de os sindicatos darem mais atenção para problemas que afetam os trabalhadores como cidadãos. Entram nessa classe, as reivindicações que interessam as minorias étnicas, a atenção a questões que se referem

> especificamente às mulheres, aos aposentados, à defesa do meio ambiente, às reivindicações democráticas, de modo geral. (RODRIGUES, 1999, p. 281)

Ramalho (2000), analisando Rodrigues (1999), avalia que o autor de O Destino do Sindicalismo se mantém dentro de uma concepção mais estreita e formal sobre as funções da instituição sindical, não contemplando a grande quantidade de alternativas que vem sendo criadas pelos sindicatos para enfrentar as dificuldades da conjuntura atual. Rodrigues e Ramalho (2007) apontam que há ações consistentes que devem ser entendidas como respostas à situação em que se encontram os sindicatos e que a crise tem proporcionado novas oportunidades como os espaços de participação em esferas antes intocadas pelo sindicalismo. Identificam a

> (...) adoção de novas práticas voltadas para questões sociais que envolvem trabalhadores e a região em que vivem, e, nos últimos anos, também a participação ativa em fóruns de debate e elaboração de estratégias que, junto com outros atores tradicionalmente em posições sociais antagônicas, buscam viabilizar alternativas de desenvolvimento econômico para enfrentar fases de crise e mudanças. (p. 17)

Enquanto a queda das taxas de sindicalização é analisada de modo praticamente unânime entre os mais diferentes autores como uma perda de representatividade sindical, para Carvalho (2009) este não deve ser tratado como um elemento isolado e absoluto. A institucionalização sindical, que não está ligada necessariamente à diminuição ou ao aumento do percentual de trabalhadores sindicalizados, consistiria em um fator de ganho de representação sindical ao fortalecer o papel do sindicato na sociedade a favor da regulação social comprometida com o interesse público.

Nesse sentido, a atuação sindical no espaço institucional, principalmente no campo das políticas públicas, garantiria aos sindicatos um acréscimo de legitimidade, reafirmando sua imagem como representante dos trabalhadores de um lado, ao estabelecer a mediação destes com a sociedade, e assegurando um tipo de participação na sociedade que amplia seu reconhecimento por outras formas organizacionais e institucionais.

O autor identifica que há um movimento de busca por novos caminhos, que vão da aposta em modelo utilitarista-funcional baseado na atração de sindicalizados pela oferta de serviços a uma atuação institucional mais no campo das políticas públicas. Dessa forma,

> (...) se, por um lado, encontram dificuldade em superar as barreiras que separam representantes dos representados pelo distanciamento que se impõe cada vez mais acentuadamente sobre sindicatos e trabalhadores, por outro, percebe-se uma evolução de certas práticas não tão comuns aos sindicatos e que são contraditórias, em alguns momentos, com sua essência, mas que lhes garantem legitimidade o suficiente para serem reconhecidas como representantes. (CARVALHO, 2009, p. 24).

É possível "ver" o SJSP, seus problemas e sua história recente na análise e no debate que travam os autores aqui citados. A complexidade que se aprofunda no mundo do trabalho, a flexibilização e precarização das relações de trabalho, a queda da taxa de sindicalização e elementos que se combinam naquilo que Rodrigues (1999) descreve como crise e também como declínio. Sem dúvida fazem parte do cenário dos jornalistas e do SJSP nos últimos anos a fragmentação dos interesses da categoria as dificuldades que disso decorrem para que o SJSP formule e implemente propostas de enfrentamento da situação. Assim como há, ainda, componentes ligados à evolução da situação política dos partidos, da Central Única dos Trabalhadores – da qual os jornalistas que participaram do SJSP e de sua direção no início dos anos 1980 foram fundadores – e da evolução política do país que precisam ser levadas em conta ao se avaliar o afastamento dos jornalistas em relação ao Sindicato.

São problemas a serem enfrentados no decorrer do desenvolvimento da tese. Os próximos passos, depois de dialogarmos com algumas reflexões e conceitos de Lefebvre, Genro Filho, Leôncio Martins Rodrigues e outros teóricos que estudam o sindicalismo, visando trazer novos e outros olhares para a reflexão sobre o distanciamento entre jornalistas e SJSP, serão dados no sentido de mapear os desafios da profissão de jornalistas, no mundo e no Brasil.

-- x --

3. Os desafios da profissão de jornalista

3.1 Contexto Internacional

Sob o impacto das novas tecnologias de informação, o território do jornalismo vem mudando de forma rápida e radical nas duas últimas décadas. As mudanças impactam o conteúdo jornalístico, os suportes (meios impressos e eletrônicos), a frequência ou *timing* com que as informações chegam ao leitor, a estética ou visual com que as mensagem (textos, fotos, ilustrações, gráficos, tabelas e imagens em movimento) são revestidas, o relacionamento com o público e com as fontes de informação.

Com as novas tecnologias, principalmente a Internet, novos atores, conteúdos e formas entraram em cena na produção e no consumo da informação jornalística. São mudanças tão profundas, elas atingem com tal intensidade a forma como se estruturou o jornalismo nas suas seis vertentes básicas – empresas, veículos (jornal, rádio, televisão etc.), anunciantes, jornalistas, fontes, e público – que cabe perguntar se não estariam sendo atingidos, também, os princípios e conceitos sobre os quais se estruturou a atividade jornalística. Estaríamos no limiar de uma nova ordem na atividade jornalística?

Não há uma resposta final a esta pergunta. O professor Carlos Chaparro, por exemplo, situa a derrubada das torres gêmeas de Nova York, em 2001, no episódio que ficou conhecido pela sua data, o 11 de setembro, como a "grande demonstração de que não há mais intervalo entre a notícia e o fato. Isto deu ao fato um poder extraordinário, como estágio gerador de conteúdo. E deu à notícia um poder inusitado de produzir transformações imediatas"[7].

[7] Entrevista ao autor em 23 mai 2011. Ver Apêndice D1.

Com as mudanças recentes, continua Chaparro – que obviamente não tiveram início em 11 de setembro de 2001, utilizado aqui apenas como um momento simbolicamente importante na passagem de uma situação à outra proposta pelo professor e pesquisador –, o jornalismo perde o poder sobre a notícia que teve no jornalismo tradicional. Na sua formulação: "A notícia passa a pertencer a quem produziu o acontecimento".

Chaparro (2007, p.14) já havia discorrido sobre essa ideia em seu livro ao tratar do que chamou de "a revolução das fontes":

> As fontes, hoje sujeitos institucionalizados, se capacitaram para produzir acontecimento noticiáveis. Aprenderam a gerar conteúdos e a interferir na pauta jornalística. E transformaram o jornalismo em espaço público dos conflitos em que se movimentam, usando-os para agir e interagir no mundo (...).

Segundo Chaparro, é ótimo para a democracia que os sujeitos sociais sejam capazes de articular e difundir os seus próprios discursos, só que resta ao jornalismo, nesse novo contexto criado a partir da mais recente revolução tecnológica, "se preparar para exercer os novos papéis que lhe cabem, em uma sociedade movida pelas energias da informação e pelos embates discursivos de instituição que sabem o que dizer, como dizer e quando dizer". (ibid.)

Quais papéis? Ainda não é possível dizer, mas as pistas que oferece o professor estão nas recomendações que faz aos jornalistas em início de carreira: cultivar a sabedoria e a humildade e "alcançar a lucidez necessária para descobrir e empreender os novos papéis de narrador, crítico, confiável, independente, radicalmente honesto, comprometido com o projeto ético da sociedade – intelectualmente preparado para a observação, o entendimento e a elucidação dos conflitos da atualidade". (ibid., p. 16)

Como o próprio Chaparro admite, sua teorização está ainda em processo, contém uma série de áreas de sombra. Algo que sobressai é a falta de uma especificidade do fazer jornalístico em relação à amplitude do que seria um ofício voltado para a "elucidação dos conflitos da atualidade". Muitas áreas do conhecimento e teorias são voltadas

para a “elucidação dos conflitos da atualidade”. Numa formulação geral e genérica como essa perdem-se os contornos do jornalismo.

É justamente aí que vejo um ponto forte da teoria – também reconhecidamente incipiente segundo o próprio autor – de Adelmo Genro Filho quando afirma a especificidade da abordagem que o jornalismo (e consequentemente o jornalista) tem desses “conflitos da atualidade” a serem elucidados. É o fato de o jornalista lidar com a singularidade dos fenômenos sociais. Então, dessa perspectiva, há mudanças sim no fazer jornalístico nos últimos anos, evidentemente. A chegada da Internet, em particular, e da tecnologia da informação e das comunicações, em geral, mexeram profundamente com o jornalismo, como veremos à frente. As mudanças culturais que se seguiram, a crise de um modelo de informação centrado no poder de alguns poucos proprietários dos meios, a força que ganharam outros atores como os blogueiros, muitos deles jornalistas, é verdade, mas boa parte vindo de outros fazeres profissionais e mesmo de jovens que tampouco têm profissões definidas (estudantes, por exemplo), tudo isso suscita muitas reflexões e perguntas sobre o quão profundamente impactam o jornalismo.

A pergunta a fazer aqui é se essas mudanças chegam a alterar a natureza mesmo do jornalismo. Mas, para responder a uma questão como esta é preciso definir a natureza do próprio jornalismo. Como vimos, esta é uma questão em disputa e não tenho a pretensão de respondê-la aqui, pois foge ao objeto da presente tese. Faço apenas uma incursão exploratória sobre o tema.

Voltando a Adelmo Genro Filho (1989), na perspectiva de avançar um pouco mais no veio aberto da investigação em relação à natureza do jornalismo, lembro que no prefácio do livro citado o autor explicita sua concepção de jornalismo como uma “*forma social de conhecimento*, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a

esse modo de produção" (p. 14). Diz mais. Que, da mesma forma que Lukács[8] definiu a arte como uma forma de conhecimento cristalizada no "particular" (ou típico), o jornalismo é uma forma de conhecimento centrada no "singular". Surgido juntamente com a indústria moderna, o "jornalismo informativo" (adjetivação dada para que este se diferencie do jornalismo de opinião, ou panfletário, utilizado pela burguesia para derrotar a nobreza decadente, nos primórdios do capitalismo) acabou por se tornar "indispensável ao aprofundamento da relação entre o indivíduo e o gênero humano nas condições da sociedade futura". (ibid.).

Embora importante, o vínculo que o autor traça entre o jornalismo e a sociedade em sua forma futura – o cerne da sua tese e uma de suas preocupações centrais é que tal forma de conhecimento ultrapassa os limites do modo de produção capitalista e, desse ponto de vista, tem um lugar assegurado em uma futura sociedade comunista –, interessa-nos mais, do ponto de vista da presente tese, explorar as potencialidades do jornalismo sob o capitalismo, ou seja, como instrumento para se interferir no mundo presente.

Ao final do seu livro, Genro Filho escreve que "a consumação da liberdade humana exige o desenvolvimento da imprensa em geral (...) em especial do jornalismo. Vale a pena reproduzir parte do parágrafo, para iluminar melhor o pensamento que construímos:

> Para pensar e atuar efetivamente com sujeito individual e social no interior do gênero humano – para tornar-se uma "pessoa", na acepção dada por Lukács –, o homem precisa viver amplamente, e não apenas através das mediações particulares e universais da arte e da ciência, a totalidade do mundo humano pelas determinações significativas do singular". (ibid., p. 221)

E o autor prossegue tratando da sociedade do futuro, o comunismo, que não poderia ser pensada sem essa forma social de apropriação da realidade, o "jornalismo informativo". Mas, sem levar o problema para esse terreno, afinal as experiências

---

[8] George Lukács (1885-1971): Filósofo, político e crítico literário húngaro marxista que se notabilizou no domínio da estética. Sua obra "História e Consciência", de 1923, é considerada a iniciadora da corrente de pensamento do marxismo ocidental. (Disponível na Wikipédia; consulta em 17 julho 2012 http://pt.wikipedia.org/wiki/Gy%C3%B6rgy_Luk%C3%A1cs).

comunistas que a humanidade desenvolveu até aqui, por razões que não vem ao caso examinar neste momento, não podem servir como parâmetro para se pensar um mundo sob o reino da liberdade, interessa explorar as potencialidades do jornalismo informativo nas sociedade capitalistas modernas, em que houve um desenvolvimento enorme do jornalismo informativo.

A chave conceitual utilizada por Genro Filho para abrir às suas formulações possibilidades reais de enfrentar o problema a que se propõe está na *práxis*, segundo conceituação explicitada pelos autores que fundaram o marxismo ocidental, entre eles evidente o já citado Lukács, referência teórica importante para Genro Filho.

Vejamos o conceito lukacsiano de *práxis*:

> A Práxis é o ato que realiza a unidade entre o sujeito e o objeto, na medida em que traduz em nova estrutura econômica a consciência das relações entre os homens. Nela coincidem as determinações do pensamento e o desenvolvimento da história. Por isso a práxis é a consciência da totalidade e sua realização. A consciência, porém, não precede a ação; pelo contrário, funda-se no ato. O proletariado, escreve Lukács[9], conhece a própria situação enquanto luta contra o capitalismo e age enquanto conhece a própria situação.

A conceituação inscreve-se no desenvolvimento da teoria marxista ainda em seu nascedouro. Nota-se, por exemplo, o traço dogmático do chamado marxismo ortodoxo, em que aparece a determinação das relações de produção ou da infraestrutura sobre o mundo dos conceitos (o conceito está todo vinculado à construção de novas relações de produção por uma classe, o proletariado, no contexto da luta capital-trabalho). Se utilizarmos a conceituação de cotidiano, e de que as ações do ser humano na sociedade carregam em si uma compreensão das relações de produção, mas não só, como também das relações sociais nas atividades do dia a dia não vinculadas à produção, como no lazer, nos estudos, no mundo doméstico etc., pode-se utilizar a mesma conceituação de práxis sem que esta perca seu vigor revolucionário, a possibilidade de uma compreensão da ação humana para além do

---

[9] G. Lukás, Storia e coscienza di classe (1923), Sugar, Milano, 1967, apud GOZZI, G., in BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. . Vs. II, p. 989.

idealismo, do positivismo ou da uma visão metafísica da realidade social. Preservamos assim sua grande contribuição à compreensão do ser social que é a possibilidade da superação dos desafios que a realidade apresenta aos seres humanos, seja enquanto indivíduos, seja enquanto grupos, segmentos ou classes sociais, mas superação que **não** se dá exclusivamente no nível da compreensão teórica ou abstrata e sim no decorrer da própria ação que os seres humanos realizam. Na práxis se fundem reflexão/compreensão/pensamento ou consciência e ação, sujeito e objeto.

Para nos aprofundarmos nos conceitos utilizados por Adelmo Genro Filho, seria necessário desenvolver uma outra tese. O trabalho mais consistente na direção da constituição de uma teoria do jornalismo que não seja uma tautologias exige que se empreenda tal tarefa. Por enquanto assinalo apenas que trabalharei, nesta tese, com o conceito de *práxis* aqui exposto, tomando os jornalistas como uma coletividade, sujeito social que transforma a realidade seja no seu fazer profissional, explorando as contradições e a brechas que o jornalismo permite (ver como Genro Filho expõe a questão nas p. 132-133 e 212-213 da op. cit.), seja nas possibilidades de intervenção política, particularmente no terreno sindical, que é o terreno específico trabalhado na tese.

Tal afirmação é importante porque permite que se enfrente os problemas aqui levantados – pelo autor, por outros autores citados, pelos entrevistados e pelos jornalistas participantes que preencheram o questionário – numa visão dinâmica e não de um ponto de vista estático. Numa abordagem materialista-dialética e não metafísica. Segundo uma conceituação transformadora – não necessariamente revolucionária, pois estaríamos nos colocando um problema que efetivamente os jornalistas não colocam assim –, mas que tem sim, ao fim e ao cabo, uma abertura para a abordagem revolucionária. Só que, para isso, exige-se a visão do processo político da luta de classes, que não é o caso dos jornalistas. Mas pode ser a perspectiva de quem tenta compreender e interferir nos processos sociais desde o ponto de vista das grandes transformações históricas, revolucionárias.

Entre outros problemas e conflitos a apontar está o de que o jornalismo, pensado como uma ação coletiva que busca transmitir aparentemente uma verdade universal aos seus leitores/ouvintes/telespectadores, tem sua produção apropriada individualmente por pessoas ou famílias ou grupos econômicos que tanto são exploradores da mão de obra dos próprios jornalistas, como de uma forma genérica cristalizam, no comando da operação empresarial capitalista que em geral é o meio de comunicação, o interesse da classe como um todo ou de segmentos ou setores da classe. A evidência maior é que os veículos defendem, de forma aberta ou velada, a continuidade do capitalismo. Mais do que informar, esses empreendimentos defendem a continuidade do capitalismo. Ouvem as fontes que falam sobre isso, dirigem-se prioritariamente – quando não exclusivamente – ao público que tem esse ponto de vista. Vivem e reproduzem este universo. Categorias gerais de cunho filosófico-morais-legais como verdade e liberdade são definidas e delimitadas sob o primado da propriedade privada e da produção/reprodução do capital.

Ora, o jornalista como trabalhador intelectual que é não necessariamente faz da defesa do primado da propriedade privada e do arcabouço legal que a cerca o centro do seu sistema de valores. Mas, uma vez que trabalha para veículos capitalistas, ele deve saber operar nesse meio, pois daí retira o seu sustento, seja como empregado, seja como simples fornecedor de reportagens e outros materiais jornalísticos eventuais, o freelancer. Está claro e óbvio que a verdade que transparecerá do seu trabalho não será a verdade de quem luta para que a humanidade supere o sistema capitalista como modo de produção. Quando muito, se for suficientemente habilidoso, trabalhará para apontar as contradições entre o arcabouço legal centrado na defesa da liberdade – a liberdade de possuir bens e deles dispor segundo seus interesses – com as necessidades dos seres humanos, de todos os seres humanos, inclusive da enorme maioria que não dispõe de propriedades para produzir, mas tão somente de sua força de trabalho, necessidades essas que precisam ser satisfeitas e que, muitas vezes, sob o capitalismo, não o são. Aí está o grande veio das melhores obras jornalísticas sob o capitalismo. Mas, convenhamos, é uma limitação enorme à liberdade, não só do jornalista, mas de todos os que são anticapitalistas, que sua manifestação esteja

tolhida ou, no mínimo, enormemente restringida nos veículos de comunicação e de imprensa capitalistas. Este simples fato, observável empiricamente por qualquer um que não tenha as travas nos olhos para observar, já nos diz bastante sobre os limites da “liberdade” no jornalismo.

Esta questão torna-se especialmente aguda no momento em que há um predomínio do capital financeiro e de um grupo muito restrito de capitalistas e investidores que dominam os mecanismos globalizados que comandam os fluxos de capitais. Como veremos à frente, um momento particular do desenvolvimento do capitalismo em que este coloca em questão a própria noção de democracia, como esta se estabeleceu nos países capitalistas centrais.

Decorre daí que a questão aqui levantada pode ser estudada apenas nos limites de um país, como é o caso brasileiro, assim como de forma mais ampla, nas chamadas democracias ocidentais e nos países que adotaram o modelo de organização social capitalismo-democracia representativa.

No entanto, volto ao ponto, o aprofundamento dessa questão pressupõe o desenvolvimento de uma teoria do jornalismo que leve em conta tais aspectos, o que não é o foco deste trabalho.

Voltemos, assim, às mudanças do jornalismo na atualidade, guardando como uma ‘verdade’ para o desenvolvimento do nosso trabalho aqui a afirmação genérica de que o jornalismo, como uma práxis social, está estreitamente vinculado ao poder dominante com tudo o que isso implica em termos sociais, culturais e de limitações para o exercício da liberdade criativa e crítica dos próprios jornalistas.

Um dos aspectos que podemos visualizar com nitidez no cenário de mudanças por que passa o jornalismo na atualidade é a crise do jornal impresso. E, como a imprensa

escrita é o centro gravitacional da imprensa enquanto instituição, a crise dela termina por contaminar todos os outros segmentos midiáticos que operam com o jornalismo.

Assim, se é levado a crer que todo o jornalismo está em crise. Não é o que acontece. A crise está nos jornais impressos, embora a imprensa toda esteja se reestruturando, principalmente depois da Internet. Há que se admitir, no entanto, que embora restrita a este segmento, a crise é grave. E, como toda situação de crise, proporciona análises dos mais diversos tons, algumas exageradamente pessimistas, outras mais realistas. Examinemos algumas delas.

As mudanças atingem a origem econômica das empresas detentoras dos jornais – neste universo, antes restrito a algumas famílias tradicionalmente detentoras dos principais títulos, há cada vez mais grupos industriais e financeiros estranhos ao meio jornalístico –, a estratégia administrativa e comercial dessas empresas e o seu *modus operandi*, ou seja, a captação, edição e veiculação da informação. Tal quadro coloca em xeque o modelo tradicional desta instituição e o negócio chamado imprensa da forma como era exercido em décadas anteriores.

Em estudo comparativo da crise estrutural dos jornais nos EUA e no Brasil, Müller (2011, p. 80), afirma:

> Os jornais dos principais países desenvolvidos vivem uma crise atribuída ao desenvolvimento das mídias digitais. Essa situação parece não se reproduzir nas maiores economias emergentes. O presente trabalho sustenta que, embora o surgimento dessas mídias efetivamente tenha afetado negativamente o desempenho das empresas jornalísticas, a crise em questão é estrutural e suas origens antecedem o surgimento das mídias digitais.

De fato, o declínio da circulação de jornais antecede a revolução digital, que foi, entre outros fatores, impactada tanto pelo advento do jornalismo de rádio como de televisão (aberta e paga). E não apenas a circulação, mas o próprio número de jornais, especialmente os vespertinos, caiu. De acordo com a Newspaper Association America em 1940 circulavam nos EUA 1.498 vespertinos. Em 2009, eram 525. Os matutinos era

380 em 1940 e em 2009, 862. Em números totais de jornais, portanto, houve uma queda de 1.878 para 1.387 no período. (ibid., p. 85-86)

Ainda segundo o autor, embora a disponibilidade de conteúdos jornalísticos por meio da Internet e de equipamentos digitais avance aceleradamente em todo o mundo, o comportamento dos mercados nacionais de jornais não é uniforme. "Enquanto em alguns países ocorre uma persistente e, nos últimos anos, acelerada retração dos jornais, em outros essa modalidade de comunicação social segue com expansão". (ibid., p. 80)

De acordo com a Associação Mundial de Jornais e de Editores de Notícias (WAN – World Association of Newspapers and News Publishers), em 2009, a circulação total mundial registrou um recuo de 0,8%, liderado pelos EUA (- 10,6%), Europa (- 5,6%), América do Sul (- ,4,5%), sendo o Brasil – 3,5% e Austrália e Oceania - 1,5%. Do lado oposto, houve crescimento de 1% na Ásia e de 4,8% na África[10].

A análise de Müller problematiza com muita pertinência a questão do tamanho e alcance da crise estrutural dos jornais. Para a sua abordagem da questão, ele tomou como ponto de partida os 12 países com PIB superior a US$ 1 trilhão: EUA, Japão, China, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Brasil, Espanha, Índia, Canadá e Federação Russa.

Müller acrescenta que

> na virada do século XX para o XXI, quando a Internet já era uma realidade e os sites com conteúdo jornalístico haviam se tornado corriqueiros, os jornais norte-americanos ainda eram empreendimentos altamente rentáveis, com um lucro operacional médio de 20,2%. (ibid., p. 92)

A queda observada nos anos 2001 e 2003 foi, em grande medida, segundo Müller, decorrente da chamada "crise ponto com", por ter se originado na bolha das empresas

[10] World Association of Newspapers, 2010, apud MÜLLER, op. cit., p. 81.

ligadas à Internet, mas que se generalizou por toda a economia norte-americana e afetou igualmente a lucratividade das empresas de praticamente todos os setores.

Em relação ao investimento publicitário, ainda de acordo com o estudo de Müller, houve uma notável resistência ao impacto da internet, embora a circulação dos jornais e a participação destes no investimento publicitário global estivessem em retração há décadas. Müller acrescenta:

> (...) as principais modalidades de publicidade em jornal mantiveram uma tendência de crescimento até o ano 2000, quando atingiram o ápice, caíram com a 'crise ponto com' (...) e reagiram levemente até 2006, quando iniciaram uma queda acentuada que se mantém até hoje. (ibid., p. 92)

Apesar das ponderações apresentadas por Müller, outros estudiosos do tema e também jornalistas têm dúvidas sobre o futuro do jornal impresso. Eles perdem leitores e publicidade principalmente para a Internet, na qual cresce a leitura de jornais *online*. No livro *Os Melhores Jornais do Mundo*, o jornalista brasileiro Matias M. Molina resumiu a questão com precisão, ao perguntar, com certa ironia:

> Os diversos rankings que se concentram no passado e no presente deixam uma pergunta no ar: qual o futuro desses grandes jornais – se é que tem algum? Conseguirão adaptar-se para continuar desempenhando seu papel de informar e refletir sobe a sociedade, estabelecendo como até agora o fizeram a agenda de debates? Ou são, sem saber, os dinossauros da historiada comunicação, fadados a desaparecer lentamente, devorados pelo avanço da tecnologia, tendo como sua última contribuição à humanidade a preservação das florestas? (2008, p. 18)

Um dos exemplos dramáticos é a situação do *New York Times*, um paradigma da imprensa e um dos melhores e maiores jornais do mundo. Em artigo no *Valor Econômico*, o mesmo autor observa:

> O que está ocorrendo é uma profunda revolução provocada pela internet e acelerada pela contínua expansão da banda larga, com efeitos de longo prazo semelhantes aos da introdução da imprensa por Gutenberg, no século XV. A revolução atual está afetando todos os meios - revistas, rádio, TV - e não apenas os jornais, e também as maneiras de comunicação entre as pessoas. Ainda é cedo para fazer qualquer afirmação categórica sobre os efeitos das mudanças que a Internet e a banda larga estão provocando. Mas pode afirmar-se que

> todos os meios sairão desse processo muito diferentes do que eram 15 anos atrás. (MOLINA, 2009)

Depois de avaliar que para os jornais, a Internet representou de início um meio de transmissão de conteúdo que lhes permitiu um crescimento extraordinário em sua área de influência, sendo que os grandes periódicos ganharam alguns milhões de leitores (chamados 'usuários únicos', segundo a regra de medição de leitores na internet), Molina afirma que muitos desses grandes jornais passaram a viver uma realidade com a qual jamais haviam sonhado, que lhes permitiu igualar e mesmo superar a penetração de muitas emissoras de televisão.

> Mas cometeram o grave erro – um verdadeiro pecado original – de oferecer grátis seu conteúdo. Como recentemente disse Steven Brill, um empresário que lançou nos EUA vários meios de comunicação, ele pagava algumas centenas de dólares por ano para receber em sua casa de Nova York a seção "Style", do "The Washington Post". "Então, Donnie Graham - presidente e principal acionista do 'Post' – decidiu que eu precisava de um subsídio. Agora me mandam a seção 'Style' grátis por e-mail". (ibid.)

Prognóstico semelhante faz Juan Luís Cebrián (2010), fundador e primeiro diretor do jornal espanhol *El País*, quando dá o seu "adiós" aos jornais tal qual o conhecemos. Mas deixa claro que isso "não significa dizer que deixarão de existir. Esse adiós resulta tão somente da constatação de que os impressos pertencem à sociedade industrial, e não estamos mais nela. Entramos na sociedade digital". A partir da constatação de que em 2009 cerca de 600 jornais fecharam as portas nos EUA, alguns deles com muita tradição e que várias cidades americanas "simplesmente ficaram sem o seu jornal local, o que chega a ser traumático", o jornalista espanhol analisa que

> em geral, jornais nascem defendendo bandeiras políticas e, ao se manterem à custa das receitas publicitárias, preservam sua independência. Como esse modelo ficará? Embora a edição digital do *El País* venha crescendo bastante, eu não posso dizer que se trata só de uma bem-sucedida transposição do impresso para o online, porque não é verdade. São veículos diferentes. Gastamos horas e horas de discussão para saber se devemos ou não cobrar por nossos conteúdos na internet ou oferecê-los de graça. A esta altura do jogo, me parece uma pergunta sem sentido. O que nos cabe perguntar é que tipo de jornalismo queremos ter na rede. Não está claro.

Além desses problemas econômicos, o jornalismo impresso também está sendo questionado em seus fundamentos institucionais e políticos. Ramonet (2011) aponta,

por exemplo, o papel “domesticador” que a mídia passou a desempenhar há cerca de duas décadas, segundo ele totalmente oposto ao conceito de contrapoder (quarto poder). Nesse sentido, Ramonet cunhou o termo “pensamento único” para evidenciar a elisão da diversidade. Segundo ele, a imprensa passou a desempenhar, para as sociedades capitalistas, papel similar ao que o “partido único” exercia nos países alinhados à extinta União Soviética.

Uma das evidências desse “pensamento único” está no jornalismo econômico. O pensamento neoliberal na chamada grande imprensa é absolutamente dominante. O conteúdo do jornalismo econômico em sua quase totalidade é apenas uma variação mais ou menos radical das teses neoliberais. As reportagens, análises e opiniões nesta área quando fogem a este “pensamento único” são mais para criar no leitor a ilusão de pluralismo do que exercê-lo de fato.

A questão do crescimento econômico é exemplar nesse sentido. Sobretudo num cenário mundial de crise econômica, como é o atual, os jornais exercem “o pensamento único” de maneira inequívoca quando defendem recorrentemente e unicamente a receita do crescimento econômico, sem considerar que esse crescimento sozinho não é solução para os problemas sociais. Raramente se fala com a ênfase e a extensão necessárias sobre a necessidade desse crescimento ser acompanhamento de uma redistribuição da riqueza produzida pela atividade econômica, mesmo que enquanto isso o capitalismo aumente cada vez mais as iniquidades econômicas.

Por isso, chamam a atenção dois artigos publicados recentemente na imprensa norte-americana sobre o binômio crescimento - desigualdade econômica. Um é do colunista do *The New York Times* Robert B. Reich (2011), que afirma:

> Os 5% dos americanos de mais alta renda são hoje responsáveis por 37% de todo o consumo do País, de acordo com a mais recente pesquisa da Moody’s Analytics. Isso não deveria surpreender. A sociedade americana está se tornando cada vez mais desigual. Quando tanta renda vai para o topo, a classe média não dispõe de

> poder de compra suficiente para manter a economia andando sem afundar cada vez mais em dívidas – o que não acaba bem.

O outro artigo vem do *Foreign Policy*, da jornalista Christina Larson. A citação da matéria é tanto mais oportuna porque Larson (2012) ilustra o artigo com a história um jovem jornalista chinês. Ela conta que este jornalista, cujo nome não revela, confidenciou-lhe: " (...) Vim para cá [Pequim] para ser jornalista – é o meu objetivo e não quero voltar agora [para a cidade industrial de Shenyang, no norte da China, onde cresceu]. Mas isso parece mais duro do que costumava ser". Larson comenta: "Apesar do espantoso crescimento econômico da China, tem se tornado mais e mais difícil pessoas como meu amigo progredir na cidade grande. A profissão dele não é particularmente lucrativa".

O pensamento único é, por definição, antidemocrático. Daí o perigo de sua propagação. No que se refere à imprensa, é bom lembrar que um de seus fundamentos é contemplar todos os lados envolvidos num assunto que é notícia ou reportagem. A democracia, no entanto, está sendo bombardeada pelo próprio capitalismo. Um colunista do *Washington Post*, Harold Meyerso (2011), escreveu um artigo que trata com muita clareza do assunto. Analisa o articulista:

> No ano passado (2010), de fato, o capitalismo atropelou completamente a democracia. Em nenhum lugar isso é tão visível como na Europa, onde instituições financeiras e grandes investidores foram à guerra sob a bandeira da austeridade e governos de países com economias não muito produtivas ou sobrecarregadas descobriram que poderiam não satisfazer as exigências e continuar no poder.

E acrescenta:

> Os governos eleitos da Grécia e Itália foram depostos. Tecnocratas financeiros estão no comando nos dois países. Agora, o governo de Nicolas Sarkozy, na França, está ameaçado pelas taxas de juros crescentes sobre seus bônus. É como se os mercados por toda a Europa tivessem se cansado dessa bobagem de soberania democrática. (ibid.)

Meyerso cita ainda uma entrevista concedida por Alex Stubb, ministro da Europa para o governo de direita da Finlândia, em que ele defende que os seis países da zona do Euro com classificações de crédito AAA deveriam ter mais influência nos assuntos

econômicos da Europa do que os outros. De acordo com Meyerso, o que Stubb está propondo, e os mercados estão fazendo, é estabelecer o requisito de que se deve possuir "propriedade" para votar. Essa "propriedade" se expressaria numa classificação de crédito apropriada, sem o qual o país seria, por assim dizer, de segunda classe. A ideia subordina totalmente a política ao sucesso econômico e constitui mais um exemplo de "economização" da sociedade, num evidente ataque à democracia, pois estabelece uma ordem na qual pode mais quem tem mais.

Se era impensável um conflito do capitalismo com a democracia nas três décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, até porque naquele período, durante a chamada Guerra Fria, a disputa entre o "mundo livre" e a União Soviética de certa forma mascarava este conflito, ele agora ganha cada vez mais visibilidade. Meyerso afirma:

> A ideia de que há um conflito entre nossos sistemas econômico e político é difícil de aceitar e não somente nos EUA. Também na Europa tem-se assumido que democracia e capitalismo (ao menos, o capitalismo social europeu) andam juntos. Isso em grande parte porque ambos os sistemas prosperaram em aparente harmonia nas três décadas seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial. Os lucros cresciam e benefícios sociais se ampliavam. Mas, e se essa paz de 30 anos foi a exceção no estado mais comum de conflito entre mercados e os povos. (ibid.)

Para o articulista, "agora os mercados estão contra-atacando. Na conclusão do artigo, ele escreve:

> Napoleão não conseguiu conquistar a Europa, mas a Standart&Poor (agência de classificação de risco) talvez ainda consiga. Conflitos entre capitalismo e democracia estão eclodindo por toda a parte. E os europeus – e mesmo os americanos – poderão ter de enfrentar, em breve, uma questão que não consideraram por muitíssimo tempo, se é que algum dia consideraram: de que lado eles estão? (ibid.)

A digressão acima se justifica porque se comutarmos um dos termos da antinomia Capitalismo VS Democracia, configurando-a como Capitalismo VS Jornalismo, veremos que a frase faz todo o sentido. Sim, o capitalismo, em seu radical estágio financeiro, ameaça a imprensa por vários motivos. A elisão da diversidade é, como vimos, um deles. Com isso, no entender de Ramonet (2011), o que está acontecendo é que, nessas condições, a imprensa passa a desempenhar para as sociedades capitalistas um

papel similar ao que o partido único exerceu nos países alinhados à extinta União Soviética.

Outra ameaça vem do que Ramonet (2011) chama de um "movimento de oligopolização" cada vez maior na mídia, em que

> um punhado de oligarcas – Lagardére, Pinault, Arnault, Daussaul (fabricante de aviões) tornou-se proprietário dos grandes meios. Estes expressam uma pluralidade cada vez menor e se supõe que defendam os interesses dos grandes grupos financeiros e industriais a que pertencem. Sua missão histórica, que consiste em criar uma opinião pública com senso crítico e capaz de participar ativamente do debate democrático, já não pode ser garantida. A mídia procura ao contrário, domesticar a sociedade e evitar qualquer questionamento ao sistema dominante. Os grande meios criaram um consenso em torno de certas ideias (a globalização, o livre comércio, por exemplo), consideradas 'boas para todos' e incontestáveis.

Mas nem tudo está perdido. Se a crise econômica e institucional dos jornais é incontestável, começam a surgir alternativas no horizonte que de alguma forma vão garantir a qualidade e a pluralidade da informação. É ainda Ramonet quem analisa ao falar do site WikiLeaks:

> É o terreno da transparência. Em nossas sociedades contemporâneas, democráticas e abertas será cada vez mais difícil para o poder manter dupla política: uma para fora e outra, mais opaca e secreta para dentro, onde há o direito e o risco de transgredir a lei. (ibid.)

Ele acrescenta:

> O WikiLeaks demonstrou que as mídias tradicionais já não funcionavam nem assumiam seu papel. Foi no nicho dessas carências que o WikiLeaks pôde introduzir-se e se desenvolver. O site também revelou que a maior parte dos Estados tem um lado obscuro, oculto. Mas o grande escândalo é que, depois das revelações do WikiLeaks, nada ocorreu. Por exemplo: revelou-se que na época da guerra do Iraque, um certo grupo de dirigentes do Partido Socialista francês dirigiu-se à embaixada dos Estados Unidos para explicar que, se tivessem no poder, teriam envolvido a França na guerra. E este fato, próximo da alta traição, não provocou reações. (ibid.)

Se a divulgação de informações como estas ainda não provocam reações, talvez seja por pouco tempo. De uma forma ou de outra as sociedades vão exigir dos poderes constituídos explicações sobre tais ocorrências.

O site WikiLeaks é dos exemplo mais expressivos indicativos do nascimento de uma nova blogosfera e de uma nova ordem no mundo da informação. Ao divulgar os documentos sobre as guerras do Afeganistão e do Iraque, por exemplo, o site deu uma das mais expressivas amostras do que pode ser esta nova ordem na informação, provocou acirradas polêmicas e reações policiais e judiciais contra Julian Assange, criador do site. A reviravolta provocada pelo WikiLeaks em relação ao acesso às informações não divulgadas que estão em posse do Estado trouxe junto uma retomada em novas bases do debate sobre o direito do cidadão de ter acesso a informações consideradas sigilosas pelo Poder de Estado. A jornalista Patrícia Cornils (2011) enquadrou muito bem a questão, na revista *A Rede*, em reportagem sobre o assunto. Segundo ela, o WikiLeaks renovou o debate sobre "o direito de acesso à informação e as possibilidades de cidadãos participarem mais diretamente da política". Acrescenta Cornils:

> A publicação dos documentos vazados, a proteção às pessoas que vazam essas informações e a liberdade de expressão são temas em discussão que antecedem a Internet. O WikiLeaks, no entanto, escancarou essas questões e levou o debate a uma escala global e digital. Afinal, toda a informação deve ser livre? Como se controla informação em uma sociedade conectada em rede? Estados e megacorporações mantêm seu poder ao negar ao negar informações aos indivíduos, diz Assange. A reportagem acrescenta uma declaração de Assange em uma entrevista a blogs brasileiros. Diz ele: "Assim, o livre fluxo de conhecimento de grupos poderosos é também um fluxo de poder".

Criado em outubro de 2006, o WikiLeaks é uma organização sem fins lucrativos, sediada da na Suíça, que publica em seu site textos de fontes anônimas, documentos, filmes, fotos e informações comerciais. Na apresentação da organização, Assange afirma[11]:

> Oferecemos um meio inovador, seguro e anônimo para fontes independentes de todo o mundo vazarem informações para nós jornalistas. Publicamos material de relevância ética, política e histórica, mantendo o anonimato dos nossos informantes e, assim,

[11] Apud CORNILS, 2011, p. 31.

> oferecendo um meio universal para a revelação de injustiças abafadas ou censuradas.

A ordem que está nascendo no continente do jornalismo por conta das novas tecnologias de informação está criando oportunidade promissora para a democratização da produção e consumo da informação. Um delas é chamado “jornalismo cidadão” em que o público tem um papel proativo no processo da informação. Um exemplo é o site OhmyNews, na Coréia do Sul. Ele ocupa apenas dois andares de um pequeno edifício no centro de Seul, mas edita matérias de milhares de "jornalistas cidadãos" por toda a Coreia do Sul.

Segundo a jornalista Vanessa Hua (2005), do *San Francisco Chronicle, o*s mais de 150 artigos postados diariamente no site vão de notícias de última hora até análises políticas sofisticadas, escritas por pessoas que se sentem ignoradas pela grande mídia. Os leitores do OhmyNews podem comentar os textos instantaneamente e – se realmente gostarem da matéria – fazer contribuições em dinheiro. Leitores depositaram quase US$ 30 mil na conta do colunista Kim Young Ok, com contribuições individuais de US$ 10 ou menos, durante uma semana, depois de ele ter criticado a Corte Constitucional da Coréia do Sul em 2004. "Eles [os jornalistas cidadãos] são como músicos de rua ou artistas", diz Jean Min[12], diretor da divisão de notícias internacionais do site.

Outro exemplo é o jornal *Voice of San Diego*, editado na Califórnia (EUA). Segundo artigo de Carlos Castilho (2011) no Observatório da Imprensa o jornal, criado em 2005, é publicado apenas na Internet e tem como foco as notícias locais de San Diego. É uma organização sem fins lucrativos e, em 2010, foi escolhido como sendo o melhor jornal local online dos Estados Unidos, por um júri que avaliou as experiências em nível nacional dos EUA. “Mas não é só isso que chama a atenção no Voice, além do fato de ele ter recebido nos últimos três anos mais prêmios sobre reportagens investigativas

[12] Apud HUA, V. (2005).

do que o *USA Today*, um dos quatro maiores jornais norte-americanos", informa Castilho.

No Brasil há exemplos de iniciativas do tipo de jornalismo participativo como nos jornais locais SPTV, RJTV e DFTV, da Rede Globo, que tem por objetivo permitir que representantes de uma determinada comunidade produzam imagens e textos para o noticiário, que são supervisionadas e editadas por jornalistas. Mas, para muito além dessas iniciativas particulares, há uma mudança que é mais profunda e atinge absolutamente todos os veículos jornalísticos e produz uma mudança na forma como as redações se relacionam com as fontes e com seus públicos. Depois da Internet, o jornalismo é menos unidirecional e mais bidirecional, menos "difusão" e mais "troca". Na internet, todo noticiário passa a ter um espaço para receber comentários. De seu lado, as fontes se organizam e, até certa medida, transformam-se também em sujeitos capazes de emitir suas próprias notícias, suas opiniões e suas análises. As redes sociais permitem que jornalistas, fontes e público se relacionem diretamente em tempo real. As redes de blogs informativos, com comentários e análises facilitam o acesso a uma massa de informações que antes não estavam disponíveis. Os mecanismos de busca tornam todo tipo de informação disponível a apenas alguns cliques nos teclados dos computadores ou nas telas dos dispositivos de acesso.

Quanto às experiências de jornalismo cidadão, trata-se de algo que ainda está começando e suas fontes de financiamento ainda não estão estabelecidas. Na verdade, o jornalismo vive uma transição. Seu presente – e com muito mais razão ainda seu futuro – é indefinido e marcado por dificuldades econômicas como vimos. Nesse contexto de indefinições, as condições dos jornalistas em âmbito internacional se tornam cada vez mais precárias.

O jornalista Lawrence Wright (2007), autor do livro *O Vulto das Duas Torres*, em entrevista para o programa *Roda Viva*, da TV Cultura, perguntado sobre como via este cenário do "novo" jornalismo, esse "novo" em que os jornalistas têm menos papel preponderante e muito mais gente para escrever, respondeu:

> Estou dividido com relação a isso. Por um lado, acho que é a melhor coisa do mundo: eu amo a internet e amo o poder que ela traz às pessoas comuns. Acho ótimo que as pessoas entrem em discussões públicas. Isso é ótimo, todas essas coisas são maravilhosas e vêm em um momento em que os jornais estão entrando em colapso no mundo todo. E vejo esse fenômeno claramente nos Estados Unidos: jornais metropolitanos diários estão dispensando repórteres. Então, o *establishment* jornalístico não é tão potente quanto antes. E hoje, há mais gente do que nunca lendo jornais nos Estados Unidos, mas estão lendo *online* e os jornais não faturam com isso. Então, ocorrem demissões. O que me preocupa é que as tradições do jornalismo, a checagem dos fatos, a responsabilidade, estão sendo sacrificadas em uma época em que essa onda enorme de blogs, que não têm obrigações, está vindo e levando tudo. Então, não há resistência suficiente na comunidade jornalística neste momento para arbitrar sobre esses fatos. Eu amo a internet, acho ótima, mas também amo a imprensa e ela precisa ser fortificada, porque está enfraquecida.

Ainda mais preocupante é a avaliação de Ramonet (2011) sobre a precarização do jornalista. Ele afirma:

> A característica principal desta profissão (o jornalismo) é, hoje, a precarização. A maior parte dos jovens jornalistas é explorada, muito mal paga. Trabalham por tarefa, muitas vezes em condições pré-industriais. Mais de 80% dos jornalistas recebem baixos salários. Toda a profissão vive sob ameaça constante de desemprego. Portanto, duas dezenas de jornalistas célebres não são nem um pouco representativas e mascaram a miséria social do jornalismo – na França e em muitos outros países. Isso não mudou com a Internet – talvez tenha se agravado. Nos sites de informação em tempo real, criados pela maior parte da velha mídia, as condições de trabalho são ainda piores. Surgem novas tipos de jornalistas explorados e superexplorados. O que pode consolá-los é saber que, talvez, o futuro lhes pertença.

Mas, no front da luta imediata para se preservar, como podemos observar pela intensa atividade de debates e experimentações que vem sendo desenvolvidas pelos jornais pelo mundo, tudo indica que há soluções à vista. É o que mostra, por exemplo, um alentado relatório da série Shaping the Future of Newspaper (Formatando o Futuro do Jornal), produzido pela WAN-IFRA (2010). O estudo revela que os experts na indústria do jornal acreditam que os dias de lucro “desenfreado” se foram. Os publishers de jornais em todo o mundo estão buscando novas fontes de receita e novas práticas de negócio para sustentar a indústria jornalística, fontes que paguem pela qualidade do jornalismo no futuro.

O documento da WAN-IFRA foca três áreas de oportunidades para recuperar milhões de dólares neste momento difícil pelo qual passa o ecossistema da mídia: anúncios, circulação e corte de custos. “Uma boa empresa de mídia deve ter, em cinco anos do lado da receita provavelmente 30%, senão 35% do digital”, afirma Moritz Wuttke, fundador da NextMedia Initiative e ex-CEO do PubliGoup in Asia. Ele acrescenta: “Do lado do lucro líquido (depois do custo de comercialização e de impressão, entre outros), a contribuição para o lucro bruto virá em 80% da plataforma digital e do jornal impresso, 20%”.

Nesse sentido, as empresas proprietárias de jornais impressos estão trabalhando com uma estratégia que consiste principalmente em ver e procurar sinergia entre as plataformas digitais e impressas, em vez de oposição e conflito. Até mesmo as estruturas físicas das redações dos impressos e do digital estão sendo consolidadas como um único espaço, de forma a avançar nesta sinergia. Os jornalistas, por sua vez, estão sendo treinados para serem “multimídia”, ou seja, capazes de trabalhar ao mesmo tempo para mais de uma plataforma tecnológica.

No que se refere às demissões de jornalistas como forma de reduzir custos, é interessante observa que o estudo WAN-IFRA não apenas confirma as observações do jornalista norte-americano Lawrence Wright, como aponta para os perigos desse procedimento. Segundo ele, a força de trabalho nas redações dos jornais apresenta um forte declínio desde a década de 1990. Segundo o documento da WAN-IFRA, para sobreviver numa era de dificuldades, os publishers optaram por ir eliminando empregos. Segundo o relatório, de julho de 1999 a julho de 2009, 150 mil empregados perderam suas vagas nos jornais do EUA (p. 50). Mas o próprio estudo pondera: “Cortar empregos é um recurso necessário, mas só deve ser usado como parte de uma estratégia maior. Cortar empregos é um meio e não um fim em si mesmo”. (ibid., p. 47)

Nesse sentido, os autores do estudo lembram o caso do *The Dallas Morning News*, que recebeu uma dura lição quando simultaneamente cortou empregos de jornalistas e aumentou o valor da assinatura. Leitores entrevistados pelo jornal revelaram que eles perceberam uma redução no conteúdo, o que não justificava um aumento de preço do jornal. O estudo afirma: "Quando jornalistas são cortados, a qualidade cai e os leitores se recusam a pagar mais, tendo em contrapartida uma redução da qualidade. O nexo entre qualidade, conteúdo e assinatura ou preço de capa é um dos mais importantes na indústria jornalística". A conclusão serve de advertência a todos os jornais, inclusive aos brasileiros, como veremos a seguir.

3.2 No Brasil

A situação dos jornais no Brasil, embora estruturalmente tenha semelhança com a dos jornais europeus e norte-americanos, é conjunturalmente menos grave do ponto de vista da sua sustentação financeira. Tanto é assim que em 2011 a circulação de jornais aumentou 3,5% no país, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC, 2012), considerando apenas os jornais afiliados à entidade. O cálculo do IVC dos números de 2011, para o que chama de circulação nacional, que inclui jornais não auditados, não tinha sido concluído até março de 2012.

Mas há uma peculiaridade neste crescimento. Segundo o IVC, o aumento da circulação nacional, foi impulsionado pelo crescimento de vendas das publicações com preço de capa de até R$ 0,99, que subiu 10,3%. O volume de vendas avulsas teve aumento de 4,6% e o de assinaturas, 2,4%. O aumento reflete o crescimento da classe C no país. De qualquer forma, se examinarmos a tabela abaixo (ANJ, 2011), vamos verificar que desde 2004 a circulação de jornais vem subindo de forma sustentada e superando o pico que se registrou em 2000, quando a circulação atingiu 7,883 milhões de exemplares. A exceção neste período foi o ano de 2009, o pico da crise econômica

internacional que começou no final de 2008. Em 2009, a circulação dos jornais brasileiros recuou 3,46%.

Circulação média diária dos jornais pagos

Ano	Circulação nacional * Milhões de exemplares/dia	Variação %	Afiliados ao IVC Milhões de exemplares/dia
2010	8.358	1,9	4.291
2009	8.202	-3,46	4.210
2008	8.487	5,0	4.351
2007	8.083	11,8	4.144
2006	7.230	6,5	3.706
2005	6.789	4,1	3.480
2004	6.522	0,8	3.343
2003	6.470	-7,2	3.315
2002	6.972	-9,1	3.553
2001	7.670	-2,7	3.877
2000	7.883	8,81	3.980
1999	7.245	1,14	-
1998	7.163	3,93	-
1997	6.892	6,49	-
1996	6.472	-1,21	-
1995	6.551	11,1	-
1994	5.896	-6,35	-
1993	6.296	12,01	-
1992	5.621	5,26	-
1991	5.340	24,8	-
1990	4.276	-	-

*Estimativa da ANJ para o mercado brasileiro, baseada em dados do IVC - Insituto Verificador de Circulação

Se a o aumento da circulação dos jornais impresos brasileiros é a boa notícia, segundo avaliação da Associação Nacional de Jornais (ANJ), a captação de publicidade por estes veículos não traz as mesmas boas novas. De acordo com ANJ (2010), com base nos dados do IVC, o Brasil registra historicamente investimentos publicitários de 0,74% do Produto Interno Bruto (PIB).

> Em 2009, contudo, enquanto o PIB recuava 0,2%, os investimentos publicitários tiveram uma expansão nominal de 4%, alcançando R$ 22,27 bilhões se computado apenas o valor bruto aplicado em mídia

> e R$ 30,55 bilhões, se incluídas as despesas com produção comercial. Deflacionando-se esses valores, ainda assim tem-se um crescimento de 2% no investimento bruto, o que representa 0,72% contra 0,69% no ano anterior (valor ajustado em relação ao fornecido à WAN para o World Press Trends – 2009).

Nessa área, no entanto, o desempenho dos jornais confirma as dificuldade estruturais que estes veículos vêm enfrentando.

> Os jornais não se beneficiaram disso (aumentos investimentos publiciários), registrando um faturamento total de R$ 3,13 bilhões, o que significou uma redução de 8,11% em relação a 2008 e uma redução na participação dessa mídia no investimento publicitário total, caindo de 13,9% em 2008, para 12,4%, em 2009. (ANJ, 2010)

O análise feita pela ANJ segue trazendo os dados sobre "a mídia que mais cresce no Brasil em audiência e faturamento publicitário", a Internet, cujo faturamento bruto entre 2008 e 2009 aumentou de R$ 759,3 milhões para R$ 950,4 milhões (crescimento de 25,2%), o que representou uma participação de 4,27% no bolo publicitário. Crescimento atribuído à "expansão da renda média da população e do número de residências com computador, que em 2009 chegou a 18,3 milhões (aumento de 32% sobre 2008), 13,5 milhões das quais com conexão em banda larga" (ibid.).

> Com isso, o número de lares com esse tipo de acesso à internet passou a representar 24% do total de moradias brasileiras, um crescimento de 35% relativamente a 2008. São dados expressivos, especialmente quando combinados com a estrutura demográfica brasileira, que passa por um acelerado processo de envelhecimento. Atualmente, as faixas etárias mais numerosas da população já não se situam na base da pirâmide demográfica, mas correspondem aos adolescentes e jovens adultos, entre 10 e 24 anos. (ibid.)

Em relação aos jornais diários com edições online, os ressultados registrados pela ANJ também seguem a tendência internacional. Entre 2009 e 2010, embora o número de jornais diários com edições online tenha sofrido uma ligeira redução, caindo de 133 para 132, a audiência prosseguiu crescente "a um sólido ritmo de dois dígitos, chegando a 15,6 milhões de visitantes únicos por mês em janeiro de 2010, contra 12,8 milhões, no mesmo mês de 2009". (ibid.)

Se os dados citados mostram que, do ponto de vista econômico, os desafios para os jornais brasileiros são menores do que os que se apresentam para os jornais norte-americanos e europeus, a crise institucional do jornalismo, em um sentido amplo, não deixa de estar presente também no Brasil.

O jornalista e professor de ética Eugênio Bucci (2009), em artigo para o Observatório da Imprensa, afirmou que a profissão vive uma crise em três níveis.

> No primeiro, mais amplo, o lugar social do jornalismo foi posto em dúvida pelas dificuldades sucessivas e cumulativas por que vêm passando os jornais impressos no mundo inteiro. A internet substitui os leitores perdidos pelos meios impressos, é verdade, mas quem financiará o jornalismo independente? Até agora, pelo menos, as receitas dos sites informativos na rede mundial de computadores ainda não deram conta de suprir o que se perdeu nos jornais de papel e tinta. Postos de trabalho são fechados em ondas de demissão sucessivas. O modelo de negócio da imprensa precisa se redefinir e se reencontrar. Sem faturamento próprio, ele não dará conta de financiar o jornalismo independente, o que aponta para um mal-estar da própria democracia. Por isso é que é correto dizer que o lugar social do jornalismo foi posto em dúvida.

Embora o primeiro nível apontado por Bucci seja de natureza econômica, os dois outros, de caráter mais institucional. O pesquisador, prossegue, apresentando os outros dois níveis, estes de natureza mais institucional.

> O segundo nível da crise é, por assim dizer, mais localizado, mais "brasileiro". O vazio jurídico trazido pelo sepultamento da velha Lei de Imprensa criou um pequeno vazio institucional quanto à própria missão e ao regime da imprensa no Brasil. O que deve regulá-la? De que modo? Junto disso (ainda nesse mesmo segundo nível), há também as indefinições sobre os marcos regulatórios do setor de mídia (não gosto da palavra "mídia", mas não vou aqui me insurgir contra o linguajar corrente). São indefinições antigas: até hoje, ao contrário das principais democracias do nosso tempo, o Brasil não estabeleceu limites claros para a propriedade cruzada dos meios de comunicação, não inibe legalmente os monopólios e oligopólios, não se preparou devidamente, no plano institucional, para a chegada das tecnologias digitais. Como esse mercado será regulado? Por meio de quais instrumentos? A quem caberá fiscalizar? Pois dessas perguntas, naturalmente, dependerá diretamente o exercício da profissão de jornalista. (ibid.)

No terceiro nível, Bucci aponta para uma crise institucional que talvez seja a de consequências mais graves pra o exercício do jornalismo no País: por decisão do

Supremo Tribunal Federal (STF), em 2009, o exercício da profissão ficou dispensado da exigência de diploma. A decisão atingiu de cheio a coluna que sustentava a regulamentação da profissão e tornou o terreno do jornalismo no Brasil, em princípio aberto para qualquer um que queira adentrá-lo, inclusive os aventureiros. Pergunta Bucci:

> Ele (o diploma) vai mesmo cair? Ou vai cair meio aos pedaços? Para que tipo de atividade profissional será necessário o diploma de jornalista? O histórico brasileiro nesse quesito demonstrou que, ao menos no passado, a exigência do diploma contribuiu para civilizar a profissão. Mas, e agora? (BUCCI, 2009)

É neste ambiente de dificuldades econômicas e vazios institucionais que a situação profissional dos jornalistas brasileiros, como também ocorre ainda que por outros motivos pontuais no exterior, é cada vez mais precária. O mercado de trabalho formal (registro em carteira) se reduziu drasticamente nos últimos anos. A política de enxugamento de pessoal das redações ceifou centenas senão milhares de postos de trabalho, tornando aqueles que ficaram empregados sobrecarregados com as funções dos que foram demitidos. Um exemplo nesse sentido é que os repórteres que antes só apuravam e escreviam suas matérias hoje também trabalham na edição ou fechamento do jornal, como se diz no jargão do setor. Os repórteres hoje também têm de revisar, titular e fazer legendas tanto para as próprias matérias como para de colegas. A figura do copidesque ou redator, que antes desempenhava estas tarefas, foi assumida pelos repórteres, o que significa sobrecarregar os profissionais e inevitável queda de qualidade dos textos. Uma revisão feita pelo próprio autor do texto, por exemplo, apresenta mais chances de trazer erros, inclusive graves, do que aquela feita por outro profissional, que olha o texto de fora, por assim dizer.

Ao mesmo tempo em que investem pesado em tecnologia, os jornais diários brasileiros desinvestem em gente, em jornalistas. Ignoram olimpicamente que quem faz um bom jornal não é a tecnologia mais os jornalistas. Ignoram que a matéria-prima do jornal não é a informação bruta, mas aquela filtrada pelo jornalista, por ele checada, analisada e ponderada do ponto de vista de sua importância social, política e cultural. Informação sem esse filtro não é, de modo algum, a informação jornalística, esta está

disponível em qualquer esquina. Poderíamos afirmar que a matéria-prima do jornal não é a informação (pelo menos em seu estado bruto), mas o jornalista.

Com um mercado de trabalho extremamente ofertado de mão de obra em consequência do número de faculdades de comunicação que proliferaram nas últimas décadas, os jornais passaram a empregar cada vez mais jovens e cada vez mais mal remunerados, como veremos no capítulo sobre o perfil do jornalista brasileiro. O ciclo de vida útil do jornalista brasileiro, em consequência disso, é cada vez mais curto. Aos 35 anos, talvez a maioria já esteja descartada do trabalho nas redações dos grandes jornais diários, substituída por profissionais na faixa de até 25 anos**.** Além disso, aqueles que ficaram empregados são obrigados a jornadas cada vez mais longas, de até 12 horas diárias, quando o estabelecido por lei são de cinco horas mais duas horas extra no máximo.

Outra tendência nesse sentido é o número cada vez maior de mulheres nas redações. A notícia seria ótima se representasse apenas o acesso da mulher a uma profissão que lhe foi vedada por muitos anos. Mas atrás desta feminização, por assim dizer, o que houve foi uma manipulação da mão de obra feminina, que em geral ganha menos, levando a uma depressão o nível geral de remuneração dos jornalistas.

Há ainda outro problema a assinalar, que é a generalização do freelancer, o profissional que ganha por tarefa. Essa forma de “contratação” deu origem a um novo modelo de negócio no jornalismo, em que as publicações, especialmente as revistas de interesse geral e dirigidas, trabalham às vezes sem nenhum repórter contratado. São todos “frilas”, como se diz no jargão da profissão, um jeito de trabalhar que viabilizou as publicações do ponto de vista econômico, mas ao custo da revogação dos direitos trabalhistas de uma grande parte da categoria dos jornalistas.

Em artigo publicado pela revista Imprensa (nº 229) Angélica Pinheiro e Marlon Maciel afirmam:

> Além dos 'frilas fixos', em meados de 1990, um novo tipo de contratação começou a povoar os veículos. São os PJs (Pessoa Jurídica), empregados que abrem uma empresa para serem contratados como prestadores de serviço. Inicialmente, a prática era corriqueira apenas entre profissionais de cargos de direção, que para pagar menos impostos adotavam esta saída. Porém, nos últimos anos, para driblar os custos gerados pela admissão de profissionais pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), muitas empresas também passaram a contratar repórteres e assessores PJs. As estatísticas mostram que o crescimento do número de não-contratados é visível.

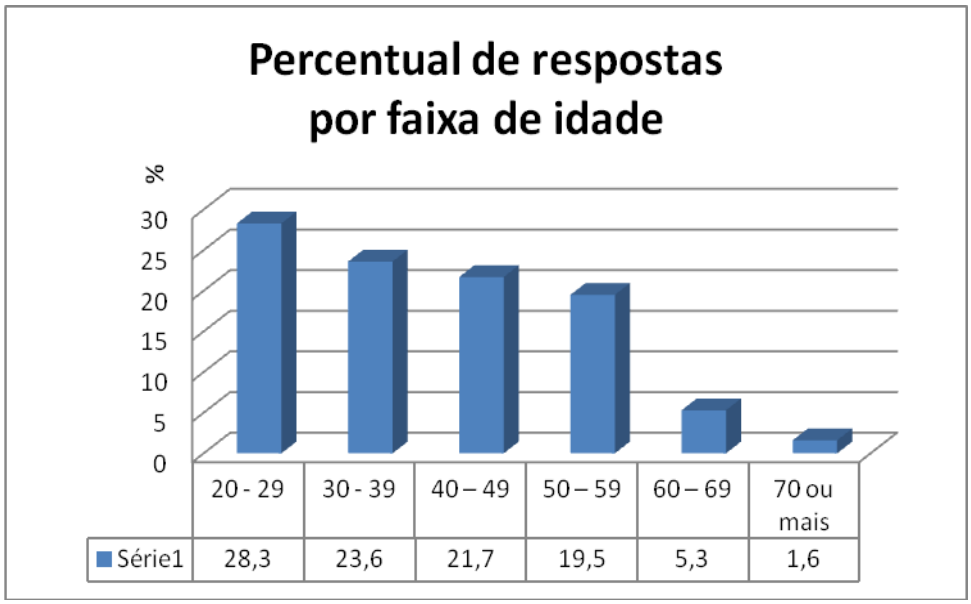
Em meados da década passada**,** o Sindicato de Jornalistas de São Paulo estimava que por volta de 30% dos profissionais trabalhavam sem registro em carteira nas empresas paulistas. Hoje a proporção bate na casa dos 50%. Segundo o estudo do Sindicato, baseado na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2005 havia 10.783 jornalistas contribuindo para a Previdência Social. O cálculo é que, pelo menos o dobro desse contingente, ou seja, mais de dez mil pessoas estava fora do sistema. Ao todo, portanto, haviam cerca de 22 mil jornalistas em atividade no Estado. "A tendência é que esse número só venha a aumentar. As empresas, para diminuir custos, não querem mais contratar jornalistas pela CLT", afirmava, então, o assessor econômico do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Carlos Montoya.

Esse é o quadro geral da profissão do jornalista do ponto de vista trabalhista. Precarização das condições de contratação, remunerações que chegam às raias da indignidade, longas jornadas de trabalho. No livro *A Saga dos Cães Perdidos,* o pesquisador Ciro Marcondes Filho (2002), resumiu muito bem a questão:

> Consequência do processo da informatização da atividade (jornalística), fato é que a vida dos jornalistas tem se tornado cada vez mais difícil. O trabalho aumentou, o contingente foi reduzido, as responsabilidades se tornaram mais individuais. Aos poucos a mística do contrapoder (quarto poder) se esvai. Chantageado pelo desemprego, os jornalistas na posição intermediária na empresa e os precários (frilas, repórteres, redatores, focas) perdem rapidamente de vista o fascínio da profissão.

3.3 Perfil do Jornalista: jovem, precarizado e polivalente

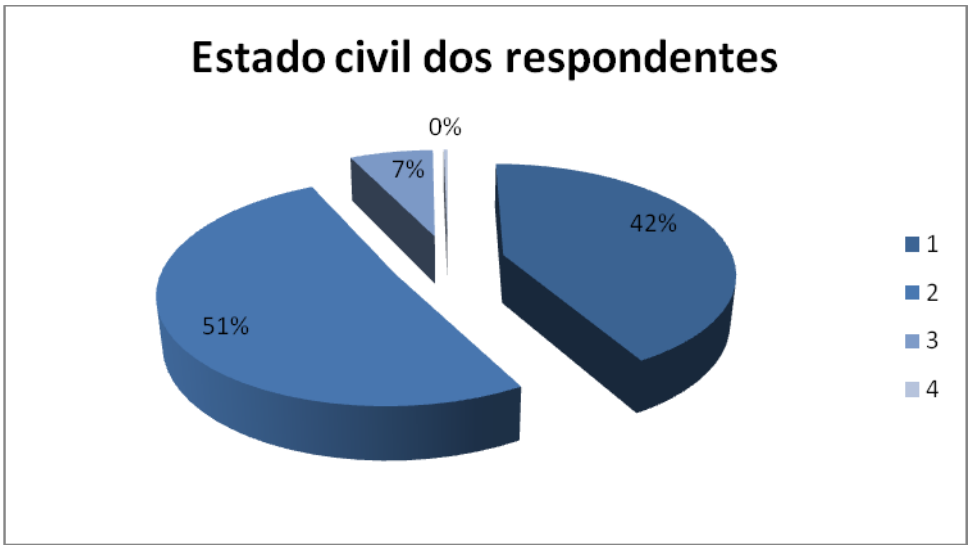
O jornalista brasileiro que atua no estado de São Paulo é jovem, precarizado e polivalente. São traços encontrados tanto em nossa pesquisa[13] como nas de outros estudiosos do tema. De acordo com nosso levantamento, realizado junto a 317 profissionais (veja a tabela abaixo com as frequências por faixas de idade e o gráfico na próxima página com os percentuais de idades distribuídos nas mesmas faixas), 28,3 % deles estão na faixa dos 20 aos 29 anos. Se ampliarmos a faixa para até os 39 anos, eles somam mais da metade dos profissionais, ou seja, 51,9%. A juvenilização tanto dos profissionais, especialmente nas redações da grande imprensa, decorre principalmente da estratégia dos administradores dos veículos jornalísticos para reduzir os gastos com a folha de salários. O jovem ganha menos e nem atinge a idade madura já está descartado, porque as redações renovam seu quadro de jornalistas permanentemente para manter a folha de pagamento no mais baixo patamar possível. Assim, 37,9% dos profissionais têm de 0 a 9 anos de exercício profissional. Mostra também que, talvez pelos baixos salários, 42% são solteiros e 58% não têm filhos[14].



[13] O conjunto dos dados de onde retiramos aqueles utilizados aqui estão no Apêndice B.
[14] Vêr gráfico na p. 326, Apêndice B.

Frequências de participantes da pesquisa por faixas de idade

Faixas de Idades	20 - 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	60 - 69	70 ou +
Frequência	90	75	69	62	16	5

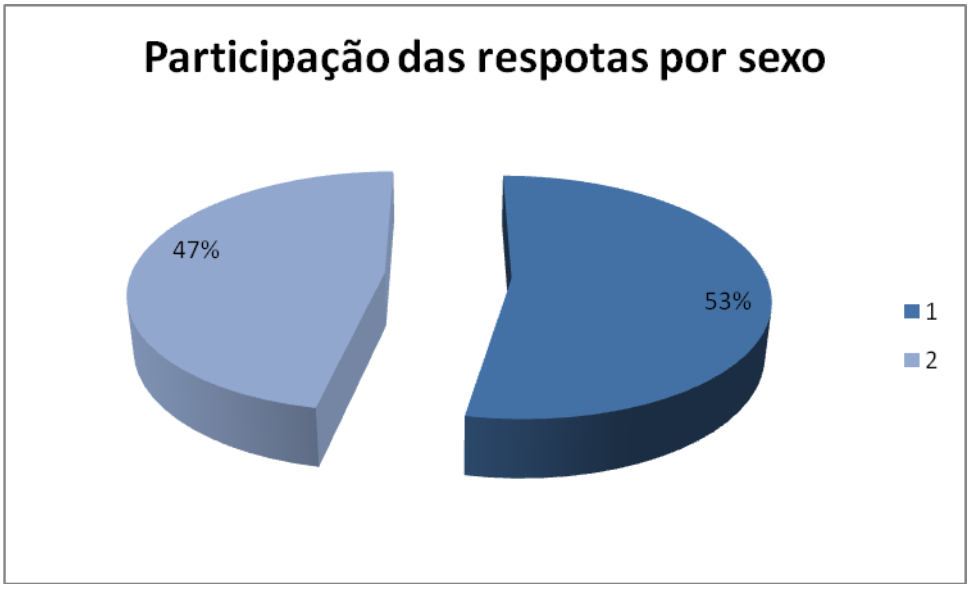


1 Solteiro **133**
2 Casado/ União Est. **161**
3 Sep./Divorciado **22**
4 Ñ. resp. **1**
TOT.: **317**

Ao lado da juvenilização, com o mesmo objetivo de pagar salários mais baixos, as empresas donas de veículos de imprensa passaram a contratar um grande número de mulheres. No universo da nossa pesquisa, 53%, ou 168 dos que responderam nosso questionário são homens e 47%, ou 149 respondentes, são mulheres. Pode-se dizer que é um percentual altíssimo, tendo em vista que a profissão por muitos anos e por preconceito foi fechada para as mulheres. Até há pouco tempo jornalismo não era coisa para mulher. No entanto, quando no fim da década de 1970, a profissão começou a se abrir para a mão de obra feminina, as contratações não pararam de crescer. Os dados da RAIS[15] apontam que em 2004 o número de jornalistas mulheres empregadas superou o dos homens. Claro que isso aconteceu também por força das mudanças culturais na sociedade e no jornalismo e até pelo novo papel que a mulher

[15] Série histórica RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho e Emprego. Arquivo do SJSP, conforme entrevista do responsável do Departamento de Economia, Carlos Montoya, ao autor, em 21 out. 2011.

assumiu no mundo, quando mostrou que podia ser mais que mãe e dona de casa. Mas reiteramos que um dos objetivos principais dessas contratações foi o de pagar salários mais baixos.



Em que 1 = Masculino; 2 = Feminino.

Paula Melani Rocha explica que a feminização no jornalismo se iniciou depois da crise econômica de 1930:

> No início, foi um movimento tímido e isolado. O ingresso de mulheres na carreira de forma acentuada só foi ocorrer na década de 1970. RIBEIRO (1998) documentou a história da imprensa paulista, no período de 1937 a 1997, e da fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Um dos aspectos citados na obra é a participação da mulher na carreira de jornalismo. Em 1937 era praticamente inexistente mulheres atuando no jornalismo". (2005, p. 2)

Em relação à precarização, nossa pesquisa apontou um percentual elevadíssimo de jornalistas em situação trabalhista irregular: 38,9% do total. São pessoas jurídicas (PJ), que recebem mediante fornecimento de nota fiscal; os que exercem função jornalística, mas são contratados como se pertencessem a outra categoria profissional; os frilas fixos, que embora trabalhem em empresa ou instituição não têm contrato; os contratados pela CLT pelo piso profissional ou percentual pequeno do ganho efetivo e a maior parte da remuneração paga por fora. Se deixamos de fora os freelancers e os

jornalistas empresários, na comparação apenas entre os jornalistas empregados a precarização nas formas de contratação sobe para 45% do universo pesquisado.

O quadro da precarização [16]

	Descrição da relação de trabalho	Nº de respostas	Percentu-al
1	**Contratações regulares**	**127**	**47,9**
1.1	Contrato de trabalho CLT como jornalista	119	45,9
1.2	Funcionário público (concursado ou comissionado, em assessoria ou lecionando em IES pública)	8	3,0
2	**Contratações irregulares**	**103**	**38,9**
2.1	PJ (assalariado com relação regular recebe mediante nota fiscal)	36	13,6
2.2	Exerce função jornalística mas é contratado formalmente como se pertencesse a outra categoria profissional	34	12,8
2.3	Frila fixo (embora trabalhe na empresa ou instituição, não tem contrato)	24	9,1
2.4	Contrato de trabalho CLT pelo piso profissional ou um valor pequeno do ganho efetivo do jornalista sendo que a maior parte é paga 'por fora'	9	3,4
3	**Freelancer** ou autônomos (jornalista que vende suas matérias e ou serviços para diferentes publicações e ou agências)	**15**	**5,7**
4	**Empresário** (jornalista sócio ou proprietário de empresa jornalística ou de assessoria)	**20**	**7,5**
TOT		**265**	**100,0**

Cláudia do Carmo Nonato Lima (2011, p. 10) captou outro traço do jovem jornalista brasileiro: a polivalência. Diz a autora:

> (...) o mercado de trabalho exige que o jornalista seja polivalente, que ingresse na profissão dominando as diversas mídias e redes

[16] Ao levantarmos as questões relativas à precarização, nos limitamos àquelas ligadas as formas de contratação irregulares do ponto de vista da legislação trabalhista. Mesmo em relação a este critério, não estão contempladas algumas situações existentes na profissão, como por exemplo os professores de jornalismo que trabalham sem contrato ou que participam de cooperativas; os estudantes de jornalismo, presentes em grande número nas redações, às vezes a título de 'estagiários', mas que na verdade estão executando trabalhos profissionais em lugar dos jornalistas, recebendo pagamentos irrisórios. Não consideramos, também, outras formas de precarização como a sobrejornada, presente em grande parte das redações; o pagamento abaixo do piso, também bastante disseminado, particularmente em publicações como jornais de bairro (na capital) e em veículos menores do interior, sites informativos na internet, entre outros segmentos do mercado de trabalho do jornalista.

> sociais; que fale idiomas, principalmente inglês e espanhol, e seja capaz de atuar em todas as áreas do jornalismo, da redação à edição, passando pela fotografia e vídeo.

Apesar da exigência da polivalência, nota-se também nas novas gerações de profissionais que muitos deles não têm experiência em redações de jornalismo diário, seja impresso, televisivo ou radiofônico. Muitos recém-formados (ou recém-formadas, se queremos adequar a linguagem ao gênero que já é dominante entre os jornalistas formados, e mais ainda entre os que estão cursando jornalismo ou são recém-formados) saem direto das faculdades para as assessorias de imprensa, até porque o número de postos de trabalho nas redações não acompanhou o ritmo de crescimento da oferta de jornalistas que as faculdades formaram ao longo das três últimas décadas. Na pesquisa empreendida por nós, é expressivo o percentual dos que se declararam assessores de imprensa : 19,6%. O percentual só é menor dos que se declararam repórteres (27,2% - incluindo os repórteres especiais e chefes de reportagem) e editores (26,2% - inclui editor-assistente e editor-chefe). Vale mencionar também que quando agrupamos as respostas por tipo de mídia ou por segmento de mercado de trabalho, a assessoria de imprensa está em segundo lugar, com 22,4%, depois de jornal (diário, de interesse geral e segmentado) com 25,2%[17].

Ao lado da polivalência, há outro traço do jornalista paulista. Segundo a pesquisadora Heloiza Hercovitz (2012), os jornalistas hoje são menos idealistas e mais práticos. Ela comenta que

> em 3 surveys [que ela realizou] desde os anos 1990 até 2009 (na primeira com jornalistas de São Paulo e Rio; na segunda com jornalistas de São Paulo; e na terceira com jornalistas de todo o país) os jornalistas ficaram menos partidários. Na primeira survey, era grande o número de filiados ou partidários do PT; na segunda survey, notei jornalistas divididos entre PT e PSDB, mas já com uma tendência a se afastar de partidos políticos; e na terceira, uma aversão aos partidos políticos. Não é só despolitização; é aversão à corrupção e descrença na capacidade dos políticos de gerir o país. Os

[17] Os percentuais e respectivos números estão no Apêndice B. Verifique, nas p. 345-346 que os dados apurados na nossa pesquisa e na enquete de Hercovitz (2011) sobre o percentual de jornalistas em cada grande grupo de funções desempenhadas na profissão são muito próximos.

> jornalistas hoje são menos idealistas e mais práticos. Estão mais preocupados em informar do que em militar ou pensar que estão transformando o mundo.

Hercovitz nos dá uma boa pista do que aconteceu com parte dos jornalistas brasileiros no período assinalado. Merece um estudo à parte, para identificar a profundidade e a extensão das mudanças no ideário, nas representações, nas perspectivas de vida dos jornalistas de São Paulo e do Brasil. Uma das linhas de investigação é traçar o paralelismo entre essas mudanças nas mentalidades e as mudanças na política brasileiras, na qual o Partido dos Trabalhadores (PT), partido que simbolizava a renovação no quadro político-partidário e na própria vida política brasileira. À medida em que o PT foi se aproximando do poder – e a grande manobra que completou uma passagem do partido que trazia a boa nova para aquele que efetivamente se dispunha a participar do poder com tudo o que isso significava em termos de mudança de perspectiva política e também de adequação às práticas políticas das velhas oligarquias, do tipo José Sarney, entre outras – boa parte dos jornalistas foram se dando conta que não havia, efetivamente, uma mudança tão radical em curso.

O PT perdeu sua maior atração para os "sonhadores", que era a possibilidade de uma mudança política até certa medida revolucionária, mas sem revolução. Uma mudança que levasse "o povo" (uma figura até então algo mítica, uma grande representação) ao poder. Pois bem, para se eleger, Lula primeiro teve que se mostrar confiável, o que teve como último lance a famosa "Carta ao Povo Brasileiro", de junho de 2002 (SILVA, 2006). Nela se afirmava o "esgotamento de um modelo" e a necessidade de "uma lúcida e criteriosa transição" que tivesse como premissa "naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país". Era a senha que o grande capital esperava para poder abandonar o barco comandado pelos tucanos, Fernando Henrique Cardoso à frente com seu candidato José Serra.

Há muitos aspectos a analisar em um espaço de tempo relativamente curto, estes 20 anos que juntam a última década do segundo e a primeira do terceiro milênios. Olhando-se a tal Carta ao Povo Brasileiro em retrospectiva, é possível verificar que muito do que se prometia foi cumprido. Houve mudanças significativas, de um lado,

quando se olha o grande cenário econômico e das classes sociais. Mas, de outro lado, houve permanências também significativas. Entre elas, a forma de governar, em que o Executivo tem que negociar o apoio de partidos no Congresso Nacional, o que gerou inúmeros escândalos, do qual o mais famoso ficou conhecido como Mensalão, de 2005.

O Partido dos Trabalhadores, socialista e ético em seus princípios, viu-se governando com os capitalistas e as oligarquias. A imprensa, em seu papel de escarafunchar os desvios e apontar falhas, esbaldou-se. Ainda mais porque, em que pese a manutenção dos contratos, o PT nunca foi bem vindo ao ninho do poder. As cúpulas das empresas proprietárias dos meios sempre demonstraram sua preferência pelos tucanos do PSDB, pelos Democratas (ex-Arena, partido que abrigou os principais próceres civis parceiros dos militares no golpe de 1964 e no decorrer do regime militar, tendo passado por um período pela mudança de sigla por PFL ou Partido da Frente Liberal) e aliados. E os jornalistas brasileiros, em particular aquela parcela que Hercovitz identificava na década de 1990 como filiada ao PT (inclusive os muitos deles que não eram filiados, mas simpatizantes/eleitores), viu-se, após 2003, no centro de um conflito que precisa ser estudado e compreendido: o PT no governo, passou a adotar muitas das práticas que criticava anteriormente, e que incluía a obtenção de verbas de origem não declarada para financiar campanhas políticas, a manipulação dessas verbas e transferências para partidos aliados; as cúpulas dos veículos em que trabalhavam estavam em franca e aberta oposição ao governo; seu papel como jornalistas, era de fiscalizar o poder e denunciar aquilo que fosse ilegalidade, as irregularidades cometidas. Era sua função profissional, mesmo que favorecesse politicamente a oposição. Ao mesmo tempo, os próprios jornalistas não aprovavam tais práticas.

É possível dizer, neste meado de 2012, que fez falta no decorrer do período analisado um polo aglutinador dos próprios jornalistas que analisasse e acompanhasse essa conjuntura com mais isenção e autonomia. O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, sob direção majoritariamente de petistas, não teve como manter essa distância. E fica evidente aqui também um descasamento político entre uma direção que se mantém,

em grande medida, fiel a seus compromissos ideológicos e políticos com o PT e a Central Única dos Trabalhadores, nascida do mesmo movimento que o PT da segunda metade dos anos 1980, ao qual o SJSP é filiado, e a massa de jornalistas que se distancia dessa corrente política e ideológica, parte dela aproximando-se do PSDB mas, principalmente, como nota também Hercovitz, distanciando-se das representações político-partidárias existentes. Os jornalistas, nessa nova conjuntura, estariam mais "preocupados em informar do que em militar ou pensar que estão transformando o mundo".

Mas, se observamos o que diz o professor Chaparro, que "o jornalismo se relaciona com a transformação, porque só é notícia aquilo que pode se transformar ou que pode gerar transformação"[18], o que temos é a impossibilidade de o jornalista se esconder em um recanto no qual não participe das transformações do mundo. O que ele pode fazer é se recusar a analisar as transformações que, com sua atividade profissional, ele contribui para que ocorram.

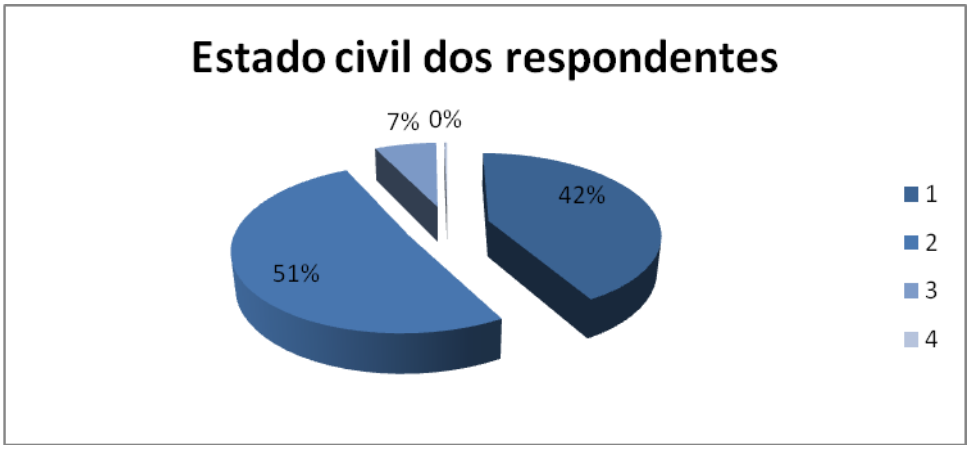
Deixamos aqui estas observações introdutórias, para que seja feito um estudo mais aprofundado. De importante, temos as inquietações que despertam: em relação a um feixe de teorias e possibilidades de compreensão do jornalismo, como uma teoria ainda a ser elaborado; do jornalista, como um sujeito social a ser melhor definido e compreendido, tanto de forma geral quando no período aqui identificado; dos problemas relacionados a suas formas de organização, seja o Sindicato, do qual tratamos mais detidamente na presente tese, seja a necessidade de um conselho profissional da categoria, que possa aprofundar o debate e acompanhamento dos aspectos técnicos, éticos e de formação dos profissionais e da profissão.

_____

Nossa pesquisa demonstrou que parte significativa dos jornalistas respondentes (42% - ver gráfico abaixo) é constituída de solteiros. Já o percentual dos que não têm filhos é

[18] Entrevista ao autor em 23 mai. 2011. Ver Apêndice D1.

francamente dominante: são 58%. A juventude combinada com as baixas remunerações e instabilidade no emprego certamente contribuem para estes resultados.



TOT.: **317**

1 Solteiro
133

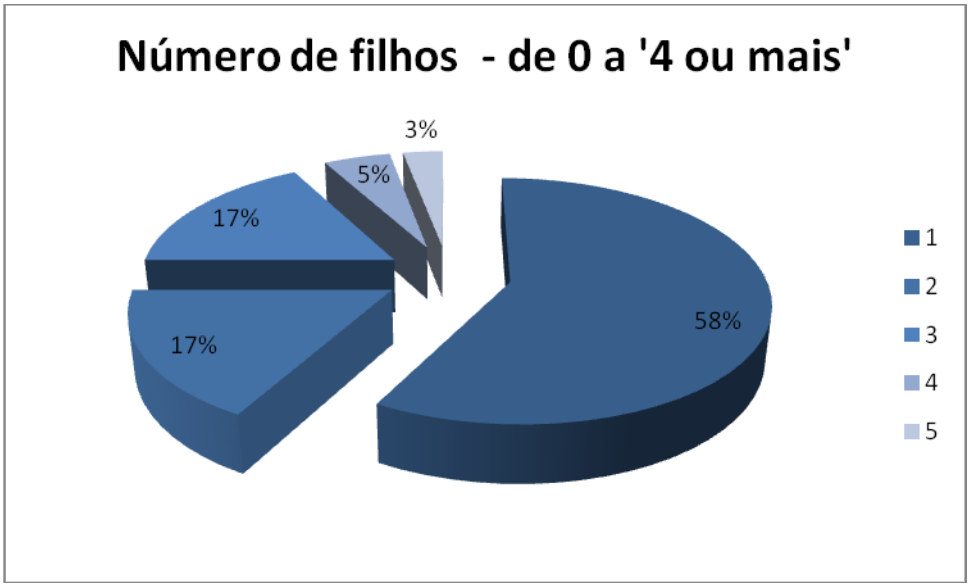
2 Casado/ União Est.
161

3 Sep./Divorciado
22

4 Ñ. resp.
1

Número de filhos

As alternativas apresentadas foram de zero a 3 e 4 ou mais filhos. As respostas:



TOTAL: **317**

1
Sem filhos
183

2
Um filho
55

3
Dois filhos
54

4
Três filhos
15

5
Quatro ou mais
10

Para completar este perfil, nos valemos do trabalho Jornalismo Brasileiro – Visões sobre a Profissão no Século XXI, realizado em 2009 por Heloiza Golbspan Herscovitz,

que entrevistou 624 jornalistas de todo o Brasil. Vejamos alguns resultados da enquete.

A enquete foi respondida por um número equilibrado de homens (51,7%) e mulheres (48,3%). Entre os que responderam à enquete, quase 40% trabalham em jornais, 12% em televisão, outros 12% em assessorias de imprensa privadas, 11% em publicações online, 8% em revistas, 6,4% em assessorias de comunicação em empresas públicas, 2,4% em agências de notícias e 1,6% em rádio. No total, 27% trabalham como repórteres, 15,9% como editores, 15,7% como consultores ou assessores, 6,2% como colunistas, 6% como editores executivos, e 5,6% como editores assistentes. Os outros 23,6% foram enquadrados na categoria "outros cargos", incluindo correspondentes estrangeiros, editorialistas, âncoras e produtores de noticiários.

A maioria trabalha *full time* (80%) e 43,4% produz conteúdo para mais de um veículo de uma mesma empresa. Um número equivalente de homens e mulheres trabalha como editores, mas mais mulheres estão nas redações como repórteres, enquanto mais homens trabalham como repórteres especiais, colunistas, diretores de redação, editorialistas e correspondentes estrangeiros. Há mais mulheres nas assessorias de imprensa, estações de TV e revistas; e mais homens em jornais diários, publicações online e estações de rádio.

Politicamente, 45,8% dos jornalistas se definem como sendo de esquerda (resultado semelhante à minha pesquisa realizada em 1998 com jornalistas de São Paulo) e 36,1% se definem como sendo de centro-esquerda, <u>mas poucos se identificam com algum partido político, ao contrário do que foi registrado em 1998</u> (grifo meu). Em 2009, 90,4% declararam não apoiar nenhum partido político; só 6,1% apoiam o PT e 3,5% apoiam o PSDB. A maioria não pertence a organizações profissionais (80,5%) e 38% são filiados à Fenaj.

Cerca de 43% dos jornalistas estão satisfeitos com a profissão, principalmente os que trabalham em televisão (34,5%), órgãos do governo (31,3%) e em assessorias (31,2%).

Os menos satisfeitos são os profissionais autônomos (28,1%) e os que trabalham em revistas (15%). Somente 10,5% se declaram totalmente insatisfeitos com a profissão. Mais homens (24,6%) do que mulheres (17,9%) estão satisfeitos profissionalmente. Os níveis de satisfação ou insatisfação profissional estão relacionados a não-obrigatoriedade do diploma de jornalismo, baixos salários, carga horária, oportunidades de crescer na empresa para a qual trabalham, falta de autonomia no trabalho, insegurança em relação ao emprego e interferências da linha editorial da empresa na produção de conteúdo.

O uso de novas tecnologias nas redações assusta os mais velhos e é motivo de satisfação profissional para os mais jovens. Um quarto dos que responderam à pesquisa se diz otimista sobre a profissão. A eliminação do diploma de jornalismo para atuar na profissão foi apontada como causa direta do pessimismo de 53,3% da amostra. Em relação ao diploma, 58% são a favor do requerimento, 36,6% contra e 5,3% não têm opinião a respeito.

Os jornalistas acreditam que a internet melhorou a distribuição rápida da informação (98,1%), a participação do público (92,1%), a variedade no noticiário (78,8%) e o acesso às fontes (65,1%). Entretanto, a maioria acha que a internet diminuiu a precisão no noticiário (76%), a credibilidade do noticiário (75,1%), a responsabilidade jornalística (74%), o jornalismo investigativo de qualidade (71,5%), e a qualidade da análise jornalística (62,8%). Além disso, a maioria (79 %) acha que a internet multiplicou a opinião no jornalismo.

Nas questões abertas, os jornalistas manifestaram o que muitos profissionais discutem no mundo inteiro: a internet aumentou a independência e a democratização da notícia, mas também multiplicou o jornalismo de celebridade (também chamado de *infotainment*) e o jornalismo de *press release*. Muitos reclamaram que as empresas de jornalismo online publicam as mesmas notícias em estilos semelhantes para um público que presta pouca atenção ao que acontece no mundo.

No dia-a-dia, os jornalistas usam a internet para ler noticias (86,9%) e lidar com *press releases* (72%). Dois terços da amostra buscam por nomes, endereços, fontes e informação específica para a produção de notícias e reportagens. Poucos escutam *webcasts* ou assistem a vídeos online (17,5 %); só 10,5% usam programas de análise de dados como o Excel e 9,2% fazem entrevistas por email.

Embora muitos dos recursos oferecidos pela internet ainda sejam pouco utilizados, os jornalistas entrevistados são fãs da chamada *social media*: 51,2% mantêm blogs, 67,6% usam Instant Messenger, 65,1% usam programas como Facebook e Orkut e 46,2% estão no Twitter. Um terço da amostra acha que os blogs estão redefinindo as regras do noticiário e quase a metade dos entrevistados acredita que os blogs oferecem mais análise e dão mais furos que a mídia tradicional.

Como em pesquisas anteriores e em sintonia com jornalistas de outros países, os entrevistados acreditam que o papel da mídia é o de investigar e interpretar os fatos, principalmente os que se referem às ações do governo (79%) e aos grandes problemas nacionais (72,2%). A discussão de temas políticos aparece em terceiro lugar, como indicaram 63,4% da amostra; a discussão de grandes problemas internacionais aparece em quarto lugar (54,8%) e a necessidade de motivar os cidadãos a discutirem temas de interesse público aparece em quinto lugar (51,4%).

3.4 O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) existe desde 15 de abril de 1937. Participou e participa de lutas importantes dos jornalistas e da sociedade brasileira. Com 3.620 associados (incluídos os aposentados, em torno de 850, que são sócios remidos), segundo dados de março de 2012, é o maior sindicato da categoria no país. É filiado à Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e à Central

Única dos Trabalhadores (CUT) e é também conveniado com a Associação Brasileira da Propriedade Intelectual dos Jornalistas (APIJOR). Tem sede na cidade de São Paulo e nove regionais: Bauru, Campinas, Oeste Paulista, Piracicaba, Ribeirão Preto, Santos, São José do Rio Preto, Sorocaba e Vale do Paraíba/Litoral Norte/Mantiqueira. Trabalham na entidade, entre funcionários contratados e prestadores de serviços, 40 pessoas.

A diretoria, eleita a cada três anos, é constituída por Executiva, Conselho de Diretores, Diretoria Plena, Conselho Fiscal, diretores Regionais e de Base e Comissão de Registro e Fiscalização do Exercício Profissional (Corfep). São 90 jornalistas. Mas, apesar do grande número, praticamente todas as gestões padecem de um mal semelhante, que é a participação de um número muito reduzido de diretores nas atividades do Sindicato. Há variações no grau de participação. Depende de haver jornalistas com um pouco mais de disponibilidade, da capacidade do presidente de animar seus colegas de diretoria e, evidentemente, o maior ou menor nível de resposta dos próprios jornalistas aos chamados da diretoria. Mas, em que pese tais variações, em geral a participação dos diretores na vida sindical é reduzida. Assim, o dia a dia é tocado basicamente pelo presidente – muitas vezes este fica dedicado apenas ao Sindicato –, com a participação de poucos outros colegas da diretoria Executiva. A participação dos diretores de base e dos demais é muito pequena. Tal fato acaba sobrecarregando os poucos que participam e ampliando, entre os jornalistas, a sensação de que o Sindicato está ausente dos locais de trabalho.

Tal situação sofreu alterações em algumas ocasiões especiais, como a própria fundação da entidade, em 1937, as duas grandes greves gerais da categoria na cidade de São Paulo (e os períodos que as antecederam) de dezembro de 1961 e maio de 1979, o período da denúncia contra o assassinato de Vladimir Herzog e toda a luta de resistência contra o autoritarismo que se seguiu ao 25 de outubro de 1975, data da morte de Vlado, para citar alguns desses momentos, que não foram os únicos (no Apêndice A, Linha do tempo, é possível acompanhar estes e outros momentos importantes na história da entidade). Além de algumas disputas mais acirradas para a

direção, o que ocorre apenas de tempos em tempos, o que esteve ligado muitas vezes à própria situação política do país e aos períodos de maior mobilização do movimento sindical como um todo.

Marly Seixas (1980) – trabalho que serviu de base, em grande parte, para a elaboração da Linha do tempo, assim como ao livro de Jose Hamilton Ribeiro (1998) sobre a história do SJSP até 1997 – analisa a questão da participação dos jornalistas nas eleições sindicais. Traz, por exemplo, dados da participação dos jornalistas sindicalizados nas eleições, em percentuais que variam entre 72,6% (em 1947) e 60,7% (1941), sendo que a explicação para o crescimento da participação em 1947 está relacionada, na visão dela, "provavelmente ao impulso adquirido pelo movimento sindical entre 1945", quando se deu o fim do Estado Novo de Vargas, e 1947, período em que o país viveu um clima de grande liberdade.

Outro período foi no final dos anos 1950 e o início dos 1960, marcado pela cisão no movimento comunista em nível mundial e pelos "reflexos da desestalinização iniciada no XX Congresso do PCURSS, em fevereiro de 1959" (p. 73). O debate ideológico que se seguiu deu origem a vários grupos de esquerda independentes. Todos críticos à política desenvolvida tanto pelo PCB quanto pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nos meios sindicais.

Surgiu então um movimento denominado Movimento Renovador Sindical que acabou adquirindo muita força entre os próprios jornalistas de São Paulo. O MRS formou uma chapa para concorrer às eleições do SJSP de 1959, a "Renovação", formada no final de 1958 e encabeçada por Benedito Ribeiro (p. 74-75). No Manifesto de lançamento, os integrantes da chapa acusavam as administrações anteriores de terem sido marcadas

> pela indiferença e pela apatia e declarava que os integrantes da chapa lutariam por "uma renovação do Sindicato acima dos partidos e interesses pessoais" e por um "sindicato forte na defesa intransigente e diária de nossos interesses, acima das contingências ocasionais (...)"[19]

[19] Boletim oficial – Chapa 1, 1959, apud Seixas (1980), p. 75.

A Chapa de Benedito Ribeiro venceu por pequena diferença a Chapa 2, encabeçada por Freitas Nobre, que contava com a participação dos comunistas. E de fato houve uma renovação e um impulso à participação dos jornalistas. Durante a gestão foram formadas várias comissões que contaram com a participação de jornalistas das redações. No final de sua gestão, e como resultado da participação intensa dos jornalistas na vida sindical, pela primeira vez formaram-se três chapas para concorrer à renovação da diretoria da entidade, em 1961. E, em dezembro do mesmo ano, ocorreu a greve vitoriosa de 1961, quando os jornalistas de São Paulo conquistaram, pela primeira vez, o piso profissional para os jornalistas e um dos primeiros do país.

Segundo relata Seixas, a chapa vitoriosa, com Evaldo Dantas na presidência, conseguiu motivar uma maior participação dos jornalistas:

> Além do incentivo à participação nas atividades internas, a diretoria procurou, em contatos pessoais com os locais de trabalho, a tomada de posição de conjunto diante dos acontecimentos relativos á profissão – como o Decreto nº 50.506, que regulamentava a radiodifusão – e face à política do país, como por ocasião da renúncia de Jânio Quadros, quando cada uma das redações pronunciou-se a favor da solução legal para a crise. (p. 78)

O processo de mobilização foi até 1962, quando ocorreu uma assembleia, em julho, convocada para discutir as demissões provocadas pela greve de dezembro de 1961. Naquela assembleia, os comunistas, que permaneciam fortes e atuantes no movimento sindical, conseguiram aprovar a proposta de adesão do Sindicato ao Pacto de Unidade de Ação “após tumultuadas discussões e o esvaziamento da reunião”. Em protesto contra a decisão, o presidente e o vice-presidente do Sindicato, Evaldo Dantas e Cesar Costa, se demitiram da diretoria. A presidência foi então ocupada por Carlos Correa de Oliveira, então o 1º secretário da diretoria.

Pode-se concluir do que é relatado e analisado pela autora que a participação dos comunistas na vida sindical dos jornalistas é algo a ser criticado, ao longo de todo o período da história da entidade? Certamente não, pois os comunistas foram uma das principais forças políticas a apoiarem a formação do Sindicato em 1937 e a manterem a militância na entidade durante largo período. É possível criticar o uso de

estratagemas como o que motivou a renúncia de Evaldo Dantas – fazer aprovar a adesão do Sindicato a um determinado movimento sindical animado principalmente pelos comunistas em um final de assembleia esvaziada, assembleia que havia sido convocada para outra finalidade –, mas o próprio fato de Evaldo Dantas e seus companheiros terem perdido o controle da assembleia já demonstra, também, que havia um enfraquecimento da direção. Do contrário, teria sido impossível à oposição dominar a assembleia e impor sua proposta.

Analisar o que ocorreu para que a direção de Evaldo, que representava a continuidade do movimento de Renovação, que mobilizou a base dos jornalistas em 1958, tivesse se enfraquecido, chegando a perder uma votação importante em assembleia e indo até à renúncia, exige um trabalho com foco nos acontecimentos de então, explicitando tanto o contexto político em que o país vivia, as diferentes correntes atuando no movimento sindical de então, quanto o que ocorria com os jornalistas em São Paulo. É um trabalho que não foi feito e também aqui não é o lugar para fazê-lo. Apenas trazemos a citação para mostrar que há uma complexidade nos processos de maior aproximação ou distanciamento da base em relação ao Sindicato.

Na análise do processo que envolve a distância entre os jornalistas e o Sindicato no período analisado aqui, dos anos 1980 em diante, temos a grande vantagem de poder contar com os depoimentos dos próprios jornalistas, o que enriquece sobremaneira a análise e possibilita um outro grau de compreensão em relação aos acontecimentos de que estamos tratando.

Mas, por ora, continuemos com o relato sobre o que é o que faz o SJSP nesta passagem de milênios. O Sindicato atua, basicamente, nas seguintes frentes:

1 - defesa dos jornalistas;
2 - defesa da melhoria da profissão;
3 – defesa da melhoria das condições de vida e de saúde dos jornalistas e
4 - nas lutas em defesa da democracia e da cidadania.

Por ser a principal entidade de base dos jornalistas brasileiros - em número de filiados e em força de atuação –, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo tem um papel relevante na estruturação da categoria nacionalmente (na Fenaj) e em outras áreas de atuação, como na constituição da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual dos Jornalistas (Apijor), que responde pela defesa dos direitos autorais dos jornalistas no país e que foi formada por iniciativa da entidade paulista.

Além da estrutura da sede e das regionais, distribuídas pelas principais regiões do Estado, do corpo de funcionários, o SJSP conta também com alguns colaboradores, jornalistas sindicalizados militantes que participam das comissões permanentes. Trataremos delas mais adiante.

Data base - Campanhas Salariais - Defesa dos Jornalistas empregados e free-lancers

A data base da categoria é 1º de junho, quando são celebradas convenções coletivas com três dos quatro sindicatos patronais: Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo (jornais e revistas da capital), Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas no Estado de São Paulo (jornais e revistas do interior e litoral) e Sindicato Nacional das Empresas de Comunicação Social (Sinco), que celebra acordo válido para o segmento de Assessoria de Imprensa/Comunicação.

A mudança das datas bases de 1º de dezembro (jornais e revistas) e 1º de outubro (assessorias) para 1º de junho ocorreu em 2007 e 2008. Somente o Sindicato das Empresas de Rádio e TV no Estado de São Paulo, com o qual as negociação são mais difíceis, se nega a mudar a data base do setor, que continua em 1º de dezembro.

Para fortalecer as categorias profissionais de todo o setor das comunicações, os jornalistas de São Paulo propuseram e lideraram, a partir de 2000, o movimento para a criação do Fórum Intersindical da Comunicação (Fico), integrado pelos seguintes

Sindicatos:

- Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões de São Paulo;
- Empregados em Empresas de Distribuição de Jornais e Revistas de São Paulo;
- Empregados Administrativos em Jornais e Revistas no Estado de São Paulo;
- Empregados em Editoras de Livros de São Paulo;
- Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo;
- Publicitários de São Paulo;
- Radialistas de São Paulo.

A primeira Campanha Unificada por Emprego e Salário realizada pelo Fico aconteceu em 2002. Foi, no final das contas, uma tentativa infrutífera. Depois daquela Campanha Unificada, houve alguma participação de jornalistas nas campanhas salariais dos gráficos, atividades cojuntas de defesa de interesses comuns com os Radialistas, como por exemplo na defesa dos funcionários da Rádio e TV Cultura de São Paulo, mas o FICO não vingou.

A tentativa do FICO pode perfeitamente ser entendida dentro do que Rodrigues (1999) classifica como as "respostas organizatórias" (ver página 34 desta tese) que a direção sindical tentou para superar a fragilidade da entidade e o baixo nível de participação dos jornalistas. Mas, embora fosse recorrente entre militantes e dirigentes dos jornalistas o debate sobre a necessidade de unificar os trabalhadores das empresas de comunicação (emissoras de TV e rádio, jornais, editoras de revistas, gráficas etc.), a ideia nunca conseguiu ser implementada com sucesso. A proposta contava com alguma simpatia e apoio da parte da Central Única dos Trabalhadores, que chegou a auxiliar na convocação e nas realizações de várias reuniões. Mas faltava interesse efetivo entre as direções dos demais sindicatos, unidade política mínima entre essas direções, assim como alguma ressonância mais forte entre os próprios jornalistas.

Voltemos à descrição das atividades do próprio SJSP.

Uma das principais missões do Sindicato, desde sua fundação – é o que está no Estatuto (SJSP 2008) da entidade – é "defender e representar legalmente os jornalistas profissionais com exercício habitual e remunerado nas atividades especificadas na legislação que regulamenta o exercício profissional, na base territorial do Estado de São Paulo". Com destaque para a defesa dos direitos trabalhistas dos jornalistas, tanto os empregados, quanto os autônomos e freelancers. Por isso, constantemente ocorrem mobilizações, seja para impedir o aumento da carga horária em uma redação, seja para garantir o pagamento das horas extras (ou mesmo o simples pagamento de salários atrasados), ou porque há insalubridade ou inadequação nos locais de trabalho, o que acaba afetando a saúde dos profissionais, ou ainda por assédio moral, entre outros motivos. Ou ainda porque as empresas negam outros direitos já conquistados.

Em muitos casos, essas pendências com as empresas acabam sendo resolvidas por meio de mesas-redondas na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e sub-delegacias no estado, e com a assinatura de acordos coletivos entre o Sindicato e a empresa. Para os casos em que não há entendimento com as empresas, o Sindicato solicita fiscalizações ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Quanto aos jornalistas freelancers, o Sindicato juntou-se a outras associações para produzir a Tabela de Preços de Referência para Licença de Obra Jornalística e Prestação de Serviços de Assessoria de Imprensa/Comunicação (http://www.autor.org.br).

Fica claro, assim, que o SJSP tem alguma atuação em relação aos jornalistas freelancers. No entanto, esse segmento da profissão reclama de estar esquecido e alijado do trabalho sindical. Entre outras quiestões, há a expectativa que a entidade os defenda quando um contratante não cumpre sua parte e deixa de pagar pelo trabalho realizado, problema que é relativamente comum. Apesar de o Departamento Jurídico da entidade ter defendido jornalistas em algumas situações como essas, não é o que se faz corriqueiramente. O trabalho dos advogados do SJSP é, no essencial, voltado

para tratar das questões trabalhistas dos jornalistas empregados. Fora o elevado número de contratações irregulares entre os jornalistas da área, com muitos PJs.

Defesa da profissão

O Sindicato dos Jornalistas, desde sua fundação, defende a regulamentação profissional, como uma das premissas para assegurar tanto condições dignas de trabalho para jornalistas. Já em relação à luta para garantir a qualidade do jornalismo produzido, o Sindicato atua seja denunciando junto à DRT o trabalho de pessoas não habilitadas, seja fazendo a seleção dos profissionais de imagem para ingresso no mercado de trabalho, por meio de bancas examinadoras, seja defendendo, junto com a Fenaj e com os demais sindicatos de Jornalistas do país a legislação que regulamenta a profissão.

Quando o Ministério Público Federal questionou na Justiça Federal em São Paulo, por meio de ação civil pública, a exigência do diploma para o exercício da profissão, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo teve um papel fundamental de se articular com a Fenaj e assumir a defesa da regulamentação profissional, em 2001. A atuação do Sindicato foi importante para a conquista da primeira vitória, no Tribunal Regional Federal, em outubro de 2005, quando aquele tribunal reconheceu que

> O Decreto-Lei n. 972/69, com suas sucessivas alterações e regulamentos, foi recepcionado pela nova ordem constitucional. Inexistência de ofensa às garantias constitucionais de liberdade de trabalho, liberdade de expressão e manifestação de pensamento. Liberdade de informação garantida, bem como garantido o acesso à informação. Inexistência de ofensa ou incompatibilidade com a Convenção Americana Sobre Direitos Humanos. (BRASIL, 2005)

Posteriormente, quando o MPF recorreu e a ação passou a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal, o SJSP perdeu a iniciativa e a preeminência que tinha na defesa regulamentação da profissão. Passou a adotar uma posição dúbia em relação ao tema, tendo seu presidente, José Augusto de Oliveira, escrito artigo no jornal Unidade (abr. 2010, p. 5) defendendo uma “nova política sindical” que permitiria a sindicalização de não diplomados. A proposta foi derrotada no 34º Congresso Nacional dos Jornalistas,

realizado em Porto Alegre, em agosto de 2010. Mas, a reportagem sobre o Congresso no Unidade, não diz que a diretoria do SJSP foi derrotada. Omite o dado e relata apenas que "entre os pontos aprovados está a manutenção da defesa do diploma para o exercício da profissão e a decisão de não sindicalizar e não emitir carteiras para não diplomados". (set. 2010, p. 5)

A diretoria do SJSP continuou participando das articulações e dos movimentos de pressão sobre os parlamentares para que estes aprovassem o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 33/09, que restabelece a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista, mantendo portanto a obediência às decisões políticas tomadas no Congresso Nacional dos Jornalistas. Eis por que se pode dizer que a posição do SJSP em relação à regulamentação, que desde o final dos anos 1960 teve na exigência da formação específica para o exercício da profissão seu fundamento principal, assumiu um tom dúbio no final da década de 2010.

Outro momento importante de que o SJSP participou, em que também exerceu papel de liderança, foi no movimento pela criação do Conselho Federal de Jornalismo (posteriormente Conselho Federal de Jornalistas), proposta que virou projeto de lei e chegou a tramitar no Congresso Nacional, mas foi arquivada em 2004, após uma pressão das empresas proprietárias e dos grandes veículos de comunicação, particularmente os veículos impressos. Após o arquivamento, o movimento pela constituição do CFJ não foi retomado nem pelos sindicatos de jornalistas, nem pela Fenaj.

Departamentos, serviços e secretarias

São os seguintes os principais serviços prestados pelo SJSP:

O Departamento Jurídico orienta os jornalistas em várias áreas (contratos, lei de imprensa, etc.); oferece assistência jurídica trabalhista para jornalistas sindicalizados ou não sindicalizados (processos trabalhistas e rescisões contratuais). Além desses

serviços, o Jurídico ajuíza ações em defesa dos interesses coletivos dos jornalistas, a exemplo da recuperação das perdas provocadas pela não correção da tabela de desconto do Imposto de Renda ou a não aplicação pelo governo de índices econômicos para a correção do FGTS. O Departamento Jurídico também assessora a Diretoria do Sindicato nas negociações salariais, com as empresas, nas mesas-redondas nas DRTs, nos movimentos dos jornalistas em defesa dos salários e de suas condições de trabalho. Em convênio com a Apijor, o Departamento Jurídico orienta questões e patrocina ações de direitos autorais para jornalistas sindicalizados.

A Bolsa de empregos visa integrar os profissionais disponíveis e as vagas existentes nas empresas de comunicação. O Sindicato se propôs a criar uma bolsa eletrônica de empregos, que contribuísse para a colocação dos jornalistas desempregados ou interessados em mudar de área de atuação. Mas o trabalho para isso não havia sido terminado até a conclusão desta tese. Assim, o resultado da bolsa de empregos aparece para os jornalistas como algo muito restrito, com poucos resultados efetivos.

A Assessoria Econômica do Sindicato realiza estudos sobre a massa salarial de toda a categoria ou de parte dela; o acompanhamento das campanhas salariais e os levantamentos estatísticos sobre os jornalistas de São Paulo e do Brasil. Também auxilia os jornalistas nos cálculos do seu tempo de aposentadoria.

Os departamentos Administrativo, de Cobrança e Financeiro atendem os jornalistas para sindicalização, fornecem a Carteira de Identidade da Fenaj, a Carteira Internacional da Federação Internacional de Jornalistas (FIJ), cuidam da Bolsa de Empregos, realizam a cobrança, a contabilidade, o planejamento e acompanhamento financeiro e outras atividades ligadas ao cotidiano do Sindicato.

O Departamento Comercial desenvolve parcerias buscando benefícios para os jornalistas, estabelece os convênios, comercializa espaço publicitário no jornal *Unidade* e prepara os projetos especiais, como a bolsa eletrônica de empregos (em

comercialização), o Baile da Imprensa e o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

A Secretaria do Interior coordena o trabalho das nove Regionais, auxiliando os diretores das cidades do interior e do litoral a levarem às suas cidades e regiões o conjunto das atividades do Sindicato.

Cursos de formação profissional

Desde 2000, quando foi criado do Departamento de Formação, voltado para a formação profissional complementar dos jornalistas por meio de cursos de curta duração, o SJSP tem desenvolvido uma grande quantidade de cursos, oficinas, palestras e seminários, sempre com a preocupação de oferecer um complemento à formação profissional dos jornalistas. Mas, a questão da formação sempre ocupou lugar de destaque na atuação do Sindicato, como pode ser comprovado pela leitura da Linha do tempo nesta tese (ver Apêndice A), embora só a partir de 2000 tenha passado a oferecer um programa constante e variado de cursos, oficinas e seminários para a categoria, filiados ou não. Foi o primeiro Sindicato de Jornalistas do país a implementar uma iniciativa com essas características.

Os temas dos cursos são montados com base no interesse que despertam entre os jornalistas. Além de cursos que se tornaram regulares, como o de Assessoria de Imprensa, Redação Criativa e Jornalismo Literário, o Departamento de Formação do SJSP organiza seminários, debates e oficinas sobre temas pontuais (o quadro completo com as iniciativas do Departamento entre 2000 e 2011 está no Apêndice G).

Convênios

O SJSP estabelece convênios com empresas e instituições para oferecer aos associados produtos ou serviços com descontos. Entre esses convênios, estão as colônias de férias de outros sindicatos (em Ubatuba, Caraguatatuba, Praia Grande, Mongaguá, Águas de

São Pedro e Termas de Ibirá). Também existem convênios com várias empresas para atividades de lazer, turismo e aquisição de produtos.

Comissões

O SJSP conta com as seguintes comissões permanentes de jornalistas em funcionamento:

- Comissão de Ética: a esta comissão compete investigar e dar parecer a respeito das transgressões ao Código de Ética dos Jornalistas. Eleita a cada três anos, em assembleia específica, essa comissão é composta por cinco associados do SJSP e quatro representantes de entidades da sociedade civil.

O problema da Comissão de Ética é que, ao não dar divulgação ao resultado do seu trabalho, sua existência acaba sendo praticamente desconhecida entre os próprios jornalistas. O que não dizer, então, em relação às empresas jornalísticas e à população. Assim, seja porque é pouco conhecida, seja falta de estrutura para realizar seu trabalho – ela não conta com qualquer apoio material, sequer uma secretária para fazer os agendamentos das audiências – a Comissão de Ética tem um papel bastante restrito, servindo muitas vezes mais para mediar conflitos entre os próprios jornalistas do que para cuidar das grandes questões da ética profissional que envolvem o trabalho jornalístico e a população.

- Comissão de Registro e Fiscalização do Exercício Profissional (Corfep): esta comissão trata das questões relativas ao registro e à fiscalização do exercício profissional. Ela realiza levantamentos e elabora relatórios sobre as condições de trabalho dos jornalistas e tabelas de remuneração dos serviços jornalísticos autônomos. É integrada por cinco membros titulares e dois suplentes que fazem parte da Diretoria da gestão.

- Comissão Aberta e Permanente de Jornalistas de Assessoria de Comunicação: discute assuntos específicos dos jornalistas que trabalham em assessorias de

imprensa/comunicação de empresas públicas, privadas, órgãos governamentais e organizações não governamentais. Fornece subsídios para a Diretoria em assuntos como negociação salarial, política de relacionamento com as empresas e outros assuntos importantes para o segmento profissional. A Comissão também organiza anualmente Encontro Estadual de Jornalistas em Assessorias de Comunicação.

Ao final da década de 2010, com 30 anos de atividade, a Comissão de Assessoria tornou-se a mais longeva da vida do SJSP. Seu trabalho foi essencial para que os jornalistas de assessoria se constituíssem como um segmento importante da profissão. É uma história que precisar ser contada, o que ajudará certamente a revelar aspectos da profissão que podem ser melhor conhecidos por meio dela.

- Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira): com participação aberta a todos os interessados, tem como finalidade ajudar a entidade a ter uma atuação mais efetiva com relação à questão racial. Participa de ações tanto no âmbito específico do jornalismo, quanto em questões de caráter mais geral. Suas atividades consistem em: mapear e analisar a situação dos jornalistas negros no estado de São Paulo; acompanhar com olhar crítico o noticiário relacionado à questão racial; estimular a capacitação dos profissionais que já atuam na imprensa para que tenham uma melhor compreensão da questão racial; criar oportunidades para que os jornalistas negros, em especial, e os jornalistas sem recursos financeiros, de maneira geral, tenham acesso aos mecanismos de aperfeiçoamento técnico-profissional; organizar um Banco de Dados sobre a questão racial e a imprensa negra; utilizar o Jornal *Unidade* e todos os meios de comunicação do Sindicato para divulgar matérias e discutir temas relacionados à questão racial. A existência da Cojira/SP inspirou a criação de uma comissão similar no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, instituída em junho de 2003. Da colaboração entre a Cojira/SP, a Cojira/RJ e o Núcleo de Comunicadores Afro-brasileiros do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul resultou a tese “Visibilidade às questões étnicas nos meios de comunicação e no mercado de trabalho”, aprovada por unanimidade no 31º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em João Pessoa/PB, em agosto de 2004. Novas

propostas pela igualdade racial foram aprovadas no 33º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em São Paulo, em agosto de 2008, além da criação da Comissão Nacional de Jornalistas pela Igualdade Étnico-Racial (Conajira).

A constituição da Comissão de Igualdade Racional no SJSP foi um dos passos dados para a abertura da entidade no sentido de se incorporar às novas lutas sociais, enriquecendo o mundo sindical para além das questões trabalhistas, sindicais e de direitos humanos, a tríade na qual se baseou a ação sindical por décadas.

Publicações

Além do jornal *Unidade*, do boletim Mural, do Mural Fax, do Boletim Eletrônico e do site (http://www.sjsp.org.br), o Sindicato também participa das redes sociais, através do twitter (http://twitter.com/JornalistasSP) e do Facebook (http://www.facebook.com/SindicatoJornalistasSP). O Departamento de Comunicação do Sindicato auxilia ainda na elaboração de várias outras publicações, como os cadernos com as Convenções e Acordos Coletivos, Cartilhas, cartazes para eventos e publicações setoriais.

O Sindicato edita também publicações de interesse dos jornalistas em parceria com empresas e instituições, como o Guia de Fontes e o Guia de Cursos para Jornalistas no Brasil e no Exterior. Eventualmente, publica livros sobre jornalismo e de jornalistas.

Eventos, exposições e prêmios

O Sindicato dos Jornalistas de São Paulo promove eventos, encontros, exposições e prêmios:

- Congresso Estadual de Jornalistas: principal fórum de debates e deliberações da categoria, os congressos estaduais vêm sendo realizados de dois em dois anos. Eles são preparatórios aos congressos nacionais da categoria, organizados pela Fenaj.

- Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos: criado em 1979 e promovido em conjunto com diversas entidades da sociedade civil objetiva premiar os melhores trabalhos jornalísticos que versem sobre direitos humanos e sociais. Desde 2009, o prêmio é co-organizado pelo Instituto Vladimir Herzog.

- Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão: criado em 2009 em parceria com o Instituto Vladimir Herzog, visa premiar projetos de reportagem produzidos por estudantes de jornalismo. Os vencedores têm os custos de produção da reportagem custeados pelo Instituto Vladimir Herzog e a matéria publicada em veículos de comunicação.

- Galeria Fotográfica: com exposições regulares durante o ano, sob a responsabilidade da Arfoc-SP, no auditório Vladimir Herzog.

- Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Comunicação: realizado anualmente pela Comissão Permanente e Aberta de Jornalistas em Assessoria de Imprensa, discute os principais temas de interesse deste segmento dos profissionais.

- Lançamento de livros e outros eventos como debates, mesas redondas, entrevistas coletivas com personalidades e seminários.

- Atividades políticas e de defesa da cidadania: desde sua fundação, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo tem uma atuação política de pressão junto ao poder público e de articulação na sociedade civil, na defesa dos direitos civis, da democracia e dos direitos humanos. Mais recentemente, o Sindicato tem participado de vários movimentos em defesa da vida, da democracia, da paz e dos direitos humanos. Foi assim no Movimento Basta de Violência, na Associação Sandra Gomide, no Comitê Paulista pela Democratização da Comunicação, na Comissão Municipal de Direitos Humanos (SP) e com a “Rede de comunicadores em apoio à reforma agrária e contra a criminalização dos movimentos sociais”.

O Sindicato também tem promovido diversos atos públicos em defesa dos direitos humanos e da democracia, como o Ato em Defesa do III Plano de Direitos Humanos e pela instalação da Comissão da Verdade (14/01/10), o Ato em Defesa da Democracia e Contra o Golpismo Midiático, durante a campanha presidencial de 2010 (23/09/10), o Ato de desagravo aos jornalistas agredidos por PMs na Avenida Paulista (31/05/11) e o Ato contra a Tortura e a Impunidade sofrida por adolescentes na Fundação Casa (28/06/11).

Em que pese o grande número de diretores, a abrangência estadual com suas nove regionais, as suas Comissões regulares e aquelas que têm existência pontual devido a algum problema específico, os departamentos e as inúmeras atividades em que se envolve, o SJSP não consegue reunir jornalistas nas assembleias que realiza para deliberar nas campanhas salariais e na apreciação e aprovação das contas da entidade. Para suprir a ausência dos jornalistas na sede e nas regionais, a direção do Sindicato passou a promover plebiscitos nas redações para aprovar ou rejeitar as propostas patronais durante os processos de negociações coletivas com os sindicatos das empresas. Foi uma forma criativa que se encontrou: se os jornalistas não vão ao Sindicato, o Sindicato vai aos jornalistas. É uma maneira de a direção do Sindicato legitimar suas ações e decisões na ora de rejeitar ou assinar as convenções coletivas, funciona como uma forma de pressão sobre as empresas, mas não se tem conseguido romper com o imobilismo e a apatia que reina nos locais de trabalho por meio desse estratagema.

_____

Com base nas informações sobre os contextos internacional e nacional da profissão, do perfil atual do jornalista profissional e da breve descrição das ações do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, apresentadas neste capítulo, vamos analisar – no próximo capítulo – os resultados da pesquisa desenvolvida junto aos jornalistas, visando captar as características, os obstáculos, os desafios, as expectativas e as possibilidades da relação dos profissionais com a sua entidade.

4 Metodologia

Entendemos, com Minayo (1994, p.16), que a metodologia no trabalho científico inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas utilizadas e o potencial criativo do investigador. No entanto, por uma questão de método de exposição do pensamento, optamos por separar em capítulos diferentes Teoria e Metodologia. Assim, aparecerão aqui questões conceituais e teóricas, embora em sua grande maioria os conceitos expostos estejam vinculados ao conjunto de técnicas utilizadas. Ou seja, neste capítulo trataremos essencialmente de **como** as coisas foram feitas.

Tendo em conta os problemas e hipóteses levantados e explicitados nos capítulos anteriores, construímos uma metodologia de pesquisa que segue os seguintes passos:

Inicialmente, em paralelo com as leituras que permitiram um mapeamento do território conceitual, fizemos uma primeira bateria de entrevistas em profundidade[20] com personagens que pudessem, de alguma forma, auxiliar no balizamento das questões envolvidas no desenvolvimento da tese. Os nomes foram escolhidos por manterem relações históricas com o SJSP, assim como por seu papel no exercício do jornalismo. Realizadas entre maio e agosto de 2011, as entrevistas foram gravadas e transcritas para a forma de texto. Seu conteúdo foi submetido aos entrevistados para ajustes e integra esta tese como o Apêndice 8.4 (apenas em arquivo digital).

O passo seguinte foi o da elaboração de um instrumento de pesquisa (questionário) que pudesse ser amplamente distribuído e que colocasse aos jornalistas perguntas sobre a questão central da tese: a distância existente entre os profissionais e a entidade sindical no Estado de São Paulo.

[20] Pela ordem, foram entrevistados Manuel Carlos Chaparro, Audálio Dantas, Denise Fon e Luiz Carlos Azenha. A transcrição das entrevistas está no Apêndice D..

Além de possibilitar o levantamento de razões para tal distanciamento, a tabulação do questionário trouxe elementos fundamentais para se traçar um perfil social e profissional dos jornalistas que trabalham em todo o Estado. A construção do perfil levou em conta as muitas e profundas mudanças que ocorreram no mundo do trabalho do jornalista nos últimos 20 anos (e que estão em processo, a pleno vapor) e explicitou a necessidade de que sejam realizadas novas pesquisas acadêmicas que aprofundem a compreensão sobre a complexidade e multiplicidade envolvida no exercício atual da profissão.

Constatamos que as pesquisas e levantamentos disponíveis (LIMA, 2010; HERCOVITZ, 2009; RAIS: 1980 a 2010) são muito relevantes, mas não conseguem dar conta da diversidade existente entre os jornalistas. Por meio do cotejamento dos dados obtidos em nossa pesquisa com os já disponíveis, foi possível precisar alguns traços deste perfil, possibilitando uma aproximação maior do universo dos profissionais.

O enriquecimento do perfil dos jornalistas foi importante para a análise da pergunta aberta, em suas duas versões (uma para sindicalizados e outra para não sindicalizados), que será abordada com mais precisão em seus aspectos metodológicos neste capítulo. Também contribuiu para a análise de conteúdo do conjunto das respostas do questionário, a ser abordada no capítulo 5.

4.1 Elaboração do questionário

Após o exame de qualificação, realizado em 28 de outubro de 2010, elaboramos uma primeira versão do questionário que foi disponibilizado na internet para preenchimento. Desde o início tivemos a preocupação que o instrumento se constituísse em algo objetivo e simples, que pudesse ser preenchido com rapidez pelo jornalista, favorecendo um aumento no número de respostas e de pessoas interessadas em participar. Consideramos, também, que ao ser a internet o meio de

divulgação e preenchimento do questionário, a rapidez no preenchimento seria um elemento fundamental.

Além da questão da concisão, dois outros desafios foram colocados na montagem do questionário: ele deveria permitir que obtivéssemos um maior número de dados a respeito das situações existentes no mercado de trabalho jornalístico, em especial as enormes mudanças por que passa o jornalismo nas duas últimas décadas e a crescente precarização das relações de trabalho já apontadas em estudos anteriores (HELOANI, 2003 e 2005; LIMA, 2009, 2010; FONSECA; KUHN, 2009).

O instrumento também deveria possibilitar que levantássemos informações sobre o problema central da tese – o distanciamento entre os jornalistas e o Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo. Para isso, consideramos que seria necessário associar questões fechadas (de múltipla escolha) com questões abertas, que possibilitassem captar com mais precisão e sensibilidade as diferentes "vozes" dos jornalistas e seus entendimentos da questão.

A partir dessa concepção, montamos as perguntas fechadas para a qualificação dos respondentes, distribuindo a busca pelos dados dos jornalistas em 15 perguntas e 162 alternativas. As questões foram agrupadas em três segmentos do questionário:

I - Qualificação do respondente – primeira parte, em que constam basicamente os dados pessoais e sociais do respondente: nome (ou as iniciais, para quem não quisesse se identificar, alternativa que entendemos importante para deixar o jornalista à vontade para responder as perguntas); sexo; situação familiar e situação em relação ao curso de jornalismo e ao registro profissional.

Demos grande importância a este último item por entendermos que a questão do registro profissional e da formação superior em graduação em jornalismo são aspectos históricos e identitários da profissão no Brasil.

II – Sindicalização e pergunta aberta, com apenas uma pergunta fechada com duas alternativas (se o respondente é sindicalizado ou não) e a pergunta aberta, em suas duas versões.

III - Qualificação do respondente – segunda parte, sendo que neste caso as perguntas são voltadas especificamente para os aspectos profissionais (forma de contratação; se exerce a profissão e há quanto tempo; função e segmento em que exerce a profissão).

Acrescentamos uma quarta parte, embora não a tenhamos colocado dessa forma no corpo do questionário, com uma única pergunta destinada a identificar a origem da mensagem anunciando ao respondente a existência da pesquisa. As respostas a esta última pergunta serão analisadas adiante, no item 3.5.

A pergunta aberta, em suas duas versões – para não sindicalizados e para sindicalizados – foi disposta no meio do questionário, ocupando as posições 9 e 10 num total de 17 posições. Evitamos colocá-la ao final do instrumento por acreditarmos que após o preenchimento das primeiras questões, o participante estaria ainda concentrado suficientemente para enfrentar esta que seria a questão mais complexa do instrumento. Responder a questão aberta exigiria formular uma frase ou um texto mais elaborado sobre uma questão que certamente não faz parte do dia a dia do jornalista, tarefa para a qual uma maior concentração seria exigida.

Concluída a primeira versão completa do questionário, depois de uma dúzia de ensaios e reformulações, demos início à fase do pré-teste da pesquisa, com o envio de uma mensagem por e-mail para 15 jornalistas do nosso círculo de relacionamento. A pesquisa foi disposta como arquivo anexado à mensagem. Obtivemos sete retornos, o que consideramos satisfatório para esta fase de pré-teste do questionário. Com base nesses retornos complementamos algumas questões. Na parte do perfil incluímos, no item **O** – forma de contratação –, por sugestão de uma respondente, Cristina Sato, a alternativa “Funcionário público (concursado, comissionado ou professor de Instituição de Ensino Superior pública)”. Também pudemos verificar que o tempo de respostas

variou entre 5 e 12 minutos, o que consideramos razoável para o preenchimento de um questionário pela internet.

Houve um questionamento por parte de um respondente do pré-teste sobre a conveniência ou não de fornecermos no texto de apresentação do questionário a informação dos valores da mensalidade do Sindicato. Avaliamos que esta seria uma informação importante, da qual muita gente não tem conhecimento, afirmação que temos condição de fazer depois dos mais de 30 anos de militância política e sindical entre os jornalistas. Alguns respondentes do pré-teste reforçaram a importância da informação e fizeram menção a esses valores em suas respostas, fornecendo mais elementos para a afinação do instrumento.

Das duas versões da questão aberta – para o sindicalizado e para o não sindicalizado – esta última sofreu algumas transformações no decorrer das diferentes fases de distribuição dos questionários e do recebimento das respostas: pré-teste, teste e fase operacional final. A primeira formulação da pergunta para o **não sindicalizado** era "o que seria necessário acontecer para que você se sindicalizasse?"

O jornalista Antônio Graça respondeu: "Estar trabalhando regularmente, não como frila".

A partir desta resposta, ficou evidente para nós que a formulação da pergunta não poderia ser algo que induzisse a uma resposta baseada exclusivamente no factual, na situação objetiva vivida pelo respondente. Era necessário modificá-la no sentido de permitir que o jornalista explicitasse suas necessidades e expectativas sobre a atuação do Sindicato e, na medida do possível, sua interpretação relativa ao distanciamento (ou o não distanciamento) com relação à entidade, o que traria mais elementos para a análise de conteúdo das respostas, tendo-se em conta nossos objetivos e as hipóteses levantadas. Em resumo, a pergunta estava formulada de maneira muito aberta e precisava ser modificada.

Com base nessa constatação e também devido ao questionamento do jornalista José Alberto Gonçalves, que observou a ausência de uma pergunta sobre o que motivava ou desmotivava

o jornalista a procurar o sindicato, reformulamos a questão, que recebeu a seguinte formulação:

-- *Explique por que você **não é sindicalizado**. Considere, na tua resposta, o que o Sindicato poderia fazer para motivá-lo a se sindicalizar.*

Dessa forma, levamos o ângulo da análise do problema para o terreno daquilo que está no âmbito de decisão do Sindicato, no que ele pode fazer ou deixar de fazer e qual o impacto que fazer ou de deixar de fazer traz para a relação dos jornalistas com o SJSP e para a percepção que tal jornalista tem sobre o Sindicato. Ou seja, optamos por nos aproximar mais da formulação que havíamos dado à pergunta aos sindicalizados, e que não mudou desde a fase de pré-teste até a da difusão efetiva da pesquisa entre os jornalistas.

Também no caso dos sindicalizados a ideia era buscar compreender a distância, traduzida em uma certa apatia reinante mesmo entre os jornalistas sindicalizados, em sua relação com a entidade sindical. O problema aparece nas conclusões gerais da pesquisa empreendida por Lima (2010, p. 192) quando ela afirma que:

> A relação com o Sindicato dos Jornalistas mostra-se distante dos seus objetivos históricos. O desinteresse é evidente. As respostas indicam que os associados, mais maduros, adotam o jornal Unidade como meio de informação e quase metade dos associados nunca participa das atividades da entidade. Os poucos que participam, vão a atividades esporádicas.

Diante de tais constatações, entendemos que seria pertinente perguntar também aos jornalistas sindicalizados que participassem da pesquisa algo sobre como eles viviam a atuação da entidade. A pergunta formulada foi:

- *Se você **é sindicalizado**, diga o que o sindicato precisa fazer e que não está fazendo para melhorar, estreitar seus laços com os jornalistas e se fortalecer.*

Um dos respondentes na fase do pré-teste, Alex Criado, perguntava se não era o caso de incluirmos uma questão de como o profissional vê seus colegas de profissão. O argumento era o de que a resposta poderia “revelar muito da própria pessoa que responde”.

Nossa decisão foi manter uma única questão aberta ligada aos problemas em torno da sindicalização e da atuação do Sindicato entendendo que, no caso dos respondentes para os quais essa questão fosse importante, este aspecto tenderia a aparecer na resposta, o que de fato ocorreu.

Em suas sugestões sobre como melhorar o questionário, Alex Criado observa ainda que:

> O problema da participação não está apenas na maneira como o sindicato se organiza e se relaciona com a categoria, mas também na forma como os jornalistas se organizam nas redações e trabalhos, nos preconceitos que têm para com o sindicato e na precarização enorme da categoria. Grande parte da categoria é *freelancer*, o que complica em muito investir tempo em participação política.

Estes foram aspectos explorados tanto no perfil do jornalista no Estado de São Paulo quanto nas respostas oferecidas por estes nas questões abertas. Para isso, não foi necessário elaborar uma questão específica, pois os respondentes abordaram a problemática com toda a carga ideológica e emocional que o tema comporta.

Passada a fase do pré-teste, feitas as modificações no questionário, iniciamos o teste, que foi realizado por meio do envio do instrumento por mensagem eletrônica a 10 jornalistas diferentes dos que participaram do pré-teste. Na mensagem solicitamos que o pedido para o preenchimento do questionário fosse enviado a outros dois colegas. Dessa vez o questionário já estava hospedado no servidor do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE) da ECA-USP. A mensagem continha o link para que o respondente preenchesse o questionário em tempo real, *on line*, pela internet. Foram obtidas 14 respostas, registradas no servidor.

As respostas ensejaram poucas correções no texto do questionário, entre elas pequenas modificações na redação e alguns acréscimos nos itens do perfil como, por exemplo, entre as funções que o jornalista desempenha em sua vida profissional. O aspecto mais importante e decisivo então era verificar como poderia ser feito o preenchimento *on line* do questionário e a tradução das informações armazenadas no servidor do CJE/ECA, que utiliza um banco de dados MYSQL, pertencente à Oracle-

EUA, para o Excel, da Microsoft. Este último permite uma manipulação mais fácil na etapa da tabulação por parte de quem não tenha formação específica para trabalhar com bancos de dados, como é o nosso caso. O desafio foi aprender a trabalhar com o Excel, de tal forma que pudéssemos fazer a tabulação dos dados, inclusive com os cálculos de percentuais, médias, elaboração de tabelas e gráficos.

No teste foi utilizado o GoogleDocs para acesso dos respondentes. A solução acabou não se mostrando adequada, pois apesar do GoogleDocs ser uma ferramenta útil de criação automática de formulários, ela não permite a flexibilidade que necessitávamos para montar nosso questionário. Devido à grande quantidade e diversidade de campos de respostas, houve a necessidade de contar com o trabalho de um webdesigner para criar páginas específicas na linguagem PHP, que permitissem explorar todas as possibilidades de formulações que necessitávamos. Outro problema é que havia necessidade também de uma maior flexibilidade para acessar o banco de dados e criar páginas para acompanhar as respostas postadas.

Após o teste havíamos reunido as condições para a divulgação do questionário entre os jornalistas, da forma mais ampla possível.

4.2 Sobre a divulgação do questionário

Uma vez feita a mudança de tecnologia de acesso e realizadas as alterações no questionário residente no banco de dados do CJE/ECA, iniciamos a divulgação do link de acesso ao questionário para que os jornalistas pudessem respondê-lo via internet.

Inicialmente adotamos a decisão de divulgar a existência da pesquisa e do questionário em sites noticiosos e de acompanhamento do ‘campo jornalístico’ (TRAQUINA, 2008, p. 19) e na Maxpress, empresa de distribuição de conteúdos, dona de um *mailing*

atualizado de jornalistas, que aceitou o pedido de fazer o envio de uma mensagem aos que integram o seu *mailing list,* convidando-os a participar da pesquisa.

Somente depois de divulgar a pesquisa em sites noticiosos segmentados, e por meio de uma lista ampla de e-mails, solicitamos a divulgação do questionário pelo SJSP e pela Federação Nacional dos Jornalistas. Tomamos este cuidado pois se o problema era identificar a existência ou não do distanciamento entre os jornalistas e o Sindicato e ainda explorar as razões para tal distanciamento, o mais adequado seria buscar o universo de jornalistas não sindicalizados, mais amplo do que o de sindicalizados.

A decisão de incluir posteriormente a divulgação da pesquisa entre os jornalistas sindicalizados ou próximos do SJSP caminhava no sentido de discutir aspectos derivados da hipótese de que entre os próprios sindicalizados também havia um sentimento razoavelmente disseminado de distanciamento em relação à entidade.

Os resultados colhidos comprovaram de sobejo tal hipótese e enriqueceram sobremaneira as possibilidades de análise, como se verá no capítulo 5.

A primeira divulgação ampla da pesquisa foi possível no Portal Imprensa, em 15 de dezembro de 2011, por meio de uma nota publicada no site. Seguiram-se as divulgações no portal Comunique-se (em 16 de dezembro) e um artigo nosso no Observatório da Imprensa, seção Diretório Acadêmico, em 20 de dezembro. No dia 21 foram enviadas as mensagens de divulgação pela lista da FENAJ e do Maxpress, além de ter ocorrida a divulgação pelo Facebook do SJSP. Finalmente, em 4 de janeiro de 2012, houve a publicação de uma chamada para o preenchimento do questionário no Jornalistas & Cia.

Como se poderá observar pelas respostas obtidas, as táticas adotadas deram bons resultados, permitindo a coleta de uma amostra significativa e importante para nossa análise.

4.3 Respostas dos jornalistas e canais de divulgação

O questionário obteve 312 respostas. O quadro a seguir indica os acessos que fizemos para controlar o recebimento:

Dia/mês	Hora	Número de respostas
22/12	15h00	230
26/12	22h15	272
10/1	17h00	311
11/1	17h15	312
12/1	16h50	312
13/1	11h47	312

Após constatarmos em 13 de janeiro que o número de questionários preenchidos se mantinha constante, retiramos do ar o link de acesso ao questionário.

Das 312 respostas obtidas, foram desprezadas nove. Oito por serem de jornalistas de outros Estados (7) ou de fora do Brasil (um respondente trabalha em Nova York). Outra porque o respondente preencheu dois questionários[21]. Depois foram somados 14 questionários da fase de teste, totalizando 317 respostas válidas para a tabulação e que compuseram a base de dados.

Nos quadros a seguir apresentamos os números de respostas obtidas por fonte do envio das mensagens ou por veículo em que foi publicada a solicitação para o preenchimento do questionário.

Comparando-se os tipos de mídia, o maior número de questionários preenchidos foi provocado pelo envio de mensagens por e-mail. Apenas dois emissores, a Maxpress[22]

[21] Escolhi manter a segunda resposta com base na suposição de que o jornalista voltou a preencher o questionário para corrigir um dado que estava diferente entre o primeiro e o segundo questionário.

[22] Maxpress é, na verdade, uma das marcas da empresa Maxetron – Serviços de Tecnologia e Informações, com sede em São Paulo, especializada em pesquisa e tratamento de informações para relacionamento postal, telefônico e eletrônico (e-mail) dentro do território brasileiro. Um dos produtos que desenvolveu é o Maxpress® - Mailing de Imprensa, para o relacionamento com a imprensa. Envia

(no quadro 1 aparece na linha Fred Ghedini/Maxpress porque o nome do autor era o que aparecia na mensagem como remetente) e a FENAJ respondem por 68,8% dos questionários preenchidos, sendo que mais da metade foi resultado das mensagens disparadas pelo Maxpress.

Sobre como foi constituído e as condições do cadastro de jornalistas da Maxpress, Magda de Oliveira (2012), funcionária da empresa, explica que este contempla principalmente jornalistas que trabalham em ou para redações de veículos, praticamente em todos os municípios do Brasil (para nossa pesquisa, foi utilizado somente o cadastro de profissionais do Estado de São Paulo). Jornalistas de assessorias de comunicação e autônomos (freelancers) são parte minoritária: os primeiros participam porque produzem veículos de comunicação que recebem matérias de fora; os autônomos, em número de 535, são pessoas que solicitaram participar do cadastro por ter interesse específico em algum setor coberto pelos clientes do Maxpress. A montagem do *mailing* é feita da seguinte maneira:

> Na grande maioria dos casos, entramos em contato com os veículos para atualizar e cadastrar os novos jornalistas que entram na redação. Muitas vezes temos notícia de algum novo veículo e entramos em contato para cadastrá-lo. Outras tantas vezes, os jornalistas entram em contato com a Maxpress para cadastrar algum veículo novo que ainda nem está circulando ou no ar para já começarem a receber as pautas. (Oliveira, 2012)

São os seguintes os números fornecidos pela empresa para o envio da mensagem:

- Total: 13.298 destinatários
- Mensagens efetivamente entregues: 12.902
- Apresentaram erros temporários ou definitivos: 396
- Mensagens abertas: 1.048
- Questionários respondidos (Fred Ghedini/Maxpress) 152 = 1,18%

---

diariamente uma newsletter para os integrantes do mailing list com releases e sugestões de pauta, fotos e outros conteúdos.

A seguir apresentamos a consolidação de informações sobre como os jornalistas respondentes souberam da pesquisa. As respostas obtidas apontam que foi acertada a estratégia de diversificar os canais de divulgação do trabalho.

Respostas à pergunta R: *Como você soube da pesquisa?*

Situação 1

Resultado considerando-se a natureza do veículo de comunicação utilizado[23]

Tipo de veiculação/origem da informação sobre o questionário	**Nº de respondentes**	**% sobre o total**	**% sobre o tipo específico de veiculação**
Envio para lista de e-mails (84,4 % das respostas obtidas)			
Fred Ghedini/Maxpress [24]	152	51,5	61,0
FENAJ	51	17,3	20,5
Amigo(a)/Colega jornalista	41	13,9	16,5
Fred Ghedini [2]	5	6,0	2,0
Totais específicos	*249*	*84,4*	*100,0*
Divulgação de matéria em site/veículo noticioso para jornalistas (14,9%)			
Comunique-se	26	8,8	59,1
Jornalistas & Cia	11	3,7	25,0
Portal Imprensa	4	1,4	9,1
Observatório da Imprensa	3	1,0	6,8
Totais específicos	*44*	*14,9*	*100,00*
Redes sociais			
Facebook do SJSP	2	0,7	---
TOTAIS	*295*	*100,0*	---

[23] Para a montagem desta tabela eliminamos 8 questionários em que os respondentes não identificaram o responsável pelo envio da mensagem ou pela publicação da informação (daí a diferença nos totais da duas tabelas). Também não foram consideradas aqui as 14 respostas da fase de teste que foram incorporadas posteriormente à base de dados para análise. A soma dos dois subconjuntos (303 + 14) dá o número de 317 questionários utilizados para formar a base de dados da pesquisa.

[24] Computamos o envio direto de nossa caixa postal de e-mails de apenas 5 mensagens (na Tabela **Situação 2**, linha *Fred Ghedini*). Quanto à linha *Fred Ghedini/Maxpress*,na Tabela **Situação 1**, embora todas as 152 respostas tenham sido obtidas a partir do envio das mensagens pelo Maxpress, 44 respondentes identificaram o próprio Maxpress como responsável pelo envio enquanto que outros 108 identificaram Fred Ghedini como o responsável. O fato ocorreu porque a mensagem distribuída era assinada por Fred Ghedini mas o endereço do e-mail remetente era o do Maxpress, com um canal para retornos também do Maxpress.

Situação 2

Quadro geral extraído diretamente da base de dados com as respostas[25]

Veiculação	Nº respondentes	% sobre o total
Amigo(a)/Colega jornalista	41	13,5
Comunique-se	26	8,6
FENAJ	51	16,8
Fred Ghedini (5 pessoas; 108 via Maxpress)	113	37,3
Jornalistas & Cia	11	3,6
Maxpress	44	14,5
Observatório da Imprensa	3	1,0
Portal Imprensa	4	1,3
Sindicato dos Jornalistas SP	2	0,7
Outros	0	-
Não respondeu	8	2,6
TOTAIS	*303*	*100,0*

Com relação aos retornos obtidos é fácil verificar que aqueles que envolvem o envio de mensagens de e-mail para listas de destinatários – são os casos do Maxpress e da FENAJ – são em número bem maior do que a simples divulgação de uma nota ou um post em um portal ou site de notícias.

4.4 Definição das perguntas para o perfil do jornalista

A seguir, abordamos alguns dos critérios, conceitos e informações históricos utilizados para a definição de cada pergunta.

[25] Consideradas apenas as respostas válidas obtidas na fase de divulgação efetiva do questionário, sem as 14 respostas da fase de teste incorporadas posteriormente. A soma dos dois subconjuntos (317) corresponde ao universo de questionário que formou a base de dados da pesquisa.

1 - Cidade em que trabalha no Estado de São Paulo

Usamos o critério da cidade em que trabalha e não do lugar de moradia por ser um dos requisitos do Estatuto do Sindicato para aceitar a sindicalização na base territorial do Estado de São Paulo e por ser uma pesquisa que leva em conta essencialmente aspectos da vida profissional.

Agrupamos em dois subgrupos – capital e interior –, sendo que a amostra coletada neste último caso abarcou 50 municípios (ver quadro com o número de jornalistas por cidade no Apêndice H), 7,8% dos 644 municípios existentes (excetuando-se a cidade de São Paulo).

2 - Idade

Em relação à idade, o questionário trazia as seguintes alternativas: 17 ou menos; 18, 19, 20, 21... 75 e 76 ou mais.

Na tabulação por faixa de idade, depois de analisarmos a frequência de respostas idade por idade, cobrindo o intervalo entre o respondente mais jovem (21 anos) e o mais idoso (76 ou mais), e constatarmos a maior concentração de respondentes na faixa dos 25 aos 35 anos, enfrentamos a questão de como agregar as diferentes idades por faixa, de tal forma que pudéssemos melhor comparar os dados e as respostas às perguntas abertas com outras pesquisas, levantamentos e dados estatísticos existentes.

Buscamos inicialmente uma referência no IBGE. Para efeito de análise dos diferentes aspectos demográficos da população brasileira (IBGE; 2010) este utiliza faixas de idade de cinco em cinco anos. O intervalo nos pareceu muito estreito, pois pretendíamos fazer a agregação dos dados por faixas de acordo com um critério que pudesse nos ajudar a captar diferenças geracionais na profissão e que, ao mesmo tempo, não segmentasse demasiada a amostragem. Assim, optamos por consolidar os dados em

faixas de 10 anos: dos 20 aos 29; 30 aos 39; 40 aos 49; 50 aos 59; 60 aos 69 e 70 ou mais.

Para enriquecer a análise dos dados, tabulamos tambem dois intervalos de idades (faixas dos 25 aos 35 anos e dos 36 a 46 anos). Constatamos que mais de 40% das respostas se concentraram na faixa etária dos 25 aos 35 anos. A comparação com uma igual faixa nas idades acima destas (36 a 46 anos) permitiu observar, de forma ainda mais nítida, aquilo que já se podia deduzir a partir da simples observação da frequência de respondentes por idade: a maioria dos jornalistas que responderam o questionário foi a de profissionais mais jovens.

3 - Sexo

Um item importante de constar na pesquisa, já que a profissão começou quase que exclusivamente masculina mas, a partir de 2004, as mulheres passaram a ser maioria (série histórica da RAIS em Apêndice 8.3).

4 e 5 - Estado civil e Número de filhos

Se o jornalismo está se tornando uma profissão basicamente para jovens, é provável que estes sejam também solteiros e sem filhos. Daí as alternativas colocadas nestes dois itens, relativas à situação sócio-familiar dos jornalistas, que completam os dados gerais do perfil. No que diz respeito ao estado civil, foram colocadas três alternativas distintas[26]: 1 - Solteiro; 2 - Casado/União estável; 3 - Separado/Divorciado. De outro

[26] O nome "Estado civil" comporta algum nível de incerteza. É que, para efeito de identificação legal, não existe a União Estável, para citar apenas um exemplo. Muito embora a Constituição Federal (Art. 226, § 3º) estabeleça sua existência ("Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar (...)"), o que foi posteriormente regulamentado pela Lei 9.278 de 10 de maio de 1976, nenhum documento de identificação expedido por órgão público contém este termo. Talvez devêssemos utilizar "Situação familiar", embora esta categoria também contenha inadequações ao que se pretende aqui, que é estabelecer um traço de perfil do participante em termos de sua condição na sociedade, do ponto de vista da vida civil e da afetividade. O que exigiria muitas outras perguntas pertinentes a essa temática, mas que, por fugirem ao objeto da tese, foram preteridas. A Wikipedia, em sua versão em português, traz também uma definição sucinta e clara do que seja

lado, queríamos aferir até que ponto o que acontece entre os jornalistas está consistente com as tendências apontadas pelo Censo de 2010 para o país como um todo, cujos resultados já indicavam uma queda no número médio de filhos por mulher de 2,38 filhos em 2000 para 1,86 em 2010 e, principalmente, que

> em 2010, ocorre uma mudança [no padrão de fecundidade das mulheres brasileiras, cuja tendência de rejuvenescimento até 2000 (...) sofreu alterações entre 2000 e 2010] e os grupos de 15 a 19 anos e de 20 a 24 anos de idade, que concentravam 18,8% e 29,3% da fecundidade total em 2000, respectivamente, passaram a concentrar 17,7% e 27,0% em 2010. Para os grupos de idade acima de 30 anos, observa-se um aumento de participação, de 27,6% em 2000 para 31,3% em 2010. (IBGE, 2011)

Ou seja, no Brasil as mulheres estão optando por ter filhos mais tarde. Será esta uma tendência também no jornalismo? Questão que será abordada no capítulo dedicado à análise das respostas.

6 - Situação do respondente em relação ao curso de Jornalismo (Diploma) e ao registro na DRT

As sete opções estabelecidas nesta questão[27] procuram cobrir um amplo espectro das possibilidades em relação à presença de profissionais não formados em jornalismo no mercado de trabalho, realidade presente mesmo antes da decisão do Supremo Tribunal Federal contra a exigência da formação específica em graduação. A questão subjacente é se havia ocorrido alguma mudança na composição da categoria em

---

Estado Civil e da distinção que é feita em relação à União estável (Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_civil. Consultado em 24 de janeiro de 2012).

[27] 1 - diplomado em Jornalismo, com registro de Jornalista profissional
2 - não diplomado em Jornalismo, mas com registro de Jornalista profissional segundo a lei da profissão dos jornalistas (DL 972/69), pois sou repórter-fotográfico, repórter cinematográfico, ilustrador ou diagramador.
3 - estudante de Jornalismo com registro de Jornalista.
4 - estudante de Jornalismo sem registro na DRT.
5 - formado em Jornalismo, mas ainda não obtive o registro.
6 - não diplomado em Jornalismo, portador de registro de Jornalista devido à Decisão do STF que derrubou a exigência de diploma em Jornalismo para se obter o registro no Ministério do Trabalho (DRT).
7 - sem diploma em Jornalismo nem registro no Ministério do Trabalho (DRT).

relação a esta característica (diplomados em jornalismo X não diplomados), passados dois anos e meio após a decisão do Supremo.

A questão é importante, pois a exigência da formação específica em graduação (ou do Diploma, como se diz de forma mais simplificada) é a principal luta dos jornalistas brasileiros em nível nacional, que tem seus primeiros registros históricos em 1908, quando da fundação da Associação de Imprensa (que depois passou a se chamar Associação Brasileira de Imprensa) (SEIXAS, 1980) e permanece até a atualidade.

É certo que a questão salarial também é fundamental. Ocorre que esta se dá no terreno econômico, enquanto que a luta pelo Diploma se dá no âmbito mais amplo da legitimação da profissão perante a sociedade[28]. Em muitos momentos, ao longo da história da formação da categoria dos jornalistas no País, essas lutas caminharam paralelamente, como ocorre exatamente no momento em que redigimos esta tese, quando a Federação Nacional dos Jornalistas convoca representantes dos Sindicatos de Jornalistas para irem ao Congresso Nacional pressionar os parlamentares pela PEC (Proposta de Emenda Constitucional) do Diploma e por um projeto de lei que institua o piso salarial nacional (FENAJ, 2012a):

> Está prevista para abril a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Piso Nacional dos Jornalistas. Até a última quinta-feira (23/2), entre deputados e senadores, 227 já haviam assinado lista pela criação da frente, de acordo com o deputado federal do PSC de Sergipe, André Moura (...) que propõe a instituição do Piso Nacional dos Jornalistas no valor de R$ 3.270, corrigido anualmente pelos índices de inflação.

No mesmo Boletim Eletrônico da FENAJ outra notícia dava conta das articulações pela segunda votação no Senado Federal da PEC do Diploma, que havia sido aprovada na votação em primeiro turno com 65 votos favoráveis e apenas sete votos contrários, em 30 de novembro de 2011:

> Um acordo de líderes partidários no Senado, no início de fevereiro, consagrou a perspectiva de votação da PEC dos Jornalistas em 2º

[28] O "esforço na busca de reconhecimento público e apoio legal ao seu controle sobre a entrada na profissão e os modos da prática" é um dos eventos típicos em uma sequência sempre presente no processo de profissionalização, conforme o sociólogo Howard L. Wilensky (1964, p. 12) (apud TRAQUINA, 2008, p. 21).

> turno após o Carnaval. Dirigentes da FENAJ intensificarão contatos com os parlamentares nos dias 28 e 29 de fevereiro e reforçam o pedido à categoria para que encaminhe mensagens solicitando o apoio dos senadores de seus Estados. (...) Relator da PEC 33/09, o senador Inácio Arruda (PCdoB/CE) expôs a dirigentes da FENAJ que houve acordo de líderes para votação da matéria após o Carnaval. (FENAJ, 2012b)

7 – Sindicalização

Em relação ao tema central da pesquisa – o distanciamento dos jornalistas de São Paulo em relação ao Sindicato – foi feita primeiro a pergunta se o respondente era ou não sindicalizado.

Ao não privilegiar os meios de divulgação sindicais – lista de e-mails dos sindicalizados, organizada pelo Sindicato, e lista de endereços eletrônicos para o envio do Boletim semanal da FENAJ – nossa expectativa era atingir um público principalmente de não sindicalizados. Não há como saber ao certo o número de jornalistas profissionais atuando no Estado de São Paulo. Os números que temos são sempre parciais:

1 – As estatísticas divulgadas pelo Ministério do Trabalho, com base nas informações que toda empresa é obrigada a enviar ao Ministério do Trabalho a cada dia 7 do mês para alimentar o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), dão conta da existência de 16.084 jornalistas empregados no Estado de São Paulo, em dezembro de 2010[29]. No entanto, estão incluídos aí apenas os profissionais formalmente empregados, com carteira de trabalho assinada, seja nas empresas, seja no setor público. Ficam de fora todos os freelancers, os chamados 'frilas fixos' (aqueles que trabalham às vezes por anos nas empresas sem que sejam contratados), os PJs ou Pessoas Jurídicas e os desempregados, assim como os profissionais que, embora cumpram funções jornalísticas, não são contratados como tais.

[29] O dado é da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, apud Departamento de Economia do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de S. Paulo.

2 – Para solicitar aos jornalistas que respondessem o questionário, o Maxpress enviou a mesma mensagem eletrônica para 13.298 endereços de e-mail (OLIVEIRA, 2012), cobrindo milhares de veículos jornalísticos em todo o Estado de São Paulo. Mas, desse universo não constam os assessores de imprensa, que formam um segmento importante da profissão. Também não constaram os freelancers e desempregados, cujos números não são conhecidos. Mas, pela ordem de grandeza e pela forma sistemática como o *mailing list* é constituído, o número não deixa de ser uma referência importante.

3 – Pela lei da profissão (DL 972, 1969), é jornalista quem tem o registro profissional. Até junho de 2009, para exercer a maior parte das funções jornalísticas, tinha o registro quem fosse diplomado em jornalismo, os que já tinham registro antes da exigência do diploma (a lei é de 1969) ou aqueles que puderam tirar o registro depois daquele ano devido a determinadas circunstâncias (por exemplo, atuavam em cidades que ficam a mais de 100 quilômetros daquelas nos quais eram oferecidos cursos de graduação em jornalismo), ou ainda os repórteres fotográficos e cinematográficos, ilustradores e diagramadores. Com a decisão do STF de retirar a exigência do diploma em Jornalismo para o exercício da profissão, todo e qualquer brasileiro passou a poder exercer a profissão, desde que obtenha o registro profissional na Delegacia Regional do Trabalho, o que se transformou em um simples procedimento burocrático.

A conclusão de tudo isso é que há um número muito grande de jornalistas diplomados que não exercem a profissão. Talvez uma boa parte desses jornalistas diplomados acabe não chegando a solicitar o registro profissional. Estimativas apontam que cerca de 20% dos estudantes formados em jornalismo acabam exercendo de fato a profissão, dados que precisam ser checados por meio de pesquisas quantitativas. Porém, é possível afirmar que o número de jornalistas formados anualmente é bastante superior à capacidade de absorção do mercado de trabalho existente. Pesquisa do Ministério da Educação, divulgada em 2008, apontou que em 2006 cerca de 28 mil estudantes se formaram em 534 cursos de Jornalismo, para um mercado que

criou naquele mesmo ano apenas 1409 novas vagas no regime CLT e no funcionalismo público regular, segundo o Ministério do Trabalho[30].

Pesquisa em realização pelo Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina aponta a existência de cerca de 110 mil jornalistas no País. Considerando-se o percentual de 30% de participação do Estado de São Paulo no mercado de trabalho jornalístico brasileiro, conforme dados do Ministério do Trabalho, estima-se que o Estado possua cerca de 30 mil jornalistas.

Quanto à sindicalização, segundo dados do Departamento de Economia do Sindicato[31], em outubro de 2011 havia 3.085 jornalistas sindicalizados em dia com suas obrigações (pagando as mensalidades), mais 850 aposentados sócios remidos. Levando-se em conta o grau de sindicalização médio dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada no Brasil (17,7% - segundo **PNAD 2009: rendimento e número de trabalhadores com carteira assinada sobem e desocupação aumenta** - http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1708), a sindicalização de jornalistas no Estado de São Paulo poderia ser considerada baixa (10,3% do total estimado de 30 mil de profissionais). Porém, avaliamos que os números disponíveis e a complexidade do exercício da profissão não permitem que possamos afirmar com segurança qual o percentual real de sindicalização no Estado, o que exige a realização de pesquisas quantitativas mais precisas, como, por exemplo, um Censo do Jornalista.

Na fase de categorização e apuração das questões abertas, nos deparamos com a necessidade de identificar também os ex-sindicalizados, pois havia um grupo significativo de jornalistas nessa condição no universo de respondentes. Solucionamos posteriormente a questão adicionando um critério na apuração da pergunta aberta, de

---

[30] Divulgado em http://www.guiame.com.br/noticias/educacao/dados-do-mec-apontam-a-formacao-de-quase-28-mil-jornalistas.html

[31] Entrevista de Calos Montoya, responsável pelo Departamento de Economia do SJP, concedida ao autor em 21 de outubro de 2011.

forma a identificar o subconjunto dos ex-sindicalizados no universo dos respondentes e poder, eventualmente, analisar aspectos particulares pertinentes a este grupo.

8 - Sobre os jornalistas e o Sindicato (perguntas abertas)

As respostas às questões abertas (perguntas I e J) foram tabuladas e refletidas, utilizando-se o método de investigação de análise de conteúdo a partir da obra de Laurence Bardin (2010), que será abordado no capítulo 5 desta tese.

9 - Qualificação do respondente – situação profissional

Situação profissional:
Alternativa K - Nunca atuei profissionalmente como jornalista
Alternativa L - Não estou atuando como jornalista, embora já tenha atuado no passado
Alternativa M - Jornalista aposentado (estando ou não exercendo outra profissão...)

Este primeiro conjunto de questões relativas à situação profissional foi pensado levando-se em conta algumas situações existentes no meio jornalístico. A pergunta K era para ser utilizada como triagem, uma tentativa de identificar respondentes que, embora portadores de registro profissional ou mesmo formados em curso de Jornalismo, nunca tiveram atuação como jornalistas profissionais. A idéia original, de eliminar esses questionários, teve que ser abandonada após uma leitura criteriosa das 8 respostas obtidas: pelo menos em 6 casos ficou evidente que o respondente não entendeu a pergunta, pois são jornalistas que o autor conhece pessoalmente e que estão atuando como jornalistas, fato que está em franca contradição com o que propõe a questão. Assim, ficaram dois que poderiam, sim, se encaixar na pretensão inicial de retirar tais respostas da amostra. No entanto, diante dos erros identificados, decidimos computar as respostas dos que assinalaram o item K.

No caso do item L ("não estou atuando como jornalista embora já tenha atuado no passado..."), a ideia é que muitos profissionais que, pelos mais diferentes motivos,

estão afastados de funções jornalísticas num determinado momento, têm uma forte referência e identificação com a profissão. Podem voltar a atuar no mercado jornalístico ou não. Às vezes continuam mantendo uma relação como jornalistas freelancers, embora desempenhando outras profissões. É uma situação comum entre os jornalistas, ainda mais depois que as empresas, a partir dos anos 1990, passaram a adotar a política de diminuir sistematicamente o quadro de profissionais mais experientes, trocando-os por jornalistas recém-formados ou estudantes com o objetivo de baixar o montante da folha de pagamento de suas redações. Podem ser, por exemplo, professores de jornalismo. Há casos em que os professores se vêem como jornalistas, enquanto que outros não se vêem. Em geral os que se vêem como jornalistas atuam também no mercado de trabalho de jornalismo e, simultaneamente, dão aulas em cursos de jornalismo. É importante lembrar que a legislação vigente reconhece como função jornalística o "ensino de técnicas de jornalismo", logo, os professores de Jornalismo são considerados jornalistas perante a lei.

Quanto ao item M, diz respeito a um segmento importante para a vida do Sindicato. Os jornalistas aposentados criaram a Associação dos Jornalistas Aposentados no Estado de São Paulo, em 1990, que tem uma atuação importante na vida política do Sindicato.

11 - Sobre a relação de trabalho: contratos dentro da lei (regulares); contratos irregulares; formas precárias de contratação

Duas questões foram escritas para buscar identificar as relações de trabalho do ponto de vista das variadas formas de contratação utilizadas pelas empresas com o objetivo de burlar a legislação trabalhista, com ou sem o consentimento dos jornalistas. O objetivo, aqui, era buscar medir e depois entender, dentro do universo dos respondentes, quantos poderiam ser identificados em cada uma das situações desenhadas, com o intuito de aferir a dimensão do fenômeno chamado precarização do mercado de trabalho jornalístico.

Uma primeira questão buscou identificar e medir o número de jornalistas contratados para outras profissões que não a de jornalista e que estavam exercendo efetivamente funções jornalísticas. A pergunta recebeu a seguinte formulação: "Sou formalmente contratado para outra profissão que não a de jornalista (ou professor de Jornalismo), apesar de realizar trabalho jornalístico" e o respondente apenas clicava com o mouse sobre o botão caso a resposta fosse positiva, ou deixava em branco.

As outras formas de precarização foram colocadas como opções numa única questão. Essas 10 opções[32] procuram cobrir, de forma abrangente, várias situações existentes. São situações que não aparecem em outras pesquisas ou nos dados da RAIS (porque estes cobrem apenas os jornalistas celetistas), mas que estão presentes na realidade de trabalho dos jornalistas de São Paulo.

12 – Função

Marly Seixas, em sua dissertação de mestrado sobre a história do SJSP, relata como a questão da definição das funções jornalísticas, disciplinadora do exercício profissional, teve o seu impulso inicial em 1939, quando um grupo de jornalistas "pressionados pelos baixos salários" organizou um abaixo-assinado dirigido à diretoria da entidade solicitando a convocação de uma assembleia "para discutir e organizar uma tabela de salário mínimo por função" (1980, p. 169). Ou seja, a ideia é que cada função teria um salário inicial. Para isso, era necessário definir claramente as funções jornalísticas.

---

[32] As 10 situações desenhadas para buscar identificar o quadro da precarização das relações de trabalho entre os jornalistas no Estado de São Paulo:
1- Contrato de trabalho CLT; 2 - Contrato de trabalho CLT pelo piso profissional ou um valor menor do que aquele que consta na carteira de trabalho, recebendo o restante 'por fora'; 3 - Estagiário com contrato regular; 4 - PJ (embora você seja um assalariado com relação regular de trabalho, você recebe mediante a apresentação de nota fiscal); 5 - Freelancer (você vende suas matérias para diferentes publicações, independente de trabalhar com nota fiscal, autorização para publicação de obra autoral, CDA, registro de autônomo etc.); 6 - Frila fixo (embora trabalhe regularmente na empresa ou instituição, não tem sua relação de trabalho regularizada por meio de contrato); 7 - Empresário (você é jornalista e trabalha na sua empresa em que é sócio ou único proprietário); 8 - Funcionário público (jornalista concursado, comissionado ou professor de instituição pública de ensino superior); 9 - Professor de Jornalismo terceirizado ou cooperado; 10 – Outros.

A diretoria, presidida por José de Oliveira Orlandi, não atendeu ao pedido de imediato, mas decidiu criar uma comissão para estudar o assunto. Sabe-se por meio das atas da diretoria do Sindicato, citadas por Marly, que a comissão foi instalada, mas não há registros quanto aos resultados de seu trabalho. O fato é que somente em 1944, no contexto da democratização, já no final da ditadura getulista, o próprio Getúlio Vargas assinou, em novembro, o Decreto nº 7.037, onde consta a primeira definição legal das funções jornalísticas, tendo "como modelo a organização de algumas redações do Rio de Janeiro" (SEIXAS, 1980, p. 170).

No decreto de 1944 as funções eram divididas em três categorias: "em comissão", "permanentes" e de "auxiliares da redação". As primeiras, para cargos de direção e chefias eram: diretor, redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de revisão. As permanentes englobavam as de redator, redator-auxiliar, noticiarista, repórter, repórter de setor (mais tarde viria a ser o 'setorista') e repórter auxiliar. As funções auxiliares de redação eram: revisores, ilustradores, desenhistas, fotógrafos e arquivistas (SEIXAS, 1980, p. 171).

Ocorreu que a classificação definida no decreto 7.037/44 mostrou-se logo um problema, pois várias funções exercidas na realidade do trabalho das redações – redatores de telegramas, tradutores de agências telegráficas, datilógrafos e receptores de notícias pelo telefone, redatores e locutores de rádio, etc. – ficaram de fora, como dão conta as atas das reuniões da diretoria do Sindicato consultadas por Marly (SEIXAS, 1980, p. 172). Além disso, as empresas passaram a se utilizar de subterfúgios para rebaixar salários, contratar os jornalistas por tempo determinado ou como diaristas, além de intensificar a utilização de "suplentes", uma figura que existia desde os anos 1920, exercido muitas vezes, na capital, pelos estudantes de direito da Faculdade do Largo São Francisco.

> Após a vigência do salário mínimo, as empresas puseram-se a perseguir os elementos que mais se destacaram na defesa dos direitos conquistados pela classe. Transferências, rebaixamento de funções, tudo para forçar os referidos elementos a se demitirem. (1ª Conf. Nac. de Jornalistas, apud SEIXAS, 1980, p. 172)

Os debates em torno de um salário mínimo e da reformulação das funções jornalísticas seguiu sem interrupção, conforme relata Marly Seixas, passando por negociações com os sindicatos patronais, Conferências e Congressos Estaduais e Nacionais dos jornalistas, votações na Câmara e no Senado, vetos presidenciais, greves nacionais de jornalistas para apoiar a tramitação dos projetos de Lei no Congresso Nacional, como a que ocorreu em 10 de maio de 1952, em apoio ao projeto 11-B em tramitação na Câmara (SEIXAS, 1980, p. 178). Mas o Decreto 7.037 só ficou superado pela elevação geral do salário mínimo e a obtenção do piso salarial da categoria com a histórica greve dos jornalistas de 1961. No que diz respeito às funções, uma nova definição ocorreu quando foi baixado o Decreto-Lei 972/1969, pela junta militar que governava o Brasil naquela ocasião. Foi o mesmo decreto que estabeleceu a exigência do diploma e que passou a ser conhecido como a Lei da Profissão do Jornalista. Eram as seguintes as funções definidas então, com suas respectivas atribuições:

> Art. 6º As funções desempenhadas pelos jornalistas profissionais, como empregados, serão assim classificadas:
>
> a) Redator: aquêle que além das incumbências de redação comum, tem o encargo de redigir editoriais, crônicas ou comentários;
>
> b) Noticiarista: aquêle que tem o encargo de redigir matéria de caráter informativo, desprovida de apreciação ou comentários;
>
> c) Repórter: aquêle que cumpre a determinação de colhêr notícias ou informações, preparando-a para divulgação;
>
> d) Repórter de Setor: aquêle que tem o encargo de colhêr notícias ou informações sôbre assuntos pré-determinados, preparando-as para divulgação;
>
> e) Rádio-Repórter: aquêle a quem cabe a difusão oral de acontecimento ou entrevista pelo rádio ou pela televisão, no instante ou no local em que ocorram, assim como o comentário ou crônica, pelos mesmos veículos;
>
> f) Arquivista-Pesquisador: aquêle que tem a incumbência de organizar e conservar cultural e tècnicamente, o arquivo redatorial, procedendo à pesquisa dos respectivos dados para a elaboração de notícias;
>
> g) Revisor: aquêle que tem o encargo de rever as provas tipográficas de matéria jornalística;

> h) Ilustrador: aquêle que tem a seu cargo criar ou executar desenhos artísticos ou técnicos de caráter jornalístico;
>
> i) Repórter-Fotográfico: aquêle a quem cabe registrar, fotogràficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interêsse jornalístico;
>
> j) Repórter-Cinematográfico: aquêle a quem cabe registrar cinematogràficamente, quaisquer fatos ou assuntos de interêsse jornalístico;
>
> l) Diagramador: aquêle a quem compete planejar e executar a distribuição gráfica de matérias, fotografias ou ilustrações de caráter jornalístico, para fins de publicação.
>
> Parágrafo único: também serão privativas de jornalista profissional as funções de confiança pertinentes às atividades descritas no artigo 2º como editor, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de revisão. (DL 972/69)

Essas 11 funções, mais os 5 cargos de chefia, excetuando algumas que foram deixadas de lado, como noticiarista, procuramos contemplar em uma lista única, acrescida de outras funções das quais temos conhecimento que existem no mercado de trabalho dos jornalistas. Chegamos a uma lista com 34 funções:

1 - Analista de mídia

2 - Apresentador/âncora

3 – Arquivista pesquisador

4 – Assessor de imprensa/comunicação

5 – Cartunista

6 – Consultor/assessor parlamentar

7 - Chefe (ou coordenador, gerente ou responsável) de arte

8 - Chefe (ou coordenador, gerente ou responsável) de reportagem

9 - Chefe (ou coordenador, gerente ou responsável) de assessoria

10 - Colunista

11 - Cronista

12 - Diagramador

13 - Diretor de redação

14 - Diretor (presidente, vice-presidente etc.) de empresa jornalística

15 - Diretor (presidente, vice-presidente etc.) de A. de Imprensa/Comunicação

16 - Editor

17 - Editor assistente/subeditor

18 - Editor de arte

19 - Editor-chefe

20 - Editor de vídeo/documentários

21 - Editorialista

22 - Ilustrador

23 - Infografista

24 - Narrador esportivo

25 - Pauteiro

26 - Produtor

27 - Professor de Jornalismo

28 - Redator/copidesque/produtor de texto

29 - Repórter

30 - Repórter especial

31 - Repórter cinematográfico

32 - Repórter fotográfico

33 - Revisor

34 - Webdesign (para jornalismo)

Como constatação importante a fazer após os problemas ocorridos com o Decreto 7.037, de 1944, e da própria Lei da Profissão (BRASIL, DL 972/69), o mais adequado é que as definições de funções sejam registradas em documentos infralegais. Assim, um conselho profissional poderia estabelecer as funções e fazer as atualizações necessárias de tempos em tempos. Ou, enquanto não se estrutura uma instituição do tipo conselho profissional, pode-se buscar a criação de uma câmara profissional específica, reunindo representantes dos jornalistas, das empresas jornalísticas, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, sem que se crie um quadro de engessamento como é o que se tem quando as funções são definidas em textos que exigem a mobilização do Congresso Nacional para serem atualizados. Com isso, os jornalistas

estariam participando sempre do organismo responsável pela elaboração da Classificação Brasileira de Ocupações[33], que orienta, entre outros itens, a elaboração das estatísticas brasileiras relacionadas com o mundo do trabalho.

Com um acompanhamento por parte dos próprios jornalistas da elaboração do quadro de ocupações no exercício da profissão, não teríamos lá, por exemplo, a colocação de funções como Radiojornalista, desconhecida no mercado de trabalho do jornalismo, pois seja em rádio, TV, jornal, revista ou na Web, a função de repórter é uma só, assim como a de editor. E esta função, uma das mais comuns na profissão, a do editor, só aparece como 'editor de livros" ou "mestre (indústrias editorial e gráfica). E o editor em jornalismo? Não tem (BRASIL, s/d).

13 – Segmentos do mercado em que os jornalistas exercem a profissão

A mesma diretriz que orientou a composição de uma lista de funções jornalísticas foi adotada para estabelecer um rol de segmentos do mercado profissional em que os jornalistas exercem seu trabalho.

Os segmentos identificados foram:

1 - Agência de notícias

2 - Jornal diário

3 - Jornal de interesse geral, com outra periodicidade que não diária

4 - Jornal segmentado

5 - Revista de interesse geral

6 - Revista segmentada

7 - Rádio

8 - TV aberta

9 - TV por assinatura

10 - Instituição de ensino superior

[33] A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, instituída por portaria ministerial nº. 397, de 9 de outubro de 2002, tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, para fins classificatórios junto aos registros administrativos e domiciliares. (CBO, 2012)

11 - Internet (portais e sites de notícias - interesse geral)

12 - Internet (portais e sites de notícias - segmentado)

13 - Internet (redes sociais)

14 - Assessoria de imprensa/comunicação em órgãos públicos

15 - Assessoria de imprensa/comunicação em empresas públicas ou autarquias

16 - Assessoria de imprensa/comunicação em ONGs e terceiro setor

17 - Assessoria de imprensa/comunicação em empresas privadas

18 - Assessoria de imprensa/comunicação em Agências de Comunicação

19 – Outros

Uma última opção (19 – Outros) colocava a possibilidade de o jornalista atuar em outras áreas ou segmentos não especificados aqui. Nesta alternativa, não foi deixado espaço para que o jornalista descrevesse a qual segmento estava vinculado.

Da forma como foi construída a pergunta, foi possível agregar segmentos afins (por exemplo, todos os tipos de jornais, ou as TVs, e assim por diante) para se poder ter uma ideia da distribuição dos respondentes por grandes agrupamentos de segmentos.

4.5 Formulação da questão aberta

A questão aberta, em suas duas versões (para o sindicalizado e para o não sindicaloizado) foi redigida da seguinte forma:

Questão **J**, ao **não sindicalizado**: explique por que você **não é sindicalizado**. Considere, na tua resposta, o que o Sindicato poderia fazer para motivá-lo a se sindicalizar.

Questão **K**, ao **sindicalizado**: diga o quê o sindicato precisa fazer e que não está fazendo para melhorar, estreitar seus laços com os jornalistas e se fortalecer.

Não se pediu uma opinião contrária ou favorável ao Sindicato, pois o objetivo era identificar pontos que pudessem ajudar a explicar o distanciamento dos jornalistas em relação à entidade sindical. A pergunta direta feita ao não sindicalizado "por que você não é sindicalizado" permitiria identificar tais pontos em vez de conduzi-lo a emitir uma apreciação geral e genérica sobre a entidade. A riqueza de elementos para análise contida nas respostas recebidas confirma o acerto da orientação adotada.

Em relação aos sindicalizados, a intenção era também identificar os pontos que pudessem revelar a insatisfação do associado relativa à entidade e levá-los a pensar de forma mais precisa na atuação do Sindicato.

Tanto para uns como para outros, perguntou-se o que precisava ser feito pelo Sindicato para motivar os jornalistas a se sindicalizar.

Não fixamos uma meta em termos de número de respostas. Como nossa metodologia de trabalho não se baseia em uma análise estatística ou censitária, mas na análise de conteúdo de um número significativo de respostas, cobrindo de forma ampla os muitos segmentos profissionais do jornalismo na atualidade, houve a preocupação de facilitar o instrumento, justamente para atingir este espectro amplo de segmentos.

Optamos também por explicitar, em um texto explicativo colocado antes das duas perguntas abertas, algumas informações e uma solicitação. A primeira, sobre a natureza do SJSP: "o SJSP é a entidade que congrega os jornalistas para a defesa dos seus interesses como categoria profissional no Estado".

A segunda, que "o Estatuto da entidade só admite a sindicalização de jornalistas diplomados e/ou com registro de Jornalista Profissional no Ministério do Trabalho, segundo o DL 972/69 (lei da profissão). A mensalidade é de R$ 38,00 na cidade de São Paulo e de R$ 21,00 nas demais cidades do Estado. Para o Estudante de Jornalismo existe a pré-sindicalização, com a mensalidade de R$ 8,00". São informações simples, mas que muitos jornalistas não têm.

A terceira, uma solicitação para que a resposta fosse concisa, “preferencialmente em até cinco linhas”. Utilizamos propositalmente o termo “preferencialmente” para deixar claro que havia uma flexibilidade. Pelas respostas recebidas, a mensagem foi bem entendida e aceita: mesmo nos casos dos textos que ultrapassaram as cinco linhas, geralmente ocorridos quando o respondente se dedicou a fazer um texto mais analítico, os depoimentos foram sempre enxutos e objetivos, o que gerou um bom aproveitamento das respostas na análise de conteúdo.

4.6 Análise da questão aberta: análise de conteúdo

Optamos por trabalhar com a análise de conteúdo, como proposta por Laurence Bardin, em que se utiliza um conjunto de técnicas de análise de uma comunicação (em nosso caso, textos obtidos em resposta a um questionário) “visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores” que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens. Como em qualquer análise de conteúdo, nosso objetivo é “fundamentar impressões e juízos intuitivos, através de operações conducentes a resultados de confiança” (2010, p. 44).

Em que pese a linguagem um tanto ligada às ciências exatas (indicadores e procedimentos objetivos, por exemplo), concordamos com a autora quando esta explicita que

> o gênero de resultados obtidos pelas técnicas de análise de conteúdo não pode ser tomado como prova inelutável. Mas constitui, apesar de tudo, uma ilustração que permite corroborar, pelo menos parcialmente, os pressupostos em causa. (2010, p. 77)

Ademais, adotamos a abordagem de Minayo para as Ciências Sociais:

> (...) é necessário afirmar que o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de a conter. As Ciências Sociais, no entanto, possuem instrumentos e teorias capazes de fazer uma aproximação da suntuosidade que é a vida dos seres humanos em sociedade, ainda que de forma incompleta, imperfeita e insatisfatória. (1994, p. 15)

4.7 Critérios para análise da questão aberta

Após realizar a leitura de 50% das respostas aos questionários, afinamos um conjunto de critérios (categorias de registro) para análise das questões abertas, elaborados a partir do diálogo com a bibliografia utilizada nesta tese e de nossa experiência de militância política no movimento sindical dos jornalistas. As categoriais de registro foram abertas em unidades de registro, compostas por afirmações que traduzem perspectivas identificadas nas respostas às perguntas a partir de nossa interpretação. As unidades de registro (1, 2, 3...) foram estruturadas para facilitar a análise. A seguir, apresentamos as questões e suas unidades de registro[34].

I - <u>Questões gerais</u>

S – Ex-sindicalizado?

1 - Sim

2 - Não

[34] Aqui, as unidades de registro se confundem com as alternativas apresentadas em cada questão. Todas as questões supõe alternativas. Aquelas em que o respondente opta por colocar um X no espaço em branco ou não colocar nada, temos aí as duas alternativas e a presença do X é uma unidade de reigstro assim como o espaço não preenchido, deixado em branco, é outra.

T – Tipo de abordagem utilizada na resposta:

1 - Individualista; voltada para o próprio umbigo.

2 - Contextualizada; visão vai além das necessidades/questões individuais e ou pessoais.

3 - Politizada/engajada, destacando-se das demais respostas.

II - <u>Problemas existentes no mercado de trabalho ou no jornalismo atual</u>

U – Situação dos jornalistas em relação ao mercado e às condições de trabalho:

1 - Boa

2 - Ruim

3 - Muito ruim

4 - Não assinalou a existência de problemas.

V – Em sua resposta, o jornalista destaca a precarização nas relações e nas condições de trabalho como fator importante (pejotização; horas-extras em excesso e não pagas – descontrole na duração das jornadas de trabalho –; pagamentos abaixo do piso; estagiários substituindo jornalistas por pagamentos ínfimos; frila fixo):

1 - Sim (assinalou a existência do problema, com destaque para a pejotização);

2 - Sim (assinalou a existência do problema, tratando com destaque a questão da sobrejornada de trabalho);

3 - Sim (assinalou a existência do problema, tratando de algum outro problema que não a pejotização ou a sobrejornada: frila fixo ou desemprego ou presença de estagiários no mercado de trabalho ou outro não identificado aqui);

4 - Sim (assinalou a existência do problema, tratando genericamente a questão ou alinhavando vários problemas em pé de igualdade);

5 - Não (não assinalou a existência desses problemas).

W – Outros problemas apontados

1 - Mudanças no mundo do trabalho com a adoção de novas tecnologias;

2 - O jornalismo exercido hoje não é ético; vive-se um problema com o próprio sentido do jornalismo.

3 - Outros problemas (anotar à medida em que aparecerem)

III - <u>Visão sobre a quem cabe a responsabilidade por as coisas estarem como estão</u>:

X – A quem atribuir a responsabilidade pela atual situação (a dificuldade em gerar uma reação)? (estou excluindo dessa apreciação o capitalismo, as empresas, a economia e coisas assim, pois o que está em questão é a responsabilidade pela falta de reação à deterioração da situação e não as causas da situação, o que nos levaria para outra direção, fugindo ao objeto da tese):

1 - Dos jornalistas

2 - Dos jornalistas e do Sindicato, com destaque para os jornalistas

3 - Dos jornalistas e do Sindicato, em pé de igualdade

4 - Dos jornalistas e do sindicato, com destaque para a responsabilidade do Sindicato

5 - Exclusivamente do Sindicato

IV - <u>Visão sobre o SJSP e sobre as características do SJSP</u>:

AD - Opinião geral sobre o SJSP (como se situa em relação ao que é, ao que faz e como faz)

1 - Muito favorável

2 - Favorável

3 - Desfavorável

4 - Muito desfavorável

5 - Não se manifesta sobre a questão

AE – Sindicato sem representatividade, distante dos jornalistas, vive numa bolha, vive no passado...

1 - Sim, assinalou essa característica

2 - Não, não assinalou essa característica

AF – Sindicato partidarizado, dominado por um grupo, briga de tendências...

1 - Sim, assinalou essa característica

2 - Não, não assinalou essa característica

AG – Sindicato não se comunica com os jornalistas...

1 - Sim, assinalou essa característica

2 - Não, não assinalou essa característica

AH – Sindicato deveria prestar mais e melhores serviços (atendimento jurídico; plano de saúde; cursos; bolsa de emprego; convênios de descontos para serviços e produtos, etc.)

1 – Sim, cita este aspecto

2 – Não, não cita este aspecto

AI – Constatação ou inferência sobre como o (a) jornalista pretende (ou pode) agir no futuro em relação ao SJSP:

1 – Vai se sindicalizar ou há grande probabilidade para isso ocorrer

2 – Se sindicalizará caso ocorram mudanças (sindicalização condicionada a mudanças)

3 – Não se sindicalizará de forma alguma

4 – Não há como dizer algo sobre isso a partir da resposta dada

AJ – O SJSP não fiscaliza a contento as irregularidades existentes no mercado de trabalho dos jornalistas:

1 – Sim, assinalou a existência do problema

2 – Não assinalou a existência do problema.

É importante registrar que abandonamos dois critérios que havíamos criado antes de iniciar efetivamente a tabulação das respostas às duas questões abertas. Foram eles:

a) E relação ao critério U: "**Situação dos jornalistas em relação ao mercado e às condições de trabalho**". Ocorre que, ao lermos as respostas sentimos enorme dificuldade em classificá-las segundo uma das três opções que criamos para este critério, ou seja, a situação do jornalista em relação ao mercado seria avaliada como **1 – Boa**; **2 – Ruim** ou **3 – Não é possível inferir algo a partir da resposta**.

b) Sobre o critério colocado na coluna X do Excel:

"**X – A quem atribuir a responsabilidade pela atual situação?** (estou excluindo dessa apreciação o capitalismo, as empresas, a economia e coisas assim, pois o que está em questão é a responsabilidade pela falta de reação à deterioração da situação e não as causas da situação, o que nos levaria para outra direção, fugindo ao objeto da tese):

1 – Aos jornalistas

2 – Aos jornalistas e ao Sindicato, com destaque para os jornalistas

3 – Aos jornalistas e ao Sindicato, em pé de igualdade

4 – Aos jornalistas e ao sindicato, com destaque para a responsabilidade do Sindicato

5 – Exclusivamente ao Sindicato

6 – Nada se pode inferir a respeito."

No decorrer da tabulação, ficou difícil considerar o critério, pois eram poucas as respostas que podiam ser classificadas com clareza, levando a maioria esmagadora a ser colocada na opção 6, o que tornava o trabalho infrutífero. Tal situação não havia sido detectada anteriormente no pré-teste e no teste, com um grupo menor de participantes.

4.8 Interpretação das respostas

Como interpretamos as respostas para imputar um valor? Vale o sentido geral, a emoção que se depreende do texto, que pode estar em uma ou algumas palavras, ou mesmo no texto como um todo, no seu encadeamento. Para exemplificar: "Recentemente passei por sérias dificuldades financeiras, mas pretendo me ressindicalizar" e "[O SJSP] precisa se fazer mais presente nos cursos de Jornalismo da Faculdade de Comunicação", do respondente 297. Estamos tratando especificamente do quesito AD, "Opinião geral sobre o SJSP", que tem as alternativas **1 – Muito favorável**; **2 – Favorável**; **3 – Desfavorável**, **4 – Muito desfavorável** e **5 – Não se manifesta sobre a questão, mantém uma posição equidistante entre o favorável e o desfavorável, ou não é possível inferir uma opinião com base na resposta dada**".

Vamos exemplificar:

1 – **Muito favorável**: 207[35] – "Ah! Meu amigo. Tenho o maior orgulho do nosso sindicato. Não participo dele, mas sempre ostentei com muito respeito a nossa credencial. O que falta fazer é acabar com essa pouca vergonha e lutar prá valer pela regulamentação da nossa profissão. Os picaretas estão tomando conta do nosso espaço". Meu comentário: coloquei como "muito favorável" principalmente pela manifestação calorosa em relação à entidade, embora haja uma crítica clara na colocação de que é preciso "lutar para valer pela regulamentação". Mas, mesmo com essa crítica, foi a manifestação mais favorável que vi entre todas as respostas em relação ao SJSP. A única que mereceu a classificação de "muito favorável".

2 – **Favorável:** 188 – "Discordo em parte da afirmação. O sindicato oferece adequadamente o que preciso: referência de preços e pisos; orientações sobre direitos autorais; convênios que facilitam a rotina (saúde, lazer, educação, entre outros).

[35] Os números utilizados aqui não têm maior significado. Servem apenas para identificar cada respondente no banco de dados.

Precisaria, apenas, profissionalizar e diversificar os cursos oferecidos. Mas, auxiliam um pouco".

3 - **Desfavorável:** "Não sou sindicalizada porque, na região em que trabalho, não vejo uma atuação significativa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais. Pelo contrário, muitas questões precisam ser resolvidas, o Sindicato sabe disso e, simplesmente, permanece inerte".

4 - **Muito desfavorável:** "Desisti de me sindicalizar porque o sindicado não se preocupa com a classe, em todos os sentidos. Não fizeram nada com a atual situação da profissão".

Para um depoimento merecer esta classificação, é preciso que a manifestação seja muito crítica. Às vezes a crítica é reforçada tanto devido à utilização de palavras como "não se preocupa com a classe em **todos** os sentidos"; "não fizeram **nada** com (na verdade deveria ter sido utilizada a palavra 'contra' ou 'para impedir') a atual situação da profissão".

5 - 'Em cima do muro', ou não é possível inferir uma opinião sobre o SJSP: (a resposta 297, citada e reproduzida integralmente acima. Nela, o respondente faz uma sugestão que embute uma crítica: se o SJSP precisa estar mais presente nos cursos de Jornalismo, é certo que o respondente entende que a atuação do SJSP por meio dos cursos que oferece deixa a desejar. No entanto, não há nenhuma palavra que possa ser entendida como uma crítica direta e, ao mesmo tempo, na primeira parte do texto o respondente justifica sua dessindicalização devido à situação de aperto econômico por que passou e afirma que pretende voltar a se sindicalizar. Se a posição em relação ao SJSP fosse uma posição crítica ou muito crítica, entendo que o mesmo não se colocaria a perspectiva da volta à entidade. Assim, classifico a resposta no item 5, que é uma posição de relativa neutralidade.

4.7.1 A Frequência e as Unidades de registro resultantes do trabalho

Como já abordado, a partir da leitura das respostas, fomos elaborando uma relação de critérios classificatórios ou categorias que usaríamos no momento da análise de conteúdo das respostas às perguntas abertas. Cada categoria, entendidas essas como rubricas classificatórias, agrupava sob si uma certa quantidade de unidades de registro (BARDIM, 2010, p.145). Elas foram pensadas como se fossem opções de uma pergunta fechada em um teste de avaliação. Essas unidades de registro são, na verdade, unidades valorativas. O objetivo delas é, por meio da verificação da frequência com que cada um desses valores aparece no conjunto das respostas, criar uma escala que permita analisar sua importância relativa na amostra. Assim, pudemos perceber, por exemplo, que um percentual muito maior de jornalistas critica o Sindicato por não ser duro o bastante com as empresas e empregadores em geral do que os que entendem que o Sindicato deveria usar mais o diálogo e aproximação com as empresas, ou que tem medo de se aproximar do Sindicato porque este é muito duro com as empresas. Descobrimos, por exemplo, que o valor mais presente, em termos de ocorrências entre as respostas às perguntas abertas, é o julgamento do Sindicato como sendo pouco ou não representativo, distante dos jornalistas, que vive no passado ou 'numa bolha', entre outras avaliações semelhantes.

O quadro com o conjunto das categorias e suas respectivas unidades de registro, contendo ainda as frequências aferidas em cada caso, encontra-se no Anexo I.

Antes de prosseguirmos com a exposição da nossa metodologia e técnicas utilizadas, é importante assinalar que criamos uma categoria que não foi disponibilizada no questionário, quando da sua divulgação: além de perguntar se o respondente é sindicalizado ou não sindicalizado, teria sido importante perguntar também se este já fora sindicalizado. Mas, felizmente, criamos essa categoria juntamente com as demais, no momento da preparação do material para a análise de conteúdo. Felizmente, ainda, foi possível identificar no conjunto dos respondentes que ofereceram suas respostas ás perguntas abertas, se estes haviam ou não sido sindicalizados. Com isso, criamos

uma terceira categoria entre sindicalizados e não sindicalizados que se mostrou extremamente importante para o nosso trabalho, conforme veremos.

Continuemos com a descrição do nosso processo de trabalho.

Tendo à mão o conjunto das categorias com suas respectivas unidades de registro, passamos a fazer a leitura das respostas às perguntas abertas. Em cada uma das 317 respostas verificamos a presença ou a ausência das unidades de registro, de forma explícita ou implícita, dentro de um limite interpretativo que julgamos razoável.

O primeiro resultado desse trabalho foi o **Quadro com a frequência das unidades de registro no conjunto das respostas às perguntas abertas**, já referido acima e que se encontra no Apêndice I.

O segundo resultado apurado do trabalho na fase aqui descrita foi um cojunto de categorias auxiliares, agora fora do quadro a que nos referimos. Essa lista teve um caráter aleatório, num primeiro momento: à medida que a resposta que estava sendo lida e sendo analisada se encaixava em uma denominação específica, ligada às preocupações expressas nas hipóteses, na teoria, na história do Sindicato ou simplesmente que despertasse nossa curiosidade ou atenção, lançávamos tal denominação em um arquivo à parte e íamos anexando as respostas, em parte ou integralmente, ou apenas escrevendo comentários sobre aquela resposta em questão.

Finda a leitura atenta e analítica do conjunto das respostas, tínhamos uma lista com 49 itens classificatórios, uma nova lista de categorias que denominamos categorias auxiliares.

O passo seguinte foi agrupar essas categorias seguindo aproximadamente a mesma ordem em que as categorias analíticas estavam dispostas no **Quadro com a frequência das unidades de registro** já referido. Criamos, assim, a seguinte lista em que as categorias auxiliares ficaram agrupadas:

I - Sobre os jornalistas e a categoria profissional dos Jornalistas

II - Mercado de Trabalho e Precarização

III - A questão ideológica

IV - O SJSP

V - Interior

VI - A visão do SJSP entre Sindicalizados, não sindicalizados e Ex-sindicalizados

VII - Qual o papel dos cursos de Jornalismo na relação Jornalistas - Sindicato?

VIII - Desinformação/Comunicação/Integração dos Jornalistas/Dia a dia

IX - Diploma, Conselho, limites de profissão

X - O que fazer?

O passo seguinte foi a análise de conteúdo das perguntas abertas. Partindo das nossas hipóteses, utilizamos os seguintes elementos colhidos na trajetória descrita:

- Os percentuais fornecidos pelas frequências com que cada unidade de resposta foi identificada nas respostas (**Quadro com a frequência das unidades de registro** – Apêndice I);
- Os dados de perfil dos jornalistas respondentes do questionário;
- As respostas identificadas e agrupadas segundo a lista acima referida (itens I a X);
- A teoria, entrevistas, depoimentos, bibliografia, artigos em jornais, e todo o material disponível que conseguimos amealhar.

Ao analisarmos os resultados da frequência em conjunto com as unidades de registro criadas a partir da leitura das respostas tivemos a oportunidade de relacionar as diferentes falas, os contextos de cada jornalista respondente com o todo. O que emergiu como resultado deste trabalho de “tecer” foi uma visão ampla, enriquecida pelas diversas vozes dos jornalistas. Foi um tecido novo, em que as hipóteses, as leituras, os posicionamentos dos autores e de analistas em artigos de jornais, na internet, em publicações acadêmicas ou em entrevistas ao autor foram entrelaçadas,

às vezes nitidamente visíveis, às vezes em traço imperceptível, de tal forma que para o leitor será possível visualizar, neste conjunto, algumas linhas-mestras de uma resposta coletiva às perguntas:

- Há efetivamente uma distância entre os jornalistas de São Paulo e o Sindicato?
- Como ela se construiu historicamente?
- Até que ponto este novo tecido, ao ser superposto ao anterior, cujas linhas estão expostas nos três primeiros capítulos e, de forma mais concentrada, nas hipóteses, coincide ou não com aquele?

E, no final:

- Como ela pode ser superada?

Depois de termos explicitado aqui nossas opções e percursos metodológicos, vamos aprofundar a análise no próximo capítulo, analisando de forma mais detida as respostas dos jornalistas ao questionário, ao mesmo tempo que procuramos expor de forma mais detalhada, analítica, alguns nexos históricos que ajudam a compreender e contextualizar as falas dos jornalistas que estão em análise.

-- x --

5 Tempos de desencontro, perspectivas de novos encontros

A impressão que fica para quem lê as respostas às perguntas abertas formuladas para os jornalistas no questionário da nossa pesquisa (várias delas serão reproduzidas aqui neste capítulo) é que o Sindicato de São Paulo é uma figura quase etérea, que só tem existência concreta por causa da sede e dos funcionários, dos acordos coletivos que assina com os patrões anualmente (em geral ruins, na opinião de muitos dos respondentes) e nas eleições para a diretoria, quando ocorrem as visitas às redações para pedir votos.

Se erigirmos em verdade as palavras dos jornalistas, estão dadas de antemão as respostas às hipóteses levantadas na Introdução a esta tese. Sim, o Sindicato atende apenas a uma pequena parte de profissionais mais experientes dentro da parcela de jornalistas que tem contrato de trabalho como celetistas, se isolou do restante – que provavelmente é quase metade da categoria em São Paulo, entre freelancers, PJs, frila fixos, donos de pequenas agências de assessoria ou de veículos na internet como sites e blogs –, é politiqueiro (no sentido de que se preocupa apenas com a política partidária e de um pequeno grupo que hegemoniza sua direção) e não se comunica bem com os jornalistas. Do seu lado, os jovens são despolitizados, têm medo de perder seus empregos e por isso não se aproximam do Sindicato ou simplesmente não se interessam pelo tema.

Com interpretações como essas do parágrafo anterior, caricaturais, estaríamos assumindo uma realidade fundamentalmente dinâmica como algo imutável. Um monólito indecifrável, porque já totalmente "explicado". O desencontro das últimas décadas seria transformado em destino algo previsível e nada – ou muito pouco – restaria a ser feito. A não ser observarmos o contínuo e lento definhar de uma instituição de passado glorioso. E, de outro lado, à manutenção ou ainda a piora das

condições de trabalho e de vida dos jornalistas, muitos deles jovens (delas, na verdade, pois **as** jornalistas já são maioria na profissão, desde 2004) e com um futuro profissional extremamente problemático à frente.

No entanto, vimos no capítulo anterior e podemos comprovar lendo a Linha do tempo (Apêndice A) que o Sindicato, por mais problemas que tenha, não pode ser visto como um lugar vazio, a negação de uma existência. O sindicato toma um certo número de iniciativas, age diante de muitas provocações. É uma entidade que tem vida, tem o que apresentar em sua defesa.

Neste ponto da análise, estamos no momento em que Lefebvre chama de ausência. Nosso grau de compreensão do problema que nos colocamos – entender o que é e como se dá o distanciamento entre jornalistas e Sindicato em São Paulo nos últimos 30 anos – é ainda muito baixo. Precisamos caminhar na direção de uma maior compreensão, precisamos tornar presente o significado, as ligações invisíveis na aparência entre muitos dos aspectos envolvidos na constituição do problema que estamos analisando. Precisamos caminhar da ausência para a presença. Como faremos isso?

Certamente o problema (da distância entre jornalistas e Sindicato – ou entre Sindicato e jornalistas) existe e, a partir das manifestações dos jornalistas em resposta ao questionário, esta é a primeira certeza que podemos ter.

Entre as 292 respostas dadas à questão aberta, em que se pergunta a opinião do jornalista sobre o Sindicato, há algumas muito duras com o SJSP, como as que seguem.

Umas, dadas de forma bem resumida:

240 - “Jamais vi, nos meus mais de 30 anos como jornalista, o sindicato fazer o que quer que seja DE CONCRETO E EFETIVO em favor da categoria. Dizer que "brigou contra a ditadura" ou qualquer frase panfletária como essa não vale”.

190 – “Acho que o sindicato deveria ser mais atuante e não aparecer na redação somente na campanha salarial ou em época de eleição da diretoria”.

132 – “O Sindicato é uma instituição falida. O atual sindicato nunca teve capacidade para fiscalizar a questão da obrigatoriedade do diploma nas redações, tampouco tem força para fiscalizar as questões salariais, que no jornalismo são de uma vergonha lamentável” (de um sindicalizado).

261 – “Fui sindicalizada nos anos 90 e retornei em 2011 com o único objetivo de obter um plano de saúde. O sindicato está a quilômetros de distância dos profissionais, seja pela linguagem utilizada, pela forma de atuação antiquada, burocrática, seja pela sua sede velha e sem uma gota de atrativo. É preciso se modernizar em TUDO! Como está não sai do lugar”.

77 – “(...) Tenho orgulho de ser jornalista e gostaria de ter a carteirinha. Acho que o sindicato deveria facilitar a regularização pela internet, pois meu horário de trabalho dificulta ir lá pessoalmente. O mundo mudou e o sindicato continua igual, com as mesmas práticas dos anos 50”.

268 – de um sindicalizado: “O Sindicato tem um fortíssimo viés político. E isto o distancia de seus membros que gostariam de pertencer mais a um sindicato que a um partido”.

Ou então a reposta pode ser até mesmo hiper-resumida:
134 – “Mais diálogo com a categoria e menos política partidária”.

Um pouco mais longa, com alguma análise:

173 – “A entidade está desacreditada no meio profissional. Isso deve-se aos poucos resultados práticos que o sindicato tem trazido aos jornalistas, na opinião destes

profissionais. Para muitos deles, é melhor acreditar e apoiar as ideias do patrão e não da entidade de classe. Afinal é o dono da empresa quem paga o salário. Este pensamento é oriundo da escassez de empregos nas redações e na dificuldade para se conseguir uma estabilidade como jornalista profissional. Em resumo, os jornalistas temem por seus empregos e preferem não se envolver com sindicatos".

Assim como desse outro sindicalizado ...

101 – "O sindicato não é atuante e sempre que há denúncias afirma que "não sabia". É impossível não saber da realidade dentro das redações, todo mundo que trabalha na imprensa sabe como é a Folha, o Estadão, a Veja, a Globo, o SBT, o IG, o Terra, a CBN, a ESPN, o Metro etc. O sindicato não se esforça para mudar isso. Ninguém se sente representado, por isso o número de sindicalizados é tão baixo. "Sindicato para quê?" é a pergunta mais comum quando eles aparecem aqui na Redação, duas vezes por ano, distribuindo um xerox que ninguém lê".

E novamente uma jornalista sindicalizada:

92 – "Sou sindicalizada desde minha graduação (há 9 anos) e sinceramente, até hoje, não tive nenhum benefício sequer com esta condição! Pura e simplesmente pago o boleto mensalmente e mais nada! Poderia disponibilizar cursos e congressos com mais frequência assim como oferecer algum benefício por esta sindicalização".

Assim como este outro:

65 – "Não vejo atuação alguma do sindicato, aliás quando perguntei a um dos funcionários o que o sindicato poderia fazer por mim, ele me disse que tem uma carteirinha com vários descontos! Só isso? Vejo o Sindicato atuando só em grandes empresas de jornal e TV. E as assessoria de imprensa? E os departamentos de comunicação dentro das empresas?"

Esta se desfiliou por falta de “fervor” na atuação da entidade:

183 –“Já fui sindicalizada, mas há muitos anos deixei, porque considerei que o sindicato não atuava "com fervor" em prol dos profissionais”.

Este ex-sindicalizado vê o SJSP fazendo política apenas para beneficiar alguns grupos políticos:

70 – “Fui sindicalizado por mais de 20 anos, mas acabei pedindo meu desligamento diante da atitude dos grupos que dirigem o sindicato que o levaram para uma atuação sectária, partidária e preocupado em defender unicamente os supostos direitos dos jornalistas mal sucedidos profissionalmente. Ao adotar uma atitude de confronto entre capital e trabalho, o sindicato entrou em choque, também, com todos os jornalistas que trabalham na chamada grande imprensa. Essa opção do sindicato o levou a uma crise de identidade e de representatividade ainda mais profunda do que aquela que acomete o sindicalismo em geral”.

Enquanto este outro, sindicalizado, acha que o SJSP “só dá vergonha”:

218 – “O sindicato é totalmente ineficaz. Não vai às redações, não tem uma pauta de reivindicações que traga um pacote mínimo de benefícios a categoria, não fiscaliza as empresas que pagam o valor que bem entendem e não o piso, não dá satisfação do que é feito com o dinheiro, tem um site caquético e totalmente ineficaz para se comunicar com seu próprio público. Honestamente, comparado com o sindicato dos bancários, dos professores, ou qualquer outro, o nosso é uma coisa que só dá vergonha”.

Ou esta, que “nunca ouviu falar bem do sindicato”. E adiciona um elemento novo, o medo de se identificar com a entidade e perder o emprego:

99 – “Nunca ouvi falar bem do sindicado e quando era estudante tive problemas com o órgão por causa do estágio oferecido pela prefeitura de Bauru, que mais tarde comprovou a legalidade de tudo. Na época se dizia que era o sindicado quem proibia o estágio em jornalismo, mas eu tinha consciência de como os empregadores contratavam estagiários para suprir a necessidade de jornalistas formados. Depois de formada não pensei em me sindicalizar(...). O máximo que faço é usar a tabela de preços e pisos para trabalhos como frila. (...). Eu, sinceramente, ignoro qual seja a ação do sindicato, o máximo que tive conhecimento foi quando uma barraca para que se votasse na eleição ficou montada na redação onde eu trabalhava, mas, mesmo assim eu não tive nem intenção de conversar com os representantes sobre o sindicato. Realmente não sei o que [o Sindicato poderia fazer para se aproximar dos jornalistas e se fortalecer]. Às vezes acho que a situação está tão ruim para nós que o medo de ser taxado como sindicalizado e ter problemas (...) nos impede de pensar a sindicalização como opção viável”.

Há respostas que vão além da crítica ao SJSP. Chegam à própria formulação do questionário que ele está respondendo:

120 – “Fui sindicalizado. Hoje atuo como freelancer e acho que o sindicato não se adaptou ao fato de que hoje a maioria dos jornalistas não tem carteira assinada. A estrutura e a política do sindicato estão orientadas para dar assistência aos jornalistas contratados, principalmente os das grandes redações. As iniciativas com respeito aos freelancers e aos contratados como PJs – uma figura cada vez mais frequente – mostra desinteresse e desconhecimento da realidade profissional. O mercado não vai voltar ao passado. Com o devido respeito, esta pesquisa é um reflexo disto: não me enquadro em nenhuma das três situações profissionais apresentadas na questão III e, embora seja sócio de um site, parte considerável do que ganho vem de trabalhos para terceiros”.

Muitos atribuem problemas não só ao Sindicato, mas também aos próprios jornalistas, citando características como a desunião da categoria:

321 – “É fato que os jornalista compõem uma classe desunida, mas o sindicato também é pouco atuante para mudar esta realidade e apoiar as necessidades da classe. O sindicato deveria ir até os profissionais, ligar, ir até às empresas, enviar informativos, mostrar números da defasagem salarial existente e explicar como seria possível mudar este cenário. É muito fácil só reclamar que os jornalistas se sujeitam a salários baixos, mas não vejo o sindicato se mobilizar na defesa da categoria, se está fazendo, está fazendo mal feito, pois os principais interessados não estão sabendo”.

48 – “[O Sindicato deveria] estar mais presente no dia a dia das redações. Normalmente, os dirigentes só aparecem em época de eleição e quando há um fato mais urgente. Considero a atuação do sindicato muito fraca, porém credito a maior parte disso ao baixo interesse da própria categoria. Eu diria que os jornalistas, por sua atuação, têm a entidade representativa que merecem”.

148 – “Não considero o sindicato com autoridade representativa da minha categoria. O jornalista, de modo geral, não consegue se organizar como uma categoria profissional. Sua atuação no mercado de trabalho é autônoma e independente e o jornalista não consegue se organizar para ampliar conquistas de classe. Diante disso, a atuação do sindicato é tímida e limitada”.

E há também quem não veja problema no Sindicato, mas exclusivamente nos próprios jornalistas:

260 – “Não vejo problemas com o sindicato em si, mas sim com os profissionais. O jornalista, infelizmente, é uma classe desunida”.

54 – “Eu acho que o sindicato tem tentado fazer o seu trabalho. Não acompanho muito de perto o trabalho do mesmo, mas na empresa que trabalho ele está presente. O que acho é que a classe dos jornalistas é muito pouco unida, o que dificulta qualquer tipo de reivindicação maior do sindicato”.

Existem, ainda, visões mais equilibradas. Esta que vem a seguir coloca o dedo sobre algumas das principais feridas abertas no momento:

294 – “Creio que o problema não seja o sindicato, mas a própria profissão, que passa por uma crise gravíssima de identidade. Temos as questões do diploma, dos oligopólios de comunicação e jornalismo, das novas tecnologias que estão modificando totalmente o que seja jornalismo. Acredito que o sindicato deve pensar em disseminar a discussão sobre a crise do jornalismo em toda a categoria (internet, encontros, grupos de discussão etc.)”.

Ou ainda de F., 60, São Paulo, na fase do pré-teste da pesquisa:

“Acho que o sindicato é uma estrutura criada para se relacionar com os profissionais do mercado formal, com registro em carteira. Ocorre que a realidade da categoria é outra: a grande maioria dos profissionais trabalha com frila e para esses o sindicato não tem proposta nem canal de acesso. Entre os frilas, grande parte teve que criar suas próprias empresas e esse segmento não pode ser representado pelo sindicato. Entendo que para melhorar, é preciso descobrir um jeito de o sindicato incorporar as demandas desses jornalistas”.

Já esta outra jornalista, ex-sindicalizada, acha que o momento é de os próprios jornalistas aproveitarem para fazer um autocrítica coletiva:

226 – “(...) Estamos, jornalistas, perdendo uma grande chance de rever nosso papel na sociedade. Tenho a impressão de que o sindicato anda refém de um papel ultrapassado; está limitado à negociação salarial. A "briga" pela volta da obrigatoriedade do diploma ficou vazia de argumentos, já que todos já perceberam nossa baixa qualidade. O Jornalismo é fundamental para uma sociedade livre, mas isso que andamos praticando, com lampejos de competência, é muito pouco. O sindicato poderia ser mais corajoso e começar a incitar a classe à autocrítica. Seria um começo”.

Finalmente, há os que não veem solução possível pois “tá tudo dominado”:

E., de São Paulo – da fase do pré-teste: “Não tenho a menor ideia [sobre o que o Sindicato poderia fazer para se aproximar mais dos jornalistas]. Não acompanho muito a vida do sindicato. Não consigo nem manter em dia o pagamento da mensalidade. Posso dizer que o Depto. Jurídico do Sindicato atuou muito bem no caso da editora Bloch, fazendo com que a gente recebesse a indenização, depois de 9 anos de processo. Não sou nada otimista não com o sindicato, mas com o jornalismo em si. Atualmente o que vejo é todos os jornalistas falando praticamente a mesma coisa, que não por coincidência é a visão de interesse da forma como o mundo capitalista está organizado e se reproduz hoje. Talvez na internet tenha algo diferente, mais original, mas está perdido nesse mar de besteiras. Às vezes assisto a TeleSur, do Chaves [Hugo Chávez, presidente da Venezuela]. Cinco minutos na TeleSur equivalem a uma semana na TV comercial brasileira (é claro que a TeleSur não faz matérias criticando o atual governo da Venezuela, o que é ruim...).
Em suma, não acredito que dê para melhorar essa nossa profissão. Tá tudo Dominado e, no limite, a mídia nem precisa mais do jornalista, os computadores podem fazer tudo. Não vejo o que o sindicato possa fazer nessas circunstâncias. A não ser se contentar com o imposto sindical obrigatório. Não temos um inimigo claro, como nos tempos da ditadura e os jornalistas são intercambiáveis, para não dizer descartáveis...”.

Para completar, a visão de alguém que, se não integra a atual diretoria, já fez parte de alguma. Caso contrário, não traria o argumento de que é preciso “comprometer toda a diretoria para que o trabalho não fique, apenas, sobre as costas de poucos”:

244 – “[Precisa promover a] criação de comissões de redação. As comissões devem ser criadas também para as redações (ou algo semelhante) na Internet e nas assessorias. Mobilizar e comprometer toda a diretoria (plena ou não [referência às instâncias que compõe a diretoria: Executiva, Plena, etc.]) para o envolvimento nas tarefas para que o trabalho não fique, apenas, sobre as costas de poucos”.

E esta, que compreende as limitações do Sindicato, mas gostaria de vê-lo atuando para constranger os lugares tenente dos empresários nas redações que fazem o "trabalho sujo":

174 – "Reconheço que estou errado por princípio e devo regularizar a situação [se refere à necessidade de se sindicalizar, já que é não sindicalizado], independente de qualquer condição. De qualquer forma, o ataque à precarização da profissão tem um foco diferente de minhas prioridades. Não tenho registro em carteira porque não quero subordinação, mesmo a empresas para as quais trabalho regularmente. O que me pouparia de muito desgaste seria uma divulgação mais sistemática do primeiro parágrafo do artigo 7[36] do Código de Ética. Assim como ocorreu na *Gazeta* [*Mercantil*], vemos colegas (provavelmente não sindicalizados) sem escrúpulos para tentar cumprir as determinações ilegais de seus empregadores. Como temos uma profissão totalmente desregulamentada (a OAB, por exemplo, exige INCLUSIVE o diploma), compreendo que a atuação do sindicato é limitada. Mas no mínimo se poderia impor algum constrangimento a quem executa o trabalho sujo".

As respostas questionam ainda o atendimento prestado pelos funcionários do Sindicato na Sede e nas Regionais, a quantidade e qualidade dos serviços oferecidos, os valores da mensalidade, considerados elevados para uma segmentos da categoria que recebem o piso salarial, e o fato de o Sindicato viver em boa parte da Contribuição Sindical, o antigo Imposto Sindical, contribuição obrigatória equivalente a um dia de trabalho de todo jornalista empregado, de acordo com o que determina a CLT, e que é descontado indistintamente de jornalistas sindicalizados e não sindicalizados.

São muitas respostas desfavoráveis ao Sindicato. Elas são consistentes com um primeiro dado resultante da análise frequencial dos conteúdos das 292 respostas à

[36] O Artigo 7º do Código de Ética dos jornalistas brasileiros tem nove itens. Estabelece os limites para a atuação do jornalista. O enunciado é: "O jornalista não pode:" – e aí vem os nove itens. O respondente provavelmente está se referindo ao primeiro, que diz: "I - aceitar ou oferecer trabalho remunerado em desacordo com o piso salarial, a carga horária legal ou tabela fixada por sua entidade de classe, nem contribuir ativa ou passivamente para a precarização das condições de trabalho".

questão aberta do nosso questionário. Quase 70% (68,8%, precisamente) dos jornalistas manifestaram opiniões desfavoráveis ou muito desfavoráveis ao Sindicato (47,9 e 20,9%m, respectivamente). 4,8% escreveram algo que classificamos como favorável ao Sindicato e apenas uma resposta pode ser classificada como 'muito favorável' (0,3%).

Mesmo que a amostra resultante dos participantes na pesquisa guarde diferenças com o universo de jornalistas no Estado – uma aferição a respeito exigiria uma pesquisa com critérios estatísticos perfeitamente definidos, o que não acontece no presente trabalho –, não há nenhuma razão que possa nos levar a supor que no conjunto dos jornalistas obteríamos resultados substancialmente diferentes.

É um resultado ruim para uma entidade sindical com a história e a importância que teve para os jornalistas de São Paulo e, ainda, pelo papel nas lutas democráticas no Estado e no País.

Entendemos que a amostra contida nos 317 questionários permite, com base na análise do conteúdo das respostas à pergunta aberta, que façamos inferências e extrapolações para os jornalistas do Estado, dentro dos limites da temática aqui tratada, sempre levando-se em conta alguns vieses que explicitaremos ao longo da análise.

Desde já assinalamos que o próprio tema da pesquisa possivelmente afastou uma parcela dos jornalistas menos interessada em se manifestar sobre o Sindicato. Isso explica, por exemplo, que a maioria dos respondentes seja do sexo masculino (53% contra 47% de mulheres) enquanto que os dados da RAIS mostram que desde 2004 o sexo feminino é majoritário na profissão, pelo menos na parcela com emprego formal na áreas privada e pública[37]. O dado é consistente com o que foi apurado em pesquisa

[37] Para fazer a estimativa partimos dos seguintes dados: 1 - inicialmente, um dado preliminar do Ministério do Trabalho de que existiam no Brasil 110 mil jornalistas em 2011. A informação veio do ex-presidente da FENAJ, Sérgio Murillo de Andrade: "Estamos [FENAJ] fazendo, em cooperação com a UFSC, uma pesquisa que pretende revelar o perfil do jornalista brasileiro. O trabalho começou o ano

anterior (LIMA, 2010) que havia identificado um interesse pelo tema do Sindicato entre os jornalistas homens do que entre as mulheres jornalistas.

Outro dado que evidencia uma particularidade da amostra em relação ao conjunto dos jornalistas existentes é que o percentual de sindicalizados aqui é muito superior a um percentual que possa ser estimado para o conjunto dos jornalistas de São Paulo. Já tratamos anteriormente sobre a questão da estimativa que pode ser feita para o número de jornalistas em atividade no Estado de São Paulo. Retomemos agora este ponto para acrescentar novos detalhes e chegar a algo mais próximo do que possamos considerar a realidade do tema.

Estimando-se o número de jornalistas em São Paulo em torno de 30 mil e tendo como base o número de sócios ativos existentes no SJSP em dezembro de 2010[38], de 3.085, chegamos ao percentual de sindicalização, também estimado, de 10,3%. É um percentual bem inferior aos 33% de sindicalizados entre os que responderam o questionário. Novamente, é algo compreensível pois que o tema da pesquisa é justamente o Sindicato, o que certamente atraiu um recorte específico de respondentes entre o conjunto dos jornalistas do Estado.

Sendo o nosso tema a relação dos jornalistas com o Sindicato, as particularidades da amostra em relação ao total dos jornalistas no Estado não causam preocupação. Nosso intuito é identificar, seja nos textos dos jornalistas que responderam, seja no material

---

passado [2011] e deve terminar em 2013. Os pesquisadores trabalham com três bases de dados: sindicalização, egressos das escolas e registros no ministério do trabalho (...). Em relação ao Ministério, eles estão neste momento fazendo um filtro na última relação que receberam. Antes deste filtro, o número de jornalistas registrados no Brasil (incluindo os precários, ou sem diploma) está em torno de 110 mil". Mensagem eletrônica ao autor, em 5 mar. 2012;

2 - dados da RAIS fornecidos pelo Departamento de Economia do Sindicato em que os percentuais de jornalistas de São Paulo em relação ao Brasil são: 2002 - 29,5%; 2003 – 31,1%; 2010 – 30,4% (Entrevista ao autor de Carlos Montoya, economista responsável, em 21 out. 2011). Retiramos dos 110 mil os quase 10 mil portadores de registro não diplomados após a decisão do Supremo Tribunal Federal de 17 de junho contra a exigência do diploma, pois os sindicatos não filiam jornalistas não diplomados ou que não tenham obtido o registro de acordo com o DL 972/69. Aplicando-se o percentual de 30%, chegamos ao número de 30 mil jornalistas em São Paulo que formam a base do SJSP.

[38] Planilha "Perfil dos jornalistas profissionais no Estado de São Paulo – Gênero, Participação do Município e da Regional no Total Geral e Sindicalizados – Dez. 2010", do Departamento de Economia do Sindicato. Carlos Montoya, economista responsável, em entrevista ao autor (21 out. 2011).

de consulta que utilizamos, aspectos que permitam compreender como os jornalistas vêem o Sindicato e um conjunto de questões que envolvem o seu relacionamento com a entidade associativa. Para esta finalidade, a amostra é adequada.

Como a maioria dos respondentes foi de jornalistas não sindicalizados (65% contra 33% de sindicalizados), uma pergunta pertinente é se o resultado não poderia ter sido distorcido por a opinião dos jornalistas não sindicalizados. O resultado dos dados apurados é o seguinte:

Opinião sobre o Sindicato

Sindicalizados, Não sindicalizados e Ex-sindicalizados

Opinião sobre o SJSP	**Todas as respostas**		**Sindicalizados**		**Não sindical/zdos**		**Ex-sindicalizados ****	
	Nº	*%*	Nº	*%*	Nº	*%*	Nº	*%*
1- Muito favorável	1	*0,3*	1	*1,0*	0	-	0	-
2 – Favorável	14	*4,4*	11	*10,6*	3	*1,4*	1	*1,7*
3 – Desfavorável	140	*44,2*	52	*50,0*	87	*42,0*	29	*49,2*
4 - Muito desfavorável	61	*19,2*	11	*10,6*	50	*24,2*	18	*30,5*
5 – Não se manifesta *	76	*24,0*	20	*19,2*	54	*26,1*	11	*18,6*
6 – Não cabe ***	25	*7,9*	9	*8,7*	13	*6,3*	0	-
TOTAL	317	*100,0*	104	*100,0*	207	*100,0*	59	*100,0*

* Reunimos sob esta denominação, além dos que não se manifestaram sobre o tema, também aquelas respostas em relação às quais não foi possível inferir um posicionamento ou que pudemos inferir que têm uma posição equidistante entre os dois polos.
** Os ex-sindicalizados fazem parte do universo de não-sindicalizados.
*** Diz respeito aos 25 questionários em que não houve resposta à pergunta aberta.

Surpreendentemente, ao contrário do que se poderia supor, os próprios jornalistas sindicalizados não estão satisfeitos com a atuação da entidade. E o grau de insatisfação não chega a ser discrepante quando se compara sindicalizados com não sindicalizados: 60,6% e 66,2%, respectivamente (os percentuais são as somas de 'desfavorável' com 'muito desfavorável'). A diferença aparece quando colocamos o foco sobre os ex-

sindicalizados. Neste caso, o grau de insatisfação cresce e chega perto dos 80% (79,7%).

Outro dado chama nossa atenção: entre os ex-sindicalizados, o percentual de opiniões que foram classificadas como 'muito desfavoráveis' é praticamente o triplo, percentualmente falando, do que entre os sindicalizados.

São observações importantes porque, com o andamento da análise, vamos perceber a importância crucial do segmento de ex-sindicalizados em vários aspectos para explicar o atual distanciamento entre os jornalistas de São Paulo e o SJSP. Por enquanto, vamos reter apenas a ideia de que, em se tratando do universo dos não sindicalizados, os ex-sindicalizados têm melhores condições para fazer um julgamento mais informado sobre o Sindicato do que os demais não sindicalizados. Eles podem falar com algum conhecimento de causa, ao contrário dos que nunca tiveram uma aproximação maior com o SJSP. No geral, para esses jornalistas, faltam informações e vivência para avaliar.

Dos depoimentos reproduzidos e do quadro que montamos, podemos concluir que os dados obtidos confirmam o que é facilmente percebido quando, em qualquer grupo ou reunião de jornalistas, aparece o assunto 'Sindicato': as manifestações contrárias são normalmente em número e intensidade maiores do que as favoráveis. Os jornalistas de São Paulo não têm uma visão positiva do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

Ocorre que nem sempre foi assim na história do Sindicato. Nos 75 anos de história do SJSP, houve mais de um momento de forte identificação e aproximação dos jornalistas com o SJSP. Quais são os elementos que podem ter contribuído para que se instalasse o enorme desencontro verificado na atualidade?

5.1 Despolitização, precarização e fragmentação

O que se pode dizer de imediato é que uma das causas do afastamento dos jornalistas em relação ao Sindicato está na despolitização vivida pelos jornalistas, como parte da despolitização geral da sociedade dos anos 1980 em diante, em contraste com o que ocorrera no período anterior. De fato, nos anos que se seguiram ao Estado Novo (1937-1945) até o final dos anos 1970 o País viveu uma fase de intensa atividade política que contribuiu para uma politização geral da sociedade e dos jornalistas em particular. É um período que se divide claramente em duas fases distintas. Primeiro, de 1945 até o golpe militar de 1964, conhecido como Período Democrático (FAUSTO, 2002, p. 395-462). Debatia-se o futuro do país, num clima internacional já dominado pela Guerra Fria, em que correntes políticas como "nacionalistas" de um lado e "entreguistas" de outro se defrontavam. Um dos divisores de águas era como o País deveria se relacionar com os EUA que assumiam a liderança do chamado "mundo livre" contra o comunismo. Os nacionalistas queriam uma política externa e interna dissociada dos EUA, a quem caracterizavam como imperialistas. Os entreguistas viam no comunismo da União Soviética (externamente) e do Partido Comunista Brasileiro (internamente), a principal ameaça.

Uma indicação do clima de disputa política que se vivia então no Brasil está em que, num período relativamente curto de 19 anos, o País teve 10 presidentes. Desses, entre os que foram eleitos, um se suicidou – Getúlio Vargas, com um tiro no coração, em 1954 –; outro renunciou – Jânio Quadros, em 1961 –; e um terceiro, João Goulart, foi impedido de tomar posse pelos militares, aliados aos conservadores e aos interesses estadunidenses. Para assumir precisou aceitar um acordo: o sistema de governo foi modificado de presidencialista para parlamentarista[39].

[39] Em 1963, por meio de plebiscito, Jango – como era conhecido o presidente herdeiro do trabalhismo de Getúlio Vargas – conseguiu a volta do presidencialismo. Mas seu governo não duraria muito pois logo sobreveio o golpe e a ditadura militar.

O período seguinte foi da ditadura militar, que se instalou a partir de abril de 1964. O Brasil sob o regime militar viveu uma primeira fase, até dezembro de 1968, em que havia uma certa liberdade. E, como 1968 foi aquele ano tão marcante em nível mundial, com a revolta na França (o Maio de 68), as manifestações contra a Guerra do Vietnam nos EUA, entre outras manifestações pelo mundo, também no Brasil foi um ano de muita agitação política, com muitas manifestações de rua protagonizadas principalmente pelos estudantes. O ano terminou com o Ato Institucional Nº 5, que fechou o Congresso, impôs a censura aos meios de comunicação, o fim do habeas corpus e uma série de outras medidas antidemocráticas e repressivas.

Mas, até então, a agitação continuou. Foram anos de intensa participação e aprendizado político. Em diferentes ocasiões os estudantes estiveram à frente das lutas contra o autoritarismo. A participação no ME (movimento estudantil) foi uma escola na qual se formaram politicamente muitos dos jornalistas que depois comporiam a base da profissão e uma importante – e combativa – base política para o próprio Sindicato dos Jornalistas.

Com o recrudescimento da repressão pós-1968, muitos grupos de esquerda optaram pela ação armada. A teoria de que a revolução poderia avançar a partir de ações como a guerrilha urbana (a teoria dos focos de resistência e de luta armada), em resposta ao endurecimento do regime, acabou fazendo com que grande parte da militância de separasse de fato dos estudantes e da classe médica, que em certa medida também participou do “milagre econômico”.

Outro fator importante que contribuiu para a despolitização dos estudantes e da classe média foi que, ao longo dos 21 anos de ditadura, houve uma mudança radical no ensino. No ambiente universitário, as cassações e aposentadorias forçadas de muitos professores de esquerda quebraram a espinha dorsal de uma intelectualidade que alimentava, com análises e teorias questionadoras, o ânimo e a propensão dos jovens para explorar novas possibilidades em relação às visões de mundo e aos arranjos sociais possíveis (CUNHA; GÓES: 1991). Atuando simultaneamente com essa linha de

força, a censura à imprensa, a repressão política, perseguições, torturas e mortes por parte da polícia política do regime, dificultou o crescimento intelectual, cultural e político de algumas gerações de jovens estudantes, resultando no afastamento dos jovens da política, dentro de um quadro já de despolitização geral da sociedade (MOISÉS, 1986).

Quanto à imprensa[40], esta participou ativamente dos dois momentos e processos que se cruzam naquele período. Primeiro na democratização, de 1945 a 1964. Depois o autoritarismo do regime militar. Nelson Werneck Sodré analisa a história desse período sob o título "A crise da imprensa" (1966, p. 449-516), mostrando que boa parte da 'grande imprensa' – não por acaso a parte que continuaria existindo até a atualidade –, devido a seus interesses próprios de classe, acabou alimentando o monstro que gerou a censura e todas as outras formas de autoritarismo, tendo participado ativamente da preparação do golpe e da implantação do regime militar.

Vale ressaltar, daquele período, como ocorria desde a fundação dos primeiros veículos de imprensa, que a política ainda era o assunto que maior peso tinha na pauta dos jornais. Tal fato ocorria tanto na grande imprensa quanto na imprensa alternativa, formada por pequenos jornais semanais ou mensais que nos anos 1970 ofereciam um combate frontal à ditadura[41].

---

[40] Quando utilizamos o termo genérico 'imprensa', estamos nos referindo de forma institucional aos grandes veículos de comunicação, naquilo que pode ser generalizado como algo dominante em cada época. Na nossa visão, os jornalistas participam da imprensa mas não têm autonomia para definir, em última instância, as pautas naquilo que diz respeito às orientações e decisões políticas, tanto nacional quanto regionalmente. A questão da autonomia de trabalho dos jornalistas merece uma discussão e uma pesquisa à parte uma vez que, na nossa visão, há graus distintos de autonomia das redações em relação aos proprietários dos meios, dependendo das tradições jornalísticas que se constituem historicamente em cada país e mesmo entre as distintas regiões do país. O que é interessante observar é que essa relação não é igual em todas as editorias dos veículos. Faz falta um estudo sobre isso, mas podemos afirmar que, de maneira geral, os jornalistas que trabalham nas editorias que tratam de outros assuntos que não aquele diretamente envolvidos com as questões políticas – esportes, cultura, comportamento, entre outras – têm maior autonomia de trabalho. Há que se notar, também, que mesmo nas editorias diretamente envolvidas com a política, há períodos históricos em que a autonomia é maior e outros em que é menor (por exemplo, nos períodos em que os conflitos inter-classes estão mais acirrados).

[41] Segundo Bernardo Kucinski entre 1964 e 1980 "nasceram e morreram cerca de 150 periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar", fenômeno que ficou conhecido como da imprensa alternativa ou nanica (1991, p. XIII).

Já no momento seguinte, favorecida pela censura imposta à imprensa, a despolitização passa a ser cada vez maior seja no conteúdo, na linguagem e até mesmo na participação proporcional das editorias no resultado final dos grandes jornais. Um dos indicadores é o fortalecimento das editorias de economia. Embora elas tenham começado a ganhar poder na segunda metade década de 1960[42] (CALDAS, 2008, p. 14), até como uma alternativa ao noticiário político censurado, o amplo espaço que o noticiário econômico ocupa hoje nos jornais de interesse geral, muitas vezes superior ao conferido às editorias de política, começou a se consolidar a partir da década de 1980. O mesmo ocorreu com o jornalismo de serviços – econômico (como investir), cultural/lazer (onde se divertir), de consumo (como escolher/adquirir produtos e serviço/acionar o Procon e outros organismos de defesa do consumidor) e esportivo (que esportes/jogos assistir) – que começou a se estruturar a partir dos anos 1980 e que viria a ocupar espaços cada vez maiores em todos os veículos jornalísticos.

Decorre do cenário descrito anteriormente, quando o jornalismo e os jornalistas ainda eram muito mais politizados, a existência de vínculos também mais fortes dos profissionais com o seu Sindicato. Vínculos que foram alimentados entre outras coisas devido ao fato de o Sindicato ter se transformado em uma trincheira na luta contra a ditadura, particularmente após o assassinato de Vladimir Herzog.

[42] Segundo Suely Caldas, o jornalismo econômico floresceu e só ocupou espaço próprio à época da ditadura fazer política passou a ser privilégio dos generais, que a praticavam nos bastidores da caserna. Dessa forma, “as páginas de política emagreciam na mesma proporção em que as de economia engordavam, indiretamente incentivas por generais ávidos de feitos de natureza econômica e da queda da inflação”. (op. Cit., p. 13-14)

5.2 O assassinato de 'Vlado' e a reação dos jornalistas

O termo 'trincheira de luta' pode soar um tanto deslocado na atualidade, mas era bem apropriado no que se refere aos acontecimentos da época. A morte sob tortura de 'Vlado', como era chamado pelos colegas de trabalho e amigos próximos, no aparato repressivo da ditadura, em São Paulo, em 25 de outubro de 1975, e a farsa montada para fazer passar a ideia de que ele havia se suicidado enquanto estava preso na cela do DOI-Codi[43], fez com que os jornalistas de São Paulo se levantassem imediatamente.

> A partir da morte de Vlado o Sindicato dos Jornalistas tornou-se o endereço da resistência à ditadura. Os jornais cobravam os boletins diários *e publicavam!* Entidades profissionais, famílias de presos políticos, pessoas comuns em busca de uma informação ou orientação procuravam o Sindicato. Presos políticos – e até presos comuns – mandavam correspondência, pedindo que o Sindicato veiculasse as denúncias de tortura, de maus-tratos, de atos ilegais. Audálio [Dantas] guarda até hoje um trabalho em pirogravura dos presos políticos do Presídio do Barro Branco, um abaixo-assinado agradecendo a atuação do Sindicato e pedindo que não esmorecesse na luta até o fim da ditadura no Brasil. Entre os signatários, o (...) deputado federal José Genoíno, do PT. (RBEIRO, 1998, p. 138)

A missa de sétimo dia, um ato ecumênico na Catedral da Sé, acabou se transformando na primeira grande manifestação pública contra a ditadura desde a passeada dos 100 mil, promovida pelos estudantes em 1968, antes do endurecimento do regime militar.

Apesar do enorme aparato repressivo montado para impedir que os manifestantes chegassem ao centro da cidade – o que causou enormes engarrafamentos em várias avenidas e ruas que dão acesso ao centro da cidade –, 8 mil pessoas lotaram a Catedral, parte da Praça da Sé e as ruas laterais da igreja (JORDÃO, 2005, p. 28). O ato ecumênico foi um dos marcos da fase de declínio da ditadura. Declínio que só se

---

[43] Os militares criaram o **Destacamento de Operações de Informações (DOI)** para ser a instituição responsável pela inteligência e repressão do governo, em vários estados brasileiros, subordinados ao **Centro de Operações de Defesa Interna (CODI)**. Daí a temida sigla **DOI-CODI** da ditadura militar, cuja filosofia era baseada na Doutrina de Segurança Nacional. (Disponível em <http://www.historia brasileira.com/ditadura-militar/doi-codi>. Acesso em 26 mar 2012.

acentuaria daquele momento até a campanha das Diretas Já, em 1984 e a eleição indireta de Tancredo Neves pelo Congresso em janeiro de 1985.

Os eventos dos anos 1970 marcaram fortemente os jornalistas de tal forma que a existência dos vínculos mais fortes com o sindicato, ontem como hoje, entre os jornalistas mais velhos aparece de forma notável no quadro a seguir:

Sindicalizados, não sindicalizados e ex-sindicalizados por faixa de idade

Faixas de idade	**Nº respondentes**		**Sindicalizados**		**Não sindicalizados**		**Ex-sindicalizados***		**Sindicalizados + Ex-sindicalizados**	
	Nº abso-luto	*%*	Nº abso-luto	*% em cada faixa*	Nº abso-luto	*% em cada faixa*	Nº abso-luto	*% em cada faixa*	Nº abso-luto	*% em cada faixa*
20-29	90	*100,0*	21	*23,3*	66	*73,3*	4	*4,4*	25	*27,8*
30-39	75	*100,0*	18	*24,0*	57	*76,0*	11	*14,7*	29	*38,7*
40-49	69	*100,0*	24	*34,8*	43	*62,3*	14	*20,3*	38	*55,1*
50-59	61	*100,0*	31	*50,8*	29	*47,5*	22	*36,1*	54	***88,5***
60-69	16	*100,0*	8	*50,0*	8	*50,0*	5	*31,3*	13	*81,3*
70 ou mais	5	*100,0*	2	*40,0*	3	*60,0*	2	*40,0*	4	*80,0*
TOTAIS	***317***	**--**	**104**	**--**	**207**	**--**	**59**	**--**	**163**	**--**

* Os **ex-sindicalizados** integram o universo dos **não sindicalizados**; 6 jornalistas não responderam a questão.

Analisando os dados do quadro é possível concluir que, entre os jornalistas que responderam o questionário, sindicalizados e ex-sindicalizados têm referência crescente no Sindicato à medida que aumenta a faixa de idade. Na faixa de 50 a 59 anos – portanto, entre os jornalistas que iniciaram na profissão entre 25 e 35 anos atrás, aproximadamente – a soma entre os que são sindicalizados ou já foram sindicalizados chega perto dos 90%! O quadro demonstra de forma clara como a existência e as ações do Sindicato no período da ditadura marcaram as gerações mais velhas de jornalistas em São Paulo.

5.3 A greve de 1979 e as disputas em torno do seu significado

Quase quatro anos depois dos eventos do Caso Herzog, ocorreu a greve dos jornalistas de São Paulo. Ela se deu no clima político da maré montante do movimento dos trabalhadores e da sociedade civil, iniciada com a greve dos braços cruzados dos operários na fábrica da Scânia, em 1977, no ABC. Em princípio, o movimento grevista tinha como principal objetivo quebrar a política do governo que previa reajustes de salários anuais, mesmo em uma situação de inflação crescente, como acontecia naquele momento.

O jornalista Rubens Marujo, que editou o caderno especial sobre os 30 anos da greve de 1979 no jornal Unidade (mar. 2009, p. 4), assim descreve o momento político em que a greve dos jornalistas ocorreu:

> Enquanto o processo de abertura política seguia sua trajetória lenta [dois fatos importantes haviam acontecido nos anos anteriores: em outubro de 1977 o presidente general Ernesto Geisel depusera seu ministro do Exército, o também general Silvio Frota, apontado como da linha dura, escolhendo outro general, Figueiredo, para seu sucessor; e em dezembro de 1978, o AI-5 foi extinto], o milagre econômico havia terminado e o país enfrentava uma escalada da inflação quase incontrolável, provocando prejuízos salariais, com a perda de poder aquisitivo dos trabalhadores. Só de janeiro a abril de 1979, o índice do Custo de Vida (ICV), medido pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) acumula uma alta de 18,71% (o ano fecharia com uma alta expressiva de 70,93%). Para tentar recompor os salários, uma onda de greves sacudia o país, num movimento deflagrado pelos metalúrgicos do ABC, sob o comando do, então, líder sindical Luiz Inácio Pereira da Silva, o Lula. Foi nesse cenário político e econômico que os jornalistas decidiram fazer uma greve que entrou para a história pela falta de planejamento, pela derrota e pela onda de demissões que gerou.

O fato é que estava em plena vigência a Lei de Greve[44], fora do período da data-base –

[44] A Lei nº 4.330, de de 1º de junho de 1964 (disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128652/lei-4330-64>, acesso em 7 abr. 2012), já sob o regime militar, estabelecia um rol de exigências para que uma greve pudesse ser declarada legal (por exemplo, a s empresas tinham que ser avisadas com 5 dias de antecedência) que, em última instância e de fato visavam impedir que os trabalhadores fizessem greve. Nos movimentos grevistas ocorridos ao longo da existência da ditadura, os trabalhadores passaram por cima da legislação, o que gerava como reação do governo as intervenções

a política econômica vigente fixava a realização de negociações para reajuste salarial anualmente, no período da data-base das categorias profissionais e a data-base dos jornalistas era 1º de dezembro. Os jornalistas, uma categoria pequena, não contavam agora com o apoio importante dos gráficos, ao contrário do que ocorrera na greve anterior, de 1961... ou seja, a greve reunia todas as condições para 'dar errado'. Com ela, os jornalistas ofereciam de bandeja ao patronato uma oportunidade para um contra-ataque de arrasar, como de fato aconteceu em seguida. Mas para os jornalistas envolvidos na mobilização daquele momento, tinha-se o essencial, que era a própria mobilização. Sem querer descartar a responsabilidade da direção, que existe em qualquer movimento e é um dos fatores a ser levado em conta – passados tantos anos, falta ainda um balanço mais completo do movimento, que não seja mera projeção das posições políticas que disputavam a direção naquele momento – havia um clima de radicalidade que tomava conta de setores inteiros da população e esta presente em uma parcela enorme dos jornalistas. Marujo capta bem o clima de então quando escreve:

> Ao deflagrar essa greve os jornalistas estavam apenas materializando uma antiga aspiração, seguindo o exemplo de outras categorias, a começar pelos próprios metalúrgicos então liderados por Lula. A palavra de ordem nos bares e restaurantes frequentados por jornalistas naquela época era "greve". Se todos estão parando, por que os jornalistas também não podem cruzar os braços? Dois meses antes, em março, os militares decretaram intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, exacerbando o ânimo dos jornalistas que viam em Lula um líder a ser respeitado. Além disso, a categoria estava engasgada com a morte do colega Vladimir Herzog e a censura imposta pela ditadura. A greve, portanto, serviu como uma espécie de resposta da classe ao regime autoritário que comandava o país desde o golpe de 1964. (ibid., p. 3)

Mais do que propósitos e objetivos especificamente econômicos, muito embora essa motivação fosse decisiva, a onda de greve do final dos anos 1970 na verdade colocava no centro das atenções o clamor pelo fim da ditadura. Reivindicava-se o fim da carestia, do arrocho salarial, da censura e do autoritarismo em geral. E, como muito bem assinalou Marujo, os jornalistas, parte dos quais cobriam os movimentos grevistas

---

nos sindicatos. Por isso houve, logo após a decretação da greve, o receio da intervenção também no Sindicato dos Jornalistas, como já havia ocorrido no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, sob a presidência de Lula.

com o entusiasmo de quem via – e em muitos casos participava – a luta dos trabalhadores acontecendo depois de 14 anos de ditadura, também queriam ser parte do movimento.

Além de não estarem contentes com as condições salariais, os profissionais também questionavam e se mostravam inconformados com as transformações que ocorriam no jornalismo. Em entrevista ao jornal *O Pasquim* sobre a greve, o jornalista Carlos Acuio expressou de forma simples e direta o sentimento de pelo menos uma parte dos jornalistas:

> As explicações [para o fracasso da greve] se sucedem, explicações sofisticadíssimas. Eu, que não tinha votado pela própria, mas que aderi e já perdi o emprego, sou mais simples: essa greve foi decretada por todos que estavam de saco cheio. Foi um vômito. Mais que exigir salários, os jornalistas queriam dar um grito. Um grito contra os péssimos jornais, contra a mediocridade, contra a transformação da imprensa em fábrica de salsichas, um grito depois de 15 anos de silêncio[45].

A greve, cujas reivindicações eram 25% de reajuste imediato (a data-base dos jornalistas era 1º de dezembro) e imunidade para os membros do Conselho de Representantes de Redação – CCRR, foi decidida no início da noite do dia 22 de maio, no teatro da PUC de São Paulo, o TUCA, com a presença de 1.692 jornalistas. A proposta de greve geral foi aprovada por 90% dos presentes. Não houve propostas alternativas. Somente um voto contra. Mesmo diante dessa unanimidade, os sindicatos patronais (de jornais e revistas, rádio e televisão) não modificaram a proposta inicial de 16% de antecipação, a ser descontada na data base da categoria, em dezembro. Iniciada a greve, seis dias depois (28) o Tribunal Regional do Trabalho deu o golpe de misericórdia no movimento, decretando sua ilegalidade de forma unânime. Os jornalistas voltaram ao trabalho com as mãos abanando. (SILVA, 2004, p. 2).

Em entrevista ao Unidade (Suplemento Especial – 30 anos da greve de 1979, mar. 2009, p. 19), o diretor editorial, diretor de redação da *Folha de S. Paulo* e acionista do

---

[45] ACUIO, Carlos. "Que delícia de greve". *Pasquim.* 6 de junho de 1979, apud ROXO, 2004, p. 9.

Grupo Folha, Otávio Frias Filho, faz sua avaliação do movimento, de um ponto de vista patronal:

> Penso que a greve teve um efeito perverso, do ponto de vista sindical: ela mostrou que era possível fazer edições sofríveis com apenas cerca de 20% dos efetivos das redações. Ficou óbvio que as redações estavam em alguma medida inchadas e por esse motivo houve dispensa de parte dos profissionais nos meses seguintes.

O argumento de que o patronato descobriu que era possível fazer jornal com menos gente é, até certo ponto, uma mistificação e, de outro lado, uma confissão. Quer dizer, então, que a questão da qualidade do "produto" jornal não era tão importante assim. O "inchaço" ou não é medido pela metragem do valor da folha de pagamentos e não pela maior ou menor qualidade do que é oferecido aos leitores.

De outro lado, não corresponde ao que aconteceu efetivamente dizer que "por esse motivo houve dispensa de parte dos profissionais nos meses seguinte". As quase 300 demissões atingiram principalmente os integrantes dos Conselhos de Representantes de Redação e muitos dos grevistas, principalmente os que se destacavam na atuação em piquetes. E elas não ocorreram "nos meses seguintes" – embora tenham ocorrido outras demissões também nos meses seguintes –, mas nos dias imediatamente seguintes ao final da greve, em todas as empresas ao mesmo tempo, o que mostra que houve uma ação planejada e executada de comum acordo entre elas (ver Apêndice A Linha do Tempo, ano 1979).

Foi um processo de desmonte da organização sindical, em que se procurou atingir especialmente as lideranças do movimento grevista. Um processo de "cortar cabeças", desarticulando a incipiente e frágil organização nos locais de trabalho e preparando as redações para a implantação dos processos de automação, o que foi feito poucos anos depois, de forma brutal, praticamente sem resistência das redações, diferente do que ocorreu em outros países. Veio a informatização e com ela a pejotização, a principal novidade implantada já a partir dos anos 1980. Credite-se, pois, às empresas, a parte que cabe a elas no processo de despolitização dos jornalistas de que tratamos nesta tese.

No que diz respeito às empresas jornalísticas e sua relação particular com o tipo de jornalismo praticado sob o seu mando no Brasil há dois estudos recentes que jogam luz sobre um território onde tem imperado certa penumbra. O primeiro dos estudos lança a hipótese – e a defende muito bem, com fatos e argumentos consistentes – de que entre os anos 1950 e 1970, o PCB ou Partidão, como era conhecido entre as esquerdas brasileiras, desempenhou um "papel estratégico na adaptação do jornalismo 'independente' americano no Brasil" (ALBUQUERQUE; SILVA, 2007, p. 2). Ambos, PCB e empresas, tiveram vantagens mútuas neste aparentemente esdrúxulo casamento de interesses: o primeiro, porque permitiu a seus militantes terem um protagonismo importante na cena política, intelectual e cultural brasileira que, de outra maneira, com o Partido colocado na clandestinidade, dificilmente teriam; as empresas, porque contaram com uma mão de obra relativamente bem qualificada e disciplinada, capaz de conduzir as redações em um momento em que não havia jornalistas formados em quantidade suficiente para tal. Ainda por cima, os comunistas eram pessoas leais e, conforme mostram os autores, deram provas dessa lealdade ao longo do seu trabalho como 'tocadores de redações'. Resumindo,

> entre os donos de jornais conservadores e os jornalistas comunistas se estabeleceu um casamento de conveniência, não um baseado em amor verdadeiro. Os proprietários obtiveram do PCB a disciplina e as redes de lealdade necessárias para manter as suas salas de redação estáveis o bastante para permitir a modernização dos seus jornais. Em troca, eles consentiram que os comunistas fizessem dos seus jornais sua área de influência, ainda que dentro de limites estritos. (i., ib., p. 20)

O fato não era restrito à capital, como demonstra o seguinte depoimento de Luis Carlos Azenha[46] sobre o Jornal da Cidade, de Bauru, em fins da década de 1960:

> (...) Era um jornal do Alcides Franciscato, de Bauru. Porém, ele indicou pra dirigir o jornal um sindicalista cassado que era amigo do meu pai, que era o Wilson Costa. Comunista, ex-comunista ... enfim. Isso, apesar de ser um jornal de um empresário que mais tarde se tornaria um prefeito e deputado da Arena, o partido do regime militar. A apreensão que esse empresário tinha do jornalismo pela ótica do diretor permitia que houvesse algum nível de pluralismo dentro do jornal. Era um jornal que tinha lá os esquerdistas dele,

[46] Entrevista ao autor em 7 ago. 2011; Apêndice D.

> vamos dizer assim. (...) Era um jornal que tinha dinheiro, ele estava comprando máquinas, e tinha também agência de notícias. Ele estava investindo. (...) Era um jornal que estava crescendo com novas tecnologias. [Foi] o primeiro jornal em off-set no interior do Brasil.

De tal casamento teria resultado, ainda, uma outra consequência interessante para os militantes comunistas e, no caso, também para os jornalistas, que era a relativa autonomia das redações na condução dos assuntos jornalísticos. A disciplina desses militantes e o aprendizado anterior nas fileiras do Partido teriam dado a eles uma noção precisa de até onde poderiam praticar a relativa liberdade de que dispunham, fazendo uma intermediação entre os procedimentos e a ética do jornalismo, os profissionais e os patrões. Conheciam e respeitavam os limites impostos pelos interesses manifestados na linha editorial de cada veículo.

À época da greve dos jornalistas de 1979 os patrões já teriam perdido o interesse pelo casamento – tomando-se como base a análise dos autores citados. E, naquele contexto específico, parece que o movimento grevista ofereceu a deixa que o patronato esperava para 'resolver' várias pendências de uma só vez. Primeiro, deixaram claro aos seus antigos 'tocadores de redação' que não havia mais lugar para eles. Embora estes tenham se disposto a exercer o papel de intermediários para levar aos grevistas uma proposta de acordo, a tentativa acabou se revelando infrutífera[47]. Os patrões já tinham mão de obra suficiente à disposição, formada por um sem número de faculdades e também estavam passando por processos sucessórios em que os herdeiros assumiam as responsabilidades que antes eram delegadas a terceiros. Voltaremos a essa questão na análise, em particular, do Projeto *Folha*.

---

[47] Cláudio Abramo relata o ocorrido em um dos textos publicados no livro **A regra do jogo** (ABRAMO, 1988, p. 90-92). Ele, Mino Carta, Milton Coelho da Graça e Roberto Muller formaram, por vontade própria, uma comissão para tentar intermediar uma solução negociada entre os proprietários dos veículos e o Sindicato. Porém a negociação não prosperou. No final, pela iniciativa tomada fora do movimento grevista, os integrantes da comissão foram acusados de divisionistas. David de Moraes, presidente do Sindicato, foi comparado ao Reverendo Jim Jones. Mas, para além das acusações e xingamentos, o episódio resta algo obscuro até a atualidade. Abramo divulgou sua versão dos fatos, Mas David de Moraes não chegou a colocar à luz do dia todos os fatos que marcaram aqueles dias tensos e decisivos e que contribuíram, em alguma medida, para mudar a vida dos jornalistas de São Paulo. A história da greve dos jornalistas paulistanos de 1979 é um episódio que ainda precisa ser contado. De cabo a rabo, sem omissões.

Albuquerque e Silva (2007) discutem, também, a questão do que significaram os cursos de jornalismo no contexto analisado e de como eles se inscrevem nas mudanças internas que ocorriam no relacionamento entre jornalistas e suas chefias:

> Devido ao seu treinamento formal em jornalismo, e contando com o apoio legal proporcionado pelo decreto-lei nº 972, os novos jornalistas eram mais propensos a desenvolver uma atitude individualista sobre o seu emprego do que seus colegas mais veteranos: eles tendiam a entendê-lo como uma consequência de seu mérito pessoal e formação especializada, antes que como um favor que eles deveriam retribuir (...).Por essa época, os jornais estavam modernizando a sua infra-estrutura e se tornando organizações mais complexas. As sedes dos jornais se tornaram maiores, o número de jornalistas aumentou e os laços entre eles se tornaram mais impessoais e burocráticos (Corrêa, 2002)[48]. Em tais circunstâncias, o velho esquema disciplinar e as redes de solidariedade de que se servia o PCB encontravam um terreno muito menos fértil para florescer. No final da década de 1970, sob a influência do movimento do Novo Sindicalismo – que deu origem ao Partido dos Trabalhadores (PT) – muitos jornalistas passaram a se identificar menos como intelectuais do que como membros da classe trabalhadora, cujos interesses eram diametralmente opostos aos dos patrões. (ibid., p. 22-24)

Reproduzo o texto publicado originalmente como nota de pé de página no artigo dos autores e que dá sequência ao seu pensamento. O trecho sintetiza parte do que acontecia naqueles anos e permite ampliar o entendimento do que veio depois:

> O modelo de ação dos novos sindicalistas estava centrado nas seguintes premissas: origem e centro no setor moderno da economia, autonomia diante dos partidos e do Estado, organização voltada para a base e ímpeto reivindicativo direcionado para os interesses dos trabalhadores. No caso dos jornalistas, este modelo de ação foi firmado por lideranças que se opunham à política aliancista do PCB por priorizar a luta institucional pela retomado pelo Estado de Direito, deixando em segundo plano a luta dos trabalhadores pela conquista de direitos sociais (Santana, 1999, p.137). A estratégia dos novos sindicalistas de levar a luta de classe para o primeiro plano das lutas políticas pode ter encontrado ressonância em boa parte da mão de obra jornalística que compunha o escalão inferior das empresas, entre os quais repórteres anônimos, diagramadores, fotógrafos etc.

Os autores seguem com o raciocínio argumentando que

> desde meados dos anos 1970 este grupo estava mais atormentado por questões materiais, relativas à precariedade salarial e a

[48] Corrêa, Villas-Bôas (2002). Conversa com a Memória. A história de meio século de jornalismo político. Rio de Janeiro: Objetiva.

> rotatividade no emprego do que por questões relacionadas à censura. Assim, muitos se beneficiavam da jornada de cinco horas para buscar outro emprego e, com isso, eles acabavam exercendo a função de jornalista paralelamente a de assessor ou relações públicas no setor público ou privado. Eles se consideravam, no geral, empregados ou trabalhadores comuns. Portanto, eles estavam não só abertos a uma retórica corporativista pautada pela regulação do mercado de trabalho, mas a outra, de viés classista. Esta veio a público quando lideranças identificadas com o novo sindicalismo tomaram a direção de um dos principais sindicatos de jornalistas do país, o de São Paulo (Silva, 2007: 179)[49]. (ibid., p. 24)

Essa mudança no relacionamento dentro das redações continuou e foi sacramentada pelos métodos empresariais e controles instalados nas redações a partir dos anos 1980. Nesse sentido, a implantação do Projeto *Folha* foi exemplar. Não consta que outros projetos semelhantes tenham sido produzidos nas outras redações. Mas sua existência pode ser apresentada como o símbolo de uma época de transição. Estava terminando o período em que ser jornalista implicava receber salários que permitissem ter um nível de vida razoável, em que se vivia um certo clima de camaradagem nas redações e entre colegas, para os tempos 'pós-modernos' da precarização, dos salários em queda, do assédio moral, das jornadas de trabalho sem fim.

Vejamos como foi então esse projeto.

5.4 O Projeto *Folha*

O Projeto *Folha* é um dos momentos de maior truculência e autoritarismo nas redações de jornais no Brasil. Implantado no jornal que, entre os da grande imprensa, havia dado a maior cobertura e a mais favorável à campanha das Diretas Já, um momento de grande mobilização popular em todo o país, o tratamento opressivo contra seus próprios jornalistas gerava um clima até certo ponto surreal,

[49] Silva, M. A. R. (2007). Jornalistas, Pra Quê? Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional. Tese de Doutorado. Niterói, PPGCOM/UFF.

esquizofrênico. Para fora, um defensor da democracia. Para dentro, a tirania, com várias ferramentas para controlar o comportamento profissional do jornalista, avaliações com notas (A, B e C), num processo profundamente constrangedor. A nota B era uma espécie de aviso prévio de demissão. Quem tirava C estava demitido.

Embora não fizesse referência explícita ao relacionamento do jornal com o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de S. Paulo o Projeto *Folha* era fortemente hostil à entidade dos profissionais de imprensa. Hostilidade que se desdobrou em uma ilegalidade, a contratação de pessoas sem diploma de jornalista. Na medida em que juvenilizava a redação, outro aspecto do Projeto *Folha*, na prática também contribuía para o afastamento da redação do jornal em relação ao sindicato.

Enfim, o jornal legalista, que brandia a bandeira da democracia, paradoxalmente cometia uma ilegalidade ao ir contra a lei que exigia diploma para o exercício profissional. Nesse cenário, o jornalista Antônio Graça, que trabalhou no jornal no período do Projeto *Folha*, conta[50]:

> O clima era pesado, como o de nuvens que antecedem uma tempestade. Havia uma atmosfera de medo e opressão com todos aqueles controles da redação e a intransigência com erros cometidos pelos profissionais, inclusive os não graves, como a exigir a perfeição dos jornalistas, até porque o projeto Folha e o próprio jornal julgavam-se perfeitos.

Em razão da importância que teve o Projeto *Folha* como referência para mudanças introduzidas em outros jornais, ainda que parcialmente, julgamos necessário analisá-lo mais detidamente. Para isso, reproduzimos alguns trecho da minha dissertação de mestrado

Os Jornalistas na Empresa-Escola (GHEDINI, 1998, p. 85-122)[51].

Entre janeiro e abril de 1984 ocorreram as grandes mobilizações pelas eleições livres e

---

[50] Depoimento ao autor, em 1 jul. 2011.

[51] Reproduzo aqui, em grande parte, com poucos acréscimos e alguns cortes, trecho de minha dissertação de Mestrado (GHEDINI, 1998), por considerá-la importante para a compreensão do período.

diretas no Brasil, movimento que ficou conhecido como das Diretas Já. Segundo Carlos Eduardo Lins da Silva[52], ex-secretário de redação da Folha, nesse período ocorreu a consagração de um processo iniciado 10 anos antes, quando a página 2 da *Folha* foi aberta aos intelectuais da oposição ao governo, dando início à ampliação da área de influência do jornal junto ao público (1988, p. 27). Foi um período de glória para o jornal e também para os jornalistas que trabalhavam na *Folha*. Para o jornal porque este

> captou com rapidez e precisão o estado de espírito das pessoas que consomem informação política (sic) e se engajou, solitariamente a princípio, num movimento que se transformaria no mais significativo da história política recente do país. A *Folha* foi classificada como "o jornal das diretas" e, com isso, alcançou o maior nível de popularidade de sua história (idem, p. 28).

Para os jornalistas, foi um momento glorioso porque são raras as oportunidades em que se pode viver com tanta intensidade fenômenos como esses, em que a linha editorial adotada pela direção da redação coincide de forma tão marcante com as aspirações da população, majoritariamente, e portanto dos próprios jornalistas. Boa parte dos jornalistas da *Folha* tinha seus nomes estampados no anúncio publicado na própria *Folha*, no dia da grande manifestação pelas diretas no Vale do Anhangabaú, em São Paulo (16 de abril de 1984). Sob o título no alto da página ("São Paulo volta às ruas hoje para exigir diretas já"), mais de 1600 jornalistas assinavam o anúncio com o título "Jornalistas pelas Diretas" em que convocavam a população a participar da caminhada entre a Praça da Sé e o Anhangabaú, ao mesmo tempo em que davam uma alfinetada nos outros veículos de comunicação que se negavam a cobrir o movimento pelas eleições diretas, dizendo que "é dever dos meios de comunicação divulgar à opinião pública as manifestações que refletem uma aspiração nacional: eleição direta já"[53]. A página toda é dedicada à manifestação e contém um roteiro dos acontecimentos em São Paulo e nos outros Estados.

---

[52] SILVA, C. E. L. da. (1988) *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. Apresentação de Otavio Frias Filho; posfácio de Mino Carta. São Paulo: Trajetória Cultural.
[53] *Folha*, 16 de abril de 1984, p. 4.

No entanto, ao mesmo tempo em que se jogava de cabeça na cobertura das manifestações políticas pelas eleições diretas, a *Folha* dava sinais inequívocos de uma política interna extremamente dura no trato com as questões trabalhistas. Depois de muitas ameaças provocadas pela implantação dos terminais de vídeo, iniciada em abril de 1983 e concluída um ano depois, os 71[54] revisores foram demitidos na madrugada do dia 10 de fevereiro de 1984. Tratada por Silva como uma "brutalidade inevitável do processo de modernização tecnológica" (1988, p. 57) numa sociedade capitalista periférica, a demissão em massa dos revisores mereceu muitas notas de repúdio nos veículos de comunicação do Sindicato. Houve tentativas de mobilizar a redação em apoio aos revisores, mas elas foram infrutíferas, como atesta a seguinte nota distribuída entre os jornalistas da *Folha*, em papel com o timbre do Sindicato, e assinada pela "Comissão da Folha contra as demissões":

> A AUTOMAÇÃO AMEAÇA
>
> Na última sexta-feira 71 revisores, jornalistas como nós, foram sumariamente demitidos da empresa Folha da Manhã. O número é espantoso e também espantoso é o nosso silêncio, pois não saímos em defesa dos companheiros. Não podemos mais permanecer alheios às transformações que acontecem nas redações de todos os jornais do Grupo, mesmo porque os próximos a serem atingidos seremos nós. Em seguida ao corte dos revisores, já se fala em demissões de pestapes, perfuradores e até na redação, em conseqüência da instalação dos terminais. Por isso a sua presença é indispensável na reunião de hoje às 22 horas, no Sindicato, onde todas estas questões serão discutidas. Não falte!

Otávio Fria Filho, filho do proprietário do jornal Otávio Frias, assumiu a direção de redação da Folha em 24 de maio, um mês depois da queda do projeto das Diretas Já, tão cara ao jornal. E assumiu com um programa político e técnico claramente

[54] Há uma divergência sobre o número de demitidos. Enquanto Silva fala em 72 (*op. cit.*, p. 57), o material do sindicato divulga o número de 71 demitidos (*Mural* número 346, 347 e 348).

delineado, divulgado em quatro documentos produzidos quando ele era secretário do Conselho Editorial. Nos primeiros documentos, como ressalta Silva[55], a preocupação maior era com as definições políticas. O primeiro deles, de 1978, "poderia ser um programa de ação para um partido político, uma plataforma de ação para um candidato a cargo público" (1988, p. 70). Nele, se faz uma análise da conjuntura seguida de um enunciado de intenções: preocupação com as desigualdades sociais, exigência de melhores condições de vida para a maioria da população, a organização de um regime democrático que assegure a estrita observância aos direitos do homem e do cidadão e que atenda aos interesses da maioria da população, a liberdade de informação, distribuição mais equitativa da renda e o apoio à livre iniciativa econômica, preservação da identidade cultural brasileira ... (ibid., p. 70)[56].

Os documentos sucessivos vão avançando de enunciados genéricos e facilmente assimiláveis por todos, no plano político, para formulações mais voltadas para o trabalho jornalístico. E, à medida que essas definições vão se estabelecendo, aumentam a cobranças de fidelidade, inicialmente somente por parte dos ocupantes de cargos de chefia, mas depois por parte de todos os jornalistas da empresa.

> Sugerimos que todos os que exercem cargos de chefia ou funções de confiança façam uma opção permanente, disponham-se a abraçar em definitivo o projeto do jornal como uma missão a ser cumprida a cada dia, com afinco, aplicação e responsabilidade ou que desista do cargo, por discordância ou inapetência (Silva, 1988, p. 73).

Mas, ainda nessa fase, do documento de 1981, aquele que não estivesse convencido das verdades contidas nas formulações do Conselho, poderia permanecer no jornal, desde que "exercendo outras funções (...) onde não haja decisões de natureza editorial ou administrativa envolvidas diretamente". Essa situação foi mudando, o cerco aos descontentes foi se estreitando até chegar ao ultimato. Aqui não está em questão mais unicamente a adesão por parte dos ocupantes dos chamados "cargos de confiança" (editores, sub-editores, diretores de sucursais e correspondentes no exterior):

---

[55] SILVA, C. E. L. da. Op. cit.
[56] Ibid.

A partir de julho de 1984, qualquer pessoa contratada pela *Folha* passou a ler e manifestar concordância com o projeto para poder ser admitido e começar a trabalhar. A adesão exigida dos ocupantes de cargos de confiança em 1982 passava agora a ser requerida de todos os jornalistas. O princípio é de que ninguém é obrigado a trabalhar onde não quer, afirma Carlos Eduardo Lins da Silva[57].

Mas vejamos o conjunto de documentos e instrumentos de controle que integraram o Projeto *Folha*.

Além daqueles pontos políticos genéricos já citados, o que ficou conhecido como Projeto *Folha* é o conjunto de diretrizes englobadas na série de documentos que, a partir de 1985, passou a ser atualizado anualmente ou a cada dois anos com o nome de Projeto Editorial da Folha. Soma-se a esse conjunto de documentos o Manual da Redação, o Plano de Metas Trimestrais da redação da *Folha*, lançado a partir de janeiro de 1985 e inspirado na ideias do executivo e administrador de empresas Lee Iacocca e do pedagogo norte-americano Robert Mager (Silva, 1988, p. 136)[58], e uma série de mecanismos de controle (avaliação mensal dos jornalistas, planilha de produção, relatório de sobras, jornal de erros, "superego", o relatório noite/dia, o relatório de informações exclusivas, o "Recado da Secretaria" e a crítica diária da edição, entre outros).

> Aquilo que mais tarde seria conhecido como "Projeto *Folha*" começa a se delinear em papel no mês de junho de 1981, quando circula um documento do Conselho Editorial intitulado "A *Folha* e alguns passos que é preciso dar". Indisfarçavelmente influenciado pelos confrontos provocados pela greve dos jornalistas de 1979, o documento considera o período em 1974 e 1978 como o da "criação de impacto opinativo", preocupa-se com a sistematização explícita de um projeto para o jornal, pede aos ocupantes de cargos de chefia que façam uma opção permanente por esse projeto ou deixem suas posições e conclama os jornalistas a melhorarem a qualidade técnica e informativa do jornal (Silva, p. 47)[59].

[57] SILVA, C. E. L. da. Op. cit.
[58] Ibid.
[59] Ibid.

Ao discutir essa questão de adesão ou não ao projeto político do jornal, há uma distinção importante. Segundo Lins da Silva, os documentos do Conselho Editorial e posteriormente da direção da redação passaram a ter cada vez mais um caráter técnico. A exigência de fidelidade para o conjunto da redação teria, portanto, mais o caráter de adesão às normas técnicas do fazer jornalístico, enquanto que a adesão por parte dos ocupantes de cargos executivos ("cargos de confiança") incluiria também o projeto político:

> A partir de 1981, o entendimento da questão dos cargos de confiança na *Folha* passaria a seguir a linha de raciocínio do jornalista Otavio Frias Filho, segundo a qual quando um jornal possui um projeto político próprio, a direção tem o dever de exigir solidariedade política dos que ocupam cargos de confiança porque a execução do projeto não pode ser dissociada do fazer técnico do jornal (...): ou o projeto político do jornal coincide com o seu projeto político individual, e ele o assume, ou não, e ele deve então afastar-se de sua função executiva para entregar-se ao exercício puro do jornalismo, como repórter ou redator (ibid., pág. 73)[60].

Do ponto de vista dos conceitos expostos nos documentos que integram o Projeto Editorial, o documento do Conselho Editorial de junho de 1984 (o último gestado no Conselho, pois os seguintes seriam elaborados já com Frias Filho na direção da redação e portanto receberiam a assinatura desse organismo) define o jornalismo da *Folha* como "crítico, pluralista, apartidário e moderno". Crítico porque "todo fato comporta mais de uma versão; a verdade pode emergir da contradição entre diferentes versões" e, portanto, essas diferentes versões devem aparecer (Projeto Editorial, p. 8). Pluralista porque, sendo a sociedade plural, "há sempre interesses e pontos de vista em conflito" e

> o melhor serviço público que um jornal não-partidário pode fazer é tornar essa realidade transparente; é reproduzir em suas páginas, e na proporção mais exata possível, a forma pela qual as divergências se distribuem no interior da opinião pública (...) o que não quer dizer que o jornal seja (...) "neutro". Mas o jornal não quer impor suas opções ao leitor, não quer aprisioná-lo numa camisa-de-força ideológica (...). Vamos deixar que as dissonâncias corram soltas, vamos estimular a polêmica, vamos tornar tudo — inclusive o próprio jornal — cada vez mais visível, mais público e mais transparente ao leitor. Ele que decida, de acordo com o seu próprio interesse, que ele sabe avaliar melhor do que nós. (ibid.)

[60] SILVA, C. E. L. da. Op. cit.

Daqui decorrem duas regras básicas, válidas para quase tudo. A primeira é dar sempre as versões diferentes dos fatos. Uma regra que passou a ser implementada na maioria dos casos, com exceção daqueles envolvendo a guerra contra o Sindicato. A segunda, cumprida também à risca na quase totalidade dos casos, manda que o jornal exponha publicamente suas entranhas. Assim, todas as iniciativas do jornal desde os seminários internos, as seleções de novos jornalistas, campanhas publicitárias, mudanças e reformas internas, praticamente tudo o que acontece no interior da redação ou da empresa Folha da Manhã S.A. passou a ser noticiado. Com exceção dos questionamentos do Sindicato que tornavam públicas as ações autoritárias da direção do jornal, ou dos argumentos que questionavam o autoritarismo.

A justificativa para o apartidarismo é que a *Folha* seria muito grande e uma opção partidária iria "reduzir nosso impacto sobre a opinião pública"[61], embora o texto deixe claro que ser apartidário não isenta a *Folha* de tomar partido de forma pontual "no maior número possível de temas".

> Mas não tomamos partido mecanicamente; não fazemos, para utilizar uma expressão de origem diplomática, "alinhamentos automáticos". Cada questão é uma questão, e nós tomamos partido em relação a ela especificamente, não em relação à estratégia geral de quem a propõe, seja um partido, um grupo etc.

Finalmente, o jornal seria moderno num sentido muito concreto,

> na medida em que se propõe a introduzir, na discussão pública, temas que até então não tinham ingresso nela; na medida em que põe em circulação novos enfoques, novas preocupações, novas tendências (ibid.).

Ou seja, a *Folha* assume o termo **moderno** com uma acepção de apresentar novidades. Da maneira como essa formulação se concretizou e como ela articula-se com as outras definições do Projeto *Folha*, o conjunto de produtos apresentados em sua loja de novidades poderia ser melhor designado sob o termo de pós-moderno, naquilo que

---

[61] Folha de S. Paulo - Projeto editorial: *A* Folha *e alguns passos que é preciso dar* - Junho de 1981, p. 3; *A* Folha *depois da campanha diretas-já* - Junho, 1984, p. 7; *Projeto Editorial da* Folha *1985-1986* - Julho de 1985, p. 11; *Projeto Editorial da* Folha *1986-1987* - Setembro de 1986, p. 17, e *Projeto Editorial da* Folha *1988-1989*, Agosto de 1988, p. 21.

tem de "total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico que formavam uma metade do conceito baudelairiano de modernidade" (Harvey se refere à definição de Baudelaire que vê duas metades complementares na modernidade da arte, sendo uma delas "o transitório, o fugidio, o contingente" e "a outra o eterno e o imutável"; 1989, p. 49 e 21).

É também nesse mesmo texto, depois das definições dos princípios básicos e do anúncio das demissões que viriam, que se fala no Manual Geral da Redação, cujo objetivo seria uniformizar os "critérios editoriais e técnicos" (Projeto Editorial, pág. 9)[62] da *Folha* e que seria distribuído em breve. Peça essencial na implantação do Projeto, o Manual viria a ser também um dos pivôs da crise da direção do jornal com os jornalistas.

Mas vejamos antes os outros princípios formadores do Projeto. No documento de 1985/86 do projeto editorial, acrescentam-se dois novos "pilares" do jornalismo da *Folha* sob a nova direção: serviço e didatismo,

> características inestimáveis na luta que visa transformar a *Folha* num produto de primeira necessidade para o público leitor, caminho obrigatório do desenvolvimento e da própria sobrevivência dos jornais (...). Tudo deve ser explicado, esclarecido e detalhado — de forma concisa e exata, numa linguagem tanto coloquial e direta quanto possível (...). A rigor, tudo o que puder ser dito sob a forma de quadro, mapa, gráfico ou tabela não deve ser dito sob a forma de texto (Projeto Editorial, pp. 12-13).

Algo chama a atenção nos textos do Projeto Editorial: o abuso de expressões hiperbólicas, o tom mandatório, exaltado, dos documentos. Assim, os profissionais do jornal devem se "revoltar" contra tudo o que estiver "abaixo do nível do excelente"; a *Folha* deve ser crítica "contra tudo e contra todos porque a *Folha* é e precisa ser radicalmente apartidária"; a quantidade de erros cometidos "está longe de ser tolerável"; as reportagens devem ser "imprescindíveis para a vida de quem vai ler" e o jornal deve se transformar em um "produto de primeira necessidade"; "como profissionais de primeira linha que somos (e que pretendemos, cada vez mais, ser)

[62] Folha de S. Paulo - Projeto editorial (op. cit.).

sabemos que ao leitor isso não interessa — ele tem direito a um produto excelente, porque paga por isso e porque nós somos pagos para isso"; a empresa tem investido "corajosamente na formação de um quadro de jornalistas de alto nível e com a ambição de levar o jornalismo brasileiro a um patamar técnico e editorial superior", pagando "os melhores salários da imprensa diária do país"; seu enfoque editorial é "radical-liberal" (!); a área de Geral deve "adotar uma posição de acompanhamento constante e implacável das autoridades nas áreas de segurança, saúde, saneamento, previdência social, urbanismo, transporte etc.".

No texto de agosto de 1988, permanecem as exortações, mas agora apoiadas no ufanismo de quem obteve a vitória ("chegamos ao final da década vitoriosos"):

> Os pressupostos e os métodos do Projeto Editorial que vem se desenvolvendo aqui são reconhecidos por quem antes se mostrava incrédulo; copiados por quem até há pouco tempo nos hostilizava; adotados na prática por quem ainda insiste em fazer profissão de fé contrária a nós. O projeto da *Folha* se tornou, em poucos anos, patrimônio coletivo do jornalismo brasileiro — eis aí a maior recompensa que poderíamos almejar, e também o maior risco (ibd., p. 22).

Risco? Sim, porque

> ao disseminar a idéia de que é preciso estar sempre mudando, sempre desconcertando, de surpresa em surpresa, a *Folha* tornou-se vítima da sua própria estratégia: não lhe resta outro caminho senão continuar, não há tranqüilidade que ela possa alcançar, nem descanso, exceto o que vier assinalar que ela parou no tempo (ibid.).

A consciência do papel "revolucionário" da empreitada transforma todo o texto num conjunto de exortações e ufanismos. Há muitas frentes de batalha a serem mantidas ao mesmo tempo. Uma delas é contra a concorrência, que logo vai copiar tudo o que a *Folha* vier a inventar. Há ainda lutas

> contra o jornalismo chapa-branca, contra o corporativismo profissional, contra a ignorância, contra o populismo, contra as concepções românticas, anacrônicas e provincianas de imprensa (ibid, p. 23).

A pergunta que se coloca é se, para uma luta de tal monta, além dos comandantes, haveria um exército. Lins da Silva dá pistas para se responder a essa questão, quando relata o processo de elaboração dos documentos:

> definida a revisão anual do projeto, desde 1984 toda a redação foi convidada a contribuir para sua elaboração. A versão final desce a todos os repórteres e redatores através de seus editores, que devem reuni-los para a leitura e discussão do texto. As avaliações devem ser enviadas por escrito à direção. Às vésperas do início do processo de elaboração de uma nova versão, os editores devem novamente reunir suas equipes para que sejam apresentadas contribuições para o novo texto. A direção nomeia uma comissão para apreciar todas as sugestões e elaborar um esboço, que deve ser submetido à direção, responsável pela forma final, a qual é enviada ao Conselho Editorial para a última aprovação. Esse processo visa engajar objetivamente o maior número possível de jornalistas na responsabilidade de rever o projeto a cada período de um ano. Procedimento similar foi adotado para a confecção da segunda edição do Manual (Silva, 1988, p. 93).

Mas, apesar de "teoricamente democrático", comenta Lins da Silva, o sistema "tem estado longe de provocar o sucesso que se poderia prever" pois

> o número de jornalistas que conhecem a fundo os princípios do projeto e compreendem sua lógica é muito menor do que o dos que apenas se limitam a ouvi-lo distantemente (ibid.).

Há dois problemas na formulação apresentada por Lins da Silva, de que tal sistema seria "teoricamente democrático". O primeiro contém um equívoco básico que está em utilizar a palavra "democrático" no contexto de uma organização empresarial, estrutura hierárquica que não deixa dúvidas quanto a quem pertence a palavra final que, na democracia, deve ser da maioria através de instrumentos como o voto, separação e autonomia de poderes etc. Neste sentido, Frias Filho é mais explícito ao descrever o processo de *fechamento* (fase do trabalho jornalístico em que o material produzido pelos repórteres e vindos de outras fontes é editado e liberado para a gráfica):

> Na hora de um fechamento uma Redação é como o convés de um navio de guerra: antes de tomar uma decisão o bom jornalista deve discuti-la abertamente sem qualquer limite de discussão entre as pessoas que têm e que não têm cargo de comando, mas quando se está no meio de uma operação a Redação deve funcionar quase que como uma estrutura militar (Vieira, 1991, p. 23)[63].

[63] VIEIRA, G. (1991) *Complexo de Clark Kent: São super-heróis os jornalistas?*. São Paulo: Summus.

O único reparo a fazer à formulação de Frias Filho nessa entrevista é que talvez os jornalistas da *Folha* se sentissem no "convés de um navio de guerra" não só durante o período de fechamento, mas logo ao atravessarem o umbral da porta de entrada do prédio do jornal a cada novo dia de trabalho.

Vários dos exageros reconhecidos por Frias Filho em 1990 já haviam sido apontados pelos jornalistas da redação da *Folha* em 1984 e 85. Mas a lógica que movia a direção de redação e a própria direção da empresa naquela ocasião não era a de incentivar o diálogo, como já vimos. Assim, a implantação de cada um dos instrumentos de racionalização empresarial do jornalismo da *Folha* provocou resistências mais ou menos acirradas, e respostas sempre mais virulentas por parte da direção. É dessa guerra encarniçada, envolvendo de um lado o núcleo dirigente que cercou Otavio Frias Filho na redação e seu pai, o acionista principal da empresa Folha de Manhã, Octávio Frias de Oliveira, e de outro a maioria dos jornalistas da *Folha* e o Sindicato dos Jornalistas no Estado de São Paulo, que vamos tratar agora.

A Guerra do Projeto *Folha*

A declaração de guerra veio sob a forma de uma ameaça, contida no documento de junho de 1984, "A *Folha* depois da campanha diretas-já", em que se dizia:

> Finalmente -- e apesar das constantes substituições de pessoas, responsáveis em parte por uma certa turbulência que intranquiliza a Redação --, ainda há um número considerável de jornalistas cuja qualificação profissional não está à altura das exigências colocadas pelo Projeto da *Folha*. Não há tempo nem condições materiais para adestrá-los e prepará-los adequadamente; terão que ser substituídos. A empresa terá que investir para viabilizar essas substituições e para remunerar melhor a maioria que permanecerá (Projeto Editorial, *Folha de S. Paulo*, p. 8)[64].

Ou seja, aquilo que o texto distribuído pelo Sindicato por ocasião da demissão dos revisores previa — novas demissões em todos os setores da empresa, inclusive na redação —, estava sendo agora anunciado para breve e não propriamente em função

[64] Folha de S. Paulo - Projeto editorial: *A* Folha *depois da campanha diretas-já* - Junho, 1984.

da implantação dos terminais de vídeo, mas em função de um ritmo que se desejava imprimir na implantação de uma nova diretriz de trabalho na redação, que deveria ser gerenciada "como uma empresa industrial moderna" (Silva, 1988, p. 31). Cito Otavio Frias Filho, na apresentação ao livro de Silva (p. 25)[65]:

> Estou convencido de que o "taylorismo" implantado nesse período (o "complexo mecanismo de organização e controle racional" em grande parte concebido e implantado por Lins da Silva — nota minha) durante o qual o autor ocupou a Secretaria de Redação da *Folha* na área de Produção, será cada vez mais imitado na imprensa brasileira até tornar-se o padrão usual em qualquer Redação dentro de talvez dez ou quinze anos.

Seria preciso proceder a um trabalho de levantamento para saber se de fato isso ocorreu ou está ocorrendo, nove anos depois de publicado o livro de Lins da Silva. Além disso, o próprio diretor de redação tem dúvidas quanto à eficácia de tantas normas e controles visando à racionalização da atividade jornalística, linha de trabalho da qual ele se declara ardoroso defensor, a ponto de conduzir a sua implantação como uma verdadeira guerra contra "as reações da antiga formação jornalística encastelada na instituição sindical" (*idem*, *ibidem*).

A "moderna" visão do *condottieri* aparece desfocada ao analisar o papel dos sindicatos, que "têm como uma das suas tarefas defender os beneficiários das formas produtivas em vias de obsolescência". Frias Filho diz que

> o sindicato apareceu historicamente em reposta à aceleração do progresso técnico e nesse sentido ele "resfria" o desenvolvimento da sociedade: o preço cobrado em termos de ineficiência é devolvido em termos de eqüidade (Silva, 1988, p. 24)[66].

Aqui aparece um indício que pode levar-nos a entender essa existência dicotômica da direção da empresa, que apresenta-se com um discurso pretensamente "moderno", porque se define como um órgão "liberal-progressista", partidário dos "princípios e métodos legados pelo liberalismo político" (Projeto Editorial, p. 5) mas que têm simultaneamente um outro discurso e uma prática que se mostram contraditórios com esses princípios. Assim, os sindicatos não teriam sido os responsáveis pela

---

[65] SILVA, C. E. L. da. (1988). Op. Cit.

[66] Op. Cit.

redistribuição de renda, que funcionaria como motor do desenvolvimento das economias mais fortes do planeta ao ampliar a ponta do consumo, segundo a visão tradicional do liberalismo. Para Frias Filho, a contribuição dos sindicatos às sociedades foi em outro sentido, no de "resfriar" o desenvolvimento da sociedade. Por isso, guerra ao sindicato.

Um outro argumento central na concepção de Frias Filho — assumida integralmente e defendida por Lins da Silva — está no todo poderoso mercado. É assim que ele abre o texto de apresentação já citado:

> O sentimento anticapitalista encontra todo tipo de estímulo na atividade jornalística. A base empresarial da imprensa tem de ser dissimulada para que ela possa apresentar-se como campeã de uma totalidade, a opinião pública. A associação inevitável desse ramo dos negócios com a política e a cultura, a sua natureza quase que exclusivamente ideológica, faz surgir uma contabilidade de prestígio, influência e poder que projeta sombra sobre a contabilidade da moeda corrente.
>
> Mais recentemente, a industrialização da imprensa tornou possível, ao mercado, regular o que era antes regulado apenas pela ideologia. Um compromisso impessoal, milimétrico e quantitativo, com a superfície pública que paga pela informação que consome, tende a substituir os compromissos fluidos, baseados no favor e na missão, com o Estado ou a sociedade.

Assim, adotando esse ponto de vista, é possível entender porque depois das diretas, a direção da *Folha* sentisse necessidade de partir para uma reação, classificada na análise de Lins da Silva como "revolucionária"[67]. Para a direção da *Folha*, a defesa da objetividade e do apartidarismo feita pelo Projeto e pelo Manual da Redação tem como base de justificativa a "lógica do mercado".

> A ideologia do apartidarismo defendida pelo projeto teria que se justificar por outros elementos (do que os da defesa da objetividade nos moldes da escola americana tradicional). (...) O pluralismo e o apartidarismo são necessários não porque eles representem uma objetividade eticamente desejável nem porque eles signifiquem que o jornal é capaz de representar o real sem deformações, mas apenas

[67] As aspas aqui são justificadas. As iniciativas do patrão, no caso em tela, têm mais a ver com a contra-revolução (no sentido de se retomar o controle sobre uma redação que tendia para o exercício de uma liberdade e de uma autonomia de trabalho que não era usual no jornalismo pátrio). Nada de liberdade, de autonomia no trabalho jornalístico. O Projeto Folha veio para impor o exercício do jornalismo segundo regras baseadas em uma interpretação muito particular da profissão, que veremos adiante.

> porque o público que consome o jornal é composto por pessoas com diferentes visões de mundo e como o jornal não pode prescindir de nenhum grupo significativo de seus leitores, deve representar cada um deles no noticiário e não discriminar nenhum (...). A lógica não é ética nem política. É apenas mercadológica (...). O jornal não pretende falar em nome de toda a sociedade ou da "opinião pública" mas somente falar a todos os grupos que constituem o seu leitorado. (idem, p. 100)[68].

É a mesma justificativa que leva qualquer tabloide sensacionalista a carregar nas imagens e nas chamadas para aumentar as vendas. Talvez seja por isso que desaparecem cada vez mais as diferenciações entre "tabloides e jornalões", de acordo com o que Alberto Dines escreveu na própria *Folha* ao estrear novamente como colunista em setembro de 1997. O mote do artigo foi dado pela cobertura da morte de Lady Di (a princesa Diana de Gales), em trágico acidente automobilístico ocorrido em 31 de agosto de 1997. Dines escreveu: "não é o jornalismo que está em questão", mas as premissas daqueles que estabelecem as regras do novo jogo jornalístico, "mercenário, superficial, dramatizado, inconsequente. Torpe". E concluiu comentando que a excelência profissional está sintetizada nos três "s" do novo manual do redator globalizado: "Short, Simple and Stupid"[69]. Para ele, também não adiantaria falar em ética "num circuito posto a funcionar em altíssima velocidade, por isso, incapaz de escrúpulos", além de "formalidades mecânicas de 'ouvir os dois lados", que nada resolvem.

É uma crítica dura e com endereço certo, mas também não é a primeira vez que a *Folha* abriga críticas à sua própria orientação. Aliás, faz parte mesmo do projeto que o próprio jornal participe do show. "Vamos deixar que as dissonâncias corram soltas, vamos estimular a polêmica, vamos tornar tudo — inclusive o próprio jornal — cada vez mais visível, mas público e mais transparente ao leitor". (Projeto Editorial, p. 8)

Mas, se pode tudo, qual a razão para a briga com o Sindicato?

---

[68] Silva. C. E. L. da. Op. Cit.

[69] "No circo da notícia unem-se tablóides e jornalões", *Folha*, 6/9/97, p. 4-11.

Primeiro, vamos historiar um pouco como aconteceu, acompanhando o processo através da descrição de Lins da Silva.

> A partir das avaliações mensais de seus desempenhos (...), 27 jornalistas foram demitidos e trocados por outros trazidos de fora do jornal, no dia 10 de julho de 1984. Eles constituíam cerca de 10% do total de jornalistas da *Folha* lotados em São Paulo. (idem, p. 77[70]).

A seguir o autor reproduz trecho do relatório da direção da redação (presumivelmente feito por Frias Filho, ocupante do cargo) que justifica as demissões em função de "incompatibilidades de várias naturezas (dos profissionais demitidos) em relação às expectativas do conjunto das chefias". Fazendo um balanço, o autor do documento escreve que aquele teria sido o "episódio mais traumático e desgastante ocorrido" nos primeiros seis meses da nova direção.

Além de terem sido feitas de uma só vez, o fato que mais provocou a revolta entre os jornalistas da própria *Folha* e de todos os que tomaram conhecimento de seu teor foi a forma como ela foi justificada: devido à "baixa qualificação" dos 27 jornalistas.

O Sindicato saiu em defesa dos demitidos. Ao responsável direto pelas demissões, Luís Nassif, que integrava a diretoria do Sindicato, foi solicitado que deixasse o cargo. Depois, tentou-se reverter as demissões por meio da convocação de uma mesa-redonda na Delegacia Regional do Trabalho, o que acabou se mostrando inútil. Finalmente, em um texto publicado pelo jornal *Unidade* de fevereiro de 1985, em que a capa tinha a manchete "O caso Folha", diz-se que na ocasião da demissão dos jornalistas a *Folha* "feriu brutalmente a dignidade da profissão" ao estabelecer como motivo das demissões a competência de profissionais que haviam ajudado com seu trabalho a que a *Folha* conquistasse "o posto que hoje ocupa na imprensa brasileira".

Lins da Silva reconhece que "o custo emocional e humano desses acontecimentos não é estimável" e que esse custo "pesou nas relações internas posteriores", explicando em grande parte o "alto grau de resistência ao projeto que se verificaria no conjunto dos jornalistas que ficaram nas redação nos meses seguintes" (idem, p. 79).

---

[70] Silva, C. E. L. da. Op. Cit.

Mas, ao contrário do que se poderia depreender da leitura do texto acima, esse não foi um fato isolado. Depois disso, veio o episódio do abaixo-assinado. Em janeiro de 1985, 50 jornalistas da *Folha* reuniram-se no Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo para discutir o projeto e resolveram elaborar um abaixo-assinado para ser encaminhado à direção. O texto foi subscrito por 155 jornalistas (Silva, 1988, p. 85), 65% do total das redações em São Paulo, "inclusive da grande maioria dos repórteres especiais, categoria criada para abrigar os jornalistas tidos como a elite da redação".

O relato que Lins da Silva faz do documento mostra que seus redatores tiveram uma preocupação de não se chocar frontalmente com o projeto e a direção do jornal. Abriam o documento com a afirmação de que havia uma concordância geral dos jornalistas com a maioria dos princípios do Projeto *Folha*, mas criticavam os métodos de implantação, que estariam em contradição com tais princípios e com a proposta editorial da *Folha* implantada desde a abertura política, afirmando que "foi esta proposta — e não apenas os salários — que atraiu para as suas redações uma considerável parcela dos mais competentes jornalistas brasileiros (idem, ibidem). O documento denuncia em seguida a alta rotatividade do pessoal e diz que as relações de trabalho entraram em rápido processo de deterioração, o que estaria ameaçando o sucesso do Projeto *Folha* "tanto na teoria quanto na prática". Teria se constituído uma "enorme teia burocrática", impedindo dessa forma o debate aberto e erguendo freqüentes obstáculos na busca da informação. A pauta jornalística estaria sendo substituída por teses abstratas e sendo "regida por memorandos, comunicados, ordens e contra-ordens". Tudo isso estaria influindo na qualidade do material publicado, o que estaria sendo notado pelos jornalistas da *Folha* e de outros veículos, entrevistados, fontes e leitores.

O abaixo-assinado também criticava explicitamente o sistema de avaliações implantado pela *Folha* desde 1983:

> Um desempenho coletivo caótico como este acaba desembocando nas avaliações dos profissionais tal como são feitas atualmente. Tal sistema dá a nítida impressão de que ninguém sabe quem está

> avaliando quem, quem decide o que é bom e o que é ruim, quem é o chefe de quem. O avaliado ou o conjunto de avaliados nunca são ouvidos sobre o seu trabalho diário e suas circunstâncias... A avaliação está sendo assim utilizada mais para reprimir e estimular um tipo negativo e desgastante de competição interna do que para promover o desenvolvimento profissional de cada um (idem, p. 149).

As críticas ao sistema de avaliação só não foram maiores porque a nova direção de redação, assim que assumiu, implantou um quadro de referência para elas. Antes, nem isso havia: os repórteres e redatores eram avaliados pelos editores segundo critérios totalmente fluidos e variavam de uma editoria para a outra. Depois de maio de 1984, deveriam ser observados os seguintes itens: domínio da linguagem, empenho, confiabilidade técnica, exatidão, rapidez, senso crítico, disciplina, formação cultural, concisão, iniciativa, criatividade e identificação com o projeto (idem, p. 148). Mas havia problemas nessa área. Lins da Silva reconhece isso ao escrever que o sistema de avaliação tinha problemas na sua aplicação, como pouca discussão com o avaliado e pequena vinculação entre a nota atribuída e os critérios estabelecidos. Tudo isso "deixava (e ainda deixa, em fevereiro de 1987) a desejar" (idem, p. 149).

Se as críticas tinham fundamento, poder-se-ia imaginar que a direção da redação levaria alguns pontos em consideração. Não, a atitude da direção foi bem diferente. Vejamos o relato de Lins da Silva a respeito da reação ao documento dos jornalistas:

> Na reunião-almoço que se realiza todos os meses na primeira quinta-feira e que reúne os editores, os repórteres especiais e a direção da Empresa Folha da Manhã S/A, em fevereiro de 1985 (dia 7), este documento foi discutido. Foi uma reunião tensa. O próprio Octavio Frias de Oliveira leu o abaixo-assinado em voz alta e fez comentários a respeito de alguns de seus tópicos (idem, p. 86).

À crítica apontando queda na qualidade editorial, Frias de Oliveira contrapôs o crescimento da circulação paga do jornal (o mesmo argumento, do aumento da circulação, seria utilizado por Lins da Silva na defesa do Projeto *Folha*). À constatação feita no documento de que várias editorias trabalhavam com um número de profissionais muito inferior ao necessário e que mesmo assim todos eram cobrados "dura e injustamente por falhas próprias do esgotamento físico e mental de quem trabalha nessas condições", Frias de Oliveira respondeu que pela primeira vez em 25

anos haviam sido feitas promoções por mérito (52, segundo ele, entre maio de 1984 e fevereiro de 85) e que, quanto às cobranças, elas seriam ainda maiores, sempre maiores "porque precisamos fazer a cada dia um jornal melhor" (idem, p. 87). Quanto ao número de jornalistas, o empresário respondeu afirmando nunca ter escondido que pretendia ter uma redação mais enxuta, "extremamente capaz e extremamente bem paga" (idem, ibidem). Em seguida, ele mostrou como os índices de reajuste da *Folha* tinham sido maiores do que os do dissídio da categoria profissional (199% na redação e 277% na Agência *Folha*, contra os 160% do reajuste oficial).

Quanto a esse aspecto que identificava na sobrecarga de trabalho um dos problemas existentes, a direção da redação já havia comentado a situação – pelo menos no que diz respeito às chefias – no documento *A Folha depois da campanhas diretas-já*, de junho de 1984:

> Assoberbados pelo acúmulo de trabalho, que às vezes conduz quase à exaustão física e psicológica, os jornalistas que ocupam cargos de chefia estão excessivamente absorvidos pela rotina e pelos problemas do dia-a-dia, sem tempo -- e freqüentemente sem ânimo -- para atacar os problemas de estrutura (...) (Projeto Editorial, p. 8)

Já em relação à avaliação, o que os jornalistas escreveram sobre a questão teria deixado o empresário "absolutamente perplexo", uma vez que muitos dos signatários participaram durante meses daqueles processos de avaliação:

> Todos os repórteres especiais são permanentemente convidados a esta mesa e a esta reunião e assinam isto ... Como não sabem quem avalia quem se eles eram participantes da avaliação? (...) Mais de uma vez aqui nesta reunião, realizada a cada mês, eu pedi sugestões construtivas para que aprimorássemos a avaliação ... Quem se lembra de ter enviado alguma sugestão, uma que fosse, para aprimorar o método de avaliação? Quem se lembra? (sem resposta dos presentes) (idem, p. 150).

O fato de que ninguém tenha tido coragem para responder naquele momento não implica necessariamente a conclusão de que o empresário estaria com a razão. O próprio Lins da Silva reconhece que, três anos depois, os problemas nessa área continuavam. Na lógica do embate que se seguiu à nomeação de Frias Filho para a direção da redação, o discurso indignado do empresário na reunião revela mais uma estratégia de utilizar o ataque como tática de defesa, visando a paralisar o inimigo, do

que uma iniciativa de abrir o diálogo para tentar solucionar problemas apontados pelos empregados. O tom utilizado nas respostas — e que aparece na transcrição da gravação — não deixa dúvidas quanto a isso. Para Octavio Frias de Oliveira, o almoço talvez aparecesse naquele momento como uma oportunidade única para, num ambiente absolutamente controlado, mostrar aos jornalistas que compunham os estratos mais elevados da pirâmide hierárquica da redação, que a direção da empresa apoiava totalmente a nova direção da redação. Era a oportunidade para dar um golpe fatal nas resistências, pelo menos em nível dos escalões superiores, à imposição da autoridade de Frias Filho na redação. Uma autoridade que não era filha da liderança atingida no exercício da profissão, mas sim do fato de este ser o herdeiro, o filho do dono.

O abaixo-assinado também criticava o Manual da Redação. Depois de citar a norma de ouvir os dois lados envolvidos em uma questão dizendo que ela vinha sendo exigida de forma obsessiva em prejuízo da qualidade do trabalho jornalístico e da própria informação, ele toca em outra questão:

> Ao produzir, redigir e editar todos os dias, no entanto, os jornalistas ... sofrem uma enorme e descabida pressão, às vezes traduzida pela insegurança e pela inexperiência das chefias, com raras exceções. A falta de critérios claros leva-os a passar por várias mudanças de enfoque em uma informação, sem conhecer o conjunto da edição e os vários escaninhos percorridos por uma notícia. Aos repórteres, especificamente, acontece com freqüência o pedido de uma matéria sem discutir-se o volume, a qualidade e a relevância da informação. Além disso, são freqüentes os casos de adulteração da informação por parte da edição ou por falta de orientação precisa aos copies, que também se sentem perdidos nesse emaranhado (idem, p. 126).

Na mesma linha das anteriores, a resposta de Frias de Oliveira foi uma defesa contundente das normas estipuladas pelo Manual ("Quero informar aos senhores que a nossa obsessão vai se tornar maior, com o passar do tempo... Eu acho que isso é democrático. Como é que acusam sem dar o direito de resposta?") e um ataque também direto aos signatários presentes, colocando-os contra a parede:

> Isso é gravíssimo (sobre a acusação de adulteração de informação). Os senhores estão dizendo que aqui se adulteram informações. Eu faço questão de saber quem e onde. Quero saber dos senhores quando, como e quem. Quem tem um exemplo para citar de

> adulteração de informação? (...). Eu acho profundamente incorreto fazer acusações desta gravidade sem que ela seja suportada por um comprovante. Do contrário, tenho que acreditar que é uma leviandade imensa (idem, p. 126).

Mais uma vez não houve resposta. E, se os jornalistas da *Folha* tinham alguma ilusão de que o antigo relacionamento com a direção da empresa se manteria, esse ilusão acabou definitivamente nesse dia. Ricardo Kotscho, um dos repórteres especiais da *Folha* na época, diz o seguinte:

> Até a campanha das diretas, quem mandava na *Folha* era o Octavio Frias, pai, que sempre dizia: 'Eu não sou jornalista'. O negócio era ganhar dinheiro, e a gente tinha de fazer o jornal. O jornalista era importante e havia liberdade absoluta para trabalhar. (...). Entretanto, depois que Otavio Frias Filho assumiu, houve uma mudança de mentalidade (Melo, 1991, p. 128).

Para o repórter, o Manual da Redação "ao estilo das agências de notícias norte-americanas" padronizou o jornal. Além disso, todas as normas e regras criadas transformavam o jornalista num "autômato, preenchendo um formulário, como numa delegacia de política". Segundo ele, tudo isso baseava-se no falso conceito de que poderia existir uma "fórmula aplicável a todo tipo de matéria".

5.5 Novos aspectos na análise do Projeto *Folha*

Ao analisar o mesmo Projeto *Folha* por meio dos verbetes do Manual de Redação da *Folha* Albuquerque & Lima (2008) mostra que este atribui à empresa funções associadas ao profissionalismo, normalmente "estabelecidos pela comunidade dos jornalistas" (p. 163), e que ao mesmo tempo usa uma lógica dupla quando se refere aos jornalistas: quando trata da avaliação,

> Os direitos do jornalista são considerados sob uma perspectiva estritamente capitalista: a sua medida é a conveniência da empresa. Os seus deveres, porém, apelam para um *ethos* romântico, que remetem para um compromisso com a sociedade. O titular desse compromisso não é, contudo, o jornalista, entendido como um indivíduo, ou o jornalismo, tomado como uma profissão, mas a empresa jornalística. (ibid., p. 168).

Os autores questionam ainda a ótica utilizada pelo Projeto *Folha* e expressa no Manual de Redação quando interpreta o fato de o leitor comprar ou assinar o jornal como uma adesão a um projeto do jornal com determinadas conotações políticas.

> Mais do que simplesmente *informar* o leitor, o jornal reivindica uma missão *civilizatória*, de *formar* a opinião e *modificar* para melhor o funcionamento das instituições (...) [e até mesmo] agir no lugar das instituições quando isso se fizer necessário (...), algo incompatível com o papel que as teorias da *accountability* reservam aos meios de comunicação, de veículos capazes de expressar a diversidade dos pontos de vista dos atores políticos. (ibid., p.169)

E concluem:

> A análise do *Manual da Redação* da *Folha de S.Paulo* fornece uma ilustração do modo bastante particular com que o modelo americano da imprensa como "Quarto Poder" foi interpretado no Brasil: ela reivindica o exercício de um papel metapolítico, de principal intérprete do interesse nacional, por cima das instituições políticas representativas. (ibid., p. 169)

As iniciativas da *Folha* relacionadas às mudanças no jornalismo e as imposições feitas aos jornalistas são expressão de um tempo em que a capacidade de resistência dos jornalistas havia sido levada ao um ponto muito baixo. Este fenômeno, juntamente com as características particulares das empresas jornalísticas brasileiras[71] e a forma como passou-se a contratar jornalistas cada vez mais jovens, rebaixando os salários, ampliando a jornada de trabalho, criou uma situação particularmente difícil para os jornalistas em São Paulo. Situação que se agravou ainda mais com a chegada da internet, que a partir da vida do milênio passou a se constituir como um novo segmento do mercado de trabalho para os jornalistas.

[71] Em entrevista ao autor, Manuel Chaparro analisa alguns aspectos dos grandes jornais brasileiros que "não têm identidade. São todos iguais (...) e sem compromissos éticos". Em 23 mai. 2011. Ver em Apêndice 8.4.

5.6 Jornalista, classe média e precarização

O que os jornalistas de São Paulo viveram desde o final da greve inscreve-se em um processo que teve início nos anos 1970 quando, segundo Antunes (2009), se estabelece a base histórica para o trabalho precarizado como uma reação do capital para retomar a hegemonia que este vinha perdendo no interior do espaço produtivo em escala global, de um lado, e para repor o padrão de acumulação perdido com os avanços ocorridos desde o final dos anos 1960. Reação a um processo em que, particularmente na Europa ocidental, desencadeou-se um "monumental ciclo de greves e lutas sociais" (p. 233). Foi um processo de "reestruturação produtiva" que muitos autores identificam como de flexibilização da produção.

Citando Vasapollo[72], Antunes caracteriza algumas formas de flexibilização ou de precarização do trabalho, desde o empreendedorismo como uma das "formas ocultas de trabalho assalariado, subordinado, trabalho 'autônomo' de última geração, que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. Na verdade, trata-se de uma nova marginalização social e não de um novo empresariado".(ibid., p. 234)

É uma condição de trabalho em que se perde cada vez mais direitos e garantias sociais.

> Tudo se converte em precariedade, sem qualquer garantia de continuidade. O trabalhador precarizado se encontra, ademais, em uma fronteira incerta entre ocupação e não ocupação e também em um não menos incerto reconhecimento jurídico diante das garantias sociais. Flexibilização, desregulação da relação de trabalho, ausência de direitos. Aqui a flexibilização não é riqueza. A flexibilização, por parte do contratante mais frágil, a força de trabalho, é um fator de risco e a ausência de garantias aumenta essa debilidade. (...) a força de trabalho é deixada completamente descoberta, seja em relação ao próprio trabalho atual, para o qual não possui garantias, seja em relação ao trabalho futuro, seja em relação à renda, já que ninguém a assegura nos momentos de não ocupação. (Ibid.)

[72] Luciano Vasapollo, **O trabalho atípico e a precariedade** (São Paulo, Expressão Popular, 2005).

Galeazzi[73] trabalha com um conceito semelhante de precarização, como "diferentes inserções atípicas (...) que se caracterizam pela redução de direitos e garantias do trabalho, além de condições de trabalho inferiores ao padrão assalariado" (TOSTA, 2008, p. 21), situando-a no contexto brasileiro a partir dos anos 1990, quando houve uma grande reestruturação produtiva após a abrupta abertura do mercado brasileiro promovida pelo governo Collor de Mello (1990-1992).

A partir das tendências que observa nessa nova conjuntura do mundo do trabalho, Antunes elabora o esboço para uma nova morfologia do trabalho, da classe-dos-que-vivem-do-traballho, cujos contornos mais gerais compreendem aspectos como a redução do proletariado tradicional, fabril, estável e especializado por formas mais desregulamentadas de ocupação; o aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado, incluindo os trabalhos "informais" que, no Brasil, somavam cerca de 60% da população economicamente ativa em meados da década de 2000; aumento significativo do trabalho feminino, com níveis de remuneração inferiores aos recebidos pelos trabalhadores do sexo masculino e também com direitos sociais mais reduzidos (no Brasil, o salário medido das mulheres era em torno de 60% do salário dos homens no início dos anos 2000)[74]; a significativa expansão do "setor de serviços"; a crescente exclusão dos jovens em idade de ingressar no mercado de trabalho (aqui, é preciso observar que entre os jornalistas ocorre um fenômeno diverso, que é a juvenilização da profissão, como vimos no perfil saído da pesquisa feita para esta tese, como parte de uma política das empresas de rebaixamento sistemático do salário pago aos jornalistas); exclusão dos trabalhadores considerados "idosos", entre outros aspectos apontados pelo autor.

Um segundo aspecto a abordar diz respeito à inserção dos jornalistas em termos de classe social e que consequências se pode tirar disso. Vamos assumir com Galete

---

[73] Galeazzi, I. Precarização do Trabalho. In Cattani & Holzmann. **Dicionário do Trabalho e Tecnologia**, apud TOSTA, 2008, p.21.

[74] Nogueira, C. N. **A feminização no mundo do trabalho** (Campinas, Autores Associados, 2004), apud Antunes, 2009, p. 236.

(2008) [75] que há muitas dificuldades em definir com precisão o que é classe média mas, ao mesmo tempo, que

> é fácil entender que classe média é a faixa da população que fica entre os ricos e os pobres. Ela se identifica não somente pela renda, mas também pelo tipo de trabalho, que, em geral, exige certo grau de escolaridade. A classe média representa quase 1/3 da população brasileira. (p. 72)

Sendo assim, mesmo que o diploma universitário não seja mais obrigatório para o exercício da profissão desde junho de 2009, dificilmente se chega a trabalhar como jornalista sem passar por uma universidade (há exceções como ocorria com frequência no caso dos repórteres fotográficos e cinematográficos, mas mesmo nestes segmentos a situação tem mudado e os postos de trabalho aí existentes são, cada vez mais, ocupados por egressos do ensino superior).

Podemos dizer que o jornalista profissional – tanto parte do mercado de trabalho formal como os autônomos ou freelancers, assim como PJs e outras variantes da precarização – integra, essencialmente, a classe média não-proprietária. Cabe aqui um questionamento e um debate: como tratar o segmento integrado pelos pequenos proprietários. Vamos abordar essa questão mais à frente, quando escrevermos sobre a fragmentação da categoria.

Algumas características da classe média brasileira podem ser elencadas a partir do estudo de Galete. Ela investe em educação e no conforto do automóvel, mesmo que a defesa dessas características implique constantes apertos no orçamento doméstico e levem-na a se endividar. Outro aspecto importante é que o aumento da carga de impostos e o achatamento dos salários faz com que a classe média venha pouco a pouco diminuindo. Além de imposto de renda, paga-se muito imposto indireto, embutido nos preços dos bens de consumo, serviços e bens duráveis altamente taxados: automóvel, combustível e telefone, entre outros.

[75] Galete, 2006, passim.

O impacto do neoliberalismo no bolso da classe média também acontece pela precarização da atuação do Estado na área social. Com a diminuição do Estado e o sucateamento dos serviços públicos, a classe média arca duas vezes com os mesmos serviços. Apesar de ser uma das grandes pagadoras de impostos que alimentam a máquina do Estado, ela usufrui pouco dos serviços públicos. Seus filhos estudam em escolas particulares, frequentam cursos particulares de línguas, possuem planos de saúde e seguro particulares.

No caso específico da saúde há um problema pois um número crescentes de famílias, diante da nova e nefasta realidade econômica, estão abandonando os planos privados. Como atestava reportagem publicada na Folha de S. Paulo [76], entre 1998 e 2001 quase 4 milhões de brasileiros haviam deixado de pagar seus planos de saúde, fenômeno explicado pelos "preços cada vez mais altos das mensalidades dos planos de saúde, aliados à pauperização da classe média".

Analisando o comportamento político da classe média brasileira, Galete cita Merlino[77] (2006), para quem é a situação material da classe média que vai orientar seu comportamento político:

> A pauperização da classe média, historicamente conhecida como conservadora, poderia indicar uma aproximação com as classes trabalhadoras. Será? Poderíamos, sim, esperar que a classe média se politizasse, mas aconteceu o contrário, está mais conservadora. Os números explicam: em 1980, 64,6% da classe média era assalariada em relação à População Economicamente Ativa (PEA). Esse percentual caiu pra 55,8% em 2000. No mesmo período, aumentou a participação da classe média proprietária sobre a PEA urbana, de 35,4% para 44,2%. Quando a classe média é assalariada, fica mais próxima dos trabalhadores, como era na década de 80. A partir do momento que se torna proprietária, fica mais individualista e conservadora.

Para Galete, a partir de 1994, com a implantação do Plano Real, percebe-se um movimento nitidamente estrutural em relação à participação relativa da classe média no mercado formal de trabalho nos seus três segmentos, qual seja: um movimento de

---

[76] **4 milhões perdem planos de saúde, e fila do SUS cresce**. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 15 jun. 2003, p. 18, apud Galete, 2008.
[77] MERLINO, T. **Pobreza chega à classe média**. 2006. Apud Galete, 2008.

queda livre e desenfreada, depois que as mudanças estruturais que marcaram os anos 90 atingiram em cheio seus empregos. O fato preocupante é que a crise, ao invés de começar a produzir uma reação social, está desencadeando, há tempo, comportamento e estratégias individuais, em detrimento daquelas orientadas para o esforço coletivo. Alguns exemplos de sucesso da classe média têm, na verdade, muito pouco a ver com ela, como assinala Pochmann[78] (1999, p. 33):

> E lá estão, por exemplo, o Joelmir Betting, a Lílian Wite Fibe e muitos outros. Só que essa gente não tem nada a ver com o trabalhador [ou com a classe média]. São pessoas que ganham algo como 50, 100 mil reais por mês e são mais identificadas com os interesses dos dominantes do que com dos dominados.

No caso dos jornalistas, como já afirmamos, a precarização se constitui em um universo variado de formas de driblar a legislação trabalhista. Vai desde a contratação de estudantes pagando-se valores irrisórios a título de estágio, passando pelas jornadas de trabalho abusivas, muito acima do que a legislação estipula, sem que o jornalista receba pelas horas extras trabalhadas, até as formas de contratação, as mais variadas, sempre com o mesmo objetivo: pagar menos ao jornalista.

Em relação ao *timing*, pensamos como Antônio Graça em seu depoimento, que a precarização começou a se instalar entre os jornalistas na década de 1980 – como aliás reconhece um dos grandes empregadores de jornalistas, Otávio Frias Filho, em trecho de depoimento reproduzido quando tratamos das demissões após a greve de 1979, mais acima. Tendo sido iniciada em meados dos anos 1980, com a implantação dos terminais nas redações dos jornais e revistas de São Paulo, ganhou corpo de fato nos anos 1990 e se alastrou de forma assustadora nos 2000.

Existem no mercado de trabalho dos jornalistas algumas formas de contratação adotadas especialmente com o objetivo de diminuir os gastos das empresas com a folha de pagamento. São, todas elas, formas de contratação que prejudicam o trabalhador, pois retiram direitos garantidos pela legislação. Em 2004 o SSJSP elaborou uma Cartilha, encomendada pela Federação Nacional dos Jornalistas, para o

---

[78] POCHMANN, M. **Crise do desemprego veio para ficar** (1999, p. 33). Apud Galete, 2008.

lançamento de uma campanha envolvendo todos os sindicatos de jornalistas do país (FENAJ, 2004).

Na Apresentação da Cartilha, lançada no dia 1º de maio de 2004, a presidente Beth Costa historiava brevemente os acontecimentos que antecederam sua elaboração, como parte de uma Campanha Nacional em Defesa do Mercado de Trabalho dos Jornalistas:

> Nos últimos anos tem havido uma precarização constante das relações de trabalho nas empresas jornalísticas, seja no segmento de impressos, no rádio, na TV, na internet, nas assessorias, no setor público e até mesmo nas escolas de jornalismo, entre os professores. Esse fenômeno tem sido constatado com intensidade crescente pelos Departamentos Jurídicos dos sindicatos, onde o número de processos abertos por ex-PJs (pessoas contratadas irregularmente com Pessoas Jurídicas para acobertar seus verdadeiros vínculos trabalhistas) vem aumentado constantemente. Em São Paulo a diretoria do Sindicato informa que realizou uma Enquete com os jornalistas, entre maio e agosto de 2003, em que mais de 45% dos mil jornalistas que responderam os questionários destacaram como o ponto mais importante da atuação do Sindicato a luta contra a precarização das relações de trabalho.

E continua, a presidente da Federação:

> Para fazer frente a essa situação, o Conselho de Representantes da FENAJ, reunido nos dias 11 e 12 de outubro de 2003, em Florianópolis, decidiu abrir uma Campanha Nacional em Defesa do Mercado de Trabalho dos Jornalistas. Depois, em nova reunião do Conselho de Representantes, agora no Rio de Janeiro, em 27 de março, diretores de 17 Sindicatos de jornalistas do país presentes à reunião solicitaram ao Sindicato de São Paulo que centralizasse a elaboração dessa Cartilha, primeiro passo efetivo para a coordenação, em nível nacional, de uma luta que cada Sindicato já vem levado isoladamente em sua base.

A Cartilha foi elaborada quando ocupávamos a presidência do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Envolveu um grande trabalho do Sindicato que recolheu informações de várias sindicatos de outros estados. Foram conceituados e listados problemas tais como o excesso de jornada, o frila fixo, o PJ, os falsos estágios, o exercício ilegal da profissão (na época ainda não havia sido derrubada pelo Supremo Tribunal Federal a exigência do diploma específico para o exercício do Jornalismo), o acúmulo e desvio de

funções, o 'compartilhamento' (o uso do material produzido pelo jornalistas em diferentes veículos de um mesmo conglomerado de mídia e, muitas vezes, para venda a terceiros, sem autorização do jornalista, o que configura uma infração à Lei 9.610/98, do Direito Autoral), o assédio moral e o assédio sexual nos locais de trabalho. Em um estudo elaborado pelo assessor técnico do SJSP na ocasião, Nelson Sato, destrinchávamos as diferentes formas de remuneração do trabalho jornalístico, com um foco maior na questão do PJ – com exemplos baseados em diferentes valores, mostrávamos quanto o jornalista perdia quando se tornava um PJ, mostrávamos como utilizar o Contrato de Licença de Obra (direito autoral) em benefício do jornalista sempre que este realizasse um trabalho como freelancer, e terminávamos com uma abordagem jurídica da questão do PJ, elaborada pela coordenadora do Departamento Jurídico do Sindicato, advogada Sílvia Neli dos Anjos Pinto. Um dado em particular atestava a importância crescente da pejotização como uma das principais formas de precarizar a relação contratual de trabalho do jornalista:

> A contratação de profissionais sem CTPS têm crescido assustadoramente nos últimos anos. Podemos comprovar a tendência pelo Departamento Jurídico do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo: até três anos atrás, cerca de 80% das reclamações trabalhistas que lá chegavam tinham como principal motivo o pleito das horas extras. Agora, o reconhecimento de vínculo tornou-se o principal motivo, atingindo 80% da totalidade dos processos em tramitação no Departamento. (FENAJ, 2004, p. 28)

Os primeiros parágrafos do mesmo texto, elaborado por Nelson Sato, são importantes porque refazem, de forma resumida, o percurso da precarização, além de mostrar que o fenômeno não é novo entre os jornalistas, embora se revista, nos anos 2000, de características diversas, seja do ponto de vista da economia como um todo, seja das empresas jornalísticas e da própria profissão:

> O trabalho sem registro em Carteira no setor da comunicação não é novidade. Até a década de 60, os aspirantes à profissão de jornalista começavam, quase sempre, a trabalhar sem registro em carteira e também sem salário por alguns meses. Após o aprendizado e a sua aprovação como profissional, eram contratados pela empresa (...). Com o passar do tempo, as empresas se profissionalizaram e os jornalistas passaram a ser mais valorizados. Esperava-se, com isso, que a relação irregular dos não contratados tivesse fim. Enganaram-se aqueles que assim pensaram. Os "frilas fixos" sobreviveram em nosso mercado de trabalho e até tornaram-se mais numerosos.

Sato continua, lembrando que nos anos 1990 o Sindicato estimava em 30% o número de jornalistas sem registro nas grandes empresas jornalísticas de São Paulo, principalmente na área de revistas. Percentual que diminuiu mais para a final daquela década, devido à crise e ao enxugamento que ela provocou nas redações, mas no final dos 1990 – início dos 2000 este percentual voltou a crescer "de forma assustadora", assinala, revelando que

> agora não são apenas as contratações sem registro em CTPS, como também a contratação indiscriminada de PJs (Pessoas Jurídicas) e outros em forma de cooperados (as falsas cooperativas, ou *coopergatos*). Até há dois ou três anos [2000-2001], o PJ que conhecíamos era aquele jornalista de alto salário que, para pagar menos imposto de renda, montava a sua empresa. A figura do PJ atual é bastante diferente. Na verdade, a empresa demite o profissional e o obriga a abrir uma empresa para ser recontratado como PJ. Outras obrigam o profissional a pedir demissão e constituir a sua empresa de prestação de serviços para ser recontratado, inclusive por um valor menor do que era o seu salário. Caso não aceite as condições descritas, perde o posto de trabalho na empresa. Não se tratam de altos valores; são contratos de R$ 2.000,00 e R$ 3.000,00 mensais, onde o valor líquido mensal é muito inferior ao que ele recebia como contratado por CTPS, objeto comparativo deste trabalho. (ibid., p. 26)

Entre os motivos alinhavados para o crescimento da precarização constam:

> a) crescimento de recém formados que se sujeitam a este tipo de trabalho, b) número maior de desempregados na mesma situação dos recém formados, c) crise financeira de algumas empresas do setor, d) o próprio modelo econômico imposto pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, e) relaxamento da fiscalização pelo Ministério do Trabalho durante o governo anterior e f) corte de custos por parte das empresas. (id., ib., p. 28)

Em relação ao item d), passados alguns anos está claro que, no que diz respeito aos assalariados universitários das camadas média, como é o caso do jornalista – e diversamente do que diz respeito aos assalariados de grau de escolarização menor, na base da pirâmide salarial, em que houve um esforço visível e bem sucedido em relação ao aumento nos empregos formais, com carteira assinada, cujos números são constantemente alardeados pelo governo –, não houve um combate por parte dos Governos Lula (2003-2006; 2006-2010) à precarização no emprego, tendo sido mantida praticamente a mesma política que anteriormente.

> O governo Lula (2003-2006), por sua vez, não moveu um milímetro para alterar a essência do modelo de desenvolvimento – caracterizado, sobretudo, pela dominação da lógica financeira – nem,

> tampouco, a política macroeconômica que herdou do governo anterior. Ao contrário; deu continuação às reformas liberais – através da implementação de uma reforma da previdência dos servidores públicos que abriu espaço para o capital financeiro. (DRUCK; FILGUEIRAS, 2007, p. 27)

A Cartilha foi impressa e distribuída aos milhares para os Sindicatos de Jornalistas de todo o país e, ainda com maior intensidade, aos jornalistas de São Paulo, em visitas que os diretores fizeram em várias redações. Além disso, ficou disponível nas páginas da internet do SJSP e da FENAJ[79]. No entanto, não era com informação que se poderia promover alguma mudança na situação, como ficou claro ao longo dos anos que se seguiram. A distribuição da Cartilha, assim como as tentativas de combater o problema da precarização utilizando o Ministério do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho não surgiram efeito. Ficou claro que esses organismos do Estado, também eles sucateados, com número insuficiente de funcionários, não seriam de grande valia. Os jornalistas tinham que se valer de sua própria força de mobilização para provocar alguma mudança no quadro aqui pintado com cores tão carregadas. Mas... que forças?

5.7 Deterioração da qualidade de vida, stresse, desalento e individualismo

Em 2003 Roberto Heloani publicou o resultado de uma pesquisa em que 44 jornalistas de São Paulo foram submetidos à avaliação do nível de stress por meio de questionários. Desses, a metade foi submetida a entrevistas semiestruturadas. Posteriormente, houve ainda dinâmicas de grupo para debater os resultados aferidos anteriormente (p.34). Algumas constatações da pesquisa:

> - Com certa desenvoltura e às vezes de forma catártica, nossos depoentes não só admitiram uma significativa deterioração de sua

[79] No momento em que elaboramos esta tese ela continua disponível na página da FENAJ na internet, no endereço http://www.fenaj.org.br/public.php. Acesso em 2 de abril de 2012.

> qualidade de vida, como alguns demonstraram desejo de mudança de atividade profissional (...)[80].
>
> - A maior parte desses profissionais admitiu a possibilidade de tornarem-se descartáveis e consideraram "natural" a contínua mudança de emprego. Como se isso não bastasse, ficou claro para nós que muitos dos sujeitos julgavam ser difícil conciliar trabalho e vida pessoal.
>
> - Não obstante haja um significativo grau de consciência no que concerte à deterioração d qualidade de vida, quase todos os sujeitos tentam adaptar-se como podem a esse fato, por meio de saídas individuais. Quanto à possibilidade de soluções mais coletivas, como por exemplo, via sindicato, simplesmente descreem, pois segundo um dos entrevistados "o jornalista é uma categoria absurdamente desunida ... também este sindicato de merda ..."
>
> - O mais preocupante na análise das entrevistas é um claro indicador de que as práticas organizacionais trouxeram, como efeito colateral danoso, não apenas a corrosão de certos valores básicos, mas, principalmente, a cisão da ideia de qualidade de vida e excelência no trabalho. Assim, a felicidade é sempre postergada, e, em decorrência disso, também o tempo para família, para os filhos para o lazer e para o amor. Alguns chegam a alegar que fora do ambiente de trabalho só fazem o imprescindível, faltando tempo para namorar. (ibd., p. 79)

Em 2011, Heloani estava envolvido com a realização de nova pesquisa, uma atualização da que publicara em 2003. Perguntado se havia notado alguma diferença entre os resultados da nova pesquisa e a anterior, respondeu[81]:

> O que posso lhe assegurar é que o relatório [publicado em 2003] continua atual e, infelizmente, as coisas pioraram!!! Ex: o assédio se

[80] A partícula de ligação utilizada é "mudança **de** atividades profissional" em vez de **na** atividade profissional. Trata-se, evidentemente, de um escapismo – ou uma constatação mesmo da inviabilidade de se viver da profissão, mas de toda a forma a busca de uma solução individual do problema (não vai aqui um juízo de valor pois, para quem tem suas obrigações para arcar como com a família, por exemplo, tem que pensar em soluções que sejam efetivas, mesmo que individuais). Não porque os jornalistas não desejem melhoras na sua profissão: os jornalistas, de modo geral, têm grandes expectativas e alimentam o desejo de se realizar profissionalmente. Acreditam e gostariam que a profissão fosse um espaço para a sua realização profissional e como seres humanos. No entanto, muitos perderam a esperança de que seja possível ter uma vida decente e prazerosa como jornalistas. Há uma profunda contradição entre o desejo de que algo melhore, que ainda vive em muitos jornalistas, embora não se revele facilmente – é um desejo recalcado, colocado lá no fundo da alma – e a distância que os próprios jornalistas mantém de qualquer ação coletiva que possa conduzir na direção de uma mudança positiva. Realmente, às vezes parece que o divã é o melhor lugar para tratar da questão, embora esta não seja uma opção efetiva, do ponto de vista da ação coletiva. Afinal, onde encontrar um divã que possa abrigar assim milhares de pessoas, numa discussão detida, detalhada e aprofundada da situação?

[81] Conforme mensagem eletrônica enviada por Roberto Heloani ao autor em 20 out 2011.

> sofisticou, está mais invisível. De modo geral, não houve melhora nas condições de trabalho e a "terceirização" piorou.

O que apurou em suas pesquisas está totalmente em consonância com os depoimentos dos jornalistas ao responderem nosso questionário. Mas como nosso objeto de estudo é exatamente a relação desses jornalistas com o Sindicato, podemos aprofundar a análise em outros aspectos, gerando resultados que se complementam e reforçam mutuamente com aqueles obtidos na pesquisa de Heloani.

5.8 Diferentes formas de precarização e o Sindicato: as respostas dos jornalistas

Voltemos aos textos dos jornalistas que preencheram o questionário, agora tratando especificamente da questão da precarização, em suas diferentes modalidades.

PJ

34 – “[O Sindicato] precisa também rever algumas posições, pois tem muito PJ e se não dá para reverter essa tendência, pelo menos é possível discutir regras mais justas para os jornalistas que se encontram nessa situação.”

O respondente cita um problema, que é real, mas questiona a luta para acabar com a pejotização. Em vez disso, pode-se ver como “melhorar” a situação dos que trabalham com este tipo de vínculo. Já que não se consegue mudar a realidade impondo uma relação de trabalho dentro das regras (CLT), pelo menos que se lute para melhorar as condições de trabalho daqueles que estão nessa situação e não têm como sair dela, ou que a escolheram, apesar de tudo.

No final, o jornalista propõe uma estratégia para o SJSP se fortalecer: “O sindicato precisa oferecer vantagens verdadeiras para os sindicalizados para, desta forma,

ganhar corpo e, finalmente, ter força para negociar salários e direitos dos profissionais. Hoje, o sindicato não tem força para nada".

39 – "Já fui [sindicalizado], participava de assembleias. Hoje sou PJ e o Sindicato não representa mais meus interesses. Mas acho importante o seu fortalecimento".

44 – "O sindicato se afastou dos jornalistas. Os movimentos políticos dos anos 70 e 80 foram vitais para a democracia no Brasil. E o sindicato fez história ao marcar sua posição firme neles. Mas hoje acho que poderíamos ter mais arroz e feijão. O dia a dia foi sendo esquecido. O sindicato age lentamente em relação a tudo o que diz respeito à profissão. Trabalho há 25 anos e nesse tempo os jornalistas foram perdendo direitos trabalhistas. A hora extra a 100 por cento. O diploma que acabou. O inferno da modalidade PJ que invadiu as redações - começou pelos altos salários. Foi indo, foi indo e hoje atinge até rádio escuta... O SBT acabou com o jornalismo dúzias de vezes, demitiu váááários profissionais. A Rede TV atrasa pagamento de salário. A Folha de São Paulo demite, não fala e pronto. Falta uma posição firme e ágil. Acho que isso desanima a categoria como um todo... Falo por mim: estou cansada de ver artigos filosóficos contra a Revista Veja e contra a TV Globo. A ação demora demais... A ponto da categoria não ter conseguido unificar a database até hoje...".

59 – "O Sindicato deixou de atender minhas expectativas – e não se modernizou. Tive de abrir empresa para trabalhar em uma revista e o Sindicato não pôde oferecer nenhum suporte, porque não se importa com os jornalistas que não são CLT".

81 – "Fui sindicalizada por vários anos de minha vida profissional. A última expedição da minha carteira foi em dezembro de 2003, com data de validade até 2005. No entanto, já trabalhava na condição de PJ e todas as vezes que estive no Sindicato para indagar que respaldo os PJs teriam do órgão as respostas foram as mesmas: que o sindicato não reconhecia a figura do PJ e que a luta da categoria era pela Carteira Assinada. Entendia que essa preocupação era válida, mas não se podia dar as costas ao contingente cada vez maior de PJs. A gota d´água veio quando fui utilizar o Plano de

Saúde, que incluía meus pais. Na época, meu pai precisava colocar um marcapasso e as opções dadas pelo Plano eram dois hospitais que eram reconhecidos como maternidade e não na área da cirurgia cardíaca. Perguntei se não haveria como o Sindicato interceder neste aspecto e enviar meu pai para o InCor. O que foi negado. Se o Sindicato não me daria respaldo em questões profissionais e de aposentadoria e tão pouco no encaminhamento médico, não fazia mais sentido pagar a mensalidade (...). Desliguei-me do órgão mas continuei pagando a contribuição sindical obrigatória até ser informada pelo contador que a minha empresa não tinha vínculo com o jornalismo. Mudei de contador e, novamente, o que me atendeu não abriu a empresa dentro do que esperava, pois a intenção era a de manter o vínculo com a profissão, ainda que apenas pela contribuição sindical obrigatória. No entanto, não teria como me enquadrar no Simples Nacional se insistisse em ter uma empresa vinculada a área jornalística. Agora, com a mudança do Simples, pretendo regularizar a minha situação, ou seja, tornar-me uma prestadora de serviço na área jornalística. Seria muito bom o Sindicato rever os seus conceitos e abarcar a questão dos PJs. Várias das minhas colegas de trabalhos, que são mais jovens, se quer se sindicalizaram porque não acreditam no Sindicato, não viveram os momentos de luta por um país democrático ou pela valorização profissional. Infelizmente, não dá para tirar a razão delas".

149 – "sou PJ há anos... o sindicato poderia me motivar apontando os benefícios da sindicalização; antes tinha assistência médica, cheguei a usar; também usei serviços legais e cheguei a sugerir convênio com escola para as crianças."

É interessante notar que o discurso dos PJs vai, muitas vezes, para o lado dos serviços. Muitos deles não querem lutar contra a realidade da pejotização, mas gostariam de ter serviços que os auxiliassem na vida que levam. O depoimento acima é um exemplo claro disso.

161 – "Deixei o Sindicato quando deixei de ser contratada e me tornei pessoa jurídica (recebia por meio de nota). Precisei de um advogado e o Sindicato não ofereceu qualquer ajuda. [O sindicato] deve tentar aproximar os jornalistas que foram obrigados

a abrir empresas. Oferecer ajuda, advogados, aconselhamento, etc. Promover palestras mas não apenas da facção política que domina o sindicato. O Sindicato é muito fechado e ficou parado no tempo da luta contra a ditadura militar, não deu passos para a modernidade".

O quadro abaixo mostra que a concentração de PJs é bem maior entre os ex-sindicalizados do que entre os sindicalizados ou os que nunca foram sindicalizados (22% contra 9,6% e 8,9%, respectivamente). O que reforça a ideia presente em boa parte dos depoimentos colhidos entre os jornalistas de que muitos deles deixaram de ser sindicalizados exatamente porque o Sindicato não tem algo a lhes oferecer. Depois que eles abriram empresas para poder continuar trabalhando, não encontraram mais respaldo no Sindicato.

PJs entre sindicalizados, não sindicalizados e ex-sindicalizados

	Total		**PJs**	
	Nº absoluto	*%*	Nº absoluto	*%*
Sindicalizados	104	*32,8*	10	*27,8*
% s/ sindicaliz.				*9,6*
Não sindicalizados	207	*65,3*	25	*69,4*
				12,0
Não respondeu	6	*1,9*	1	*2,8*
TOTAL	**317**	***100,0***	**36**	***100,0***
				11,4
Ex-sindicalizados*	59	*18,6*	13	*36,1*
% s/ ex-sind.				*22,0*
Sindicalizados + ex-sindicaliz.	163	*51,4*	23	*63,9*
% s/ ex + sind.				*14,0*
Nunca foram sindicalizados	148	*46,7*	13	*36,1*
% s/ n. f. sind.				*8,9*

Frila fixo

67 – “Sou frila fixo. O sindicato me motivaria se brigasse contra a disseminação do frila fixo”.

88 – “[Não sou filiado] porque não sou contratado. Quando era contratado em Florianópolis, como repórter fotográfico do jornal *Notícias do Dia*, era sindicalizado no SJSC. Desde que vim para São Paulo, tenho rodado por diversas editorias na *Folha* cobrindo férias. Se o sindicato realmente entrasse na Justiça a cada passaralho, denunciasse no Ministério do Trabalho os frilas fixos como eu e tivesse uma postura pró-ativa, talvez os jornalistas se sentiriam representados pelo SJSP. Mas infelizmente isso não acontece nem aqui nem em qualquer outro sindicato dos jornalistas do país”.

Estagiários

153 – “Não conheço o sindicato, por isso acredito não devo criticar. Tudo que eu conquistei foi sem o sindicato. Para concluir os estudos precisei trabalhar/estagiar, ou seja, aceitar na maioria das vezes, as condições, que o sindicato sabe e não consegue mudar. Mesmo denunciando e fazendo barulho é difícil conseguir mudar, porque o estagiário é uma mão de obra barata. Convivo diariamente, sou contra, mas fiz parte e foi assim que conquistei o que tenho. Todo mês é feito um desconto do meu salário de R$ 20 e ainda pagar R$ 38 para quê? Quem sabe um dia eu apareço no sindicato para ver como sou recebido e os benefícios. Grato CS”.

5.9 No interior do Estado, problemas um pouco diferentes

Os 34% das respostas ao questionário que vieram de outras cidades que não a capital, São Paulo, revelam algumas preocupações diferentes dos jornalistas da região. Elas

estão em sintonia com os dados de perfil daqueles profissionais. Inicialmente é preciso lembrar que se na amostragem da pesquisa a relação foi de praticamente a terça parte dos profissionais no interior e dois terços na capital, os números da RAIS para 2010 revelam percentuais um pouco diferentes: 45,2% no interior contra 54,8 na capital. O problema é que os dados do Ministério do Trabalho só registram os empregos formais. Sendo assim, é possível que a divisão entre os jornalistas capital/interior possa ficar a meio caminho entre o que foi apurado na nossa pesquisa e os dados da RAIS[82]. Como veremos nos quadros a seguir, a precarização nos contratos de trabalho é maior na cidade de São Paulo do que em outras cidades do Estado.

Precarização nos contratos de trabalho

Capital vs. Interior

Região do Estado	**Nº respondentes**		**PJs**		**Frila fixo**		**Parte CLT, parte 'por fora'**		**CLT (contr. regulares)**	
	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%
Capital	210	66,2	31	86,1	18	75,0	2	22,2	79	62,2
Interior	107	33,8	5	13,9	6	25,0	7	77,8	48	37,8
TOTAL	317	100,0	36	100,0	24	100,0	9	100,0	127	100,0

A conclusão salta aos olhos: as formas de precarização como PJ e frila fixo estão mais disseminadas na Capital do que no Interior. Os percentuais acima não são ponderados. Como há mais participantes na pesquisa da Capital, poder-se-ia pensar que há um problema, algum viés que induza a erro. Não. Se fizermos os percentuais dos jornalistas em cada região por tipo de precarização, veremos que os resultados confirmam os dados do quadro. Assim, na capital, 14,8% dos respondentes são PJs. No interior, o percentual cai para 4,7%. No frila fixo: 8,6% contra 5,6% (aqui, um percentual já está mais próximo do outro). O que destoa dos dois anteriores é a forma 'soft' de precarizar: paga-se o piso pela CLT e o resto 'por fora'. O interior 'ganhou'

[82] Os números, fornecidos pelo Departamento de Economia do SJSP (entrevista de Carlos Montoya concedida ao autor em 21 out.2011) são: 8.820 jornalistas na capital contra 7.264 no interior.

disparado nessa forma de burla às leis trabalhistas e ao fisco: 6,5% dos respondentes estão nessa situação, enquanto na capital o percentual cai para 1,0%. O problema é que são números muito pequenos para que se possa pensar em uma estatística confiável.

O quadro a seguir mostra que há uma concentração maior de ex-sindicalizados na capital do que no interior.

Sindicalizados, não sindicalizados e ex-sindicalizados

Capital x Interior

	Capital		**Interior**		**Total**	
	Nº absoluto	*%*	Nº absoluto	*%*	Nº absoluto	*%*
Sindicalizados	71	*35,3*	33	*30,8*	104	*32,8*
Não sindicalizados	135	*64,3*	72	*67,3*	207	*65,3*
Ex-sindicalizados*	46	*21,9*	13	*12,1*	59	*18,6*
Não respondeu	4	*1,9*	2	*1,9*	6	*1,9*
TOTAL	210	*100,0*	107	*100,0*	317	*100,0*

* Faz parte dos não sindicalizados; ex-sindicalizados + sindicalizados = 51,4% da amostra.

A única discrepância que aparece está na linha dos ex-sindicalizados: percentualmente sua presença na capital é quase o dobro em relação ao interior (21,9% contra 12,1%).

Ouvir as vozes dos jornalistas do interior nos traz questões pontuais e diversas daquelas que encontramos na capital:

35 (F., 42 anos, f.): “Em Santos, o Sindicato está “mais preocupado com os estagiários” do que com a questão central: como e o que fazer para conseguir a equiparação salarial com São Paulo.”

42 (D., 23, f., Marília) “Não sou sindicalizada porque ainda não tenho registro profissional (não sabia da pré-sindicalização). Mesmo assim, não sei se irei me

sindicalizar posteriormente. O Sindicato da nossa categoria, na minha opinião, não atua de forma satisfatória. Na cidade, alguns amigos meus se sindicalizaram visando fortalecer a entidade. Mesmo assim, anos após a sindicalização, continuamos a ver um sindicato praticamente inoperante. Prova disso são as redações cheias de estagiários, cheias de contratos irregulares e permeadas por problemas trabalhistas. No interior, plano de saúde, hora extra e tantos outros benefícios são praticamente uma lenda...".
83 (R., 22, m., Campinas) "Não vejo o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo como um órgão atuante e forte. Também não vejo, pelo menos no interior, um interesse do SJSP em estar próximo do profissional. Acredito que se houvesse esta proximidade, desde a graduação, talvez eu me sindicalizaria".

133 (W., 26, m., Ribeirão Preto) "Não sou sindicalizado pois a entidade ignora os profissionais do interior, não realiza assembleias, reuniões, cursos e nenhuma atividade no interior. Nem mesmo nos dissídios os jornalistas do interior são consultados, como ocorreu no último ano".

143 (R., 27, m., São Paulo) "Trabalhei por 3 anos em uma cidade do interior paulista, em São Carlos, e nunca tive um mínimo da atuação sindical. Durante a faculdade visitei o sindicato em Campinas e minha família tem histórico no sindicalismo. Por isso, consigo afirmar que o sindicato, no interior, era inócuo. Por exemplo, o aumento anual ficou abaixo da inflação. Como minha parceira é engenheira eu consigo ver o que é um sindicato atuante de um que simplesmente nada faz. Por exemplo, tínhamos péssimas condições de trabalho, inclusive ultrapassei diversos dias as horas de descanso (11 horas) de um dia para outro. Nunca teve uma visita do sindicato enquanto lá estive".

146 (J. 27, m., Bragança Paulista) "Não sou pois me formei em 2010 e não trabalho fixo com o Jornalismo, faço freelas e na minha cidade e região o trabalho do Jornalista Formado não é valorizado e a maioria que trabalha na área não é formada e muito menos ética".

147 (V., 38, f., Paulínia) “Não sou sindicalizada pois estou decepcionada com a profissão, os jornalistas em sua maioria não são valorizados, principalmente os que prestam serviços em cidades pequenas, do interior. Não há fiscalização para obrigar os donos de jornais registrarem seus funcionários e eles estão se aproveitando disso de forma injusta”.

159 (E., 35, f., Votuporanga) “No interior de SP, jornalistas trabalham em situações humilhantes. Recebem (e quando recebem isso) um piso de cinco horas e trabalham dez, sem direito a outros benefícios como vale-transporte, cesta básica, etc... Os sindicatos sabem dessa situação e nunca fazem nada para colaborar; aqui na região, o sindicato só pensa em fazer festa (que eu amo, mas...); falta representação e força de mobilização. Quando caiu a exigência de diploma para jornalista, o sindicato regional não fez um evento, uma manifestação, nada para discutir a situação... Sindicalizar, para mim, significa ter um gasto a mais. É isso. Obrigada”.

170 (A., 40., f. Rio Claro) “Não sou sindicalizada, pois resido em Rio Claro e há somente unidade em outras cidades. Talvez se existisse um escritório no município eu até faria parte da equipe. Precisamos cuidar dos nossos jornalistas da região, digo, cidades próximas à Rio Claro”.

237 (A., 47, m., Araraquara) “Dar maior atenção ao Interior e Litoral. As Regionais não conseguem atender aos jornalistas pelo interior porque seus dirigentes não são liberados e, pior, não contam com estabilidade sindical. Vários deles já foram demitidos e não conseguiram ser reconduzidos ao trabalho. Essa falta de garantia de estabilidade inibe sobremaneira aqueles que são diretores tanto regionais, quanto os de base. Pior do que isso, não se repassam recursos suficientes para ações sindicais, como viagens para as cidades constantes da Regional, em geral, instalada em uma cidade maior. A estrutura mal atende a cidade-sede regional”.

239 (G., 31, f. Jundiaí) “Atuar de maneira mais enfática no sentido de coibir a atuação de pessoas não formadas em jornalismo nos meios de comunicação de massa de

Jundiaí. Sou autônoma, mas já trabalhei na imprensa local e digo isso pois a qualidade deixa muito a desejar além de todos saberem que a Prefeitura da cidade mantém os dois jornais impressos e a TVE, todos eles funcionando como uma assessoria de imprensa da Prefeitura. Os outros meios também recebem dinheiro da prefeitura. Enquanto isso for assim não volto ao mercado. E atuando como autônoma não tenho como me comprometer com a mensalidade."

253 (R., 29, F. Várzea Paulista) "Não sou sindicalizada por nunca ter tido contato com o Sindicato. No interior, a atuação deles é extremamente apagada e eu, nem sequer, sei de ações do sindicato na região (...). As leis trabalhistas, ao menos no interior, são constantemente desrespeitadas. Trabalhamos mais horas e não ganhamos o piso. Acredito que o Sindicato deveria lutar mais pelo interesse dos jornalistas, inclusive de maneira agressiva, como com paralisações".

256 (E., 29, m. Bauru) "A sucursal Bauru é um mero escritório burocrático que não traz, nem busca, nenhum curso/convênio/atividade para os filiados locais".

257 (B., 24, f., Santos) "O Sindicato poderia ser mais atuante no que diz respeito ao piso salarial do Litoral. Um aumento de R$ 100,00 beira o ridículo. A cidade de Santos não pode continuar a ser comparada com cidades do interior do estado. Para a minha motivação, o Sindicato deveria atuar firmemente nas empresas que têm setor de Comunicação e não apenas nos jornais e tvs. Fazer negociações sérias e justas".

262 (R., 68, m., Itupeva) "Dar maior importância aos jornalistas interioranos das pequenas cidades, principalmente aquelas com menos de 50 mil habitantes".

264 (S., 26, m., Santos) "Estudar melhor as diferentes regiões do Estado para estabelecer metas de salário mais próximas da realidade local. Santos, por exemplo, tem um custo de vida bastante próximo do de Campinas ou São Paulo. No entanto, o salário está bastante defasado. Santos deveria ter piso igual à Capital".

281 (M., 34, m., Salto de Pirapora, sindicalizado) “Deveria realizar mais Palestras e Cursos na região”.

283 (R., 28, m., Franca, sindicalizado) “O sindicato precisa ser mais atuante em minha cidade. Como os jornais da cidade onde trabalho quase não contratam jornalistas formados, dificultam a presença do sindicato. Esse obstáculo afastou a entidade, que não brigou por acabar com essa barreira. Seria preciso haver mais eventos ou uma visita mensal em cidades onde não ha uma subsede”.

298 (K., 39, f. Birigui, ex-associada) “Me sindicalizei em 1995, entretanto, após algum tempo verifiquei que as atividades do sindicato na minha região eram zero e acabei me descredenciando.”

313 (R., 54, m., São Carlos) “Nesse momento é preciso acima de tudo lutar e mobilizar a categoria e a sociedade em defesa do diploma para o exercício profissional;
Estar mais presente nas redações. Em quase 30 anos de atividades no interior nunca vi um dirigente sindical nas redações em que trabalhei”.

Como podemos observar dos depoimentos, as demandas são muito diversas. Num sentido bastante geral reclama-se da ausência do Sindicato. Duas outras questões afloram: jornada de trabalho e pagamento abaixo do piso. Aparecem, também, reivindicações localizadas, como a de lutar para igualar o piso dos jornalistas de Santos com o de São Paulo[83].

Quanto à cobrança em relação à fiscalização de que nas redações do interior trabalham muitas pessoas sem o registro, depois da queda do diploma, esta tornou-se uma reivindicação impossível de ser atendida pois depois de junho de 2009 praticamente qualquer pessoa pode ser jornalista. A única exigência é ter o registro

[83] Os pisos variam de acordo com o segmento (jornais e revistas; Rádio e TV e Assessoria de Imprensa). O de jornais de revistas são de R$ 2.076,00 para a capital e R$ 1.710,00 para o interior. Disponível em <http://www.sjsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=95&Itemid=68>. Acesso em 11 abr. 2012.

profissional. Ocorre que, sem a exigência do diploma, a obtenção do registro passou a ser uma mera formalidade burocrática. Por isso, faz sentido a sugestão de R., de São Carlos, de que o principal a fazer no momento é levar adiante a luta pela volta da exigência do diploma. Mesmo que a questão do diploma continue não sendo unânime entre os jornalistas, há uma maioria significativa favorável (ver Linha do Tempo, Apêndice A).

As demandas em relação ao SJSP pelo interior do Estado podem ser comparadas com as que estão concentradas na cidade de São Paulo. O que os jornalistas querem é um sindicato atuante em uma miríade de frentes, com visões e demandas que muitas veze são diretamente opostas, como por exemplo a de que o sindicato seja duro com as empresas, enquanto outro prefere que este seja mais do diálogo para não colocar os empregos dos jornalistas em risco.

É emblemático o depoimento da ex-sindicalizada C., de 46 anos, São Paulo: "Já fui sindicalizada no passado. Mas há muito tempo não percebo que o sindicato faça alguma diferença na minha vida profissional. Não percebo nenhuma iniciativa da entidade em prol da defesa de direitos conquistados e na busca de oportunidades para a categoria. Sou formada há mais de 20 anos (1987), trabalho na área desde então e, hoje, me percebo completamente desiludida e sem perspectiva de um futuro melhor. As redações estão cada vez mais enxutas, os profissionais atuando como terceirizados, piso salarial (?) não existe, enfim, condições cada vez piores de trabalho e exigências cada vez maiores. Blogs, sites e afins pipocam a todo momento, comprometendo a qualidade de informação. Todos podem escrever... e o que quiserem. **Cadê o sindicato?**" (grifo nosso).

5.10 Cadê o Sindicato?

Depois de observarmos o percurso histórico dos últimos 30 anos, não podemos deixar de notar a questão levantada por Rodrigues (1999) e trabalhada no Capítulo 2, o fenômeno da fragmentação resultante de tantos processos simultâneos como as mudanças tecnológicas, políticas, econômicas, nas relações de trabalho, sociais e culturais. Tão intensas e profundas que os jornalistas devem se perguntar se ainda conseguem se enxergar como uma categoria profissional, ou se não estariam mais próximos de vários fragmentos justapostos, sem comunicação entre si.

Um sindicato é essencialmente uma ação baseada na solidariedade de classe. Mas, se não há solidariedade na classe, então cabe muito bem a pergunta: **cadê o sindicato**? Só que, agora, a pergunta não é direcionada apenas dos jornalistas para o Sindicato, entendendo este basicamente como a direção sindical, neste momento. Vale a via inversa, também. Só que quando se lançam as críticas e as demandas em direção à entidade, sabe-se bem quem são os responsáveis, de quem se poderá cobrar maior presença nos locais de trabalho, mais vigor na atuação sindical, uma comunicação mais dialógica, entre outras demandas. O problema se coloca quando se faz perguntas no sentido inverso.

Mas, afinal, a quem estamos nos referindo quando falamos da categoria profissional dos jornalistas? Aos jornalistas diplomados? Aos sem diploma? Aos que trabalham nas redações? Aos blogueiros? Aos repórters-cidadãos do jornalismo colaborativo? Aos jornalistas do interior? Aos que odeiam sindicatos ou aos que vivem no sindicato? A quem dirigir a pergunta?

A resposta virá do trabalho teórico, de estudo e reflexão, assim como a prática política e social de quem se envolver com a busca das respostas. Lá, onde estão as respostas, é o lugar da presença, de que nos fala Lefebvre. Chega-se a ela pela ampliação da compreensão, pelo aumento da consciência em relação ao problema. É preciso saber

se desvencilhar das frases feitas, das respostas prontas. Para isso, é preciso estar com os olhos e ouvidos bem abertos.

O que é preciso ver e ouvir?

5.11 Ver e ouvir...

Do lado do Sindicato, é preciso olhar para os jornalistas, enxergá-los de fato, aos jornalistas que existem e não à imagem que eventualmente a direção tenha na sua cabeça quando olha para os jornalistas. É preciso tirar os óculos que têm nas suas lentes, gravadas de forma subliminar, a imagem dos jornalistas de 20, 30 anos atrás.

O que não significa aceitar o argumento um tanto fácil e à mão de que os jornalistas não querem saber de política, que querem apenas informar, e outros argumentos semelhantes.

Parece estar realmente próxima da verdade, a interpretação de que os jornalistas de hoje, principalmente os mais jovens, não são politizados na forma como o termo é concebido e como se aplicava à militância política dos anos 1960, 1970 e 1980. O que não quer dizer que os jovens jornalistas tenham ojeriza à política.

Talvez eles tenham ojeriza à corrupção que vêem na política e, no debate dessa questão como de tudo o mais que passa pela enorme e ao mesmo tempo estreita moenda da nossa 'grande imrpensa', é bem possível que esses jornalistas mais jovens sejam vítimas, como de resto boa parte da população que lê, vê, ouve, acompanha e respeita os chamados "formadores de opinião", da opinião publicada.

O problema é que o jornalismo, tal como é praticado no Brasil desde que se formou a chamada "grande imprensa" – e a análise de Nelson Werneck Sodré no seu

insubstituível A História da Imprensa no Brasil mostra com muitos dados como ela se formou e para atender que tipo de interesses –, não permite uma visão plural da realidade social, política, econômica, ética e moral da sociedade brasileira. É uma visão que claramente tem lado. Sim, porque na verdade, os jornalistas, sociólogos, filósofos, historiadores etc. que os donos dos veículos aceitam como tendo opiniões que devam formar a do restante da população, são aqueles que tem opiniões muito próximas das suas. Opiniões que lhes interessa, porque estão em consonância com os seus interesses e a sua visão de mundo. Fora, evidentemente, uns penduricalhos que aceitam justamente para poderem se dizer plurais.

Ao 'pagarem tributo' aos formadores de opinião que pontificam nessa imprensa, os jornalistas de hoje, parte dessa classe média que já tratamos aqui em traços muito breves, não têm a oportunidade de participar de um debate de verdade sobre as realidades em que vivem, sobre as escolhas que eventualmente poderiam fazer, escolhas de cuja construção eles poderiam participar – na verdade participam, mas não com a consciência fecundada por um verdadeiro debate. O 'debate' troncho, de dentro da viseira que os interesses estreitos de um grupo muito restrito de proprietários permite que se faça, é na verdade algo que se aproxima de uma campanha de propaganda.

E os jornalistas são vítimas dessa visão. Que, infelizmente, é repisada também nas faculdades por professores que olham o mundo pela mesma viseira. O círculo vicioso se fecha: o jovem futuro jornalista tem "mais do mesmo" para qualquer lado que se volte.

Para os mais 'fuçadores' e inquietos, obviamente, há uma parte da imprensa, pois que felizmente ela não se resume em sua totalidade à 'grande imprensa'. Há, ainda, mais recentemente, a chamada blogosfera, que contempla o contraditório, assim como muitas outras possibilidades de se informar (e de formar sua visão de mundo) que não seja a visão que está submetida à viseira. E, por essa via, há a possibilidade da diversidade se manifestar. Assim como, obviamente, na universidade não é toda escola

de jornalismo que contrata este ou aquele professor por causa de este estar vinculado a este ou àquele veículo jornalístico, mais ou menos famoso (assim como há jornalistas que trabalham na 'grande imprensa', são professores de jornalismo, mas não se acostumaram com as viseiras, evidentemente).

Certamente há uma diversidade e uma pluralidade. Mas, é também inegável que há uma dominância, e que esta corre, em geral, pelos veios que alimentam as leis do mercado. O pensamento de Otavio Frias Filho não é original, nem tampouco é expressão do gueto. Ao contrário, está muito à vontade no mundo dos que põe e dispõe do dinheiro, do poder, do jornalismo e dos jornalistas.

Há que olhar e ver isso tudo – e outras coisas, pois não é dado a ninguém, tampouco a nós, com certeza não, ter a capacidade de tudo saber. Os jovens jornalistas já começam, muitas vezes, tendo que abrir suas empresas e, muitas vezes, por salários próximos ao que é o salário mínimo nacional, sem respeito a qualquer cláusula legal ou de legislação. São obrigados a se submeter ao trabalho estafante de muitas horas a cada dia por um pagamento muito pequeno. Já nascem PJ, ao contrário dos jornalistas mais velhos, que se transformaram em PJs depois de, às vezes, longos anos vivendo e trabalhando como empregados celetistas, com seus direitos trabalhistas respeitados.

O que propõe o Sindicato a esses jornalistas, sejam eles jovens ou não? Lutar contra a pejotização. Ponto.

Além de ver, é preciso estar disposto a ouvir. E o sindicato não ouvirá coisas agradáveis ao olhar para os jornalistas de carne e osso que existem no mercado de trabalho de São Paulo hoje e propor a luta contra a pejotização, assim, sem mais nem menos. É o que os jornalistas escreveram em seus depoimentos.

Em primeiro lugar, os jornalistas questionam a própria representatividade do Sindicato. A quarta parte das respostas às perguntas abertas (25,9%) explicita diretamente ou permite que se infira de suas afirmações o julgamento de que o SJSP

está distante dos jornalistas, “vive numa bolha”, enclausurou-se no passado, “ignora os jornalista e seus problemas” e outras expressões semelhantes (já vimos várias delas nas reproduções de depoimentos acima)[84]. Em segundo lugar, com 21,5% de frequência está a avaliação de que o SJSP não fiscaliza a contento as irregularidades no mercado de trabalho dos jornalistas, o que também já apareceu com alguma insistência nos depoimentos selecionados para este texto. Depois, os jornalistas também reivindicam que o SJSP preste serviços seja na área de saúde, convênios ou outros, com qualidade (12,9%). Em seguida, os jornalistas criticam o Sindicato por este não ser firme o suficiente em suas ações contra os empregadores, tanto nos segmentos privado quanto na área pública (11%). O SJSP também se comunica mal com os jornalistas (9,5%). E, finalmente, uma parcela que não é desprezível das respostas (7,6%) vê um sindicato partidarizado, dominado por um grupo e sem relação com a categoria.

Esses percentuais não podem ser lidos como percentuais baixos, numa leitura simplista. Nossa pergunta aos jornalistas foi se ele era ou não sindicalizado. Não sendo sindicalizado, perguntamos a razão pela qual ele (ou ela) não era sindicalizado(a) e ainda se poderia indicar ações que o Sindicato pudesse fazer para motivá-lo(a) a se sindicalizar. Dos sindicalizados, perguntamos o que o SJSP deveria fazer para se aproximar mais dos jornalistas e para se fortalecer. Não houve, portanto, nenhuma sugestão específica levantando um tema que pudesse interferir no julgamento do jornalista durante a elaboração de sua resposta. Assim, são respostas espontâneas e os elementos trazidos pelos jornalistas foram de sua livre escolha.

O que as respostas trouxerem de bom é a negação de uma das nossas hipóteses iniciais de trabalho: “Os jornalistas mais jovens, menos politizados do que os mais velhos, mais individualistas, têm menos interesse no Sindicato do que os mais velhos”.

[84] Ver o conjunto da tabulação dos resultados no Quadro com as frequências das unidades de registro do conjunto das respostas às perguntas abertas no Apêndice I.

Não foi possível inferir a comparação entre os mais novos versus os jornalistas mais velhos. No entanto, pudemos inferir que 63,1% dos respondentes adotaram uma visão mais voltada para o coletivo do que para os problemas individuais, e ainda que há uma parcela dos jornalistas não desprezível de 5,7% dos respondentes interessados em se sindicalizar, independente de qualquer condição. O mais importante, no entanto, é que 46,4% dos respondentes manifestaram diretamente interesse em se sindicalizar ou escreveram seus textos de tal forma que foi possível inferir uma inclinação favorável à sindicalização, desde que o Sindicato promovesse mudanças que vários deles indicaram.

É um resultado surpreendente e positivo, se for lido por quem tem interesse em mudar. Falta ainda que os jornalistas transformem essa predisposição em disposição para a ação. Porque as respostas também evidenciam uma certa ideia de que existe, em algum lugar que não se sabe bem aonde é, um 'sindicato mágico', que funcione sem militância, sem esforço algum, sem nenhum sacrifício. Este sindicato não existe e não existirá.

Os novos caminhos passam e vão além das alternativas adotadas pelos sindicatos, identificadas por Rodrigues (1999) para superar a crise ou interromper a tendência de declínio. É necessário articular uma ação questionadora e atenta ao contexto das condições mutantes do mundo do trabalho, visando criar novas formas de resistência e recuperar perdas da última década, com uma atuação sensível às necessidades cotidianas dos jornalistas, como ensina Lefebvre (1981), buscando gerar solidariedade e fortalecer a identidade coletiva. É necessário também fortalecer uma atuação pública, comprometida com as grandes agendas da sociedade, em especial da democratização da comunicação, nas quais os jornalistas se reconheçam e valorizem seu Sindicato.

5.12 O que o SJSP deve fazer, segundo os jornalistas

O sentido de reproduzir os depoimentos dos jornalistas participantes da pesquisa com sugestões do que o SJSP deveria fazer para superar a distância com os jornalistas é que elas podem ser tomadas como um início de 'conversa'. Mostram uma disposição. Eles estão dizendo: "Olha aqui, gente, do Sindicato. As coisas não estão bem da maneira como estão. Mas nós não desistimos. Há coisas que podem ser feitas para que nos aproximemos do Sindicato. Como por exemplo...". Se tiver interesse em travar o diálogo, a direção do SJSP poderá fazer suas ponderações, afastar algumas sugestões porque já foram tentadas, ou explicar que elas já estão sendo implementadas, ou então argumentar que não concorda por esta ou aquela razão. E aceitar outras.

Olhando para essas sugestões aqui apresentadas, o significado do título da tese se explicita: uma parte importante dos jornalistas se reconhece distante do Sindicato, ao mesmo tempo em que manifesta o desejo de mudança nessa situação. Os depoimentos são uma prova disso.

Vamos a eles:

40 – "Talvez o mais indicado fosse uma aproximação ainda na fase universitária, quando há mais dúvida sobre o mercado de trabalho no setor da comunicação e um interesse maior em entender o que o sindicado pode oferecer. Digo isso por experiência própria. No período em que era um estudante faltava informações sobre isso. Para os já formados, creio que o sindicato precisa procurá-los, mostrar o que faz e o que pode fazer".

75 –"(...) É preciso criar uma agenda com ações que estimulem o novos jornalistas a entrarem em contato com o sindicato. O site do sindicato, por exemplo, é muito ruim. Essa é a principal forma de contato para essa nova geração. Um site com cara de velho,

dá a impressão de um sindicato velho. É preciso atuar mais nas redes sociais, sempre com foco em atrair os novos jornalistas".

93 – "Deveria ampliar a participação no ambiente de trabalho para além das discussões salariais".

94 – "(...)Trabalhei na SSP-Segurança Pública por oito anos. Ali não existe registro em carteira e o esquema é todo fraudulento. Nunca vi o sindicato aparecer ou ligar para lutar em prol de melhores condições de trabalho. O sindicato deveria pensar em todos os jornalistas, inclusive os de órgãos públicos".

97 – "Não gosto de me filiar a entidades que não conheço bem. O sindicato poderia explicar mais a sua atuação; poderia também ter mais serviços, ajudar mais o jornalista. Um exemplo seria ajudá-lo a tirar o MTB".

130 – "Não sou sindicalizada porque a classe de jornalistas ainda é muito desunida. Acredito que o Sindicato de São Paulo deveria pensar em fazer alguma ação que conecte os jornalistas e os façam ficar mais motivados. Por exemplo, de repente elaborar uma campanha que não seja só para sanar um problema, mas sim algo constante, como se fosse um movimento. Isso sim ajudaria. Já fui sindicalizada e confesso para vocês que não gosto do clima do Sindicato, do atendimento e nem das informações que recebo pelo jornal".

142 – "O Sindicato precisa de maior participação dos profissionais e fazer uma campanha em massa de sindicalização, convencendo os profissionais que esse é o único caminho de se fortalecer a categoria". (de um sindicalizado)

215 – "Informativos regionais, assuntos e informações de colegas próximos a nossa realidade. Poderia intercalar durante o ano os informativos normais que são produzidos com os regionais".

257 – Uma variedade grande de demandas: “O Sindicato poderia ser mais atuante no que diz respeito ao piso salarial do Litoral. Um aumento de R$ 100,00 beira o ridículo. A cidade de Santos não pode continuar a ser comparada com cidades do interior do estado. Para a minha motivação, o Sindicato deveria atuar firmemente nas empresas que têm setor de Comunicação e não apenas nos jornais e tvs. Fazer negociações sérias e justas”.

282 – “Fortalecer a base com aumento de sindicalizados e ações conjuntas da categoria para enfrentamento com os patrões, seja contra a precarização, seja nas campanhas salariais”.

289 – “[Não sou sindicalizado] por conta de decepções em campanhas salariais e por não sentir que o sindicato cumpra bem o seu papel. Faltam campanhas de sindicalização nas redações - esse é um importante fator motivacional”.

324 – “Estar mais antenado com o que está acontecendo com o jornalismo e procurar oferecer subsídios para que os jornalistas possam se atualizar e atuar no mercado. Melhorar/modernizar as instalações físicas do sindicato. Por exemplo: auditório. As pessoas não têm muito prazer em frequentar o sindicato e uma das razões é as condições em que se encontra. Precisa ser um lugar claro”.

327 – “Agregar a categoria em torno de um projeto comum, que desperte o interesse dos jornalistas espalhados pelas diferentes mídias (impressa, rádio, TV e internet). A descoberta ou construção desse ideal coletivo poderia contribuir para ampliar/fortalecer a importância do sindicato perante a categoria. Outra coisa é melhorar a comunicação (eletrônica, não a impressa) da entidade com a categoria – e os associados, em especial”.

-- x --

6. Conclusões

Nos últimos trinta anos, a sociedade brasileira passou por muitas e profundas transformações nos planos social, político, econômico e cultural, saindo inclusive de uma ditadura militar para um democracia a partir do final da década de 1980. O que não mudou, ou mudou muito pouco neste período, foi a essência, a institucionalidade, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, de forma que pudesse atender às novas demandas do jornalismo como atividade e da categoria profissional enquanto trabalhadores.

O cenário foi de alterações profundas no próprio de fazer jornalístico, impactado pelas novas tecnologias de informação, pela nova organização das empresas que publicam os jornais, pelas novas expectativas dos leitores e dos jornalistas que, como vimos são mais jovens que num passado recente, precarizados do ponto de vista das relações trabalhistas e polivalentes ou multimídia. Ou seja, muitas vezes exercem diversas funções nas várias plataformas tecnológicas para produzir jornalismo: a imprensa escrita, a televisiva, a radiofônica e a transmitida online pela internet.

Esta não adaptação do sindicato, especialmente nas questões trabalhistas, está na base do afastamento do jornalista da entidade. Nesse sentido, a principal causa da distância está no fato de a institucionalidade do sindicato não dar conta das demandas dos profissionais dos que trabalham como frilas, frilas fixos, autônomos ou pessoas jurídicas, uma grande parte da categoria, senão a maioria. Como vimos nas perguntas das entrevistas sobre o tema, a justificativa para o jornalista não se filiar ao sindicato foi principalmente porque, na opinião dos jornalistas que responderam o questionário, o sindicato não faz nada ou faz muito pouco pelos profissionais que não são contratados pela CLT.

De fato, como mostra a própria história do sindicato, o fim do jornalismo como “bico”, muito exercido por estudantes de Direito enquanto não se formavam ou montavam clientela, foi uma da batalhas do sindicato nas décadas de 1930 e 1940, no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda na vigência do Estado Novo. No entanto, por conta do avanço do neoliberalismo econômico que propugna pela desregulamentação ou não regulamentação, principalmente das relações trabalhistas e do mercado financeiro, a precarização de diversas categorias profissionais é uma realidade perversa e indiscutível.

Tudo indica que estas categorias e seus respectivos sindicatos terão que travar uma luta sem tréguas contra precarização, até porque o poder do lobby dos neoliberais é fortíssimo. O primeiro e mais importante mandamento do credo dos empresários, economistas e administradores de empresa que adotaram o neoliberalismo, que chega a ter um caráter fundamentalista, é enxugar custos a qualquer preço. Uma das vertentes para isso é a retirada gradual dos direitos conquistados pelos trabalhadores.

Também é assim nas empresas jornalísticas, embora o conteúdo que elas produzem não seja uma mercadoria como as outras. Ou seja, fazer jornal não é como produzir embutidos ou automóveis. A empresa que se dedica a esta atividade é necessariamente diferenciada, até porque não pode, embora a maioria o faça, ter unicamente o lucro como princípio pelo qual é regida. Mais que uma mercadoria, o jornalismo é um direito do cidadão de ficar informado. É também uma arena política para onde convergem e de onde emanam as questões sociais. Do mesmo modo, o jornalismo não é e não pode ser uma empresa como as outras pela própria imbricação que tem com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sobre os quais exerce (ou deveria exercer) uma vigilância permanente, o que deu ensejo a que alguns teóricos e setores da própria imprensa passassem a utilizar o termo de ”Quarto Poder”.

É neste cenário que o Sindicato precisa se reinventar. Entender que tem como público, ao menos virtualmente, muito mais amplo do que jornalistas que trabalham sobre o regime de CLT. Descobrir, por exemplo, a partir do próprio direito trabalhista, o que

pode ser feito para mitigar a precarização e impedir que ela se multiplique em formas ainda mais perversas. Ainda, descobrir como um sujeito coletivo baseado na solidariedade entre os pares, pode interferir na vida dos jornalistas para ajudá-los e enfrentar suas dificuldades que, diante de um quadro de precarização, de ganhos reduzidos e despesas crescentes, quais as iniciativas, serviços, atividades outras que podem ser feitas no sentido de fortalecer os jornalistas, melhorando suas condições para enfrentar a dura luta pela sobrevivência no mercado de trabalho e na vida em sociedade. Explorar, enfim, todas as possibilidades que uma entidade coletiva pode explorar, inclusive no debate e no enfrentamento das questões profissionais, da ética e do uso das técnicas jornalísticas.

O Brasil é uma país extremamente mal servido de serviços públicos e a ausência de um serviço público de saúde é um dos maiores problemas para a classe média, na qual estão os jornalistas. Esta se vê obrigada a pagar duas vezes pela saúde, quando arca com a elevada soma de impostos e quando contrata, pagando do seu bolso, os planos de saúde privados. Nesse contexto, os profissionais precarizados só podem contar com o Sistema Único de Saúde (SUS), cujas deficiências são bastante conhecidas. O jornalista precarizado não conta com os planos de saúde da rede privada, que muitas empresas pagam, integralmente ou em parte, para os seus contratados. Eis uma vertente em que o sindicato poderia atuar fortemente para ao menos minorar os problemas enfrentados por esses profissionais. O fracasso na tentativa empreendida com o Programa de Saúde do Sindicato, de 1999 a 2004, não deve impedir que se retome a iniciativa em novas bases.

Na esfera da educação continuada, em que o SJSP já atua, é possível fazer mais. No entanto, refundar o sindicato não significa apenas ampliar a cesta de serviços que presta. Os serviços de assistência, ainda que certas facções condenem, sob epíteto do "assistencialismo", é necessário. Mas não é o mais importante. O que precisa ser feito passa por uma reformulação conceitual e institucional da entidade. Como enfrentar e até mesmo se antecipar às mudanças nas relações trabalhistas? Com que conceito de jornalista como trabalhador o sindicato orientará suas lutas salariais e por outros

direitos? Não está na hora de ser revista a questão da jornada de trabalho, face às mudanças tecnológicas por que passa a profissão, neste momento em que se exige do jornalista que seja polivalente ou multimídia?

A questão está lançada. Trata-se agora de repensar e ir à luta, com senso crítico e criatividade, apostando em novos conceitos, estratégias e táticas. A boa notícia que fica é que os jornalistas estão sim interessados, e muito, em um Sindicato que se mostre atento para seus problemas e necessidades. Para isso, o SJSP precisa começar fazendo um esforço para ver os jornalistas reais que existem e se dispor a ouvir o que eles têm a dizer.

-- x --

REFERÊNCIAS[85]

ABRAMO, C. W. (Org.). **A regra do jogo**: O jornalismo e a ética do marceneiro. Prefácio de Mino Carta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ALBUQUERQUE, A. de; SILVA, M. A. R. da. Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil. **E-Compós,** Brasília, v.9, p. 30, 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/files/22ecompos09_Albuquerque_Silva.pdf>. Acesso em 28 mar. 2012.

ALBUQUERQUE, A. de; HOLZBACH, A. D. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais da redação da *Folha de S. Paulo*. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 149-170, 2008. Disponível em <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/viewFile/147/151>. Acesso em 11 dez. 2011.

ALVES, G. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 15, nº 0, p. 111-124, nov. 2000.

ANJ - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Comentários sobre o meio jornal**. 2010. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/comentarios-sobre-o-meio-jornal/>. Acesso em: 3 ago. 2012.

_____. **Circulação média diário dos jornais pagos**. 2011. Disponível em: <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/circulacao-diaria>. Acesso em: 3 ago. 2012.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 1995.

[85] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

_____. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.) **Infoproletários**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAUJO, L. F. de. et al. **Juventude e políticas públicas**: o perfil dos jovens na Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2007. Disponível em: <http://www.prograd.ufop.br/Downloads/Docencianoenssup/ Juventude_e_Políticas_Publicas.pdf>. Acesso em 23 jan. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro: 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: 2002.

BACCARELLI, M. R. T. **Manual para citações bibliográficas**: de acordo com a NBR 10520 da ABNT/set. 2002. Jaguariúna, SP: Polis Educacional, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2010.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Vs. I e II. 12. ed. Brasília: Editora UnB, 2004. 2v.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Código de Ocupações Brasileiras (CBO). S/d. Mecanismo de busca das profissões na internet. Disponível em: < http://www.mte.gov.br/ Empregador/CBO/procuracbo/default.asp>. Acesso em: 3 set. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 910, de 30 de novembro de 1938. Dispõe sobre a duração e condições do trabalho em empresas jornalísticas**. Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 03 dez. 1938. Seção 1, p. 24335. Disponível em: http://www2.camara.gov.br/legi/fed/ declei/1930-1939/decreto-lei-910-30-novembro-1938-349925-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 abr. 2011.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 1.262, de 10 de maio de 1939. Dispõe sobre o registro profissional dos jornalistas já no exercício da profissão e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 maio 1938. Seção 1, p. 10969. Disponível em: <http://www2. camara.gov.br/legin/fed/declei/ 1930-1939/decreto-lei-1262-10-maio-1939-349179-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 abr. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto-Lei nº. 972**, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0972.htm>. Acesso em: 24 out. 2011.

BRASIL. **Decreto nº 83.284**, de 13 de março de 1979. Dá nova regulamentação ao Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, que dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista, em decorrência das alterações introduzidas pela Lei nº 6.612, de 7 de dezembro de 1978. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/ 114721/decreto-83284-79>. Acesso em: 22 mar. 2012

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 3ª Região. PROC. : 2001.61.00.025946-3 AC 922220. O Ministério Público Federal propôs Ação Civil Pública (...), em face da UNIÃO, sustentando (...) a não recepção do artigo 4º e seu inciso V do Decreto-Lei n. 972/69, que exige a formação em curso superior de jornalismo para o exercício profissional de jornalista (...). **Acórdão**, 26 out. 2005. In: FENAJ. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/diploma/acordao_julgamento.htm>. Acesso em: 15 jan. 2012.

BRASIL. INEP. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**: graduação. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em 19 out. de 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 511.961**. Ementa: Jornalismo. Exigência de diploma de curso superior registrado pelo Ministério de Educação para o exercício da profissão de jornalista. Liberdades de profissão, de expressão e de informação. Constituição de 1988 (Art. 5º, IX e XIII, e Art. 220, Caput e § 1º). Não recepção do Art. 4º, inciso V, do Decreto Lei nº 972, de 1969. Relator: Min. Gilmar Mendes. Coordenadoria de Análise de Jurisprudência. Dje nº 213. Divulgação: 12/11/2009. Publicação: 13/11/2009. Ementário nº 2382-4. Disponível em: <http://redir.stf.jus. br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&DocID=605643>. Acesso em: 22 out. 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF derruba exigência de diploma para jornalista. **Notícias STF**, Brasília, 17 jun. 2009. Disponível em: http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=109696>. Acesso em: 5 nov. 2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf. Acesso em 29 fev. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CBO** (Classificação Brasileira de Ocupações). Profissionais do jornalismo. Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>. Acesso em: 29 fev. 2012.

BUCCI, E. Diretrizes curriculares: as faculdades de jornalismo e seu conteúdo **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 26 maio de 2009. Disponível em: <http://midiaeimagempublica.blogspot.com.br/2009/05/diretrizes-curricularesas-faculdades-de.html>. Acesso em: 20 maio 2011.

BUCCI, E. Assessor de imprensa é Jornalista? **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 9 set. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100909/not_imp607224,0.php>. Acesso em: 20 mai. 2011.

CALDAS, S. **Jornalismo Econômico**. São Paulo: Contexto, 2008.

CARVALHO, G. Dessindicalização, institucionalização e representação sindical. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 1, n.2, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/1722>. Acesso em 12 out. 2011.

CASTILHO, C. As lições de um manual de redação de jornal. São Paulo: **Observatório da Imprensa**, 27 out. 2011. Disponível em: jttp://www.observatoriodaimprensa.com.br/posts/view/as_licoes_de_um_manual_de_redacao_de_jornal. Acesso em 28 out. 2011.

CEBRIÁN, J. L. As teclas de Juan Luis Cebrián, fundador do 'El País'. Entrevista a Laura Greenhalgh. **O Estado de S. Paulo**. 17 abr. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/arteelazer,as-teclas-de-juan-luis-cebrian-fundador-do-el-pais,539361,0.htm>. Acesso em: 12 out. 2011.

CHAPARRO, M. C. **Pragmática do jornalismo**. 3 ed. rev. São Paulo: Summus, 2007.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS JORNALISTAS, 1ª, 1952. **Anais**. Rio de Janeiro, 1952.

CORNILS, P. Tudo ouço. Tudo vejo. Tudo falo? O debate sobre a liberdade de expressão ganha uma nova dimensão depois do WikiLeaks. São Paulo, **A Rede**, jan./fev. 2011, p. 30-35.

COSTELLA, A. **Comunicação: do grito ao satélite**. São Paulo: Mantiqueira, 1978.

CPDOC. **A era Vargas**: dos anos 20 a 1945. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30. Acesso em: 13 mar. 2012.

CRIADO, A. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fredghed@gmail.com> em 6 nov. 2011.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. de. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 10 ed. São Paulo: Edusp, 2002.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Contra a Precarização das Relações Trabalhistas:** Campanha nacional em defesa do mercado de trabalho dos jornalistas. Cartilha. Brasília: jun. 2004a.

_____. **Conselho Federal de Jornalismo:** ética e liberdade. Brasília: set. 2004b.

_____. Frente pelo piso nacional será lançada em abril no Congresso. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 24 fev. 2012a. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.Php?id=3531>. Acesso em: 27 fev. 2012.

_____. FENAJ amplia articulações pela aprovação da PEC dos Jornalistas. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas, 24 fev. 2012b. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.Php?d=3531>. Acesso em: 27 fev. 2012.

FONSECA, V. P. da S.; KUHN, W. L. Jornalista contemporâneo: apontamentos para discutir a identidade profissional. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 21, p. 57-69, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/26576?locale=en>. Acesso em: 15 jan. 2012.

GALETE, R. A. A quantas anda a classe média assalariada no Brasil? **Race**, Unoesc, v. 7, n. 1, p. 71-86. Joaçaba, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/ index.php/ race/article/view/380/124>. Acesso em: 15 jan. 2012.

GENRO Fº, A. **O Segredo da Pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Ortiz, 1989.

GHEDINI, F. B. **Os Jornalistas na Empresa-Escola**: as iniciativas da Editora Abril, de *O Estado de S. Paulo* e da *Folha de S. Paulo* para triar e treinar seus futuros profissionais. 1998,293 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. Tradução Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HELOANI, R. Vivendo no limite: quem são nossos formadores de opinião? **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 148-168, mar./maio 2005.

HELOANI, R.; CAPITÃO, C. G. **Formulações gerais sobre o objeto de pesquisa em psicologia**: estudo de caso. *In* MORENO, M. C.; ABIB, J. A. D. (Orgs.). Londrina: Eduel, 2007.

HERSCOVITZ. H. G. Visões sobre a profissão no século 21. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 8 jun. 2010. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/visoes-sobre-a-profissao-no-seculo-21>. Acesso em: 4 nov. 2011.

_____. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fredghed@gmail.com> em 30 mar. 2012.

HUA, V. Jornalismo participativo é sucesso no país. **Observatório da Imprensa**. 26 set. 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/jornalismo_participativo_e_sucesso_no_pais>. Acesso em: 3 out. 2011

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**: país tem declínio de fecundidade e migração e aumentos na escolarização, ocupação e posse de bens duráveis. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comunicação Social. Rio de Janeiro, 16 nov. 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia _visualiza.php?id_noticia=2018&id_pagina=1>. Acesso em: 27 fev. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População jovem no BrasiL**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Diretoria de Pesquisas - Departamento de População e Indicadores Sociais, 1999. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/populacao_jovem_brasil/populacaojovem.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais** [2009]: Uma análise das Condições de Vida da População Brasileira. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais: Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/ estatísica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindic sociais2010/SIS2010.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2012.

IVC - Instituto Verificador de Circulação. In **O Globo**, 24 jan. 2012. Disponível em: http://oglobo.globo.com/economia/circulacao-de-jornais-aumentou-35-no-pais-em-2011-3752204. Acesso em: 25 jan. 2012.

JORDÃO, F. P. **Dossiê Herzog**: prisão, tortura e morte no Brasil. 6. edição. São Paulo: Global Editora, 2005.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários:** nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

LAIMER, A. G. **O novo papel dos sindicatos**. São Paulo: LTr, 2003.

LARSON, C. O Triste Fim do Sonho Chinês. Tradução de Celso Paciornik. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 1 jan. 2012, A9. Publicado originalmente no *Foreign Policy*.

MEYERSO, H. Capitalismo VS. Democracia. Tradução de Celso Paciornik. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 nov. 2011, J5. Publicado originalmente no *Washington Post* .

LEFEBVRE, H. **Lógica formal/Lógica dialética**. Cap. IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEFEBVRE, H. **A presença e a ausência:** contribuição à teoria das representações. Tradução livre para fins acadêmicos: Maria Reneude de Sá e Iracema Campos Cusati. Cópia xerográfica. São Paulo: 2011. 20 p. Traduzido da edição em espanhol: **La presencia y La ausência.** México: FDE, 1983.

LEFEBVRE, H**. Crítica da vida cotidiana III**: da modernidade ao modernismo: por uma metafilosofia do cotidiano. Tradução Nobuko Kawashita. Traduzido da edição francesa: **Critique de La vie quitidienne**. Paris: L'Arche Éditeur, 1981. São Paulo. Cópia xerográfica, s/d. 171 p.

LIMA, C. do C. N. O Jornalista em pauta: mudanças no mundo do trabalho no processo de produção e no discurso. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXII; IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação – GP Jornalismo Impresso, 2009, Curitiba. **Papers nacionais.** São Paulo: Intercom, 2009. P. 15. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1120-1.pdf. Acesso em: 11 fev. 2011.

_____. **Comunicação e Mundo do Trabalho do Jornalista**: o perfil dos jornalistas de São Paulo a partir da reconfiguração dos processos produtivos da informação. 2010. 313 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação)**.** Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

_____. Como é ser jornalista no Brasil e em Portugal: uma análise comparativa sobre o discurso e a situação de trabalho do profissional nos dois países. In CONGRESSO MUNDIAL DE COMUNICAÇÃO IBERO AMERICANA –, I, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos**... Funchal: CONFIBERCOM, 2011. Disponível em: <http://confibercom.org/anais2011/pdf/71.pdf >. Acesso em: 11 fev. 2011.

LUTFI, E. P.; SOCHACZEWSKI, S.; JAHNEL, T. C. As representações e o possível. In: MARTINS, José de Souza. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 87-97.

MACHADO, C. R. S. Momentos da obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. **Ambiente & Educação**, Rio Grande, v. 13, n. 1, p. 83-95. 2008.

MARCONDES Fº, C. **A saga dos cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

MELO, J.M. de. **Comunicação social**: teoria e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1970.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MOISÉS, J. A. **Sociedade civil, cultura política e democracia: descaminhos da transição políticaп**. In: COVRE, Maria de Lourdes M. (org.). A cidadania que não temos. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOLINA, M. M. **Os melhores jornais do mundo**: uma visão da imprensa internacional. 2. ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. Qual é o futuro do "New York Times"? São Paulo, **Valor Econômico**, 20 fev. 2009. Disponível em: <http://www.brasilnews.com.br/News3.php?CodReg=18319&edit=Comunica%E7%E3o&Codnews=999>. Acesso em: 9 out. 2011.

MÜLLER, C. A. A Crise Estrutural dos Jornais: uma exploração comparativa sobre a situação nos EUA e no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, UnB, v. 5, n. 1, p. 80-108, 2011.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Coréia do Sul:** jornalismo participativo é sucesso no país. São Paulo: 26 set. 2005. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news /view/jornalismoparticipativoesucesso_no_pais. Acesso em: 10 out. 2011.

OLIVEIRA, M. **Publicação eletrônica** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fredghed@gmail.com> em 27 nov. 2012.

OLIVEIRA, R. V. de. **Sindicalismo e democracia no Brasil**: atualização do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. 2002. Tese (Doutorado de Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PINHEIRO, A; MACIEL, M. São Paulo. **Revista Imprensa**, n. 229. Nov. 2007

PORTAL Brasil. **Distribuição de renda reduz desigualdade no País ao menor nível da história, diz FGV**. Brasília, 3 mai. 2011. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/ 2011/05/03/distribuição-de-renda-reduz-desigualdade-no-pais-ao-menor-nivel-da-historia-diz-fgv>. Acesso em: 5 abr. 2012.

RAMALHO, J. R. Sindicatos: crise ou declínio no final do século? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, São Paulo, jun. 2000.

RAMONET, I. **Ignacio Ramonet descreve *explosão do jornalismo***. Entrevista a Frédéric Durand, no *L'Humanité.* Tradução Antonio Martins. 20 abr. 2011. Disponível em: <http: //www.outraspalavras.net/2011/04/20/ignacio-ramonet-descreve-%E2%80%9Ca-explosao-do-jornalismo%E2%80%9D/>. Acesso em: 13 out. 2011.

REICH, R. B. A pobre classe média americana. Tradução Celso Paciornik. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 set. 2011, A21. Publicado originalmente no *The New York Times*.

RIBEIRO, J. H. **Jornalistas 1937 a 1997:** história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones. Edição comemorativa dos 60 anos da fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. Prefácio de Mário Covas. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

ROCHA, P. M. A profissionalização no jornalismo e o mercado de trabalho para mulheres no estado de São Paulo. **Revista Jurídica Eletrônica Unicoc**, [Ribeirão Preto], n. 2, out. 2005. Disponível em: <http://www.revistajuridicaunicoc.com.br/midia/arquivos/ArquivoID_51.pdf>. Acesso em: 3 set. 2011.

RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R. **Trabalhadores, indústria automotiva e região**: por que comparar o ABC Paulista com o Sul Fluminense? In: RODRIGUES, I. J.; RAMALHO, J. R. (ORG.). Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos: comparação entre o ABC Paulista e o Sul Fluminense. São Paulo: Annablume, 2007, p. 13-43.

RODRIGUES, L. M. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: EDUSP, 1999.

SANTANA, M. A.; RAMALHO, J. R. **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

SEIXAS, M. R. M. **Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo:** 1937 – 1962. 1980. 239 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

SILVA, L. I. L. da. Carta ao Povo Brasileiro. **Fundação Perseu Abramo**. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/carta-ao-povo-brasileiro-por-luiz-inacio-lula-da-silva>. Acesso em: 5 ago. 2012.

SILVA, M. A. R. da. Os jornalistas e sua greve: consciência de classe e debate político. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2º, 2004. Florianópolis. GT História do Jornalismo, coordenação: Profª Dra. Marialva Barbosa (UFF). **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=1&ved=0CCUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fpaginas.ufrgs.br%2Falcar%2Fencontros-nacionais-1%2F2o-encontro-2004-1%2FOS%2520JORNALISTAS%2520E%2520SUA%2520GREVE%2520CONSCIENCIA%2520DE%2520CLASSE%2520E%2520DEBATE%2520POLITICO.doc&ei=4hV1T6SlJsTX0QG4nKyQDQ&usg=AFQjCNFME7q6GMllY92IPlwx0i5GITRDpg&sig2=qDidBd3WJIB2FnXofiCMQw>. Acesso em: 25 ago. 2011.

_____. A greve como arma e o assalariamento como fim: o novo sindicalismo e o drama da identidade profissional dos jornalistas na década de 1980. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 6º, 2008. Porto Alegre. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <http://paginas.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/A%20greve%20como%20arma%20e%20o%20assalariamento%20como%20fim%20o%20novo%20sindicalismo%20e%20o%20drama.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2011.

SJSP. 1999. Disponível em: <http://www.sjsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=83&Itemid=112>. Acesso em: 9 mar. 2012.

_____. **Plano Estratégico** – 2004 a 2006. Em arquivo digital do autor. Fev. 2004.

_____ . Estudo sobre o número de jornalistas PJ em 2005. Arquivo do autor.

_____. Estatuto do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. 10 dez. 2010. Disponível em: <http://www.sjsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=76>. Acesso em: 4 out. 2011.

_____. 2012a. Disponível em: <http://www.sjsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3610%3Aedital-de-convocacao-das-eleicoes-sindicais&catid=46%3Aoeste-paulista&Itemid=1>. Acesso em: 9 mar.2012.

_____. 2012b. Disponível em: <http://www.sjsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3644:comunicado-sobre-a-perda-de-mandato-do-diretor-alcimir-do-carmo&catid=36:destaque>. Acesso em 9 mar. 2012.

TOSTA, T. L. D. **Antigas e novas formas de precarização do trabalho**: o avanço da flexibilização entre profissionais de alta escolaridade. Tese (Doutorado em 2008) - Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo:** Volume II – A tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

UNIDADE. São Paulo: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. 1975 – fev. 2012. Jornal mensal.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Sistema Integrado de Bibliotecas da USP. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP**: documento eletrônico e impresso. Parte I (ABNT). Universidade de São Paulo. 2. ed. rev. amp. São Paulo: 2009. 102 p.

WAN-IFRA, World Association of Newspapers and News Publishers. Million Dollar Strategies for newspaper companies. In **Shaping the Future of Newspaper Project.** v. 9, Report, n. 5, Jun. 2010. Disponível em: <http://www.knightdigitalmediacenter.org/ images/uploads/ SFN_9.5_final_.pdf>. Acesso em: 22 set. 2011.

WRIGHT, L.; FISK, R. Roda Viva. São Paulo, **TV Cultura**, 10 jul. 2007. Entrevista. Mediador: Paulo Markun. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/ 336/entrevistados/Lawrence_wrigth_e_robert_fisk_2007.htm>. Acesso em: 5 out. 2011.

--- x ---

Apêndices

APÊNDICE A – Linha do tempo

Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo; legislação trabalhista e sindical; regulamentação da profissão; jornalismo; principais fatos políticos.

1937 a 2012 [86]

Apresentação

Esta Linha do Tempo resume os fatos marcantes da categoria a partir da fundação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, em 15 de abril de 1937, até o mês de março de 2012, quando foi eleita a nova diretoria para o triênio 2012/2015. Trata-se de uma cronologia com as conquistas e retrocessos da profissão, a partir da visão sindical e trabalhista, incluindo também aspectos éticos e de cidadania do jornalismo.

Na impossibilidade de registrar todos os acontecimentos, foram selecionados os fatos que pudessem ilustrar ou explicar as transformações vivenciadas pelos jornalistas. Ao longo da existência da entidade, as lutas pelos direitos trabalhistas ocorrem juntamente com as lutas democráticas do povo brasileiro. Nas décadas iniciais de atuação, o Sindicato buscava ampliar sua base no Estado, mas também lutava contra a ditadura do Estado Novo. Outro momento emblemático foi a missa ecumênica em protesto pela morte do jornalista Vladimir Herzog, em 1975, que representou um marco na mobilização da sociedade contra a ditadura militar.

[86] Até março.

Nestas sete décadas, houve duas greves importantes feitas pelos jornalistas em São Paulo, que marcaram a vida e o imaginário da categoria, além de dezenas de paralisações em redações da capital e do interior, normalmente pelo descumprimento de direitos básicos. A greve de dezembro de 1961 foi vitoriosa, pois obteve a conquista do piso salarial para jornalista (dois salários mínimos), pela primeira vez no País. Já o segundo movimento geral, ocorrido em 1979, foi um grande baque para a categoria – os jornais continuaram circulando, não se conquistou nenhuma reivindicação e houve muitas demissões.

Em períodos mais recentes, percebem-se os efeitos da informatização das redações e das políticas neoliberais, que geraram grande desemprego nos anos 1980 e 1990. Ainda na década de 1990, o movimento sindical perdeu força em todos os segmentos. Nos jornalistas, manteve-se o movimento de distanciamento dos jornalistas em relação ao Sindicato, processo que se aprofundou ainda mais nos anos 2000, que também vêm sendo marcados pelos riscos à organização e à regulamentação profissional. A sequência de acontecimentos permite acompanhar os debates sobre a formação profissional, da criação das primeiras escolas de jornalismo ao fim da obrigatoriedade do diploma em 2009.

A presente Linha do Tempo reúne ainda registros de projetos de lei sobre a regulamentação profissional, atividades promovidas pelo Sindicato (cursos, palestras, debates) e posicionamentos públicos (atos de protestos, notas de repúdio). No painel aparentemente caótico, emerge o trabalhador jornalista e suas relações com os empregadores e a profissão, com a ética da profissão, seu papel social e as questões de cidadania.

_____

1937

- 15 de abril: fundação do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. A Diretoria Provisória é presidida por Breno Pinheiro (RIBEIRO, 1998, p. 205);
- 10 de novembro: Getúlio Vargas cria o Estado Novo: fecha o Congresso Nacional, extingue os partidos políticos e inicia um período ditatorial com prisões políticas, perseguições e tortura (Ribeiro, 1998, p. 205);
- dezembro: primeiro boletim do Sindicato (*Boletim do Syndicato dos Jornalistas de S. Paulo, Anno I, nº I*) sai com a manchete "ESCOLA DE JORNALISMO", defendendo a criação do curso de Jornalismo na recém criada Universidade de São Paulo (USP), "efervescente com a chegada de pesquisadores e professores da Europa, principalmente da França" (ibid., 44).

1938

- Jornalistas são compulsoriamente associados ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários (ibid., 205);
- Sindicato forma comissão integrada por Antonio Figueiredo, Rubens Amaral e Humberto Dantas para redigir projeto de regulamentação do exercício profissional que "serve como contribuição para a redação do Decreto-Lei 910" (ibid., 205);
- 30 de novembro: promulgado o Decreto-Lei 910. É a base efetiva de toda a legislação profissional dos jornalistas. Estão lá colocados: a jornada de cinco horas, podendo ser estendida para sete com o pagamento do acréscimo de 25%; o descanso semanal remunerado; a necessidade do registro profissional para o exercício da profissão. O Artigo 17 diz que o "Governo Federal, de acordo com os governos estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa". E o Parágrafo Único do mesmo artigo estabelece que, "criadas as escolas [...] a inscrição no Registro da Profissão Jornalística só se fará, para os novos profissionais, em face dos diplomas do curso feito ou exames prestados em tais escolas" (Ibid., 205; BRASIL. Decreto-Lei n. 910);
- Sindicato cria a seccional de Santos (ibid., 205).

1939

- 10 de maio: promulgado o Decreto-Lei 1.262, que garante o registro para quem comprovasse o exercício profissional “há mais de 10 anos” na data da promulgação do DL 910 (BRASIL, Decreto-Lei 1.262);

- 12 de junho: o Decreto-Lei 1.341 prorroga o prazo para o registro profissional e estabelece que os diretores-proprietários dos jornais também possam obter os registros profissionais, comprovando sua condição enquanto tais (BRASIL, Decreto-Lei 1.341);

- 5 de julho: Decreto-Lei 1.402 regulamenta a atividade sindical. O decreto de Getúlio estabelecia regras para o funcionamento dos sindicatos, incluindo as eleições sindicais. Os jornalistas de São Paulo não aceitaram a suspensão das eleições já marcadas. Foram às urnas e elegeram Arsênio Tavolieri para presidente (Ribeiro, 1998: p. 206);

- Setembro: José de Oliveira Orlandi, primeiro presidente eleito pela categoria no ano anterior, cria uma comissão "pró-Curso de Jornalismo" e realiza diversas visitas e audiências para viabilizar o projeto. (Jornalistas e Companhia, “Do bico ao piso” in A Epopéia do Jornalismo. http://www.jornalistasecia.com.br/edicaoespecial07.htm. Acesso em 6 abr. 2012);

- o Departamento Nacional do Trabalho determina a obrigatoriedade do registro profissional do jornalista e define redatores, repórteres, revisores, fotógrafos, ilustradores, arquivistas e locutores de rádio como membros da categoria (Ribeiro, 1998: p. 206)

- Criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), chefiado por Lourival Fontes (ibid., p. 206). Segundo Joel Silveira, jornalista que na época trabalhava para Samuel Wainer na revista Diretrizes, o DIP tinha o controle total sobre os veículos: aplicava censura prévia, por meio de telefonemas às redações; subornava jornalistas e donos de jornais que participavam do Conselho Nacional de Imprensa; controlava a distribuição do papel de imprensa, que era todo importado; e era diretamente responsável por cerca de 60% da publicidade veiculada nos órgãos de imprensa. Assim, era capaz de decidir sobre a vida e a morte de qualquer veículo impresso (NEGREIROS, 1979).

1940

- 1º de maio: Getúlio Vargas cria o Salário-mínimo (ibid., p. 206);
- 8 de julho: instituído o Imposto Sindical (ibid., p. 206);
- colocando-se contra o Imposto Sindical, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo devolve aos jornalistas a parte que lhe cabe do valor arrecadado (ibid., p. 206).

1941

- Joaquim O. S. Camargo e Gumercindo Fleury são eleitos presidente e vice do Sindicato. (ibid.:206)
- 1º de julho: nasce a TV comercial nos EUA. (ibid.:206)
- 18 de agosto: vai ao ar o Repórter Esso, na Rádio Nacional do Rio de Janeiro. (ibid.:206)
- 8 de dezembro: o Japão bombardeia Pearl Harbour e os EUA entram na 2ª Guerra Mundial. (ibid.:206)

1942

- 2 de março: Decreto-lei 4.144 institui o abatimento de 30% no valor das passagens em navios nacionais para jornalistas (ibid., p. 206); http://www.soleis.adv.br/jornalistaprofissao.htm, acesso em 18 mai. 2011)
- 18 de abril: a base territorial do Sindicato é ampliada para todo o Estado e seu nome passa a ser o atual: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo. (ibid., p. 206);
- agosto: o 1º Congresso de Jornalistas do Estado discute aumento de salários, paridade entre os profissionais de São Paulo, Santos e Campinas; nível mínimo de remuneração, revisão do registro e da regulamentação e implantação dos cursos de Jornalismo (ibid., p. 207).

1943

- Getúlio Vargas promulga a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e lança uma campanha de sindicalização em massa (ibid., p. 207);

- 13 de maio: promulgado o Decreto-lei 5.480, instituindo o curso de jornalismo no sistema de ensino superior do país, que deveria ser oferecido pela Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro. Foi modificado pelo Decreto 22.245, de 1946, que abriu a possibilidade para que os cursos de jornalismo fossem abertos e ficassem subordinados às faculdades de Filosofia que o organizassem (BRASIL, Decreto-lei 5.480; ANTONIOLI, 2006: p. 31).

1944

- Diretores do Sindicato são impugnados pelo Ministério do Trabalho;
- agosto: Portaria 39 institui o atestado de ideologia, obrigando candidatos a cargos em sindicatos a apresentarem documento comprovando que não professam ideologias incompatíveis com as instituições ou os interesses da Nação (ibid., p. 207).

1945

- 13 de agosto: promulgado o Decreto-Lei 7.858, estabelecendo remuneração mínima aos que exercem a função de revisor (ibid., p. 208; JusBRASIL);
- no fim do ano, primeira campanha salarial do Sindicato – até então as questões trabalhistas eram tuteladas pelo Ministério do Trabalho – reivindica, por meio de dissídio, reajuste para todos os integrantes da categoria em São Paulo e em Santos, sendo que para repórteres fotográficos, revisores, arquivistas e telefonistas, o reajuste seria maior (ibid., pp. 67 e 208).

1946

- 15 de março: Decreto-Lei 9.070 regulamenta o direito de greve (ibid., p. 208);
- março: Sindicato envia comissão ao Rio de Janeiro para negociar com o Ministério do Trabalho e levar memorial de apoio às reivindicações dos jornalistas cariocas (ibid., p. 208);
- julho: enviado ao Ministério do Trabalho abaixo-assinado da imprensa de São Paulo pedindo a decretação do aumento salarial solicitado anteriormente (ibid., p. 208);
- julho: Sindicato negocia com gráficos a organização de uma frente para conduzir a campanha salarial, com a reivindicação de um aumento de 50% (ibid., p. 208);

- 18 de setembro: Constituição Federal isenta Jornalistas do Imposto de Renda, da Transmissão Inter Vivos (ITBI, imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos) e do Imposto Predial; introduz mudanças nos sindicatos, que passam a ser instituições de direito privado; proíbe estrangeiros de serem proprietários de empresas jornalísticas; e torna a importação de papel para a imprensa imune de tributação (ibid., p. 209);
- 20 de setembro: sindicatos dos jornalistas de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia fundam a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), tendo como primeiro presidente Augusto Freitas Lopes Gonçalves (ibid., p. 209);
- dezembro: jornalistas de São Paulo decidem abrir dissídios coletivos contra as empresas que não atenderam às reivindicações salariais (ibid., p. 208);
- criadas delegacias do Sindicato em Bauru, Ribeirão Preto, Marília e Taubaté[87] (ibid., p. 209);
- criada em Copenhagen (Dinamarca) a Organização Internacional dos Jornalistas, ligada aos comunistas (ibid., p. 209);
- Sindicato se filia à Confederação dos Trabalhadores do Brasil – CTB, ligada ao Partido Comunista do Brasil – PCB (ibid., p. 209).

1947

- Janeiro: criado o primeiro curso regular de graduação em Jornalismo do país, da Fundação Cásper Líbero. O curso seria oferecido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como determinava a legislação da época, em convênio com a Fundação Cásper Líbero. O curso foi autorizado pelo Decreto 23.087, de 19 de maio, e começou a ser oferecido efetivamente a partir de 1948 (ibid., p. 209; Decreto-Lei 5.480; ANTONIOLI, 2006, p. 31);
- Sindicato insiste junto ao Governo de São Paulo pela instalação de curso de Jornalismo (RIBEIRO, 1998, p. 209);

[87] A criação de uma mesma Delegacia Regional – depois simplesmente 'Regional' – poderá aparecer em mais de uma data, como decorrência do fechamento e reabertura dessas seções sindicais em função do nível de atividade de cada uma delas e do próprio Sindicato como um todo.

- 3 de outubro: Sindicato rejeita anteprojeto do Governo Federal sobre eleições sindicais e apoia proposta de João Amazonas (PCB), apresentada à Câmara dos Deputados (ibid., p. 209);
- presidente Dutra veta o Projeto Café Filho, defendido pela Fenaj e aprovado pelo Congresso Nacional, que reestrutura a carreira do jornalista e estabelece níveis mínimos de remuneração (ibid., p. 209);
- Sindicato desenvolve ampla campanha pela rejeição ao veto presidencial ao projeto Café Filho. O veto não é derrubado (ibid., p. 209).

1948

- Criado o curso de Jornalismo da Universidade Católica do Rio de Janeiro (ibid., p. 210);
- Plínio Barreto (UDN) apresenta anteprojeto de Lei de Imprensa. A reação dos jornalistas consegue impedir sua aprovação até 1953 (ibid., p. 210);
- jornalistas reivindicam 100% de aumento salarial em dissídio por empresas (ibid., p. 210).

1949

- Abril (em São Paulo) e novembro (em Salvador), II e III Congressos Nacionais dos Jornalistas, respectivamente, discutem a criação da Ordem dos Jornalistas, a Lei de Imprensa e a ética profissional (ibid., p. 210);
- o jornal *Diário Popular* começa a pagar descanso semanal aos jornalistas (ibid., p. 210).

1950

- Sindicato põe-se em assembleia permanente em virtude da demissão do presidente Freitas Nobre pelos Diários Associados (ibid., p. 210);
- iniciado movimento contra a pretensão do sindicato patronal de abolir o descanso nos domingos e feriados (ibid., p. 211);
- transferida a sede do Sindicato para a Rua Álvares Machado, 22, sede da Associação Paulista de Imprensa. (ibid., p. 211);

- Ministério do Trabalho volta a exigir “atestado de ideologia” para dirigentes sindicais. Os jornalistas lançam campanha em todo o estado contra a exigência (ibid., p. 211).

1951

- Getúlio Vargas, que assumiu a Presidência da República em 31 de janeiro, eleito pelo voto popular, cancela exigência de atestado de ideologia (ibid., p. 211);
- IV Congresso Nacional dos Jornalistas, em Recife, debate Ordem dos Jornalistas, ética profissional e legislação, entre outros temas (ibid., p. 211);
- Sindicato impetra queixa-crime contra o Correio Paulistano, pela publicação de artigos injuriosos aos jornalistas (ibid., p. 211);
- Lei 1.836 assegura prioridade de importação para papel de imprensa. (ibid., 211).

1952

- Universidade do Brasil, no Rio, realiza seu primeiro vestibular para Jornalismo (ibid., p. 211);
- Sindicato pede financiamento ao IAPC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários) para casa própria aos jornalistas no Interior (ibid., p. 211);
- o vice-presidente Café Filho propõe prisão especial para jornalistas (ibid., p. 211);
- jornalistas de São Paulo fazem paralisação pela aprovação do projeto de lei do deputado federal Dario de Barros, apresentado em 1951, que propõe a reestruturação profissional e o estabelecimento de níveis de remuneração para jornalistas (ibid., p. 211).

1953

- 13 de março: o jornalista Darwin Silveira Pereira registra em cartório, em São Paulo, o título do jornal Unidade, que seria cedido posteriormente ao Sindicato, em novembro de 1975 (Unidade, nº 341, p. 2);
- início de greve em São Paulo com manifestação de 8 mil tecelões. Surge nova liderança que cria o Pacto de Unidade Intersindical (PUI), embrião do Comando Geral dos Trabalhadores (ibid., p. 212);
- recusado pelo Senado Federal projeto de lei de Dario de Barros (ibid., p. 212);

- começa nova campanha salarial diretamente com o sindicato patronal, baseada na atuação do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro (ibid., p. 212);
- Fenaj propõe a extensão do acordo salarial obtido no Rio de Janeiro para todo o país: aumento de 80% sobre o salário de 1949 (ibid., p. 212);
- inaugurada Colônia de Férias do Sindicato em Santos e instalada a Agência de Colocação do Sindicato, posteriormente, Bolsa de Empregos (ibid., p. 212);
- sancionada nova Lei de Imprensa, Lei 2.083 (ibid., p. 212).

1954

- Sindicato assina com os trabalhadores gráficos um pacto de ação, o Acordo de Amizade e Apoio Mútuos (ibid., p. 212);
- jornalistas que participaram do V Congresso Nacional dos Jornalistas no ano anterior são demitidos pelos Diários Associados e posteriormente readmitidos por ação judicial (ibid., p. 212);
- abril: comissão chefiada por Freitas Nobre entrega ao ministro do Trabalho memorial pedindo a revogação do Decreto-lei 7.037, de 1944, que estabelecia o mínimo salarial para a categoria (ibid., p. 212). O valor estava defasado e as funções definidas no DL também não estavam de acordo com as que efetivamente existiam nas redações;
- 2 de setembro: jornalistas participam da greve nacional de 24 horas, que reivindica aumento de salários, vigência do salário-mínimo, congelamento de preços, liberdade de imprensa e liberdade sindical.

1955

- Sindicato continua com a campanha salarial iniciada em 1953. Segundo seus estudos, os jornalistas de São Paulo não recebem nem o salário mínimo estipulado pelo governo. Tentam, junto com os gráficos, negociar diretamente com as empresas (ibid., p. 212);
- Comissão de Sindicância do Sindicato passa a opinar sobre concessão de registro profissional (ibid., p. 213);

- irregularidades na emissão de registros fazem ressurgir a proposta da criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil, com o que o Sindicato de São Paulo não concorda (ibid., p. 213);
- Sindicato participa da Comissão de Imposto Sindical do Governo Federal (ibid., p. 213);
- novembro: criado o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), mantido diretamente pelos sindicatos (ibid., p. 213);
- criado o jornal *Unidade*, órgão do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, dirigido por Luiz de Araújo Faria, mas ainda com circulação irregular (ibid., p. 213).

1956

- Ministério do Trabalho reconhece o Sindicato dos Jornalistas Liberais do Rio (ibid., p. 213);
- Sindicato participa da Conferência da Mulher Trabalhadora (ibid., p. 213).

1957

- Sindicato decide suscitar novo dissídio coletivo para reajustar os salários recebidos pela categoria desde setembro de 1956 (ibid., p. 213);
- Sindicato adere ao Pacto de Unidade Intersindical (PUI) (ibid., p. 213);
- criada comissão no Sindicato para estudar a aposentadoria especial para jornalistas (ibid., p. 213);
- inaugurada sede da Associação dos Repórteres Fotográficos de São Paulo (Arfoc-SP) (ibid., p. 213);
- constituída comissão para apurar irregularidades em contratações nas *Folhas* (ibid., p. 213);
- instalada Delegacia Regional do Sindicato em Ribeirão Preto (ibid., p. 213).

1958

- 6 de junho: Decreto 43.839 estabelece que o ensino de Jornalismo, até então exclusividade das faculdades de Filosofia, “poderá ser ministrado em instituto autônomo, integrante da Universidade [...]”. A autonomia do ensino de Jornalismo em

relação às faculdades de Filosofia foi considerada uma conquista histórica dos jornalistas. Assim, os cursos de Jornalismo "começam a se definir, efetivamente, em função de organizações didático-pedagógicas próprias" (ANTONIOLI, 2006: p. 33);

- Sindicato organiza um curso de Jornalismo e cria setor para promoção de cursos (ibid., p. 214);

- iniciada a concessão, pelo Sindicato, de auxílio funeral para as famílias de jornalistas (ibid., p. 214).

1959

- 13 de janeiro: Juscelino Kubitschek sanciona Lei 3.529, que estabelece a aposentadoria especial para jornalistas aos 30 anos de trabalho. A Lei é revogada em 1996;

- Sindicato constitui comissão para elaborar proposta de um Código de Ética. O relator é o jornalista e militante trotskista Hermínio Sacchetta (ibid., p. 214).

1960

- Sindicato compra a sede da Delegacia Regional de Santos (ibid., p. 214);

- realizado o primeiro Congresso de Ensino de Jornalismo (ibid., p. 214);

- acordo com os patrões estabelece, pela primeira vez, mínimo profissional para todo o Estado e um aumento de 30% sobre salários reajustados pelo dissídio de 1959 (ibid., p. 214);

- jornal *Unidade* passa a se chamar *Unidade Jornalística* (ibid., p. 214).

1961

- criada a Comissão de Denúncia Salarial (ibid., p. 214);

- 12 de julho: Sindicato apoia luta dos radialistas contra o "Decreto Rolha", que visa regulamentar a radiodifusão, com paralisações nas redações por dez minutos e mobilização em defesa da liberdade de imprensa (ibid., p. 215);

- 22 de agosto: apenas três dias antes de renunciar à Presidência da República, Jânio Quadros decreta a obrigatoriedade do diploma para jornalistas (Decreto 51.218, revogado no ano seguinte);

- realizado sob o regime parlamentarista, o IX Congresso Nacional dos Jornalistas, em Nova Friburgo (RJ), discute salários, exercício profissional e liberdade de imprensa (ibid., p. 215);
- começa campanha de esclarecimento sobre a desnacionalização da imprensa (ibid., p. 215);
- Sindicato faz gestões junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) para que o registro profissional seja dado apenas às pessoas que efetivamente trabalharem em jornais, pois aparecem casos de registros obtidos na DRT por jogo de influência (ibid., p. 215);
- 1º de dezembro: começa a greve dos jornalistas de São Paulo, vitoriosa "do começo ao fim". Durante a greve, os jornais deixam de circular. O Sindicato era presidido por Ewaldo Dantas Ferreira e as assembleias da greve por Fúlvio Abramo. Intensas articulações com todas as forças políticas representadas entre os jornalistas e com os gráficos permitiram que se conquistasse ampla unidade dentro da categoria. A união de todas as forças políticas foi fundamental para a vitória do movimento e a resistência à repressão da Força Pública, principalmente no piquete em frente aos Diários Associados, na Rua 7 de Abril. A ajuda dos gráficos também contribuiu para a vitória da greve (depoimento de Fúlvio Abramo ao autor). A greve durou cinco dias, e teve como principal conquista a consagração do princípio do piso profissional – definido em julgamento que marcou o fim da greve pelo Tribunal Regional do Trabalho – em dois salários mínimos. Este princípio foi posteriormente reafirmado pelo Tribunal Superior do Trabalho, em Brasília, em acórdão publicado em 1964 (ibid., pp. 93 a 99 e 215).

1962

- 12 de junho: como medida compensatória por ter revogado o Decreto 51.218, o gabinete chefiado por Tancredo Neves cria uma comissão para tratar da legislação regulamentando a profissão do jornalista. "O resultado do trabalho da comissão foi o Decreto 1.177, reinstituindo a formação superior, mas também prevendo a formação autodidata e o reconhecimento do profissional do interior, onde não havia faculdades de Jornalismo" (Fenaj, 2009). O Decreto também condiciona o exercício do Jornalismo ao registro no Ministério do Trabalho (só com diploma de curso superior) e cria a

categoria do estagiário; classifica a profissão de jornalista como diferenciada, trazendo como consequência a admissão de jornalistas em outras empresas que não necessariamente jornais, além do enquadramento sindical dos jornalistas que trabalham em rádio e TV (Ribeiro, 1998: p. 215);

- 5 de julho: greve geral consegue aprovação da Lei 4.090, referente ao 13º salário (ibid., p. 215);
- julho: com a demissão de vários jornalistas em São Paulo, o Sindicato entra em assembleia permanente e em campanha contra as demissões (ibid., p. 215);
- 27 de agosto: Lei 4.117 institui o Código Brasileiro de Telecomunicações (ibid., p. 216);
- 4 a 9 de setembro: a V Conferência Nacional dos Jornalistas, em Recife, aprova a elaboração do Estatuto do Jornalista (ibid., p. 216);
- dezembro: greve por atraso de salário dos jornalistas do *Correio Paulistano* (ibid., p. 216).

1963

- Almino Afonso, ministro do Trabalho do governo João Goulart – o país voltara ao regime presidencialista após o plebiscito de 6 de janeiro –, retira da Constituição o veto à formação de organismos intersindicais, o que propicia a atuação da CGT (ibid., p. 216);
- cotas de importação para empresas jornalísticas, cujo principal item é o papel, são reduzidas (ibid., p. 216);
- greve geral dos trabalhadores das rádios (ibid., p. 216);
- por acórdão (6/63), Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo fixa a data base dos jornalistas para 19 de dezembro (ibid., p. 216);
- Sindicato solicita ao ministro do Trabalho a revogação do Decreto 1.177, até a profissão ser regulamentada (ibid., p. 216);
- Sindicato se posiciona contra projeto de lei do senador por São Paulo José Ermírio de Morais (PTB), que propõe a fixação do número de páginas para jornais de circulação diária (ibid., p. 216);

- 23 de julho: dois decretos para a área de radiodifusão: o Decreto 52.286 regula as atividades das estações de rádio e de televisão no país e o de número 52.287 regulamenta o exercício da profissão de radialista (ibid., pp. 216-217);
- 13 de dezembro: Decreto 53.263 redefine a conceituação de jornalista, aprova o regulamento sobre o registro de jornalista profissional e omite a função do locutor de rádio (ibid., p. 217);
- pauta de reivindicações da campanha salarial do Sindicato contém, pela primeira vez, proposta de fixar o período anual de férias para os jornalistas em 30 dias corridos, pagamento em dobro do valor das férias e pagamento dos direitos autorais na base de um dia de salário por matéria ou foto publicadas por órgão diferente daquele em que trabalha o profissional (ibid., p. 217).

1964

- com uma inflação que chega aos 80% ao ano, aumenta a tensão política no país; o presidente João Goulart pede ao Congresso decretação do Estado de Sítio, o que é negado; promulgada lei limitando remessa de lucros ao exterior; e anuncia, em comício no Rio de Janeiro para 250 mil pessoas, decreto de desapropriação de terras à margem das rodovias, para efeito de reforma agrária, e encampação de refinarias de petróleo particulares, além de pressionar o Congresso a aprovar as "Reformas de Base"; oposição organiza em São Paulo a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" com participação de 500 mil pessoas (19 de março) e logo depois (26), no Rio de Janeiro; marinheiros e fuzileiros organizam movimento reivindicando melhorias (alimentação, não usar uniforme fora do serviço, direito de casar...), o que é considerado quebra de hierarquia pelos oficiais (ibid., p. 217);
- 31 de março: golpe de Estado depõe o presidente João Goulart e inicia o período da Ditadura Militar, que vai durar 21 anos, até março de 1985. (ibid., p. 217);
- 1º de abril: os maiores veículos de comunicação apoiam o Golpe de Estado. *Diários Associados*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de S. Paulo* publicam editoriais festejando o fim do governo João Goulart (Wikipédia – verbete Regime Militar no Brasil – acesso em 7 abr. 2012);

- 1º de abril: incendiada a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), que posteriormente será demolida, em junho de 1980, no governo de João Baptista Figueiredo (*Folha S. Paulo*, 16 nov. 2007);
- 9 de abril: começam as cassações, prisões e suspensão dos direitos políticos de parlamentares, artistas, jornalistas, lideranças sindicais e populares e militares que se opunham ao regime;
- governo ditatorial começa a fechar emissoras de rádio – Rádios *Mayrink Veiga* e *Nacional* saem do ar –, jornais e revistas, como a *Última Hora*, que é empastelado, e *Semanário*, *Panfleto*, *Classe Operária*, *Brasil-Urgente*, *Brasiliense*, *Problemas da Paz e do Socialismo*;
- fechados centros acadêmicos e demais organizações estudantis, e inicia-se o processo de imposição da legislação conhecida como "entulho autoritário", entre elas a Lei 4.330 (de 12 de junho), que restringe o direito de greve (Ribeiro, 1998: p. 217);
- tem início a circulação dos jornais alternativos, também chamados de "imprensa nanica", que contestavam o modelo sociopolítico e econômico vigente e os padrões da mídia tradicional. Alguns títulos famosos foram *Pif-Paf*, *Bondinho*, *O Sol*, *Em Tempo*, *Coojornal*, *Opinião*, *Movimento*, *Versus*, dentre centenas de publicações;
- Sindicato se posiciona contra a categoria de estagiários de jornalismo, imposta pelo Decreto 1.177, de 12/06/1962 (ibid., 217);
- volta a circular o *Unidade Jornalística*, órgão oficial do Sindicato (ibid., p. 217);
- jornalistas de São Paulo conseguem antiga reivindicação: férias de 30 dias (ibid., p. 217);
- 13 de novembro: criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), órgão ligado ao aparelho repressivo da Ditadura (ibid., p. 217).

1965

- 15 de março: Decreto 55.841 aprova regulamento da Inspeção do Trabalho e os dispositivos da CLT, no que toca ao trabalho dos jornalistas profissionais (ibid., p. 217);
- 26 de abril: fundada a TV Globo, no Rio de Janeiro. (Wikipédia – verbete TV Globo – acesso em 14 mai. 2011);

- 10 de outubro: Universidade de Brasília, criada por Darci Ribeiro – que foi também seu primeiro reitor –, é invadida pelo exército e fechada (ibid., p. 217);
- 27 de outubro: Ato Institucional nº 2 extingue os partidos políticos, determina eleições indiretas para a Presidência da República, julgamento de civis por tribunais militares nos crimes contra a segurança nacional e dá poder indiscriminado ao Executivo para cassar direitos políticos e decretar Estado de Sítio (ibid., p. 218);
- Aeronáutica fecha o jornal *Tribuna de Jundiaí* (ibid., p. 218);
- 15 e 16 de março: pela primeira vez a direita vence a eleição para o Sindicato. Por um voto de diferença vence a Chapa Azul e o Sindicato passa a ser presidido por Adriano Campanhole. Rompe-se, assim, a linha de continuidade estabelecida desde a fundação da entidade, em 1937, em que o Sindicato era dirigido sempre pelo Partidão (PCB), sozinho ou em acordos com outras forças políticas também de esquerda. Mas, o equilíbrio de forças é instável, o que fica evidente com a vitória da esquerda (Chapa Verde) na eleição para os delegados à Fenaj, no mesmo dia;
- Sindicato se fortalece no Interior transformando sua seção em Ribeirão Preto em Delegacia Regional (o nome Delegacia será substituído por Regional apenas a partir de 2002, em decisão de Diretoria) e estendendo a Santos, Campinas e Ribeirão Preto sistema de assistência médica até então adotado apenas na Capital (ibid., p. 218);
- Adriano Campanhole participa da Comissão Especial da USP que propõe organizar novo Instituto de Ensino Superior para promover, incentivar e divulgar atividades de comunicação e cultura, especialmente jornalismo, teatro, cinema e rádio (que viriam a ser, junto com editoração e biblioteconomia, cursos oferecidos pela Escola de Comunicação e Artes, fundada no ano seguinte) (ibid., p. 218).

1966

- 4 de janeiro: lançado pelo Grupo Estado o *Jornal da Tarde*, com um novo processo de elaboração que valoriza a imagem em geral (fotos, ilustrações, cartuns, etc.) e em que o próprio editor desenha as páginas, assumindo a parte mais criativa do trabalho do diagramador. Embora inovando no aspecto gráfico, o jornal manteve o conteúdo

conservador impresso a suas publicações pela família Mesquita, o que fez com que o JT fosse visto como o '*Estadão* de jeans' (ibid., p. 218);

- 15 de abril: Ato Institucional nº 3 autoriza o Executivo a legislar por decreto-lei e estabelece eleições indiretas para governador dos Estados (ibid., p. 218);

- movimento estudantil assume a dianteira na mobilização contra a Ditadura. Promove manifestações pelo fim do regime autoritário e sua direção e congressos passam a ser clandestinos. O 28º Congresso (julho) acontece no porão da igreja São Francisco de Assis, em Belo Horizonte (ibid., p. 218);

- formada uma Cooperativa Habitacional por jornalistas, gráficos e empregados na administração de comunicação e radialistas (ibid., p. 218);

- Sindicato cria identificação especial para jornalistas (ibid., p. 218);

- Sindicato se posiciona contra projeto de nova Lei de Imprensa, em discussão no Congresso Nacional (ibid., p. 218);

- lançada a revista Realidade, que marcou época, com um jornalismo crítico, e a produção de grandes reportagens (ibid., p. 218);

- Adriano Campanhole, Narciso Kalili, Ivan de Barros Bella, Rui Martins, Audálio Dantas, David de Moraes, Fernando Brizolla de Oliveira, Percival de Souza e Antonio Carlos de Godoy participam de comissão para encaminhar a luta dos jornalistas, que organizam passeata e chegam a debater greve de protesto (ibid., p. 218).

1967

- Um grupo de militantes políticos, entre eles Raimundo Pereira, lança o jornal semanal *O Amanhã*, um dos primeiros da imprensa alternativa brasileira. Foram publicados oito números apenas (ibid., p. 218; *Democracia Viva* entrevista Raimundo Pereira - http://www.ibase.br/userimages/DV41_entrevista.pdf, acesso em 17 mai. 2011);

- 24 de janeiro: aprovada nova Constituição, a sexta do país, por um Congresso Nacional desfigurado pelas cassações e controlado pelos militares e seus aliados civis da Arena. Mantém isenção de impostos sobre livros, jornais e periódicos e sobre o papel destinado à sua impressão (ibid., p. 218 e Wikipédia);

- acaba isenção do Imposto de Renda e de Transmissão Intervivos para jornalistas (ibid., p. 218);

- 9 de fevereiro: entra em vigor nova Lei de Imprensa, de número 5.250. Quatro décadas mais tarde (30 de abril de 2009), ela seria tornada sem efeito por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Para o Supremo, a Lei de Imprensa não havia sido recepcionada pela Constituição de 1988 (ibid., p. 219 e *Estadão.com.br*, acesso em 17 mai. 2011);
- 15 de março: Governo Militar divulga o Decreto-Lei 314, que estabelece a Lei de Segurança Nacional (Wikipédia);
- 13 de maio: começa a funcionar em São Paulo a TV Bandeirantes, Canal 13 (ibid., p. 219 e http://www.band.com.br/grupo/historia.asp, acesso em 17 mai. 2011);
- 21, 22 e 23 de março: eleições no Sindicato dão vitória, pela segunda vez, a Adriano Campanhole (ibid., p. 219);
- 23 de junho: projeto de Lei 424, de Marcos Kertzmann, regulamenta o exercício profissional, com base no texto da Convenção Nacional dos Jornalistas, realizada em São Paulo (ibid., p. 219);
- Sindicato institui o Fundo Desemprego (ibid., p. 219);
- Sindicato obtém empréstimo junto à Caixa Econômica Federal para aquisição da sede própria (ibid., p. 219);
- 10 de setembro: declaração elaborada em Minas Gerais e destinada ao Governo Costa e Silva expressa a necessidade de rever a Lei de Imprensa e de regulamentar a profissão de jornalista, garantir a liberdade sindical e aposentadoria digna para o jornalista (ibid., p. 219).

1968

- Janeiro: primeiro assalto a banco promovido pelas organizações de esquerda, em São Paulo. Com o endurecimento do Regime Militar, em 1967 vários grupos de esquerda optaram pela guerrilha urbana (Vanguarda Armada Revolucionária – VAR Palmares e Aliança Libertadora Nacional – ALN, eram duas surgidas em São Paulo; havia outras, como MR-8, POC e VPR), com ações armadas e militantes atuando na clandestinidade. ("AI-5 faz 40 anos no próximo dia 13", *in* Portal de Notícias do Senado Federal, 5-12-2008: http://www.senado.gov.br/noticias/ai-5-faz-40-anos-no-proximo-dia-13.aspx, acesso em 17 mai. 2011);

- 28 de março: assassinado pela Polícia Militar no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto. O restaurante era do MEC, mas administrado pelos próprios estudantes. Foi palco de muitas manifestações contra o Regime Militar (Ribeiro, 1998: p. 219; Wikipédia);
- 4 de abril: morre Assis Chateaubriand, criador do primeiro conglomerado de comunicação do Brasil, os Diários Associados, que chegou a contar com mais de cem jornais, além de revistas, emissoras de rádio e TV (Wikipédia – verbete Assis Chateaubriand – acesso em 7 abr. 2012);
- 20 de abril: atentado a bomba contra o jornal *O Estado de S. Paulo* (Ribeiro, 1998: p. 219);
- 26 de junho: Marcha dos 100 Mil. Estudantes e professores saem em passeata pelo centro do Rio de Janeiro para protestar contra a violência da repressão. A marcha é acompanhada por operários, intelectuais, artistas e padres. Trata-se da maior manifestação de massa contra a Ditadura Militar até o momento. A força da manifestação leva o general Costa e Silva a ensaiar uma tentativa de negociação com os estudantes. Mas ocorre o inverso, com o endurecimento do regime expresso no Ato Institucional nº 5, baixado pouco depois (RUY: 2007);
- 2 de outubro: confronto entre estudantes da Faculdade de Filosofia da USP, de esquerda, e da Universidade Mackenzie, onde se aloja núcleos radicais de direita ligados ao Comando de Caça aos Comunistas, na Rua Maria Antônia, região central de São Paulo, resultando na morte de um estudante secundarista (RIBEIRO, 1998: p. 219);
- 22 de novembro: Ditadura Militar cria o Conselho Nacional de Censura (ibid., p. 219);
- 13 de dezembro: Ato Institucional nº 5 marca o endurecimento do Regime Militar. Dá plenos poderes ao Executivo para intervir nos Estados e municípios, cassar direitos políticos, decretar prisão preventiva de civis, demitir servidores públicos, reformar militares e confiscar bens. Também coloca em recesso o Congresso Nacional, assembleias legislativas de todos os Estados e câmaras municipais. Depois da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional, é o mais forte instrumento legal da Ditadura para estabelecer o controle férreo do País. A censura, antes exercida diretamente pelos militares, passa para a Polícia Federal, que coloca censores diretamente nas

redações e envia recados aos jornalistas, identificando os assuntos e notícias proibidos (ibid., p. 219);

- 16 de dezembro: sindicato assina escritura da sede própria, na Rua Rego Freitas, 530 (ibid., p. 219).

1969

- Março: Adriano Campanhole é novamente reeleito presidente do Sindicato (ibid., p. 219);

- Surge a Operação Bandeirantes (Oban), órgão de repressão política criado pelo governador de São Paulo, Roberto Abreu Sodré, e financiado por um grupo de grandes empresários. Seu objetivo era "dinamizar" a repressão (ibid., p. 219; *Almanaque Folha*, acesso em 17 mai. 2011);

- 9 de junho: instituída a censura prévia nos veículos de comunicação (ibid., p. 220);

- 16 de junho: começa a funcionar a TV Cultura de São Paulo (ibid., p. 220);

- 30 de agosto: Costa e Silva, vítima de uma trombose, é afastado da Presidência da República. Assume uma Junta Militar com representantes das três armas (Marinha, Exército e Aeronáutica) (ibid., p. 220);

- 1º de setembro: vai ao ar a primeira edição do Jornal Nacional, da TV Globo. É o primeiro telejornal transmitido em rede para todo o território nacional, a partir da infraestrutura de comunicações via satélite implantada pela Embratel (ibid., p. 220);

- 4 de setembro: sequestrado o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, no Rio de Janeiro, através da ação conjunta de dois grupos de esquerda que haviam aderido à luta armada: MR-8 e ALN. Três dias depois, a Ditadura Militar cede às exigências dos sequestradores e liberta 15 presos políticos, que se exilam no México;

- 5 de setembro: Junta Militar baixa Ato Institucional nº 13, que prevê o banimento de brasileiros. Pouco depois, o AI-14 estabelece a pena de morte para os envolvidos em subversão ou guerra revolucionária (ibid., p. 220);

- 17 de outubro: promulgado o Decreto-Lei 972, regulamentado posteriormente pelos Decretos 65.923 e 83.284. O 972 finalmente regulamenta a profissão de Jornalista, consagrando a formação superior em curso de graduação específico como uma das

exigências para o exercício da profissão. Três décadas mais tarde, a exigência da formação específica será suspensa em decorrência de uma ação de iniciativa do Ministério Público Federal em São Paulo, com a participação do Sindicato das Empresas de Radiodifusão de São Paulo. Por decisão de uma juíza federal, publicada em 10 de janeiro de 2003, é suspensa a exigência do diploma de jornalismo para a concessão do registro profissional. Entre marchas e contramarchas, o processo acabou sendo julgado pelo Supremo Tribunal Federal mais de seis anos depois, em 17 de junho de 2009, mantendo a derrubada da exigência do diploma (ibid., p. 220);

- 30 de outubro: assume a Presidência da República o general Emílio Garrastazu Médici (ibid., p. 220).

1970

- 26 de janeiro: Decreto-lei 1.077 submete os meios de comunicação à censura prévia (ibid., p. 220);
- Lançado o jornal alternativo *Bondinho*, por Sérgio de Souza (o mesmo que criaria, junto com uma boa turma, a *Caros Amigos*, em 1997), Narciso Kalili e outros (ibid., p. 220);
- sob a presidência de Médici, o Brasil inicia a fase da Ditadura Militar do "Brasil Grande" e da "Integração Nacional", com obras faraônicas, como a Ponte Rio-Niterói, a rodovia Transamazônica e a hidrelétrica de Itaipu. Também são os anos do 'Milagre Econômico', da Copa de 70 – o Brasil sagra-se tricampeão mundial de futebol –, da censura e do recrudescimento da repressão política (ibid., p. 220);
- 11 de março: sequestrado o cônsul-geral do Japão em São Paulo, Nabuo Okushi, por integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), de Carlos Lamarca. Ele é trocado por cinco presos políticos (Wikipédia – verbete Regime Militar no Brasil – acesso em 7 abr. 2012);
- 11 de junho: sequestrado o embaixador da Alemanha Ocidental, Ehrenfried von Holleben, no Rio de Janeiro. Ele é trocado por 40 presos políticos, que são banidos e viajam para a Argélia, sendo alguns deles jornalistas (ibid., p. 220);
- XIII Congresso Nacional dos Jornalistas, em Salvador, propõe a Liberdade de Imprensa, o Estado de Direito e a Anistia aos processados por delito de opinião.

Também protesta contra a prisão do jornalista goiano Custódio Batista dos Santos (ibid., p. 220);

- dezembro: membros da VPR sequestram o embaixador da Suíça, Giovanni Enrico Bucher, no Rio de Janeiro. São libertados 70 presos políticos, que seguem para o Chile (Wikipédia – verbete Regime Militar no Brasil – acesso em 7 abr. 2012).

1971

- Surgem outras publicações alternativas: *Jornalivro* e *O Grilo* (ibid., p. 220);
- 18 de maio: Decreto 68.629 altera a legislação da regulamentação profissional assegurando o registro a todos os que já exerciam a profissão na data da sua publicação (ibid., p. 220);
- Adriano Campanhole assume a presidência da Fenaj (ibid., p. 220).

1972

- Lançado no Rio, por Fernando Gasparian e Raimundo Pereira, o jornal *Opinião*, de oposição ao regime (ibid., p. 221);
- Romeu Anelli vence as eleições no Sindicato (ibid., p. 221);
- iniciadas as transmissões de TV em cores no Brasil (ibid., p. 221);
- PCdoB inicia Guerrilha do Araguaia (ibid., p. 221);
- XIV Congresso Nacional dos Jornalistas, em São Paulo, propõe a eliminação da figura do colaborador na regulamentação profissional; criação da função de jornalista nos quadros do serviço público; estabelecimento de um piso mínimo profissional com base no salário-mínimo; regulamentação do Decreto-Lei 1.077 (de 1970), que dispõe sobre a censura, revisão da Lei de Imprensa e da Lei de Segurança Nacional e pagamento suplementar para trabalhos jornalísticos utilizados em mais de um veículo da mesma empresa (ibid., p. 221).

1973

- Sérgio de Souza e seu grupo editam mais dois jornais alternativos: *Fotochoq* e *Ex* (ibid., p. 221);
- primeira crise do petróleo coloca em cheque o “Milagre Brasileiro” (ibid., p. 221);

- no Recife vai ao ar a primeira emissora daquela que viria a ser a maior rede nacional de rádio, a *Transamérica* (ibid., p. 221);
- o jornal *Opinião* é apreendido e seus diretores, presos (ibid., p. 221);
- o *Correio da Manhã*, jornal do Rio de Janeiro fundado em 1901, encerra suas atividades após ser asfixiado financeiramente por fazer oposição ao Regime (ibid., p. 221);
- 14 de dezembro. Lei 5.988 cria o Sistema de Direito Autoral Brasileiro, que tem no Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) a figura central na fiscalização de setor. Jornalistas iniciam a luta pelo crédito nas fotos e ilustrações publicadas pela imprensa (ibid., p. 221).

1974

- 5 de janeiro: em plena ditadura, o deputado Ulysses Guimarães (MDB) e o jornalista Barbosa Lima Sobrinho são lançados "anticandidatos" a presidente e vice-presidente da República (ibid., p. 221);
- 15 de março: o general Ernesto Geisel assume a Presidência e inicia a 'abertura lenta, gradual e segura', política coordenada pelo general Golbery do Couto e Silva. Enquanto isso, continuam as prisões, torturas e assassinatos pelos órgãos de segurança do regime, repressão que atinge também vários jornalistas (ibid., p. 221);
- XV Congresso Nacional dos Jornalistas Profissionais, em Recife, aprova o reconhecimento dos locutores esportivos, repórteres e redatores de empresas de rádio e TV como jornalistas e o impedimento de acumulação de cargos nos sindicatos (ibid., p. 222);
- 8 de agosto: Richard Nixon renuncia à Presidência dos Estados Unidos, após o 'Caso Watergate', baseado no trabalho dos jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, trabalho que viria a se tornar uma referência do jornalismo investigativo (ibid., p. 221);
- surge o Movimento de Fortalecimento do Sindicato (MFS), que reúne a oposição às diretorias do período militar (ibid., p. 222);
- 15 de novembro: a Arena, partido de apoio à Ditadura, é derrotada na eleição para o Senado: das 22 vagas em disputa, elege apenas seis senadores. O MDB, de oposição ao

regime, fica com as outras 16 vagas e duplica sua bancada na Câmara dos Deputados e cresce nas assembleias legislativas (ibid., p. 222);

- A *Folha de S. Paulo* anuncia o 'Projeto Folha' visando transformar o jornal no principal diário do país. O projeto daria início a uma reforma geral incluindo muitas demissões e a instalação de inúmeros instrumentos de controle na redação, que chegaram a 17 no auge das mudanças (ibid., p. 222; GHEDINI).

1975

- 4 de janeiro: o jornal *O Estado de S. Paulo* (*Estadão*) completa 100 anos (ibid., p. 222; http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti6.htm, acesso em 16 jun. 2011);

- abril: Chapa Verde, encabeçada por Audálio Dantas, tendo José Aparecido como vice, vence eleições no Sindicato, disputando com a Chapa Azul, de Romeu Anelli e Antonio Carlos de Quadros, e a Chapa Amarela, de Carlos A. A. Pizarro e Carlos Corrêa de Oliveira;

- 25 de outubro: o jornalista Vladimir Herzog é torturado e morto no DOI-CODI (ibid., p. 222);

- 31 de outubro: apesar da intimidação do Regime, mais de 8 mil pessoas, entre jornalistas, professores, estudantes, artistas e lideranças políticas e sindicais comparecem ao ato religioso em memória de Vlado, culto celebrado pelo cardeal d. Paulo Evaristo Arns, pelo rabino Henri Sobel e pelo pastor James Wright. É a primeira manifestação de repúdio à Ditadura, desde o AI-5 (http://guiadoestudante.abril.com.br/estudar/historia/vladimir-herzog-mataram-vlado-434343.shtml. acesso em 7 abr. 2012);

- eventos importantes no universo jornalístico neste ano: desaparece a revista O *Cruzeiro*; surge o jornal *O Bicho*, editado pelo cartunista Fortuna, ligado a *O Pasquim*; Raimundo Pereira lança em São Paulo o jornal *Movimento* (julho); o *Estadão* é o primeiro jornal do país a circular sem censura; Marcos Faermann cria o jornal *Versus*; a *Folha* introduz computadores na redação (ibid., p. 222);

- instalada a Delegacia Regional do Sindicato no ABC; em Bauru, inaugurada a sede própria da entidade;

- Sindicato luta pela antecipação do salário e conquista a mudança da data base para 1º de dezembro;
- o jornal *Unidade* substitui a revista *Unidade Jornalística* e passa a ter periodicidade mensal (ibid., p. 222);
- fundada a Associação dos Jornalistas Científicos (ibid., p. 222);
- apresentado no Congresso Nacional projeto de lei para a criação da Ordem dos Jornalistas do Brasil (ibid., p. 222);
- projeto do senador Virgílio Távora (Arena), propõe abertura do registro profissional para quem exercia a profissão até cinco anos antes do Decreto-Lei 972, de 1969 (ibid., p. 222; http://www.secult.ce.gov.br/noticias/acervo-virgilio-tavora-encontra-se-disponivel-para, acesso em 16 jun. 2011).

1976

- Janeiro: assassinado no DOI-CODI paulista o operário Manoel Fiel Filho. Aprofunda-se a cisão no Exército e o general Geisel destitui o Comandante do II Exército, o também general Ednardo D'Ávila Mello, da 'linha dura' (ibid., p. 222; JORDÃO, 2005, p. 253);
- 5 de maio: ato dos estudantes no Largo São Francisco pede liberdade e anistia. (ibid., 222);
- surgem em São Paulo os jornais alternativos *Mais Um*, *ABCD Jornal*, *Ovelha Negra*, *Cobra de Vidro*, *Nós mulheres*, *Assuntos* e *Realidade Brasileira*. Fechada a revista *Realidade*, da Editora Abril e, em 11 de abril, o jornal *Opinião* deixa de circular (ibid., 222-223);
- diretoria do Sindicato pede ao deputado federal e jornalista Israel Dias Novaes que apresente projeto de lei obrigando as empresas jornalísticas a enviar aos sindicatos cópia da relação de 2/3 dos funcionários, a fim de possibilitar maior fiscalização quanto à contribuição sindical e outros aspectos; Sindicato apoia projeto de lei do deputado federal Idélio Martins, que determina que as direções e redações de jornais, revistas e demais veículos jornalísticos estejam a cargo de jornalistas profissionais; campanha salarial do ano pede extensão do acordo da capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto a todo o interior do Estado (ibid.: p. 223);

- 19 de agosto: sede da ABI, no Rio de Janeiro, sofre atentado. Também a sede da OAB-RJ sofre atentado. Continuam as agressões a jornalistas, incluindo ameaças de morte (ibid.: p. 223);
- constituído o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA), "órgão de fiscalização, consulta e assistência, no que diz respeito a direitos do autor e direitos que lhes são conexos", conforme o artigo 116 da Lei Federal 5.988, de 1973. (ibid., p. 223; http://pt.wikisource.org/wiki/Lei_Federal_do_Brasil_5988_de_1973/VII, acesso em 16 jun. 2011);
- XVI Congresso Nacional dos Jornalistas, em Curitiba, propõe revisão da exigência de atestado de antecedentes para registro profissional; piso salarial equivalente a seis vezes o salário-mínimo regional e organização da luta pela liberdade de imprensa (ibid.: p. 223);
- 16 de dezembro: agentes do DOI-CODI paulista, do I e II Exércitos e do DOPS, com a participação de torturadores como o tenente-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado Sérgio Fleury, cercaram durante quatro dias e depois assassinaram e prenderam vários dirigentes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que se reuniam em uma casa no bairro da Lapa, no episódio que ficou conhecido como o 'Massacre da Lapa', na última operação sangrenta dos órgãos de repressão política da Ditadura Militar. (http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/livros/massacre-na-lapa-como-o-exercito-liquidou-o-comite-central-do-pcdob-%E2%80%93-s, acesso em 20 jun. 2011).

1977

- Surgem em São Paulo os jornais alternativos *Paranapanema*, *Avesso*, *Maria Quitéria*, *Novo Rumo*, *Palmares*, *Amanhã* (RIBEIRO, ibid.: p. 223 e KUCINSKI, op. cit.);
- general Geisel fecha o Congresso Nacional e decreta o 'Pacote de Abril', para impedir a vitória da oposição nas eleições do ano seguinte (RIBEIRO, ibid.);
- 20 a 22 de maio: no II Encontro Estadual de Jornalistas, em Serra Negra, o tema principal é a extensão do dissídio a todo o Estado de São Paulo, em decorrência de decisão do TRT (ibid.: p. 223);

- inaugurado o Cineclube do Sindicato; crise no *O Estado de S. Paulo* leva Sindicato a organizar um 'Fundo Desemprego' (ibid.: p. 223);
- campanha salarial pede o reconhecimento dos delegados de redação e sua estabilidade como representantes sindicais, o que é negado pelo patronato (ibid.: p. 223);
- *Tribuna da Imprensa* é apreendida, devido à entrevista em que Antonio Ermírio de Moraes defende a liberdade de imprensa; jornal *Boca do Inferno*, de Salvador, é invadido; sai de circulação o *Correio Paulistano*, fundado em 1854 e primeiro jornal diário de São Paulo (ibid.: p. 223);
- Sindicato participa da VIII Semana de Estudos de Jornalismo, da ECA-USP, onde apresenta o tema "O papel da imprensa alternativa no Jornalismo" (ibid.: p. 223);
- 12 de outubro: general Geisel demite o ministro do Exército, general Sylvio Frota, representante da 'linha dura' e que vinha articulando a própria candidatura contra a vontade de Geisel, que escolheria no final do ano o general Figueiredo para sucedê-lo (Wikipédia – verbete Regime Militar no Brasil – acesso em 7 abr. 2012);
- Sindicato, família Herzog, Comitê Brasileiro de Anistia, Comissão de Direitos Humanos da OAB, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, ABI e Fenaj criam o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos para várias categorias do jornalismo, atribuído pelo Sindicato dos Jornalistas anualmente, a cada 25 de outubro (http://premiovladimirherzog.org.br/default.asp, acesso em 6 abr. 2012).

1978

- Janeiro: circula a 1ª edição do jornal *Em Tempo*, criado a partir de uma dissidência do jornal *Movimento* (KUCINSKI, 1991, p. 390);
- criado o CCRR – Conselho Consultivo de Representantes das Redações, como forma de democratizar e fortalecer a atuação do Sindicato (GHEDINI, 1998, p. 77);
- surgem novos jornais alternativos: *Jornal da Vila*, *Leia*, *A Bagatela*, *Batente* e *Pacotão de Natal*. Mino Carta lança a revista *Isto É* (ibid.: p. 224);
- março: eleitos presidente e vice do Sindicato, David de Morais e Fernando Morais (ibid.: p. 224);

- 12 de maio: 1.600 operários metalúrgicos da fábrica Scania, em São Bernardo do Campo, param e iniciam o movimento "Braços Cruzados, Máquinas Paradas", contra a política econômica do Governo Militar que, entre outras coisas, estipulava reajustes salariais uma vez ao ano, contra uma inflação galopante. O movimento, que rapidamente se alastrou por toda a região do ABC paulista, outras regiões e categorias (metalúrgicos das cidades de São Paulo, Osasco, Campinas e de João Monlevade/MG, professores do ensino fundamental e médio do Estado de São Paulo, bancários e trabalhadores da construção civil de Porto Alegre), projetou nacionalmente a figura de Luiz Inácio da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, consolidando as condições políticas para o surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nos anos seguintes. (http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/o-estopim-bracos-cruzados-maquinas-paradas, acesso em 20 jun. 2011);
- maio: Octávio Frias de Oliveira cria o Conselho Editorial da *Folha de S. Paulo*, secretariado desde o início por seu filho, Otavio Frias Filho, órgão onde se gestou o 'Projeto Folha';
- junho: com a suspensão da censura sobre os jornais *Movimento*, *Tribuna da Imprensa* e *O São Paulo* (da Arquidiocese de São Paulo), termina a censura prévia no país (KUCINSKI, 1991, p. 328);
- XVII Congresso Nacional dos Jornalistas, em Maceió, aprova a luta pela assinatura de contratos coletivos de trabalho, contra a censura e autocensura nos meios de comunicação, pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e pela criação de um 'Fundo de assistência a jornalistas presos' (RIBEIRO, 1998, p. 224);
- Sindicato tem novo estatuto, que será revisto novamente em 1995 e outras vezes em anos subsequentes (ibid.: p. 224).

1979

- Janeiro: em editorial no jornal *Unidade* (É hora de dar força ao CCRR), o presidente interino Fernando Morais, historia as demissões de 11 integrantes do Conselho, ocorridas na imprensa paulista, nos dois meses finais de 1978. Faz sentido aqui lançar a hipótese de que a 'dureza' da reação dos patrões às reivindicações da greve de 1979

se devesse, talvez, mais à reivindicação de estabilidade para os seus integrantes do que, eventualmente, ao aumento de 25%. (GHEDINI, 1998, p. 77);

- por conta do arrocho salarial imposto pelas empresas apoiadas na política salarial do governo – a inflação crescia e corroia os salários, mas os aumentos só ocorriam uma vez por ano, nas datas base das categorias – as greves que se iniciaram no ABC paulista no ano anterior, se alastraram: de 118 ocorridas em 1978, passaram para 246, em 1979. Os movimentos grevistas contribuíram para aprofundar a crise do regime militar e obtiveram, no segundo semestre de 1979, a flexibilização da política salarial, com reajustes semestrais baseados no INPC. É este o contexto para as greves dos jornalistas de São Paulo e Alagoas ocorridas neste ano (CODATO, 2005, p. 96);

- fevereiro: seminário no Sindicato debate a viabilidade de se criar no Brasil um partido dos trabalhadores, com a participação de Luiz Inácio da Silva – Lula, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Jacó Bittar (depois viria a ser prefeito de Campinas) e Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos (RIBEIRO, 1998, p. 146);

- 13 de março: Decreto 83.284 modifica legislação anterior sobre a regulamentação da profissão e acaba com o estágio em jornalismo (RIBEIRO, 1998, p. 224);

- 15 de março: o general João Baptista de Figueiredo assume a Presidência da República (ibid.: p. 224);

- abril: iniciada a Campanha Salarial dos jornalistas de São Paulo que desembocaria na greve de 1979. As principais reivindicações são a recuperação do poder aquisitivo dos salários – com reajuste geral de 25%, sem desconto na data base, em dezembro --, e a estabilidade para os integrantes do Conselho Consultivo dos Representantes de Redação (CCRR) (ibid.: p. 224; SILVA, 2004, p. 1);

- 22 de maio: a resposta dos patrões foi 16% de reajuste como antecipação (a serem descontados do reajuste de dezembro) e nada sobre os integrantes do CCRR. Em uma primeira assembleia, no dia 17 de maio, na igreja da Consolação, com 1.500 jornalistas, a maioria decidira pela greve. Mas, como não se atingiu o quorum de 2/3, houve uma segunda assembleia, com 1.692 jornalistas, no TUCA, em que 90% votaram pela greve, com apenas um voto contrário. No entanto, as empresas não mudam a proposta e uma semana depois o Tribunal Regional do Trabalho julga a greve ilegal e se decide pelo seu encerramento, sem nenhuma reivindicação atendida. O CCRR é dizimado e na

prática se extingue: mais de 200, em sua grande maioria integrantes do CCRR, foram demitidos nas várias redações após o encerramento do movimento (ibid.: pp. 146 e 224; SILVA, 2004, p. 1; GHEDINI, ibd., p. 83);

- 30 de junho a 2 de julho: Encontro Nacional Extraordinário dos Jornalistas registra protesto contra a onda de demissões decorrentes da greve em São Paulo.

- 28 de agosto: sancionada a Lei de Anistia (ibid.: p. 225);

- funcionários dos Diários Associados entram em greve por atraso de salários; funcionários da TV *Tupi* entram em greve mais uma vez; *Diário de S. Paulo* deixa de circular. Império jornalístico montado por Assis Chateaubriand entra em declínio (ibid.: p. 225);

- Audálio Dantas, deputado federal, apresenta projeto de Lei fixando piso de seis salários-mínimos para os jornalistas. Depois de sofrer diversas emendas, o projeto seria aprovado somente em 1985 e vetado pelo presidente José Sarney (ibid., p. 225);

- Mino Carta lança o jornal *República* (ibid., p. 225);

- Leonel Brizola, Miguel Arraes, Luís Carlos Prestes e inúmeros jornalistas exilados voltam ao país (ibid., p. 225);

- *Última Hora* deixa de circular (ibid., p. 225);

- criada a Comissão de Mulheres do Sindicato que, junto com o Comitê pela Legalização do Aborto (1980), constituem as primeiras tentativas de organização das mulheres jornalistas na história de uma profissão até então eminentemente masculina (ibid., p. 225).

1980

- 10 de fevereiro: sindicalistas, intelectuais e setores progressistas da Igreja Católica fundam o Partido dos Trabalhadores (PT), no Colégio Sion, em São Paulo;

- março: inicia-se nova greve dos metalúrgicos do ABC, que terá a duração de 41 dias (São Bernardo, 1980: o que esteve em Jogo na greve metalúrgica. Memória e História, Fundação Perseu Abramo. http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/sao-bernardo-1980-o-que-esteve-em-jogo-na-greve, acesso em 6 abr. 2012);

- 30 de março: lançado legalmente o semanário do PCB *Voz da Unidade* (ibid., p. 225);

- 17 de abril: ministro do Trabalho, Murilo Macedo, decreta intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; dois dias depois, Luiz Inácio da Silva (Lula) e vários líderes da greve são presos pelo DOPS; Sindicato dos Jornalistas faz movimento em apoio à greve, arrecada fundos e gêneros alimentícios para as famílias dos metalúrgicos (ibid., p. 225);
- maio: campanha salarial do meio de ano decide encaminhar a luta fazendo negociação por empresa, em vez da negociação entre sindicatos (dos jornalistas e patronais) (ibid., p. 225);
- julho: tem início uma série de atentados organizados por grupos de direita: contra o jurista Dalmo Dallari, da Comissão de Justiça e Paz; bancas que vendem jornais de oposição são incendiadas em São Paulo e Belo Horizonte; cartas-bombas são enviadas à Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Uma secretária é morta ao abrir carta-bomba enviada à OAB, no Rio de Janeiro. O jornal *Hora do Povo*, ligado ao MR-8 e a sede da Convergência Socialista, no Rio de Janeiro, são alvos de atentados. Em São Paulo constitui-se comissão de jornalistas para ajudar na apuração dos atentados de direita. Em Belo Horizonte, a Casa do Jornalista, sede do Sindicato dos Jornalistas daquele Estado, também é alvo de atentado;
- a Justiça responsabiliza a União pela morte de Manoel Fiel Filho no DOI-CODI;
- decadência do império de Chateaubriand avança: funcionários da TV *Tupi* entram novamente em greve; a rede é fechada em julho e o Governo Federal distribui as concessões entre cinco emissoras;
- agosto: XVIII Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em Brasília, aprova, entre outros pontos: proposta de que as concessões de meios de comunicação sejam dadas apenas pelo Congresso Nacional; criação de conselhos de redação para participação na linha editorial dos veículos jornalísticos; isenção de impostos e taxas de importação de máquinas para uso profissional; convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte;
- 2 de setembro: morre o jornalista Samuel Wainer, ex-repórter e criador da revista *Diretrizes* e do jornal *Última Hora* (Wikipédia – verbete Samuel Wainer – acesso em 7 abr. 2012).

1981

- Polícia Federal prende e expulsa do Brasil o argentino Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel;
- março: Direção do Sindicato é disputada por dois grupos políticos: um deles formado por simpatizantes e articuladores do Partido dos Trabalhadores, tendo como candidato a presidente Rui Falcão. A outra, com hegemonia do PCB, tendo à frente Emir Nogueira (presidente). Emir havia sido vaiado na assembleia que decidira pela greve de 1979 por ter se pronunciado contra o movimento. Com a derrota da greve, acabou vencendo a eleição, tendo como vice Audálio Dantas e na Secretaria-geral, Lú Fernandes (o autor e RIBEIRO, 1998, p. 159 e 226);
- Brasil entra na maior recessão de sua história recente e não consegue empréstimo no exterior, com queda no poder aquisitivo e no emprego da classe média;
- 5 a 10 de outubro: Sindicato promove seminário "O Jornalista diante do Computador", o que dá origem ao livro *Que é isso, computador?* editado por José Hamilton Ribeiro.

1982

- A jornalista Maria de Lourdes (Lú) Fernandes assume a Presidência do Sindicato (1982-84), em virtude da morte de Emir Macedo em pleno mandato, tornando-se a primeira mulher a assumir o cargo (ibid., p. 226);
- aprovação do Projeto de Lei de autoria do deputado estadual Fernando Morais, sobre preservação do mercado de trabalho para o jornalista e valorização da assessoria de imprensa (ibid., p. 226);
- morre o jornalista e militante socialista Hermínio Sacchetta, autor do primeiro Código de Ética do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo;
- 3 de agosto: OAB/SP e outras entidades da sociedade civil lançam a Campanha pela Revogação da Lei de Segurança Nacional (ibid., p. 226);
- 8 a 11 de setembro: o XIX Congresso Nacional dos Jornalistas, em Guarapari/ES, elege, por voto direto, Audálio Dantas presidente da Fenaj. Propostas do Congresso: considerar profissionais os jornalistas com registro anterior a 13 de setembro de 1979,

sindicalização dos *free-lancers* e dos jornalistas servidores públicos e regulamentação das atividades de assessoria de imprensa (ibid., p. 226);

- 15 de novembro: partidos de oposição (PMDB e PDT) vencem as eleições para governador em dez Estados, entre eles, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná (ibid., p. 227);

- 21 de dezembro: sancionada a Lei 7.084 que cria a Carteira de Jornalista. Em seu primeiro artigo estabelece que "é válida em todo território nacional, como prova de identidade, para qualquer efeito, a carteira de Jornalista emitida pela Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais". A lei resultou de projetos propostos pelos deputados jornalistas Raul Bernardo Nelson de Senna (MG), Freitas Nobre (SP), Maurício Fruet (PR), Cristina Tavares (PE) e Júnia Marise (MG). (Mensagem eletrônica enviada ao autor por Adalberto Diniz, em 4 de abril de 2011).

1983

- Surgimento do movimento das Diretas-Já, organizado pela oposição, em torno de uma emenda à Constituição proposta pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT) (ibid., p. 227);

- 8 a 9 de abril: I Encontro Paulista de Jornalistas de Assessorias de Imprensa debate limites entre assessoria de imprensa e relações públicas (ibid., p. 227);

- agosto: criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (ibid., p. 227);

- Sindicato elabora tabela de preços para trabalhos *free-lancers* (ibid., p. 227);

- lançamento de campanha contra desemprego provocado pelas novas tecnologias (ibid., p. 227);

- 9 a 11 de dezembro: I Encontro Nacional de Repórteres Fotográficos, promovido pelo Sindicato e Fenaj, debate direito autoral, mudanças na legislação, assessorias de imprensa e material estrangeiro (ibid., p. 227);

- apoio do Sindicato ao Projeto de Lei 667/83, do deputado estadual Fernando Morais, que objetivava disciplinar o provimento do cargo de assessor de imprensa da administração pública direta e indireta no Estado de São Paulo (ibid., p. 227);

- Projetos de Lei 1.085 e 1.087 são apresentados pelo deputado federal Freitas Nobre ao Congresso Nacional O Projeto de Lei 1.085 disciplina o exercício da profissão de

jornalista, e o Projeto de Lei 1.087 dispõe sobre a profissão de jornalista em entidade pública ou privada não-jornalística. Os projetos nunca foram votados (ibid., p. 227).

1984

- Demissão de cerca de 100 revisores da *Folha de S. Paulo*, decorrente do Projeto Folha e da informatização do jornal;
- março: Gabriel Romeiro é eleito presidente do Sindicato, sendo Joelmir Betting o vice-presidente, numa eleição em que derrotam a chapa de Almyr Gajardoni e José Hamilton Ribeiro (ibid., p. 227);
- 25 de abril: Emenda Dante de Oliveira é rejeitada no Congresso Nacional por não alcançar o número necessário de votos, mantendo o voto indireto para eleger o presidente do país. Noticiários sobre a votação da emenda Dante de Oliveira são alvo de censura, com o Dentel fechando a TV *Gazeta* (SP) e a Rádio *Guarani* (MG) por transmitirem a votação ao vivo. No dia 27, o *Jornal da Tarde* (SP) é apreendido (ibid., p. 227);
- 17 a 19 de agosto: Sindicato decide filiar-se à CUT (ibid., p. 227);
- 1º de setembro: I Encontro Nacional de Jornalistas de Assessorias de Imprensa, em Brasília, decide elaborar manual de assessoria de imprensa para definir importância, limite de atuação e critério de uso de informações (ibid., p. 227);
- Sindicato promove campanha pelo tombamento do Arco do antigo Presídio Tiradentes, em homenagem às vítimas da perseguição política no Brasil. O decreto de tombamento será assinado em 1985 (ibid., p. 227);
- início da campanha contra a regulamentação da profissão de jornalista, com o fim da exigência do diploma, principalmente por parte das empresas do grupo *Folhas* e Organizações *Globo*. Categoria continua defendendo o nível universitário da profissão (ibid., p. 227);
- demissão em massa dos revisores da *Folha de S. Paulo* (ibid., p. 227).

1985

- 15 de janeiro: Colégio Eleitoral elege indiretamente Tancredo Neves presidente do Brasil, mas ele adoece na véspera da posse, assumindo então o vice José Sarney;

- 8 de fevereiro: o primeiro satélite de telecomunicações de uso exclusivo do Brasil, o Brasilsat A1, é lançado de uma base localizada na Guiana Francesa (ibid., p. 228);
- 21 de abril: morre Tancredo Neves, primeiro presidente civil depois do Golpe Militar de 1964.
- junho: restabelecimento de eleições diretas para prefeitos de capitais e municípios considerados áreas de segurança nacional;
- agosto: aprovado o Manual de Assessoria de Imprensa (ibid., p. 228);
- agosto: XV Conferência Nacional dos Jornalistas aprova o Novo Código de Ética dos Jornalistas, referendado pelos Sindicatos (ibid., p. 228);
- criada subseção do DIEESE na sede do Sindicato (ibid., p. 228);
- passam a existir dois sindicatos patronais: Sindicato das Empresas de Jornais e Revistas da Capital e Sindicato Patronal de Jornais e Revistas do Interior (ibid., p. 228);
- é inaugurado no Sindicato um espaço para expor trabalhos dos repórteres fotográficos, a Galeria de Fotos J. B. Scalco (ibid., p. 228);
- sentença do juiz Araújo de Menezes reconhece estabilidade de diretor de seccional do Sindicato, o que anula demissão de Paulo Eleutério, na Volkswagen (ibid., p. 228).

1986

- 28 de fevereiro: congelamento de preços e mudança do nome da moeda brasileira com o Plano Cruzado, lançado por José Sarney;
- 30 de outubro a 02 de novembro: XXI Congresso Nacional dos Jornalistas debate a democratização dos meios de comunicação (ibid., p. 228);
- 15 de novembro: eleições gerais no Brasil. Além de executivos e legislativos estaduais, é eleito o novo Congresso, com poderes constituintes. Em virtude do Plano Cruzado, o PMDB elege 22 dos 23 governadores e a maioria absoluta do Congresso Nacional;
- Fenaj filia-se à Organização Internacional dos Jornalistas (OIJ) (ibid., p. 228);
- Lançamento da revista *Imprensa*, dedicada a assuntos de jornalismo escrito, rádio, TV e outros meios de comunicação. (ibid., p. 228).

1987

- governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello inicia campanha contra os "marajás" do serviço público;
- apenas uma chapa concorre às eleições do Sindicato, quando são eleitos Robson Moreira como presidente e Marcos Fonseca como vice-presidente (ibid., p. 228);
- 16 de junho: José Sarney lança o Plano Bresser, que inclui outro congelamento de preços (ibid., p. 228);
- Morre o jornalista Cláudio Abramo (ibid., p. 228).

1988

- 18 de fevereiro: em plebiscito histórico, chilenos dizem "Não" à permanência do ditador Augusto Pinochet no governo do Chile. Tem início, assim, a redemocratização do país;
- 25 de junho: fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir de dissidentes do PMDB;
- Fenaj propõe campanha salarial nacional unificada e unificação da data base (ibid., p. 228);
- proposta de democratização dos meios de comunicação, elaborada por jornalistas, torna-se emenda popular com apoio de várias entidades e partidos. É apresentada à Constituinte com 36 mil assinaturas (ibid., p. 228);
- criação do Conselho Nacional de Comunicação, ainda hoje sem regulamentação (ibid., p. 228);
- jornal *Unidade* ganha Prêmio Imprensa Sindical (ibid., p. 228);
- criado piso para rádios e TVs do interior (ibid., p. 228);
- 5 de outubro: promulgada nova Constituição do Brasil. Nos aspectos sindicais, assegura a liberdade sindical e mantém unicidade sindical; desvincula sindicatos dos organismos administrativos governamentais; proclama a negociação coletiva; introduz a contribuição confederativa para custeio do sistema confederativo (ibid., p. 228);
- 15 de novembro: Luiza Erundina, do PT, é eleita prefeita de São Paulo, tornando-se a primeira mulher a governar a cidade;

- ação do Sindicato contra o exercício ilegal da profissão na *Folha de S.Paulo*, reincidente na contratação de não-jornalistas (ibid., p. 228).

1989

- Plano Verão traz ajuste financeiro e congelamento de preços e salários;
- 9 de novembro: cai o Muro de Berlim;
- 15 de novembro: primeiro turno das Eleições Presidenciais, a primeira, desde o Golpe Militar de 1964. Vão para o segundo turno o ex-governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello (PRN), com 28% dos votos e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com 16% dos votos;
- chegam ao telejornalismo brasileiro as câmeras *Camcorder,* que permitem acoplamento de câmera e gravador de VT (ibid., p. 229);
- as TVs UHF e por assinatura entram no ar (ibid., p. 229);
- 17 de dezembro: segundo turno das Eleições Presidenciais. Fernando Collor é eleito com 35 milhões de votos contra 31 milhões de Lula;
- 22 de dezembro: Chico Mendes, líder dos seringueiros e militante do movimento ecológico internacional, é assassinado em Xapuri, no Acre.

1990

- 16 de março: o presidente Collor decreta o Plano Collor, trazendo o cruzeiro de volta, bloqueando aplicações acima de 50 mil cruzados novos e extinguindo empresas e fundações públicas;
- categoria busca evitar demissões e rebaixamento de salários, como no caso dos funcionários da Editora *Abril,* que assinam "empréstimos" a serem devolvidos para a empresa com juros e correção (ibid., p. 229);
- 3 de outubro: reunificação da Alemanha, com a incorporação do território da antiga República Democrática Alemã (RDA);
- morte do jornalista Victorio Martorelli, um dos marcos do Sindicato, do qual foi fundador e diretor várias vezes (ibid., p. 229);
- projeto de lei que extingue o registro profissional de jornalista é enviado ao Congresso Nacional pelo ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri. Jornalistas se

manifestam e, no XXIV Congresso Nacional dos Jornalistas, é retomada a ideia de criação de uma Ordem dos Jornalistas (ibid., p. 229);

- não surge nenhuma chapa para a direção do Sindicato. Constituição de Junta Governativa provisória, que depois de três meses promove eleições, nas quais Antonio Carlos Fon e José Hamilton Ribeiro são eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente. Eles vencem a chapa encabeçada por Moacir Japiassú (ibid., p. 229);

- 8 de novembro: fundação da Associação dos Jornalistas Profissionais Aposentados no Estado de São Paulo. Após o afastamento do seu primeiro presidente, Cândido Cerqueira Silva, por motivo de doença, assume o jornalista Demócrito Moura (ibid., p. 229);

- 19 de novembro: morte do jornalista José Freitas Nobre, três vezes presidente do Sindicato, presidente da Fenaj, deputado federal, professor titular da ECA/USP e respeitado líder espírita (ibid., p. 229).

1991

- Assembleia dos jornalistas modifica forma de arrecadação de fundos para o Sindicato: começa a ser cobrada a Contribuição Confederativa; a contribuição social passa a ser destinada ao custeio do jornal *Unidade* e o Imposto Sindical, caso recolhido, é devolvido ao jornalista (ibid., p. 229);

- março: Jornal *Unidade* passa a sair regularmente, todo mês, e consegue manter a periodicidade (ibid., p. 230);

- 8 de março: surge a Força Sindical, liderada por Luiz Antonio Medeiros, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo;

- 28 de abril: o *Diário Oficial* do Estado de São Paulo completa 100 anos (ibid., p. 229);

- entram no ar as TVs por assinatura operadas pela TVA e pelo Globosat (ibid., p. 229);

- as rádios *Bandeirantes* e *Transamérica* iniciam transmissões via satélite (ibid., p. 230);

- *O Estado de S. Paulo* passa a circular às segundas-feiras, impresso em *off-set* (ibid., p. 230);

- 2 de agosto: Estados Unidos atacam o Iraque, por ter invadido o Kuwait. A Guerra do Golfo marca o início da cobertura e transmissão de guerras ao vivo;

- Sindicato realiza curso de extensão universitária em parceria com a USP para cobertura de assuntos de natureza e meio ambiente, com vistas à cobertura da ECO-92 no Rio de Janeiro. (ibid., p. 230);
- 24 de outubro: primeiro leilão de privatização do Governo Collor: a Usiminas é vendida;
- começa a tramitação do substitutivo do senador José Fogaça para dar ao país nova Lei de Imprensa e logo surge o projeto alternativo de José Paulo Cavalcanti Filho, elaborado a pedido da Fenaj (ibid., p. 230);
- pela primeira vez na história, os jornalistas de jornais e revistas conseguem um piso de 7,1 salários mínimos e os de rádio e TV um piso de 6,78 salários mínimos na campanha salarial do ano (ibid., p. 230).

1992

- 27 de maio: Pedro Collor denuncia em entrevista publicada pela revista *VEJA* uma trama de corrupção envolvendo seu irmão, o presidente Fernando Collor e seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias;
- Sindicato participa do Movimento pela Ética na Política (ibid., p. 230);
- 26 de junho: criada a Associação dos Jornalistas de Imagem de São Paulo. (ibid., p. 230);
- 29 de setembro: aprovado pedido de *impeachment* do presidente Fernando Collor. O vice Itamar Franco assume a Presidência;
- Sindicato assina pela primeira vez acordo coletivo com o Sindicato Nacional das Empresas de Assessoria de Comunicação, resultado da Campanha salarial de dezembro de 1991, que incluiu o segmento dos assessores de imprensa, fato inédito (ibid., p. 230);
- governo Federal propõe conceder cerca de 1.670 concessões de emissoras de rádio e televisão. O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação lança um manifesto à nação exigindo a suspensão das negociações (ibid., p. 230);
- 6 de novembro, por meio do Decreto 678, presidente Itamar Franco promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 22/06/1969, que, entre outras coisas, elimina a censura prévia aos meios de comunicação (ibid., p. 230).

1993

- 21 de abril: plebiscito confirma o regime presidencialista no Brasil;
- Herbert de Souza lança a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida;
- morre Fúlvio Abramo, intelectual, militante político e presidente da Assembleia Permanente da histórica greve de 1961 (ibid., p. 230);
- Sindicato realiza I Concurso para Estudantes de Jornalismo (ibid., p. 230);
- abril a novembro: Sindicato é dirigido por uma junta presidida por José Hamilton Ribeiro, devido a uma liminar que suspendeu as eleições na entidade (ibid., p. 230);
- novembro: três chapas concorrem às eleições do Sindicato. A vencedora é encabeçada por Everaldo Gouveia e Amilton Vieira (vice). As outras duas são encabeçadas por Silvério Rocha e Marcolina Chediak (ibid., p. 230);
- morre Plínio Gomes de Mello, ex-presidente do Sindicato (ibid., p. 231).

1994

- 27 de fevereiro: Plano Real é lançado sob responsabilidade do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que dá origem à nova moeda, o Real;
- governo Federal começa a reconhecer a responsabilidade pela morte e desaparecimento de perseguidos políticos durante a Ditadura Militar e inicia o pagamento de indenizações às famílias das vítimas. (ibid., 231);
- por meio de julgamento do TRT sobre o dissídio de 1993 dos jornais do interior, é restabelecida a igualdade do piso salarial para jornalistas da capital e do interior, que havia sido perdida 16 anos antes. São incluídas todas as cláusulas do acordo coletivo de jornais e revistas da Capital, como pagamento de auxílio-creche e vale quinzenal (ibid., p. 231);
- o jornal *A Tribuna*, de Santos, completa 100 anos (ibid., p. 231);
- 19 a 23 de abril: O XXVI Congresso de Jornalistas, realizado em Curitiba, aprova o compromisso de elaboração de um amplo programa para a democratização da comunicação e a exigência de curso superior para as atividades jornalísticas, incluindo repórter fotográfico e diagramador (ibid., p. 231);
- Sindicato lança o primeiro Guia das Assessorias de Imprensa (ibid., p. 231);
- morre o jornalista Hélio Pompeu (ibid., p. 231);
- morre o jornalista Luís Carta (ibid., p. 231);

- 3 de outubro: Fernando Henrique Cardoso (PSDB) vence as eleições presidenciais no 1º turno com 34 milhões de votos (54% dos votos válidos), enquanto Luiz Inácio Lula da Silva recebe 17 milhões de votos (27%), em sua segunda tentativa de chegar ao Palácio do Planalto;
- encerramento do cinejornal *Amplavisão*, produzido por Primo Carbonari durante 40 anos (ibid., p. 231);
- Estadão lança o primeiro produto jornalístico em CD, o CD-ROM do Ano (ibid., p. 231);
- conclusão do processo de reforma dos estatutos do Sindicato (ibid., p. 231).

1995

- 1º de janeiro: Fernando Henrique Cardoso assume a Presidência da República;
- morre Adriano Campanhole, presidente do Sindicato durante três gestões (ibid., p. 231);
- inicio da Internet comercial no Brasil (ibid., p. 231);
- regulamentação da TV a cabo no Brasil, com a Lei 8.977 (ibid., p. 231);
- Estadão lança a revista *on-line* Mulher, disponível na internet (ibid., p. 231);
- maio: Sindicato lança uma campanha salarial de emergência (ibid., p. 231);
- Congresso Nacional aprova o fim do monopólio estatal do petróleo, das comunicações e da navegação de cabotagem (ibid., p. 231).

1996

- Ato do governo extingue a aposentadoria especial dos jornalistas (ibid., p. 231);
- concessão de emissoras de rádio e TV passa a ser feita mediante licitação pública (ibid., p. 231);
- taxa de crescimento populacional no Brasil é de 1,6% - era quase o dobro nos anos 1950 (ibid., p. 231);
- 31 de outubro: morre o jornalista e escritor João Antonio, da equipe fundadora da revista *Realidade*;
- 11 de dezembro: morre o jornalista, compositor e caricaturista Antonio Nássara (ibid., p. 231);
- inflação brasileira de um dígito (menos de 10%) é a menor dos últimos 39 anos (ibid., p. 231).

1997

- Janeiro: acordos coletivos são fechados com os sindicatos patronais de Jornais e Revistas da Capital e do Interior, com a conquista de 11% de reajuste sobre salários de 1995. Os pisos foram reajustados em 12,31% (capital) e 17,31% (interior). Houve presença maciça nas assembleias, o que assustou as empresas e levou a ameaças de demissão em algumas redações (*Unidade* 181, janeiro/1997, pp. 8 e 9);
- Sindicato protesta contra reutilização de matérias jornalísticas, o que vinha ocorrendo principalmente na *Globo* News (repetindo programação da Rede *Globo*) e no Canal 21 UHF (repetindo programação da TV *Bandeirantes*) (*Unidade* 181, janeiro/1997, p.6);
- número de associados aumenta 36%, de 3.578 para 4.874, resultado de diversas iniciativas da direção: concursos para estudantes e cursos de formação e especialização e o envio de correspondência para 2.300 jornalistas;
- internet passa a ser utilizada como canal de comunicação do Sindicato, com a construção da homepage www.wm.com.br/sindjor , assim como a implantação de e-mails da entidade (Unidade 182, fevereiro/1997, p. 9);
- 29 de janeiro: empossada nova diretoria da Associação dos Jornalistas Profissionais Aposentados no Estado de São Paulo (Ajaesp), com José Calil na Presidência (Unidade 182, fevereiro/1997, p. 14);
- fevereiro: extinção da seção paulista da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que passa a ser representada em São Paulo pelo jornalista e professor José Marques de Melo (Unidade 182, fevereiro/1997, p. 3);
- 24 de março: jornalistas de São Paulo discutem a criação da Ordem (ou Conselho) dos Jornalistas do Brasil (Unidade 183, março/1997, p. 15);
- abril: no aniversário de 30 anos da Lei de Imprensa, um dos últimos entulhos autoritários do país, Sindicato organiza ato na Assembleia Legislativa de São Paulo pela aprovação de uma Lei de Imprensa Democrática (Unidade 184 /Especial 60 anos, abril/1997, p. 47);
- abril: surge a revista *Caros Amigos*, criada por Sérgio de Souza e outros jornalistas e intelectuais ligados à extinta revista *Realidade*

(http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/quem-somos/hitoria-da-caros-amigos) – (acesso em 7 abr. 2012);

- 15 de abril: posse da nova Diretoria para o triênio 1997-2000, após vitória da Chapa 1, encabeçada por Everaldo Gouveia, nas eleições dos dias 2, 3 e 4 de abril (*Unidade* 185, maio/1997, p. 6);

- revisão de processos de regulamentação dos 26 mil jornalistas do Estado. A obrigatoriedade da revisão em todo o país foi determinada pelo ministro do Trabalho, Paulo Paiva, atendendo reivindicação da Fenaj (Unidade 186, junho/1997, p.4);

- governo federal reconhece responsabilidade do Estado pela morte de Vladimir Herzog, assassinado no DOI-CODI em 25/10/1975. O decreto presidencial de Fernando Henrique Cardoso também concede indenizações a 59 famílias de desaparecidos políticos e mortos pela repressão (*Unidade* 187, julho/1997, p. 10);

- 6 de junho: o diretor de base por Santos, João Marcos Rainho, denuncia favorecimento de terceiros – prestadores de serviços – pelo Sindicato durante reunião da Executiva. O secretário-geral Igor Fuser relata outras denúncias num documento que acaba chegando à grande imprensa (*Unidade* 188, agosto/1997, p. 6);

- 24 a 26 de julho: Congresso Extraordinário dos Jornalistas em Vila Velha/ES decide adiar por um ano deliberação sobre o Conselho Federal de Jornalistas e apoiar o projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB/MT), que transfere a concessão dos registros profissionais do Ministério do Trabalho para a Fenaj. Determina, ainda, que "a Fenaj dialogue com estudantes, professores, faculdades e empresas para conciliar propostas de melhoria do ensino de jornalismo e a volta do estágio, proibido desde 1978" (*Unidade* 188, agosto/1997, p. 3 e 4);

- julho: Diretoria Plena aprova moção de repúdio ao então secretário-geral pelas acusações contra membros da diretoria e, em 16 de julho, aprova-se sua suspensão do cargo. Em 28 de julho ele admite publicamente ter divulgado documento contendo denúncias sem aguardar a apuração dos fatos. Reunião da Diretoria Plena reitera a suspensão, mas considera as punições aplicadas suficientes e faz cessar seus efeitos (*Unidade* 188, agosto/1997, p. 6);

- outubro: pressão dos proprietários de empresas de comunicação consegue suspender a votação da nova Lei de Imprensa na Câmara dos Deputados (Unidade 191, nov./1997, p. 2);

- 17, 18 e 19 de outubro: XIV Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Imprensa em Atibaia, interior de São Paulo, recomenda que o Sindicato promova

cursos específicos para o setor e o mapeamento pelo sindicato e Fenaj da situação dos jornalistas no serviço público. Um dos temas mais debatidos foi o compromisso ético com a informação (*Unidade* 191, novembro/1997, p. 14);

- 4 de dezembro: assembleia rejeita proposta "indecorosa" de 2% de reajuste apresentada pelo sindicato patronal dos Jornais e Revistas da Capital, o único a apresentar proposta. O reajuste contrastava com os investimentos da mídia – crescimento de 227,35% no meio jornal e 207,66% no meio televisão entre 1992 e 1996 (*Unidade* 192, dezembro/1997, p. 4);

- 18 de dezembro: assembleias nas regionais aprovam dois acordos. Profissionais de jornais e revistas no interior têm 5% de reajuste salarial e 6,56% de reajuste no piso. Os jornalistas de assessoria de imprensa têm reajuste de 5,8%. Os índices são superiores aos da inflação do período. Ainda ficam pendentes os jornais e revistas da capital e as empresas de rádio e TV (*Unidade* 193, janeiro/1988, p. 4);

- no ano de 1997, em São Paulo foram admitidos 2.113 jornalistas e 1.907 foram demitidos, o que mostra um saldo positivo de 206 empregos na categoria (*Unidade* 197, maio/1998, p.4).

1998

- Em São Paulo o desemprego atinge o recorde histórico de 16,6% da População Economicamente Ativa (PEA), segundo a Fundação Seade e o Dieese. São 1,436 milhão de desempregados no Estado (*Unidad*e 193, janeiro/1988, p. 5);

- campanha salarial 1997/1998: encerrada em final de janeiro, com o segmento de Rádio e TV, que voltou a ter acordo coletivo (*Unidade* 194, fevereiro/1998, p. 2);

- mais demissões marcam início do ano: *Correio Popular* de Campinas (8), Rede *Record* (25) e Rádio *CBN* (12), num total de 45 jornalistas demitidos. Em negociação com Rede *Record*, Sindicato consegue seis meses de convênio médico e dois meses de vale-refeição para os demitidos (*Unidade* 194, fevereiro/1998, p. 2);

- março: análise do mercado de trabalho dos jornalistas, feito pelo economista Nelson Sato, mostra crescimento de quase 10% no período de 1994 a 1995, segundo dados das RAIS do Ministério do Trabalho, a partir de informações sobre jornalistas com vínculo empregatício. Em 1995 são 18.825 profissionais jornalistas. As mulheres ainda

não são maioria na profissão: em 1986 eram 6.307 mulheres, em 1995, são 7.795 mulheres. Ou seja, elas passaram de 36,2% para 41,41% dos profissionais (*Unidade* 196, abril/1998, p. 10);

- abril: sindicatos dos Jornalistas e dos Radialistas denunciam ilegalidades na TV *Cultura* e na TV *Bandeirantes* pela prática do vídeo-repórter ou "abelha" – exercício ilegal de várias funções por um único trabalhador. Outro problema apontado são as cooperativas que contratam e fornecem pessoal para emissoras, sem direitos trabalhistas. Funcionários da Rede *Bandeirantes* eram pressionados a se demitirem e depois eram contratados pelo Cooperart, que os realocava na emissora (*Unidade* 197, maio/1998, p. 3);

- jornalistas do *DCI* não recebem salários integralmente há muitos meses, apenas parcelas semanais de no máximo 10% do salário, devido à crise na empresa. O jornal também vem sonegando as verbas rescisórias de contratos, salários, 13º e férias. Sindicato recorre à Procuradoria Geral da República e a outros setores sindicais para denunciar e assegurar os direitos dos jornalistas (*Unidade* 197, maio/1998, p. 11);

- maio: Sindicato contata ministros do Trabalho e das Comunicações solicitando maior empenho nas fiscalizações e providências em relação às emissoras de Rádio e TV que descumprem a lei, contratando profissionais não habilitados, deixando de pagar horas extras ou de recolher FGTS e INSS. No ano anterior, o Sindicato solicitou 400 fiscalizações, mas não feita nem a metade (*Unidade* 198, junho/1998, p. 17);

- 30 de junho: com a presença de 163 jornalistas, assembleia aprova as contas do Sindicato do ano de 1997. Diretoria presta esclarecimentos sobre o furto de R$ 285 mil, praticado por ex-funcionário da entidade, objeto de inquérito policial *(Unidade* 199, julho/1988, p. 2);

- julho: Fenaj elege nova diretoria em eleições realizadas em todo país. A única chapa inscrita é encabeçada por Beth Costa, ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro. A nova diretoria tem três jornalistas de São Paulo: Everaldo Gouveia, José Roberto Mello e José Hamilton Ribeiro. (*Unidade* 200, agosto/1998, p. 2);

- agosto: Sindicato manifesta preocupação com a cobertura da mídia, que privilegia a candidatura de Fernando Henrique Cardoso e conclama os jornalistas para a apuração

precisa dos acontecimentos, conforme o Código de Ética da profissão (Unidade 201, setembro/1998, p. 2);

- 5 a 9 de agosto: 28º Congresso Nacional dos Jornalistas, no Rio de Janeiro, promovido pela Fenaj. Principais temas: transferência da emissão do registro profissional do Ministério do Trabalho para a Fenaj, direito autoral e novo perfil do mercado de trabalho (Unidade 201, setembro/1998, p. 6);

- paralelamente ao Congresso Nacional dos Jornalistas, é realizado o XV Encontro Nacional dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos (Enarfoc). A principal decisão é a unificação dos critérios para obtenção do registro profissional para repórteres fotográficos e cinematográficos. E sugere que os Sindicatos realizem cursos de capacitação profissional, abrangendo Ética, Cidadania, Técnicas e Direitos Autorais (Unidade 201, setembro/1998, p. 7);

- "Passaralho" nas redações: no Grupo *Estado* são 46 jornalistas demitidos, cinco no *Diário Popular* e 14 em dois jornais de Campinas, *Correio Popular* e *Diário do Povo*. A alegação das empresas é a queda na receita publicitária. "Empresas de comunicação adotam, com empenho, o discurso e as políticas neoliberais defendidas pelo governo. Apoiam o modelo de desemprego, que abandona o investimento social em saúde, educação e moradia. Coerentes, dão as costas a seus trabalhadores", afirma o Editorial do jornal *Unidade* de agosto/1988 (*Unidade* 200, agosto/1998, p. 2);

- reduções de salário na *Tribuna de Santos*. O jornal havia anunciado no início de agosto a necessidade de cortar 10% da folha de pagamento, entre salários e encargos, para evitar a demissão de 17 dos 81 jornalistas. A proposta é aceita pela Comissão de Jornalistas, com a participação do Sindicato. As recentes Medidas Provisórias editadas por FHC autorizavam as demissões por cinco meses, sem nenhum custo para os empregadores e sem qualquer pagamento de direitos (*Unidade* 201, setembro/1998, p. 26);

- Sindicato denuncia que vários jornais, principalmente em cidades do interior, só contratam jornalistas que se disponham a dirigir os veículos da empresa, o que coloca a vida do profissional em risco e prejudica o desempenho do jornalista, tirando ainda o emprego dos que poderiam exercer a função de motoristas (*Unidade* 200, agosto/1998, p. 5);

- dados do Ministério do Trabalho mostram que 69,12% das mulheres jornalistas possuem nível superior. O percentual é maior que o dos homens em todos os segmentos de atuação (*Unidade* 200, agosto/1988, p. 9);
- 27 de agosto: mesa redonda na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), a pedido do Sindicato, questiona o *SBT* pela brutal redução do seu quadro de jornalistas, levando quase à extinção do departamento de Jornalismo da emissora. Em 1996 eram 200 jornalistas, reduzidos a 40 (*Unidade* 200, agosto/1998, p. 8);
- 10 de setembro: mais de 700 pessoas comparecem ao lançamento do livro "Jornalistas 1937 a 1997", realizado na Livraria Cultura da Avenida Paulista. O livro, organizado por José Hamilton Ribeiro, conta a história do Sindicato dos Jornalistas desde a sua fundação (*Unidade* 202, outubro/1998, p. 18);
- 21 a 25 de setembro: greve dos jornalistas e radialistas da TV *Manchete* para obrigar a empresa a pagar os salários de agosto;
- 30 de setembro: só em São Paulo, 100 profissionais da *Manchete* são demitidos. Sindicato denuncia incompetência da família Bloch e Kapeller em gerir a crise que se arrastava há cinco anos. O Sindicato também defende que o controle da emissora seja retirado dos proprietários pelo governo federal (*Unidade* 201, setembro/1998, p. 2);
- campanha salarial tem início em um contexto de demissões em massa, rebaixamento salarial, terceirizações e descumprimento de acordos. Ao mesmo tempo, as empresas laçam novos títulos, como a *Época* da Editora Globo, e investiam em instalações, como o novo parque gráfico do Diário Popular, além de contratações milionárias, como a do apresentador Ratinho, pelo *SBT* (Unidade 202, outubro/1998, p. 4);
- 4 de outubro: o presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) é reeleito no 1º turno com 36 milhões de votos (53% dos votos válidos) contra 21 milhões de votos dado a Lula (32% dos votos);
- 27 de outubro: mais de 200 pessoas participam da solenidade de premiação do XX Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Na ocasião, homenagem ao cardeal D. Paulo Evaristo Arns, ao rabino Henry Sobel e ao pastor Jaime Wright (*Unidade* 203, novembro/1998, p.8);
- 9 de novembro: juiz Ricardo Belli, da 34ª Vara Cível da Capital, proíbe o apresentador Ratinho de exibir brigas e portadores de deficiências físicas. A liminar foi concedida a

pedido do promotor Cleiton Guimarães dos Santos, motivado por denúncias de que parte dos casos de Ratinho (*SBT*) e Leão (TV *Record*) eram farsas grotescas (*Unidade* 203, novembro/1998, p. 3);

- 14 a 15 de novembro: jornalistas e estudantes de comunicação participam do XXI Encontro dos Jornalistas do Interior. Participantes manifestam preocupação com medidas do governo federal, que vão acentuar a crise do desemprego, com dispositivos que possibilitam demissão temporária e pulverização sindical (*Unidade* 204, dezembro/1998, p. 8).

1999

- Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem como lema "Sem Trabalho... Por quê?". A Igreja se solidariza com os desempregados e defende a distribuição mais justa das riquezas (*Unidade* 206, março/1999, p. 6);

- 23 de janeiro: primeiro Curso para Repórteres Fotográficos e Cinematográficos, ministrado pelo Sindicato. Iniciativa pioneira, em parceria com o Instituto de Formação dos Jornalistas (*Unidade* 205, fevereiro/1999, p. 23);

- fevereiro: campanha salarial 98/99 termina com a aprovação de acordos quase três meses após a data base. Sindicatos patronais de Jornais e Revistas da Capital não queriam conceder reajustes, mas reconsideraram e propuseram: a) reajuste de 2,63% para piso; b) reajuste de 1,5% para os que ganhavam até R$ 1.520,00; c) reajuste de 1% para quem ganhava de R$ 1.520 a R$ 2.280,00 e d) reajuste de 0,8% para os que ganhavam acima de R$ 2.280,00 (*Unidade* 206, março/1999, p. 2 e 4);

- Sindicato esclarece que não proíbe o estágio, ele é proibido por lei (Decreto 83.284, de 13/03/1979). Em seu artigo 18, a lei obriga o Sindicato a levar representação ao Ministério do Trabalho e às autoridades toda ocorrência que signifique exercício ilegal da profissão. Sindicato manifesta que é favorável à volta do estágio em jornalismo, mas não à contratação de estudantes para trabalhar longas jornadas sem receber, como querem as empresas (Unidade 205, fevereiro/1999, p. 14);

- 12 de fevereiro: morre Marcos Faerman, aos 55 anos, vítima de infarto. Criador do jornal mensal *Versus*, em 1976, repórter do *Jornal da Tarde* (1968 a 1990) e professor da Cásper Líbero. O velório acontece na sede do Sindicato (*Unidade* 206, março/1999, p. 10);

- 1º de março: trabalhadores da TV *Manchete* retomam greve iniciada em setembro de 1998. Nos dias 2 e 3 de março, acampam na porta da emissora para protestar. Crise entra no sétimo mês sem sinal de solução. A emissora não honrou acordo firmado em 10/02 no TRT 2ª Região, pelo qual os trabalhadores receberiam salários atrasados até 28/02, com a parte que a Igreja Renascer pagaria à *Manchete* pelo arrendamento de horários da emissora. O negócio Renascer/Manchete foi desfeito e a empresa ignorou o compromisso. A Justiça considera a paralisação não-abusiva (*Unidade* 206, março/1999, p. 4);
- 15 de março: chega às bancas o *Jornal dos Jornais*, sob responsabilidade de Moacir Japiassu e Ari Schneider – "mensalmente, um panorama do jornalismo brasileiro e internacional, orientando estudantes e novos profissionais, e informando os demais leitores" (*Unidade* 205, fevereiro/1999, p. 11);
- 19 de março: Rádio *9 de julho*, da Arquidiocese de São Paulo, volta a funcionar, 26 anos depois de ter sido calada pela Ditadura Militar, por defender os direitos humanos (*Unidade* 207, abril/1999, p. 10);
- encerrado inquérito policial que investigou furto praticado por ex-funcionário do Sindicato em 1997. Único indiciado foi o ex-funcionário, que havia desviado recursos provenientes do Imposto Sindical, num total de R$ 285 mil. A expectativa era de a denúncia ser acolhida e o indiciado ser processado por apropriação indébita (*Unidade* 207, abril/1999, p. 2);
- 24 de março: tropa de Choque da PM tenta desmontar acampamento dos trabalhadores em greve na TV *Manchete,* com ameaças e violência. Mas o acampamento continua no estacionamento e nas calçadas em frente à emissora *(Unidade* 207, abril/1999, p. 19);
- abril: o bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, compra 50% da Rede *Mulher* e a TV *SP Centro*, de Bauru, expandindo sua rede, iniciada em 1990 com a compra da TV *Record (Unidade* 208, maio/1999, p. 3);
- 7 de maio: o ministro do Trabalho Francisco Dornelles publica portaria no Diário Oficial da União extinguindo Comissões Regionais de Revisão de Registros de Jornalista Profissional, criadas pelo Ministério do Trabalho para moralizar a emissão dos registros. Em quatro anos, essas comissões haviam analisado 100 mil processos, impugnando e encaminhando ao Ministério 30 mil registros irregulares e de jornalistas já falecidos. A mesma Portaria revigora os 2 mil registros impugnados pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, que ainda não haviam sido cancelados – tratava-se de um esquema de emissão de registros para obtenção de aposentadorias especiais (*Unidade* 211, agosto/1999, p. 6);

- 6 a 9 de maio: realização do XII Encontro Nacional de Jornalistas em Assessorias de Comunicação (ENAJAC) e do II ENAJAC-Sul (no Mercosul). Propostas sobre ética na decisão de quem assessorar e sobre o Projeto de lei 862/95, de Marcelo Barbieri (PMDB-SP), incluindo assessor de imprensa no Decreto-lei 972 de 17/10/69, que regulamenta as funções desempenhadas pelos jornalistas (*Unidade* 209, junho/1999, p. 12);
- 28 de maio: novos proprietários da Rede *Manchete* se comprometem a pagar salários atrasados em 12 parcelas mensais, readmitir dispensados depois de agosto de 1998 e dar estabilidade de 90 dias no emprego. A TV *Manchete*, da família Bloch/Kepeller, havia sido comprada pela TV *Ômega*, do Grupo *TeleTV*, de Amilcare Dallero Junior e Marcelo Carvalho e passa a se chamar Rede *TV! (Unidade* 209, junho/1999, p. 4);
- 18 a 20 de junho: realização do IX Congresso Estadual dos Jornalistas, na Praia Grande/SP. Um dos principais assuntos debatidos foi a unificação dos Sindicatos dos Trabalhadores em Comunicação numa só entidade. Dentre as resoluções, fim do provisionamento e manutenção da atual regulamentação profissional, especialmente quanto à obrigatoriedade do diploma (*Unidade* 209, junho/1999, p. 4);
- julho: FHC veta Projeto de Lei 307/95, do senador Carlos Bezerra, que transfere do Ministério do Trabalho para a Fenaj a emissão de registros de jornalistas. O projeto começou a tramitar no Congresso em 1995, a pedido da Fenaj. No final de 1998, o projeto passou pela Câmara e voltou ao Senado, onde foi aprovado por unanimidade em junho/1999 (*Unidade* 211, agosto/1999, p. 2);
- 14 de agosto: Sindicato e Associação Brasileira das Rádios Comunitárias - Abraço se reúnem com rádios comunitárias de Santos, Praia Grande e São Sebastião para coordenar mobilização em defesa da democratização da comunicação no litoral paulista: "as rádios comunitárias, ou piratas, como querem chamar alguns empresários da comunicação, não são ilegais. O direito de existência está assegurado na Constituição" *(Unidade* 212, setembro/1999, p. 15);
- 19 a 22 de agosto: realização do XVI Encontro Nacional dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos (Enarfoc), em Natal/RN. Encontro confirma a exigência de curso de habilitação para registro profissional nas funções em que a Lei não exige o diploma universitário de jornalista *(Unidade* 212, setembro/1999, p. 17);
- 1º de setembro: Sindicato dos Jornalistas e Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Interior firmam adendo à convenção coletiva de trabalho estabelecendo antecipação de 2,64% sobre salário normativo. Importante vitória num momento de desemprego e diversas as categorias com dificuldade para reajustar salários (*Unidade* 212, setembro/1999, p. 15);

- 21 de setembro: seminário “Relações Assessorias e Redações”, organizado pelo Sindicato. Durante a atividade são realizados seis *workshops* em que jornalistas apresentam os procedimentos mais adequados para balizar as relações em cada um dos veículos e nas assessorias. É produzido um Guia Básico de Condutas e Procedimentos (*Unidade* 212, setembro/1999, p. 7);
- 25 de setembro: a partir desta data os associados do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo ficam isentos do pagamento da CPMF, por decisão da 2ª. Vara da Fazenda Federal, com base em mandado coletivo impetrado pelo Sindicato. O entendimento da juíza foi que a emenda Constitucional 21/99 não poderia prorrogar uma lei (9539/97) que não existe mais no ordenamento jurídico brasileiro (*Unidade* 212, setembro/1999, p. 17);
- outubro: FHC sanciona lei que estabelece o dia 1º de junho para a comemoração do Dia da Imprensa. Mudança proposta pelo projeto de lei de Nelson Marchezan (PSDB/RS), com apoio da ANJ e Fenaj, por ser a data de lançamento (1º junho de 1808) do *Correio Brasiliense*, considerado primeiro jornal brasileiro, apesar de ter sido impresso na Inglaterra. O Dia da Imprensa era comemorado em 10 de setembro, dia em que a *Gazeta do Rio de Janeiro* começou a circular, mas a data era contestada por jornalistas e historiadores. (*Unidade* 214, novembro/1999, p. 23);
- novembro: a 8ª Câmara de Direito Público do Tribunal da Justiça de São Paulo condena a Fazenda do Estado a indenizar os três proprietários da Escola Base em R$ 100 mil. Em março de 1994 eles tinham sido acusados de abusos sexuais por mães de alunos, e as conclusões apressadas do delegado responsável foram divulgadas pela imprensa, precipitando a execração pública da escola e de seus responsáveis. O *Unidade* de julho/94 foi o primeiro veículo a dar voz aos proprietários e a levantar discussão ética sobre o comportamento da imprensa (*Unidade* 215, dezembro/1999, p. 3);
- 11 de novembro: campanha salarial dos jornalistas ganha as ruas, com 200 ônibus circulando com anúncios alusivos à profissão: “Bom jornalista pode virar espécie rara - Valorize a informação de qualidade”, campanha institucional desenvolvida pela Agência Agnelo Pacheco *(Unidade* 214, novembro/1999, p. 4);
- 14 de novembro: estreia do *Unidade TV*, programa semanal de uma hora de duração, transmitido aos domingos, às 23 horas, no Canal Comunitário (NET e TVA). Único Sindicato dos Jornalistas a ocupar espaço fixo na TV, a iniciativa busca debater as diversas mídias e abrir canal de comunicação com a sociedade, contribuindo para o surgimento de uma comunicação cidadã (*Unidade* 214, novembro/1999, p. 18);

- 20 de novembro: primeira reunião da Comissão de Qualidade de Ensino de Jornalismo em São Paulo, com a presença de jornalistas, sindicalistas, professores, representantes das empresas e universidades. Os participantes debatem a questão do estágio na profissão, proliferação dos cursos de jornalismo e formação de professores *(Unidade* 216, janeiro/2000, p. 12);
- a reestruturação da Secretaria de Interior do Sindicato confere maior autonomia às regionais, para que possam fiscalizar melhor o exercício profissional. Sindicato já havia pedido 300 fiscalizações em empresas jornalísticas do interior, mostrando o caos do mercado de trabalho das médias e pequenas cidades. Estimativas apontavam existência de 2.400 empresas jornalísticas espalhadas em vários dos 700 municípios do Estado, onde atuavam 34% dos jornalistas (*Unidade* 216, janeiro/2000, p. 18);
- levantamento oficial da Fenaj aponta que ocorreram no ano 21 casos de violência contra jornalistas no país: tentativas de assassinato, ameaças de morte e agressões físicas e verbais (*Unidade* 216, janeiro/2000, p. 8);
- dezembro: anunciados os resultados da campanha salarial 1999/2000. Com as empresas de assessorias de imprensa é definido reajuste de 8,31%, a ser pago já em dezembro. Os jornais e revistas da capital não dão reajuste. A categoria rejeita proposta de 7% de aumento em duas parcelas (4% em dezembro e outra de 3% em maio/2000), índice que sequer repõe a inflação do período. As negociações deste segmento serão retomadas em janeiro. Com as empresas de rádio e TV também não é possível fechar acordo, pois assembleias julgam impossível avaliar propostas patronais, que são incompletas (*Unidade* 216, janeiro/2000, p. 4);
- crise nas emissoras de TV: no final de 1999, onda de demissões na Rede *Record,* que fecha departamento de jornalismo em Bauru, e na TV *Bandeirantes,* que demite nove jornalistas. No *SBT*, o departamento de jornalismo está praticamente desativado. Na Rede *TV!* há novamente atraso nos pagamentos, atingindo salários, 13º e pagamentos atrasados. Direção da emissora alega problemas jurídicos com o antigo proprietário *(Unidade* 216, janeiro/2000, p. 4);
- lançamento do Movimento Sindicato Solidário, para desenvolver novas alternativas de serviços, para manter e ampliar as atividades sindicais. Buscam-se outras formas de custeio da entidade, para romper com o modelo sindical implantado pela ditadura Vargas (*Unidade* 216, janeiro/2000, p. 7);
- 10 de dezembro: realização do 1º Seminário Nacional de Direito Autoral, no Rio de Janeiro, promovido pela Fenaj, ABI e Associação dos Magistrados do Brasil. Debate enfatiza que obra jornalística goza de total proteção legal, e, portanto, os jornalistas devem recusar cláusulas de cessão plena e total de propriedade intelectual (*Unidade* 216, janeiro de 2000, p. 6).

2000

- 18 de janeiro: nota do Sindicato lamenta atitude do juiz federal José Marcos Lunardelli contra as rádios comunitárias de São Paulo. A decisão "prejudicou milhares de cidadãos que têm nessas rádios uma importante fonte de informação" (*Unidade* 216, janeiro/2000, p. 8);
- 18 de fevereiro: Comissão de Qualidade de Ensino de Jornalismo define detalhes para o início da implantação de projetos-piloto de estágio monitorado em jornalismo. As duas primeiras experiências serão no ABC e em Bauru. No ABC, o convênio é estabelecido entre o *Diário do Grande ABC* e a Universidade Metodista de São Bernardo do Campo; em Bauru, os veículos *Jornal da Cidade de Bauru*, *Editora Alto Astral*, TV *Modelo* (Globo) e a UNESP e Universidade Sagrado Coração firmam parceria *(Unidade* 218, março/2000, p. 22);
- 25 de fevereiro: lançada nova edição do "Guia de Fontes de Informação" no Museu da Casa Brasileira (*Unidade* 218, março/2000, p. 22);
- dados obtidos a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, indicam que o número de mulheres nas redações está em contínua elevação. Em 1986, elas eram 34,3% da categoria, já em 1997, ocupavam 45,2% dos postos de trabalho com carteira assinada. Em dois segmentos elas já são maioria: nas revistas (52,4%) e nas assessorias de imprensa, departamentos de comunicação de empresas e do setor público (51,8%) (*Unidade* 218, março/2000, Suplemento Especial Mulher, p. 3);
- bom momento no mercado jornalístico com a internet: muitas oportunidades de emprego surgem com a nova mídia eletrônica, que abre as portas para sites e portais de notícias. O Portal IG faz grandes investimentos, criando redação com mais de 30 profissionais para seu jornal *Último Segundo*, o Submarino aumenta seu quadro de cinco para 20 profissionais, além de 50 free-lancers. O Auto Z, do Grupo D Paschoal, é atualizado por 13 jornalistas. O UOL anuncia novas editorias e reforços para sua equipe de jornalistas *(Unidade* 218, março/2000, p. 14);
- 3, 4 e 5 de abril: eleições para a diretoria do Sindicato para o período 2000-2003. Eleita a Chapa 1, encabeçada por Fred Ghedini, da *Plano Editorial*, que vence a Chapa 2, encabeçada por Paulo Zocchi, da *Folha de S. Paulo* (*Unidade* 219, abril/2000, p. 4);

- 12 de abril: entra em vigor a Lei 9.958, que institui as Comissões de Conciliação de conflitos trabalhistas nas empresas. Órgãos como OAB/SP e Associação dos Advogados Trabalhistas manifestam-se contra a lei, considerando-a mal intencionada e uma ameaça ao que resta dos direitos dos trabalhadores (*Unidade* 219, abril/2000, p. 11);
- 12 de abril: 80 funcionários afastados da ex-TV *Manchete*, que continuam sem receber o que têm direito, fazem manifestação em frente à emissora, com apoio dos sindicatos dos Jornalistas e dos Radialistas. A Rede *TV!,* sucessora da *Manchete*, insiste em não pagar parcelas de salários atrasados referentes a outubro de 1998 a maio de 1999 *(Unidade* 219, abril/2000, p. 19);
- 25 de abril: posse da nova diretoria da ARFOC para o mandato 2000-2002, com Vidal Cavalcante na Presidência, Cirino Alves na Vice-presidência e Cristina Rufatto na Secretaria-geral (*Unidade* 220, maio/2000, p. 6);
- junho: reformulação do site do Sindicato na internet. Nos primeiros dias o novo site contabiliza quase mil acessos. O endereço é www.sjsp.org.br (*Unidade* 222, julho/2000, p. 23);
- 1º de julho: Programa de Saúde do Sindicato (PSS) começa o atendimento médico-hospitalar com rede própria de credenciados. No interior, litoral e região metropolitana, o atendimento é feito pela Associação Beneficente dos Empregados em Telecomunicações (ABET) (Unidade especial Saúde, junho/2000);
- 16 de julho: morre o jornalista e ex-presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, aos 103 anos (*Unidade* 223, agosto/2000, p. 4);
- 21 de julho: morre o jornalista Aloysio Biondi, aos 64 anos (*Unidade* 223, agosto/2000, p. 4);
- entre final de 1999 a início de 2000 estima-se que foram criadas mais de 600 vagas em São Paulo para jornalistas em sites e portais *(Unidade* 224, setembro/2000, p. 4 e 6);
- julho: lançamento do primeiro jornal totalmente dedicado aos deficientes visuais: o jornal *Diário do Povo Braille*, de Campinas. Duzentos exemplares passam a ser distribuídos gratuitamente para pessoas e entidades de 70 cidades brasileiras (*Unidade* 229, fevereiro/2001, p. 9);

- 18 a 20 de agosto: realização do XV Encontro Estadual de Jornalistas em Assessorias de Comunicação (*Unidade* 224, setembro/2000, p. 12);
- 1º. de setembro: criada no Sindicato a Associação Justiça para Sandra Gomide, com o objetivo de combater a impunidade e defender a memória da jornalista, assassinada por Antonio Pimenta das Neves, em 20 de agosto de 2000. Nota oficial e reunião com a promotora do caso expressam a preocupação com a possibilidade de que o assassino confesso responda o processo em liberdade (*Unidade* 224, setembro/2000, p. 10 e 11);
- 24 de outubro: ato em Defesa da Cidadania e da Democracia, às vésperas do 2º turno das eleições municipais em São Paulo. Estiveram presentes o governador Mário Covas, seu vice, Geraldo Alckmin, o jurista Hélio Bicudo e a ex-prefeita Luiza Erundina. O ato repudia a campanha de medo e preconceito protagonizada pelo candidato Paulo Maluf e é palco da declaração de apoio de Mário Covas à candidata Marta Suplicy, um dos principais momentos da eleição (*Unidade* 226, novembro/2000, p. 5);
- 28 de outubro: entrega do XXII Prêmio Vladimir Herzog no Parlatino, em solenidade apresentada por Sérgio Mamberti. Foram inscritos 276 trabalhos jornalísticos, o maior número na história do Prêmio, sendo a violência e a tortura contra o cidadão comum um tema presente em muitas obras inscritas (*Unidade* 226, novembro/2000, p. 7 e 8);
- 7 de novembro: criada a Associação Brasileira de Propriedade Intelectual dos Jornalistas Profissionais (Apijor), com o objetivo de mudar as relações de trabalho dos jornalistas com as empresas empregadoras e a relação dos próprios jornalistas com os resultados de seu trabalho (*Unidade* 226, novembro/2000, p. 22);
- criado o Departamento de Formação Profissional no Sindicato, a partir das necessidades de requalificação e formação complementar da categoria. Cursos de formação profissional, seminários e oficinas passam a ocupar lugar de destaque na nova gestão (*Unidade* 226, novembro/2000, p. 26).

2001

- Janeiro: encerramento da campanha salarial 2000/2001. Os quatro setores tiveram 7% de reajuste, com aumento real de 1,45% (acima da inflação medida pelo INPC do IBGE). O setor de Rádio e TV, porém, celebrou o pior acordo, com retrocesso nas cláusulas sociais (*Unidade* 229, fevereiro/2001, p. 3);

- 20 de janeiro: fechamento do jornal *Notícias Populares*. Família Frias, proprietária do Grupo Folha, alega que o jornal é ultrapassado e o leitor tem outra opção, o *Agora SP*, que lidera as vendas em bancas na região metropolitana de São Paulo. Sindicato é recebido no mesmo dia do fechamento para negociar a situação dos trabalhadores pegos de surpresa, mas a empresa recusa proposta de estender vigência do plano de saúde e de aproveitamento dos 40 profissionais em outras redações do grupo (*Unidade* 229, fevereiro/2001, p. 14);
- abril: família Marinho, proprietária da Rede Globo, compra o jornal *Diário Popular* do ex-governador Orestes Quércia, por cerca de 200 milhões de dólares. O negócio não é noticiado pela mídia (*Unidade* 232, maio/2001, p. 3);
- 3 de abril: ato de protesto contra *habeas corpus* concedido a Pimenta Neves, assassino confesso da jornalista Sandra Gomide. Realizado em frente do Tribunal do Júri em São Paulo, pela Associação Justiça para Sandra Gomide (*Unidade* 231, abril/2001, p. 25);
- 17, 18 e 19 de Julho: Chapa Linha Direta é eleita para a Diretoria da Fenaj, um quorum de 39% de um colégio eleitoral de 9,6 mil jornalistas. Apenas no Distrito Federal não houve quorum mínimo de 30%. Beth Costa é reeleita para a Presidência da entidade, juntamente com quatro diretores do Sindicato de São Paulo: Fred Ghedini, Everaldo Gouveia, Pedro de Oliveira e José Augusto Camargo (*Unidade* 235, agosto/2001, p. 8);
- 10 de julho: jornalistas da *Gazeta Mercantil* entram em assembleia permanente, com paralisações parciais em diferentes dias. Sindicato vem atuando como representante nas negociações desde dezembro de 1999, quando a empresa não depositou o 13º salário. A *Gazeta* enfrentava problemas crônicos de administração, com o atraso de salários, não-depósito do FGTS e descontrole do pagamento das férias (*Unidade* 235, agosto/2001, p. 3);
- agosto: irregularidades nas emissoras de TV apontam a falência do sistema de concessões vigente. Em reunião com Sindicato, TV *Gazeta* admite que existem pessoas não habilitadas atuando na emissora como jornalista, mas promete regularizar a situação; A Rede *TV!*, antiga *Manchete*, demite 10 jornalistas em 31/08; o Sindicato discute em audiência pública a concessão definitiva de cinco canais que pertenciam às

extintas TV *Excelsior* e TV *Manchete*; ainda tramita na Justiça a reintegração do jornalista Eureni Pereira, diretor do Sindicato demitido pela Rede *TV!;* a TV *Bandeirantes* vinha impedindo a entrada do Sindicato na empresa e, diante da impossibilidade de diálogo, é pedida fiscalização ao Ministério do Trabalho; Sindicato aguardava reunião com a TV Senac, para regularizar situação de mais de 20 jornalistas registrados como comerciários, fora de suas funções e com defasagem salarial (*Unidade* 236, setembro/2001, p. 9);

- 21 de agosto: criado o Fórum Intersindical da Comunicação, o Fico, reunindo os sindicatos dos Jornalistas, dos Administrativos de Jornais e Revistas da Capital, dos Administrativos de Jornais e Revistas do Interior, dos Atores, Artistas e Modelos, dos Artistas (dubladores), dos Gráficos, dos Trabalhadores e Técnicos na Indústria Cinematográfica e dos Editores de Livros (*Unidade* 236, setembro/2001, p. 19);

- 31 de agosto a 2 de setembro: realização do XVI Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Comunicação, em São Pedro/SP (*Unidade* 235, agosto/2001, p. 18);

- 4 de setembro: em assembleia com 142 jornalistas, aprovada proposta da *Gazeta Mercantil* de pagar adiantamento de férias até 6 de setembro. No mesmo dia deveriam ser pagos os colaboradores que emitiram nota fiscal até 5 de julho. Os pagamentos de 5 de setembro deveriam ser quitados, por faixas salariais, a partir de 11 de setembro. A Assembleia Geral realiza inúmeras sessões, sendo que a Comissão Rotativa de Negociação era renovada a cada sessão. A Gazeta mostra-se disposta a negociar, franqueando seu auditório para as assembleias (*Unidade* 236, setembro/2001, p. 5);

- 22 de setembro: palestra sobre Racismo, organizada pela Comissão de Jornalistas Negros pela Igualdade Racial do Sindicato dos Jornalistas. Convidados falam sobre "A discriminação nas relações de trabalho" e "As decisões da III Conferência Mundial contra o Racismo", realizada na África do Sul (*Unidade* 237, outubro/2001, p.5);

- 1º. de outubro: ato pela Paz no auditório Vladimir Herzog, organizado pelo Sindicato, Fenaj e Grupo Shalom Salam Paz, com apoio da Comissão Estadual dos Direitos da Pessoa Humana/SP. O ato defende o entendimento entre o Estado de Israel e a Autoridade Palestina (*Unidade* 237, outubro/2001, p. 3);

- 15 de outubro: início da greve dos jornalistas na *Gazeta Mercantil*, por decisão da Assembleia de 11 de outubro, com 125 votos a favor da paralisação. Movimento recebe adesão das sucursais, cadernos regionais e correspondentes internacionais, além dos funcionários da "Gazeta Mercantil Informações Eletrônicas" (*Unidade* 237, outubro/2001, p. 8);
- 23 de outubro**:** liminar da juíza federal substituta Carla Abrantkoski Rister suspende a obrigatoriedade da exigência de diploma de jornalismo para a obtenção do registro profissional. Embora provisória, a liminar, enquanto estiver vigente, obriga o Ministério do Trabalho a conceder registros de jornalista a qualquer pessoa (*Unidade* 239, dezembro/2001-janeiro/2002, p. 4);
- 9 a 11 de novembro: realização do X Congresso Estadual dos Jornalistas de São Paulo, em São José dos Campos/SP. Debates sobre "Direito Autoral e o Jornalista", "O jornalista e o novo milênio", "Qualidade dos cursos de jornalismo e opções do mercado de trabalho" (*Unidade* 238. novembro/2001, p. 14);
- 9 de novembro: funcionários da Rede A de Jornais de Bairro iniciam greve pelo pagamento de salários de setembro e outubro, além do 13º salário e do FGTS dos últimos dois anos. A greve é reprimida pelo proprietário, Antonio Carlos Escudero, com intimidações, agressões verbais, e o acionamento de sete viaturas policiais (*Unidade* 238, novembro/2001, p. 5);
- 19 de novembro: Fenaj e Sindicato dos Jornalistas de São Paulo entram com pedido de agravo de instrumento com efeito suspensivo contra a liminar concedida pela juíza substituta Carla Rister. O governo federal, réu na ação, também entra com recurso contra a liminar, através da Advocacia Geral da União (AGU) (*Unidade* 239, dez/2001-janeiro/2002, p. 4);
- 19 de novembro: nota oficial do Sindicato protesta contra demissão ilegal de 143 jornalistas da *Gazeta Mercantil* em São Paulo, parte deles por "justa causa". Mesmo com a greve considerada legal pelo TRT, a empresa iniciou o processo de demissão de seus mais de 400 funcionários (*Unidade* 238, novembro/2001, p. 4);
- 19 de novembro: greve na *Gazeta Mercantil* termina após anúncio do Tribunal Superior do Trabalho (TST), suspendendo a determinação do TRT sobre a greve.

Jornalistas decidem continuar a luta pelos direitos trabalhistas e os demitidos entram na Justiça do Trabalho com ações contra a empresa;

- 11 de dezembro: juiz Manoel Álvares, do Tribunal Regional Federal (TRF) 3º Região, sem entrar no mérito da liminar, nega pedido de suspensão da decisão da juíza Carla Rister, feito pela Fenaj, Sindicato dos Jornalistas e AGU (*Unidade* 239, dez/2001-jan/2002, p. 4);

- 20 de dezembro: com a manutenção da liminar da juíza Carla Rister, as delegacias regionais do Trabalho (DRTs) são orientadas a conceder registros, fazendo a seguinte anotação na carteira de trabalho: "Registro precário concedido por força da liminar – ação civil pública – 20001.61.00.025946-3". A pedido da Fenaj, o Ministério do Trabalho ordena que as DRTs enviem dados completos de todos os registros precários, para tornar mais fácil o cancelamento, após o julgamento do agravo de instrumento que aconteceria no ano seguinte (*Unidade* 239, dez/2001-jan/2002, p. 4);

- dezembro: na campanha salarial 2000/2001, jornalistas de jornais e revistas do interior conquistam 9,24% de reajuste salarial (valor integral do INPC do IBGE), reajuste de 9,36% no piso e avanços nas cláusulas sociais; no segmento de rádio e TV, patrões não aceitam reajustes e deixam as negociações suspensas. Sindicato de Jornais e Revistas da Capital reclamam da crise e propõem reajuste de 8% divididos em 2 parcelas, 4% em dezembro de 2001 e 4% em maio/2002. Nas assessorias de imprensa, o sindicato patronal propõe reajuste salarial de 9% e reajuste nos pisos de 9,39%. Sindicato insiste em 9,24% de reajuste salarial (*Unidade* 239, dez/2001-jan/2002, p. 5).

2002

- Janeiro: Fenaj lança a Campanha em Defesa do Jornalismo durante o Fórum Social Mundial, com o objetivo de assegurar aos jornalistas o direito da formação específica como parte da regulamentação profissional (*Unidade* 240, fevereiro/2002, p. 8);

- 28 de janeiro: jornalistas participam da caminhada pela Justiça e Paz em São Paulo, contra a impunidade. Sindicato cobra das autoridades públicas a elucidação de casos como o assassinato dos prefeitos de Santo André, Celso Daniel, e de Campinas, Toninho do PT (*Unidade* 240, fevereiro/2002, p. 3);

- 28 de fevereiro: assinada a convenção coletiva com jornais e revistas da capital. O acordo contém 55 cláusulas, entre elas a do reajuste de 8,16%, inferior à inflação. A expectativa é recuperar a diferença nas negociações de julho (*Unidade* 241, março/2002, p. 3);
- 5 de março: reunião da Diretoria do Sindicato com delegado regional do Trabalho. Após a decisão da juíza Carla Rister, mais de 400 registros provisórios haviam sido concedidos no Estado a diversas profissões, de frentistas a assessores parlamentares (*Unidade* 241, março/2002, p. 4);
- nos últimos 12 meses, o Grupo Abril demitiu 1.255 trabalhadores, 20% do total de empregados. As empresas de comunicação tentavam sanar suas finanças para atrair capital estrangeiro, e quem pagava a conta eram os funcionários (*Unidade* 241, março/2002, p. 7);
- 21 de março: Greve Geral da CUT contra a flexibilização dos direitos, em curso no governo FHC, que propõe a alteração do artigo 618 da CLT, tornando possível abrir mão de direitos mínimos, como férias, jornada de trabalho, FGTS, 13º salário, licença maternidade, hora-extra, adicional noturno e descanso semanal remunerado (*Unidade* 241, março/2002, p. 2);
- 6 de maio: diretores do Sindicato visitam *Folha Metropolitana* de Guarulhos e *Metrô News*, para tratar de atrasos nos salários, não pagamentos dos direitos de jornalistas demitidos e não depósito do FGTS dos funcionários (*Unidade* 242, maio/2002, p. 11);
- 22 de maio: Sindicato dos Jornalistas e Cooperativa Habitacional dos Bancários firmam parceria para financiamento de casas e apartamentos para jornalistas a preço de custo, com valores até 50% abaixo do mercado (*Unidade* 243, junho/2002, p. 15);
- 29 de maio a 2 de junho: 30º Congresso Nacional dos Jornalistas em Manaus/AM. A necessidade da formação específica para o exercício profissional foi ratificada pelos mais de 500 participantes. Também foi realizado o II Encontro Nacional de Jornalistas de Imagem (*Unidade* 243, junho/2002, p. 8);
- 14 de junho: Sindicato promove Ato de Protesto no vão livre do MASP pela morte do jornalista Tim Lopes, executado por narcotraficantes, provavelmente na semana de 2 a 9 de junho no Rio de Janeiro (*Unidade* 243, junho/2002, p. 3);

- 10 de julho: especialistas do governo, mídia e ONGs participam do Encontro "Rio + 10, o papel da imprensa", a convite da Rede dos Jornalistas Ambientais Brasileiros e Departamento de Formação Profissional do Sindicato dos Jornalistas (*Unidade* 245, agosto/2002, p. 19);
- Julho: na primeira quinzena são demitidos quase 60 jornalistas nas redações do *Valor Econômico* (20), *Diário de S. Paulo* (10) e *Editora Globo* (27) (*Unidade* 244, julho/2002, p. 4);
- agosto: em virtude do quadro de desemprego e arrocho salarial, Sindicato antecipa campanha salarial 2002/2003. A pauta com 81 itens começa com a estabilidade no emprego, devido à difícil situação do mercado de trabalho (*Unidade* 245, agosto/2002, p. 6);
- 27 de agosto: Sindicato promove debate com jornalistas, juristas e empresas sobre a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e realiza plebiscito sobre o assunto entre os dias 1º e 7 de setembro (*Unidade* 245, agosto/2002, p. 19);
- 60% dos processos judiciais movidos pelo Departamento Jurídico do Sindicato referem-se a profissionais *free-lancers* fixos, que trabalham sem registro e reclamam vínculos empregatícios. Os correspondentes nacionais e internacionais também enfrentam a precariedade (*Unidade* 245, agosto/2002, p. 8);
- 27 a 29 de setembro: realização do XVII Encontro Estadual de Jornalistas em Assessorias em Comunicação, em Guararema/SP (Suplemento Especial do Encontro, *Unidade*-outubro/2002);
- 1º de outubro: Fórum Intersindical da Comunicação (FICO) define o 1º de outubro como data base da sua campanha conjunta. O FICO reúne oito categorias da área da comunicação, com o pacto de não aceitar negociação em separado nos seus setores. São realizadas manifestações em frente da TV Globo e da Editora Abril (*Unidade* 247, outubro/2002, p. 3 e 4);
- 25 de outubro: entrega do XXIV Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. A cerimônia lembrou as mortes de colegas como Tim Lopes, Carlito Maia, Carlos Teles e a esperança de reverter a miséria social. Foram inscritos 207 trabalhos nas categorias Artes, Fotografia, Jornal, Literatura, Rádio, Revista, Teatro, TV-Documentário e TV-Jornalismo. (*Unidade* 248, novembro/2002, p. 10);

- 27 de outubro: Luiz Inácio Lula da Silva é eleito no 2º turno presidente do Brasil, com 53 milhões de votos (61% dos votos válidos), contra 33 milhões de votos de José Serra, do PSDB (38% dos votos). Pela primeira vez um operário e líder sindical sem formação universitária chega à Presidência da República (*Unidade* 248, novembro/2002, p.3);
- 10 de dezembro: apresentado ao Ministério do Trabalho um anteprojeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo e consolida toda a legislação da profissão. O texto conta com a participação direta do Sindicato dos Jornalistas de SP (*Unidade* 249, dez/2002-jan/2003, p. 8);
- dezembro: sentença mantém decisão da 'tutela antecipada' acabando com a obrigatoriedade do diploma e fixa multa de R$ 10 mil caso Fenaj faça diferença entre precários e diplomados na emissão da carteira de jornalista (*Unidade* 255, julho/2003, p. 10).

2003

- 10 de janeiro**:** sentença em primeira instância da juíza federal substituta Carla Rister confirma liminar concedida por ela, dispensando a exigência do diploma para o exercício profissional de jornalista (http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=783a);
- 5 de fevereiro: prazo encerrado para as inscrições de chapas para eleições do sindicato (triênio 2003/2006). Duas chapas são inscritas: Respeito Profissional, com 60 integrantes, tendo Fred Ghedini como candidato à reeleição, e Sindicato é Pra Lutar, com 54 integrantes, encabeçada por João Montenegro Filho. A Chapa 2 tem a inscrição rejeitada por não apresentar número suficiente de membros para todos os cargos da diretoria – o mínimo são 58 nomes (*Unidade* 249, dezembro/2002-janeiro/2003, p. 15);
- 25 a 27 de março: eleições para Diretoria do Sindicato. A chapa Respeito Profissional é eleita com 85,7% dos votos. A eleição tem o maior colégio eleitoral da história do Sindicato, com 853 votantes dentre os 3.042 sócios aptos a votar. Depois do pleito ainda chegam 140 votos que não puderem ser contabilizados (*Unidade* 252, abril/2003, p. 10);

- 7 de abril: em parceria com Manager Assessoria em Recursos Humanos, Sindicato lança o Canal do Jornalista, primeiro site especializado em colocação e recolocação de jornalistas (*Unidade* 254, junho/2003, p. 7);
- maio: Ministério Público e Sindicato patronal de Rádio e TV encaminham pedido de punição à Fenaj pela não emissão de carteira de jornalistas para aqueles que possuem registro precário. A juíza Carla Rister encaminha processo para AGU e Fenaj para defesa. Advogados da Fenaj contestam, argumentando que essa exigência não faz parte da ação civil pública e da sentença que acabou com a exigência do diploma (*Unidade* 255, julho/2003, p. 3);
- 9 a 11 de maio: I Seminário do Fórum Intersindical da Comunicação (FICO), na Praia Grande/SP manifesta-se contra o atual modelo de estrutura sindical, que divide os trabalhadores de uma mesma empresa em vários sindicatos (*Unidade* 254, junho/2003, p. 3);
- 21 de julho de 2003: Fenaj e Sindicato encaminham novo recurso contra a sentença de primeira instância da juíza federal Carla Rister (http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=783a);
- 24 de julho de 2003 - a desembargadora federal Alda Basto, do TRF - 3º Região, acata apelação da Fenaj e do Sindicato de Jornalistas de São Paulo e suspende sentença da juíza Carla Rister, que cancelou a exigência do diploma para o exercício da profissão (*Unidade* 256, agosto/2003, p.7);
- 6 de agosto: morre Roberto Marinho, fundador e proprietário do maior conglomerado de comunicação do Brasil, as Organizações Globo (Wikipédia – verbete Roberto Marinho – acesso em 7 abr. 2012);
- 23 de agosto: o repórter fotográfico Luiz Antonio da Costa, de 36 anos, morre baleado durante reportagem para revista *Época*. Ele cobria ocupação dos sem-teto em um terreno da Volkswagen, em São Bernardo do Campo (*Unidade* 258, outubro/2003, p. 10);
- 29 a 31 de agosto: realização do XVIII Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Comunicação, em São Pedro/SP. Carta de São Pedro aprova moção de repúdio ao estrangeirismo "que chega às raias do ridículo" ao substituir, desnecessariamente, palavras da língua portuguesa: "nenhuma Nação sobrevive quando seu idioma

desaparece", afirma a Carta (*Unidade* 257, setembro/2003, suplemento especial do Encontro);

- 7 de setembro: o apresentador Augusto Liberato, o Gugu, apresenta entrevista forjada com falsos líderes do PCC no programa *Domingo Legal* do SBT. Sindicato manifesta repúdio com nota oficial "Ética e Estética no Esgoto" (*Unidade* 258, outubro/2003, p. 7);

- 18 de setembro: TRT/SP decide pelo direito de consciência do jornalista durante julgamento do dissídio dos profissionais de Rádio e TV. Trata-se do direito do jornalista recusar-se a realizar reportagens que firam o princípio da cidadania, bem como as que obriguem a utilizar câmeras escondidas ou camufladas, sem a autorização das pessoas envolvidas. Além dessa cláusula, TRT decidiu pelo direito básico à reposição salarial, descanso semanal remunerado e adicional sobre horas-extras (*Unidade* 258, outubro/2003, p. 8);

- 24 e 25 de outubro: realização do XI Congresso dos Jornalistas do Estado de São Paulo, com 53 delegados. Uma das principais decisões é o princípio da unificação dos trabalhadores do ramo das Comunicações (*Unidade* 259, novembro/2003, p. 2 a 5);

- 27 de outubro: entrega do Prêmio Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos, que completa 25 anos de existência (*Unidade* 259, novembro/2003, p. 10/11);

- 2 de dezembro: o juiz federal convocado Manoel Álvares reconsidera decisão da desembargadora Alda Basto e confirma a sentença de primeira instância da juíza substituta Carla Rister (http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=783a);

- dezembro: na Campanha Salarial 2003/2004, Sindicato consegue garantir aumento real nos pisos e no reajuste salarial, ainda que parcelado. Um diferencial foi a participação do Sindicato nas campanhas salariais de outras categorias, como a dos Gráficos e dos Trabalhadores em Editoras (*Unidade* 259, novembro/2003, p. 3).

2004

- Fevereiro: Sindicato firma o primeiro convênio com empresa jornalística (Editora Abril) para o estágio acadêmico em jornalismo na capital. Treze estudantes das

faculdades Cásper Líbero, Mackenzie, PUC e USP são selecionados para o programa de estágio, dentre 3 mil pré-selecionados (*Unidade* 261, fevereiro/2004, p. 2);

- março: o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, indefere solicitação de registro de jornalista sem diploma à advogada Mariza Boston de Toledo. Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal, ele diz que a requerente, que atua como consultora de moda e colaboradora em veículos de comunicação, precisa preencher os requisitos exigidos em lei para obter o título de jornalista (*Unidade* 262, março/2003, p. 5);

- 7 de abril: audiência das entidades sindicais dos jornalistas com o presidente Lula, no Dia Nacional do Jornalista. Presidente afirma aos representantes da categoria ser favorável à criação do Conselho Federal de Jornalismo (*Unidade* 262, março/2004, p. 7);

- maio: Sindicato institui a Comissão Aberta de Mulheres Jornalistas de São Paulo, coordenada por Cláudia Reis, iniciativa motivada pela 2ª Conferência Latino-americana de Mulheres Jornalistas, realizada entre 25 e 28 de março no Rio de Janeiro (*Unidade* 265, junho/2004, p. 19);

- 3 de maio: presidente do BNDES, Carlos Lessa, recebe ofício do procurador-geral da República sobre inquérito civil público para apurar eventuais lesões ao patrimônio público por conta do Pró-Mídia – financiamento público (R$ 500 milhões) para compra de papel e mais R$ 2 bilhões para renegociação de dívidas de empresas de comunicação (*Unidade* 265, junho/2004, p. 3);

- 18 de maio: posse da nova Diretoria da Arfoc/SP, após eleição com a maior participação de associados desde 1998, sob a presidência de Rubens Chiri (*Unidade* 265, junho/2004, p. 265);

- 27 de maio: ministro do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, assina o anteprojeto de lei criando o Conselho Federal de Jornalismo. Documento aguarda chancela presidencial na Casa Civil para ser encaminhado ao Congresso Nacional (*Unidade* 265, junho/2004, p. 3);

- 1º de junho: Sindicato e Fenaj lançam cartilha da Campanha Nacional em Defesa do Mercado de Trabalho dos Jornalistas – Contra a Precarização das Relações Trabalhistas (*Unidade* 266, julho/2004, p. 5);

- junho: após solicitações do Sindicato, DRT autua a Editora Três, que mantinha 58 empregados sem registro em carteira. (*Unidade* 266, julho/2004, p. 4);
- 19 de junho: Sindicato e Federação das Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo realizam o I Seminário de Comunicação no Serviço Público para Jornalistas. O objetivo é debater a importância da informação transparente para o exercício lícito das gestões e das políticas públicas (*Unidade* 266, julho/2004, p. 10);
- 13 de julho: eleições para a nova diretoria da Fenaj para o triênio 2004-2007 elege a Chapa 1 – "Mais Fenaj", que obteve 3.407 votos. A Chapa 2 – "Uma Outra Fenaj é Possível" teve 1.364 votos. Foram computados 120 votos em branco e 89 nulos, totalizando 4.980 votos em 27 Estados brasileiros. O novo presidente, Sérgio Murillo, foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina e o 1º vice-presidente, Fred Ghedini, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (*Unidade* 267, agosto/2004, p. 7);
- 4 de agosto: governo encaminha ao Congresso Nacional o anteprojeto de lei criando o Conselho Federal de Jornalismo. Começa campanha dos veículos de comunicação contra a iniciativa, tratando o projeto como tentativa do governo Lula de cercear a liberdade de imprensa, e disseminando informações equivocadas de que o Conselho seria um órgão censor e teria atribuição de punir jornalistas (*Unidade* 268, setembro/2004, p. 7);
- 24 a 26 de setembro: realização do XIX Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Comunicação (EEJAC), em São Paulo/SP. O tema central foi “Quando se trata de construir a imagem do assessorado, até onde vai o compromisso com a verdade?” Documento final do EEJAC formaliza apoio ao projeto de lei que cria o Conselho Federal de Jornalismo e reitera a defesa da exigência do diploma de jornalista (*Unidade* 269, outubro/2004, p. 2);
- 25 de outubro: entrega do XXVI Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. As inscrições batem o recorde de 299 trabalhos em nove categorias. Com o apoio da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Sindicato elabora relação de todos os jornalistas premiados nas 25 edições anteriores do prêmio. Diversas faculdades participam da Semana Vladimir Herzog, de 19 a 22 de outubro, em que estudantes

puderam saber mais sobre o assassinato de Vlado e debateram o papel do jornalista na redemocratização do país (*Unidade* 270, novembro/dezembro/2004, p. 4);

- dezembro: campanha salarial de 2004/2005 – firmados os acordos coletivos dos setores de Assessoria de Imprensa e de Jornais e Revistas do Interior. Os reajustes foram de 9% para os profissionais de Assessoria de Imprensa e 7,5% para os profissionais que atuam nos Jornais e Revistas do Interior. (*Unidade* 272, março/2005, p. 3).

2005

- Fevereiro/março: jornalistas aprovam acordo com os Jornais e Revistas da Capital, que garantiu 6,5% de reajuste a partir de março/2005 para todas as faixas salariais. O piso teve aumento de 7,69%, passando para R$ 1.400,00 (5 horas) e R$ 2.240,00 (5h + 2horas extras fixas). Os únicos a não terem reajuste salarial e direitos sociais garantidos por convenção coletiva foram os profissionais de Rádio e TV. O processo de dissídio estava suspenso pelo sindicato patronal. Sem entendimento, Sindicato dos Jornalistas ameaça levar processo de dissídio ao TRT (*Unidade* 272, março/2005, p. 3);

- março: a pedido do Sindicato, DRT faz *blitz* no *Grupo Folha*, Rede *Bandeirantes* e *Editora Três*, todos na capital, e no *Jornal da Cidade* (Jundiaí). Os fiscais constatam desvio de função, *free-lancers* fixos e estagiários em situação irregular. Empresas como a Folha, que tentaram esconder a situação, retirando da redação jornalistas que trabalhavam irregularmente, acabam contratando alguns dos *free-lancers* fixos (*Unidade* 272, março/2005, p. 3);

- 2 de março: Sindicato entra com petição no 15º DP contra a Editora JB, que administra a *Gazeta Mercantil*. No requerimento, solicita-se a abertura de inquérito policial por "frustração de direito assegurado por lei trabalhista". A empresa vinha obrigando jornalistas contratados pela CLT a se tornarem pessoas jurídicas (PJ), sob a ameaça de não pagar salários para quem não abrisse empresa (*Unidade* 272, março/2005, p. 3);

- 7 de abril: representantes da Fenaj e do Sindicato participam de audiência com o juiz do Tribunal Regional Federal – 3º Região, Manoel Álvares, apresentando documentos e solicitando agilização no julgamento do recurso das entidades contra a suspensão da

exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista (http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=783);

- agosto: lançado novo site do Sindicato, no endereço www.jornalistassp.org.br, construído no Mambo, um software livre (*Unidade* 282, janeiro/fevereiro/2006, p. 12);

- 26 de outubro: decisão do TRF – 3ª região derruba decisão da juíza Carla Rister e restabelece exigência da formação superior em jornalismo para o exercício da profissão (*Unidade* 280, novembro/2005, p. 3);

- 25 de outubro: entrega do XXVII Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos no Parlamento Latino-Americano. Presença da Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, representando o presidente Lula (*Unidade* 280, novembro/2005, p. 8);

- 30 de novembro: publicado acórdão da sentença do TRF que restabelece diploma para exercício da profissão de jornalista no Diário Oficial da União. Com a publicação, Ministério do Trabalho e Emprego, por meio das DRTs, não pode mais emitir registros precários para quem não tenha diploma, e as empresas não podem manter quem não tenha registro profissional de jornalista. Os sindicatos de jornalistas podem usar todos os instrumentos legais para garantir o cumprimento da regulamentação (*Unidade* 281, dezembro/2005, p. 3).

2006

- Janeiro: resultados da campanha salarial 2005/2006 são dos melhores dos últimos anos, com aumento real mesmo no setor mais problemático, o de Rádio e TV.

Para o setor de Jornais e Revistas da capital houve reajuste salarial de 6,23% (aumento real de 0,66% sobre INPC), e avanço nas cláusulas sociais, como auxílio-creche de R$ 238,00. Os jornalistas de Jornais e Revistas do interior tiveram reajuste de 6,5% (aumento real de 0,92% sobre INPC) e avanço em cláusulas sobre participação nos lucros e reembolso de plano de saúde. No setor de Rádio e TV, o reajuste foi de 5,6%, além de abono sobre salários reajustados. Para Assessorias de Imprensa, o reajuste foi de 6,5% a partir de 1º de outubro, data base do setor (aumento real de 2,05% sobre INPC) (*Unidade* 282, janeiro/fevereiro/2006, p. 7);

- 15 a 28 de abril: Junta Governativa conduz Sindicato, devido ao adiamento das eleições, com nomes indicados pela Diretoria e aceitos pela chapa de oposição (*Unidade* 283, março/2006, p. 3);
- 25 a 27 de abril: eleições para renovação da Diretoria. Vence a Chapa 1 "Sindicato Forte", com 88 integrantes e encabeçada por José Augusto Camargo. O número de votantes foi de 1.300 jornalistas e a chapa 1 obteve 57% dos votos válidos, derrotando a Chapa 2 "Democracia para Valer", encabeçada por Pedro Estevam da Rocha Pomar (*Unidade* 285, maio/2006, p. 7);
- junho: dois atos judiciais mantêm direitos adquiridos de alguns precários para o exercício da profissão sem diploma. Um mandato de segurança obtido pela "Associação de Defesa do Trabalhador Discriminado" proíbe o cancelamento de registros precários de seus associados. E o recurso do Ministério Público, aceito em junho pelo TRF- 3ª Região, também mantém outras pessoas que adquiriram o registro precário na situação de jornalistas sem diploma (*Unidade* 287, julho/2006, p. 5);
- 29 de junho: nota oficial da Fenaj denuncia decisão equivocada do governo brasileiro em optar pelo modelo japonês para a TV digital brasileira. A entidade alerta que o modelo não atenderá às demandas sociais por conteúdo, e aponta a necessidade de manter a luta pela revisão desta decisão (*Unidade* 287, julho/2006, p. 6);
- 5 a 8 de julho: mais de 800 pessoas participam do 32º Congresso Nacional dos Jornalistas em Ouro Preto/MG. Dentre as deliberações estão a retomada das discussões sobre o Conselho Federal de Jornalismo e a reformulação do Código de Ética da profissão (*Unidade* 288, agosto/2006, p. 4);
- 26 de julho: criação da Comissão Tripartite (governo, Fenaj e entidades empresariais) para debater nova proposta para atualizar regulamentação da profissão de jornalista. O anúncio é feito após reunião com Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para discutir alternativas diante do veto presidencial ao Projeto de Lei Complementar 79/04 (*Unidade* 288, agosto/2006, p. 3);
- 25 de outubro: Entrega do XXVIII Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos no Parlamento Latino-Americano. Novo recorde de participação, com 412

trabalhos inscritos em 10 categorias. Também é entregue o II Prêmio Vladimir Herzog de Novos Talentos no Jornalismo, voltado aos estudantes de jornalismo (*Unidade* 291, novembro/2006, p. 7);

- 29 de outubro: Lula é reeleito presidente do Brasil com 58 milhões de votos (61% dos votos válidos), contra 37 milhões do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin (39% dos votos);

- novembro: Fenaj e Sindicato dos Jornalistas retomam campanha para pressionar Supremo Tribunal Federal (STF) a reconhecer legitimidade da regulamentação profissional do jornalista. Uma decisão do Supremo acatou medida cautelar do Procurador-geral da República que garante aos portadores de registros precários a permanência no mercado. Um modelo de carta é divulgado para que categoria envie seu protesto aos ministros do STF. (*Unidade* 292, dezembro/2006, p. 5).

2007

- Janeiro: final da Campanha Salarial 2006/2007: para os Jornais e Revistas da Capital, os reajustes foram de 5% para o piso; 3,62% para os salários acima do piso, o que inclui um aumento real de 1%; e 2,59% para os salários acima dos R$ 7 mil (que é a inflação do período medida pelo INPC do IBGE). Para Jornais e Revistas do Interior, os reajustes foram de 4% para o piso, o que embute um aumento real de 1,37% para o piso e de 1,1% para as faixas acima dele. Houve acordo sobre a mudança da data base de 1º de dezembro para 1º de junho, o que possibilita negociações sem o tumulto do final de ano (*Unidade* 293, janeiro-fevereiro/2007, p. 5);

- 1º de fevereiro: a RTV Gospel, de propriedade da Igreja Renascer, demite 66 funcionários, entre jornalistas e radialistas. Para garantir os direitos dos trabalhadores foi assinado acordo coletivo com os sindicatos dos Jornalistas e Radialistas e com as federações nacionais das duas categorias, assegurando direitos e estendendo alguns benefícios (*Unidade* 294, março/2007, p. 4);

- 6 de fevereiro: Sindicato dos Jornalistas e o Sinco, Sindicato das Empresas de Assessoria de Comunicação, assinam a Convenção Coletiva 2006/2007, com os seguintes índices de reajuste: 5% para o piso; 3,62% para os salários até R$ 5 mil; e 3% para os acima desta faixa. Portanto, jornalistas deste segmento têm aumento real de 2,06% para o piso. Para os salários até R$ 5 mil, o ganho real é de 0,74%; e para os salários acima de R$ 5 mil, o aumento real é de 0,14%;

além disso, também foi aprovada a antecipação da data base de 1º de outubro para 1º de junho, a partir de 2008 (*Unidade* 294, março/2007, p. 5);

- 22 de fevereiro: a TV *Bandeirante*, em Presidente Prudente, demite o repórter Rogério Potinatti, porque o jornalista se recusou a assinar novo contrato como "prestador de serviços". Essa situação de fraude no contrato dos jornalistas foi motivo de denúncia ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho, porque caracteriza a precarização no trabalho, já que não são assegurados direitos básicos como FGTS, Previdência, 13º salário, férias, entre outros (*Unidade* 294, março/2007, p. 4);

- 6 de março: publicação de portaria do Ministério do Trabalho e Emprego revogando a anterior (publicada em janeiro de 2006) que determinava a cassação dos registros precários. A portaria atende a uma decisão do STF que garante a permanência dos precários em seus postos de trabalho. A decisão vale apenas para os registros já concedidos (*Unidade* 295, abril/2007, p. 6);

- 11 de maio: 240 funcionários da Editora Três são demitidos, dos quais 40 são jornalistas. As demissões fazem parte da reformulação da editora, que unificou as redações das revistas *IstoÉ, IstoÉ Dinheiro, IstoÉ Gente* e outras publicações, formando uma equipe menor que produzirá o material para todos os títulos, num movimento que no mundo dos negócios é chamado de 'sinergia' (*Unidade* 297, junho/2007, p. 4);

- 16 e 18 de julho: eleição para a renovação da Diretoria e Conselho Fiscal da Fenaj e para a Comissão Nacional de Ética dos Jornalistas. Vence a Chapa 1 – Orgulho de ser Fenaj –, encabeçada pelo presidente da entidade, Sérgio Murillo de Andrade, contra a Chapa 2 – Luta, FENAJ! –, encabeçada por Dorgil Marinho, diretor do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal. Os jornalistas de São Paulo estão representados na nova direção por Guto Camargo, presidente do Sindicato, além de outros três diretores (*Unidade* 299, agosto/2007, p. 4);

- 3 a 5 de agosto: Congresso Extraordinário dos Jornalistas, realizado em Vitória (ES), atualiza novo texto do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (*Unidade* 301, outubro/2007, p. 4);

- 15 de agosto: morre aos 88 anos o jornalista Joel Silveira, correspondente de guerra dos *Diários Associados* junto à Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália e considerado um dos precursores do jornalismo literário no Brasil (Wikipédia – verbete Joel Silveira – acesso em 7 abr. 2012);

- setembro: jornalistas de jornais e revistas do Interior e Litoral aprovam a convenção coletiva da Campanha Salarial 2007-2008, com reajuste salarial de 2,52% (INPC acumulado de janeiro a maio), retroativo a 1º de junho. Também houve avanços nas cláusulas sociais (*Unidade* 301, outubro/2007, p. 4);

- 11 de outubro: o Tribunal Regional do Trabalho não acata recurso da EPTV e confirma a sentença de primeira instância, determinando que a emissora pague indenização e multa por danos morais à família do repórter Bruno Kaufmann, morto em acidente automobilístico três anos antes em Barretos/SP. A juíza relatora do processo destaca que "ele fora contratado para exercer funções jornalísticas, nada justificando a exigência da condução de veículo de propriedade da empresa" (*Unidade* 302, novembro/2007, p. 4);
- 25 de outubro: entrega da XXIX edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos no Teatro Sérgio Cardoso. Concorreram ao prêmio 271 trabalhos (de um total de 395 inscritos), em nove categorias (*Unidade* 302, novembro/2007, p. 9);
- 19 de dezembro: assinatura da convenção coletiva dos jornalistas de Rádio e TV de todo o Estado, que conquistam reajuste total de 8% a partir de dezembro, referentes ao período de 1º de dezembro de 2005 a 30 de novembro de 2007. Os pisos salariais são reajustados em 10%. Como não houve acordo na Campanha Salarial de 2006 e o processo fora remetido a dissídio no TRT, os profissionais do segmento estavam com seus salários congelados desde dezembro de 2005 e sem as garantias previstas em cláusulas sociais da convenção coletiva (*Unidade* 302, dezembro/2007-janeiro/2008, p. 5);
- 24 de novembro: Sindicato divulga nota de repúdio contra a violência sofrida por três jornalistas de Jundiaí/SP pela torcida organizada de um time da cidade (*Unidade* 302, dezembro/2007-janeiro/2008, p. 7);
- dezembro: os salários dos jornalistas que trabalham em jornais e revistas da capital são reajustados em 4,79% (INPC do período entre dezembro de 2006 e novembro de 2007). Este reajuste automático faz parte do acordo fechado na Campanha Salarial de 2006, que assegurou a mudança da data base para 1º de junho, a partir de 2008. Assim, os profissionais de jornais e revistas da capital passam a ter a mesma data base que os do interior e também do segmento de assessoria de imprensa/comunicação. Somente os jornalistas de Rádio e TV continuam com a data base em 1º de dezembro, porque os empresários do setor se negam a mudá-la (*Unidade* 302, dezembro/2007-janeiro/2008, p. 6).

2008

- 25 de janeiro: inauguração oficial da Regional Oeste do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, instalada na subsede da CUT, em Presidente Prudente. A seção sindical representa os jornalistas de 88 cidades da região oeste do Estado (*Unidade* 304, fevereiro/2008, p. 5);
- janeiro: jornalistas organizam manifestação contra o projeto de lei substitutivo do deputado federal Beto Mansur (PP/SP), que incorpora à regulamentação da profissão de radialista várias

funções jornalísticas. Mansur apresentou o PL à Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados em dezembro, no qual chega ao absurdo de transformar o cargo de repórter fotográfico em função de radialista (*Unidade* 304, fevereiro/2008, p. 5);

- 21 de janeiro: morre o jornalista Paulo Patarra, 74 anos, vitimado pelo câncer. É considerado um dos melhores chefes de reportagem da imprensa brasileira. Um dos criadores da revista *Realidade* e seu chefe de redação, Patarra já havia trabalhado no jornal *Última Hora* e na revista *Quatro Rodas*. Depois, atuou no SBT e na TV Globo, entre outros veículos (*Unidade* 304, fevereiro/2008, p. 15);

- fevereiro: de acordo com levantamento elaborado pela assessoria econômica do Sindicato dos Jornalistas, com base nos números da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho, em 2006 o mercado paulista do jornalismo empregava 11.771 jornalistas. Deste total, 52,09% das vagas eram de mulheres. Em 1995, a proporção era praticamente inversa: de um total de 5.746 jornalistas contratados, 57,38% eram homens e 42,62% mulheres. Os números apresentados pela RAIS dizem respeito apenas aos trabalhadores registrados pela CLT (*Unidade* 205, março/2008, p. 3);

- 27 de fevereiro: Supremo Tribunal Federal (STF) decide, por maioria de votos, apoiar a medida cautelar (liminar) concedida pelo ministro Carlos Ayres Britto, que suspende a vigência de uma série de artigos da Lei de Imprensa (Lei 5.250, de 1967). A decisão do Supremo, entre outras medidas, exclui a aplicação dos artigos 20, 21 e 22 da Lei de Imprensa, que tratam dos crimes de injúria, calúnia e difamação contra jornalistas no exercício da profissão ou contra empresa de comunicação (*Unidade* 305, março/2008, p. 10);

- Fenaj defende a aprovação do Projeto de Lei nº 3.232/92, que estabelece uma nova Lei de Imprensa, cuja tramitação encontra-se paralisada no Senado Federal desde 1997. O sindicato defende a mesma posição, não bastava extinguir a Lei de Imprensa em vigor, como havia decidido o STF, mas era preciso criar um novo marco regulatório que respalde os jornalistas em sua função de informar a sociedade (*Unidade* 305, março/2008, p. 10);

- 25 de março: morre aos 73 anos o jornalista Sérgio de Souza, da equipe inicial da revista *Realidade*, fundador e diretor da revista *Caros Amigos* (http://www.fazendomedia.com/2008/diaadia20080326a.htm. acesso em 8 abr. 2012);

- 13 de abril: morre Eduardo Martins, o autor do Manual de Redação e Estilo do Estado, obra que virou referência para a imprensa, em decorrência de um câncer na bexiga, aos 68 anos. (*Unidade* 307, maio/2008, p. 15);

- 28 de abril: sessão solene na Câmara Municipal de São Paulo em homenagem a jornalistas de origem japonesa e veículos de comunicação da comunidade nipo-brasileira. A sessão é uma iniciativa do vereador Aurélio Nomura, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo e do jornal *São Paulo Shimbun*, e integra as comemorações do centenário da imigração japonesa para o Brasil (*Unidade* 307, maio/2008, p. 14);
- maio: o número de jornalistas negros em São Paulo e por todo o Brasil ainda é tão pequeno que dificulta o levantamento de dados específicos na categoria. As últimas informações disponíveis, elaboradas pela Assessoria Econômica do Sindicato, a pedido da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira-SP), criada sete anos antes, confirmam a baixíssima participação de negros e negras na atividade jornalística. Com base em informações da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), um levantamento de 2001 revelou que de um total de 20.952 profissionais contratados no país, apenas 252 (1,2%) identificaram-se como negros; 2.606 (12,4%) como pardos; 196 (0,9%), amarelos; 108 (0,5%) indígenas; 3.215 (15,3%) não se identificaram quanto à raça e 14.575 (69,5%) declararam-se brancos. Em São Paulo, o percentual de brancos ficou em 87,25% e o de negros, em 1,1% (*Unidade* 307, maio/2008, p. 9);
- 30, 31 de maio e 1º de junho: realização do XII Congresso Estadual dos Jornalistas, realizado em São José do Rio Preto/SP. O Congresso reafirma a convicção da categoria na regulamentação da profissão, com a criação do Conselho Federal dos Jornalistas, e no estabelecimento de uma Lei de Imprensa baseada nos preceitos da democracia (*Unidade* 308, junho/2008, p.7);
- junho: Sindicato retoma a emissão de autorização para registros profissionais (MTbs) para os jornalistas de imagem (repórteres fotográficos e cinematográficos, diagramadores e ilustradores). O encaminhamento de registro para esses profissionais havia sido suspenso em 21 de fevereiro de 2008, para que os critérios de avaliação dos candidatos fossem atualizados. A partir de deliberação do 12º Congresso Estadual dos Jornalistas, a Comissão de Registro e Fiscalização do Exercício Profissional (Corfep) do Sindicato elaborou Registro para profissionais de imagem com novos critérios (*Unidade* 309, julho/2008, p. 4);
- junho: o Recurso Extraordinário do Ministério Público Federal, que questiona a regulamentação profissional dos jornalistas – a partir de ação impetrada em 2001 pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão no Estado de São Paulo – entra na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF). A Fenaj e os sindicatos da categoria preparam ampla campanha para sensibilizar os ministros e consolidar a exigência do diploma em Jornalismo como condição para o exercício da profissão (*Unidade* 309, julho/2008, p. 5);

- 8 de julho: profissionais das assessorias de imprensa e comunicação aprovam proposta dos empresários e assinam convenção coletiva de trabalho. O reajuste salarial é de 7,19%, correspondente ao INPC integral (5,09%) mais 2% de aumento real (*Unidade* 309, julho/2008, p. 3);
- 20 a 24 de agosto: realização do 33º Congresso Nacional dos Jornalistas, em São Paulo/SP, com o tema central *O Jornalismo, o mundo do trabalho e a liberdade de imprensa* (*Unidade* 310, agosto/2008, p. 4);
- setembro: com a assinatura das Convenções Coletivas de Trabalho, encerra-se a Campanha Salarial dos jornalistas que atuam em jornais e revistas da capital e do interior e litoral. A convenção coletiva de jornais e revistas da capital assegurou 1% de aumento real sobre o piso salarial, que correspondeu a um reajuste total de 5,32%. Para as demais faixas salariais, foi garantida a reposição integral do INPC, de 4,32%, correspondente ao período de dezembro de 2007 a maio de 2008. Já os profissionais que atuam em jornais e revistas do interior e litoral tiveram reposição salarial de 6,64%, que equivale ao INPC acumulado de junho de 2007 a maio de 2008. Uma antiga reivindicação dos jornalistas do segmento foi conquistada na nova convenção coletiva: a inclusão de cláusula referente à substituição da cesta básica com produtos por vales alimentação ou refeição (*Unidade* 311, setembro-outubro/2008, p. 4);
- 27 de outubro: Entrega do XXX Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, no Teatro da Pontifícia Universidade Católica (Tuca). Além da premiação tradicional, José Hamilton Ribeiro, Ricardo Kotscho, Caco Barcellos, Zuenir Ventura e Ivan de Souza, representando o pai, Henfil, recebem o Prêmio ONU/60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (*Unidade* 312, novembro/2008, capa);
- novembro: lançamento do livro *Formação Superior em Jornalismo – Uma exigência que interessa à sociedade* e mobilizações em defesa do diploma de Jornalismo. O livro traz diversas análises em favor da formação superior específica para o exercício profissional (*Unidade* 313, dezembro/2008, p. 4);
- 3 de dezembro: Sindicato inaugura sua sede Regional de Sorocaba, uma antiga reivindicação da categoria na região (*Unidade* 313, dezembro/2008, p. 3);
- 12 de dezembro: aprovação da proposta de reajuste salarial do segmento de Rádio e TV. Pela primeira vez, nos últimos cinco anos, a discussão não passa para o ano seguinte. Para quem ganha o piso, o reajuste traz aumento real (INPC de 7,2% mais 1%). Para quem recebe mais que o piso, o reajuste é somente o INPC (*Unidade* 313, dezembro/2008, p. 3);

2009

- 9 de fevereiro: sem receber salários há quase dois meses, os cerca de 30 jornalistas da *Editora Símbolo* entram em greve. Outra denúncia é que a *Símbolo* não estaria depositando o FGTS há um ano. O Sindicato entra na Justiça do Trabalho com pedido de julgamento da legalidade da greve para garantir os direitos dos profissionais (*Unidade* 315, fevereiro/2009, p. 3);
- 7 de março: mais de 300 pessoas participam do ato organizado pelo Movimento Sem Mídia, contra o editorial da *Folha de S. Paulo* que classificou a ditadura brasileira de 'ditabranda'. O protesto, realizado na porta da Folha, reuniu jornalistas, sindicalistas, estudantes e familiares de presos torturados durante o regime militar (*Unidade* 316, março/2009, p. 3);
- 27 de março: eleita nova Diretoria para o triênio 2009-2012. Do total de 1.208 votos, a Chapa 1 – Unidade, Luta e Democracia –, liderada por José Augusto (Guto) Camargo, obtém 653 votos. A Chapa 2 – Enfrentar a crise, Sindicato é pra lutar! –, liderada por Pedro Estevam da Rocha Pomar, recebe 515 votos. São contabilizados 15 votos brancos e 25 nulos (*Unidade* 317, abril/2009, p. 6);
- 1º de abril: Supremo Tribunal Federal (STF) retira da pauta de votações o Recurso Extraordinário (RE) nº 511.961, que questiona a constitucionalidade da exigência do diploma em Jornalismo como requisito para o exercício da profissão. Em relação à Lei de Imprensa, que entra na pauta, o relator, ministro Carlos Ayres de Britto, vota pela suspensão total da lei, mas o julgamento também é adiado (*Unidade* 317, abril/2009, p. 4);
- 30 de abril: a Lei de Imprensa (5.250/67) é revogada pelo STF por sete votos a quatro, deixando para o Código Civil e Código Penal as definições de processos de quem se sentir atingido pelo trabalho jornalístico. A Direção da Fenaj manifesta-se pela votação do substitutivo do ex-deputado Vilmar Rocha (PFL-GO) ao PL 3.232/92. O projeto aguardava para ser incluído na pauta de votação havia 11 anos, desde agosto de 1997 (*Unidade* 318, maio/2009, p. 4);
- maio: cresce o número de filiados ao Sindicato. Somente em 2009 já haviam se filiado 255 profissionais. O número do colégio eleitoral do Sindicato também indica o crescimento: passou de 3.042 em 2003 para 3.808 em 2009. As filiações ao Sindicato dos Jornalistas acompanham o crescimento geral das sindicalizações verificado pelo Ministério do Trabalho em todo o país. O fenômeno é um reflexo do aumento do número de empregos com carteira assinada – foram abertas 1,452 milhão de vagas no Brasil em 2008 (*Unidade* 318, maio/200-9, p. 3);
- junho: jornalistas da TV Cultura recebem reajuste de 6,86% sobre os salários de dezembro de 2008, relativo à convenção coletiva de 2008. A diferença, no entanto, seria paga em três parcelas. O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (Codec) da Secretaria Estadual da

Fazenda finalmente autoriza o pagamento do reajuste do acordo coletivo, mas ficam faltando o abono e o índice de 1% de ganho real (*Unidade* 319, junho/2009, p. 3);
- 1º de junho: Nelson Tanure, que havia arrendado a *Gazeta Mercantil* em 2003, simplesmente fecha o jornal, deixando 60 jornalistas sem qualquer garantia de receber seus direitos. Sindicato repudia a postura de Tanure e dos responsáveis pela publicação: "Reiteramos que os trabalhadores não são responsáveis pelos desmandos administrativos e não podem ser prejudicados por isso", afirma a nota (*Unidade* 319, junho/2009, p. 6 e 7);
- 17 de junho: Por 8 votos a 1, o STF coloca fim à obrigatoriedade do diploma específico para o exercício da profissão de jornalista. Na opinião de Gilmar Mendes, presidente do tribunal, a Constituição Federal de 1988, ao garantir a ampla liberdade de expressão, não "recepcionou" o inciso V do artigo 4º do Decreto-lei 972/69, que exigia o diploma. Ao justificar seu voto, o presidente do STF compara a categoria à dos cozinheiros (*Unidade* 320, julho/2009, Especial Diploma, p. 1);
- 1º de julho: a Rede Anhanguera de Comunicação demite 16 jornalistas de Campinas, sob a alegação de queda no faturamento publicitário. O Sindicato busca garantir o respeito aos direitos básicos, tanto dos demitidos, quanto dos que permanecem na redação (*Unidade* 320, julho/2009, p. 4);
- 18 e 19 de julho: realização do Seminário Nacional dos Jornalistas, na sede do Sindicato. Além de mobilizar a categoria sobre a questão do diploma, a atividade discute e elabora propostas a serem levadas à I Confecom (Conferência Nacional de Comunicação) que seria realizada em Brasília no mês de dezembro (*Unidade* 320, julho/2009, p. 5);
- julho: o fim da exigência do diploma provoca manifestações em todo o país e iniciativas parlamentares para a volta da obrigatoriedade. Duas PECs (Propostas de Emenda Constitucional) são protocoladas no Senado e na Câmara, por Antonio Valadares (PSB-SE) e Paulo Pimenta (PT-RS), respectivamente, e aguardam tramitação (*Unidade* 320, julho/2009, p. 6);
- agosto: Sindicato promove o debate 'A cobertura que a mídia brasileira faz da África', com o professor Dennis Oliveira, da Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP) e do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro (Neinb/USP), no auditório Vladimir Herzog (*Unidade* 321, agosto/2009, p. 4);
- 18 a 20 de setembro: realização do XXII Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Comunicação (EEJAC), em São Pedro/SP. Os participantes decidem ampliar a mobilização para reverter o fim da exigência do diploma e conclamar a categoria para a luta pela inclusão

definitiva da função de assessor entre as atividades do jornalista (*Unidade* 322, setembro-outubro/2009, Especial EEJAC);

- 21 de setembro: resultados da Campanha Salarial 2009/2010: o Sindicato patronal de Jornais e Revistas do Interior e Litoral aceita repor a inflação para todos (o mesmo ocorre com as assessorias de imprensa) e, no piso, um reajuste simbólico de 0,15% acima do INPC. Já os jornalistas de Jornais e Revistas da Capital rechaçam a nova proposta dos patrões, que insistem em dividir a categoria em faixas salariais. O Sindicato continua a negociação pela reposição da inflação em todos os níveis e um índice de aumento real (*Unidade* 322, setembro-outubro/2009, p. 3);

- 23 de setembro: lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Exigência do Diploma para exercício da profissão de jornalista na Câmara dos Deputados, em Brasília, com a presença do Sindicato dos Jornalistas de SP. A Frente tem o apoio de 203 deputados e 12 senadores (*Unidade 322*, setembro-outubro/2009, p. 3);

- 26 de outubro: entrega do XXXI Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos no Tuca, da PUC/SP. São criadas duas novas categorias: Direitos Humanos Intangíveis e Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão. Outras novidades são a transmissão ao vivo pela internet e a inauguração de um portal com todos os vencedores desde 1979 (www.premiovladimirherzog.org.br). A partir desta edição, o Instituto Vladimir Herzog, criado neste mesmo ano, torna-se parceiro na organização do Prêmio (*Unidade* 323, novembro-dezembro/2009, Especial 31º. Premio Vladimir Herzog);

- 17 de novembro: jornalistas de jornais e revistas da capital referendam o reajuste salarial de 5,45% da Convenção Coletiva 2009/2010, com data base retroativa a 1º de junho (INPC do período de 1º de junho de 2008 a 31 de maio de 2009) (*Unidade* 323, novembro-dezembro/2009, p. 6);

- 20 e 22 de novembro: Sindicato participa da 1ª Conferência Paulista de Comunicação (Confecom-SP), na Assembleia Legislativa de São Paulo. Na oportunidade, são eleitos delegados e definidas propostas à plenária nacional da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). O Estado de São Paulo tem ao todo 84 delegados, dentre eles, três diretores do Sindicato: o presidente José Augusto de Camargo (Guto), a diretora de Sindicalização, Márcia Regina Quintanilha e a diretora do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira, Neusa Maria de Melo (*Unidade* 323, novembro-dezembro/2009, p. 3);

- dezembro: oficializada a Federação de Jornalistas de Língua Portuguesa (FJLP) na cidade de Lisboa, em Portugal. O Sindicato participa do encontro, juntamente com representantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Portugal. A entidade

tem o objetivo de estabelecer uma estrutura internacional de cooperação e defesa dos interesses comuns dos jornalistas de língua portuguesa (*Unidade* 324, janeiro-fevereiro/2010, p. 9);

- 2 de dezembro: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprova a PEC 33/09, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que restitui a exigência da formação superior específica para o exercício do jornalismo. Representantes dos sindicatos patronais fazem *lobby*, distribuindo panfletos contra o diploma no encontro (*Unidade* 323, novembro-dezembro/2009, p. 5);

- 14 a 17 de dezembro: diretores do Sindicato participam da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em Brasília. Nela são aprovadas 672 propostas que podem virar projetos de lei ou parâmetros para políticas públicas do setor. Entre as propostas aprovadas estão a exigência de diploma de jornalismo para o exercício da profissão e a criação do Conselho Federal de Jornalismo (*Unidade* 324, janeiro-fevereiro/2010, p. 3).

2010

- 14 de janeiro: manifestação em defesa do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e constituição da Comissão da Verdade, no auditório Vladimir Herzog, do Sindicato. Durante a realização do evento, policiais militares invadem a sede do Sindicato. Convidados a sair, acabam dizendo que "cumpriam ordens superiores", sem dizer de quem. O Sindicato solicita audiência com o secretário de Segurança Pública, Antonio Ferreira Pinto, para exigir explicações sobre a presença dos policiais (*Unidade* 324, janeiro-fevereiro/2010, p. 6);

- Janeiro: Sindicato critica circular interna do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para as delegacias regionais que acaba com critérios de exigência mínima aos que pleiteiam a emissão de registro profissional de jornalista (*Unidade* 324, janeiro-fevereiro/2010, p. 4);

- fevereiro: resultados preliminares da pesquisa 'As Mudanças no Mundo do Trabalho dos Jornalistas', realizada entre 30 de novembro e 21 de dezembro de 2009 pelo Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho, da ECA-USP, em parceria com o Sindicato. A profissão de jornalista tinha mudado muito para 78% dos pesquisados. Do total, 55% atribuem tais mudanças à introdução de novas tecnologias, o que resulta em redução de mão de obra para 61,5% (*Unidade* 325, março/2010, p. 8);

- março: criada no Congresso Nacional Comissão Especial que vai avaliar a PEC 386/09. De autoria do deputado Paulo Pimenta (PT-RS), o projeto restabelece a obrigatoriedade do

diploma de Jornalismo para o exercício da profissão. Caso a Comissão aprove a proposta, ela seria encaminhada ao Plenário para ser votada (*Unidade* 325, março/2010, p. 4);
- 8 de março: formação do Coletivo da Mulher Jornalista, para celebrar o Dia Internacional da Mulher, com objetivo de estimular a participação das jornalistas em sua entidade sindical e discutir questões de gênero que permeiam as relações de trabalho e o posicionamento da mulher na sociedade (*Unidade* 325, março/2010, p. 5);
- 11 de março: criação da "Rede de Comunicadores em Apoio à Reforma Agrária e Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais" (*Unidade* 325, março/2010, p. 9);
- 23 de março: homenagem às jornalistas com mais de 50 anos de sindicalização e lançamento do Coletivo da Mulher Jornalista. São homenageadas as jornalistas Neusa Sant´Ana Pinheiro Coelho, Clara Clouzet, Regina Helena de Paiva Ramos, Lenita Miranda de Figueiredo, Neyde Soares e Alice do Carmo Calderaro Martins. Edy Maria Dutra da Costa Lima e Heloisa Soares, que também seriam homenageadas, não puderam comparecer (*Unidade* 326, abril/2010, p. 6);
-27 de março: reunião do Conselho de Representantes da Fenaj decide manter orientação de não emitir carteiras de identidade de jornalista para não diplomados, com exceção dos registros específicos já previstos na regulamentação profissional. O Sindicato de São Paulo defendeu a proposta de aceitar, nos quadros sindicais, profissionais que passaram a integrar legalmente a categoria, e que estejam exercendo a profissão. (*Unidade* 326, abril/2010, p. 4);
- março: secretário de Segurança Pública do Estado, Antônio Ferreira Pinto, compromete-se a abrir inquérito para apurar responsabilidades pela invasão efetuada por policiais militares à sede do Sindicato durante ato em defesa do III Plano Nacional de Direitos Humanos. Antônio Pinto diz que a ordem não partiu de nenhum oficial da PM: "a mim foi dito que os policiais foram ao Sindicato para usar o banheiro" (*Unidade* 326, abril/2010, p. 10);
- abril: pesquisa elaborada pela Assessoria Econômica do Sindicato, com dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego, mostra que apesar de as mulheres ocuparem a maioria dos postos de trabalho (54%) no jornalismo, o salário recebido por elas é, na maior parte das funções, inferior ao de seu colega do sexo masculino. Em apenas quatro colocações a mulher recebe salário superior: editora, arquivista, editora de mídia eletrônica e editora de revista científica.

O salário médio dos homens é de R$ 4.402,79, enquanto o das mulheres jornalistas não passa de R$ 3.401,05 (*Unidade* 326, abril/2010, p. 6);

- 3 de maio: no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, dados da Federação Internacional de Jornalistas revelam que 27 jornalistas foram assassinados em diversos países como Honduras e Nigéria, além de prisões e desaparecimentos (*Unidade* 327, maio/2010, p. 4);

- 5 de maio: jornalistas de Rádio e TV decidem encerrar a campanha salarial e aceitar a última proposta oferecida pelos patrões, que reajusta os salários em 4,2%, pouco acima do índice de inflação oficial (INPC), que foi de 4,17%. Já os pisos salariais são corrigidos em 1% acima da inflação na capital e 3% no interior e litoral. Houve também elevação dos valores referentes ao Programa de Participação nos Resultados (PPR) (*Unidade* 327, maio/2010, p. 3);

- maio: lançado novo modelo da carteira de jornalista emitido pela Fenaj. Prevista em lei, é documento de identidade pessoal e profissional, válido em todo o território nacional. Só pode obtê-lo o profissional que tenha registro no Ministério do Trabalho (*Unidade* 327, maio/2010, p. 4);

- junho: outro levantamento realizado pela Assessoria Econômica do Sindicato mostra que os jornalistas são uma das categorias pior remuneradas. Enquanto o piso de um engenheiro gira em torno de seis salários-mínimos, o dos jornalistas não passa de 3,6 na capital e três salários-mínimos no interior (*Unidade* 329, julho/2010, p. 5);

- 18 e 20 de junho: realização do XIII Congresso Estadual dos Jornalistas no município de Mongaguá, no litoral paulista. Com o tema "Jornalistas: em legítima defesa da profissão!", participantes debatem o mercado de trabalho, o fim da exigência do diploma para o exercício da profissão, a sindicalização ou não de não diplomados e as ações sindicais e políticas necessárias para o enfrentamento de um empresariado cada vez mais ganancioso (*Unidade* 329, julho/2010, p. 6);

- 27, 28 e 29 de julho: eleições para a escolha da nova diretoria da Fenaj para o triênio 2010/2013, que elege a Chapa 1 – "Virar o Jogo! Em defesa do Jornalismo e do Jornalista" –, tendo Celso Schröder como presidente, com 2.952 votos. A Chapa 2 – "Luta ***Fenaj" –***, presidida por Pedro Pomar, recebe 1.371 votos, de um total de 5.014 votantes (*Unidade* 330, agosto/2010, p. 3);

- julho: o Sindicato está no Twitter, para divulgar as notícias da categoria na rede social – http://twitter.com/JornalistasSP, disponível na página da entidade (*Unidade* 330, agosto/2010, p. 5);

- 18 a 22 de agosto: realização do 34º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Porto Alegre/RS, com o tema "O Jornalismo a Serviço da Sociedade e a Defesa da Profissão". A delegação paulista foi composta pelos jornalistas André Freire, Telê Cardim, Paulo Zocchi, Agildo Nogueira Jr, Edivaldo Almeida, Pedro Pomar e Bia Barbosa, eleitos no Congresso Estadual da categoria, em Mongaguá/SP (*Unidade* 331, setembro/2010, p. 5);

- 23 de setembro: Sindicato sedia o ato "Em defesa da democracia e contra o golpismo midiático", que reúne mais de 500 pessoas. É um protesto contra a manipulação de informação por parte da grande mídia, no contexto das eleições presidenciais, disputadas por Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) (*Unidade* 332, outubro/2010, p. 4);

- setembro: os jornalistas de Jornais e Revistas do Interior e Litoral de São Paulo recebem os salários de setembro com o aumento real de 0,5% conquistados na Campanha Salarial. Muitas empresas também quitaram o retroativo a 1º de junho, que é a data-base da categoria. Com este índice, os profissionais do Estado de São Paulo, exceto a Capital, conquistaram 5,86% para todos os salários (reposição da inflação de 5,31% mais o aumento real de 0,5%). (*Unidade* 332, outubro/2010, p. 3);

- 25 de outubro: entrega do XXXII Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos e do II Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, no Teatro da Pontifícia Universidade de São Paulo (Tuca). Recebem prêmios e menções honrosas 33 jornalistas e três estudantes de Jornalismo. O prêmio conta com a parceria do Instituto Vladimir Herzog, criado no ano anterior. Comparece à cerimônia, o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (*Unidade* 333, novembro/2010, p. 6);

- 31 de outubro: eleição presidencial: pela primeira vez na história do país, é eleita uma mulher para a Presidência da República. Dilma Rousseff (PT) vence no 2º turno José Serra (PSDB), obtendo 56 milhões de votos (56% dos votos válidos) contra 44 milhões (44% dos votos) do adversário.

- novembro: os jornalistas de Jornais e Revistas da Capital obtêm importante vitória, conquistando um aumento real de salários. A proposta aprovada é de 5,8% de reajuste para os salários até R$ 10 mil, o que corresponde à reposição integral da inflação (5,31%) mais aumento real de 0,5%. Para salários superiores a esse valor, incide o índice de inflação (INPC) sobre a diferença. Desta forma, o piso salarial da categoria tem um reajuste total de 5,84% (*Unidade* 333, novembro/2010, p. 3);
- novembro: o Sindicato conquista o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) na UOL, Grupo Folha e Valor Econômico (*Unidade* 333, novembro/2010, p. 3).

2011

- 14 de fevereiro: morre o jornalista, escritor e professor Eduardo de Araripe Sucupira Filho, o Sucupira, aos 103 anos. Ele nasceu no dia 20 de fevereiro de 1907 e era o sócio nº 573 do Sindicato, ao qual se filiou em 16 de fevereiro de 1949 (*Unidade* 336, março/2011, p. 11);
- 24 de fevereiro: o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e a Associação dos Jornalistas Profissionais Aposentados no Estado de São Paulo (Ajaesp) realizam a palestra "Revisões das Aposentadorias". Durante a palestra, o advogado Vagner Patini explica, entre outros assuntos, a aposentadoria especial para jornalistas, criada em 1959 (Lei n° 3.529), que assegurava aposentadoria integral do jornalista aos 30 anos de serviço e que foi revogada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em 1996 (*Unidade* 336, março/2011, p. 4);
- março: registro profissional de jornalistas é uniformizado nacionalmente para evitar procedimentos diferenciados das Superintendências Regionais do Ministério do Trabalho (SRTEs). Os jornalistas diplomados passam a ser registrados como "Jornalista Profissional", e os não diplomados, como "Jornalista" (*Unidade* 336, março/2011, p. 8);
- 16 de março: festa de 20 anos da coluna Moagem, editada por Eduardo Ribeiro leva mais de 200 pessoas à sede do Sindicato (*Unidade* 337, abril/2011, p.11);
- abril: dados do Departamento Jurídico do Sindicato demonstram que o número de demissões aumentou significativamente em 2011. Somente nos primeiros três meses do ano, importantes empresas de comunicação como a Editora Abril, Rede TV, TV

Cultura, jornal *O Estado de São Paulo*, demitiram 143 profissionais. A forma desrespeitosa com que os trabalhadores são descartados pelas empresas leva o Sindicato a recorrer ao Ministério Público do Trabalho para tentar coibir a chamada demissão imotivada, que prejudica os empregados e precariza o mercado de trabalho (*Unidade* 337, abril/2011, p.3);

- abril: nos primeiros três meses de 2011 foram concedidos 3.508 registros profissionais para jornalistas no país, dos quais 1953 (55,7%) para detentores de diploma em Jornalismo e 1.556 (44,3%) para diplomados em outras especialidades, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Em São Paulo, neste primeiro trimestre, os sem diploma em Jornalismo obtiveram a maioria dos registros, ou 1002 (56,9%) contra 759 (43,1%) dos que possuem curso superior na especialidade. (*Unidade* 337, abril/2011, p.8);

- abril: balanço das sindicalizações no ano anterior (2010): 377 jornalistas tornaram-se sócios da entidade, uma média de 31,4 adesões por mês. No entanto, o crescimento no quadro associativo não seguiu o mesmo ritmo, pois aconteceram 26 falecimentos e 184 pessoas deixaram de pagar as mensalidades, o que resultou em desligamentos (*Unidade* 338, maio/2011, p. 4);

- 31 de maio: Sindicato realiza Ato de Desagravo aos jornalistas agredidos por policiais militares e guardas civis durante a Marcha pela Liberdade de Expressão (ou "Marcha da Maconha"), realizada no dia 21, na região da Avenida Paulista. Comparecem o repórter Fábio Pagotto e os fotógrafos Vinícius Pereira (*Diário de S. Paulo*) e Osmar Bustos (Cremesp e correspondente do jornal *Página 12* e *Toda Notícia*, de Buenos Aires), que relatam as agressões sofridas durante a cobertura da manifestação (*Unidade* 339, junho/2011, p. 5);

- junho: Fenaj e sindicatos dos jornalistas intensificam pressão aos parlamentares para que coloquem em votação no Congresso os projetos que restabelecem a exigência do diploma, especialmente no dia 1º de junho, Dia da Imprensa, e 15 de junho, quando completam dois anos da derrubada do diploma pelo Supremo Tribunal Federal (STF) (*Unidade* 340, julho/2009, p. 5);

- 28 de junho: Ato Contra a Tortura e Impunidade, no auditório Vladimir Herzog, denuncia as agressões contra 17 adolescentes, ocorridas no dia 14 de junho na

Unidade de Internação 28 da Fundação Casa Raposo Tavares, a antiga FEBEM (*Unidade* 340, julho/2009, p. 5);

- agosto: as demissões em grandes veículos de comunicação até julho mostram que as empresas não poupam os empregos nem quando apresentam crescimento econômico. Nos primeiros sete meses de 2011, das 537 demissões homologadas no Sindicato, 303 (56,4%) foram realizadas sem justa causa e 231 (43%) a pedido dos jornalistas. Entre as empresas recordistas em dispensa de funcionários da redação está o Grupo Abril (com 86), *O Estado de São Paulo* (58) e o Grupo *Folha da Manhã* S/A (45) (*Unidade* 342, setembro/2011, p. 5);

-26 a 28 de agosto: realização do XXIII Encontro Estadual de Jornalistas em Assessoria de Imprensa e Comunicação (EEJAC), na cidade do Guarujá, no litoral paulista. Entre as resoluções é apontada a necessidade de aprofundar a discussão deste tipo de profissional no serviço público, com a implantação do cargo de jornalista em concursos, com jornada de trabalho e salários da categoria (*Unidade* 342, setembro/2011, Especial EEJAC, p. A);

- 29 e 30 de agosto: Sindicato sedia curso de Gênero, Raça e Etnia para Jornalistas, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e a ONU Mulheres, entidade das Nações Unidas para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. Participantes têm a possibilidade de elaborar uma abordagem jornalística de temas que são fundamentais para combater a discriminação racial, a violência contra a mulher, a homofobia e todo tipo de intolerância (*Unidade* 342, setembro/2011, p. 8);

- setembro/outubro: plebiscitos aprovam acordos da Campanha Salarial 2011/2012 de Jornais e Revistas. Os trabalhadores da capital aprovam a proposta de 7% de reajuste no piso salarial e 6,94% (aumento real de 0,5%) nos salários até R$ 10.580,00; e os acima disso, 6,94% até este valor e 6,44% (INPC) para o que exceder. De acordo com a proposta de reajuste total de 7%, o piso para jornada de trabalho de 5 horas passa a ser R$ 2.076,00 e, para 7 horas, R$ 3.321,28. No interior e litoral, o piso salarial passa a R$ 1.710,00 para jornada de 5 horas e R$ 2.736,00 para 7 horas. Os demais reajustes são proporcionais. Para os salários até R$ 5,5 mil, o reajuste é de 6,8% e, para as faixas acima deste valor, o reajuste atinge 6,5%. A proposta aprovada garante 22,75% de

aumento na PLR – no valor de R$ 750,00 - com pagamento em duas parcelas. A correção das três faixas do vale-refeição também supera a inflação do período - R$ 156,20 (aumento real de 6,26%), R$ 151,80 (aumento real de 6,9%) e R$ 147,40 (aumento real de 16,06%) (*Unidade* 344, dezembro/2011-janeiro/2012, p. 3);

- 13 e 15 de outubro: Realização do XVIII Encontro Nacional de Jornalistas em Assessoria de Comunicação (ENJAC), em Natal (RN). O Encontro defende a luta pela aprovação das PECs da exigência de diploma como prioridade para o próximo período. São reiteradas, também, a defesa pela democratização da comunicação, a luta por um piso salarial nacional dos jornalistas e pela liberdade de imprensa (*Unidade* 343, outubro/novembro 2011, p. 9);

- outubro: aprovação de duas leis importantes sobre Direitos Humanos no Senado. No dia 25, a Lei de Acesso às Informações Públicas, que determina, no máximo, 50 anos de sigilo nos documentos oficiais. No dia 26, é aprovado o projeto de Lei da Câmara (PLC 88/2011), que cria a Comissão Nacional da Verdade, que deverá examinar e esclarecer as violações de direitos humanos no período de 1946 a 1988. As duas matérias seguem para sanção presidencial (*Unidade* 343, outubro/novembro 2011, p. 6)

- 24 de outubro: entrega da XXXIII edição do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, no Teatro da Universidade Católica de São Paulo (Tuca), com a presença de Gilney Viana, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que representou a ministra Maria do Rosário. Participaram da disputa 426 trabalhos produzidos por jornalistas de 45 cidades de 22 Estados brasileiros. No total, recebem prêmios e menções honrosas 18 jornalistas e seis estudantes de Jornalismo, que concorreram ao 3º Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão (*Unidade* 343, outubro/novembro 2011, p. 8).

2012

- fevereiro: segundo dados do Sistema de Registro Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego, em 2011, obtiveram registro de jornalista no Estado de São Paulo 3.301 pessoas sem formação, e 2.545 profissionais qualificados. Nos últimos três anos (2009-2011), a soma é de 5.172 não diplomados contra 4.931 diplomados (*Unidade* 345, fevereiro/2012, p. 2);

- fevereiro: aprovação, em 1º turno, no Senado Federal, da Proposta de Emenda Constitucional 33/09, a PEC dos Jornalistas, que reinstitui a exigência de diploma de curso superior de Jornalismo para o exercício da profissão (*Unidade* 344, dezembro/2011-janeiro/2012, p. 9);
- março: uma série de medidas provisórias enviadas pelo governo ao Congresso Nacional tranca a pauta e deixa indefinida a votação, em 2º turno, no Senado, da PEC dos Jornalistas. A Fenaj e os sindicatos de Jornalistas prosseguem com a mobilização em Brasília para agilizar a tramitação da matéria e buscam alternativas para o cumprimento do acordo de lideranças para a votação da proposta ainda no início de 2012 (http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=3538. Acesso em 2 abr. 2012);
- 28, 29 e 30 de março: eleição para renovação da Diretoria do Sindicato para o triênio 2012/2015. A Chapa 1 – "Sindicato Forte, Unidade e Luta" –, encabeçada por José Augusto de Oliveira Camargo vence a chapa 2 – "Renovar pra Mudar, Sindicato é pra Lutar" –, encabeçada por Beatriz da Costa Barbosa. Foram 1.143 votantes, dos quais 643 (56,26%) votaram na Chapa 1 e 500 (43,74%), na Chapa 2 (http://www.sjsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3684:chapa-1-vence-eleicoes-na-capital-e-interior&catid=36:destaque. acesso em 1º abr. 2012);
- 29 de março: Fenaj e sindicatos de Jornalistas realizam nova rodada de contatos com parlamentares em Brasília, em prol da aprovação, em 2º turno, pelo Senado, da PEC 33/09, que restabelece a exigência de diploma para o exercício da profissão de jornalista. A meta é conseguir que a votação da matéria seja realizada no período em que se comemora o Dia do Jornalista (7 de abril) (http://www.sjsp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3687:fenaj-quer-votacao-do-diploma-ate-o-dia-do-jornalista&catid=36:destaque. acesso em 4 abr. 2012).

APÊNDICE B - O perfil do jornalista saído das respostas ao questionário

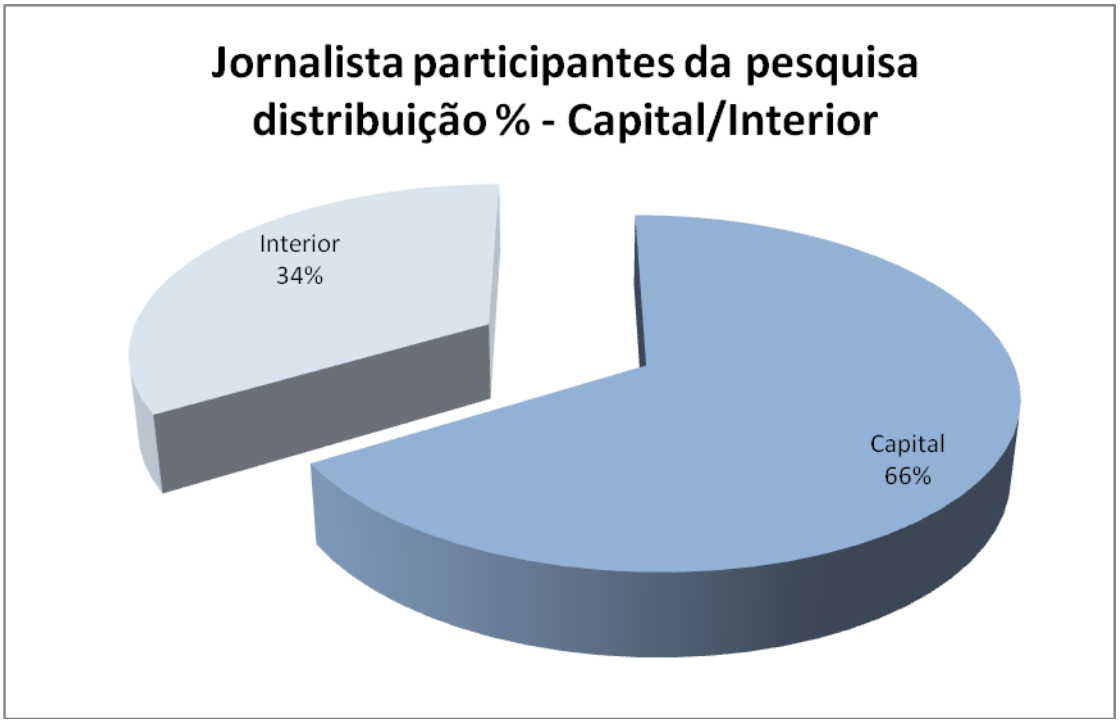
Número de respondentes: 317 respostas válidas para a tabulação e análise

1 - Cidade em que trabalha no Estado de São Paulo

Dois terços dos jornalistas participantes da pesquisa trabalham na capital (São Paulo) e um terço em algum dos outros 50 municípios do interior citados nas respostas. Em números absolutos:

Capital – 210

Interior – 107 (distribuídos por 50 cidades. Ver distribuição por cidade no Apêndice H)



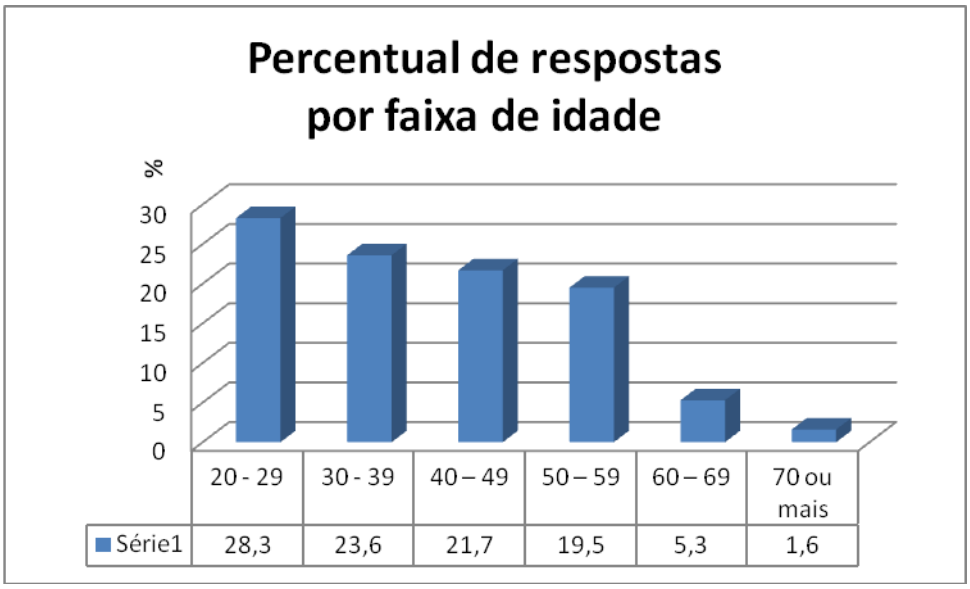
2 - Idade

Em relação à idade, o que se apurou:

Tabela 1

Distribuição das respostas por faixa de idade

Faixas de idade	Frequência	Participação percentual
20 - 29	90	28,3
30 - 39	75	23,6
40 – 49	69	21,7
50 – 59	62	19,5
60 – 69	16	5,3
70 ou mais	5	1,6
TOTAIS	317	100,0



O gráfico que expressa a frequência por idade é uma curva descendente. A faixa que concentra o maior número de respostas é a dos 20 aos 29 anos, seguida dos 30 aos 39, e assim por diante.

Ao contrário do que se imaginava ao elaborar o questionário, não houve nenhuma resposta abaixo dos 21 anos. A explicação provável para isso é que o questionário foi divulgado no dia 16 de dezembro e se manteve aberto para receber respostas até 13 de janeiro, período de férias escolares, quando os estudantes viajam.

Tabela 2

Frequência e participação percentual das respostas entre os 25 e 35 anos de idade

Idade	Frequência	Participação percentual
25	11	3,5
26	23	7,3
27	15	4,7
28	15	4,7
29	9	2,8
30	10	3,2
31	9	2,8
32	6	1,9
33	5	1,6
34	12	3,8
35	12	3,8
Sub-TOTAL	127	40,1
Frequência média por idade - geral	5,7	1,8
Frequência média por idade - 25 a 35	11,5	3,6
TOTAL	317	100,0

Algumas outras observações podem ser anotadas com base nas respostas ao quesito Idade:

- As maiores frequências por idade ocorreram entre os 25 e os 35 anos, período que concentra 40,1% das respostas (127, em números absolutos). Uma comparação com uma faixa de idades da mesma amplitude, imediatamente acima, entre os 36 e os 46 anos, permite visualizar de forma ainda mais clara o que os dados anteriores já demonstram: que a maior concentração dos respondentes está nas faixas de idade menores. Contra os 127 respondentes de 25 a 35 anos temos apenas 65 na faixa de 36 a 46 anos de idade. São 40,1% das respostas, no primeiro caso, contra 20,5% no segundo;

- Numa faixa estreita de apenas três anos (26, 27 e 28), concentraram-se 53 respostas ou 16,7% do total. Levando-se em conta que houve participantes de um intervalo de 55 diferentes idades e tomando-se uma distribuição média de 1,8% de respostas por idade (5,76 respondentes por idade), fica evidente o fato de que este percentual está bem acima da média[88];

- O pico de 23 respostas se deu com jornalistas de 26 anos (7,2%), número também muito acima da média de 1,8%;

- É pertinente também inferir que a participação percentual dos jornalistas aposentados entre os respondentes é menor do que o percentual de aposentados efetivamente existentes entre os jornalistas – parte deles com atuação no mercado de trabalho – devido ao meio utilizado para a divulgação do questionário: a internet. Os jornalistas mais velhos, mesmo os que continuam atuando no mercado, não têm a mesma relação com a internet que os jornalistas mais jovens. Aí pode estar, também, parte da explicação para um acúmulo tão grande de respostas entre as fixas de idade mais baixas. Porém, esta é uma hipótese que, para ser efetivamente testada, exige que se compare o resultado de pesquisas feitas pela internet com outras que utilizem outros procedimentos, como o de questionários aplicados por pesquisadores nos locais de trabalho ou de moradia. Não é nosso objeto de análise nesta tese.

[88] Agregando-se três faixas de idade, na média, a soma dá uma participação de 5,5% no total de respondentes.

Ainda sobre os aposentados constata-se que na pergunta identificada com a letra M no questionário apenas 12 respondentes (3,8% do total) se identificaram como tais.

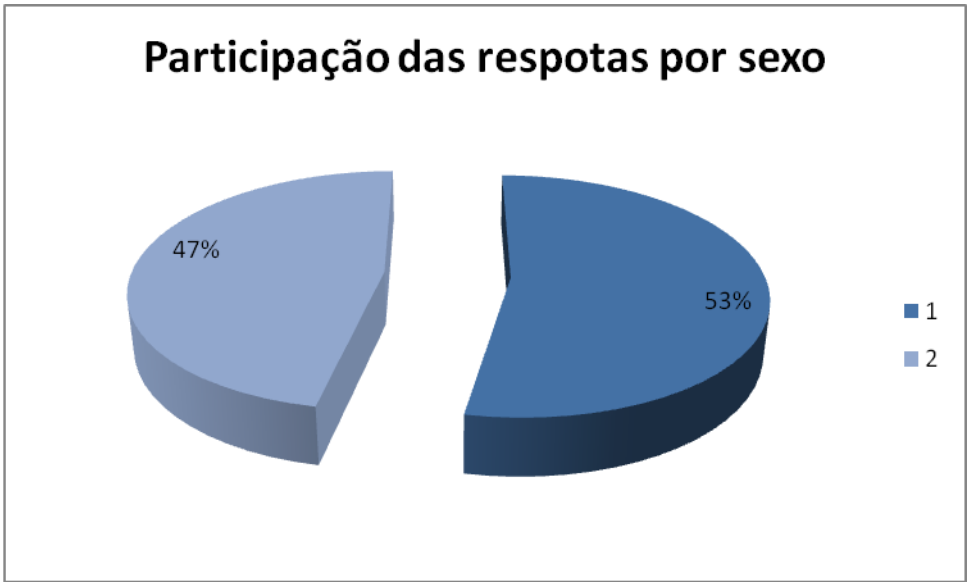
Das observações elencadas acima pode-se deduzir, de forma clara e segura, que o universo dos respondentes tem uma participação preponderante de jornalistas com poucos anos de profissão. São profissionais que, pelo conceito de juventude utilizado nos censos estatísticos do país[89], já entraram na faixa adulta. No entanto, do ponto de vista da profissão, que exige alguns anos de experiência para o profissional poder desenvolver plenamente suas potencialidades, pode-se dizer que neste primeiro decênio da vida como jornalistas, estamos falando de jovens profissionais.

3 - Sexo

Apesar dos dados da RAIS indicarem que no mercado formal de trabalho o número de mulheres ultrapassou o de homens na profissão desde 2004 (**RAIS, Brasil)**, o número de participantes masculinos nesta pesquisa foi maior do que os participantes do sexo feminino. É provável que o tema da pesquisa, ligado ao Sindicato, tenha contribuído para afastar uma parte do público feminino (**há algo sobre isso acho que na anmálise da Nonato**). É um item que merece ser melhor analisado na parte referente ao perfil do jornalista. Um cruzamento deste dado com o que explora a relação de trabalho também pode lançar alguma luz neste ponto.

O gráfico abaixo exprime o resultado alcançado no que diz respeito a este quesito:

[89] O IBGE trabalha com a faixa de 15 a 24 anos para identificar a juventude, embora este seja um conceito em permanente debate (ver IBGE, População jovem no Brasil e ARAUJO, Leonor Franco de et alli, Juventude e políticas públicas: o perfil dos jovens na Universidade Federal do Espírito Santo).



1 Masculino .... 168 respostas

2 Feminino ..... 149 respostas

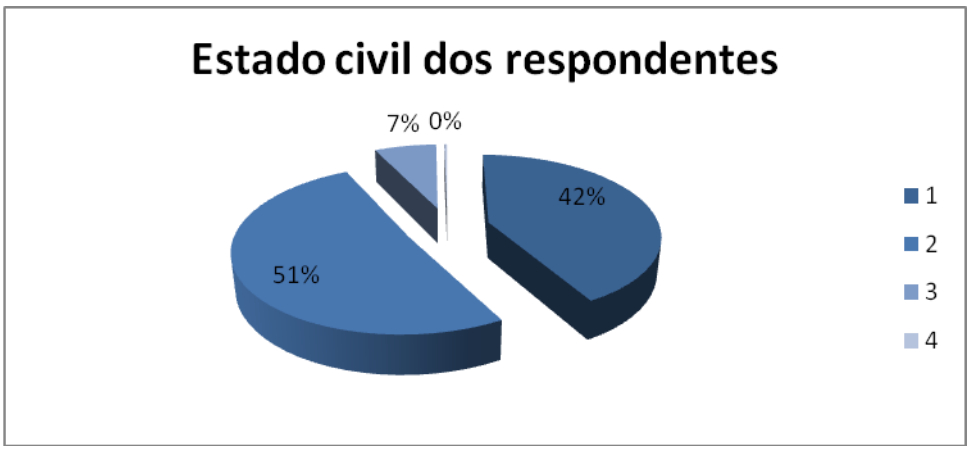
TOTAL ..... 317 respostas

4 - Estado civil

Foram colocadas três alternativas distintas no que diz respeito a este item[90]:

1 ___ Solteiro; 2 ___ Casado/União estável; 3 ___ Separado/Divorciado. Os resultados estão no gráfico abaixo:

[90] O nome 'Estado civil" comporta algum nível de incerteza. É que, para efeito de identificação legal, não existe a União Estável, para citar apenas um exemplo. Muito embora a Constituição Federal (Art. 226, § 3º) estabeleça sua existência ("Para efeita da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar (...)"), o que foi posteriormente regulamentado pela Lei 9.278 de 10 de maio de 1976, nenhum documento de identificação expedido por órgão público contem este termo. Talvez devêssemos utilizar "Situação familiar", embora esta categoria também contenha inadequações ao que se pretende aqui, que é estabelecer um traço d perfil do participante em termos de sua condição na sociedade, do ponto de vista da vida civil e da afetividade. O que exigiria muitas outras perguntas pertinentes a essa temática mas que, por fugirem ao objeto da tese, foram preteridas. A Wikipedia, em sua versão em português, traz também uma definição sucinta e clara do que seja Estado Civil e da distinção que é feita em relação à União estável (Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_civil. Consultado em 24 de janeiro de 2012).



1 Solteiro **133**

2 Casado/ União Est. **161**

3 Sep./Divorciado **22**

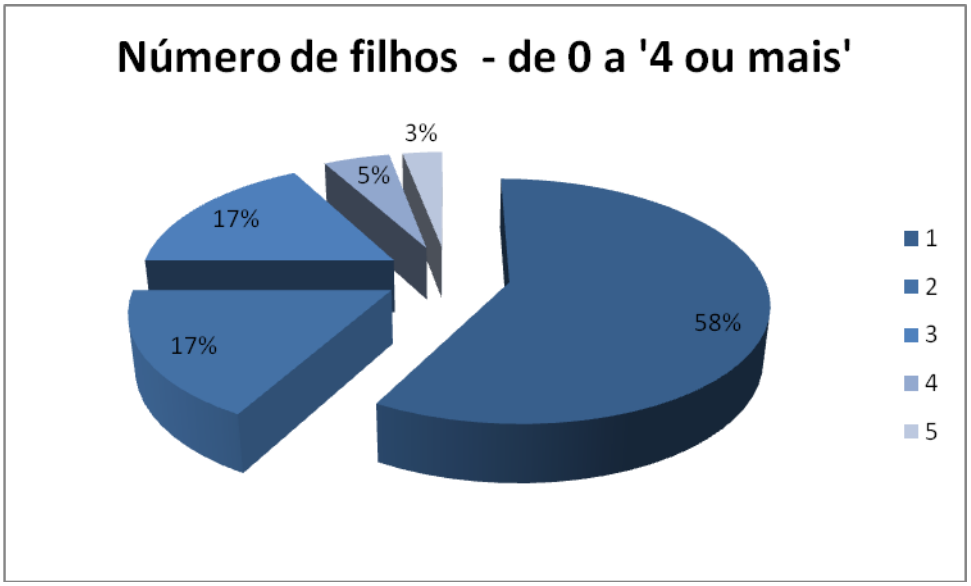
4 Ñ. resp. **1**

TOT.: **317**

Mais da metade dos respondentes é casada ou mantém união estável. Será intressante, depois, cruzar os dados deste item com as faixas de idade.

5 - Número de filhos

As alternativas apresentadas foram de zero a 3 e 4 ou mais filhos. As respostas:



1 Sem filhos **183**

2 Um filho **55**

3 Dois filhos **54**

4 Três filhos **15**

5 Quatro ou mais **10**

O resultado é consistente com os dados apurados nos itens anteriores. O universo dos respondentes que declararam não ter filhos é expressivo (perto dos 60%) e guarda

relação certamente com o grande percentual de jornalistas solteiros (42%) que responderam o questionário.

34% dos respondentes declararam ter um ou dois filhos, 5% têm três e apenas 3% (10 respondentes) têm 4 ou mais filhos.

6 - Situação do respondente em relação ao curso de Jornalismo (Diploma) e ao registro na DRT

O quadro abaixo traz a discriminação de cada alternativa entre as sete criadas com o intuito de cobrir um amplo espectro das possibilidades em relação à presença de profissionais não formados em jornalismo no mercado de trabalho, com o número de respostas referente a cada uma delas e seu percentual em relação ao total. Depois apresentamos um gráfico de barras para dar a este conjunto de dados uma representação visual.

O resultado apurado é o seguinte:

Situação do jornalista em relação à formação específica em jornalismo e ao registro na Delegacia Regional do Trabalho

Alter-natia	Situação do respondente	Respostas (frequência)	Participação no total (%)
1	Diplomado em Jornalismo, com registro de Jornalista profissional	271	85,5
2	Não diplomado em Jornalismo mas com registro de Jornalista profissional segundo a lei da profissão dos jornalistas (DL 972/69)[91]	14	4,4
3	Estudante de jornalismo com registro de Jornalista	0	0,0
4	Estudante de jornalismo sem registro na DRT	3	0,9
5	Formado em Jornalismo, mas ainda não obteve o registro	16	5,0
6	Não diplomado em Jorn. portador de reg. Segundo decisão do STF	7	2,2
7	Sem diploma em jornalismo nem registro no Ministério do Trabalho (DRT)	1	0,3
8	Não respondeu	5	1,6
TOTAL		317	100,0

[91] Houve um problema na formulação dessa questão, cuja redação na íntegra era: "não diplomado em Jornalismo mas com registro de Jornalista profissional segundo a lei da profissão dos jornalistas (DL 972/69) pois sou repórter-fotográfico, repórter cinematográfico, ilustrador ou diagramador". O problema é que, ao acrescentar "pois sou repórter-fotográfico etc. etc., deixamos de fora o universo de jornalistas que já tinham seus registros profissionais antes da vigência do DL 972, a partir de 1969, ou que estavam entre as exceções admitidas pela Lei (pessoas que residiam em cidades onde não houvesse curso de graduação em Jornalismo) e cuja situação foi contemplada pela legislação.

Embora tenha havido um crescimento significativo no número de registros concedidos pela Delegacia Regional do Trabalho a não formados, a ponto de o número de registros para não diplomados em jornalismo ter ultrapassado o de jornalistas diplomados[92], passados dois anos e meio desde a decisão do Supremo, a participação dos não diplomados e não contemplados pela lei da profissão no mercado de trabalho ainda é relativamente pequena. O resultado apurado é que 90% dos jornalistas participantes observam o que determinava a lei da profissão. Acrescentando-se a este total os 5% dos que são formados em jornalismo "mas ainda não obtiveram o registro" e os 0,9% de estudantes de jornalismo, sobra pouco mais de 4% (4,1%) para as alternativas 6 e 7 ou que não responderam o item (alternativa que aparece como o número 8 no quadro).

É uma situação que pode se alterar no futuro com base no grande número de pessoas que está obtendo registro na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal. Há três fatores que podem jogar um papel importante no desenvolvimento dessa questão: o comportamento das empresas (se vão passar a contratar jornalistas sem a diplomação específica), a forma como os chamados "jornalistas cidadãos" ou "colaboradores" vão interagir com os jornalistas profissionais e, talvez mais importante que os anteriores, como evoluirá a luta dos jornalistas brasileiros pela regulamentação da profissão.

Com base na experiência internacional, se houver alguma mudança nesta área, será pequena: em todos os países a contratação de jornalistas formados em jornalismo é uma tendência crescente.

A partir dos dados obtidos com a pesquisa relativos a esta situação criamos o seguinte gráfico, agrupando as situações favoráveis à formação específica (**1**), as respostas que indicam situações desfavoráveis à diplomação específica no mercado de trabalho (**2**) e

[92] Segundo o Delegado Regional do Trabalho em São Paulo afirmou ao Jornal Unidade, de 2009 a 2011 os números de registros de "jornalistas não diplomados" em todo o estado foi maior do que os que foram concedidos a "jornalistas diplomados": 5.172 contra 4.931. (UNIDADE, fev. 2012, p. 4).

o contingente de entrevistados que não respondeu este item (**3**). Os números e o gráfico com os respectivos percentuais são mostrados a seguir:

Número de respostas por situação:

1 = 304

2 = 8

3 = 5

TOT= 317

Em que **1**, **2** e **3** englobam as seguintes características, somadas:

1 - Jornalistas graduados em jornalismo

+

jornalistas que obtiveram o registro com base no DL 972 antes da decisão do STF de junho de 2009

+

recém-formados em Jornalismo que ainda não obtiveram o diploma

+

estudantes de jornalismo atuando no mercado de trabalho

= 95,8 %

2 – Sem diploma em jornalismo mas com registro a partir da decisão do STF

+

sem diploma em jornalismo nem registro na DRT

= 2,5%

3 – Não responderam

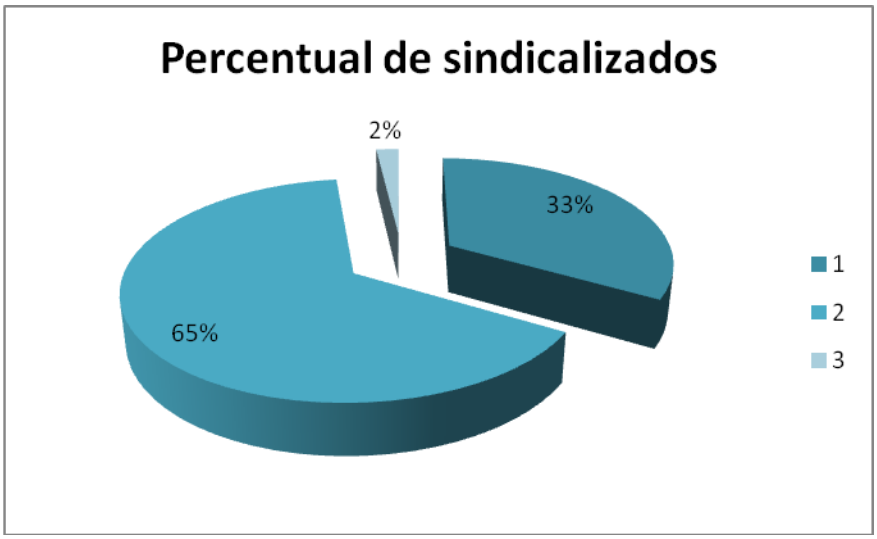
=

1,6%

(sobre essa questão di diploma há os que defendem o não-diploma em http://www.grupos.com.br/blog/unibraj/)

7 - Sindicalização

O Resultado da tabulação da pergunta se o jornalista era sindicalizado ou não está expresso no gráfico:



Respostas:

1 = Sindicalizados

105

2 = Ñ sindicalizados

206

3 = Ñ responderam

6

TOTAL= **317**

Certamente a amostra não é uma representação estatística que espelhe a realidade da categoria em São Paulo, em toda a sua abrangência. Uma estimativa plausível é que estejam em atuação em todo o Estado algo em torno de 30 mil profissionais. Como os sindicalizados são pouco mais de três mil (3.085 segundo o Departamento de Economia do Sindicato, não computados os aposentados, sócios remidos, em número de 850), o percentual de sindicalizados em relação ao universo total de jornalistas que atuam no Estado varia também em torno de 13%.

Pelos dados da RAIS[93] havia em dezembro de 2010, entre jornalistas empregados pelo regime de CLT e funcionários regularmente contratados, 16.084 jornalistas. Mesmo levando-se em conta que o levantamento aqui realizado não está apoiado sobre uma metodologia estatística é possível, para efeito comparativo, adotar o índice de 60% de formalização no mercado de trabalho e 40% de informalidade para se chegar a um número próximo: 27 mil jornalistas no Estado. Portanto, se trabalharmos com uma hipótese de que há entre 25 mil e 30 mil jornalistas no Estado, o percentual de sindicalizados[94] varia entre 12,3% e 10,3 % da categoria.

9 - Qualificação do respondente – situação profissional

Situação profissional:

Alternativa K - Nunca atuei profissionalmente como jornalista – 8 respostas; 2,5%;

Alternativa L - Não estou atuando como jornalista, embora já tenha atuado no passado ... – 31 respostas; 9,8%;

Alternativa M - Jornalista aposentado (estando ou não exercendo outra profissão ...) – 12 respostas; 3,7%;

4 - Não assinalou nenhuma das três questões anteriores – 265 respondentes; 83,6%

Um dos aspectos importantes a debater aqui é que muitas vezes o jornalista se afasta do trabalho nas redações e nas assessorias de imprensa, mas permanece com fortes vínculos com a profissão, mesmo quando estão exercendo outras atividades profissionais.

Desse ponto de vista, é interessante analisar algumas respostas de jornalistas que assinalaram a alternativa L, mas continuam vinculadas ao Sindicato ou, de maneira

[93] Dados fornecidos por C. Montoya, responsável pelo Departamento de Economia do SJSP, em entrevista em 21 de outubro de 2011.

[94] O número absoluto de sindicalizados descontados os sócios remidos – os aposentados –, na mesma base de dados fornecida pelo Departamento de Economia do Sindicato (entrevista de Carlos Montoya em 21 de out. de 2011), era de 3.085 sócios ativos.

geral, à profissão. A ponto de responderem um questionário voltado para os jornalistas!

Outro segmento que merece um aprofundamento analítico diz respeito aos aposentados. Uma parte deles continua na ativa, até porque não é possível manter o padrão de vida que tinham quando estavam na ativa sem realizarem algum tipo de trabalho para complementar o que recebem do INSS.

Nos debates internos que se travaram (vou consultar a Valci ...) os professores das disciplinas do campo jornalístico seriam considerados exercendo o jornalismo.

Nos quadros do Sindicato há um número expressivo de casos de pessoas nessas condições: embora não estejam atuando como jornalistas, ou não tenham mais o jornalismo como ocupação principal, continuam pagando o Sindicato, mantém relação de amizade com outros jornalistas e se vêem como jornalistas.

Diante do objetivo desta tese, que é discutir a relação entre os jornalistas e o Sindicato, as respostas dessas pessoas estão sendo computadas. Numa fase posterior, podemos cruzar o características das respostas abertas obtidas com os que assinalaram esta alternativa no questionário, para tentar identificar algum ponto em comum entre elas.

10 – Quantos anos de exercício profissional

As maiores frequências de respostas estão concentradas entre 1 ano e 7 anos de exercício do jornalismo (respectivamente 13, 15, 20, 16, 15, 13 e 15 respostas, uma média de 15,3 respostas por ano, contra a média geral de , concentreando 34% das respostas. Num mundo ideal em que as pessoas começam a trabalhar depois que se formam, são pessoas que se formaram entre 2003 e 2010.

A maior concentração de respostas ocorreu para os jornalistas com quatro anos de trabalho na profissão, com 20 respostas (6,3%).

O quadro com a distribuição do número de respostas por faixa de dez anos revela a grande concentração do número de respondentes entre os jornalistas mais jovens, com menos anos de profissão:

Tempo de exercício profissional:

Faixas de dez em dez anos	Número de respostas por faixa de dez anos	%
0 – 9	120	37,9
10 – 19	71	22,4
20 – 29	68	21,4
30 – 39	46	14,5
40 – 49	8	2,5
50 ou mais	4	1,3
TOTAL	317	100,0

Em termos da distribuição percentual das respostas por faixas de dez anos, o gráfico é o seguinte:

Faixas: 0 a 9 10 a 19 20 a 29 30 a 39 40 a 49 50 ou mais

11 - Sobre a relação de trabalho: contratos dentro da lei (regulares); contratos irregulares; formas de contratação precárias

Duas questão estão diretamente implicadas aqui. A primeira é a contratação do jornalista com outra denominação ou para outra profissão, embora este deva exercer funções jornalísticas. No final de 2011 o Sindicato estava às voltas com os portais noticiosos da Internet (Terra, Oi e UOL, entre outros) pois estes contratam seus jornalistas como prestadores de serviço da área de informática[95]. Mas este é apenas um dos eventos referentes a essa forma de precarização da profissão. Outro problema comum: jornalistas contratados como radialistas, que têm piso salarial mais baixo e jornada de trabalho mais extensa do que os jornalistas; ou jornalistas contratados como auxiliares administrativos, para fugir do que determinam as convenções coletivas de trabalho em termos de piso, jornada e outros itens favoráveis aos jornalistas nas convenções.

Entre os respondentes do questionário, 36 (11,3%) assinalaram que são contratados para outras profissões que não a de jornalista, embora desempenhem funções jornalísticas. Um percentual que não é desprezível.
As outras formas de precarização – termo utilizado para identificar situações em que o empregador se nega a respeita a legislação e as convenções coletivas no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores –, foram colocadas como alternativas numa única questão.

---

[95] No dia 12 de setembro de 2011 o Portal Imprensa noticiou: "O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo foi à redação do Portal Terra, na última sexta-feira (9), e não encontrou "jornalistas" para discutir sobre a campanha salarial da classe. O RH da empresa impediu a entrada dos sindicalistas, afirmando que o conteúdo do site não era feito por profissionais de comunicação, o que descaracterizaria a visita" (Disponível em http://portalimprensa.uol.com.br/noticias/brasil/44463/sindicato+vai+ao+portal+terra+e+nao+encontra+jornalistas/. Consultado em 24 de janeiro de 2012). O SJSP divulgou o problema pelo Twitter e pelo Facebook e, segundo afirmou Simão Zigband, jornalista responsável pela comunicação do SJSP, em entrevista concedida em 4 de outubro de 2011 ao autor, em quatro dias a matéria sobre a visita do Sindicato ao Portal Terra teve 8 mil acessos: "uma coisa assustadora", disse Simão.

No quadro abaixo damos o texto que define cada alternativa, o número de respostas correspondente a cada uma delas, o percentual em relação ao total de questionários computados como válidos para efeito da pesquisa e o percentual sobre o total depois de excluídos os questionários nos quais a pergunta não foi respondido ou os que optaram pela alternativa 'outras' (formas de contratação).

Participação das respostas segundo a forma de contratação

Alternativa	**Descrição da relação de trabalho**	**Nº de respostas**	**Percentual/ total**	**Percentual/tot. menos outras – não respondeu**
1	Contrato de trabalho CLT como jornalista	119	37,5	44,9
2	Contrato de trabalho CLT pelo piso profissional ou um valor pequeno do ganho efetivo do jornalista sendo que a maior parte é paga 'por fora'	9	2,8	3,4
3	Estagiário com contrato regular	0	--	--
4	PJ (assalariado com relação regular recebe mediante nota fiscal)	36	11,4	13,6
5	Freelancer (jornalista que vende suas matérias para diferentes publicações)	15	4,7	5,7
6	Frila fixo (embora trabalhe na empresa ou instituição, não tem contrato)	24	7,6	9,1
7	Empresário (jornalista sócio ou proprietário de empresa jornalística ou de assessoria)	20	6,3	7,5
8	Funcionário público (concursado ou comissionado), em assessoria ou lecionando em Instituição de Ensino Superior pública	8	2,5	3,0
9	Professor de jornalismo terceirizado ou cooperado	0	-	-
10	Outros	9	2,8	3,4
11	Exerce função jornalística mas é contratado formalmente como se pertencesse a outra categoria profissional	34	10,7	12,8
12	Não responderam	43	13,6	--
TOT. 1		317	100,0	--
Total 2	(excluindo outros / não respondeu)	265	--	100,0

Das nove situações especificadas no questionário, duas não obtiveram nenhuma resposta: o estagiário com contrato regular de estágio e o professor de jornalismo terceirizado ou cooperado. A questão dos estudantes já foi tratada anteriormente: muito provavelmente a época em que as respostas foram coletadas – segunda metade de dezembro e início de janeiro – não favoreceu a participação dos estudantes. Quanto aos estudantes sem contrato, parte deles pode ter entrado na categoria de Frila Fixo ou mesmo em Outros. Quanto aos seis respondentes que assinalaram essa função como sendo a principal, quanto ao regime de contratação dois se identificaram como 'frila fixo' e quatro como celetistas. Com relação a este público especificamente, alguns não se sindicalizam porque entendem que são melhor representados pelos sindicatos e associações de docentes. Mas entre os respondentes três são sindicalizados, dois ex-sindicalizados e um não sindicalizado.

No caso específico dos respondentes, todos em suas manifestações em resposta às perguntas abertas se identificaram como jornalistas. Em geral esses professores têm dupla jornada – na redação, assessoria ou como frila ou proprietário de uma pequena empresa de comunicação, e lecionando. Reforçando essa característica de que o professor de jornalismo se assume enquanto jornalista, está a própria regulamentação da profissão (Decreto-Lei 972) quando estabelece que "o ensino de técnicas de jornalismo" é atividade privativa do jornalista profissional[96].

O aspecto principal levantado neste item do questionário é a questão das relações de trabalho que procuram retirar direitos do jornalista enquanto trabalhador. É um dos temas centrais desta tese e nos debates que os jornalistas travam ao tratar de sua relação com o Sindicato.

---

[96] Art 2º A profissão de jornalista compreende, privativamente, o exercício habitual e remunerado de qualquer das seguintes atividades:
(...)
f) ensino de técnicas de jornalismo; (...).

É preciso lembrar que o Sindicato foi criado justamente para se buscar uma formalização das relações de trabalho que, até os anos 1930, eram absolutamente fluidas. Mas ocorre que, após o final dos anos 1970, com os fenômenos da globalização, das crises do capitalismo e da mudanças nas relações de produção em nível global, os jornalistas foram duramente atingidos. Com o passar dos anos, particularmente na segunda metade dos 1980 e a década de 1990, as relações de trabalho foram se tornando mais e mais precárias. Mesmo após a adoção, por parte dos dois governos do presidente Luís Inácio Lula de Silva, de uma política favorecendo o assalariamento segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, esta ficou restrita aos níveis mais baixos de salários (*ver o estudo de Rinaldo Aparecido Galete "A quantas anda a classe média assalariada no Brasil?"; e "Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula", de Graça Druck e Luiz Filgueiras, de 2006, ambos citados nesta tese*).

No caso dos Jornalistas, manteve-se a tendência pela ampliação das formas de contratação por fora da CLT como o jornalista Pessoa Jurídica (PJ), o jornalista contratado pelo piso e ganhando o restante do salário "por fora" (sem comprovação, para não incidir sobre os demais direitos como férias, 13º salário, FGTS etc.) ou o jornalista 'frila fixo', que não tem qualquer nível de formalização de sua relação de trabalho ou, quando muito, assina um contrato do tipo Cessão de Direitos Autorais, instrumento inventado pela Editora Abril nos anos 1970 para lesar os direitos autorais dos jornalistas que trabalham para ela ou que vendem matérias, fotos e outras produções autorais. Foi para dar conta dessas situações que escrevemos a pergunta sobre as relações de trabalho.

Para fazer uma primeira análise dos dados referentes ao universo dos jornalistas que responderam o questionário, construímos um segundo quadro, mais resumido, agrupando as situações que podem ser classificadas como em harmonia com a legislação, de um lado, e as que ferem a legislação trabalhista, de outro. Deixamos de lado, neste primeiro momento, todas as demais situações. Dessa forma, o universo de respostas com o qual passamos a trabalhar fica reduzido a

O primeiro conjunto de dados, que vamos chamar de representantes as situações “regulares” no mercado de trabalho, englobam as alternativas 1 (contrato CLT) e 8 (funcionalismo público, o que inclui assessores de imprensa/comunicação e professores de Universidades públicas, principalmente), presentes no quadro acima. O segundo, das situações que vamos classificar de “irregulares”, mesmo que em diferentes graus, agregam os números de respostas das alternativas 2 (contrato pelo piso ou por um salário mais baixo e o restante “por fora”), os PJs (alternativa 4) e os Frilas Fixos (alternativa 6). Desprezando-se os demais itens, temos o seguinte quadro:

O quadro fica assim:

O quadro da precarização [97]

	Descrição da relação de trabalho	Nº de respostas	Percentu-al
1	**Contratações regulares**	**127**	**47,9**
1.1	Contrato de trabalho CLT como jornalista	119	45,9
1.2	Funcionário público (concursado ou comissionado, em assessoria ou lecionando em IES pública)	8	3,0
2	**Contratações irregulares**	**103**	**38,9**
2.1	PJ (assalariado com relação regular recebe mediante nota fiscal)	36	13,6
2.2	Exerce função jornalística mas é contratado formalmente como se pertencesse a outra categoria profissional	34	12,8
2.3	Frila fixo (embora trabalhe na empresa ou instituição, não tem contrato)	24	9,1
2.4	Contrato de trabalho CLT pelo piso profissional ou um valor pequeno do ganho efetivo do jornalista sendo que a maior parte é paga 'por fora'	9	3,4
3	**Freelancer** ou autônomos (jornalista que vende suas matérias e ou serviços para diferentes publicações e ou agências)	**15**	**5,7**
4	**Empresário** (jornalista sócio ou proprietário de empresa jornalística ou de assessoria)	**20**	**7,5**
TOT		**265**	**100,0**

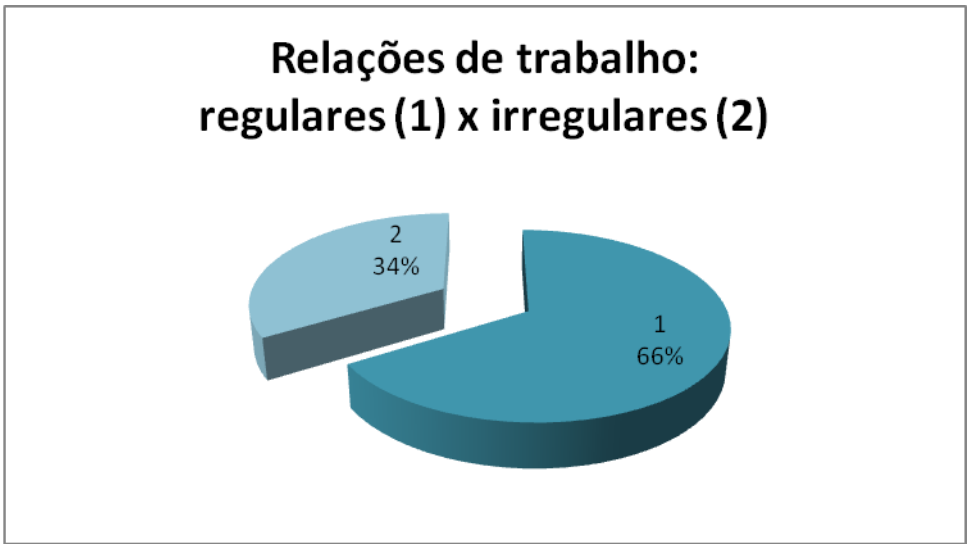
[97] Considerar:
1 – Há situações que não estão presentes aqui, mas que existem como por exemplo a contratação de não jornalistas para ocupar vagas de jornalistas (situação que merece ser analisada mais a fundo após a decisão do Supremo de retirar a exigência da diplomação específica para o exercício da profissão de jornalista);
2 – Parte dessa presença de não jornalistas é coberta por estudantes de jornalismo que entram nas redações. Este item também não está contemplado;
3 – Há outras formas de precarização não contempladas aqui, como pagamento abaixo do piso salarial e a sobrejornada de trabalho. Estamos tratando tão somente das formas de contratação. Mesmo em se tratando das formas de contratação precarizadas, não houve nenhum respondente na alternativa voltada especificamente para professores de jornalismo 'terceirizados ou cooperados', formas de contratação irregulares que existem mas que, provavelmente devido ao fato de não ocorrerem em volume significativo, não constaram das respostas.

Ou, de uma forma ainda mais resumida:

Jornalistas em situação "regular" x jornalistas em situação "irregular" do ponto de vista da relação contratual

Situação	nº de respostas	%
Regular	136	66,3
Irregular	69	33,7
TOTAIS	205	100

Na forma de um gráfico:



Ou seja, no universo dos jornalistas que responderam o questionário, tomando-se os que se declaram empregados, é possível dizer que a terça parte das relações de trabalho são, sob o ponto de vista da legislação trabalhista, irregulares.

Ao analisarmos as respostas dos jornalistas às perguntas abertas vamos poder nos aprofundar nas questões que o levantamento da situação contratual dos jornalistas suscita. Por enquanto, vamos ficar com os números que obtivemos.

Vamos poder, então, analisar as questões relativas ao jornalista empresário, ao professor de jornalismo, à presença do estudante no mercado de trabalho, entre outras.

Por enquanto, duas observações: as questões que se depreendem da discussão sobre as relações de trabalho entre os jornalistas são bastante controversas e as visões existentes entre os próprios jornalistas são contraditórias. Para muitos jornalistas é um problema difícil de enfrentar até mesmo a menção ao assunto. Muitas vezes, no afã de defender um posto de trabalho que pode ser mal remunerado e sem vínculo de emprego reconhecido por contrato, ou então contratos para outras áreas profissionais embora os jornalistas estejam realizando trabalho jornalístico, o jornalista olha feio para quem aborda de forma crítica a situação, mesmo que seja com o intuito de buscar uma melhora para o próprio jornalista. Como explicar tal fato? Despolitização? Os baixos salários no mercado de trabalho jornalístico, o que acaba nivelando as referências também num nível muito baixo? Desemprego e elevada concorrência por uma vaga no mercado de trabalho? Falha na comunicação por parte da entidade sindical que busca intervir na situação? Individualismo exacerbado? Talvez tudo isso junto e mais alguma coisa. O fato é que o problema é bastante complexo e talvez por isso tenha havido tamanha abstenção ao se responder este item. Vale a pena cruzar dados como idade, função que o jornalista desempenha, sexo e outros itens com esta questão para tentar compreender melhor as possibilidades existentes.

12 – Função

Alternativa	Especificação da função	Nº respts	Percentual
1	Analista de mídia	2	0,6
2	Apresentador/âncora	2	0,6
3	Arquivista pesquisador	1	0,3
4	Assessor de imprensa/comunicação	45	14,2
5	Cartunista	0	-
6	Consultor/assessor parlamentar	0	-
7	Chefe (ou coordenador, gerente ou responsável) de arte	1	0,3
8	Chefe (ou coordenador, gerente ou responsável) de reportagem	9	2,8
9	Chefe (ou coordenador, gerente ou responsável) de assessoria	8	2,8
10	Colunista	6	1,9
11	Cronista	1	0,3
12	Diagramador	1	0,3
13	Diretor de redação	10	3,1
14	Diretor (presidente, vice- presidente etc.) de empresa jornalística	4	1,2
15	Diretor (presidente, vice- presidente etc.) de A. de Imprensa/Comunicação	4	1,2
16	Editor	49	15,4
17	Editor assistente/subeditor	13	4,1
18	Editor de arte	0	-
19	Editor- chefe	14	4,4
20	Editor de vídeo/documentários	0	-
21	Editorialista	0	-
22	Ilustrador	0	-
23	Infografista	0	-
24	Narrador esportivo	0	-
25	Pauteiro	1	0,3
26	Produtor	8	2,5
27	Professor de Jornalismo	6	1,9
28	Redator/copidesque/produtor de texto	17	5,3
29	Repórter	68	21,4
30	Repórter especial	2	0,6
31	Repórter cinematográfico	0	-
32	Repórter fotográfico	5	1,6
33	Revisor	2	0,6
34	Webdesign (para jornalismo)	0	-
35	Outros	11	3,5
36	Não responderam	27	8,6
TOTAL		317	100,0

O objetivo com a pergunta sobre a função jornalística foi elaborada foi o de mapear o universo amplo de funções desempenhadas pelos jornalistas nos diversos segmentos existentes no mercado de trabalho.

A primeira observação é que a soma de “outros” e “não respondeu” (48 respondentes) é próxima da soma dos jornalistas que não estavam atuando como jornalistas no momento em que responderam e mesmo assim decidiram preencher o questionário (31) mais os aposentados que podem estar atuando em outras profissões (12). Dessa constatação pode-se supor que alguns respondentes que estão atuando em outras profissões tenham assinalada a opção “outros”. Ou então, que há outras funções de fato na profissão que não foram identificadas no questionário. Só um levantamento específico pode solucionar essa dúvida, o que foge ao objetivo desta tese.

Outra observação – uma constatação, na verdade – é que não houve respondentes para 9 das funções especificadas. Mas como não há dúvidas sobre a existência de profissionais desempenhando tais funções, o que se pode concluir no momento é que ou a amostra é muito pequena levando-se em conta o universo de jornalistas atuando no mercado de trabalho, ou os profissionais que desempenham tais funções utilizam outras denominações. Pode ser que esta segunda seja uma explicação plausível para parte das funções, como por exemplo a de “consultar/assessor parlamentar”. É verdade que há jornalistas atuando como assessores parlamentares e mesmo como consultores. Pode-se, no entanto, questionar que essas sejam funções jornalísticas. Ficamos devendo um estudo mais detido sobre o tema que leve em conta, inclusive, as funções hoje estabelecidas no Código Brasileiro de Ocupações (CBO) que, por sinal, é a base para a coleta dos dados que compõe as estatísticas da RAIS.

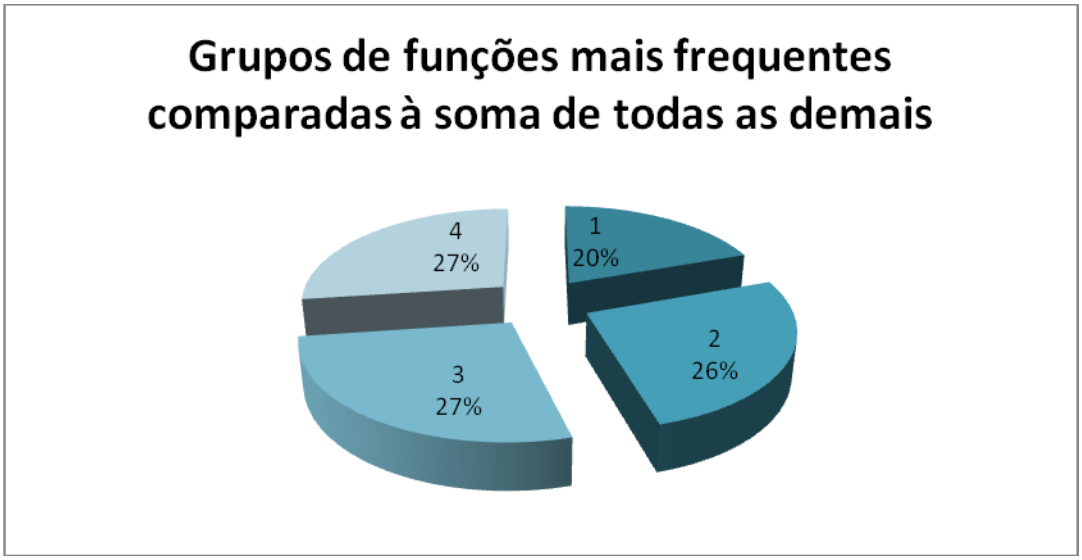
Os números permitem ainda outra observação: desprezando-se os que não responderam ou os que responderam assinalando a alternativa “outros”, ou seja, trabalhando-se apenas com os que indicaram nos respectivos questionários as funções que exercem, agregando-se os conjuntos das funções que guardam relações entre si por serem da mesma natureza (analista da mídia + assessor de imprensa + chefe de

assessoria; editor+ editor-assistente + editor-chefe; repórter + repórter especial + chefe de reportagem), concentram-se nessas funções 73% das respostas. O quadro e o gráfico abaixo ilustram tal observação com mais detalhes:

Grupos de funções que concentram mais de 70 das respostas com funções identificadas

Funções	**Respostas**	**%**
Analista da mídia + assessor de imprensa + chefe de assessoria	56	19,6
Editor+ editor-assistente + editor-chefe	76	26,2
Repórter + repórter especial + chefe de reportagem	79	27,2
Soma de todas as outras funções	79	27,2
Soma dos que identificaram as funções que exercem	290	100

E, no gráfico:



Em que:
1 = Analista da mídia + assessor de imprensa + chefe de assessoria;
2 = Editor+ editor-assistente + editor-chefe;
3 = Repórter + repórter especial + chefe de reportagem e
4 = Soma de todas as outras funções.

É interessante comparar os dados obtidos por esta pesquisa com os que foram obtidos por Heloísa Hercovitz (2011), em enquete realizada no segundo semestre de 2009, pela internet. Foi respondida por 624 jornalistas de todo o Brasil, um número equilibrado de homens (51,7%) e mulheres (48,3%):

Do ponto de vista da função que exercem

Trabalham como	**%**
Repórter	**27,0**
Editor	15,9
Editor assistente	5,6
Editor executivo	6,0
(soma dos 3 'Editores')	**27,5**
Consultor/Assessor	**15,7**
Colunista	**6,2**
Outros *	**23,6**
Total	**100,0**

* correspondentes estrangeiros, editorialistas, âncoras e produtores de noticiários.

Do ponto de vista de onde trabalham

Trabalham em	**%**
Jornais	**40,0**
Empresas privadas - Empresas públicas – Asessoria de imprensa/com.	12,0 6,4 **18,4**
TV	**12,0**
Poblicações On line	**11,0**
Revistas	**8,0**
Ag. notícias	**2,4**
Rádio	**1,6**
Outros	**6,6 ***
Total	**100,0**

* A soma dos itens informados dá 93,6%, por isso eu incluí o item 'outros'.

13 – Segmentos em que os jornalistas exercem a profissão

Alter-nativa	Segmento	Nº de respostas	%
1	Agência de notícias	8	2,5
2	Jornal diário	55	17,4
3	Jornal de interesse geral, com outra periodicidade que não diária	12	3,8
4	Jornal segmentado	7	2,2
5	Revista de interesse geral	8	2,5
6	Revista segmentada	44	13,9
7	Rádio	9	2,8
8	TV aberta	14	4,4
9	TV por assinatura	8	2,5
10	Instituição de ensino superior	8	2,5
11	Internet (portais e sites de notícias - interesse geral)	14	4,4
12	Internet (portais e sites de notícias - segmentado)	17	5,4
13	Internet (redes sociais)	3	0,9
14	Assessoria de imprensa/comunicação em órgãos públicos	14	4,4
15	Assessoria de imprensa/comunicação em empresas públicas ou autarquias	6	1,9
16	Assessoria de imprensa/comunicação em ONGs e terceiro setor	7	2,2
17	Assessoria de imprensa/comunicação em empresas privadas	21	6,6
18	Assessoria de imprensa/comunicação em Agências de Comunicação	18	5,7
19	Outros	21	6,6
20	Não responderam	23	7,3
21	TOTAL	317	100,0

Os números que aparecem aqui indicam dois segmentos em que há maior concentração de respostas: jornal diário (17,4%) e revistas segmentadas (13,9%). Mas se agruparmos os dados por tipo de mídia ou por segmento do mercado de trabalho – todos os tipos de jornais; todas as assessorias de imprensa/comunicação; todas as revistas e as TVs – o que aparece é que, pelo menos no universo de jornalistas que respondeu o questionário, o meio jornal continua sendo o grande empregador, seguido do mercado de assessoria de imprensa/comunicação e, em terceiro lugar, o das revistas. Ressalte-se que o grande segmento “empregador” de jornalistas entre as

revistas são as revistas segmentadas, como fica evidenciado no quadro anterior. É razoável que assim seja pois existe uma miríade de títulos, que vão muito além daqueles publicados pelas grandes editoras[98], às vezes publicadas por associações, fundações e outras instituições. Parte dos jornalistas que atuam nesses segmentos podem, eventualmente, ter se colocado sob o guarda-chuvas do segmento de assessoria. Há uma zona de sombra que precisa ser melhor debatida e aclarada para identificar se o repórter que eventualmente trabalha na revista publicada por uma associação ou mesmo uma empresa é repórter ou assessor de imprensa.

O próprio segmento de assessoria, como um todo, passa de tempos em tempos pelo debate sobre sua verdadeira natureza: os que nele trabalham exercem funções jornalísticas ou não? Para efeito desta tese, partimos do princípio que sim, pois o foco está no mercado de trabalho e na relação que aqueles que ocupam este mercado mantém com o Sindicato. O próprio sistema sindical dos jornalistas – tomando-se este pelos Sindicatos de base estaduais e mais alguns municipais mais a Federação Nacional dos Jornalistas – esteve sempre à frente das lutas pela constituição assim como pela institucionalização do segmento de trabalho das assessorias, cujos profissionais muitas vezes encontram no segmento melhores salários e condições de trabalho do que nas redações. No entanto, do ponto de vista da função social do jornalismo e portanto do trabalho do jornalista, assim como da natureza das relações que se estabelecem entre estes e os seus respectivos parceiros de trabalho, empregadores e públicos, a discussão sobre se ao desempenhar uma função em assessoria de imprensa/comunicação o profissional está ou não cumprindo seu papel social como

[98]O mercado formal das revistas, aquelas que vivem basicamente de publicidade, pode ser facilmente caracterizado como monopolista no Brasil, o que explica, em parte, as mazelas existentes em termos de relação contratuais precarizadas aí existentes. A Editora Abril, sozinha, detém mais da metade do mercado publicitário de revistas e, por meio de práticas como a bonificação por volume, mantém o controle sobre o mercado de anunciantes –a fonte para essa informação é o Roberto Melo quando este era vice-presidente da editora da Joana Woo, em 2005. É também um mercado que utiliza intensivamente a mão de obra dos frilas e frilas fixos (mesmo na Editora Abril) há mais tempo do que os jornais. No caso desses últimos, a prática vem se intensificando ultimamente – ver notícias de que a FSP demitiu 40 e passou a trabalhar com "colaboradores", o que pode ser verificado pelo assinante do jornal ao ler, junto a cada matéria publicada, a indicação de quem é o autor.

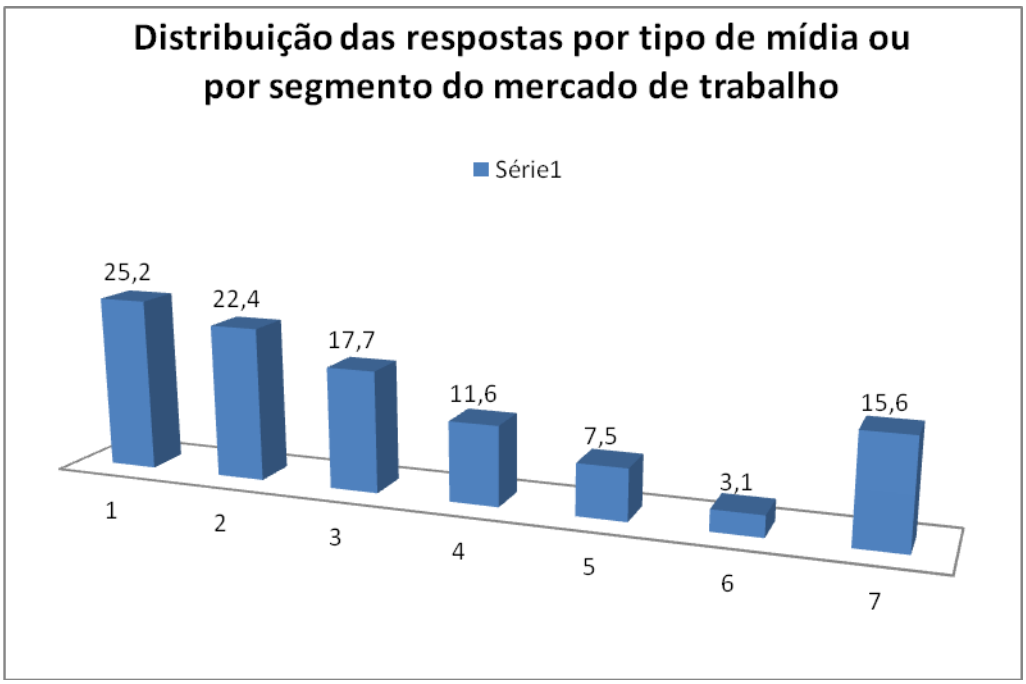
jornalista é algo passível de discussão. Um dos que alimentam de tempos em tempos tal discussão é o jornalista Eugênio Bucci.

Outro aspecto a assinalar é que a internet, um espaço de trabalho para jornalistas relativamente recente – a internet surgiu como uma nova mídia, ainda de forma muito incipiente, aqui no Brasil, em 1995, e só passou a brigar pelo seu espaço na disputa por uma fatia expressiva da verba publicitária por volta da segunda metade dos anos 2000 – em poucos anos já deixa bem atrás o segmento de televisão, mídia que tem mais de 60 anos de história no país. Por outro lado o rádio permanece como é o lanterninha entre os segmentos analisados, além de ser conhecido como uma mídia que paga os mais baixos salários.

A seguir, os dados sobre a frequência das respostas por tipo de mídia ou segmento do mercado de trabalho, primeiro na forma de um quadro e depois sob o formato de um gráfico. Na soma dos questionários, desprezamos os que não responderam:

Distribuição das respostas por tipo de mídia ou por segmento do mercado de trabalho

Alter-nativa	**Segmento**	**Nº de respostas**	**%**
1	Jornal (diário, de interesse geral e segmentado)	74	25,2
2	Assessoria de Imprensa	66	22,4
3	Revista (de interesse geral e segmentada)	52	17,7
4	Internet	34	11,6
5	TV (aberta e por assinatura)	22	7,5
6	Rádio	9	3,1
7	Ag. de notícias e Instituições de Ensino Superior etc.	37	15,6
	TOTAL	294	100,0



Em que:

1= Jornal (diário, de interesse geral e segmentado); **2**= Assessoria de Imprensa; **3**= Revista (de interesse geral e segmentada); **4**= Internet; **5**= TV (aberta e por assinatura); **6**= Rádio; **7**= Ag. de notícias e Instituições de Ensino Superior etc.

14 – Sobre como o respondente soube da pesquisa

A última questão é fruto de uma negociação com as empresas que atuam no segmento do jornalismo e que têm os jornalistas como público alvo para suas publicações. Ficou estabelecido que as empresas[99] ajudariam a divulgar a existência do questionário entre seus respectivos públicos e, em troca, obteriam os dados relativos a esta questão. Dessa forma elas poderiam aferir seu poder relativo de atingimento dos jornalistas em todo o Estado de São Paulo. As mensagens, assim como as características de cada um dos veículos que participaram da divulgação da pesquisa serão analisadas em outro momento, ainda dentro do item 3 Metodologia.

[99] Participaram o Comunique-se, a FENAJ, Jornalistas & Cia., Maxpress, Portal Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas.

15 – Conclusão deste item

Esta é uma primeira análise, uma análise prévia. É importante comparar os dados aqui obtidos com outros levantamentos, enquetes (como fizemos rapidamente com a enquete de Hercovitz) e pesquisas, assim como a série estatística da RAIS. Há muito a ser feito com os dados coletados aqui. Entre os projetos que podem ser colocados de pé está a utilização dos dados aqui coletados e do resultado da comparação com outros levantamentos para constituir a hipótese sobre o levantamento da situação dos jornalistas brasileiros, quicá um censo do jornalista brasileiro.

-- x --

APÊNDICE C - Estatísticas para o perfil do jornalista respondente

A – Dados gerais (idade; sexo; nº filhos; est. civil; Capital vs Interior; ...)

1 - **Jovens (20-39 anos) segundo critérios de Sexo e Capital-Interior**

Sexo	**Capital**		**Interior**		**Total**	
	Nº absoluto	*%*	*Nº absoluto*	*%*	*Nº absoluto*	*%*
Masculino	40	*38,8*	30	*48,4*	70	*42,4*
Feminino	63	*61,2*	32	*51,6*	95	*57,6*
TOTAL	**103**	***100,0***	**62**	***100,0***	**165**	***100,0***

Observação: maioria expressiva de mulheres jovens na Capital *vs.* equilíbrio entre jovens mulheres e homens no interior.

2 - **Distribuição dos respondentes por faixa de idade**

Capital vs. Interior

Faixa de idade	**Capital**		**Interior**		**Total**	
	Nº absoluto	*%*	*Nº absoluto*	*%*	*Nº absoluto*	*%*
20-29	53	*25,2*	37	*34,6*	90	*28,4*
30-39	50	*23,8*	25	*23,4*	75	*23,7*
40-49	47	*22,4*	22	*20,6*	69	*21,8*
50-59	44	*21,0*	18	*16,8*	61	*19,2*
60-69	12	*5,7*	4	*3,7*	16	*5,0*
70 ou mais	4	*1,9*	1	*0,9*	5	*1,6*
TOTAIS	**210**	*100,0*	**107**	*100,0*	**317**	***317***

3 - Filhos por Faixa de Idade

Percentuais sobre o nº de respondentes

Faixas de idade	Número de respondentes	Zero	1	2	3	4 ou +
20-29	90	93,3	6,7	0,0	0,0	0,0
30-39	75	65,3	22,7	10,7	1,3	0,0
40-49	69	46,4	20,3	23,2	7,2	2,9
50-59	62	24,2	25,8	33,9	11,3	4,8
60-69	16	12,5	6,3	37,5	18,7	25,0
70 ou mais	5	20	--	60	--	20
Totais	*317*	*57,7*	*17,4*	*17,0*	*4,7*	*3,2*

Nas duas primeiras faixas (jornalistas mais jovens) o número de respondentes sem filhos é muito grande. Mas na primeira faixa é enorme, perto do 100%!

Vamos ver como é isso na faixa mais larga 20-39, comparando Capital e Interior:

4 - Filhos na faixa 20-39, Capital vs. Interior

Percentuais sobre o nº de respondentes

Região	Número de respondentes	Zero	1	2	3	4 ou +	Totais
Capital	90	80,6	14,6	4,9	0,0	0,0	100,0
Interior	75	80,6	12,9	4,8	1,6	0,0	100,0
Totais	*317*	*80,6*	*13,7*	*4,9*	*0,8*	*0,0*	*100,0*

Conclusão: praticamente não há discrepância.

5 - Estado Civil por Faixa de Idade

Em números absolutos

Faixas de idade	Número de respondentes	Solteiro	Casado/ União estável	Separado/ Divorciado	Não respondeu
20-29	90	70	18	2	0
30-39	75	34	40	1	0
40-49	69	17	43	9	0
50-59	61	8	43	10	0
60-69	16	3	12	0	1
70 ou mais	5	1	4	0	0
Totais	*317*	*133*	*160*	*22*	*1*
%/total	*100,0*	*42,0*	*50,5*	*6,9*	*0,3*

A maioria dos que responderam o questionário é de casados ou em estado de união estável. O segundo grande 'naco' é de solteiros. Mas, olhando-se por faixa de idade, vemos que entre os mais jovens (20-29), 77,8% são solteiros, situação que muda a partir da segunda faixa de idade (na faixa de 30-39 já temos 53,3% de casados) e que se inverte nas duas faixas seguintes, chegando a 70% de casados nos de 50-59 e de 75% na faixa 60-69.

B – Sindicalizados, não sindicalizados e ex-sindicalizados

6 - Sindicalizados, não sindicalizados e ex-sindicalizados por faixa de idade

Faixas de idade	**Nº respondentes**		**Sindicalizados**		**Não sindicalizados**		**Ex-sindicalizados***		**Sindicalizados + Ex-sindicalizados**	
	Nº abso-luto	*%*	Nº abso-luto	*% em cada faixa*	Nº abso-luto	*% em cada faixa*	Nº abso-luto	*% em cada faixa*	Nº abso-luto	*% em cada faixa*
20-29	90	*100,0*	21	*23,3*	66	*73,3*	4	*4,4*	25	*27,8*
30-39	75	*100,0*	18	*24,0*	57	*76,0*	11	*14,7*	29	*38,7*
40-49	69	*100,0*	24	*34,8*	43	*62,3*	14	*20,3*	38	*55,1*
50-59	61	*100,0*	31	*50,8*	29	*47,5*	22	*36,1*	54	*88,5*
60-69	16	*100,0*	8	*50,0*	8	*50,0*	5	*31,3*	13	*81,3*
70 ou mais	5	*100,0*	2	*40,0*	3	*60,0*	2	*40,0*	4	*80,0*
TOTAIS	***317***	**--**	**104**	**--**	**207**	**--**	**59**	**--**	**163**	**--**

* Os **ex-sindicalizados** integram o universo dos **não sindicalizados**; 6 não responderam a questão: 3 em 20-29; 2 em 40-49 e 1 em 50-59.

Sindicalizados e ex-sindicalizados têm referência notável no Sindicato a partir da faixa dos 40-49 anos, mas de forma absoluta para os jornalistas com 50 anos ou mais (nas três faixas consideradas, sindicalizados e ex-sindicalizados soman 80% ou mais dos respondentes!). Isso mostra como a existência do Sindicato marcou as gerações mais velhas de jornalistas em São Paulo.

7 - **Sindicalizados, não sindicalizados e ex-sindicalizados**

Capital x Interior

	Capital		**Interior**		**Total**	
	Nº absoluto	*%*	Nº absoluto	*%*	Nº absoluto	*%*
Sindicalizados	71	*35,3*	33	*30,8*	104	*32,8*
Não sindicalizados	135	*64,3*	72	*67,3*	207	*65,3*
Ex-sindicalizados*	46	*21,9*	13	*12,1*	59	*18,6*
Não respondeu	4	*1,9*	2	*1,9*	6	*1,9*
TOTAL	210	*100,0*	107	*100,0*	317	*100,0*

* Faz parte dos não sindicalizados; ex-sindicalizados + sindicalizados = 51,4% da amostra.

O que revela? A única discrepância é que os ex-sindicalizados são quase o dobro na capital em relação ao interior.

8 - **Comparando os que são ou já foram sindicalizados com os que nunca foram sindicalizados**

Faixas de idade	**Total respondentes**	**São ou foram sindicalizados**	**Nunca foram sindicalizados**		**Não responderam**
		% / total da faixa	Nº absoluto	%/ total da faixa etária	Nº absoluto
20-29	90	25	62	68,9	3
30-39	75	29	46	61,3	-
40-49	69	38	29	42,0	2
50-59	61	53	7	11,5	1
60-69	16	13	3	18,8	-
70 ou mais	5	4	1	20,0	-
TOTAIS	**317**	**163**	**207**	**--**	**6**

Observar no quadro acima que na faixa dos 50 - 59 anos quase 90% dos respondentes são ou já foram sindicalizados, contra quase 70% que não têm e não tiveram experiência com a sindicalização na faixa dos 20 aos 29 anos (nunca foram sindicalizados).

9 - **Ex-sindicalizados*: Sexo vs. Faixas de idade** (10 em 10 anos)

Faixas de idade (em anos)	**20 - 29**	**30 - 39**	**40 - 49**	**50 -59**	**60 - 69**	**70 ou +**	Totais
Homens	1	3	6	13	4	2	**29**
Mulheres	3	8	8	10	1	---	**30**
TOTAIS	**4**	**11**	**14**	**23**	**5**	**2**	**59**
% de cada faixa s/ total	6,8	18,6	23,7	39,0	8,5	3,4	100,0

Faixas duplas	**20 – 39**	**40 – 59**	**60 ou +**	
Homens	4	19	6	29
Mulheres	11	18	1	30
Totais	15	37	7	59
% de cada faixa s/ total	25,4	62,7	11,9	100,0

* O percentual de ex-sindicalizados sobre o total de respostas obtidas (317) é 18,6%.

O que nos diz este quadro?

- que há um equilíbrio entre homens e mulheres ex-sindicalizados;

- que os homens ex-sindicalizados estão mais concentrados na faixa dos 50 – 59 anos (45% do total), enquanto que as mulheres têm uma distribuição mais equitativa desde os 30 aos 59 anos (26,7%, 26,7% e 33,3%);

- os homens ex-sindicalizados são mais velhos do que as mulheres: acima de 60 estão 20,7% dos homens nessa condição e apenas 3,3% das mulheres. Já dos 20 aos 39, temos 36,7% das mulheres nessa condição contra apenas 13,8% dos homens.

- em relação à idade em geral, os ex-sindicalizados com 40 ou mais anos somam 74,6%, contra apenas 25,4% abaixo dos 40 anos. No total dos respondentes (317), esses números são diferentes: 52,1% abaixo dos 40 (a maioria) contra 47,9% com 40 anos ou mais.

- falando em termos de idade média (ou média das idades):

- a idade média dos ex-sindicalizados é 47,2 anos;

- a idade média do universo pesquisado é 40,1 anos (uma diferença de mais de 7 anos).

- a idade média das mulheres ex-sindicalizadas é 43,6 anos;

- a dos homens é 50,9.

Isso suscita uma outra ideia: montar um quadro comparativo das médias de idade. Aí vai:

10 - **Sindicalizados, não sindicalizados e ex-sindicalizados**

Médias de idade

Público	***Total de pessoas***	***Idade média (em anos)***
Universo de pesquisados	**317**	**40,1**
Homens	168	42,8
Mulheres	149	37,0
Não sindicalizados	**207**	**38,1**
Não sindicalizados homens	98	40,5
Não sindicalizadas mulheres	109	35,9
Ex-sindicalizados (*)	**59**	**47,2**
Ex-sindicalizados homens	29	50,9
Ex-sindicalizadas mulheres	30	43,6
Sindicalizados	**104**	**44,2**
Sindicalizados homens	67	46,3
Sindicalizadas mulheres	37	40,5
Não responderam	6	36,5

(*) Os ex-sindicalizados estão incluídos nos não sindicalizados.

Desse quadro resulta uma primeira observação: se tirarmos do universo dos não sindicalizados os 59 que são ex-sindicalizados, a média de idade do restante vai ficar próxima dos 30 anos! É a moçada que chegou há pouco na profissão! (daria para levantar isso. Se acharmos realmente importante eu peço para o Sato).

11 - **Sindicalizados, não sindicalizados e ex-sindicalizados**

Sexo

	Masculino		Feminino		Total	
	Nº absoluto	*%*	Nº absoluto	*%*	Nº absoluto	*%*
Sindicalizados	67	*67,5*	37	*35,6*	104	*100,0*
Não sindicalizados	98	*47,3*	109	*52,7*	207	*100,0*
Não respondeu	3	*50,0*	3	*50,0*	6	*100,0*
TOTAL	**168**		**149**		**317**	***100,0***
Ex-sindicalizados*	29	*49,2*	30	*50,8*	59	*100,0*
Nunca foram sindicalizados	69	*46,6*	79	*53,4*	148	*100,0*

* Faz parte dos não sindicalizados; ex-sindicalizados + sindicalizados = 51,4% da amostra.

Entre os sindicalizados, o percentual de homens é muito maior do que o de mulheres, contratando com a situação de relativo equilíbrio em todas as outras categorias do quadro.

C – **Situação profissional; situação contratual; precarização**

12 - **Precarização das relações de trabalho com base no levantamento de formas de contratação (uma parte delas, pelo menos ...):**

Primeiro eu construí os dois quadros aqui presentes (quadros 12 e 13), ainda sem considerar a contratação para outras profissões que não o jornalismo. Tanto neste quadro geral, quando no 13, comparamos CLT + Func. Públicos (contratos regulares) com as diferentes formas de precarização no universo pesquisado. Depois incluí a contratação para outras profissões que não o jornalismo e aí elaborei os quadros 14 e 15.

A precarização nas formas de contratação e por faixa de idade

*PJs, Frila Fixo, Parte CLT e parte Por Fora, CLT**

Faixas de idade	Nº respondentes		PJs		Frila fixo		Parte CLT, parte 'por fora'		CLT	
	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%
20-29	90	28,4	12	33,3	7	29,2	5	55,6	41	32,3
30-39	75	23,7	5	13,9	4	16,6	2	22,2	37	29,1
40-49	69	21,8	9	25,0	6	25,0	2	22,2	26	20,5
50-59	62	19,6	5	13,9	6	25,0	--	--	22	17,3
60-69	16	5,0	4	11,1	1	4,2	--	--	--	--
70 ou mais	5	1,6	1	2,8	--	--	--	--	1	0,8
TOTAIS	***317***	**100,0**	**36**	**100,0**	**24**	**100,0**	**9**	**100,0**	**127**	**100,0**

* Percentuais sobre os totais por categoria (dados na vertical) e não por faixa de idade (horizontal).

13 - Precarização nos contratos de trabalho

Capital vs. Interior

Região do Estado	Nº respondentes		PJs		Frila fixo		Parte CLT, parte 'por fora'		CLT	
	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%	Nº abso-luto	%
Capital	210	66,2	31	86,1	18	75,0	2	22,2	79	62,2
Interior	107	33,8	5	13,9	6	25,0	7	77,8	48	37,8
TOTAL	317	100,0	36	100,0	24	100,0	9	100,0	127	100,0

A conclusão salta aos olhos: as formas de precarização como PJ e frila fixo estão mais disseminadas na Capital do que no Interior. Os percentuais acima não são ponderados. Como há mais participantes na pesquisa da Capital, poder-se-ia pensar que há um problema, algum viés que induza a erro. Não. Se fizermos os percentuais dos jornalistas em cada região por tipo de precarização, veremos que os resultados

confirmam os dados do quadro. Assim, na capital, 14,8% dos respondentes são PJs. No interior, o percentual cai para 4,7%. No frila fixo: 8,6% contra 5,6% (aqui, um percentual já está mais próximo do outro). O que destoa dos dois anteriores é a forma 'soft' de precarizar: paga-se o piso pela CLT e o resto 'por fora'. O interior 'ganhou' disparado nessa forma de burla às leis trabalhistas e ao fisco: 6,5% dos respondentes estão nessa situação, enquanto na capital o percentual cai para 1,0%. O problema é que são números muito pequenos para que se possa pensar aqui em uma estatística confiável.

14 - **A precarização, pelo número decrescente de respostas**

Alter-nati-vas	**Descrição da relação de trabalho**	**Nº de res-pos-tas**	**Percent ual/ total**	**Percentu al/meno s outros-ñrespon**
1	Contrato de trabalho **CLT como jornalista**	119	37,5	44,9
4	**PJ** (assalariado com relação regular recebe mediante nota fiscal)	36	11,4	13,6
11	Exerce função jornalística mas é contratado formalmente **como se pertencesse a outra categoria profissional**	34	10,7	12,8
6	**Frila fixo** (embora trabalhe na empresa ou instituição, não tem contrato)	24	7,6	9,1
7	**Empresário** (jornalista sócio ou proprietário de empresa jornalística ou de assessoria)	20	6,3	7,5
5	**Freelancer** (jornalista que vende suas matérias para diferentes publicações)	15	4,7	5,7
2	Contrato de trabalho **CLT pelo piso** profissional ou um valor pequeno do ganho efetivo sendo que a **maior parte é paga 'por fora'**	9	2,8	3,4
8	Funcionário público (concursado ou comissionado, em assessoria ou lecionando em IES pública)	8	2,5	3,0
3	Estagiário com contrato regular	0	--	--
9	Professor de jornalismo terceirizado ou cooperado	0	-	-
10	Outros	9	2,8	3,4
12	Não responderam	43	13,6	--
TOT. 1		317	100,0	--
Total 2	(excluindo outros / não respondeu)	265	--	100,0

15 - O quadro da precarização *

	Descrição da relação contratual	Nº de respostas	Percentu-al
1.1	Contrato de trabalho CLT como jornalista	119	45,9
1.2	Funcionário público (concursado ou comissionado, em assessoria ou lecionando em IES pública)	8	3,0
1	**Contratações regulares**	**127**	**47,9**
2.1	PJ (assalariado com relação regular recebe mediante nota fiscal)	36	13,6
2.2	Exerce função jornalística mas é contratado formalmente como se pertencesse a outra categoria profissional	34	12,8
2.3	Frila fixo (embora trabalhe na empresa ou instituição, não tem contrato)	24	9,1
2.4	Contrato de trabalho CLT pelo piso profissional ou um valor pequeno do ganho efetivo do jornalista sendo que a maior parte é paga 'por fora'	9	3,4
2	**Contratações irregulares**	**103**	**38,9**
3	**Empresário** (jornalista sócio ou proprietário de empresa jornalística ou de assessoria)	**20**	**7,5**
4	**Freelancer** ou autônomo (jornalista que vende suas matérias e ou serviços para diferentes publicações e ou agências)	**15**	**5,7**
TOT		**265**	**100,0**

* Considerar:

1 – Há situações que não estão presentes aqui, mas que existem como por exemplo a contratação de não jornalistas para ocupar vagas de jornalistas (situação que merece ser analisada mais a fundo após a decisão do Supremo de retirar a exigência da diplomação específica para o exercício da profissão de jornalista);

2 – Parte dessa presença de não jornalistas é coberta por estudantes de jornalismo que entram nas redações. Este item também não está contemplado;

3 – Há outras formas de precarização não contempladas aqui, como pagamento abaixo do piso salarial e a sobrejornada de trabalho. Estamos tratando tão somente das formas de contratação. Mesmo em se tratando das formas de contratação precarizadas, não houve nenhum respondente na alternativa voltada especificamente para professores de jornalismo 'terceirizados ou cooperados', formas de contratação irregulares que existem mas que, provavelmente devido ao fato de não ocorrerem em volume significativo, não constaram das respostas.

16 - **PJs entre sindicalizados, não sindicalizados e ex-sindicalizados**

	Total		PJs	
	Nº absoluto	*%*	Nº absoluto	*%*
Sindicalizados	104	*32,8*	10	*27,8*
% s/ sindicaliz.				*9,6*
Não sindicalizados	207	*65,3*	25	*69,4*
				12,0
Não respondeu	6	*1,9*	1	*2,8*
TOTAL	**317**	***100,0***	**36**	***100,0***
				11,4
Ex-sindicalizados*	59	*18,6*	13	*36,1*
% s/ ex-sind.				*22,0*
Sindicalizados + ex-sindicaliz.	163	*51,4*	23	*63,9*
% s/ ex + sind.				*14,0*
Nunca foram sindicalizados	148	*46,7*	13	*36,1*
% s/ n. f. sind.				*8,9*

* Faz parte dos não sindicalizados; ex-sindicalizados + sindicalizados = 51,4% da amostra.

Comentário: há um percentual maior de PJs entre os ex-sindicalizados do que entre os sindicalizados ou entre os que nunca foram sindicalizados (22% contra 9,6% e 8,9%, respectivamente). Este percentual está relacionado com as queixas de vários PJs dizendo que, depois que abriram empresa para poder continuar trabalhando, não encontraram mais respaldo nas ações do Sindicato. Já havíamos visto que os PJs, assim como os ex-sindicalizaods, também estão concentrados na Capital (Tabelas 13 e 7, respectivamente).

-- x –

APÊNDICE D - **Entrevistas**

D.1 - Entrevista com Manuel Carlos Chaparro - 23 mai. 2011

Entrevistador - Esta entrevista é para a tese de doutorado de Fred Ghedini, que trata dos jornalistas e suas organizações, principalmente o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, explorando a questão do distanciamento entre os profissionais e sua entidade de classe. Porque essa distância entre os jornalistas e o sindicato? É preciso aclarar as ideias, procurar entender o problema de uma forma mais completa e mais profunda do que tínhamos condições de fazer enquanto estávamos na direção do sindicato.

Professor Chaparro, meu primeiro entrevistado nessa série, para iniciar eu gostaria que você fizesse uma apresentação do seu histórico pessoal, como você se tornou jornalista, depois professor de jornalismo...

Chaparro - Eu vou repetir aqui o que foi dito na Universidade de São Paulo depois de ter sido aprovado no doutoramento:

"A Universidade de São Paulo acabou de atribuir um título de doutor a um operário". Porque essa é a minha história. Eu era um operário, e nem tenho a pretensão em falar em nome da classe operária, mas minha origem é operária e eu estou mentalmente retomando essa condição, na valorização crescente das minhas origens. Para escrever um livro, estou percorrendo os caminhos, retomando os caminhos dessa marcha, os caminhos da minha história. O aprendizado mais importante que eu tive na vida veio de duas fontes, uma que pode ser considerada a fase mais dramática, mas que eu posso considerar a mais importante de minha vida. Dos 12 aos 16 anos fiquei internado em um hospital especializado em doenças ósseas, de cama e engessado. Isso seria uma grande tragédia para um garoto que, por pressão do professor sobre meu pai, tinha sido matriculado para continuar a estudar depois do curso primário. Mas acabei fazendo apenas uma semana de um curso comercial. Então, isso poderia ser o período mais dramático de minha vida, mas foi a melhor fase, porque nesses 4

anos li uma biblioteca. No hospital tinha uma biblioteca e eu a li. Foi uma leitura meio desordenada e sem orientação, mas foi leitura. LI tudo que foi possível ler, desde os livros de *cowboy* aos clássicos e com essa base ingressei no movimento operário, que não tinha nada a ver com o sindicato (e tinha também). Entrei na Juventude Operária Católica, a JOC, que foi uma grande escola, porque era um movimento muito forte, era um movimento de militância que concentrava a sua força de formação militante na capacidade de analisar a realidade. O treinamento dos militantes era um treinamento de análise da realidade, da realidade próxima, não de uma realidade fantasiosa, mas a realidade olhada em nossa própria vida, no nosso próprio meio.

Havia um método nessa preparação que era o Ver, Julgar e Agir. Foi o método no qual se inspirou a Teologia da Libertação. Assim, cresci e amadureci com uma pedagogia de olhar o mundo. Aprendi a olhar o mundo e a refletir olhando o mundo. Com essa base fui dirigente nacional da JOC, e o editor do jornal desse movimento, que era um jornal importante. E me tornei jornalista assim.

Tornei-me jornalista profissional sem jamais ter feito o curso secundário. Quando saí do jornal operário pedi emprego num grande jornal diário de Lisboa, o Diário Ilustrado, e eles me aceitaram, porque já me conheciam. Fiquei lá entre doutores e vim para o Brasil e fiz minha carreira no Brasil. Essa é uma história comprida, que talvez não valha a pena contar. Mas aqui fiz minha carreira de jornalista até ficar desempregado em 1968 e 69. Então montei uma empresa, que foi a PROAL. Quando veio a regulamentação profissional, eu pedi o meu registro, que foi negado porque eu não era empregado. Por essa e outras coisas, eu não compreendi as contradições do jornalismo e resolvi estudar aos 45 anos. Não tinha o curso secundário, só tinha feito a quarta classe antiga, os quatro anos do curso primário. Mas fiz o vestibular, fiz o exame supletivo e entrei na USP.

Entrevistador - Também você já tinha lido uma biblioteca e já tinha trabalhado em jornal.

Chaparro – É, eu até já tinha ganhado prêmios em jornais, enfim tinha minha experiência, da qual fez parte o chamado jornalismo empresarial. Também foi uma boa escola, um espaço para discussão e descobertas. Aos 50 anos, virei professor. Sou. Na graduação, fui um CDF e um contestador, com um grupo muito bom, na minha

classe tinha seis caras muito bons, e depois segui, no mestrado e no doutorado, para a carreira acadêmica. Eu queria explicações para o jornalismo que não encontrei na graduação. Encontrei respostas no doutorado, que gerou um livro, o livro do meu doutorado, a Pragmática do Jornalismo. Mas foi uma angústia danada, porque o jornalismo não tinha teoria. As teorias de jornalismo eram receitas, "faça assim, faça assado", sem explicar por quê. "Comece pelo mais importante", mas ninguém ensina o que é mais importante, qual é o mecanismo para decidir o que é o mais importante. Então, se você ler o livro, você vai ver que o 'ver, julgar, agir' está ali.

Eu transformei o método operário, de formação de militantes operários, em um modelo que se adequou perfeitamente ao entendimento da realidade numa perspectiva mais científica.

Então o que é que eu sou hoje? Eu sou um operário que decidiu tornar-se jornalista por achar que em Portugal a classe operária era manipulada, porque não era informada. Então eu entrei no jornalismo com o sonho de, com uma manchete, mudar o mundo. Hoje eu me considero mais um pensador sobre a o jornalismo, mas principalmente sobre a atualidade, e vejo o jornalismo não como profissão, mas como linguagem social.

Entrevistador – Vamos falar um pouco dessa figura do jornalista profissional? São duas perguntas: Quais seriam os critérios no seu entender que a gente deveria usar, os mais apropriados, para segmentar o perfil do jornalista, que é uma coisa complexa, complicada e cheia de meandros, de definições e diferenças, às vezes muito marcantes e muito marcadas do mercado profissional do jornalista na atualidade?

A pergunta dois é que critérios você adotaria se fosse fazer uma tipificação, uma segmentação dos tipos de fazer profissional no jornalismo?

Chaparro - Eu tenho pensado nisso, eu acho que uma coisa que não tem mais sentido são as classificações e até as razões do sindicalismo que vem do século passado, meados do século passado e até antes. O mundo mudou, não mudou só na estruturação das relações sociais, mas também nos fazeres profissionais, e eu acho que não tem sentido a gente explicar coisas com os critérios de 50 ou 60 anos atrás. Olhando a carreira de advogado nós podemos aprender muito, a classificação, a qualificação, as especializações em que se ramificou o direito, elas revelam uma

agilidade muito grande na adequação da carreira à realidade dos tempos. Por exemplo, você tem hoje o direito preventivo, que é uma das áreas do direito que está crescendo, e era uma coisa impensável, porque o direito preventivo, ao trabalhar para evitar processos, vai tirar trabalho dos advogados que precisam de causas.

Entrevistador - Poderia se dizer o mesmo da medicina preventiva?

Chaparro - Medicina preventiva... Então, o direito preventivo é um ramo novo muito usado depois da constituição, porque a constituição ampliou fronteiras para processos e acusações em buscas de indenizações. E nessa brecha passou a haver um mercado muito grande e crescente para os advogados que assessoram as empresas para que elas não cometam crimes. Penso também no direito do meio ambiente, aí você vai ver na segmentação do direito que a advocacia se adaptou perfeitamente ao mundo em evolução.

Quanto ao jornalismo, eu já falei isso, eu acho que o jornalismo é cada vez mais uma linguagem, e cada vez menos uma profissão. Uma linguagem social, uma linguagem de uso social intenso, uma linguagem tão importante que precisa de profissionais que zelem por ela. Então eu penso que o jornalismo não está só nas grandes redações, ele está onde os conflitos sociais, as relações sociais exigem um profissional habilitado a lidar com essa linguagem. Um exemplo são os blogs. Uma empresa que cria um blog ou um site vai contratar um jornalista porque o jornalista é o profissional habilitado para lidar com a linguagem jornalística, tanto tecnicamente quanto eticamente. O jornalista tem um perfil ético adequado ao rigor que a linguagem exige de quem a usa para qualquer fim.

Eu penso que hoje temos duas grandes divisões: o jornalista narrador, que não é um gerador de conteúdos, é um narrador que reproduz os conflitos, as falas e as ações de outros protagonistas, e isso é cada vez mais importante, e o jornalista que está no espaço das gerações dos conteúdos que pode ser, por exemplo, um sujeito que resolve fazer seu próprio blog ou site, ou pode ser o sujeito que está trabalhando na assessoria de uma grande empresa, e essa grande empresa neste mundo moderno tem como grande campo de ação, na sociedade de interação e na sociedade, a notícia.

Dois grandes campos, a socialização do conteúdo que é feita pelo narrador, e a geração dos conteúdos que é feita por um jornalista vinculado aos sujeitos sociais que produzem fatos e falas noticiadas.

Há um terceiro grupo, que eu não sei bem se pode ser classificado como jornalismo, que é o grupo da argumentação, que é uma vertente do jornalismo cada vez mais importante. Hoje eu estava lendo o *Estadão*, e você não consegue diferenciar um artigo escrito por um jornalista de um artigo escrito por um especialista qualquer, ambos são argumentadores, ambos são sujeitos capacitados para propor reflexões que ajudam a entender a realidade. Mas o jornalismo tem claramente esses campos: o campo da argumentação, o campo da narração e o campo da geração dos conteúdos.

Entrevistador – Então, se você fosse falar do perfil, você faria um perfil ancorado nessas três divisões?

Chaparro - Eu sou um cara feliz porque há 10 anos ou mais, eu clamo contra a separação ostensiva e preconceituosa dos editoriais do resto do jornal. Eu sempre defendi que o leitor da reportagem tem direito a uma análise, e os jornais estão fazendo isso hoje, começaram a fazer no ano passado.

Entrevistador - São os boxes de análise com especialistas.

Chaparro - Por que a argumentação é cada vez mais importante? Agora eu vou te dar a base do que leva a essa ideia, não é uma ideia claramente iluminada, é uma ideia com muitas manchas.

O Jornalismo está desde sempre vinculado aos processos tecnológicos da difusão. Só há jornalismo se há difusão, porque o jornalismo é uma linguagem de difusão, apropriada para difundir. Se você escreve um jornal e não publica, não aconteceu o jornalismo. Se você edita uma reportagem na televisão e não coloca no ar, não aconteceu jornalismo.

A fase mais gloriosa do processo jornalístico é a fase de difusão, porque é na fase de difusão que acontece a transformação. Esta também é uma ideia essencial para o entendimento que temos do jornalismo. Ao contrário do que alguns críticos dizem, o jornalismo não se relaciona com o efêmero. O jornalismo se relaciona com a transformação, porque só é notícia aquilo que pode se transformar ou que pode gerar transformação. E a difusão é essencial. Toda transformação que aconteceu no mundo

moderno foi gerada pelas tecnologias de difusão. A globalização é um fenômeno nas tecnologias de difusão. O que aconteceu nas tecnologias de difusão e nas suas relações com os jornalistas? A morte de Lincoln foi um acontecimento muito importante, e a morte do Lincoln tinha importância internacional. Creio que levou 15 dias para chegar a notícia. Já a derrubada das torres de Nova York foi vista ao vivo pelo mundo inteiro. E o poder transformador dessa difusão em tempo real foi uma coisa extraordinária! Entre uma coisa e outra, entre o tempo que a difusão era quase no boca a boca e esse tempo nosso, nós assistimos a um progressivo e acelerado processo. Primeiro de aproximação entre o fato e a notícia, processo que começou historicamente, que teve o grande marco no telégrafo. Com a invenção do telégrafo, as agencias noticiosas passaram a usar essa tecnologia para espalhar ao mundo, a um ritmo mais acelerado, as notícias importantes. Curiosamente devemos ao telégrafo, na cultura jornalística, a prática da teoria da pirâmide invertida. A Associated Press, que foi a primeira agência a usar o telégrafo no front da Guerra de Secessão. Aquilo pifava de vez em quando e o pessoal de Nova York mandou o seguinte recado para o repórter lá: começa pelo que é mais importante! E isto resultou em um modo de escrever que se universalizou. Então veja a relação entre a tecnologia e o modo de fazer jornalismo. E depois vieram todas as outras invenções. Principalmente depois do pós-guerra, elas foram progressivamente... Antes disso veio a rotativa, que ampliou extraordinariamente o efeito transformador da notícia. Mas, principalmente, as invenções do pós-guerra: com o satélite e tudo que ele representa em termos de instantaneidade e universalidade, essa redução da distância entre o fato e a notícia atingiu o zero: simbolicamente a gente pode usar a derrubada das torres de Nova York como a grande demonstração de que não há mais intervalo entre a notícia e o fato. Isto deu ao fato um poder extraordinário, como estágio gerador de conteúdo. E deu à notícia um poder inusitado de produzir transformações imediatas.

Entrevistador – Tem um autor, que eu não sei se você conhece, que faz análises semelhantes sobre o ano de 1968.

Chaparro – Na França?

Entrevistador – Não, no Vietnã. Foi quando as pessoas começaram a ver as notícias da guerra ao vivo na mesa de jantar. Foi quando se criou a transmissão ao vivo de TV.

Chaparro - Mas eu falo das torres de Nova York porque foi uma ação deliberada e planejada. O primeiro avião ninguém viu, foi a pré-pauta. No segundo avião estavam lá as televisões e o mundo inteiro assistindo. Foi uma ação deliberada, de um sujeito social super organizado, super poderoso que usou a notícia para mudar o mundo. Então, quando você anula o intervalo entre o fato e a notícia, o jornalismo perde o poder sobre a notícia do jornalismo tradicional. A notícia passa a pertencer a quem produziu o acontecimento.

Entrevistador - Mas aí já em boa parte é a sua teoria.

Chaparro - Sim, mas aí tem a ver com a fragmentação do campo. Então, se quem decide a notícia é quem produz o fato – a notícia como discurso que vai circular é o núcleo central do acontecimento – o fato ficou definitivamente separado em dois planos: o plano material, que serve apenas para narrar, para se poder contar a história, e o plano abstrato, o plano discursivo. O discurso contido nos acontecimentos é aquele que vai circular como notícia, é o objeto que vai circular como notícia, e que vai produzir as transformações.

A responsabilidade que os produtores dos acontecimentos têm hoje justifica plenamente que haja jornalistas na fonte, para cuidar da qualidade da notícia desde a sua origem. Para funcionar como profissionais da educação junto aos intervenientes mais importantes do jornalismo hoje que são as fontes. E esses jornalistas, que atuam nas fontes, estão atuando diretamente na atividade que eu chamei de geração de conteúdos. Já houve um tempo em que o jornalista da empresa era um moço de recados. O assessor de imprensa levava *press release*. Isso desapareceu, isso não existe mais. O jornalismo e os profissionais de comunicação hoje fazem parte do cerne estratégico das organizações. A notícia só é eficaz como forma de agir no mundo se ela puder ser controlada por um saber estratégico. Porque a notícia tem que ser oportuna, tem que ser bem direcionada e etc. E se os sujeitos sociais, que produzem a derrubada das torres ou que lançam novos produtos, se o que eles querem é firmar um lugar próprio num cenário competitivo, então este saber estratégico é o saber capaz de controlar a notícia.

Antigamente o profissional de comunicação não fazia parte desse cerne estratégico. Hoje faz! Devemos muito talvez ao Miguel Jorge, que formalmente consolidou esse

poder, de um homem de comunicação participar do cerne estratégico das organizações. Há outros, como o Walter Nori, na Rhodia, que é muito competente e desenvolveu um projeto muito bom – aliás, eu tenho um capítulo dedicado à experiência dele. Mas ele era um assessor, tinha o papel de um assessor. Mas o fato é que eu não sei como fragmentar a profissão, está entendendo?

Entrevistador - Entendi, mas é possível se trabalhar com o princípio da coisa e depois você pode ir descendo a mais detalhes.

Chaparro - Agora, mesmo hoje, vamos pegar o papel do Twitter, por exemplo. Hoje os grandes sujeitos – os caras que têm o poder de com a sua fala mudar o mundo – algumas coisas para mudar a realidade, esses caras hoje pautam o jornalismo pelo twitter, pelos 140 caracteres. Mudou tudo. Mesmo aquele repórter da Bandeirantes, acho que é o Joaquim Teixeira, a gente ouve as reportagens dele e pensa assim: 'Ah, esse cara é um grande repórter, ele vasculhou, foi lá para descobrir as coisas ...'. Mas, houve uma conversa dele explicando a reportagem, dizendo que recebeu a informação de uma fonte. E essa fonte não deu a informação à toa. E nós, na redação jornalística, esquecemos as fontes. Veja por exemplo o Watergate. Os dois jornalistas são os grandes heróis da história. Isto não é verdade. O grande herói da história foi o cara lá ... foi o Garganta Profunda, William Mark Felt, então vice-presidente do FBI[100], foi um. Ele que enfrentou o risco e orientou os repórteres. Mas ninguém fala nele na cultura jornalística.

Entrevistador - Aliás, ele já morreu.[101]

Chaparro - Mas ele é que é o grande herói da história e ninguém fala dele! Então, o jornalismo na fonte eu acho que é um avanço muito grande e que dá razão ao Darci Ribeiro quando ele disse no seu livro 'O Processo Civilizatório' que os grandes avanços da civilização se davam não por luta de classes, mas por revoluções tecnológicas. E ele era marxista e foi muito criticado por isso, e em um dos prefácios das edições dele, que eu li, ele dizia:

"Se o Marx estivesse vivo me daria razão".

---

[100] Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/W._Mark_Felt; acesso em 5 out. 2011.
[101] Faleceu em dezembro de 2008 (id. ib.).

E ele prova isso em uma releitura que faz da história. Então nós temos que perceber quais são as grandes transformações que esta revolução tecnológica produz, porque quando ele diz:

“Os avanços da civilização se dão por revolução tecnológica”

Ele diz o seguinte:

“Depois da revolução tecnológica, na rabeira dela, imediatamente, vem a revolução cultural”.

Vem as mudanças nas relações humanas, nas relações de valores, nas relações de poder, uma porção de coisas. Que é o que nós estamos assistindo hoje. Então veja, não é possível a gente classificar as atividades, a segmentação do jornalismo, sem olhar essas mudanças, que mudanças são essas. Mudanças, por exemplo, nas relações de trabalho. Aquelas relações de trabalho tradicionais, filhas da revolução industrial, que gestaram o sindicalismo do século XX, não existem mais. Ou existem em uma proporção muito menos decisiva.

Então, mudaram as relações. Nós conversamos de outro jeito, nós trabalhamos de outro jeito, nós nos relacionamos com o mundo de outro jeito e nós amamos de outro jeito... Mudou tudo. Agora, quando se pergunta: onde está o jornalismo? Onde o jornalista está! Esta pode ser uma resposta.

Onde o jornalista está como profissional da linguagem. Aí está o jornalismo! Porque a linguagem jornalística é uma linguagem diferenciada. Totalmente diferenciada das outras linguagens de comunicação.

Entrevistador - Como você vê o distanciamento entre o jornalismo e o sindicato? Como você analisa isso?

Chaparro - É um descompasso de tempos e épocas. O modelo de sindicalismo que é defendido ardorosamente pelos sindicalistas é um modelo de oito décadas atrás e o mundo é outro, o mundo não parou. Se o mundo mudou, mudaram também as relações de trabalho, e eu acho que há uma cegueira, uma falta de discussão no meio sindical para entender as mudanças desse mundo. Eu faço a sugestão de você ler o terceiro livro do Castells.

Entrevistador - A questão das identidades...

Chaparro - Das identidades e das relações, as mudanças que aconteceram em tudo, inclusive nas relações profissionais, relações do trabalho, etc. Eu não sei como organizar o sindicato. As referências que nós temos de sindicato, de sindicalismo, são só essas que existem. E são velhas, na minha opinião.

Acho que já parou esse combate ao trabalhador Pessoa Jurídica, mas é um atraso de vida ser contra o PJ. Quem consegue ser PJ não quer mais deixar de ser, aquele argumento que recusaram meu registro profissional, é um argumento da revolução industrial: "Você não pode ser jornalista porque não é empregado".

Entrevistador – Mas isso não existe mais...

Chaparro - Isso não existe mais, mas havia, e essa coisa de ser contra o PJ é um pouco por isso, o cara deixou de ser empregado e agora é patrão.

Entrevistador – Não, não é por isso. É um outro aspecto, é por causa dos direitos trabalhistas.

Chaparro – Sim, mas o mundo mudou! Quem é que não quer ser PJ? Imagine o seguinte: eu tenho minha empresa – se eu não tivesse minha empresa qualquer palestra que eu fizesse, eu pagaria uma grana de imposto. E eu estou sonegando? Não, eu não estou sonegando porque a solução da criação da empresa interessa ao governo, não é? Interessa ao governo também.

Entrevistador – Mas, de qualquer jeito, esses são pontos que você vê...

Chaparro – Eu não tenho resposta para essa pergunta, mas eu acho que tem que ter uma discussão. Uma discussão em que primeiro os sindicais têm que levar uma boa lavagem contra preconceitos. Talvez valesse a pena inclusive falar com um desses teóricos de sindicalismo que existem por aí... doutores... como é que se chama aquele que é um cara da USP, que de vez em quando fala sobre as mudanças no trabalho? Enfim, mas eu acho que se tem que fazer uma grande discussão: qual é o papel do sindicalismo no mundo globalizado? Um mundo onde não existem mais os lugares, mas existem os espaços dos fluxos. Qual é o papel do sindicalismo? Eu até diria o seguinte: uma das coisas que valeria a pena nas estruturas dos sindicatos seria criar um departamento para reflexão. Permanente. Que ajudasse a instituição... criasse uma espécie de cérebro, um cérebro inquieto dentro da instituição.

Entrevistador – É uma ideia. Daria pano prá manga isso aí... . Você lembra de eventos que podem ser tratados como simbólicos ou significativos desse distanciamento ou nesse distanciamento?

Chaparro - A greve dos jornalistas, aquela famosa greve.

Entrevistador - Você fala da de 61 ou a de 79?

Chaparro – 79, eu acho...

Entrevistador – É. A de 79, da qual eu participei. Todos os jornais saíram, não teve um jornal que não saiu. Já eram os sinais do novo mundo porque não faltavam conteúdos.

Entrevistador - E depois disso te ocorre uma outra coisa? Algo mais recente, porque eu estou tentando concentrar mais nos últimos 20 anos...

Chaparro – Eu acho que o surgimento de blogs de notícias de jornalistas famosos. Por exemplo: o Ricardo Noblat, que era um jornalista importante no cenário profissional e que criou o espaço dele, e que a referência que está associada ao nome dele não é de empresário, é de jornalista. E à semelhança dele você pode encontrar uma série. E hoje eles acabam funcionando como fontes porque são bem informados, têm uma estrutura de captação de notícias, etc.

Entrevistador – Na verdade os blogs têm nomes, mas são empresas, eles têm pessoas que trabalham para eles.

Chaparro – Sim, mas a sociedade não os vê como patrões, nem como empresários.

Entrevistador – Sim, mas eu estou falando que eles não são uma pessoa e sim uma estrutura de captação.

Chaparro - Mas eles estão no jornalismo.

Entrevistador – O nome dele é uma marca.

Chaparro - Uma marca. Sim, porque os blogs são uma evolução do colunismo, não é? São uma evolução do colunismo. O colunismo foi o que abriu essa perspectiva, a possibilidade de que um jornalista pudesse escrever simultaneamente para vários jornais.

Entrevistador - Mas você está falando do blog jornalístico, porque o blog é muito mais amplo que o jornalismo.

Chaparro – Sim, o blog jornalístico.

Entrevistador – Tá. E do ponto de vista da atuação do sindicato, tem algo que te ocorra? Algo que você possa falar: Olha, essa iniciativa foi algo que deixou clara essa distinção...

Chaparro - Eu acho que o grande problema do sindicalismo – e do próprio jornalismo militante – é que este tem muita dificuldade de se entender no regime de liberdade, no regime democrático. É muito fácil fazer oposição na ditadura. Mas quando vem a democracia há uma complicação. A gente pensar...

Entrevistador - Você teve uma experiência disso em Portugal.

Chaparro – É, e no Brasil também. Parece que o jornalismo na democracia perdeu a razão de ser. Não perdeu! Você veja o seguinte: eu vi hoje na televisão, pela terceira ou quarta vez, o discurso daquela professora do Rio Grande do Norte. Que é uma jovem...[102]

Havia uma audiência sobre Educação, com os especialistas, os deputados, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, ela foi lá e pediu a palavra e fez uma crítica assim... desancou todo mundo, né. E colocou ali o discurso dos professores, a razão do discurso dos professores, que ganham R$ 930,00. Uma menina jovem, usava a ironia com uma consistência... . Essa mulher virou... Ontem esteve no Fantástico, hoje foi entrevistada na Recordnews, bem... e o jornalismo como é que está? A linguagem? O espaço, o espaço público do jornalismo? Porque ela não entrou nos programas de entretenimento. Ela entrou no espaço do jornalismo, da notícia. Então hoje o jornalismo é o espaço publico, é o espaço público essencial das relações humanas.

Entrevistador - Mas isso na teoria do jornalismo já é antigo.

Chaparro – Não, não é. Tanto que antigamente, quando se falava de jornalismo se dizia assim: "O jornalismo reconstrói a realidade". Então, a maioria era uma maioria silenciosa. Hoje não! Essa mulher, ela não precisou dos jornalistas para ir lá falar e socializar seu discurso.

Entrevistador – Porque ela já estava num espaço público que era o Legislativo...

---

[102]Referência ao depoimento da professora Amanda Gurgel na Assembleia legislativa do Rio Grande do Norte, em 16 de maio de 2011. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=aC3u_hxa4JQ&feature=related. Acesso em 5 out 2011 .

Chaparro - Sim, ela estava no espaço público e os jornalistas estavam cobrindo. Então, é uma mulher sensacional! Uma professora de uma coragem. Está transformado já em movimento. Vai engrossar... Quero ver se escrevo... agora estou bem, sem dor... essa mulher, com esse discurso, destruiu toda a propaganda financiada com milhões do governo. Ela dizia assim:

"O que é a Educação que está aí?

Entrevistador – É um problema!

Chaparro – Ela dizia assim: "Vocês estão querendo que eu, com quadro e um giz, que eu salve o Brasil?" (risada). "Nem se salva a Educação com isso. Isso é uma coisa bem mais complicada". A mulher foi sensacional! Uma jovem inteligente. Fala bem ... , irônica ...

Vou te contar um outro episódio, um episódio que eu conto nas minhas palestras e que é o seguinte. Há mais ou menos oito anos, acredito que oito anos, eu assisti uma reportagem no Jornal Nacional, sensacional! Pode ser até que você também tenha assistido. Era um deficiente físico, na rodoviária de Campinas, que saia da cadeira de rodas, pegava uma marreta e tentava quebrar o meio fio, a calçada, para fazer a rampa de acesso. Claro que não quebrava nada. Ele não abriu a boca. Em off o repórter ia descrevendo a historia, que era uma reivindicação e etc. e tal. A matéria estava muito bem feita. A reportagem terminava e a gente pensava assim: "Que jornalismo bem feito esse da Globo!". Aí eu fui investigar. Falei com o deficiente físico, falei com o editor e falei com o repórter. O que aconteceu foi o seguinte, o deficiente físico foi até a Globo de Campinas e disse isso: "Eu vou fazer essa ação, se vocês me derem cobertura eu lhes dou exclusividade".

Entrevistador - Ele negociou o furo?

Chaparro - Negociou. É uma fonte competente, uma forma que usa a notícia como forma de agir inteligente, não é? E usou o jornalismo, foi buscar o espaço do jornalismo, a linguagem jornalística, etc. para realizar sua ação. Então veja que essas fronteiras estão derrubadas. A gente antigamente pensava que tudo que saía nos jornais brotava dos jornalistas. Eu, por acaso, felizmente nunca acreditei nisso, eu sabia que eu tinha que pegar as coisas na rua. Eu sabia que o brilho do meu texto dependia da frase que eu ouvisse da fonte. Então eu sempre percebi que eu dependia

da fonte. É muito difícil hoje você fazer fronteiras, é um espaço público da atualidade, a atualidade se projeta nas ações que os sujeitos sociais realizam para agir no mundo por meio da notícia. E hoje isso é uma questão de competência. Você forma qualquer empresa, ONG ou partido político... você tem que cuidar disso desde o inicio.

Entrevistador - O cadeirante que quer mudar a realidade contrária a ele sacou que era isso. Eu tenho uma outra pergunta, sobre teoria. No teu livro A Pragmática do Jornalismo (2007), você fala do texto jornalístico assim: "o relato verdadeiro e compreensível da atualidade" (p. 21). Tem várias definições que eu anotei aqui, todas nessa mesma direção: "narração da atualidade para alimentar processos sociais" (p. 24) "que tem no ato de asseverar uma característica definidora, segundo o linguista holandês Teun van Dijk", que sustenta que "só uma descrição pragmática pode especificar que tipos de atos (sociais) de fala – dos quais o asseverar é próprio do jornalismo – ocorrem em dada cultura" (p. 27); "é um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis – portanto, *fazeres* combinados com *intenções*"; é "o direito individual e universal de investigar, receber e difundir informações e opiniões" (art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos), "que delimita o território do interesse público próprio do jornalismo" (p. 33). Isso que você usa para definir o texto jornalístico. Você continua pensando dessa forma?

Chaparro - Sim, talvez até ampliando um pouco os conceitos, até porque uma das consequências da revolução tecnológica foi a institucionalização do mundo. A institucionalização do mundo reflete uma sociedade nova, constituída por sujeitos sociais falantes. Sujeitos sociais institucionais falantes. Que existem porque falam. Que existem porque têm a capacidade de organizar e socializar discursos, na esfera do meio ambiente, na esfera das relações do trabalho, na esfera da cultura, enfim. Então, esta institucionalização, ela se manifesta principalmente pela capacidade que esses sujeitos sociais têm de gerar fatos noticiados, de gerar falas noticiadas. E essas instituições existem na medida em que socializam a própria fala, o próprio discurso. E as temáticas se universalizaram. Então você vê que nós não podemos mais pensar em jornalismo com aquela noção que jornalismo são as redações.

Entrevistador – É dar a notícia? Dar a notícia que está por aí?

Chaparro – É o universo da notícia. Desde o seu nascedouro até a sua difusão.

Entrevistador - Você fala muito dessa coisa de fugir do espaço, do *lócus* da redação e de o jornalismo estar mais na fonte. Então você continua achando que é isso?

Chaparro - Continuo achando que sim, o jornalismo tem essa natureza da confiabilidade. Há um pressuposto social cultural e estabelecido que atribui ao jornalismo a virtude da veracidade, mesmo que isso não aconteça... tanto é que quando isso não acontece se transforma em escândalo. O que reforça o pressuposto social de que o jornalismo tem um compromisso com a veracidade. Além disso, o jornalismo tem um compromisso sério com os ideais éticos da sociedade. Os leitores criticam ou elogiam um jornal ou telejornal, pela maneira como ele se vincula aos valores, porque os valores são a idealização das perspectivas:

"- Todo mundo tem direito à vida" ou

"- Todo governante tem que ser honesto".

Essa é a perspectiva que organiza os ajuizamentos sociais, e a sociedade acredita que o jornalismo e os jornalistas têm um compromisso com as razões éticas da sociedade. Isto é uma sedução extraordinária! Um poder de sedução extraordinário!

Os critérios de valoração da notícia são basicamente apoiados nesta crença de que o que importa são os valores, é a perspectiva da sociedade perfeita, da sociedade que tem de ser mais justa e mais livre, mais ética... Então, o jornalismo está nesse jogo como uma linguagem essencial.

Entrevistador - Você acha que essa crença é bem fundada ou que essa crença é deslocada?

Chaparro - Essa crença faz parte dos mecanismos culturais. A sociedade é um sujeito abstrato, um ente abstrato que se manifesta, por exemplo, nas expectativas que nós temos em relação aos outros. Nós acreditamos que quem rouba deve ir para a cadeia, quem mata deve ter que ir para cadeia. Essa é a expectativa sobre a qual nós organizamos nossas relações sociais. Ora, essa expectativa está apoiada nos códigos maiores da sociedade, de qualquer sociedade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos é a grande fonte desse discurso novo que se internalizou. E o jornalismo, o sucesso do jornalismo, está vinculado a essa perspectiva dos valores. Por isso que, inclusive, o chamado jornalismo sensacionalista por maior que seja sua tiragem, ele não se beneficia desse prestigio.

Entrevistador – Ele não está na frente em termos de prestígio...

Chaparro – Não está. Porque a razão de ser dele está nas vendas. Não são os valores. Então o critério que determina uma manchete, polêmica, etc., são as ideias dos valores. Palocci pode ser verdade ou mentira, mas todas as manchetes em cima do Palocci são em cima da perspectiva que organiza as relações sociais de que os governantes não podem ser... um bandidão. Então esse vínculo com a ética é também muito importante.

A linguagem jornalística, ela é extraordinariamente eficaz porque ela é flexível. Há soluções para cada ação: se você quer informar, você tem a notícia; se você quer debater, você tem a reportagem; se você quer mover as mentes, você tem um artigo; e vão surgindo formas novas de expressar conforme as ações e etc. É uma linguagem extraordinariamente flexível! E eficaz! Porque ela tem a clareza como patamar, como base essencial. A clareza das ideias, a clareza das ações, a clareza nas relevâncias – nós temos que saber o que é mais importante etc. etc.. Então é uma linguagem da qual a sociedade não pode mais prescindir. Mesmo que não haja jornalistas nos espaços de surgimento da notícia, as pessoas que trabalham com a notícia, elas tentam apreender a linguagem de jornalista, aprender os ingredientes do sucesso que estão na linguagem jornalística.

Entrevistador - Está certo. Então o jornalismo é o elo que cria e mantém as mediações viabilizadoras do direito à informação nos processos sociais.

Chaparro - Que é o direito de saber e o direito de dizer.

Entrevistador – Agora, como na sua teoria, como você encaixa e trata a questão do poder? Porque o jornalismo também tem algum vínculo com o poder.

Chaparro – Consta no livro a expressão “relações sociais”?

Entrevistador - Sim, fala das relações sociais.

Chaparro - Relações sociais são, inevitavelmente, relações de poder. Inevitavelmente. E essas relações de poder, elas ganharam também nesse mundo moderno uma fisionomia inteiramente nova. Com a institucionalização do mundo e a universalização das temáticas deu um grande impulso às práticas de democracia participativa. O que essa professora fez foi extraordinariamente mais eficaz do que o discurso dos deputados. Então a democracia participativa se viabilizou e se fortaleceu com a

possibilidade de usar o jornalismo: os sujeitos sociais organizados usarem o jornalismo como linguagem socializadora do discurso. E a fisionomia do mundo hoje ela é fortemente pautada pelo vigor das ações de democracia participativa. As relações de poder foram profundamente alteradas, exatamente porque a notícia passou a ser um canhão novo nos embates das relações de poder. São relações de poder. Você não tem nada que não seja relações de poder. O deficiente de Campinas ganhou a parada contra o homem mais poderoso da cidade, que era o prefeito. No dia seguinte a notícia era o prefeito fazendo o rebaixamento da guia.

As vitorias, por exemplo, que as ONGs – como a S.O.S Atlântica – o que eles estão fazendo nessas campanhas, eles estão fazendo no espaço do jornalismo.

Entrevistador – Inclusive porque entre os fundadores está lá o pessoal do *Estadão*. Então, eles sabem muito bem como essas coisas acontecem.

Chaparro – Sim, eles fazem a coisa muito bem. Fazem com muita competência e são muito bem assessorados.

Entrevistador - Eu queria me referir ao texto de um jornalista bem conhecido, o Ignácio Ramonet, ele trata dessa questão também. Ele foi do jornal Le Monde por muito tempo, acho que foi o criador do Le Monde Diplomatique. Ele deu uma entrevista para Frédéric Durand, do jornal *L'Humanité*, falando sobre o livro dele que era *A explosão do jornalismo*, não sei se você chegou a ver.

Chaparro - É uma explosão em que sentido?

Entrevistador - É uma explosão porque sai do seu espaço, como algo que se fragmenta e corre o risco de eventualmente acabar, nesse sentido, mas eu acho que ele não dá esse sentido final. Ele diz que o jornalismo tradicional se desintegra formalmente.

Chaparro – Mas ele diz isso com saudades...

Entrevistador – Bem, isso eu não sei...

Chaparro – risos...

Entrevistador – Não sei, porque ele investe no jornalismo de rede, no jornalismo de internet, ele fala desse surgimento dos blogs. Ele está dizendo que há um espaço novo no jornalismo, o que ele fala dos 'neo jornalistas', o público, o jornalista que manda sua notícia sem ser jornalista.

Chaparro – Jornalismo colaborativo.

Entrevistador - Por exemplo, isso que a gente vê a todo o momento no Oriente Médio, nas revoltas que estão acontecendo lá, não são jornalistas muitas vezes os que fazem os posts na [Internet].

Chaparro - Mas eles precisam do espaço jornalístico e da linguagem.

Entrevistador - Sim, eles utilizam o espaço jornalístico e vice e versa, mas há nessa colocação do Ramonet uma crítica mais claramente ao jornalismo dos veículos, que ele fala o seguinte... há um texto dele na internet, depois eu te passo o endereço para você eventualmente fazer uma crítica direta ao texto. O problema nosso é o seguinte: não tem algo além do jornalista no jornalismo? Não tem o poder dos veículos? Porque na sua análise isso desaparece, é uma crítica que eu pessoalmente faço, a forma como você aborda o jornalismo é como se não houvesse esse poder, é como se o jornalista fosse um poder ele próprio, individualmente, o texto as palavras, mas e o poder do próprio jornalismo? Do meio que se organiza?

Chaparro - Simbolicamente e culturalmente os veículos são importantes porque eles são o aval da credibilidade. Eles têm uma identidade, eles têm um lugar próprio no entendimento social do processo, e o lugar próprio é ocupado pela coerência, pela credibilidade e coerência dos veículos em relação aos seus compromissos com a sociedade. Há uma realidade muito diferente entre os jornais brasileiros e os jornais europeus. Os jornais brasileiros não têm identidade. Você lê a *Folha*, lê o *Estadão*, lê *O Globo* e você não consegue demarcar a identidade dos jornais. E por que é que eles não têm identidade? Porque eles não têm vínculos formais com os valores. Você lê, por exemplo, o livro de estilo do *El País* e o primeiro artigo do livro de estilo, que é o manual do *El País*, identifica o jornal nos seus compromissos sociais, políticos e culturais. Nós somos um jornal europeísta, pluralista, com espaço aberto a todas as manifestações etc. desde que a proveniência não seja de grupos que usam a violência como meio de ação. Esta declaração se traduz num negócio chamado Estatuto Editorial, que é o compromisso formal que o jornal assume com a sociedade da sua relação, dos seus objetivos dentro da democracia, dentro dos processos culturais, dentro dos cenários sócio-políticos. Em Portugal, por exemplo – e eu acho que esse é modelo europeu –, todos os jornais, quaisquer que sejam, têm que ter o estatuto

editorial e têm que divulgar o estatuto editorial. Com o estatuto editorial o cidadão leitor pode criticar o jornal. E pode processar até!

Entrevistador - Se ele não cumprir o que ele se compromete no Estatuto?

Chaparro - Isso não existe no Brasil. Se você lê os manuais de redação... O do Estadão ensina a escrever... Quando fala de racismo, fala de uma maneira instrumental, 'as pessoas podem se ofender se você as chamar de negro'.

Entrevistador – Não se posicionam...

Chaparro – Não se posicionam! O principal valor que o manual da *Folha* propõe é tratar o leitor como consumidor.

Entrevistador - É um mercado, não?

Chaparro - É um mercado. Então, os jornais brasileiros, nós temos muita dificuldade em entender e criticar seu posicionamento ideológico, cultural e político, porque eles não têm identidade. Eles dançam conforme a música. E, às vezes, fazem isso sem dizer o porquê, sem explicitar que essa é a nossa posição. Talvez o *Estadão* possa ser tomado como uma exceção, pois tem uma coerência, uma certa linha que é determinada pela própria história do jornal. Este é um aspecto. O outro aspecto é que os jornais, os jornais formalmente identificados como veículos jornalísticos, eles são na realidade uma grande referência, as mesmas coisas que brotam, a espontaneidade, a facilidade de colocar no Twitter, etc., isso só tem efeitos sociais importantes depois que saem nos jornais. A notícia que sai no jornal sensacionalista da Inglaterra, por exemplo, só produz alterações quando o *Times* pega aquele assunto e traz para a sua primeira página. Então, os grandes jornais simbolizam... de alguma forma eles têm uma representação simbólica das razões da credibilidade do jornalismo. A falta de identidade dos jornais brasileiros faz com que todos sejam muito parecidos, ao contrário, por exemplo, do que acontece na França. Então, uma reportagem na imprensa francesa de algum acontecimento, cada jornal enxerga aquele fato pelo seu filtro ideológico, pelos seus compromissos, pelos valores de sua identidade. E aqui nós não temos isso!

Entrevistador – Então, o Ramonet é francês e ele critica o jornalismo francês pelo compromisso que muitos jornalistas têm – ele chega a falar isso – com o poder econômico, por exemplo, com os governantes. Ele fala que o jornalismo está em crise,

mas antes da internet e das tecnologias, há um a crise de identidade, há uma crise de confiabilidade, porque muitos jornalistas se identificam demais com o poder, e isso faz com que as pessoas comecem a olhar com desconfiança para o que está expresso naquele jornalismo. E ele não está falando do jornalismo brasileiro, porque há coisas particulares que a gente pode até entrar em detalhes em outro momento, mas ele fala do jornalismo francês que é diferente do jornalismo brasileiro, que é um jornalismo europeu.

Chaparro – Bem, ehhh, eu não sei. Eu pessoalmente não gosto da reflexão do Ramonet, inclusive tem um texto que eu o critico. Eu acho que ele é catastrofista e acho que ele toca na questão da propriedade do jornal como a aglutinação do capital, são os mesmos donos, e ele esquece que mais importante que isso hoje, e mais perigoso, no caso brasileiro, por exemplo, é o poder que as fontes têm sobre a pauta jornalística. Você hoje tem uma reprodução dos mesmos conteúdos em todos os jornais, com a mesma estrutura, às vezes textos com a mesma frase, que reflete em uma renúncia do jornal e do jornalismo ao seu dever de narrador.

Entrevistador - Mas isso não é porque essas fontes são elas mesmas representantes do poder econômico? São elas que são os grandes clientes das assessorias (de imprensa/comunicação)?

Chaparro - Eu acho que pode até ser, mas..., por exemplo, o MST representa o poder econômico?

Entrevistador – Não, mas o MST vive reclamando da criminalização que a imprensa faz do movimento que eles fazem.

Chaparro – Sim, mas o cara do MST, quando eu fiz a pesquisa sobre o MST, já faz alguns anos, no tempo da passeata a Brasília, eu disse: “E os editoriais...” – porque eles conseguiram um sucesso na divulgação, extraordinário, e o Estadão dizendo... eles disseram: “Nós ficaríamos muito preocupados se o Estadão nos apoiasse”.

Então eles estão em um campo de batalha delimitado, né? Pra eles... enfim, mas eles conseguem, quando realizam uma coisa, quando fazem isso com competência, eles reproduzem o mesmo discurso em todos os jornais. O Estadão pode dar, claro, um editorial contra, mas vai dar a reportagem, porque eles são geradores de conteúdos muito competentes, muito competentes. As ONGs, enfim... Isso é verdade em parte.

Porque eu acho que o poder... Por exemplo, aquele deficiente físico, o que ele conseguiu, foi por causa do poder econômico?

Entrevistador – Não, não foi.

Chaparro - Olha, eu fui..., quando eu vim para o Brasil, eu fui para o Rio Grande do Norte. Fui trabalhar em um semanário paupérrimo da diocese de Natal, que na época tinha o movimento social mais importante do Brasil: alfabetização pelo rádio, sindicalismo rural, cooperativas etc. etc. E o jornal se chamava Ordem. Tinha duas linotipos e uma rotoplana, e sem dinheiro nenhum. Eu fiquei lá três anos. O jornal ganhou quatro Prêmios Esso nestes três anos. Então... isto, na redação. Depois eu fui montar o esquema de comunicação da SUDENE. E aí eu fui trabalhar no plano da fonte, de geração de conteúdos. Eu fui o primeiro cara a recusar a pagar jetom aos jornalistas credenciados. Quando eu assumi, eles me encostaram na parede e disseram:

"Quanto é que vamos ganhar?"

Entrevistador – Tá. Mas isso não é usual no jornalismo aqui do Sul?

Chaparro - Na época era também. Na época...

Entrevistador – Também?

Chaparro – Uh! Em empregos públicos. Você tinha... Viajar de graça.

Entrevistador - Que ano você está falando?

Chaparro – Sessenta, sessenta e poucos. E a isenção de pagar o imposto de renda, o que era?

Entrevistador - Isso caiu.

Chaparro – Caiu, caiu. Depois mudou, e nesse aspecto, a regulamentação profissional... . Então, eh..., você pode... eu, eu, eu ... na Sudene eu acho que fiz um trabalho espetacular de assessoria de comunicação ... e valorizando o jornalismo! Os caras perguntavam:

"Quanto é que nós vamos ganhar?" Eu disse:

"Vocês não vão ganhar nada!

Por quê? A SUDENE é um organismo publico e precisa ser criticada. Se eu pagar para vocês, o que é que vocês vão criticar?"

Então, as fontes... Você tem fontes que são muito competentes, independente do poder econômico. O jornalista da redação, o pauteiro, o editor, ele pode ter esse... aqui, por exemplo, você citou o caso da Folha, da Última Hora, sei lá... o Zero Hora, em que o dono do jornal é também o diretor de redação. Isso não existe na Europa. Então, as razões da decisão – aí tem vários casos que eu conto, né? – as razões da decisão editorial frequentemente não são as razões jornalísticas. Mas isso é um problema de jornalismo brasileiro, que é muito ruim sob o ponto de vista ético.

Entrevistador – Quando eu trabalhei no Jornal da Tarde, o Fernão começava as reuniões de pauta perguntando:

"O que nós temos contra a Tia hoje?" Risadas.

Chaparro – Risada. E era o dono de jornal diretor de redação. Quer dizer...

Entrevistador - Era a Prefeitura da Erundina e o jornal vivia fazendo campanha contra ela.

Chaparro - E era uma coisa... . Então veja, esses caras depois vêm fazer o discurso moralista! A imprensa brasileira e, historicamente, com algumas exceções, ela é uma imprensa sem compromissos éticos, sem uma identidade ética.

Entrevistador - Mas e o Projeto *Folha*, não era uma tentativa disso?

Chaparro – Não. Não era.

Entrevistador - Porque tem lá umas declarações de intenções.

Chaparro - O Projeto *Folha*...

Entrevistador - "De rabo preso com o leitor", e não sei o quê, tudo isso como resultante do Projeto Folha.

Chaparro – O projeto Folha se traduz depois num Manual de Redação, que é uma ferramenta só para controlar os jornalistas.

Entrevistador – Tinha 11 instrumentos de controle quando o (Carlos Eduardo) Lins (da Silva) estava lá.

Chaparro – É, então...

Entrevistador – Ele foi o principal feitor...

Chaparro – Não era, não pode ser. O que aconteceu – eu conto nesse livro a história –, a *Folha* queria ser um jornal de prestígio, porque ela não tinha prestígio, vendia e tal, mas não tinha prestígio.

Entrevistador - E tinha a intenção de se tornar o único jornal de São Paulo...

Chaparro – É, é. Então, quais foram os caminhos, na conversa entre o Cláudio Abramo e Frias, lá em Nova York? Foi: "Nós para termos o prestígio precisamos derrubar a ditadura. Não é possível ser um jornal de prestígio sem liberdade. Nós, para termos prestígio, precisamos ter uma grande tiragem".

O que ela fez no Projeto *Folha* foi: primeiro, pegou as Diretas Já para derrubar a ditadura. Embarcou nas diretas já. Derrubar a ditadura! E depois fez todos aqueles concursos, aquelas coisas todas mirabolantes para aumentar a tiragem, que chegou a um milhão e meio aos domingos. E esse era o prestígio da *Folha*. As razões do prestígio da *Folha* foram o vínculo com a queda da ditadura e a tiragem.

A *Folha* teve coisas interessantes, não é? Por exemplo, o espaço e a projeção que ela deu ao sindicalismo do Lula foi decisivo também. Ele embarcou nela também para derrubar a ditadura. E isto é que criou o problema do Manual. De repente a esquerda do jornal pensou: "Temos agora um diário de esquerda!". (riso) Aí, quando veio a eleição do Tancredo, esse pessoal ficou escandalizado porque a Folha tava... deu ao Tancredo o mesmo tratamento que dava ao Maluf. E aí veio o manual. Para colocar a casa em ordem. (risada)

Olha, eu acho... o Ramonet ele tem um problema ... . Ele mudou um pouco porque ele não pode fechar os olhos para as coisas que estão aí no mundo (essas coisas da revolução tecnológica), mas as críticas, por exemplo, de que o discurso... como é... de que passou a haver um só discurso com a queda do comunismo, não sei o quê... eu acho que isso é um análise burra. Como se a própria dinâmica social não tivesse em si o conflito, né? Por exemplo, eh, eh, eh [hesitação] aquela paralisação da França, que os caminhoneiros fizeram – eles interferiram no jornalismo com a capacidade que tiveram de parar o país! E que discurso eles estavam reproduzindo? Talvez o do capitalismo, porque... mas, mas, mas com uma denotação e conotações que não tinham a ver com o capitalismo.

Entrevistador – Mas é inescapável que há um poder econômico que prevalece sobre tudo e...

Chaparro – Sim, mas... porque aí acontece o seguinte. Se você... Você acha que o *Le Monde* também não tem cuidado com a economia para sobreviver?

Entrevistador – Sim, sim.

Chaparro - Ele é um jornal que tem uma história diferente, é um jornal que não tem dono, que não tem propriamente um dono e etc., não é? Mas ele também tem que cuidar do projeto econômico do jornal. Agora... isso é um fato, realmente! Mas eu acho mais importante que a aglutinação de jornais em torno de um mesmo dono, do mesmo patrão – que é um fenômeno da Europa, e daqui também, não é?

Entrevistador - Daqui é anterior, né?

Chaparro – Não sei se é anterior. Não sei se é.

Tem um escritor português, o Nobre Correia (J. M. Nobre Correia – "A Cidade dos Media") que mostra isso em números. A aglutinação da mídia europeia em números. Eu tenho esse livro dele aí. Ele presidia um instituto de pesquisa da mídia europeia na Bélgica. Às vezes manda e-mail...

Entrevistador – Sim, existe na Europa e por toda parte, mas que nos Estados Unidos é flagrante.

Chaparro – Mas, no período, neste período, mais preocupante era o poder de interferência das fontes na pauta jornalística e a acomodação dos jornalismos, no caso brasileiro, a acomodação dos jornalistas. Você não tem que rejeitar o poder das fontes pois eles é que produzem os fatos. Se não houver o discurso particular, não há o que noticiar! Mas você tem que preservar o seu espaço de narrador. Então, eu gosto de dar um exemplo da Parada Gay, que é um assunto espetacular: está em todos os jornais, em todas as televisões. Quem é que organiza isso? É uma entidade forte, um conjunto de entidades fortes, etc. Junta dois milhões, três milhões de pessoas na Paulista. Bem, se você tem uma assessoria de empresa contratada, espalha tudo isso. Bem. Se você ficar só reproduzindo o que a fonte diz, você vai publicar o mesmo em todos os jornais. Mas, se você se assumir narrador, o primeiro papel que o narrador tem que fazer é atribuir um distribuir preponderante aos fatos. Que pode ser ou não ser o significado preponderante que o organizador dos fatos propõe.

Entrevistador – Mas então...

Chaparro - Então, se você olhar a Parada Gay e decidir assim: "isso aqui vale como uma atividade política". Veja, se tivessem feito isso há quatro ou cinco anos atrás, seria uma

escolha sagaz, porque o que é que se aprovou agora? O casamento gay. Então essa Parada Gay é um movimento de busca de poder.

Entrevistador - Sim, mas é visto como uma coisa do exotismo.

Chaparro – Sim, mas o repórter sagaz tem que pensar: "Isso aqui vale como uma atividade política". Sem você fraudar o fato, vai ser algo diferente daquele repórter lá, que pensa isso como uma brincadeira.

Entrevistador - Mas eles não colocam isso na política, eles colocam no Cotidiano.

Chaparro – Cotidiano, na Economia... Quando aquilo era, na minha opinião, aquilo era essencialmente político. Porque eles estavam querendo poder! Estavam querendo que sua voz interferisse nas decisões da constituição social, e este ano [2011] conseguiram né?

Entrevistador – E vem conseguindo obter vitórias importantes...

Chaparro - Mas eu acho que o problema do Ramonet... eu acho que ele é catastrofista. É uma argumentação catastrofista. Como seu tudo fosse merda, entende? E não é verdade isso.

Entrevistador – Entendi sua posição. Agora, para finalizar, você poderia explicitar sua posição sobre a questão da exigência da formação específica em jornalismo para o exercício da profissão, ou a questão do diploma como é conhecida?

Chaparro – Eu penso que a discussão pouca ou nenhuma importância tem se ficar limitada à pobre questão de ser contra ou a favor da obrigatoriedade do diploma. O que precisamos, e com urgência, é rechear a polêmica com argumentos e razões que levem em conta a dignidade e a identidade da profissão, qualquer que seja o lado de onde venham os argumentos e as razões. O que implica levar o debate para terrenos argumentativos mais filosóficos e menos instrumentais. Do meu ponto de vista, a abordagem meramente corporativa esvaziou e empobrece a discussão em torno da obrigatoriedade ou não do diploma, uns a favor, outros contra, e só, como se o começo e fim de tudo estivesse em disciplinar e limitar o direito de ser jornalista. Ora, a regulamentação profissional tem de ser decorrência de razões maiores. Com ou sem obrigatoriedade do diploma (e admito que possam existir bons argumentos favoráveis a qualquer das alternativas), a regulamentação profissional deve servir a um conceito de sociedade. O que pressupõe o entendimento claro das competências (técnicas,

discursivas e intelectuais) exigidas do jornalismo em tal sociedade, no recorte de uma dada realidade – no caso, a realidade brasileira, com suas peculiaridades e sua história, na experiência própria de fazer jornalismo. Em resumo, quero dizer o seguinte: a sociedade e o grupo profissional dos jornalistas precisam encontrar caminhos e formas de chegar a uma "Lei Maior" da profissão – algo que em alguns países é chamado de "Estatuto do Jornalista" –, com forma e força de Lei. Dessa "Lei Maior", e não dos jogos de poder em disputas corporativas, deveriam derivar os documentos normativos do exercício profissional: a regulamentação do acesso à profissão e os códigos ético-deontológicos para o seu exercício. Para se chegar a esse estágio, talvez o Brasil precise criar alguma entidade de direito público que, com independência e representatividade, possa atuar no território da regulamentação profissional dos jornalistas, em articulação com os poderes legislativos do País. E sem servir a jogos político-partidários. Como chegar aí, não sei. Mas se Portugal, por exemplo, tem o seu Estatuto do Jornalista, porque não podemos nós, aqui, avançar até esse ponto? Acrescente-se que, para zelar pelo cumprimento do estabelecido no Estatuto quanto ao acesso à profissão e ao seu exercício, existe em Portugal, com poder específico, a Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas, entidade de direito público independente, presidida por um juiz designado pelo Conselho Superior da Magistratura. Claro que não estou propondo a transposição pura e simples da experiência portuguesa para o Brasil. São realidades, tradições, problemáticas, vivências e convicções diferentes. Mas há que levar em conta, como referência para as discussões a travar entre nós, as experiências de outros povos e de outras culturas, nas várias partes do mundo onde o jornalismo está vinculado a processos de construção democrática. Na quase totalidade dos casos, sem a obrigatoriedade do diploma.

Entrevistador – Muito obrigado, professor Chaparro. Está encerrada a entrevista.

-- x --

D.2 - Entrevista com Denise Fon - 12 jun. 2011

Entrevistador – Estamos em 12 de junho de 2011 e a entrevistada de hoje é a Denise Fon. Denise, vou começar pedindo pra você alguns dados pessoas como idade – se você quiser, é lógico –onde se formou, estado civil, nível de renda, em salários mínimos, se é sindicalizada ou não. São os dados para traçar um primeiro perfil. Comecemos pelo nome: é Denise Santana Fon?

Denise Fon - Não. É Denise Maria de Morais Santana Fon.

Entrevistador - E qual sua idade Denise?

Denise Fon - Em maio completei 70 anos.

Entrevistador- Olha, mas não parece mesmo.

Denise Fon - Sou de 1941. Eu tomei assim o elixir da juventude. (risos)

Entrevistador - Você se formou jornalista ou fez outro curso? Quando foi e onde?

Denise Fon - Por três vezes eu comecei o curso de Jornalismo, em 1959, 60 e 61, mas nunca me formei. Em 1961 acredito que tenha sido Jornalismo e Filosofia, em João Pessoa, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Entrevistador – É que naquele tempo muitos cursos de Jornalismo eram ligados ao de Filosofia.

Denise Fon - Então eu fazia não só Jornalismo; eu fazia os dois cursos. Eu tinha aula com o Luiz Beltrão, que é o precursor, que introduziu o ensino de Jornalismo aqui no Brasil. No final de 1962 eu tive que sair de João Pessoa por questões políticas e vim para São Paulo. Em 1963 eu me matriculei na Cásper Líbero, no segundo ano. Já havia feito o primeiro ano lá. Eles fizeram uma pequena prova. Eu me lembro até hoje dos que me aplicaram a prova. Foram o Élcio Carvalho de Castro e o José Geraldo Teixeira, que era romancista. E eu passei, né? Fui aprovada com louvor. No final de 63 interrompi porque a situação não estava muito boa (riso). Fiquei todo o ano de 1964 sem comparecer às aulas. Em 1965 tranquei a matrícula. Retornei em 1967... e depois ai tive que abandonar.

Entrevistador- Aí você não fez mais por outras razões?

Denise Fon - Por outras razões. E eu soube que, um tempo ai atrás, um pessoal, ex-alunos, ex-colegas, e que hoje são professores, queriam me dar o título de Doutora.

Entrevistador - Doutora Honoris Causa?

Denise Fon - Mas esse processo não foi para frente. E eu já vim de João Pessoa com o registro de jornalista, porque dava aulas e também trabalhava no Jornal União de João Pessoa, Correio da Paraíba.

Entrevistador - Naquele tempo não havia exigência da formação?

Denise Fon - Não havia ainda exigência de graduação.

Entrevistador - A exigência do diploma é de 69. Que é o ano do Decreto-lei 972.

Denise Fon - E que respeitava a condição anterior de jornalista profissional que exercia a profissão. Então, eu nunca cheguei a me formar, infelizmente.

Entrevistador - Seu estado civil...

Denise Fon - Eu sou casada, tenho uma filha e uma neta.

Entrevistador - Como é sua relação com o trabalho. Qual é sua situação em relação ao trabalho?

Denise Fon - Eu já sou aposentada por tempo de serviço no INSS. Mas tenho uma Agência de Comunicação, a Santana Fon & Associados, que agora estou reduzindo porque estou desenvolvendo outras coisas. Mantenho dois clientes e faço as parcerias quando há um trabalho maior.

Entrevistador - Somando tudo você consegue que nível de renda em salários mínimos, Denise?

Denise Fon - Isso varia muito. Até o final do ano passado eu tava com um "bruta" de um contrato, com uma renda de R$ 25 mil. O contrato terminou este ano. Estou com dois, conseguindo R$ 4.800 mais R$ 3 mil da aposentadoria.

Entrevistador- E... você é sindicalizada?

Denise Fon - Sou sindicalizada.

Entrevistador - Você poderia fazer um ‘compacto’ da tua vida profissional?

Denise Fon - O meu primeiro trabalho foi literário (risos). Um conto que eu escrevi quando da morte do João Pedro Teixeira, assassinado. Naquele tempo ele estava no Movimento Estudantil e eu fiz um conto Aleluia e Morte, publicado no jornal O Norte, dos Diários Associados da Paraíba. O diretor, redator, editor chefe, não me lembro se

era o editor chefe, Madruga gostou muito do conto dizendo que eu escrevia bem. Ele perguntou se eu não queria trabalhar efetivamente. Aprovaram, e me ensinaram as primeiras coisas. Havia muita solidariedade nas redações naquele tempo. Quem chegava realmente era treinado.

Entrevistador - Acolhido?

Denise Fon - Acolhido e treinado direitinho. Em pouco tempo eu estava trabalhando. Tanto é que em pouco tempo fui para o Correio da Paraíba e também para a Rádio Tabajara, que era uma emissora oficial. E lá eu desenvolvi muitos programas, muito bons, bonitos, com o dramaturgo Paulo Pontes. Saímos no final de 62 porque a situação estava complicada. Ele foi para o Rio e eu para São Paulo. Aqui eu fiquei um tempo numa semiclandestinidade.

Entrevistador - Você era militante então de qual organização?

Denise Fon - Era do PCB, que era o partido único, oficial. Não havia tido a cisão, que só aconteceu no final de 62. Então eu fiquei um tempo numa semiclandestinidade. Eu fazia tradução do francês para a Editora Pensamento e Editora Hemmus. Eram pessoas do Partido, simpatizantes e me arranjavam as traduções. Até que eu fui trabalhar no Jornal O Dia, era um jornal. Foi o meu primeiro trabalho com registro em São Paulo. Aí ia cobrir movimento estudantil (risos) que estava no auge naquele tempo (1967).
Eu aproveitava e participava um pouquinho (risos).

Entrevistador - Antes do aprofundamento do golpe lá em 68, né?

Denise Fon – No final de 68 fui pra Associated Press e depois para a ANSA. Isso tudo com registro. Aí fui para a revista Supermercado Moderno, como editora. Depois daí, para onde é que eu fui, meu Deus? Casei e tive minha filha. Naquele tempo eu viajava muito e ficava complicado. Meu marido também trabalhava e viajava. Então fui para a assessoria de imprensa do Itaú e fiquei lá até 84.

Entrevistador - Você se casou com Antonio Carlos Fon quando?

Denise Fon - Em 73. Nós nos conhecíamos, tinha um relacionamento desde 71, 70, mas oficializamos a relação. Em 76 tivemos a nossa filha, a Catiucha. As viagens (como assessora do Itaú) eram bem programadas. Fiquei no Banco até 84. Aí foi uma sucessão de assessorias. Continuo com assessoria e agências de comunicações até

hoje. Não larguei mais. Eu trabalhei um tempo na gestão da Luiza Erundina como assessora pública.

Entrevistador - O jornalismo tem uma função social e qual na sua concepção?

Denise Fon - O jornalismo tem uma função social. Eu me lembro que, para os meus pais, as fontes de informação eram revistas, principalmente a Revista Cruzeiro, a Manchete e (emissoras de) rádio. Eles escutavam a Voz do Brasil, era sagrado aquele horário lá. Às vezes meu pai parava a gente para escutar coisas interessantes na Voz do Brasil (risos). E ele não tinha curso superior nada, mas sabendo dessas coisas podia tomar decisões nas nossas vidas particulares, saber das lavouras, se havia dinheiro para plantar. Ele plantava cana-de-açúcar e depois teve engenho em João Pessoa. Através dessas notícias que a gente sabia, se programava.

Então eu sempre vi assim o jornalismo diferente de algumas outras profissões. Ele tem uma função social tremenda. Agora eu fico pensando nesta profissão que pode mexer tanto com a vida nacional, política, econômica de um país como o jornalismo.

Entrevistador - Exige uma formação...

Denise Fon - Se exige uma formação específica. Eu acho que tem uma função social. O médico, quando comete um erro, é com um paciente, o que é trágico porque pode resultar na vida do paciente. Tem que ter registro, tem que ter curso específico, tem que ter tudo. Agora, um erro do jornalista (riso), às vezes pode causar problemas seríssimos pra milhares de pessoas.

Você já imaginou nos tempos de hoje de internet, de blogs? Um louco coloca uma notícia qualquer... quebra a bolsa dos Estados Unidos.

Entrevistador - Você acha que o jornalismo cumpre essa função social hoje da forma que ele tá sendo exercido?

Denise Fon – Da forma que ele está sendo exercido, não. Eu fico inclusive irritada. Você liga a televisão hoje pra descansar um pouco a cabeça e vê um médico, um preparador físico, dando conselhos. São conselhos na área de direito, de economia, de medicina, de beleza, de preparação física. E estão interpretando isso como jornalismo, como se estivesse cumprindo uma função social.

Entrevistador - Sobre a exigência do diploma, você é a favor ou contra e por quê?

Denise Fon - Eu sou a favor. Temos ótimas faculdades de jornalismo e temos algumas com cursos precários. Eu acho que quem tem que analisar isso é um Conselho.

Entrevistador - Você acha que é necessário ter um Conselho Profissional no caso dos jornalistas?

Denise Fon – Acho, porque pessoas preparadas podem julgar se aquelas faculdades, aqueles cursos estão cumprindo seu papel de formar novos profissionais para a área de comunicação. Eu acho fundamental que se restaure o diploma e que haja um Conselho para avaliar os cursos.

Entrevistador - Você tem alguma ideia específica de como encarar a questão dos maus profissionais? Se deveria ser como em algumas outras profissões em que se cassa o registro? Você é coordenadora da Comissão de Ética do Sindicato de São Paulo, certo?

Denise Fon - É uma coisa muito triste, pois as pessoas recorrerem à Comissão e nós não temos, na verdade, nenhum poder. Porque, normalmente, as pessoas que cometem infrações graves no jornalismo não têm ligação com o sindicato. Então, a pior sanção que nós poderíamos dar seria a expulsão dos quadros sociais do Sindicato.

Entrevistador - Não tem o que fazer...

Denise Fon - Não tem o que fazer. Acho que precisa ser estudado um escalonamento. Um deslize pequeno é uma censura, inclusive reservada, chamar o colega a uma reflexão realmente séria. A reincidência contumaz desse problema poderia levar a atitudes mais sérias, como a suspensão do registro. E a terceira, a cassação definitiva. O que mais pesaria para um jornalista que lida com imagem seria uma censura pública.

Entrevistador - E não é feita hoje?

Denise Fon - Não. Isso não é feito hoje. Você só poderia fazer isso dentro dos órgãos ligados aos Sindicatos. E isso você só faz após terceira ou quarta chamada.

Entrevistador - Reincidência.

Denise Fon - Normalmente os processos não chegam em determinada fase porque, quando o profissional percebe que está ganhando, ele não quer se indispor com o dono do jornal. O jornalista acaba levando para o Sindicato problemas que às vezes não são relacionados à ética; são problemas trabalhistas.

Entrevistador - Não seria isso porque a Comissão está num sindicato? A Comissão de Ética?

Denise Fon - Eu tenho certeza absoluta. Eu acho que lá não é o local. O simples fato da Comissão de Ética estar no Sindicato gera uma confusão. Inclusive, acho que os processos precisam ser preservados. Eles precisam ser guardados com o uso das novas tecnologias.

Entrevistador - Você tem conhecimento da existência da entidade de defesa do direito autoral dos jornalistas? Você conhece a legislação pertinente e no seu entender se o jornalista é autor ou não e por quê?

Denise Fon - Olha, eu não conheço, mas eu tomei conhecimento por meio do Paulo Canabrava.

Entrevistador - Que é o Presidente da Apijor.

Denise Fon - Acho que o jornalista é o proprietário, é o dono daquilo que ele escreveu. Como o fotógrafo também, o direito à imagem. Mas não posso, infelizmente, me aprofundar.

Entrevistador - A lei do direito autoral pega todas as áreas da criação. Em parte essa questão de o jornalista ser o responsável está ligada a outra questão, que é autonomia do trabalho do jornalista. Há muita interferência da empresa, das chefias, nas pautas que os jornalistas cobrem? O jornalista deveria ter maior autonomia para exercer sua profissão do que tem nas redações de hoje?

Denise Fon - Olha, eu estou um pouco afastada do trabalho nas redações. Acho que são mais de vinte anos distante das redações. Mas eu sei, através de colegas, que a interferência dos empresários é cada vez maior. Como assessora, tenho muito cuidado com o meu relacionamento com a imprensa. Na minha opinião uma assessoria tem que ser como uma redação. Você trabalha com notícias, oferece notícias para o colega e você às vezes prepara, chama o presidente da empresa ou da associação, liga para os colegas da área de economia e o jornalista pede: “Ah não, não tenho tempo, me manda aí o release”...

Entrevistador- Eles queriam o release?

Denise Fon – Muitas vezes eu dava até umas dicas, catava o release, mudava aqui, uma coisinha ali, transformava, punha pra frente e a matéria saia do jeito que eu tinha encaminhado.

Entrevistador- Em cima do release?

Denise Fon - Em cima do release. Grandes jornais.

Entrevistador- E isso você entende que é uma falha do jornalismo?

Denise Fon - É uma falha do jornalismo. Agora, ao mesmo tempo, a gente sabe também que cada vez mais hoje, os governos, equipes econômicas e empresariais têm assim uma mano (sic).

Entrevistador- Mano?

Denise Fon - Infelizmente isso é o que a gente tem visto ultimamente, com algumas poucas exceções, mas as grandes matérias de hoje, principalmente as matérias das revistas semanais são pautadas por decisões e licitações. Uma tentativa de criar crise onde não existe. E onde existe crise se segura. Por exemplo, aqui no estado de São Paulo agora está o (Gilberto) Kassab porque saiu de um partido.

Então, as três grandes revistas de atualidade do Brasil - Isto é, Veja e Época - dão tristeza. Você tem três matérias sérias e cinco que são uma plantação terrível. A gente que sabe, lê nas entrelinhas.

Entrevistador- Quer dizer que são pautas forjadas de certa forma?

Denise Fon - São pautas forjadas de certa forma, visando interesses econômicos e políticos. É uma coisa muito triste. Por isso eu disse, no início da nossa conversa, que o jornalismo está deixando de cumprir aquela sua função social.

Entrevistador- Que seria de informar.

Denise Fon - De informar com imparcialidade. No jornal *O Estado de S. Paulo* eu vi nas chamadas ali de primeira, e não é nem matéria, é um artigo ou editorial: "Por que o Brasil vai escapar?" No sentido de que o Brasil não vai escapar.

Entrevistador - De certa forma foi o que aconteceu no governo Lula, que teve a crise nos Estados Unidos, repercutiu na Europa, mas o Brasil conseguiu até certo ponto escapar.

Denise Fon - Apesar de muito falador, o Lula tinha razão. Aqui no Brasil foi só uma marolinha... Não foi um tsunami não.

Entrevistador - Como você vê o mercado de trabalho do jornalista hoje?

Denise Fon - Se de um lado a internet, essas novas tecnologias e até a televisão, levam informação para o cidadão comum, que não tem acesso ao jornal. De outro lado a gente vê assim perigosamente o uso desses instrumentos.

Entrevistador - Em que termos?

Denise Fon - Em termos de que não seria nem mesmo jornalismo. Duas filhas tiveram suas fotos trabalhadas como se elas tivessem tirado a roupa e postaram na internet.

Entrevistador - Mas isso não é muito exatamente jornalismo. Já é uma questão de crime na internet.

Denise Fon - Crime na internet. Deve haver cuidado para utilizar estas tecnologias. Ao mesmo tempo, elas aproximam as pessoas. Recentemente, eu estive na Ilha do Marajó e cheguei num local pra tomar um tacacá no fim da tarde, e havia peões sentados e um deles lendo as notícias pela internet para o pessoal.

Entrevistador- Lá em Marajó?

Denise Fon - Então eu vejo isso de uma maneira muito positiva, muito boa. Mas vamos sempre ter o papel que eu adoro. Eu me informo, principalmente através de internet, os portais, mas depois eu volto ao jornal. Eu gosto do papel.

Entrevistador - De manusear o papel.

Denise Fon - Mas eu acho que, na ausência disso (jornal impresso), vai ser o grande instrumento de educação e de transformação social.

Há uns dois meses passei pelo Sindicato e havia uma assembleia no auditório e fui dar uma olhada. A discussão era sobre piso salarial para jornais, revistas e sites de notícias do interior. Um dos pontos colocados é que as empresas que utilizavam sites não estavam cumprindo o piso, fazendo o pessoal trabalhar 10, 11, 12 horas e pagando R$ 400, R$ 500. Menos do que um salário mínimo. Quem é que vai aceitar esse tipo de trabalho? Segundo estudo que eu li do IPEA, existem problemas muito sérios para contratação de mão-de-obra qualificada nos setores da construção civil - pintores, encanadores, eletricistas - que não querem mais se submeter a dois salários mínimos. Eles querem no mínimo três. Então, o jornalista lidando com internet e recebendo R$ 400 por uma jornada de 10 horas... É jornalista? Quem é essa pessoa? Quem é esse profissional?

Entrevistador - Ganhando tão pouco.

Denise Fon – Durante a assembleia, eu perguntei se havia alguma pesquisa sobre quem era esse profissional, se é jornalista mesmo ou se é precário, mas não se sabia.

Pode ser um recém-formado que, sem a exigência de diploma, está encontrando dificuldades de trabalho.

Entrevistador - Como você encara essas situações de trabalho do freelancer, freelancer fixo, PJ, ser contratado pelo piso e ganhar o restante por fora?

Denise Fon - Essas novas formas só vieram para sacanear o trabalhador, seja no jornalismo e em outras profissões também. Minha filha é psicóloga. Ela só consegue trabalho como "frila"... Com carteira de trabalho, só aqueles que trabalham diretamente ligados a hospitais.

Os níveis de desemprego estão baixos no Brasil. Ao mesmo tempo, você vê que existe uma precarização tremenda. Hoje quase não existem mais os inspetores do Ministério do Trabalho. Eram eles quem cuidavam desta questão.

Entrevistador - Tá sumindo, não é?

Denise Fon – Então, o número de empregos está aumentando, mas, em vez de fortalecer a sua posição, o trabalhador está abrindo mão de uma carteira assinada. Uma coisa é você abrir mão da carteira assinada quando tem um Contrato de Trabalho dois anos ganhando R$ 25 mil.

Obrigam o jornalista, o profissional de comunicação, a atuar como pessoa jurídica só para não ter aquela relação com a Carteira de Trabalho assinada. Fica sem direitos trabalhistas - Fundo de Garantia, décimo terceiro, férias, INSS... Infelizmente eu vejo com muita preocupação a atuação dos sindicatos hoje de uma maneira geral e das Centrais Sindicais.

Entrevistador- Você diz que eles não estariam atuando...

Denise Fon - Eu acho que não estão. Faltam atividades para defender estes direitos, mesmo artigos esclarecendo os direitos dos trabalhadores e mostrando porque se deve lutar, fazendo retrospecto da luta dos sindicatos aqui do Brasil. Isso vai enfraquecendo as Centrais. Isso vai enfraquecendo os sindicatos.

Entrevistador - E sobre o cartão de ponto nas redações, qual a sua posição sobre isso?

Denise Fon - Eu cheguei a bater cartão de ponto no tempo que eu trabalhei na Folha. Ou você batia cartão de ponto (riso) ou você não trabalhava. Lembro bem que o Presidente do Sindicato nessa época era o Gabriel Romero e a gente teve

muitas assembleias nas redações para discutir isso. Mas era um regime de terror tão grande que poucos jornalistas levantavam para ouvir.

Entrevistador - Nem o sindicato vai mais fazer estas visitas.

Denise - Nem o sindicato vai fazer. Eu só vejo estes assuntos no Mural em época de campanha salarial, mas aquelas visitas costumeiras pra se discutir cartão, pra se ver as condições de trabalho...

Entrevistador - A gente vai voltar nesse ponto do sindicato, mas eu queria ainda perguntar qual a sua visão sobre a interferência das tecnologias do celular e da internet no trabalho do jornalista.

Denise Fon – É, eu vejo que essas coisas têm que ser muito bem regulamentadas. Você vai passando em determinado local e registra um fato inusitado com o celular e quer de alguma maneira colaborar. Eu acho que às vezes é até bom, porque mostra um atropelamento, um carro em cima da faixa de segurança.

Entrevistador- Eles chamam de jornalista cidadão.

Denise Fon - É. Essas áreas têm que estar bem delimitadas. Quando isso começa a interferir no trabalho do profissional... Fotógrafos me disseram que estão remunerando as pessoas que enviam estas fotos por valor que vai de R$ 50 a R$ 100.

Entrevistador- É muito abaixo da tabela.

Denise Fon - Da tabela do fotógrafo, do repórter fotográfico, né? Então isso é muito preocupante. Esta ação poderia ser estimulada como realmente uma ação cidadã, mas jamais remunerada. Poderia ser dado um crédito.

Entrevistador – Você esta falando de um aspecto que é de certa forma envolver não profissionais no jornalismo como colaborados. Eu também queria explorar um pouco o aspecto de como a tecnologia interfere na vida profissional, que nunca para de trabalhar porque está conectado em casa, no trabalho, ou ele está com o celular e permanentemente pode ser chamado pela empresa.

Denise Fon – Dois profissionais doutores do Conselho de Psicologia, Oto Vieira de Melo e Claudia Vieira, estudaram a questão chamada de transtorno do estresse pós-traumático e de catástrofes e desastres naturais. Oto foi o primeiro a estudar isso há uns 20 anos, contratado pelo Banco do Brasil, quando começaram os assaltos a

agências bancárias. Os bancários que estavam na agência na hora do assalto desenvolveram uma série de sintomas que afetavam a saúde. Há pouco tempo, ele fez um pequeno estudo com profissionais da imprensa. O cara não se desliga nunca porque incutiram na cabeça dele que o jornalismo é um homem que vive antenado 24 horas por dia. Com isso, desenvolve uma série de problemas, como ansiedade, dor de cabeça, gastrite, além de prejudicar a vida familiar.

Entrevistador – Agora vamos passar, para o que eu estou chamando parte cinco que é uma parte ligada à democratização da comunicação. Como você vê as reivindicações de setores da sociedade em relação à democratização da comunicação ou dos meios de comunicação?

Denise Fon – A democratização dos meios de comunicação é algo muito sério; a comunicação não pode ficar na mão de uns poucos. Agora, ela tem que ser muito bem entendida, quando a discussão chega ao rádio, jornal, blog que estão a serviço da comunidade. Quando isso é uma forma de precarizar ainda mais o serviço do profissional que está nesse meio, aí eu estou contra. É preciso ver o que é realmente lícito, o que é ético, se está servindo a alguém.

Entrevistador – Você acompanhou a realização da Conferência Nacional de Comunicação, a CONFECOM, em dezembro de 2010? Você tem informação?

Denise Fon – Eu tenho informações, mas não acompanhei em detalhes. O Sindicato dos Jornalistas sempre esteve apoiando, participando dos debates pela democratização dos meios de comunicação.

Entrevistador – Uma das reivindicações importantes é a questão de colocar limites nas propriedades de jornais, emissoras de rádio e televisão, o que se chama de propriedade cruzada. A outra é o estabelecimento de Conselhos Municipais, Conselhos Estaduais, Conselho Nacional de Comunicação e Conselhos Editoriais nos veículos. Há também a questão do fortalecimento das emissoras públicas, aquilo que a Constituição prevê, mas não existe. É lógico que os proprietários são contra porque, afirmam, seria uma forma de interferência de censura.

Denise Fon – Esse sempre foi o discurso, da interferência do Estado sobre uma empresa privada, e que as leis estão sendo desrespeitadas. Só que eles desrespeitam constantemente e diariamente a população brasileira, com suas campanhas que só são

boas para o seu bolso. Quando eu trabalhei com o Chico Whitaker e o pessoal da Comissão de Justiça e Paz, que eu faço parte, pela ética na política, nós ficamos preocupados porque algumas pessoas estavam tentando fazer campanhas contra determinados partidos, contra determinadas pessoas.

Entrevistador – Você acompanhou as mobilizações em São Paulo e em outras cidades, que começaram com a marcha da maconha, e depois se transformaram em movimento pela liberdade de expressão? Como você encara esses acontecimentos hoje?

Denise Fon – Eu achei muito engraçado isso, não que eu condene a maconha, e nem nada, mas eu acho que tirou do noticiário e foram múltiplos componentes. Mas a gente precisa encarar essas coisas com cuidado, se não estão utilizando esse pessoal para retirar o foco dos problemas mais sérios. Eu até prefiro que a molecada vá para a maconha ao invés do craque. Agora você vê que isso é mais um exemplo do poder das novas mídias na convocação dessas marchas, isso foi um ato totalmente convocado pela internet como foi aquele churrasco de "gente diferenciada" em Higienópolis; foram coisas feitas por internet.

Entrevistador – Mas houve de fato um tratamento muito agressivo contra essas marchas, e houve uma manifestação depois do Supremo (Tribunal Federal) no sentido de liberar.

Denise Fon - A liberdade no campo de expressão de todos, seja no campo sexual, de costumes, religiosa, não deve destruir ícones de outra religião.

Entrevistador – Essas marchas por aqui, elas são um pouco influência dos movimentos nos países árabes, não? No meio disso tudo teve a ocupação de uma praça central lá em Madri. A Espanha tem um alto grau de desemprego entre os jovens. A manifestação na Espanha era o inconformismo contra o governo do PSOE (Partido Socialista Espanhol) e depois contra o governo conservador. No fim, o que se reivindica é alguma coisa que ainda não está muito palpável, mas é alguma coisa que nem o PSOE e nem a direita conseguem dar conta. Enfim, as pessoas querem liberdade, querem condições dignas de vida. Como se pode definir essa insatisfação com o nosso tempo, esses problemas com os governos que, no fim, vem e passam, e não mudam?

Denise Fon – Eu tenho pensado muito nesses últimos tempos, principalmente em

função desses movimentos no mundo árabe. Forjando, estimulando, levando a população, e tentando mostrar para a civilização ocidental os dirigentes árabes como assassinos, como déspotas etc.

Mas a interferência do Ocidente é grande, como na Líbia. Foi o Ocidente que desencadeou, e depois se afasta e deixa, como agora, está saindo do Iraque, está saindo do Afeganistão. Claro que, evidentemente, você vê algumas coisas na África, percebe que tem alguns ditadores sanguinários, que não tem nada de religioso, que não tem nenhum fundo religioso.

Por que essa insatisfação tão grande? Você vê isso inclusive em países que a economia estava bem.

Entrevistador – Você fala de cunho social?

Denise Fon – De cunho social. Porque você percebe que, às vezes, não são motivos apenas econômicos. Isso eclode em economias aparentemente estáveis.

Entrevistador – Na Europa em particular, o emprego provoca essa reação das populações

Denise Fon – Essa reação contra o imigrante e tudo, cada vez se preocupa mais com o número de fome no planeta. Acho que estamos aí no limiar de algumas transformações.

Entrevistador – Então Denise, vamos para essa parte agora que é o sindicato e o sindicalismo. Como você vê a relação dos jornalistas com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo hoje?

Denise Fon – Eu vejo com pessimismo e é péssima essa relação, quase que inexistente.

Entrevistador – Mas o Sindicato tem uma base de sindicalizados e se relaciona com ela. Como é isso no conjunto com os profissionais de jornalismo de São Paulo, e agora tem um número grande de registros que são proferidos para não diplomados, inclusive para pessoas que não são da área.

Denise Fon – Eu, sinceramente, não tenho muitas informações, até porque eu tento me manter um pouquinho afastada do dia-a-dia do Sindicato, por ser da Comissão de Ética. Eu sou chamada com frequência para dar palestras em escolas de Comunicação. Nestas ocasiões vejo que grande parte não vai ao Sindicato, não demonstra interesse. Uns três ou quatro demonstram algum interesse. Os estudantes de jornalismo não

estão muito interessados, inclusive quando se discute ética, mercado de trabalho. Há uma certa apatia. Eles não são contra o Sindicato, mas acham que o caminho não é por aí; o caminho é eles serem espertos.

Entrevistador – Seria um caminho individual?

Denise Fon – Isso, um caminho muito individual. Hoje existe um individualismo muito grande, que se manifesta em coisas muito práticas. Antigamente sempre havia um grupo de jornalistas que saia das redações e ficava ali tomando um café ou outra coisa. Era um bate-papo que durava de 15 minutos a uma hora, que era para relaxar, chegar em casa sem dar pontapé no cachorro. Hoje, cada um sai apressadinho para sua casa ou ir para a um bar, um restaurante que não tem nada a ver com seu colega, que não é frequentado pelo seu colega. Esta é uma das características grandes do profissional de Comunicação hoje, o individualismo.

Entrevistador - E isso não favorece.

Denise Fon – Não favorece só o Sindicato (dos Jornalistas), mas como um todo. Sindicatos que tradicionalmente eram fortíssimos, como o dos Bancários, também perderam força. Eu me lembro da Folha Bancária.

Entrevistador – Eram 60 mil, 70 mil exemplares diários.

Denise Fon – Eu me lembro dos primeiros de maio que começaram logo após a criação da CUT, que reuniam um milhão de pessoas. Hoje, para ter 300, 400 mil, a Força precisa levar Chitãozinho e Xororó, fazer sorteios de carros etc. Então eu vejo o sindicalismo de uma maneira geral esvaziando. O Sindicato (dos Jornalistas) já teve sete mil sindicalizados.

Então “essas coisas” norte-americanas, esse individualismo norte-americano, chegou aqui com uma força, e chegou de maneira negativa, porque o norte americano é individualista na sua função, mas dentro da comunidade ele não é nada individualista.

Entrevistador – Ele tem um sentido gregário.

Denise Fon - Ele tem um sentido muito gregário, aqui não, chegou o individualismo de uma maneira radical.

Entrevistador – O que se poderia fazer de diferente para aproximar os jornalistas do Sindicato?

Denise Fon – Eu acho que a primeira coisa seria uma luta séria, prioritária, pelo restabelecimento da exigência do diploma para você ser jornalista.

Entrevistador – E você acha que isso não vem sendo feito?

Denise Fon – Não estou dizendo que isso não está sendo feito, mas se está sendo feito até agora não surtiu nenhum resultado. Por quê? Também não sei te dizer, eu acho que é a condição primordial para que se tenha novamente um sindicato forte, em segundo, a criação do Conselho.

Entrevistador – Muita gente diz que a criação do Conselho enfraquecerá o sindicato de forma definitiva.

Denise Fon – De jeito nenhum; são duas coisas e eu acho que as pessoas, às vezes, tomam como parâmetro a OAB.

Entrevistador – A OAB e o Sindicato dos Advogados. E você acha que é diferente?

Denise Fon – Eu acho que é diferente. Os Sindicatos dos Advogados deixaram que a OAB não fosse assim um órgão de... um Conselho disciplinador da época. Então eles deixaram que a OAB fosse seu órgão de campanhas políticas econômicas e salariais. Você vê que quem se manifesta nas decisões políticas não são os sindicatos, é a OAB. Então eu acho que isso daí é uma coisa paralela ao diploma. Até por essas características individualistas que tem hoje o nosso profissional, o nosso colega, o Sindicato deveria investir muito na formação desse profissional – cursos, seminários, congressos.

Entrevistador – Você diz que, ao invés de colocar condições para as pessoas participarem, deveria ser o contrário, favorecer a participação.

Denise Fon – Deixar esse cara até para ele entender o que quer, porque a verdade é que ele não vai ao Sindicato.

Entrevistador – Faltaria então um trabalho mais de aproximação.

Denise Fon – De aproximação com a categoria, mesmo com esses que não são sindicalizados. E tem uma série de outras coisas que deveriam ser implementadas. Eu vejo como primordiais a recuperação do diploma, o Conselho.

Entrevistador – No Conselho profissional você fala? Eles têm que ter uma participação no Conselho.

Denise Fon – No Conselho patronal, nesse que aglutina propaganda, o CONAR, todos os proprietários estão lá. Porque que nos nossos Conselhos, os representantes sindicais não estariam? Eu acho que precisam estar.

Entrevistador – Eu acho que o problema, talvez não fosse da participação dos representantes sindicais, porque esses já têm uma participação, e participariam naturalmente. O problema é a participação dos jornalistas em geral.

Denise Fon – O grande problema, e a grande indagação, é como promover esta participação.

Entrevistador – É um problema que não é dessa gestão e nem da anterior, é um problema antigo.

Entrevistador – Eu tenho umas frases que vou ler pra você comentar:

O Sindicato deveria cuidar mais das questões relativas à qualidade do exercício da profissão, da formação dos futuros jornalistas e da ética profissional.

Denise Fon – Eu acho que o Sindicato tem que estar ligado à formação, mas principalmente aos salários, as relações de trabalho.

Entrevistador – O Sindicato deveria cuidar estritamente das relações de trabalho ou direito do jornalista.

Denise Fon – Eu não diria isso. Nas minhas sugestões incluí cursos, formações etc. Mas eu acho que a função primordial básica é essa aí.

Entrevistador – Outra frase comum é: “Até que o Sindicato faz o que pode, mas o problema é que os jornalistas não participam.”

Denise Fon – Isso é verdade. Todo mundo que chega lá é muito bem intencionado, a gestão termina e fica tudo na mesma.

Entrevistador – E o lema da oposição que é: “Sindicato é para lutar”?

Denise Fon – Não é bem isso! O Sindicato é para lutar, é para fazer acordo. Não é só para lutar, é para fazer sindicalismo correto. E sindicalismo hoje, como a gente entende as relações de trabalho como estão hoje, não é só para lutar; é também a arte de fazer bons acordos.

Entrevistador – Às vezes o problema é com quem fazer o acordo, porque no caso do PJ você não representa aquela figura. Então tem pouca coisa a fazer na verdade, a não

ser talvez trabalhar para atender de alguma forma esse jornalista que não tem direito trabalhista assegurado.

Denise Fon – Eu tenho até dúvida, não do PJ, mas esse que consegue registro precário.

Entrevistador – Hoje já não é o precário, ele consegue o registro de jornalista e não o registro de jornalista profissional diplomado.

Denise Fon – Uma vez estabelecida esses caras continuam com o direito de exercer a profissão?

Entrevistador – Aí vai entrar no direito adquirido. Você não vai poder tirar esse direito.

Entrevistador – Nas nossas gestões, tínhamos uma abordagem do Sindicato como ator coletivo. Lógico que ele deve cuidar das questões trabalhistas, que são suas obrigações centrais, mas ele pode cuidar com mais propriedade de assuntos que individualmente os jornalistas têm mais dificuldade de fazer - saúde, aposentadoria complementar e outras atuações que satisfaçam a opinião dos jornalistas e de seus familiares. É uma forma de tentar uma aproximação e que acabou tropeçando no próprio plano de saúde. Não sei como você avaliou isso, que para alguns é assistencialismo e para outros não.

Denise Fon – Eu não vejo como assistencialismo. Vejo hoje que aqueles que permanecem com um número maior de associados são os sindicatos que oferecem serviços. Sua função básica é lutar por salários, relações de trabalho dignas e etc. Se associado a isso ele consegue implementar serviços de seguro, seguro saúde, colônia de férias, aposentadoria, cursos de aperfeiçoamento profissional e aposentadoria...

Entrevistador- Haverá eleições no Sindicato em março. Você pretende participar?

Denise Fon – Não. Vou votar, é claro! Mas meu tempo já passou. Vou continuar ajudando na medida do possível.

Entrevistador – Finalmente tem bloco sobre cotidiano, lazer, família, amizade, participação em outras atividades, que é mais para o jornalista que está na ativa. Eu vou fazer umas perguntas para você e vamos ver o que é adequado e o que tem sentido para você responder. Então comece pela aposentadoria mesmo, porque tem já a AJAESP, que é a entidade dos jornalistas aposentados e que você é associada.

Denise Fon – Sou associada e ela é muito interessante.

Entrevistador – O Amadeu Mêmolo que é o atual presidente da AJAESP.

Denise Fon – Ele está transformando aquelas reuniões mensais em algo muito agradável. Coca-Cola, Guaraná, lanchinhos etc. E com isso ele consegue levar os senhores que nem mais apareciam no sindicato. As reuniões da AJAESP estão cada vez maiores. Os aposentados sabem que uma vez por mês tem um encontro, que discutem alguns temas. De vez em quando vai um profissional da área previdenciária, um médico que faz uma palestra de meia hora, depois fica ali se conversando...

Entrevistador – É um evento social?

Denise Fon – Um evento social onde se discutem as questões da AJAESP e também as sociais. Para quem está aposentado e só em casa, aquilo ali é uma beleza.

Entrevistador – E é importante que seja no Sindicato.

Denise Fon – É importante que seja no Sindicato, porque se mantém de alguma maneira esse vínculo com o Sindicato.

Entrevistador – Agora, nas questões trabalhistas do jornalismo em si você praticamente não é afetada.

Denise Fon – Não sou. Na verdade eu nunca trabalhei direto com jornalistas Pessoa Física. Então contrato sempre os jornalistas que tenham uma pequena empresa e, quando a gente precisa de umas coisas, faz um acordo.

Entrevistador – Então o seu cotidiano é tão pesado quanto um jornalista que está na redação?

Denise Fon – De jeito nenhum, eu tenho tempo para ler.

Entrevistador – Tem tempo para ler, ir ao teatro e cinema.

Denise Fon – Há um ano e meio eu tirei a meta de uma vez por semana ir ao cinema, e às vezes eu vou duas, quando tem muita coisa boa em cartaz. Uma vez por mês eu vou ao teatro.

Entrevistador – Cuida da netinha.

Denise Fon – Cuido da netinha. Duas vezes por semana encontro os amigos, normalmente jornalistas. A gente janta, fica fofocando e jogando conversa fora.

Entrevistador – Então você não sofre dessa falta de lazer?

Denise Fon – Duas vezes por semana encontro os amigos. Hoje mesmo a gente vai a uma reunião com o Nelson Werneck Sodré.

Entrevistador – O pessoal que foi da Ação Libertadora.

Denise Fon – Que foi da Ação Libertadora. Então a gente se encontra, conversa, estamos organizando agora os 100 anos do Marighela, e fizemos o do Joaquim Câmara Toledo.

Entrevistador – O Toledo é o?

Denise Fon – Joaquim Câmara Ferreira. A gente fala Toledo porque é o nome de guerra dele.

Entrevistador – E essa discussão de que jornalista de assessoria não pratica o jornalismo propriamente dito, ou não é jornalista. O que você tem a dizer sobre isso?

Denise Fon – Quando eu faço minhas coisas, eu pratico jornalismo puro. Evidentemente, dependendo do trabalho que você presta, um cliente pede que você organize um evento, você pega profissionais de relações públicas para ir organizar. Tem gente que quer fazer tudo e termina não fazendo as coisas bem e criando problemas.

Entrevistador – É porque isso está ligado um pouco há como se organizou essa questão da assessoria de imprensa no Brasil e em outras partes do mundo. Aqui o jornalista acabou ocupando espaço de assessor de imprensa e de comunicação, muitas vezes. De qualquer jeito, há uma particularidade: diferencia o jornalista quando está em um veículo e tem a preocupação de ouvir diferentes aspectos, ângulos e fontes de um problema, enquanto nos jornais feitos por assessoria ele tem que ouvir aquele que encomendou o trabalho, que são coisas diferentes.

Denise Fon – Você pode fazer um bom jornalismo em assessoria. A questão é você ser jornalista e não se limitar a querer fazer aquele mau jornalismo que, às vezes, se faz na redação.

Então eu sempre faço matérias redondas, não é com o dono ou o gerente da empresa falando. Eu procuro envolver todos os lados que estão ali naquela questão. Com isso eu tenho conseguido sempre boas matérias e colocado em bons veículos. Eu faço uma matéria jornalística.

Entrevistador – Cumpre em parte esse preceito. De qualquer jeito não tem a função do jornalista independente, que é da critica e da denúncia?

Denise Fon – Eu não vou criticar, senão eu perco o contrato. Se o cliente fosse uma empresa que presta serviços, coleta de lixo, por exemplo, eu iria ouvir secretários,

ambientalistas, faria um box com empresas que trabalham com reciclagem. Com uma matéria redonda, você consegue não uma notinha, mas uma matéria boa, e vai se credenciando. Com essa técnica, sem comprar jornalista nunca e nem oferecer vantagens.

Entrevistador – Você conseguiu sobreviver como assessora sem comprar nenhum jornalista, nem com um jantar.

Denise Fon - Claro que se tem um jantar para uma imprensa num evento. Mas convidar especificamente, não. E eu vou em redação, quero que me vejam na redação, para não dizer que eu não comprei ninguém.

Entrevistador – Denise, há algum impedimento da tua parte que seja publicada ou divulgada, naturalmente depois que eu passar pela banca que vai analisar minha tese?

Denise Fon – Não, como eu disse, é a expressão da verdade e a expressão da verdade tem que ser dita.

Entrevistador – Com isso chegamos ao fim. Muito obrigado, Denise Fon.

-- x --

D.3 - Entrevista com Audálio Dantas – 20 jun. 2011

Entrevistador - Nós estamos aqui para a entrevista da minha tese de doutoramento com Audálio Dantas. Audálio, fale rapidamente dos seus dados pessoais, idade, filhos, netos?

Audálio Dantas – Parece a *Folha de S. Pa*ulo (risos). Eu estou com 78 anos bem vividos e sofridos, tenho quatro filhos - 1 homem e 3 meninas -, sendo que a última tem 17 anos, a do meio é jornalista e já está no mercado de trabalho.

Entrevistador – Você pode falar um pouco da sua vida profissional, como tudo começou e como ela se desenvolveu, de forma resumida e depois a gente vai...

Audálio Dantas – Minha carreira profissional começou em meados dos anos 50, eu estava com 20 e poucos anos, e comecei, como na maioria dos casos, na imprensa brasileira da época. Eu comecei na redação da Folha em 1954, uma porta de entrada; tinha vontade e vocação. E encontrei jornalistas de áreas diferentes: médicos, advogados, contabilistas. Eu entrei pela porta da fotografia. A Folha tinha recentemente se mudado da Rua do Carmo, que era a tradicional, e era gestão do Nabantino quando se modernizava de maneira muito evidente, procurando se industrializar. Houve uma mudança muito grande na redação, inclusive a maneira de abordar a notícia. Logo depois, em 56, a Folha promoveu um concurso, logo depois da minha chegada, para a escolha dos jornalistas, e aí já veio a grande leva de jornalistas diplomados.

Entrevistador - Em 56?

Audálio Dantas – Sim, eram os da Cásper Líbano. Nem todos que vieram nesse concurso eram diplomados em jornalismo. O José Hamilton Ribeiro era um deles.

Entrevistador – Ah! o José Hamilton veio da Cásper?

Audálio Dantas – Já veio da Cásper Líbero, e outros que eu não me recordo no momento. Bom, como eu te disse, entrei pela fotografia, um estágio pelo laboratório fotográfico, ou seja, eu sou autodidata completo. Passei uma temporada no laboratório aprendendo, eu era um cara em busca de um ofício. Por volta de 1955 eu comecei a sair para reportagem fotográfica. Ao sair para reportagem fotográfica eu

comecei a fazer aquilo que era meu objetivo, escrever. Eu passei a fazer as matérias que eu mesma ilustrava, não as matérias do dia-a-dia, do noticiário, mas reportagem que a Folha começava a me dar espaço. No início eram pautas que eu mesmo propunha e que tiveram boa aceitação. Eu fui pouco de noticiário e passei por poucas provas de fogo – como as das reportagens policiais. Cheguei a dar plantão na polícia, que eu abominava. Para me livrar disso, comecei a pensar em pautas de reportagem e algumas tiveram repercussão. Dois anos depois, em 58, eu já era um repórter conhecido.

Entrevistador – Isso foi no inicio?

Audálio Dantas – É, houve coisas... você quer algum detalhe sobre isso?

Entrevistador – Não, mais resumido mesmo.

Audálio Dantas – Na época eu tinha um nome como repórter, e alguns trabalhos importantes feitos. Basta ver que, acho que em 56 ou 57, o Mario Mazzei Guimarães, que era o editor chefe da Folha Manhã - não chamava editor chefe, cujo cargo na época chamava-se "secretário", me mandou para o nordeste para eu fazer o que encontrasse pela frente, coisa raríssima. Eu voltei com um monte de matérias. Em 59 houve um convite para eu me transferir para a revista O Cruzeiro. Não hesitei nem um instante. O próprio Nabantino me chamou: 'Pô, você vai deixar os anos de casa?'.
Eu respondi: 'Vou porque o convite é irrecusável'.
O Cruzeiro era a grande revista semanal do País e tinha uma tiragem de 500 mil exemplares semanais. Era uma espécie de Meca, o objetivo dos jornalistas, principalmente aqueles voltados para reportagem. Trabalhei com algumas figuras que marcaram aquela fase, um deles era o Neil Ferreira, que depois fez o caminho inverso e foi para a *Folha.*

Entrevistador – O Neil virou publicitário, né?

Audálio Dantas – Foi pra *Folha* e depois virou publicitário, dizia que tinha escolhido a liberdade (risos), foi ganhar dinheiro. No Cruzeiro fiquei até 1966 e fiz trabalhos importantes lá, um dos quais era sobre a Maria Carolina de Jesus, que tinha escrito aquele diário famoso que acabou se tornando livro famoso - Quarto de Despejo. Fiz várias matérias consideradas importantes. A revista começou a entrar em decadência, principalmente em 1964.

Entrevistador - Vamos falar da Carolina de Jesus.

Audálio Dantas – Eu já estava na favela do Canindé, perto do estádio da Portuguesa, há uns 3 dias, olhando e anotando, quando ela aparece falando do livro que tinha. Fui ver e era isso.

Entrevistador – Era um diário?

Audálio Dantas – Um diário onde ela contava o que era a favela. A minha conclusão imediata foi pensar: 'O que eu estou fazendo aqui?'.

Entrevistador – Sua pauta já estava cumprida.

Audálio Dantas - Eu voltei para o jornal entusiasmado.

Entrevistador - Ela escrevia com letra legível?

Audálio Dantas – Legível com erros de ortografia e de linguagem, mas com uma força muito grande, às vezes lírica, outras vezes denunciando. Tanto é que, em 1960, no Cruzeiro, publiquei outra matéria e apareceu o interesse da editora Francisco Alves em lançar o livro. Eu fiz a compilação do diário porque era muito repetitivo. O dia-a-dia era uma miséria igual. Fui trabalhando o texto e respeitando a linguagem. Assim foi publicado o livro chamado *Quarto de Despejo*.

O título eu escolhi a partir de uma definição que ela fez, em um dos dias de lamentação, que a favela é o quarto de despejo da cidade, onde jogam tudo, gente, lixo, um monte de coisa. Foi um grande sucesso em termos nacionais. Na primeira edição já esgotou 10 mil exemplares, uma coisa rara. Em seguida ele foi sendo traduzido até chegar em 13 idiomas, inclusive japonês.

Entrevistador - A Carolina Maria de Jesus é viva?

Audálio Dantas – Não, morreu em 1977. Quando eu há conheci ela já era uma pessoa perto dos 50 anos.

Entrevistador - Mas ficou famosa né? Mudou de vida.

Audálio Dantas – Muito, ela mudou de vida, comprou casa de classe média no Alto de Santana. Ela era uma pessoa inquieta, muito problemática, então resolveu comprar um sítio em Parelheiros. Hoje está tudo urbanizado. Construiu uma casa e foi morar por lá.

Entrevistador - Você estava falando da sua vida na revista O Cruzeiro.

Audálio Dantas – Ela começou a entrar em decadência, houve várias tentativas, inclusive do corpo de profissionais, de modificá-la e que não deram certo. Em 66 eu

resolvi sair, convidado para a revista *Quatro Rodas.* Foi uma decisão difícil porque minha paixão era a reportagem. Pensei: "O que eu vou fazer numa revista de automóvel?" Até hoje eu não entendo de automóveis. Fui como editor de turismo e quem me convidou foi o José Hamilton Ribeiro e eu fiquei fazendo roteiros turísticos que era a negação da minha vocação.

Entrevistador - E fazia o que? Viajava?

Audálio Dantas – Viajava, fazia coisas bonitas. Acabei fazendo uma viagem maravilhosa do ponto de vista do conhecimento quando fui de carro daqui ao México para a Copa de 70. Eu vi a América Latina inteira.

Eu não fiz uma série de reportagem para a *Quatro Rodas* porque não cabia, mas passei por Honduras quando o país fechou a fronteira durante um mês, numa guerra de futebol. Eu fiquei em Honduras fazendo uma tese sobre a guerra estúpida. Aliás, toda guerra é estúpida, mas essa era mais ainda. Depois fui para a revista *Realidade.* Resumidamente, na *Quatro Rodas* eu fui editor chefe, inclusive eu tinha sido chefe de reportagem aqui em São Paulo, e depois fui redator chefe durante um ano e pouco e fui convidado para a revista *Realidade.*

Entrevistador - Saiu o livro sobre a Realidade, você viu?

Audálio Dantas – É, mas o livro - eu já disse isso para o próprio José Hamilton Ribeiro - é um equívoco.

Entrevistador – Ah é?

Audálio Dantas - Porque a história da revista *Realidade* termina em 68 e a revista continuou bem até 72 ou 73 e depois decaiu. Depois rolou um corte, que não foi dito. Tem coisas magníficas na Realidade como a edição especial sobre a Amazônia, do Raimundo Pereira, que era um primor, eu mesmo fiz uma edição especial sobre o Nordeste etc. Mas isso é outra questão.

Entrevistador - Você é de onde?

Audálio Dantas – Eu sou de Tanque D'Arca

Entrevistador - No agreste?

Audálio Dantas – No agreste, uma cidadezinha pequena na transição do sertão de Alagoas. O sertão de Alagoas é muito pequeno. É um pé de serra, inclusive com muita água.

Entrevistador - Você era um dos felizardos do Nordeste.

Audálio Dantas – Nesse sentido sim.

Entrevistador - Então continua essa história.

Audálio Dantas – Na realidade eu fiz alguns trabalhos dos quais até hoje eu me orgulho, matérias importantes, várias delas sobre a questão do aborto. Naquele tempo era quase impossível falar de determinados assuntos. Fiz uma matéria sobre o São Francisco, uma outra que até hoje é estudada por aí, sobre o Povo Caranguejo, que é uma aldeia da Paraíba, onde as pessoas viviam desta caça. Enfim, fiz alguns trabalhos que marcaram, entre eles a edição especial do Nordeste.

Entrevistador - E depois?

Audálio Dantas – Quando a Realidade começou a mudar em 74, quando começou a se descaracterizar, a abandonar aquela linha da grande reportagem, aí eu saí, assim como vários outros saíram. Como eu dependia do emprego, fui trabalhar na revista Manchete, como chefe de redação aqui em São Paulo. Não aguentei três meses, era um estilo picareta.

Voltei para a Abril. A empresa tinha essa abertura; muitos profissionais que saíam terminavam voltando. Fui como editor de texto da revista Nova, também um absurdo.

Entrevistador - Uma das primeiras revistas femininas.

Audálio Dantas – É, fazia sucesso: "Como agarrar seu homem". Era o segundo semestre de 74, quando nasceu o movimento de oposição à diretoria do Sindicato dos Jornalistas, que estava há 10 anos nas mãos de grupos coniventes, para não dizer outra coisa; coniventes com o regime militar, ou acomodados, ou omissos, etc.

Entrevistador – Naquela época era o Romeu Anelli? Primeiro o Campanhole, depois o Anelli?

Audálio Dantas – O grande ideólogo nesse sindicato alienado era o Campanhole. Houve três gestões e depois mais uma com o candidato dele. O Campanhole achava que o Sindicato tinha que discutir questões trabalhistas e não falar em política. Acontece que eu participava tradicionalmente das tentativas que se faziam para tirar o Sindicato desse grupo, desde 64, 65. Em 67, fora do sindicato, nesses grupos participavam vários de nossos companheiros. José Hamilton Ribeiro era um deles. Gente ligada ao partido comunista e, àquela altura, em 74, gente de todas as

tendências, de todas as organizações, aliás, o grande exemplo de sucesso do movimento foi esse. Foi um movimento que nasceu aberto, sem restrições a qualquer tendência política.

Entrevistador - Era o Movimento de Fortalecimento do Sindicato, o MFS.

Audálio Dantas – Em nome dele os companheiros me convidaram para ser candidato à presidência. Eu tomei um choque porque não era o objetivo, nunca foi. Mas tinha um apelo que era a luta contra a ditadura e, claro, contra a situação do Sindicato. Eu pensei bem e avaliei: "Acho que esse é o fim da minha carreira de repórter, porque quando eu faço uma coisa eu me dedico integralmente". Aceitei e em abril de 75, em plena operação de caça aos comunistas. Ela tinha começado em janeiro com a história da gráfica do PCB, depois a prisão do Marco Antonio Coelho e de vários dirigentes do PCB do Rio de Janeiro, presos, alguns mortos. O Jayme Amorim de Miranda, que era jornalista, foi morto em uma casa chamada Colina.

Entrevistador - Esse era o nome da casa?

Audálio Dantas – Sim. Inclusive tinha sido morto o Luís Eduardo Merlino, que também era jornalista.

Entrevistador - Foi antes do Vlado?

Audálio Dantas – Sim. E o sindicato não se envolvia.

Entrevistador - O sindicato era totalmente alheio a essa questão.

Audálio Dantas – Totalmente.

Entrevistador - Mas antes de entrar nessa questão da politização que ocorreu, eu queria conseguir apreender um pouco na sua vida de repórter e de editor a relação do jornalista com o Sindicato. Havia uma presença do sindicato no dia-a-dia ou não havia?

Audálio Dantas – A minha experiência em relação ao Sindicato veio exatamente nessa fase, porque como todos nós jornalistas fomos apanhados pelo rabo pelo golpe militar, aí houve o interesse desses jornalistas pelo Sindicato.

Entrevistador - Um canal de expressão política. Porque o sindicato foi formado em cima dessa questão trabalhista e também da questão do registro profissional, do diploma de jornalismo, essas coisas que estavam no inicio de 37. O Breno Pinheiro, aquele pessoal lá, o Sindicato começou com essa coisa muito forte da regulamentação, além da questão trabalhista.

Audálio Dantas – Já se falava na necessidade de ensino específico, etc. Tanto que eu estou terminando de escrever o livro sobre o caso Herzog e uma das coisas que entra é a historia do Sindicato. Sempre foi um sindicato de luta e, na sua origem, apareceram figuras importantes entre as quais Oswald de Andrade. Ele foi muito bem-vindo porque era um intelectual de importância e etc. Mas ele queria um sindicato que, entre aspas, poderia ser um sindicato liberal, digamos, que trouxesse liberais que não precisavam estar trabalhando. Não precisava estar no dia-a-dia da redação.

Entrevistador - Então é um ponto, aquele momento, me parece, não estava formada nitidamente a profissão de jornalista.

Audálio Dantas – Não estava. Tanto é que havia uma luta nacional de vários sindicatos pela regulamentação profissional. Eu não tenho muita informação a respeito, mas acho que o próprio Breno devia ser um dos caras que defendia isso, porque tinha a preocupação com a profissão, com o direito do trabalho, e em 69 é que veio a regulamentação.

Entrevistador – Sim, o Decreto 642 é da Junta Militar.

Audálio Dantas - Tanto é que trabalharam na Folha algumas figuras conhecidas como Noé Gertel, que era um antigo líder comunista do PCB e tinha uma historia bastante importante. Como eu cheguei na Folha ainda garoto, fui adotado. Ele foi um dos que me adotaram. Em 62, acho, ele me encontrou e disse assim: “Olha, você precisa ser registrado, porque o Ministério do Trabalho...”.

Entrevistador - Já havia o registro.

Audálio Dantas – Já havia o registro, mas não havia a regulamentação. Eu me registrei em 1962, e ele disse: “Daqui a pouco vão te exigir o diploma e você vai ter que ir para a escola”. (risos)

Entrevistador - Naquela época o sindicato era mais próximo dos jornalistas?

Audálio Dantas – Não, podia ser mais próximo no que diz respeito às reivindicações salariais e trabalhistas de um modo geral, mas do ponto de vista político era...

Entrevistador - Você fala na época do Campanhole?

Audálio Dantas – Em 66, quando o Castelo Branco mandou para o Congresso a proposta da Lei de Imprensa, o Sindicato não se moveu. Então, o grupo de jornalistas

da oposição sempre, dos que não tinham vez, tentou que o Sindicato se manifestasse. E ele não se manifestou. Encontramos – eu me refiro a este grupo - no estatuto um artigo que garantia que um certo número de associados podia convocar uma assembleia. Nós conseguimos isso.

Entrevistador - Hoje eu acho que é 1%.

Audálio Dantas – O fato é que conseguimos formar uma Comissão de Liberdade de Imprensa à revelia da direção do Sindicato.

Entrevistador – No sindicato?

Audálio Dantas - Dentro do sindicato, você vê que a participação era nesse sentido.

Entrevistador - Era mais politizada.

Audálio Dantas – Aí nós fizemos um grande movimento e conseguimos levar duas mil pessoas ao Teatro Paramount, na Brigadeiro Luís Antonio, em um ato contra a Lei de Imprensa. Não apareceu ninguém (da diretoria) do Sindicato.

Entrevistador - Quando foi o acontecimento no Teatro Paramount?

Audálio Dantas – Em 1967, o mês eu não lembro exatamente. Foi o ano da aprovação no Congresso da Lei de Imprensa, que viveu até outro dia.

Entrevistador - Tem um aspecto que eu quero abordar, o da politização, porque o Sindicato passou por diferentes fases. As eleições foram no inicio de 65, se eu não me engano, quando o Campanhole assumiu e os conservadores ficaram lá até 75, até a sua eleição. Pelo que a gente lê, pelos nomes que a gente vê no histórico que o José Hamilton fez lá e de outras coisas que a gente conhece, parece que a maior parte do tempo, de 37 a 65, havia uma hegemonia do Partidão.

Audálio Dantas – Eu não tenho conhecimento exato e geral sobre isso, mas uma coisa é fato: houve a participação política de figuras importantes no Sindicato, entre os quais, um que foi presidente que era dirigente do PCB, o Marcelo Tulmann Neto. Depois houve outro, não me lembro bem. E houve também, mesmo não havendo ligação com o PCB, pessoas com comprometimento político importante, caso do Freitas Nobre, já nos anos 50. Havia figuras ativíssimas no Sindicato, como Vitório Martorelli. Ele era um cara radical. Eu participei, não me lembro bem se foi em 56 ou em 57, de um Congresso Nacional de Jornalistas em Belo Horizonte, e ele foi lá como

coordenador da bancada de São Paulo. Ele botava a boca e queria enfiar pela goela as suas ideias.

Entrevistador - Esse eu não conheço tanto a história dele. Conheci um pouco a história do Fúlvio Abramo porque fui entrevistá-lo. Ele foi muito importante na greve de 1961.

Audálio Dantas – Eu participei, trabalhava na revista O Cruzeiro, e havia os famosos piquetes. Vários membros do PCB participaram da greve.

Entrevistador - Nas entrevistas que eu fiz com o Fúlvio, ele falou que teve um trabalho político muito intenso de costura, com as direções de vários grupos e com os gráficos, o que garantiu em parte o sucesso na greve.

Audálio Dantas – Em 79 teve uma adesão muito forte.

Entrevistador - Em 79 a adesão foi forte, mas a direção estava rachada. (risos)

Audálio Dantas – Era uma greve marcada pelo PT que estava surgindo.

Entrevistador - Uma das coisas que se observa é que o Sindicato tem uma função híbrida. Como temos uma profissão que não tem Conselho, ele faz muitas vezes esse papel. Isso acontece marcadamente nos sindicatos estaduais, principalmente na FENAJ.

Audálio Dantas – A grande bandeira tem sido a defesa da exigência da formação específica.

Entrevistador - E como você avalia essa questão?

Audálio Dantas – Depois que eu fui para o Sindicato comecei a acompanhar o movimento da Academia e perceber que a exigência da formação específica é um fator importante. Esse é o motivo pelo qual o empresariado combate tenazmente a exigência. A exigência da formação automaticamente faz com que as pessoas que vão para a profissão estejam integradas e tenham o sentido da defesa do trabalhador. Fora disso, começa a entrar um cara daqui e outro dali e essas pessoas não vêm isso porque elas têm na origem outros interesses. Isso enfraquece o movimento de organização da categoria.

Entrevistador – Existe uma tendência de não ver a ligação entre uma coisa e outra.

Audálio Dantas – Ao mesmo tempo, eu acho que o Sindicato e a FENAJ têm que ficar o tempo todo com essa bandeira e isso se torna um negócio repetitivo, sem muita imaginação, não se parte para outras discussões importantes.

Entrevistador - Quais outras que você apontaria no contexto?

Audálio Dantas – A questão da defesa da liberdade de informação, dessa liberdade de informação que de certa forma se passa ao largo, mas que ainda não está resolvida. Primeiro se conviveu 40 e tantos anos com a Lei de Imprensa. Ao mesmo tempo foi liquidada a Lei de Imprensa, pelo menos um instrumento dessa lei que era a garantia do direito de resposta, foi perdida. Essa questão está jogada em meio à questão das concessões de canais de rádio e TV. Não é dizer que não se faça, mas não se faz com a devida força.

Entrevistador - Você acha que essas questões não estão sendo muito bem trabalhadas?

Audálio Dantas – O sindicalismo de um modo geral, em função da globalização da economia, da crise econômica que o País atravessou e do desemprego, teve um refluxo - de um modo geral e no nosso também.

Entrevistador – Como você vê hoje os jornalistas nas redações, principalmente os colegas mais novos? Há uma diferença?

Audálio Dantas – Para começar é evidente que isso tem a ver com o contexto histórico, muita gente acha que o grande momento de aglutinação, de presença da categoria no Sindicato, foi na morte do Vlado. Foi o ápice disso, mas já estava havendo um movimento de fortalecimento do Sindicato. E antes - nós tomamos posse em maio - e antes de outubro, quando começou a onda de prisões, nós tínhamos conseguido um número fantástico de novos associados e movimentação em torno de questões importantes. Nós fazíamos debates sobre política externa brasileira, sobre liberdade de imprensa, enfim essas questões que estavam precisando de discussão. Isso levava muita gente, lotávamos muitas vezes o auditório do Sindicato. Levávamos personalidades como o Barbosa Lima Sobrinho, inventamos um título de jornalista emérito, esse tipo de coisa, e isso movimentou muito.

Entrevistador - Mas havia mais presença?

Audálio Dantas – No momento da morte do Herzog a presença foi notável. Nesse sentido eu continuo dizendo que um dos segredos foi a origem da formação da chapa. Não se declarava tendências políticas, não se perguntava. Muita gente acha que foi o partidão que elegeu a chapa. Ele teve uma participação importante na organização do

movimento, mas não foi hegemônico, só tinha um ativista da nossa chapa, que era suplente da Executiva. Havia vários ex-militantes do Partido Comunista, como o José Aparecido.

Entrevistador - Como foi o fim da sua gestão? Porque depois você foi para a FENAJ?

Audálio Dantas – A minha gestão terminou em 78. E a proposta do MFS era da eleição a partir não de uma formação de conchavo, mas aberta, de se fazer uma convenção. Foi feita uma convenção e uma pesquisa nas redações, uma espécie de eleição, e daí sairiam os candidatos. Eu tive uma votação enorme, mas eu não queria continuar.

Entrevistador - O seu mandato foi de 75 a 78?

Audálio Dantas – Quando terminou, veio o David de Moraes como candidato. Nas redações, eu tinha 80%, e eu tinha ao mesmo tempo uma preocupação, eu pretendia voltar para a redação, era o objetivo. Não fazer uma carreira sindical.

Entrevistador - E você conseguiu?

Audálio Dantas – Eu fiquei um tempo, como editor da Nova, mas aí começou um movimento para candidatura a deputado, em 78.

Entrevistador - Pelo PMDB?

Audálio Dantas – Pelo PMDB, deputado, eu estava em todas as listas de comunistas do Congresso Nacional, mas nunca fui filiado; tem muita gente que acha que eu era filiado. Eu era mais próximo do Partidão, principalmente em função da discussão em torno dos meios de combate à ditadura.

Entrevistador - Quando o David assumiu, a chapa em que ele assumiu, era uma chapa de frente ainda ou ela era uma chapa mais para PT? Você apoiou a eleição?

Audálio Dantas – Sim, porque era o nosso campo, o nosso campo era o campo da oposição. Outra coisa seria voltar ao status quo.

Entrevistador - Você foi para FENAJ também?

Audálio Dantas – Eu fui para a FENAJ em 83.

Entrevistador - Já era eleição direta?

Audálio Dantas – A proposta de eleição direta na FENAJ surgiu no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, na minha gestão, e foi levada para um Congresso no Espírito Santo, pela gestão do Gastão Tomás de Almeida. Quando fui candidato, foi em função de um movimento que já reagia contra essa coisa de reescrever a história. Eu sofri uma

pressão forte do outro candidato que me apontava como sendo o candidato do partidão.

Entrevistador - O candidato que você fala é do pessoal do PT?

Audálio Dantas – Aí já era o PT. O Rogério Medeiros, o outro candidato, chegou a mandar um telex para o Freitas Neto, que era o presidente do Sindicato em Alagoas, e era um dos que me apoiava: "Pô! Você está apoiando o pessoal do Partidão". Eu ganhei a eleição porque tinha sido um dos proponentes da eleição direta. Então, você tinha que ganhar também no maior número de colégio.

Entrevistador - Você tinha que ganhar também no maior número de colégios eleitorais que eram os representantes dos sindicatos que votavam?

Audálio Dantas – Não, eram os presidentes, eram os representantes da Federação, que formavam um Conselho. E aí você tinha que ganhar a eleição direta, nominalmente com muito mais votos, mas tinha que ganhar também no maior número dos sindicatos.

Entrevistador - Nesse momento foi a disputa com o pessoal que não era nem Partidão e nem PT. Na verdade eram os antigos dirigentes que queriam ficar?

Audálio Dantas – Eles não entraram nessa eleição, sabiam que não tinham chance. Foi o primeiro movimento nacional dos jornalistas em defesa de uma tese democrática de renovação de eleição, do sistema eleitoral, e uma mobilização em torno de propostas gerais de interesse da categoria.

Entrevistador - Ainda hoje existe essa tradição e essa necessidade nas campanhas eleitorais da FENAJ.

Audálio Dantas – Se comprometer com a categoria e com as reivindicações.

Entrevistador – Você analisa que foi isso que transformou a FENAJ em uma Federação forte?

Audálio Dantas – Claro! Tanto que na minha gestão, apesar de uma grande oposição que eu tive lá dentro, dos remanescentes, porque, segundo esse sistema, quem tinha votos em determinados Estados participava da diretoria. Foi o caso do Armando Rolemberg, o meu grande opositor. Em 1984, eu estava em Brasília, mas minha base não ficava. Na campanha das Diretas nós nos envolvemos totalmente e entramos com

uma representação na Justiça contra o comandante do Exército no Planalto, o general Newton Cruz. Ele comandou o Estado de Emergência em Brasília durante a votação.
A imprensa em Brasília foi censurada durante a votação do projeto da emenda das eleições diretas, do Dante de Oliveira, e nós entramos com representação na Justiça contra aquele general. Nós entramos com a representação considerando que, ao censurar os veículos de Brasília, estavam censurando o País inteiro. Eu fui entregar essa representação, eu e mais dois ou três dirigentes. Na minha ausência, a sede da FENAJ foi invadida por policiais. Prenderam o vice-presidente, Francisco Pinto.
Isso pra você ver que a nossa luta não chega ao noticiário dos jornais. Isso foi noticiado assim: "A sede da OAB foi invadida". A revista Veja cobriu e não deu uma nota.
Entrevistador - Tem um aspecto que não fica muito claro, até que ponto a censura é exercida pelos próprios colegas?
Audálio Dantas – É medo, servilismo ou omissão: "Não adianta mesmo porque o patrão não vai deixar", e então o cara não faz. No caso do Herzog, nas prisões que o Sindicato começou a denunciar, nós fazíamos nota e no começo não saía nada. Alguns publicaram. No caso Herzog, o Sindicato fez aquela nota de denúncia na primeira página dos jornais e os coleguinhas chegaram perguntando: "Cadê a nota? Já tem a nota?".
Eu acho que a morte do Herzog serviu para mexer com essa acomodação, mas isso não significa que tenha terminado. Depois da queda da ditadura continuou. Na época, eu mandei uma carta para a revista Veja, observando isso, e a resposta foi burocrática: "Havia muita coisa relevante". Não foi relevante!
Entrevistador - A sensação que a gente tem, estando lá no Sindicato, é que há uma nítida censura.
Audálio Dantas – Sim, e é uma censura de vários coleguinhas. Hoje nas redações, principalmente nos grandes jornais, você fala em sindicato e as pessoas não estão nem aí, são pessoas que se julgam tão modernas que não têm o comprometimento.
Entrevistador - A Folha combateu abertamente os sindicatos em nome de uma modernidade.
Audálio Dantas – Sim. Em nome da liberdade de expressão.
Entrevistador - E que o Supremo acabou abrigando essa tese.

Audálio Dantas – Sim claro! Ficou claríssimo.

Entrevistador - Ficou consignado lá, a juíza, o procurador aqui de São Paulo, e o Supremo também.

Audálio Dantas – Aí eu acho que isso está ligado ao próprio refluxo do movimento sindical no geral e no nosso também. A questão do diploma é importante, mas há outras como o direito de resposta. Você tem o direito de dizer tudo sobre uma pessoa, e o direito de resposta não existe. O jornalista se julga acima do bem e do mal; ele se acha o árbitro. Na verdade, o árbitro é o dono do jornal, mas ele é o subárbitro.

Entrevistador - Mas ele não arbitra tudo.

Audálio Dantas – Ele arbitra na medida em que se julga imune ao chegar e dizer o que ele queira, em nome de uma suposta moralidade.

Entrevistador - Aparentemente isso seria contra o interesse do jornalista. Ele tem esse poder hoje? Por que ele abriria mão desse poder?

Audálio Dantas – Mas aí é o papel que o sindicato tem a exercer. E o social? O democrático? Vamos colocar em discussão essa coisa. Outra coisa, ninguém se pergunta por que continua tendo tortura no País, a tortura política e a tortura contra um preso comum é um escândalo. Aí você faz a matéria, estampa a fotografia de três infelizes e depois, não sei quanto tempo depois, descobrem que os caras não tinham culpa. Por quê? O jornalista não foi perguntar, ele confiou na informação oficial da policia e foi em frente. Eu acho que essas questões precisam ser discutidas, são questões éticas e tem muito a ver com a luta democrática.

Entrevistador - O próximo passo para o jornalista não seria a questão do Conselho Profissional? A ética da profissão em si, quem entra, ou não entra, como regula, ou desregula, enfim.

Audálio Dantas – Eu acho de pleno interesse da categoria de jornalista ter o seu Conselho, assim como outras profissões têm. A busca por um caminho - aparentemente mais radical - levou que se cometessem erros. A Federação cometeu um erro grande ao encaminhar a situação para o Conselho Federal de Jornalismo. Você pode dizer Conselho Federal de Sociologia, de Engenharia, Medicina, mas não é de Jornalismo, porque o jornalismo é uma instituição que envolve tudo, envolve patrão, empregado. Isso foi corrigido depois.

Entrevistador - Foi, mas já tinha ido para o saco.

Audálio Dantas – Eu sou plenamente a favor, é um caminho, quando se fala em regulação da profissão e, quando todo mundo sai desfraldando a bandeira da liberdade de expressão, não quer fazer censura e aquela coisa toda. É porque aí, envolve interesses empresariais.

Entrevistador - Eu mesmo quando estive lá fiz um ato de liberdade de imprensa. Eu convoquei em frente ao Tribunal.

Audálio Dantas – Eu fui.

Entrevistador – Não.

Audálio Dantas – Num desses daí eu fui.

Entrevistador – Não foi ninguém, foi uma coisa deplorável e deprimente.

Audálio Dantas – Tinha quatro ou cinco pessoas.

Entrevistador – Quando os patrões falam em liberdade de imprensa ou a SIP, tudo existe e tem sentido, mas quando o Sindicato fala, aí não tem espaço nem entre os próprios colegas. Talvez não seja o Sindicato que esteja distante. Talvez as pessoas estejam distantes de sua profissão, precisando ser chacoalhadas para perceber que essa profissão precisa ser revista.

Audálio Dantas – Na minha gestão foi aprovado o Código de Ética, em 1985, no Congresso Nacional em Recife. Foi a proposta mais democrática possível, porque houve várias contribuições. Uma delas muito importante, que eu me lembro bem, foi do Didimo Paiva, que era do Sindicato de Minas Gerais. Esse código vigorou até outro dia, mas quem dá importância? Os nossos companheiros absolutamente ignoram essa coisa.

Entrevistador - Mas continua lá, continua vigente? Só que é uma Comissão que fica no Sindicato. Mas o Sindicato, em parte, tem responsabilidade porque não dá publicidade.

Audálio Dantas – É, tem isso também. Agora foi modificado.

Entrevistador - Ele foi, na minha gestão, inclusive eu participei disso, mas não foi modificado essencialmente. O problema é que não tem importância.

Audálio Dantas – É letra morta, praticamente.

Entrevistador - Alguma coisa precisa ser feita no sentido de que ele fique no centro da atividade da produção.

Audálio Dantas – O Conselho Federal tem que ter forçosamente esse Conselho de Ética funcionando, claro.

Entrevistador - Depois dessa decisão no Supremo, eu fico pensando se não temos que montar um Conselho Profissional independente de qualquer legislação, mas que seja reconhecido na profissão.

Audálio Dantas – Isso pode ser feito na Federação, com a participação dos sindicatos em geral, podemos dizer que era um Conselho, como havia em outros tempos, um Conselho de Anciãos, com uns caras como Barbosa Lima Sobrinho, esses tipos.

Entrevistador - Eu pensava em um Conselho que fosse eleito pela base, que tivesse importância e conhecimento construído pela base, que tivesse essa importância.

Audálio Dantas – É uma boa ideia.

Entrevistador – E que fosse construído em um processo.

Audálio Dantas – Você não propôs isso à FENAJ?

Entrevistador - Não propus, eu estou pensando em levar uma tese para um desses Congressos, eu não sei se diria pela FENAJ. Na minha interpretação, a Federação ficou muito marcada com determinadas defesas e ela não penetra em setores da categoria que são importantes para um Conselho.

Audálio Dantas – Mas precisa de algum centro aglutinador.

Entrevistador - A ABI?

Audálio Dantas – A ABI não existe mais.

Entrevistador - ABI é uma capa que não tem nada por dentro.

Audálio Dantas – É uma casca de ovo podre.

Entrevistador - Então é assim, ou parte dos próprios profissionais que estão no mercado de trabalho, ou não tem uma entidade hoje que os emocione, que os motive.

Audálio Dantas – O que eu digo é que talvez tenha que haver um núcleo fundador, ou uma entidade.

Entrevistador – Talvez as pessoas, talvez um núcleo de pessoas que tenham conhecimentos em diferentes áreas. E com isso terminamos nossa entrevista, Audálio. Muito obrigado.

D.4 - Entrevista com Luiz Carlos Azenha - 8 ago. 2011

Entrevistador – Hoje é 8 de agosto de 2011. Vamos iniciar esta entrevista com Luiz Carlos Azenha para o doutorado de Fred Ghedini. A primeira pergunta é qual a data e o local em que você nasceu?

Azenha - 23 de novembro de 58. Bauru. Interior de São Paulo.

Entrevistador - E você é jornalista formado? Onde se formou? Em que ano?

Azenha - Eu comecei muito cedo a trabalhar, quando tinha de 12 para 13 anos, no interior de São Paulo. Mas eu me formei bem mais tarde na Escola de Comunicações e Artes da USP. Meu diploma é de 87. Mas eu terminei a faculdade antes de ir pros Estados Unidos, em 1985.

Entrevistador - Você é casado? Tem filhos? Qual é o seu estado civil? Sua situação familiar?

Azenha - Eu sou solteiro. Tenho duas filhas. Fui casado nos Estados Unidos, mas o casamento não vale no Brasil. Então, me considero solteiro no Brasil. Uma das filhas, a mais nova, Manuela, é jornalista recém-formada.

Entrevistador - E você. Você pode dizer o seu nível de renda, em termos de salários mínimos?

Azenha - Uns 30 salários mínimos, por aí...

Entrevistador - E você é sindicalizado, Azenha?

Azenha - Sou sim.

Entrevistador – Por que você decidiu ser jornalista?

Azenha - Hoje, olhando em retrospectiva, acho que meu pai era um escritor frustrado. Ele gostava muito de jornalismo e esse amor pela notícia, pela informação, entrou muito cedo na minha casa. Meu pai era comunista, militante, no interior de São Paulo...

Entrevistador - Como era o nome dele?

Azenha - José Rodrigues Azenha. Foi preso algumas vezes no período que a gente tava crescendo. Então, para nós, essa coisa do jornalismo ... a gente ouvia a rádio de Moscou à noite, a BBC de Londres, a rádio de Pequim. E lia o *Estadão*. Aquilo era como

se fosse o sangue na nossa veia, entendeu? O jornalismo era muito importante. A gente notava no meu pai que aquilo era muito importante. Quase uma coisa que a gente aprendeu por osmose, assim dizendo. A gente aprendeu jornalismo não de uma forma intelectual, mas de uma forma passional. Assim foi tanto o meu aprendizado quanto o do meu irmão, que também é jornalista. Meu pai esperava aquele *Estadão* que vinha com os poemas do Camões e a gente saia pra comprar o *Movimento*! E a gente saia pra comprar o *Pasquim* e aquilo era um amor muito grande pelo jornalismo. E ficava meu pai ouvindo à noite a rádio. As emissões em português, BBC, na época do regime militar. A gente sabia que aquilo era meio proibido. Então foi assim...

Entrevistador - Como elemento de perfil este é um dado muito importante porque essa forma de aproximação passional com o jornalismo introduz você na profissão de forma mais integral e integrada.

Azenha - É... interesse público... Nossa, a gente sempre foi uma coisa bem idealista. A gente não entrou pra ganhar dinheiro... Era algo mais próximo de uma missão.

Entrevistador - É porque essa questão do idealismo, da forma como é geralmente colocada, tem um forte elemento redutor, até mesmo depreciativo. Não sei se você concorda comigo. Porque hoje isso está muito em baixa. As pessoas tendem a desmerecer, a dizer que a aproximação com o jornalismo por idealismo não tem sentido, que é melhor cuidar das coisas práticas, não é?

Azenha - É.

Entrevistador – Então. Eu falo em outro sentido. Quando você diz que é algo passional – e eu prefiro classificar como algo integral – é porque nada no ser humano é emoção ou razão, separadamente.

Azenha - É...

Entrevistador – Então, se você aprendeu a profissão de uma forma que você chama de passional, isso é muito bom. Porque como ser humano você nunca poderia deixar de ser racional também.

Azenha - Eu quero dizer que tinha toda a técnica. A gente foi aprendendo e tal, com o passar do tempo, mas a gente entrou no jornalismo como se fosse para realizar uma missão. Ah... isso é uma coisa muito legal e importante de fazer na vida.

Entrevistador – Ou seja, você teve uma apreensão da profissão mais totalizada do que se tem muitas vezes na escola. Porque na escola é um pouco...

Azenha - Difícil dizer, não é? Porque eu vejo tanto jovem jornalista também assim.

Entrevistador - Apaixonado?

Azenha - É. Tem bastante.

Entrevistador - Fale um pouco do seu histórico profissional.

Azenha - Eu comecei quando era muito menino mesmo, no jornal do interior. Era um jornal do Alcides Franciscato, de Bauru. Porém, ele indicou pra dirigir o jornal um sindicalista cassado que era amigo do meu pai, o Wilson Costa. Comunista, ex-comunista... enfim. Isso, apesar de ser um jornal de um empresário que mais tarde se tornaria prefeito e deputado da Arena, o partido do regime militar. A apreensão que esse empresário tinha do jornalismo, pela ótica do diretor, permitia que houvesse algum nível de pluralismo dentro do jornal, que tinha lá os esquerdistas dele, vamos dizer assim. Então, foi bom quando a gente cresceu nesse jornal. Era um jornal que tinha dinheiro, que comprava máquinas, e tinha também agência de notícias. Era um jornal que estava crescendo com novas tecnologias, o primeiro em off-set no interior do Brasil. A gente, por ser bem jovem, começou a aprender muito cedo. Tivemos acesso ao aprendizado na prática, o que foi muito peculiar e muito interessante.

Entrevistador - Você já disse que era muito novo, 12 para 13 anos, não é? Como se chamava esse jornal?

Azenha - *Jornal da Cidade*, de Bauru. Sim eu tinha de 12 para 13 anos. Comecei como auxiliar na coluna de esportes. Depois eu fui colunista de esportes amadores, fui subeditor de esportes e editor do noticiário local.

Entrevistador – E o jornal ainda é da família Franciscato?

Azenha - Ainda é.

Entrevistador - E de lá?

Azenha - Eu fui pros Estados Unidos como bolsista. Fiquei um ano fora do Brasil. Eu entrei na ECA, depois saí e fui pra TV Globo de Bauru. Rede Globo Oeste Paulista ali no interior, uma afiliada da Globo. Depois foi transformada em Rede Globo Oeste Paulista. Aí eu vim pra Globo de São Paulo, cobrindo férias. Fiquei meses e meses morando aqui, completei a faculdade, fui pra TV Manchete e fui enviado para os

Estados Unidos como correspondente. Fiquei muitos anos na Manchete, passei para o SBT. Voltei para o Brasil, retornando para a Globo no Rio de Janeiro, em 99, onde fiquei até 2002, quando me transferi para a Globo de Nova Iorque, ficando até 2006, quando me desliguei da emissora. Em 2008, fui para a Record.

Entrevistador - E você tem um blog também que é o Vi o Mundo. Como é que isso se encaixa nesse seu jornalismo televisivo?

Azenha – Quando eu morava em Nova Iorque recebi uma pessoa que foi, desde muito cedo, um amigo ligado em tecnologia, dono de uma empresa de hospedagem de site. Ele me falou: “Por que você não faz um blog?” E isso bateu muito com meu sentimento de não conseguir encaixar informações que eu levantava nas matérias do Jornal Nacional de um minuto. Eu tinha uma grande frustração, porque eu via um milhão de coisas, aí tinha que resumir para um minuto? Em 2004 eu criei o blog com este objetivo. Eu comecei a contar as histórias da minha profissão. Morava bem de frente pra onde as Torres Gêmeas tinham sido detonadas em 2001 e comecei o blog fotografando e mostrando lentamente os prédios subindo em volta. E o blog foi crescendo.

Em 2006 ele teve um momento de conhecimento muito grande, durante a cobertura das eleições presidenciais no Brasil, quando houve um episódio envolvendo um delegado da polícia federal, Edmilson Bruno, que vazou informações sobre o episódio envolvendo integrantes do PT, que ficaram conhecidos com “aloprados do PT”. Havia uma conversa gravada entre o delegado e os jornalistas que participaram do vazamento, que eu achei jornalisticamente relevante. A Globo não achou. Ela tinha a gravação e não pôs no ar. Eu botei no meu blog. Isso causou o maior "auê" não é? Era relevante a gravação porque mostrava que tinha sido uma armação prévia, na véspera da eleição, para afetar o seu resultado. A Globo optou por não divulgar a gravação.

Entrevistador – Por quê?

Azenha - Porque de certa forma revelava que o vazamento das fotos do dinheiro que foi apreendido dos petistas foi feito na quinta-feira, precedendo o primeiro turno de votação. A armação foi feita pelo delegado Bruno para que impactasse o resultado do primeiro turno.

Entrevistador – Entendo.

Azenha - A gravação é pública e mostra o delegado armando com os jornalistas. “Oh... vocês pegam, usam o photoshop”, como se fosse um editor. Ele troca informação com os jornalistas. E eu botei a gravação e a transcrição dizendo “Olha gente, o delegado Bruno combinou tudo com os jornalistas. Vamos ver como foi”. Como a Globo resolveu não divulgar, eu botei no meu blog. Meu blog foi muito acessado e ficou conhecido a partir daquele momento.

Entrevistador - E isso teve alguma repercussão na sua relação com a Globo?

Azenha - Eu saí da Globo depois disso, não é? Pedi rescisão contratual antecipada, entre o fim de 2006 pra 2007. Na verdade eu estava muito cansado. Foi um ano cansativo porque foi a primeira vez que eu constatei uma tentativa de usar o meu trabalho para distorcer o resultado de uma campanha eleitoral. Eu pedi para sair. Eu não teria mais uma boa relação com meu empregador, que estava tentando usar meu trabalho para prejudicar um partido em favor de outro.

Embora a Globo não quisesse rescindir meu contrato, eu insisti em sair e eles aceitaram desde que não fizesse outro contrato com emissora concorrente até o vencimento do que eu tinha com eles. Fiquei sem remuneração e fora de televisão até a data. Então fui contratado pela Record.

Entrevistador - Foi uma questão...

Azenha - Ética.

Entrevistador - E hoje então você faz... você é repórter da Record e blogueiro?

Azenha - E blogueiro. Sem nenhuma interferência. A Record aceita isso.

Entrevistador - A Record, contratualmente, faz alguma referência ao blog?

Azenha - Não faz referência e é apalavrado que a Record não tem nenhum tipo de ascendência sobre o meu blog.

Entrevistador - Você não pode usar nenhuma matéria da Record no seu blog? Porque eu vi uma entrevista que você fez...

Azenha - Não. O que eu não posso é usar informações dos bastidores da Record no meu blog. Existem normas dentro da Record. Eu não posso ouvir uma conversa no corredor e botar no meu blog. E eu acho isso justo. Apesar de que não existisse isso na Globo, jamais peguei alguma conversa que eu ouvi de um diretor e botei no blog. Acho isso incorreto eticamente.

Entrevistador - Mas matérias você pode, matérias você pode baixar?

Azenha - As minhas próprias matérias. Posso. Posso.

Entrevistador - Sem nenhum problema?

Azenha - Sem nenhum problema.

Entrevistador – Fale um pouco sobre este 'ser blogueiro'.

Azenha - Sim. Acho importante ser blogueiro. Nesses últimos 5 ou 6 anos eu tenho tido muito prazer em fazer o blog. Para mim ele representou o renascimento da minha paixão pela profissão.

Entrevistador - Olha só hein!

Azenha - Porque eu vinha me distanciando muito por causa da perda de poder em colocar no ar o que você quer nas emissoras de televisão. Houve uma centralização muito grande das redações. E aí os repórteres descobriram que perderam muito espaço dentro das redações.

Entrevistador - Havia mais liberdade?

Azenha - No passado havia mais. E o blog foi um caminho que eu encontrei pra equilibrar isso.

Entrevistador - Então, esses são elementos importantes do seu perfil. Ao mesmo tempo, você é um jornalista politizado porque você tem uma visão politizada da profissão.

Azenha – Sim.

Entrevistador - E você como cidadão, você se define como de esquerda? Petista? Como se define em relação ao governo Dilma?

Azenha - Muita gente me pergunta: Você é comunista e tal por causa do seu pai? Não. Não sou por falta de conhecimento teórico. Não posso dizer que sou, entendeu? Se sou de esquerda? Sim. Se você considerar alguém que coloca o interesse público e os interesses da maioria como essencial para nossa vida como sendo de esquerda, sim.

Entrevistador - Mas você não se considera um militante de esquerda? Nunca foi?

Azenha - Não.

Entrevistador – Seu pai era militante do Partido Comunista?

Azenha - Ele era militante. Ativo militante comunista. PCB. Interior de São Paulo.

Entrevistador - Isso você nunca foi nem teve vontade de ser?

Azenha - É difícil você dizer, jornalista-militante, não é? Eu, por exemplo, quando vou pautar as coisas no meu blog, eu pauto com uma visão política. Todo jornalista tem sua visão política. Não existe neutralidade no jornalismo. É um absurdo o que se diz... Quem se diz "neutro" em geral é de direita. “Ah, porque eu sou neutro...” Eu, por exemplo, pauto as coisas do meu blog em cima de questões que eu considero politicamente relevantes. A minha visão é diferente da visão de outros jornalistas, entendeu? Por exemplo, nesse momento exato eu pauto as remoções que estão acontecendo por causa da Copa do Mundo. Por quê? Porque isso é um assunto quase proibido no Brasil. Vai da direita à esquerda: é um assunto proibido. O PT não quer falar nisso, o PSDB não quer falar nisso. Ninguém quer falar.

Entrevistador - Mas é importante?

Azenha - Vai contra essa ideia do Brasil grande. Nós crescemos e agora vamos sediar a Copa de novo. A Olimpíada. E eu gosto de provocar mesmo. O papel essencial do jornalismo é a provocação, entendeu? Provocar debate, então eu pauto isso.

Entrevistador – Portanto você se vê como um jornalista crítico?

Azenha - Jornalismo é crítico, a essência dele é a crítica. Sem crítica não existe jornalismo, podemos dizer. Na minha concepção é isso.

Entrevistador – São muitos anos de experiência profissional, certo? Você começou aos 12 anos. Em que ano isso foi?

Azenha - Quarenta anos atrás, quase. Ano que vem [2012] completo quarenta anos de profissão.

Entrevistador - Mesmo tendo uma posição de esquerda, você não é um apêndice do Governo, ou do partido ou de alguma coisa...

Azenha - De forma alguma. Não conheço ninguém no governo Dilma, não tenho fontes. Tem jornalista de uma fonte, de um político com o qual ele troca informações...

Entrevistador - Muito próximo das fontes...

Azenha - Muito próximo das fontes. Eu não tenho. Eu tenho amigos, conhecidos etc. Agora fontes dessas que eu como na mão... Faço questão de manter uma distância porque acho isso negativo. Não concordo com essa coisa de você ter tamanha proximidade com a fonte que se torne prisioneiro dela.

Entrevistador - Ainda como elemento definidor de perfil, tem algum aspecto que você acha importante? Como jornalista? Como cidadão?

Azenha - Eu acho que aprendi a ser muito pragmático. Não fico cobrando dos colegas que não têm a mesma situação profissional que eu, não fico cobrando que eles sejam suicidas dentro das redações. Sei das limitações que cercam a nossa carreira profissional.

As pessoas fazem o que podem dentro das circunstâncias. Já vivi isso dentro da Globo. Seria muito fácil eu usar o meu blog para ficar cobrando colegas. Nós jornalistas não somos donos dos meios. As minhas circunstâncias são muito particulares e me permitem, num blog, assumir posições que eu sei que outros jornalistas como eu não assumem.

Entrevistador – Você tem algum empregado, alguém trabalhando para você no blog?

Azenha - Não tenho. Só colaboradores.

Entrevistador – Qual a audiência do seu blog hoje?

Azenha - Depende muito. Férias de julho cai muito a audiência, de modo geral. Mas tenho uns 20 mil leitores por dia.

Entrevistador - É um índice de leitura muito bom, não é?

Azenha - É bom. É grande o blog. Tem bastante repercussão.

Entrevistador - Como você analisa hoje a profissão, em relação à qualidade do jornalismo praticado e em relação à qualidade das relações de trabalho e de vida dos jornalistas?

Azenha - Eu acho que nós tivemos uma massificação do jornalismo em termos de consumo. Muito mais gente consumindo. Então eu acho que houve uma queda de qualidade que é resultante da massificação pela média ou pelo mínimo denominador comum. Você tinha, na época do regime militar, jornais articulados politicamente com textos caudalosos, com informação robusta, mas você viveu no jornalismo um processo muito parecido com a educação no Brasil, com a saúde. No Brasil, milhões e milhões de pessoas foram incluídas na rede pública de saúde pública e na rede de educação pública. Uma tremenda massificação da educação no Brasil, começando lá no Fernando Henrique e que se ampliou enormemente no Governo Lula. A gente passa batido por isso, porque o SUS é um fenômeno espetacular do Brasil. Pega o SUS e

coloca nos Estados Unidos, que não tem sistema público de saúde. É uma grande conquista. O jornalismo obviamente que não passou pelo mesmo processo. Não é uma questão pública, mas você teve uma massificação dos jornais. Deixou de ser uma coisa só pra atingir o público de São Paulo, os leitores de São Paulo, Rio. Você precisou agregar milhões e milhões de pessoas ao processo. Isso foi feito através de televisão e mal e mal pelos jornais impressos. Mas, agora, muito mais pela internet. Tem um processo hoje de trazer milhões de pessoas para dentro do consumo do jornalismo na internet.

Entrevistador - É. Talvez mais nos sites de relacionamento e menos no jornalismo.

Azenha - Não. No jornalismo também teve. Você tem o Terra, o IG, o UOL. Houve uma grande entrada de gente que consome um mínimo de jornalismo todos os dias. E houve um grande aumento no número de jornalistas.

Entrevistador - Pelo menos de recém-formados.

Azenha - De recém-formados nas escolas. E de gente militando, trabalhando.

Entrevistador - Eu cheguei a fazer um cálculo, Azenha, de que a gente tinha 200 mil estudantes de jornalismo no Brasil. Você sabe o que é isso? São Paulo crescia três mil por ano no mercado de trabalho. Você tinha 200 mil nas escolas de jornalismo.

Azenha - Eu acho que houve uma perda. A formação do jornalista deixou de ser uma formação crítica, baseada em humanas. A formação foi assumida pelos grandes grupos de comunicação. Você tem as escolas, mas quem forma o jornalista são os cursinhos da Abril, cursinhos da Folha, os cursinhos do Estadão, para tentar pegar a mão-de-obra e adequá-la ao seu consumo. Então você tem uma privatização da formação do jornalista. Há uma ligação, uma ênfase muito forte em desenvolver as técnicas do jornalismo. Eu acho que os jovens jornalistas levam muito tempo hoje para adquirir uma consciência crítica e uma capacidade de situar o leitor pra além da notícia.

Entrevistador - De fazer as conexões?

Azenha - De fazer as conexões necessárias pra explicar uma notícia. O jornalista hoje está apto para dizer que a bolsa de valores caiu em São Paulo 6%. Mas ele é incapaz de relacionar isso com a crise econômica mundial. Está havendo uma transformação muito grande na profissão à medida que os jovens jornalistas vão especialmente para a internet e são levados a fazer um pouco de tudo. O cara tem que fazer o áudio e, às

vezes, tirar fotografia, fazer o vídeo e fazer a pesquisa na internet. Mas tem pouca demanda para aprofundar, para contextualizar. Isso, vamos dizer, não é o forte das novas gerações de jornalistas brasileiros.

Entrevistador - Em relação à qualidade das relações de trabalho e de vida...

Azenha - Mudou muito. Quando as empresas eram menores, você tinha redações feitas por jornalistas. Então você mesmo era capaz de apontar. Tinha redação do Mino Carta na Veja, redação do Cláudio Abramo na Folha de São Paulo. Eram os príncipes das redações. De repente você teve a ascensão de executivos, vamos dizer assim, dentro dessas redações e um processo em que o aprendizado deixou de ser reflexo do trabalho desses grandes jornalistas que davam a marca, o nome. Eu aprendi jornalismo com jornalistas, na prática.

Entrevistador - Vamos dizer que o patrão tinha que negociar com eles.

Azenha - O patrão tinha que negociar. Essas empresas cresceram, adquiriram outros interesses econômicos. Todas elas. Se você pegar a Globo, ela tem associação até com o agronegócio hoje. Ela tem relações em vários...

Entrevistador - Ela tem mais de 100 empresas.

Azenha - Cem empresas. A Folha tem uma gráfica importantíssima que imprimiu o ENEM. A Abril tem vários outros negócios. Elas se deslocaram do jornalismo como interesse público para usar o jornalismo como uma ferramenta de seus próprios interesses. Então você teve uma série de mudanças no perfil do jornalismo e do jornalista nesses últimos anos em função dessas mudanças que são sociais.

Entrevistador - E isso refletiu na qualidade da relação de trabalho e de vida do jornalista?

Azenha - Sim. Porque você antes se relacionava com o editor chefe do jornal ou sua equipe, não é? Hoje você se relaciona com o aquário. O que o aquário falar hoje está falado. Houve uma centralização do poder muito grande. E a chefia hoje impõe aquela linha editorial que o patrão determina.

Entrevistador – Por que ele não tem mais que negociar com quem sabe?

Azenha - Não precisa negociar. Antes você sabia como era a guerra. E isso, todo mundo que cresceu no jornalismo sabe. À vezes o patrão tinha que negociar com o seu próprio empregado - o chefe da redação. “Não, isso eu não faço!” Acabou isso. Hoje há

uma centralização muito grande. E a própria formação do jornalismo reflete isso. Os patrões não querem gente muito crítica.

Entrevistador - E aí você tem um outro fenômeno muito extensivo que é substituir um jornalista por colunista experiente. Por colunista e por recém-formado ou estudante.

Azenha – Ah! sim. Também. Também. Isso aconteceu...

Entrevistador - Que é pra pagar menos.

Azenha - E você tem os colunistas quase sempre ideologicamente alinhados... É o time da casa. Hoje há a sistematização da produção da notícia. Antes era uma coisa muito de faro. Agora há a notícia como um produto industrial. Você abre o iPad aqui e tá tudo aqui. As manchetes, etc. e tal. Você não tem uma qualidade de conteúdo, mas a notícia tá aqui.

Entrevistador - Mas e a qualidade nas relações de trabalho?

Azenha - Você tem um empobrecimento muito grande das relações de trabalho dos jornalistas com os que antes eram tutores, que eram os formadores de novos jornalistas. Eles formavam pela persuasão, pela capacidade de trabalho, pelas ideias. Hoje é a maquininha de fazer matéria.

Entrevistador - E você é sindicalizado desde quando?

Azenha - Eu fiquei um tempo fora, quando fui para os Estados Unidos. Eu tenho que checar quando foi minha sindicalização.

Entrevistador - Você veio pra Globo do Rio. Aí se sindicalizou no Rio, então?

Azenha - Se não me engano me sindicalizei lá. Ou quando voltei pela segunda vez para a Globo de São Paulo.

Entrevistador - Como você define essa sua relação com o sindicato? É próxima? É distante?

Azenha - É uma relação distante. Não é uma relação próxima. De vez em quando eu vou lá, em eventos.

Entrevistador - Você acompanha a vida do sindicato?

Azenha - Não.

Entrevistador - Lê o jornal?

Azenha - Recebo e leio o jornal.

Entrevistador - O sindicato teve algum papel na sua vida profissional?

Azenha - Teve um papel essencial porque, como eu disse, no começo era aquela coisa da paixão, muito simbólico para nós – eu e meu irmão – e acho que para aquela geração. O sindicato é onde teve a manifestação quando foi morto o Vladimir Herzog. Então tinha essa relação com o sindicato como um palco da resistência.

Entrevistador - Na época da ditadura.

Azenha - Na época do regime militar, da ditadura, tal. Então isso é que foi a marca do sindicato pra mim.

Entrevistador - Tinha um compromisso, componente ideológico importante.

Azenha - Importante. Da luta pela liberdade, etc. e tal.

Entrevistador - Mais que relação de trabalho, defesa da profissão.

Azenha - Sim. Mais do que isso. É o que eu acho que falta hoje. Recentemente eu fiz uma entrevista com o Presidente da CUT, o Artur Henriques, e ele falou: "Sabe que a gente tá descobrindo, que nós precisamos ir além da reinvindicação trabalhista? Nós precisamos reivindicar questões da saúde, dos hospitais dos nossos trabalhadores, do transporte público. Nós precisamos ver a questão da educação porque nossos trabalhadores querem se educar e às vezes não têm acesso ao PROUNI." Eu concordo com ele. Acho que o afastamento do sindicato é porque ele foi buscar resultados concretos e esqueceu-se da dimensão humana do jornalista, a dimensão do trabalhador.

Primeiro, que o jornalista hoje é de classe média. Então, ele de fato se distanciou do sindicato por ser inclusive de classe média. Há também o fato de que o sindicalismo se afastou do jornalismo, do jornalista. O jornalista tem uma dimensão humana que vai muito além da profissão dele e o sindicato perdeu isso.

Entrevistador - Como é essa dimensão humana?

Azenha - O jornalista é muito mais do que um escritor de notícias e o sindicato nos trata apenas assim, essa é minha visão até hoje. "Ah, eu tenho dentista hoje", mas eu não preciso do seu dentista. Para alguns jornalistas isso é importante, mas o foco não pode estar voltado apenas nisso.

Entrevistador - Você tá falando de outra coisa...

Azenha - Eu acho que é a mesma coisa. Eu quero vir discutir no sindicato não só o fator previdenciário, se é obrigatório o diploma ou não. Eu quero discutir questões muito

mais amplas. A lei de imprensa que é uma outra dimensão do jornalista. Eu quero falar sobre as ações judiciais que são movidas contra blogueiros. Eu quero questões mais políticas mesmo. O Sindicato focou muito nas questões sindicais, questões salariais muito específicas.

Entrevistador - Vale pro piso, basicamente.

Azenha - O dissidio é o piso e o piso é importante para uma boa parte dos jornalistas. Mas têm muitos jornalistas freelancers para quem o piso não tem um impacto. E como atraí-los para dentro do sindicato? Acho que é necessário ter uma visão mais holística, mais totalizada do indivíduo que está ali. Em geral, acho que ele é muito focado em sindicalismo. As questões que para o sindicalista são importantes, às vezes são bizantinas, que não nos dizem respeito. O sindicalista, vamos dizer assim, no mal sentido, é o cara que conhece toda a máquina administrativa, conhece as disputas com a CUT, conhece toda a política interna do sindicalismo.

Entrevistador - Mas, então você concordaria com uma afirmação de que o sindicato e os jornalistas estão distantes? O problema existe? Não é um problema inventado?

Azenha - Eu diria que sim. Eu concordo. É um problema de duas mãos. Você vem de uma transformação completa da profissão. Não dá pra você ficar cobrando do sindicalista porque a mudança foi muito rápida e você tem que se adaptar a elas. Quando é que você ia pegar um iPad, abrir uma notícia e saber ao vivo pela Al Jazira, baseada em Bahrein, sentado com você nessa entrevista? As pessoas não se debruçam sobre isso (sindicalismo). Hoje as pessoas se debruçam sobre o quê? Sobre a economia, economia. Você vê. Tem MBA em sindicalismo? Não tem. É tudo no empirismo. Então, o sindicalismo, para mudar, tem que ser no empirismo, acerto e erro.

Entrevistador - Essa minha iniciativa [da tese] é um pouco nesse sentido. Mas não adianta eu “cobrar” do jornalista. Eu não consigo fazer isso de toda uma categoria profissional.

Azenha - Não, não adianta cobrar do jornalista.

Entrevistador - Porque se eu posso interferir é no sindicato. E não no conjunto de jornalistas. Porque quem pode pretender interferir no conjunto dos jornalistas é o sindicato.

Azenha - Mas é difícil você fazer uma cobrança... e também porque, tanto nós jornalistas quanto os sindicalistas vivemos num mundo que passou por uma transformação muito grande. Cobrar sim, mas com aquilo que eu disse, com pragmatismo, com...

Entrevistador - Fazer uma discussão e chegar a propostas factíveis?

Azenha - O mundo mudou tão rápido que é natural as pessoas serem pegas no contrapé.

Entrevistador - Sim, sobre isso nós concordamos. Mas eu insisto com você: não tenho como conversar com o conjunto da categoria. Eu posso conversar é com quem está organizado. É o sindicato, são os sindicalistas, não é? Ou quem se organiza de outra forma. O que o sindicato deve fazer pra gerar mais participação? Pra ele ser mais próximo e para se tornar mais forte?

Azenha - Eu acho que num quadro de crescimento econômico é mais difícil. É mais difícil organizar as pessoas se os salários estão crescendo e a demanda pelos serviços delas existe. O que eu faria se eu fosse sindicalista hoje? É me afastar das questões muito pequenas, das "picuinhas".

Entrevistador – Você quer dizer das questões estritamente trabalhistas...

Azenha - Isso. Você não pode, pra trazer as pessoas pra dentro do sindicato...

Entrevistador - Manter isso, mas deixar como um...

Azenha - Isso. As questões trabalhistas serão discutidas no seu fórum, na sua assembleia. No momento eu tentaria trazer as pessoas para dentro do sindicato, enfatizando a importância do sindicato. Como? Eu faria núcleo de palestras, debates com gente conhecida. Tentaria trazer o Michael Moore dos Estados Unidos. Eu juntaria um monte de blogueiro. Vamos discutir mídia social. Eu daria valor intelectual ao jornalista. O sindicato de jornalistas de São Paulo vai passar um filme espetacular que não passou em lugar nenhum pra vocês jornalistas! Nós vamos ter um debate com o diretor depois. Trazer temas de interesse.

Entrevistador - Mas fazer isso com maior intensidade...

Azenha – Olha gente, tá rolando uma crise econômica e nós vamos trazer a Maria da Conceição Tavares. Se não for ela, vai ser o presidente do IPEA para tirar dúvidas de vocês sobre a crise econômica internacional.

Entrevistador - Ou discutir a questão da liberdade de imprensa.

Azenha - Liberdade de imprensa...

Entrevistador - Ou de autonomia de trabalho do jornalista.

Azenha - Trabalho. Como fazer pra ganhar dinheiro na internet. O diabo que seja, mas eu tentaria trazer o jornalista pra dentro do sindicato.

Entrevistador - Para tratar da profissão, da vida deles.

Azenha - De questões. De questões intelectuais. Jornalista não é bobo. Eu acho que você conseguiria. Eu tentaria pelo menos trazê-lo por este aspecto mais integral. Que dissesse respeito mais à integralidade dele como cidadão e não apenas como jornalista.

Entrevistador - Como um tipo de cidadão muito particular, não é?

Azenha - É. Como um cidadão muito particular. Uma coisa de revalorização do jornalismo. O jornalista tá muito caidinho. Você tem que trabalhar essa coisa bacana que é a função.

Entrevistador - A questão do diploma derrubou, não é?

Azenha - A função pública.

Entrevistador - E se ficar só nisso, derruba mais, mais, mais.

Azenha - A função pública que a gente tem. Tendo ou não tendo diploma. A função pública que a gente adquire. Você vai envelhecer, você vai ver que é importante ter essa integridade profissional; vai fazer parte de quem você é. Quanto você ganhou também faz diferença, mas não é tudo na sua vida. Trabalhar um pouco mais essa coisa do jornalista como um ser integrado na sociedade.

Entrevistador - Na sua visão o jornalismo tem uma função social?

Azenha - Nossa! Só tem função social, que é representar o interesse público. Nós estamos vendo um fenômeno hoje que até partidos de esquerda estão abrindo mão: o de representar os interesses públicos por causa dos negócios. Você veja o Palocci consultor. Você dizer que o Serra é um cara de direita, é consultor, dá pra entender. Mas como entender que um cara que é o ideólogo, um dos ideólogos do Partido dos Trabalhadores, presta consultoria...

Entrevistador - É... o Palocci não era tanto...

Azenha - Mas prestar consultoria? Isso que é abrir mão do interesse público em defesa do direito privado.

Entrevistador - Mas o que o jornalismo poderia fazer?

Azenha - O papel do jornalismo é esse.

Entrevistador - Mas eu te pergunto: Faz?

Azenha - Deveria fazer. Se não faz, tem alguma coisa errada e cabe ao sindicato lutar para que faça. Porque a questão principal da nossa função no mundo, na minha opinião, ainda é defender o interesse público, colocá-lo acima dos interesses privados.

Entrevistador - Então, mas a pergunta eu insisto. O jornalismo faz isso hoje?

Azenha - Não.

Entrevistador - Ou tem limitações? Quais são elas?

Azenha – Não o jornalismo...

Entrevistador - Existe o PIG... Partido da Imprensa Golpista.

Azenha - O problema é o seguinte: durante o neoliberalismo, a imprensa, os grandes grupos de mídia, passaram a vender as ideias de que existe uma mão invisível no mercado que tudo corrige, que tudo comanda. Quando, na verdade, esse discurso do famoso PIG serve para fazer avançar esses interesses privados sobre o patrimônio público. Assim foram feitas as privatizações no Brasil. Você tinha um gigantesco patrimônio público e o convencimento todo foi feito por esses grandes grupos de mídia que estão ai: Estadão, Folha, Globo, Abril...

Entrevistador - E alguns participaram efetivamente.

Azenha - Exatamente. Participaram efetivamente do negócio. Então quando a gente fala do PIG é nesse sentido, entendeu?

Entrevistador - Mas você concorda com essa denominação?

Azenha - Você tem que olhar para o Pig como uma piada.

Entrevistador - Porque pig quer dizer porco também, partido da imprensa golpista, são os porcos, não sei o quê.

Azenha - Mas isso é uma coisa mais de satírica do que literal. Você tem que levar como uma sátira. Quem tocou isso muito pra frente foi o Paulo Henrique Amorim. Eu sempre falo para ele: “Paulo, você é o Carlos Zéfiro da internet”. Ele fala: “É a tradição do Pasquim”. O PIG não é pra ser levado como uma coisa a sério, literal. Toda a imprensa,

não. Ela tem gradações. Dentro da imprensa, dentro do PIG, vamos dizer assim. Você tem dezenas de ótimos jornalistas que estão fazendo o seu trabalho. Você tem outros que são mais identificados com os interesses do patrão. Então o PIG é mais satírico, vamos dizer assim.

Entrevistador - Sobre essa questão da exigência do diploma. Hoje a ação é quase toda centrada na FENAJ, em particular, e boa parte dos sindicatos.

Azenha - Eu não defendo o diploma, embora tenha diploma. Eu defendo o registro. Não acredito que o registro profissional só possa ser dado pra quem tenha diploma de jornalista. Acho que é uma certa reserva de mercado. A profissão tem condições de incorporar pessoas que tenham outra formação. Eu não sei como fazer para dar o registro. Acho que as pessoas, para exercerem a profissão de jornalista, devem ter o registro profissional adequado a certas exigências. Assim como você tem erros médicos, você tem erros jornalísticos.

Entrevistador - E quando você fala isso, você praticamente coloca a questão do conselho profissional. Porque quem dá o registro é o conselho.

Azenha - Eu já fui muito contra o conselho profissional. Não sou mais. Acho que agora com essa história do Murdoch...

Entrevistador - O problema do jornal sensacionalista dele lá?

Azenha - Não só isso. O que aconteceu com o jornal dele assim é o supra-sumo do jornalismo colocado nos últimos anos. Eu o identificaria desde o Reagan e com o neoliberalismo, a Thatcher. O jornalismo como uma coisa de esgoto mesmo, uma coisa para extorsão. Extorsão de grupos econômicos e de grupos políticos.

Entrevistador - A imprensa marrom...

Azenha - Globalizada. E turbinada.

Entrevistador - Deixa aquela imprensa marrom que a gente conhece no chinelo.

Azenha - Então eu acho que esse refluxo nós precisamos ter um conselho. Tem um conselho de economistas, não tem? Nós precisamos ter um conselho profissional.

Entrevistador - E a questão autoral? Você está informado da existência de uma entidade de defesa do direito autoral dos jornalistas?

Azenha - Sim.

Entrevistador - Como você vê isso?

Azenha – Ah! eu sou “copyleft”.

Entrevistador - Você entende que o jornalista é autor?

Azenha - Sim. Mas no meu blog eu sou copyleft. Então eu não defendo ideologicamente até para a reprodução no meu trabalho.

Entrevistador - Mas é uma coisa que deve estar no seu direito de dizer, eu abro ou eu fecho, ou você acha que deve ser aberto e ponto final.

Azenha – Sim, embora não tenha adotado especificamente no meu blog o cc (creative commons), um formato de copyleft que existe.

Entrevistador - Eu sou criador da APIJOR (Associação Brasileira de Propriedade Intelectual dos Jornalistas Profissionais).

Azenha – Ah, quem sou eu pra ter direito sobre os direitos alheios. De maneira alguma.

Entrevistador - Nessa forma?

Azenha - Nessa forma como entendo. Eu sei como funciona o jornalismo em rede, que depende de colaboração. Eu sou autor e co-autor de milhares de outros autores do meu blog. Eu entendo a colaboração gratuita que esses leitores me dão.

Então, a ideia de que eu vá cobrar por um patrimônio que não é meu me desagrada. Daqui a 5 segundos, têm três, quatro comentaristas que, ao comentar, acrescentam ao meu texto.

Entrevistador - Sim. Mas como remuneram o seu trabalho? Se você não é empregado? Depende do blog só.

Azenha - Pela propaganda. Nunca vendendo conteúdo.

Entrevistador - Mas no limite você não poderia dizer que o jornalismo é isso?

Azenha – Sim, poderia. Agora você tem os meios, vamos dizer assim... o jornal A Folha de São Paulo, ele tem que pagar os seus custos, ele é, ele existe, como algo para ter lucro.

Entrevistador - Mas não existe um paralelismo? Por exemplo, você é o blogueiro, se você contrata alguém e de repente... você é o meio.

Azenha - Sim. Eu posso auferir o meu ganho através de contribuições. Tem blogs que se sustentam através de contribuições.

Entrevistador - Sim. Mas uma empresa não poderia viver de contribuições espontâneas?

Azenha - Depende. Se o seu objetivo é o lucro, não. Mas meu objetivo não é o lucro.

Entrevistador - Independendo do lucro. Para pagar os custos...

Azenha - Você tem patrocínio. Você pode vender anúncio como eu vendo pro Google. Que dá algum retorno pra manter o blog.

Entrevistador – Certo. Essa é uma discussão para outro momento. E sobre a autonomia de trabalho do jornalista, você acha que ela existe hoje em larga escala?

Azenha - Se você trabalha na internet, tem mais autonomia. Autonomia total ninguém tem. Nós somos seres sociais e dependemos das nossas relações, não é? Filosoficamente, autonomia ninguém tem.

Entrevistador - Você fala cem por cento?

Azenha - Você pode ter mais ou menos autonomia. Acho que uma pessoa que tem um blog independente, que sobreviva de outra profissão, pode escrever o que quer, tem muito mais autonomia do que um jornalista que trabalha com um determinado patrão.

Entrevistador - Ou dentro de uma redação, um cara que tem um público, de repente tem mais autonomia que aquele que chega da escola pra trabalhar.

Azenha - Exatamente. Acho que são graus.

Entrevistador - Ou um jornalismo que seja mais organizado de repente pode gerar uma situação de mais autonomia para o jornalista.

Azenha - Também.

Entrevistador - Você acha que esse é um valor pro jornalista? Autonomia?

Azenha - Muito importante.

Entrevistador - Bom. E sobre as relações de trabalho? Como você vê essa coisa do frila? Do frila fixo, PJ, CLT?

Azenha - Eu sou pessoa jurídica. Sou PJ e essa é uma situação que funciona para mim, no momento. Mas eu sou plenamente consciente de que essa autonomia só se dá pelas circunstâncias muito específicas dentro da minha história no jornalismo. No geral, eu sou CLT. Sou defensor da CLT

Entrevistador - Entendi

Azenha - As relações de trabalho têm que ser muito bem organizadas. Você tem que dotar os empregados de todas as garantias mínimas possíveis.

Entrevistador - Para ele poder...

Azenha - Pra ele poder exercer sua profissão.

Entrevistador - Entendi.

Azenha - Sou PJ por exigência das empresas que me contrataram. Desde a Globo, em 1999, quando voltei dos Estados Unidos. Mas, se pudesse, eu gostaria de ser CLT.

Entrevistador - Democratização da comunicação. Como é que você encara essa bandeira? Essa luta e a forma como ela é levada?

Azenha - Eu acho que nós temos um déficit de opiniões. Ele é regional. Ele é de conteúdo. Você tem hoje alguns grandes grupos de comunicação no Brasil. Eles refletem um pequeno número de opiniões dos brasileiros. Não refletem o conjunto da sociedade brasileira. Existe uma grande distorção regional no Brasil. O conteúdo aqui do sudeste maravilha, sul maravilha, aparece muito mais nas emissoras de TV. Então nós temos muitíssimos passos a dar na questão da democratização da informação no Brasil.

Entrevistador - Você acompanhou a Conferência Nacional de Comunicação que houve em Brasília?

Azenha - Acompanhei os resultados dela. Não participei.

Entrevistador – O que você achou dos resultados da Confecom? Uma das propostas foi a criação de um Conselho para cuidar dessa área no Brasil. O que você acha disso?

Azenha – Olha, para você mudar isso numa sociedade capitalista tem que pulverizar a verba publicitária. O que muda hoje é a pulverização das verbas publicitárias. As verbas publicitárias são concentradíssimas no Brasil. Por quê? Porque as agências têm incentivos pra concentrar essas verbas. Elas têm menos trabalho com isso e elas têm ganhos financeiros, econômicos.

Entrevistador - É o BV...

Azenha – Elas têm incentivo, então porque elas vão fazer a pulverização?

Entrevistador - Isso no mercado privado.

Azenha – Sim.

Entrevistador - E de parte do Governo?

Azenha - Mas é isso que eu digo. O Governo Federal poderia tomar uma série de medidas que nunca tomou porque aparentemente não considera isso uma prioridade no sentido de pulverizar, inclusive as suas próprias verbas publicitárias que são concentradas no setor privado. Então o papel do Governo Federal seria o de liderar essa mudança. Mas não existiu no governo Lula e, aparentemente no governo Dilma, intenção de "rocking the ball", como a gente fala. Mexer com o status quo.

Entrevistador - Portanto, não existe um caminho apontado?

Azenha - Não, porque esses caras que poderiam entender, defender o interesse público. O PT foi um partido formado em defesa do interesse público. E isso foi solapado...

Entrevistador - Mas você sabe que, em toda a discussão da Confecom, essa discussão específica não houve.

Azenha - Essa é a questão central. O Governo Federal tem o poder para fazer muito mais do que já fez em termos de pulverizar as verbas publicitárias. Se você pulveriza a verba publicitária, obviamente, dentro do nosso sistema que é capitalista, você vai permitir a participação de um número muito maior de atores sociais na produção e disseminação de conteúdo. Se você casar a pulverização das verbas com uma internet rápida, banda larga pública... O plano de fazer a banda larga do Governo Federal, do Governo Dilma, é um plano feito pelas telefônicas que obviamente vão priorizar os grandes centros urbanos onde é mais barato você levar internet até a porta das casas.

Entrevistador - E a venda, não é?

Azenha - E a venda. Então você tem essas duas questões: pulverização das verbas publicitárias e internet banda larga, com a presença do poder público forte por trás. Que fosse como foi na Coreia. Foram investidos alguns bilhões de dólares em infraestrutura. Ela permitiu que as telefônicas competissem pela entrega do sinal, mas implantou a infraestrutura. Se o poder público, Telebrás, tivesse o cabo na mão, ela teria um poder de barganha muito maior com as telefônicas.

Entrevistador - Como que é o seu cotidiano como jornalista? É pesado? Você faz sua própria pauta?

Azenha – Não, não é um cotidiano pesado. Eu faço matérias especiais para a TV Record e em muitas delas eu ajudo a definir a pauta. Se não dou a pauta, eu ajudo a definir.

Na edição, na definição do texto. Então, eu posso dizer para você que na televisão que existe hoje, dada a minha carreira profissional, eu tenho um bom poder de decisão sobre o que vai ao ar com meu nome, com a minha cara. E eu tenho um blog que dá muito trabalho e nenhum retorno.

Entrevistador - Mas muita liberdade.

Azenha - Muita liberdade, mas retorno financeiro zero. Meu cotidiano é marcado por essas duas coisas. Faço algumas tarefas do blog todos os dias e algumas tarefas da Record.

Entrevistador - Então você não se sente um jornalista super-explorado, engolfado pelo dia a dia profissional?

Azenha - Eu mesmo me super-exploro porque eu faço muitas coisas pro blog.

Entrevistador - Mas você tem a sua vida social, cultural?

Azenha - Sim. Eu consegui quando a carreira foi passando e eu comecei a abrir mão de aumentos salariais em troca da melhoria da qualidade da minha vida. Só quando fui para a Record eu me livrei dos plantões de final de semana. Não trabalho fim de semana, não trabalho feriados, mas isso foi em 2008. Ou seja, depois de 30 e tantos anos de carreira.

Entrevistador - Então você é um felizardo? Um jornalista que tá bem de vida? E realizado na profissão? Dá pra dizer assim?

Azenha - Pode. Acho que sim. Acho que não sou difícil de satisfazer não.

Entrevistador - Então, Azenha, sinto informar, mas você é um ponto fora da curva! (rsrs).

Azenha - Eu me considero um ponto fora da curva.

Entrevistador - Mas não tem espaço pra muita gente fora da curva.

Azenha - É o seguinte, eu poderia até falar – como muita gente faz –
vou pegar o salário da Record e vou ficar na minha. Não vou fazer blog nada. Para que eu vou me dar ao trabalho de fazer um blog? Aí eu inventei esse blog no qual eu trabalho tanto quanto eu trabalho na Record. Talvez mais.

Entrevistador – Mas é onde você desfruta de uma plena autonomia jornalística.

Azenha - Exatamente.

Entrevistador – Ter optado por esse trabalho extra não implicou você a abrir mão de uma vida familiar e cultural, por exemplo? Sim ou não?

Azenha - Não. Depende. Tem hora que sim. Tenho autonomia para dizer: não, chega! Tenho liberdade para fazer o que eu quero fazer.

Entrevistador - Você vai ao cinema? Você vai ao teatro?

Azenha - Sim. Filmes, eu já vi tudo.

Entrevistador - Você compra livros?

Azenha- Sim. Eu leio muito.

Entrevistador - Você vai tomar alguma cerveja com os amigos?

Azenha - Sim. Claro.

Entrevistador - Agora, olhando para os lados, você entra numa redação hoje e vê muita gente que não faz nada disso...

Azenha - Não faz nada.

Entrevistador - Encerramos a entrevista. Muito obrigado.

-- x --

APÊNDICE E – **O questionário da pesquisa**

Questionário (com as identificações das respostas já adaptadas ao arquivo Excel)

Este questionário está dividido em três partes: na primeira estão os dados de qualificação geral e sua situação em relação à formação específica e ao registro profissional; na segunda, você diz se é jornalista sindicalizado ou não e responde a pergunta central da pesquisa; na terceira, você complementa os dados de qualificação relativos à sua situação profissional.

A – Número de Identificação do Respondente (NID): a numeração que consta aqui está na ordem em que as respostas foram efetivamente postadas, com exceção das de número 315 a 324, que foram acrescentadas posteriormente e adaptadas por mim das respostas obtidas no Teste)

I - Qualificação do respondente – primeira parte:

B - Nome: _____ (*se você preferir, utilize apenas as iniciais*)

C - Cidade em que trabalha: _____ (por favor, digite tudo por extenso).

D - Idade:__ (17 ou menos; 18, 19, 20, 21 .... 75, 76 ou mais.)

E - Sexo: 1____ Masculino

2 ____ Feminino

F – Estado civil:

1 ___ Solteiro

2 ___ Casado/União estável

3 ___ Separado/Divorciado

G - Nº de filhos ___ (0, 1, 2, 3, 4 ou mais)

H – Situação em relação ao curso de Jornalismo (ou de Comunicação Social – Habilitação Jornalismo) e ao registro na Delegacia Regional do Trabalho (*assinale apenas uma das alternativas abaixo*): Sou jornalista ...

1 ___ diplomado em Jornalismo, com registro de Jornalista profissional
2 ___ não diplomado em Jornalismo mas com registro de Jornalista profissional segundo a lei da profissão dos jornalistas (DL 972/69) pois sou repórter-fotográfico, repórter cinematográfico, ilustrador ou diagramador.
3 ___ estudante de jornalismo com registro de Jornalista.
4 ___ estudante de jornalismo sem registro na DRT.
5 ___ formado em Jornalismo, mas ainda não obtive o registro.
6 ___ não diplomado em Jornalismo, portador de registro de Jornalista devido à Decisão do STF que derrubou a exigência de diploma em Jornalismo para se obter o registro no Ministério do Trabalho (DRT).
7 ___ sem diploma em jornalismo nem registro no Ministério do Trabalho (DRT).

Caro respondente: só faz sentido responder o próximo item (**II – Sindicalização e pergunta aberta**) se você assinalou as alternativas 1, 2, ou, se for estudante/recém formado, as alternativas 3, 4 ou 5 no item G (*Situação em relação ao curso de Jornalismo e ao registro na DRT*). Se você escolheu as alternativas 6 ou 7, passe para o item **III - Qualificação do respondente – segunda parte.**

II – Sindicalização e pergunta aberta

I - Você é sindicalizado?
1 ___ Sim
2 ___ Não

Antes de responder a questão aberta as seguintes informações sobre o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) podem ser úteis:

O SJSP é a entidade que congrega os jornalistas para a defesa dos seus interesses como categoria profissional no Estado. O Estatuto da entidade só admite a sindicalização de jornalistas diplomados e/ou com registro de Jornalista Profissional no Ministério do Trabalho, segundo o DL 972/69 (lei da profissão). A mensalidade é de R$ 38,00 na cidade de São Paulo e de R$ 21,00 nas demais cidades do Estado. Para o Estudante de Jornalismo existe a pré-sindicalização, com a mensalidade de R$ 8,00.
Por favor, responda agora a pergunta (procure responder de forma concisa, preferencialmente em até cinco linhas):

J - N**ão sindicalizado**: explique por que você **não é sindicalizado**. Considere, na tua resposta, o que o Sindicato poderia fazer para motivá-lo a se sindicalizar:
.....
.....
.....
.....
.....
.....

K – **Sindicalizado**: diga o que o sindicato precisa fazer e que não está fazendo para melhorar, estreitar seus laços com os jornalistas e se fortalecer:
.....
.....
.....
.....
.....
.....

III - Qualificação do respondente – segunda parte:

L - Situação profissional: (Selecione uma opção) (*na versão digital, as alternativas são K, L e M*).

1 (K) - ___ Nunca atuei profissionalmente como jornalista (passe direto para **S - Uma última questão: como você soube da pesquisa?**).

2 – (L) - ___ Não estou atuando no mercado de trabalho jornalístico no momento, embora já tenha atuado no passado (responda a questão O e depois vá direto para **S - Uma última questão: como você soube da pesquisa?**).

3 – (M) – ___ Sou jornalista aposentado (estando ou não exercendo outra profissão no momento, responda a questão O e depois vá direto para **S - Uma última questão: como você soube da pesquisa?**).

M - Quantos anos você tem de exercício profissional como jornalista? ___ (escreva apenas números inteiros).

Sobre a relação de trabalho (ou as relações de trabalho) que você tem no momento:

N – ___ Sou formalmente contratado para outra profissão que não a de jornalista (ou professor de jornalismo), apesar de realizar trabalho jornalístico (neste caso, pule a próxima questão, P, e vá direto para a questão Q);

O - Sou contratado como jornalista (ou professor de jornalismo). Neste caso, assinale apenas a alternativa abaixo que corresponde à modalidade da relação de trabalho na ocupação que você considera a mais importante:

1 ___ Contrato de trabalho CLT

2 ___ Contrato de trabalho CLT pelo piso profissional ou um valor menor do que aquele que consta na carteira de trabalho, recebendo o restante 'por fora'

3 ___ Estagiário com contrato regular

4 ___ PJ (embora você seja um assalariado com relação regular de trabalho, você recebe mediante a apresentação de nota fiscal)

5 ___ Freelancer (você vende suas matérias para diferentes publicações, independente de trabalhar com nota fiscal, autorização para publicação de obra autoral, CDA, registro de autônomo etc.)

6 ___ Frila fixo (embora trabalhe regularmente na empresa ou instituição, não tem sua relação de trabalho regularizada por meio de contrato)

7 ___ Empresário (você é jornalista e trabalha na sua empresa em que é sócio ou único proprietário)

8 ___ Funcionário público (jornalista concursado, comissionado ou professor de instituição pública de ensino superior)

9 ___ Professor de jornalismo terceirizado ou cooperado

10 ___Outros

P - Função que desempenha como jornalista (se você desempenha mais de uma função na mesma empresa/instituição, ou em diferentes empresas/instituições, assinale entre as alternativas abaixo apenas a que você considera a principal):

1 ___ Analista de mídia

2 ___ Apresentador/âncora

3 ___ Arquivista pesquisador

4 ___ Assessor de imprensa/comunicação

5 ___ Cartunista

6 ___ Consultor/assessor parlamentar

7 ___ Chefe (ou coordenador, gerente ou responsável) de arte

8 ___ Chefe (ou coordenador, gerente ou responsável) de reportagem

9 ___ Chefe (ou coordenador, gerente ou responsável) de assessoria

10 ___ Colunista

11 ___ Cronista

12 ___ Diagramador

13 ___ Diretor de redação

14 ___ Diretor (presidente, vice-presidente etc.) de empresa jornalística

15 ___ Diretor (presidente, vice-presidente etc.) de Assessoria de Imprensa/Comunicação

16 ___ Editor

17 ___ Editor assistente/subeditor

18 ___ Editor de arte

19 ___ Editor-chefe

20 ___ Editor de vídeo/documentários

21 ___ Editorialista

22 ___ Ilustrador

23 ___ Infografista

24 ___ Narrador esportivo

25 ___ Pauteiro

26 ___ Produtor

27 ___ Professor de Jornalismo

28 ___ Redator/copidesque/produtor de texto

29 ___ Repórter

30 ___ Repórter especial

31 ___ Repórter cinematográfico

32 ___ Repórter fotográfico

33 ___ Revisor

34 ___ Webdesign (para jornalismo)

35 ___ Outros

Q - Segmento em que trabalha (se você trabalha em mais de um, escolha entre os itens abaixo apenas aquele que você considera o principal):

1 ___ Agência de notícias

2 ___ Jornal diário

3 ___ Jornal de interesse geral, com outra periodicidade que não diária

4 ___ Jornal segmentado

5 ___ Revista de interesse geral

6 ___ Revista segmentada

7 ___ Rádio

8 ___ TV aberta

9___ TV por assinatura

10 ___ Instituição de ensino superior

11 ___ Internet (portais e sites de notícias - interesse geral)

12 ___ Internet (portais e sites de notícias - segmentado)

13 ___ Internet (redes sociais)

14 ___ Assessoria de imprensa/comunicação em órgãos públicos

15 ___ Assessoria de imprensa/comunicação em empresas públicas ou autarquias

16 ___ Assessoria de imprensa/comunicação em ONGs e terceiro setor

17 ___ Assessoria de imprensa/comunicação em empresas privadas

18 ___ Assessoria de imprensa/comunicação em Agências de Comunicação

19 ___ Outros

R- **Uma última questão: como você soube da pesquisa?**

1 ___ Amigo(a)/Colega jornalista

2 ___ Comunique-se

3 ___ FENAJ

4 ___ Fred Ghedini

5 ___ Jornalistas & Cia

6 ___ Maxpress

7 ___ Observatório da Imprensa

8 ___ Portal Imprensa

9 ___ Sindicato dos Jornalistas SP

10 ___ Outros

Muito obrigado por você ter dedicado parte do seu tempo para responder este questionário. Ao participar você está ajudando a entender melhor quem somos nós, os jornalistas.

--x --

APÊNDICE F – **Texto da divulgação do questionário**

A seguir, o texto base utilizado na divulgação do questionário:

Pesquisa: o Jornalista e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de S. Paulo - MENSAGEM

Caro(a) jornalista que trabalha **em qualquer cidade do Estado de São Paulo**: o colega Fred Ghedini está realizando uma pesquisa como doutorando na ECA-USP sobre **o distanciamento dos jornalistas em relação ao Sindicato dos Jornalistas de S. Paulo (SJSP)** e pede que você dedique alguns minutos do seu tempo para responder um questionário (não tomará mais do que 10 minutos!). O autor agradece. Ao participar você está ajudando a entender melhor quem somos nós, os jornalistas. O questionário está em www.eca.usp.br/cje/pesquisafg.

P.S.:

Além de solicitar tua resposta, Fred Ghedini pede também que você passe esta mensagem para mais colegas jornalistas. Quanto maior o número de respostas, mais representativo será o resultado da pesquisa. No final, os próprios jornalistas como coletividade serão beneficiados. O autor divulgará os resultados após o depósito do texto da tese, o que vai ocorrer no início do próximo ano.

Obrigado.

(nome do colega ou da instituição que está enviando a mensagem)

APÊNDICE G – **Cursos realizados pelo SJSP 2005-2010**

Os quadros a seguir foram elaborados com base na relação dos cursos fornecida pelo Departamento de Formação do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo.

1. Cursos realizados 2000 a 2011

Cursos na CAPITAL	**No. de turmas**	**No. de alunos**
01 - Análise de Balanços (parceria com CRC – Conselho Regional de Contabilidade)	01	13
02 - A importância da fonte no conteúdo dos noticiários (com Prof. Carlos Chaparro)	02	42
03 - Arquitetura do Texto (com Prof. Wilson Loduca)	02	38
04 - Assessoria de Imprensa (professores Paulo Vieira Lima/Marli dos Santos/Arlete Prieto/Antonio Graça/Ivan Massetti/Walmir de Medeiros Lima)	18	471
05 - China para Jornalistas (parceria com CBCDE – Câmara Brasil-China de Desenvolvimento Econômico)	01	37
06 - Como Editar um livro (com Eder Araújo)	03	53
07 – Comunicação Corporativa (Profa. Arlete Prieto)	02	42
08 – Comunicação Escrita (com Carlos Rossini)	01	23
09 – Comunicação Interna (com Prof. Walmir de Medeiros Lima)	02	49
10 - Direito (Prof. Dr. José de Sá)	03	33
11 - Direito Tributário (uma turma, a de 2003 em parceria com a Stuber Advogados Associados)	02	21
12 - Economia (1ª. turma, profa. Leda Paulani, demais turmas com Prof. Julio Pires)	08	200
13 – Eleições Municipais – ética, conjuntura e legislação	01	08
14 - Foto Digital	03	28
15 – Fotojornalismo (professores Erivam de Oliveira, Ari Vicentini e Luiz França)	04	46
16 - Formação Política e Econômica (Prof. Nilson Araújo)	01	15
17 - Jornalismo Científico (em parceria com a ABJC – Associação Brasileira de Jornalismo Científico)	01	26
18 - Jornalismo Cultural (com Fábio Gomes)	01	13
19 - Jornalismo Cultural – Cinema (com Antonio Querino)	01	10
20 - Jornalismo Cultural – Música (com Prof. Rodolfo Martino)	01	15
21 - Jornalismo e Educação	01	16
22 - Jornalismo Esportivo (Luiz Carlos Ramos)	05	76

23 - Jornalismo Literário Básico (Sérgio Vilas Boas)	05	106
24 – Jornalismo Literário Avançado (com Prof. Sergio Vilas Boas)	01	19
25 - Jornalismo Regional e Jornal de Bairro (com Profs. Rodolfo Martino e Marcelo Pimentel)	02	26
26 - Jornalista Empreendedor (com Profa. Ana Vasconcelos)	01	12
27 – Língua e Linguagem Jornalística – norma e des (usos) (profa. Glauce Rocha Oliveira)	01	12
28 - Marketing Político (com Prof. Marcelo Pimentel)	01	10
29 - Marketing p/jornalistas (com Prof. Douglas Guerchfeld)	02	25
30 – Matemática Financeira (parceria com a BM&F)	02	52
31 - Meio Ambiente	04	80
32 - Oficina de Press Release (com Profa. Marli dos Santos)	01	10
33 – Oficina de Texto "A construção e a desconstrução narrativa" (com Profa. Maria Marta Jacob)	01	07
34 - Planejamento Gráfico (com Profa. Ana Vasconcelos)	01	13
35 - Política (Prof. Rogério Schmitt e Prof. Antonio Sérgio)	03	40
36 - Português aplicado a textos jornalísticos (com Profa. Marluce Mendes da Rocha)	01	20
37 - Redação Criativa (com Profa. Monica Martinez)	05	103
38 - Relações Internacionais (com Profa. Cristina Pecequilo)	02	24
39 - Textos Jornalísticos – o processo da criação (com Prof. Wilson Loduca)	01	15
Totais	98	1.849

Cursos no INTERIOR	No. de turmas	No. de alunos
Assessoria de Imprensa – Campinas (professores Arlete Prieto e Walmir de Medeiros Lima)	02	65
Assessoria de Imprensa – São José dos Campos (Vale do Paraíba) (com Antonio Graça)	01	18
Jornalismo Esportivo – Campinas (com Prof. Luiz C arlos Ramos)	01	10
Redação Criativa – Campinas (com Profa. Monica Martinez)	01	14
Direito – Campinas (com Prof. José de Sá)	01	09
Comunicação Interna - Campinas (com prof. Walmir de Medeiros Lima)	01	12
Português aplicado a textos jornalísticos – Campinas (com Profa. Marluce Mendes da Rocha)	01	23
Totais	**08**	**151**

2. Cursos realizados 2006-2011

2.1 Cursos na Capital

Ano	No. de cursos realizados	No. de alunos
2006	23	449
2007	22	383
2008	18	251
2009	11	192
2010	13	209
2011	15	308
Totais	**102**	**1.792**

2.2 Cursos no Interior

Ano	No. de cursos realizados	No. de participantes
2006	03 Assessoria de Imprensa (Campinas) Marketing (Campinas) Como editar livro (Campinas)	51
2007	01 Assessoria de Imprensa (Santos)	38
2008	01 Assessoria de Imprensa (Santos)	28
2009	01 Assessoria de Imprensa (Sorocaba)	30
2010	00 (até set/2010)	00
Totais	**06**	**147**

Palestras* – JORNALISMO: OS RUMOS DA PROFISSÃO

Ano	Palestras	No. de participantes
2007	02	127
2008	06	395
2009	02	229
Totais	**10**	**751**

***** As palestras receberam verbas de patrocínio da Avimed e do Terra

-- x --

APÊNDICE H - **Distribuição dos respondentes por cidade – 51 cidades representadas**

Cidade	Nº Respostas	% absoluto	% relativo
São Paulo - Capital	210	66,2	---
Interior	107	33,8	100,0
Santos	12	3,8	11,2
Campinas	9	2,8	8,4
São Bernardo do Campo	6	1,9	5,6
Bauru	6	1,9	5,6
Santo André	5	1,6	4,7
Araçatuba	5	1,6	4,7
Araraquara	4	1,3	3,7
Presidente Prudente	4	1,3	3,7
Piracicaba	3	0,9	2,8
Sorocaba	3	0,9	2,8
Osasco	3	0,9	2,8
Marília	2	0,6	1,9
São João da Boa Vista	2	0,6	1,9
Adamantina	2	0,6	1,9
Franca	2	0,6	1,9
Ribeirão Preto	2	0,6	1,9
Suzano	2	0,6	1,9
Jundiaí	2	0,6	1,9
Americana	2	0,6	1,9
Guarulhos	1	0,3	0,9
São José dos Campos	1	0,3	0,9
Taubaté	1	0,3	0,9
Mirassol	1	0,3	0,9
Santa Fé do Sul	1	0,3	0,9
Serra Negra	1	0,3	0,9
Mogi das Cruzes	1	0,3	0,9
Barueri	1	0,3	0,9
Porto Feliz	1	0,3	0,9
Pirassununga	1	0,3	0,9
Ribeirão Pires	1	0,3	0,9
Bragança Paulista	1	0,3	0,9
Paulínia	1	0,3	0,9
Diadema	1	0,3	0,9
São Sebastião	1	0,3	0,9
Caraguatatuba	1	0,3	0,9
Votuporanga	1	0,3	0,9
Votorantim	1	0,3	0,9
Rio Claro	1	0,3	0,9
Itapetininga	1	0,3	0,9
Assis	1	0,3	0,9
Jacareí	1	0,3	0,9
Itupeva	1	0,3	0,9
Várzea Paulista	1	0,3	0,9
Dracena	1	0,3	0,9
Salto de Pirapora	1	0,3	0,9
Pracaia	1	0,3	0,9
Cravinhos	1	0,3	0,9
Birigui	1	0,3	0,9
São Carlos	1	0,3	0,9
Valinhos	1	0,3	0,9

--x --

APÊNDICE I - **Quadro de frequências das unidades de registro das respostas às perguntas abertas**

Categoria geral/ unidade de registro	Alternativa	Nº de ocor. s/317	% 1 (*)	% 2 (**)
I - Questões gerais				
S – Ex-sindicalizado?		59	18,6	---
T – Tipo de abordagem utilizada na resposta				
	1 – Individualista; voltada para o próprio umbigo	61	19,2	20,9
	2 – Contextualizada; visão vai além das necessidades/ questões individuais e ou pessoais	200	63,1	68,5
	3 – Politizada/engajada, destacando-se das demais respostas	3	0,9	1,0
	4 – Não é possível inferir	28	8,8	6,6
	5 – Não cabe	25	7,9	
II - Problemas existentes no mercado de trabalho ou no jornalismo atual				
V – Em sua resposta, o jornalista destaca a precarização nas relações e nas condições de trabalho como fator importante				
	1 – Sim (assinalou a existência do problema, com destaque para a pejotização)	7	2,2	
	2 – Sim (assinalou a existência do problema, tratando com destaque a questão da sobrejornada de traballho)	3	0,9	
	3 – Sim (assinalou a existência do problema, tratando individualmente de algum outro aspecto que não a pejotização ou a sobrejornada: frila fixo, desemprego, presença de estagiários no mercado de trabalho, não se paga o piso, ou outro não identificado aqui)	8	2,5	
	4 - Sim (assinalou a existência do problema, tratando genericamente a questão ou alinhavando vários aspectos sem destacar um em particular);	29	9,1	16,0, 1 a 4
	5 - Não assinalou a existência desses problemas	245	77,3	

	6 – não cabe	25	7,9	
W – Sobre a relação com os empregadores				
	1 – Não quer se indispor com o empregador. Por isso se afasta do Sindicato	4	1,3	10,3
	2 – Critica o SJSP por não ser firme contra os empregadores em geral, inclusive o poder público	35	11,0	89,7
	3 – Nada se pode inferior em relação aos dois pontos anteriores a partir da resposta dada	253	79,8	
	4 – não cabe	25	7,9	
III - Visão sobre o SJSP e sobre suas características				
AD - Opinião geral sobre o SJSP (como se situa em relação ao que é, ao que faz e como faz)				
	1- Muito favorável	1	0,3	0,5
	2 – Favorável	14	4,4	6,5
	3 – Desfavorável	140	44,2	64,8
	4 - Muito desfavorável	61	19,2	28,2
	5 – Não se manifesta sobre a questão ou não é possível inferir um posicionamento ou fica equidistante entre os dois pólos	76	24,0	
	6 – não se aplica	25	7,9	
AE – Sindicato sem representatividade; distante dos jornalistas; vive numa bolha; vive no passado etc.				
	1 – Sim, assinalou essa característica	82	25,9	28,1
	2 – Não, não assinalou essa característica	210	66,2	71,9
	3 – não se aplica	25	7,9	
AF – Sindicato partidarizado, dominado por um grupo, briga de tendências ...				
	1 – Sim, assinalou essa característica	24	7,6	8,2
	2 – Não, não assinalou essa característica	268	84,5	91,8

	3 – não se aplica	25	7,9	
AG – Sindicato não se comunica ou se comunica mal com os jornalistas ...				
	1 – Sim, assinalou essa característica	30	9,5	10,3
	2 – Não, não assinalou essa característica	262	82,6	89,7
	3 – não se aplica	25	7,9	
AH – Sindicato deveria prestar mais e melhores serviços (atendimento jurídico; plano de saúde; cursos; bolsa de emprego; convênios de descontos para serviços e produtos ...)				
	1 – Sim, cita este aspecto	41	12,9	14,0
	2 – Não, não cita este aspecto	251	79,2	86,0
	3 – não se aplica	25	7,9	
AI – Constatação ou inferência sobre como o (a) jornalista pretende (ou pode vir a) agir no futuro em relação ao SJSP				
	1 – Vai se sindicalizar ou há grande probabilidade para isso ocorrer, independente de qualquer outra consideração	18	5,7	10,2
	2 – Pode se sindicalizar, desde que ocorram mudanças	147	46,4	83,5
	3 – Não se sindicalizará de forma alguma	11	3,5	6,25
	4 – Não há como dizer algo sobre isso, a partir da resposta dada	22	6,9	
	5 – não se aplica	119	37,5	
AJ – O SJSP não fiscaliza a contento as irregularidades existentes no mercado de trabalho dos jornalistas				
	1 – Sim, assinalou a existência do problema	68	21,5	22,9
	2 – Não assinalou a existência do problema	224	70,7	77,1
	3 – não se aplica	25	7,9	

(*) Sobre o total de 317 respostas

(**) Sobre 317 menos as 25 em que não houve respostas às questões abertas (292) menos as respostas em que nada se pode inferir (secouber.